

número 165

Dossiê  
Revolução  
de 1923

# re vis ta



Instituto  
Histórico e Geográfico  
do Rio Grande do Sul

Dezembro • 2023

número 165

ISSN 1678-3484

# Dossiê Revolução de 1923

# re vis ta

Instituto  
Histórico e Geográfico  
do Rio Grande do Sul

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, ano 103, n.165, 2023.

## REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. - v.1,  
(jan./mar. 1921). - Porto Alegre: IHGRGS, 1922-.

Descrição baseada em: número 164 (2023)

Inclui bibliografia

ISSN 1678-3484

Periodicidade semestral

357p.

1. Rio Grande do Sul - História - Geografia - Periódicos. 2. Brasil - História - Geografia - Periódicos. 3. Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDD: 981.65

CDU: 94(816.5)

Reunião preparatória da fundação 05/08/1920. Assembleia de fundação 19/11/1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962.

**Capa:** Fabricio Souza e Priscila Pereira Pinto.

**Ilustrações:** Fotos Borges de Medeiros, Assis Brasil e Gen. Setembrino de Carvalho. Acervo do IHGRGS.

### INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Atendimento ao Público com Agendamento

Prévio: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760

E-mail: [ihgrgs@gmail.com](mailto:ihgrgs@gmail.com)

Site: [www.ihgrgs.org.br](http://www.ihgrgs.org.br)

Site da Revista: [seer.ufrgs.br/revistaihgrgs](http://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs)

Youtube: [youtube.com/@ihgrgs](https://youtube.com/@ihgrgs)

Facebook: [facebook.com/IHGRGS/](https://facebook.com/IHGRGS/)

Instagram: [instagram.com/ihgrgs/](https://instagram.com/ihgrgs/)

# INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

## **DIRETORIA 2022-2024**

**Presidente:** Miguel Frederico do Espírito Santo  
**Diretor Administrativo:** Luciana da Costa Oliveira  
**Diretor Financeiro:** Pedro Câncio  
**Diretor Operacional:** Jefferson Teles Martins

## **Conselho Fiscal**

José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos e Moacyr Flores

## **Membros Honorários**

Earle Diniz Macarthy Moreira, Moacyr Flores.

## **Membros Efetivos**

Alexandre Veiga, Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, Antonio Carlos Hohlfeldt, Ápio Cláudio Beltrão, Arno Alvarez Kern, Blau Fabrício de Souza, Carla Renata A. de Souza Gomes, Carlos Roberto Winckler, Celso Jaloto Ávila Junior, César Augusto Guazzelli, Daniela Marzola Fialho, Dóris Bittencourt Almeida, Eduardo Cunha Müller, Euripedes Falcão Vieira, Éverton Quevedo, Fábio Kühn, Fausto José Leitão Domingues, Flávio Loureiro Chaves, Gervásio Rodrigo Neves, Günter Weimer, Heinrich Hasenack, Hilda Agnes Hubner Flores, Hilda Jaqueline Fraga, Ieda Gutfreind, Jefferson Teles Martins, Jorge Stocker, José Carlos Teixeira Giorgis, José Daniel Craidy Simões, Juvêncio Saldanha Lemos, Loiva Otero Felix, Luciana da Costa de Oliveira, Luiz Ernani Caminha Giorgis, Luiz Osvaldo Leite, Marcia Eckert Miranda, Margaret Marchiori Bakos, Maria Elizabeth Lucas, Miguel Frederico do Espírito Santo, Ondina Fachel Leal, Paulo Estivalet Flores Pinto, Paulo Gilberto Fagundes Visentini, Pedro Câncio, René Ernaini Gertz, Simone Steigleder Botelho, Tassiana Maria Parcianello Saccol, Vera Lucia Maciel Barroso.

## **Membros Correspondentes**

Adilson Cezar, Adriano Comissoli, Alfredo Manuel Sánchez Muñoz, Ana Luiza Setti Reckziegel, Anderson Romário Pereira Corrêa, Antônio Gonçalves Meira, Carlos Tasso de Saxe Coburgo e Bragança, Carlos Zatti, Cláudio de Leão Lemieszek, Cláudio Moreira Bento, Diego Pufal, Djiovan Vinicius Carvalho, Eduardo Alvares de Souza Soares, Ernani Straube, Euclides Pinto Torres, Francisco das Neves Alves, Genuino Antonio Ferri, Gustavo Castagna Machado, Jali Meirinho, José Adirson de Vasconcelos, José Alfredo Schierholtz, José Antônio Falcão, Jorge Forjaz, Luiz Antônio Alves, Marcos Noronha da Costa, Neivo Ângelo Fabris, Oscar Padrón Favre, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, Wagner Silveira Feloniuk.

### **Membros Pesquisadores**

Aldovan Moraes, Alex Antônio Vanin, Alexandre Pena Matos, Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Celina Silva, Ana Inês Arce, Anelda Pereira de Oliveira, Angelita Peixoto, Antônio Carlos Soares, Arnaldo Walter Doberstein, Beatriz Correa Pires Dornelles, Bruno César Euphrasio, Bruno José Queiroz Ceretta, Caio Lustosa, Carlos André Bulhões Mendes, Carlos Perrone Jobim Junior, Carolina Martins Etcheverry, César Andre Luiz Beras, César Bastos de Mattos Vieira, Charles Monteiro, Clarissa Maroneze Garcia, Daniele Machado Vieira, Edson Huttner, Eduardo Cristiano Hass da Silva, Fábio Caetano Tovo, Fabrício Antônio Antunes Soares, Fernando Borgmann Severo de Miranda, Gabriel Santos Berute, Gislene Monticelli, Gustavo Figueira Andrade, Henrique Montagner, Homero Dornelles, Inês Martina Lersch, Israel Aquino Cabreira, Jacqueline Custódio, Jeanice Ramos, João Batista Santafé Aguiar, José Carlos Cardozo, José Francisco Alves, José Newton Cardoso Marchiori, Leandro Goya Fontella, Letícia Pimenta, Letizia Nicoli, Luciana Fernandes Boeira, Luciana Gransotto, Luis Felipe Alencastre Escostegui, Luis Fernando Spinelli Pinto, Luis Roselfield, Marco Aurélio Biermann Pinto, Marcos Palermo, Marcus Vinicius, Maren Guimarães Taborda, Maria Helena Câmara Bastos, Maria Medianeira Padoin, Maria Stephanou, Maria Thereza Rosa Ribeiro, Mario Bernardo Sesta, Marlise Maria Giovanaz, Mônica Marchesan Rossato, Nádia Maria Weber Santos, Neandro Thesing, Patrícia Bosenbecker, Pedro Paulo Pons, Pedro Von Mengden Meirelles, Regina Portella Schneider, Renata Soares Costa, Roberto Monte da Rocha, Rodrigo Luis dos Santos, Rodrigo Trespach, Ronaldo Marcos Bastos, Ronaldo Queiróz De Moraes, Sérgio Augusto Pereira de Borja, Thiago Vaucher, Valdevi de Lima Maciel, Vanessa Gomes de Campos, Victor Emanuel Vilela Barbuy, Virgilio Ribeiro Muxfeldt.

### **Membros Colaboradores**

Ayres Cerutti, Evanir Plaszewski, Fernando Antonio Quiroga Fonseca, Jorge Alberto Benitz, Lourdes Maria Agnes, Luiz Alberto Homrich Gusmão, Marcela Kröeff, Maria Regina Leite Boucinha Rafael José dos Santos, Vania Beatriz Merlotti Herédia.

### **Membros Licenciados**

Cláudio Francisco Accurso, Coralio Bragança Pardo Cabeda.

## **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL**

### **Editor-Chefe**

Miguel Frederico do Espírito Santo (IHGRGS)

### **Organizadores do Dossiê “Revolução de 1923”**

Dr. Bruno Cardoni Ruffier

Dr. Gerson Tadeu Astolfi Vivan Filho

Dr. Wagner Silveira Feloniuk

### **Conselho Editorial**

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS),  
Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA),  
Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu),  
Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS),  
Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

### **Comissão da Revista**

Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS) , Fábio Kuhn (UFRGS),  
Heinrich Hasenack (UFRGS)

### **Editores-Executivos**

Gustavo Castagna Machado (UFPEL), José Carlos Cardozo (FURG),  
Priscila Pereira Pinto (FEEVALE), Thais Nunes Feijó (UNILASALLE-RS),  
Wagner Silveira Feloniuk (FURG)

### **Editor-Junior**

Carlos Otaviano Passos (FURG)

### **Avaliadores**

Ailson Barbosa de Oliveira (UECE), Andre Melati (UCS), Aparecido Pires de Moraes  
Sobrinho (UEM), Beatriz Teixeira Weber (UNICAMP), Eduardo Comerlato (PUCRS),  
Fabricio José Nazzari Vicoski (UPF), Felipe Vidal Benvenuto Alberto (UERJ),  
Francine Roehle Broilo (UFRGS), Gerson Wasen Fraga (UFFS),  
Gustavo Rogério De Lucca (UNESC), Ivana Karine Aver (UFRGS), Jéssica Bitencourt  
Lopes (UFRGS), Juremir Machado (PUCRS), Laura Machado (UFRGS),  
Leticia Borges Nedel (UFSC), Margarita Baretto (UFSC), Nataniel Vicente  
(SEMECT), Pablo Rodrigues Dobke (UFSM), Rodrigo Luis dos Santos  
(IFFarroupilha), Sibebe Paulino (UFPR), Valter Luciano Goncalves Villar (UFPA),  
William Mog (UFRGS)





# PREFÁCIO

Conflitos ocorreram em 1923, eventos importantes para o término de um ciclo político no Rio Grande do Sul. Referir-se a eles como revolução é comum na historiografia rio-grandense, embora, de modo geral, exista um consenso de que a dimensão e o desfecho talvez não se alinhem com o uso dessa palavra.

No entanto, embora não estivesse ocorrendo uma mudança profunda na política, os eventos de 1923 demonstraram o ressurgimento de uma oposição organizada contra o PRR e seu líder, Borges de Medeiros. Apesar da resistência política visível contra o líder, ela era desarticulada. O ano de 1923 foi marcado por eleições, nas quais Borges de Medeiros se candidatou à reeleição. Seu adversário, Assis Brasil, conseguiu uma situação incomum ao unir diversos grupos oposicionistas – incluindo os fazendeiros dos Pampas – em sua tentativa eleitoral. A situação não se mostrou simples para Borges, mesmo com sua ampla estrutura política, pois a Constituição do Rio Grande do Sul exigia uma maioria de 75% dos votos para sua reeleição.

No final, após um dos pleitos mais tumultuados de todo o período, Borges venceu. Então, eclodiu uma resistência armada de milhares de homens, que se espalharam, mobilizaram-se e chegaram a conquistar cidades importantes. Paralelamente, havia a antipatia do Governo Central contra Borges, que representava a política do Café com Leite e ao qual ele recentemente se opôs ao apoiar um líder de oposição nas eleições. Os rebeldes apoiadores de Assis Brasil nutriam a esperança de uma intervenção decisiva do governo federal para assim se alcançarem o poder.

A intervenção federal nunca veio, o Rio Grande do Sul era um estado com muitos recursos, vinculado ao Exército Nacional e no qual um partido era dominante – não havia a dualidade de forças. No entanto, entre as pressões da imprensa oposicionista, as tentativas de retirar poder vindas do Presidente da República e a insurreição armada, Borges aceita que o final do conflito marque, também, o encerramento suas reeleições. Ele terminaria o mandato e sairia do governo depois. Assim, já em um momento muito diverso daquele em que Júlio de Castilhos sobe ao poder, defendendo o positivismo, Borges sairia, dando espaço a novos políticos – o maior deles, Getúlio Vargas – e ao desenvolvimento de um Rio Grande do Sul vivendo os efeitos culturais da Grande Guerra e de um Brasil que começava a se urbanizar e industrializar.

Esta edição comemora este acontecimento com os artigos e documentações aceitas. Além delas, são apresentados os artigos livres, vindos pelo edital. A revista segue seu compromisso de aderir às regras do Qualis Periódicos, fazer editais públicos e aplicar o método *double-blind peer review*

de avaliação.

Desejamos aos leitores um ótimo ano novo e que a leitura seja proveitosa.

Porto Alegre, 17 de dezembro de 2023.

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo  
**Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt  
Dr. Fábio Kühn  
Me. Heinrich Hasenack  
**Comissão da Revista**

Dr. Gustavo Castagna Machado  
Dr. José Carlos da Silva Cardozo  
Bel<sup>a</sup>. Priscila Pereira Pinto  
Ma. Thais Nunes Feijó  
Dr. Wagner Silveira Feloniuk  
**Comissão Executiva**

Dr. Bruno Cardoni Ruffier  
Dr. Gerson Tadeu Astolfi Vivan Filho  
Dr. Wagner Silveira Feloniuk  
**Organizadores do Dossiê “Revolução de 1923”**

Carlos Otaviano Passos  
**Editor-Junior**

# SUMÁRIO

## ARTIGOS DO DOSSIÊ “REVOLUÇÃO DE 1923”

- 13 **Sombras na correnteza: percepções geográficas da Revolta de 1923, no romance de Cyro Martins**  
*Sombras na correnteza: geographical perceptions of the Revolt of 1923, in the novel of Cyro Martins*  
Jéferson Soares Morais
- 33 **A representação da Revolução de 23 na literatura: cogumelos de outono (1972) Gladstone Osório Mársico**  
*The representation of the 23's Revolution in literature: autumn mushrooms (1972) Gladstone Osório Mársico*  
Gláucia Elisa Zinani Rodrigues
- 59 **Borges de Medeiros, a Revolução de 23 e o Palácio Piratini: uma análise do podcast Palácio Piratini como mantenedor da história**  
*Borges de Medeiros, the Revolution of 23 and the Piratini Palace: an analysis of the podcast Palácio Piratini as a maintainir of the history*  
Stéfani Fontanive  
Ana Julia Zanotto

## ARTIGOS

- 77 **A formação histórica do Rio Grande do Sul: uma análise dos elementos identitários pampeanos**  
*La formación histórica del Rio Grande do Sul: un análisis de los elementos identitários pampeanos*  
Maria Eduarda Xavier Vilella  
Rafael Balardim
- 105 **O catolicismo Rio-grandense frente à visibilidade das religiões mediúnicas durante o período pré-conciliar**  
*Catholicism in Rio Grande do Sul against the visibility of mediumistic religions during the pre-conciliar period*  
Artur Cesar Isaia
- 123 **Dante de Laytano: um folclorista no campo dos museus ou um profissional de museus no campo do folclore?**  
*Dante de Laytano: a folklorist in the field of museums or a museum professional in the field of folklore?*  
Diogo Santos Gomes  
Ana Carolina Gelmini de Faria

- 147 **O uso e ocupação da terra no território do projeto geoparque raízes de pedra, rio grande do sul, brasil nos anos 1990, 2000, 2010 e 2020**  
*Land use and occupation in the territory of project “raízes de pedra” geopark, rio grande do sul state, brazil, in the years 1990, 2000, 2010 and 2020*  
Gustavo Soares Arrial  
Romário Trentin  
Átila Augusto Stock da Rosa

- 171 **Entorno em disputa: reflexões sobre as políticas de preservação do centro histórico de Porto Alegre**  
*Disputed surroundings: reflections on the preservation policies of the historic center of porto Alegre*  
Ana Luisa Jeanty Seixas  
William Mog

## DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

- 205 **Ibirapuitã**  
Apio Claudio Beltrão
- 229 **O final da primeira república no Rio Grande do Sul: normas eleitorais e acontecimentos políticos nos conflitos de 1923 e na sucessão de Borges de Medeiros**  
*The final phase of the first republic in Rio Grande do Sul: electoral acts and political events in the conflicts of 1923 and borges de medeiros’ succession*  
Wagner Feloniuk

## DOCUMENTAÇÃO

- 267 **Guilhermino César um intelectual mineiro na história gaúcha**  
Alexandre Veiga  
Laudelino Teixeira de Medeiros  
Guilhermino Cesar  
Profa. Dra. Léa Masina
- 313 **O fundamento consuetudinário do direito ‘indiano’ (hispano-colonial)**  
*The customary foundations of ‘indian’ (spanish colonial) law*  
Víctor Tau Anzoátegui

# ARTIGOS



# SOMBRAS NA CORRENTEZA: PERCEPÇÕES GEOGRÁFICAS DA REVOLTA DE 1923, NO ROMANCE DE CYRO MARTINS

## *SOMBRAS NA CORRENTEZA: GEOGRAPHICAL PERCEPTIONS OF THE REVOLT OF 1923, IN THE NOVEL OF CYRO MARTINS*

Jéferson Soares Morais<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo busca tecer reflexões acerca do diálogo entre a Geografia e a Literatura na análise de fenômenos sociais e políticos. Partindo da premissa de que tanto a Geografia quanto a Literatura são áreas do saber que produzem interpretações da realidade, entendemos que esse diálogo pode enriquecer a compreensão de fenômenos geográficos. Essas reflexões direcionam para o seguinte objetivo: compreender o contexto histórico e geográfico do Rio Grande do Sul durante o conflito político ocorrido em 1923, a partir da análise geográfica da obra *Sombras na Correnteza* (1979) de Cyro Martins. Para essa leitura, utilizamos o conceito de território para compreender as relações de poder especializadas em determinado tempo e espaço. A conclusão foi de que o diálogo entre Geografia e Literatura permite uma leitura complexa do fenômeno, pois envolve elementos objetivos e subjetivos do cotidiano narrados por meio do romance que contribuem para constituir a compreensão geográfica.

**Palavras-chave:** Geografia e Literatura; Revolução de 1923; Cyro Martins.

### ABSTRACT

*This article seeks to reflect the dialogue between Geography and Literature in the analysis of social and political phenomena. Considering that both Geography and Literature are ways of expressing and interpreting the reality, we understand that this dialogue is able to enrich the understanding of geographic situations. These reflections lead to the following goal: understand the historical and geographic context of Rio Grande do Sul during the political conflict that occurred in 1923, based on the geographical analysis of *Sombras na Correnteza* (1979) by Cyro Martins. To analyze it we use the concept of territory to understand the power relations specialized in a given time and space. The conclusion was that the dialogue between Geography and Literature allows a complex reading of the phenomenon, since it involves objective and subjective elements of everyday life narrated through the novel that contribute to constitute geographic knowledge.*

**Keywords:** *Geography and Literature; Revolution of 1923; Cyro Martins.*

---

1 Licenciado e Bacharel em Geografia pela UFRGS, mestre e doutorando em Geografia pela UFRGS. Educador popular.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de contribuir para os estudos da relação entre Geografia e Literatura. Partimos do ponto que as obras literárias trazem em suas narrativas elementos riquíssimos para uma análise do espaço. Nesse sentido nos propomos a partir dos conceitos da Geografia interpretar obras literárias para melhor compreender o cotidiano de diferentes tempos e espaços. Para exercitarmos essa relação, aproveitamos as comemorações do centenário da Revolta de 1923 e procuramos uma obra que tangenciasse o tema para assim discutirmos elementos geográficos do período em questão.

A obra escolhida foi *Sombras na Correnteza* (1979), do escrito gaúcho Cyro Martins. A justificativa que sustenta a escolha do tema é de que a Literatura possui um recurso documental que permite compreender processos não vivenciados. Isso ocorre devido às representações imaginárias que a Literatura nos entrega, principalmente pela narração do contexto que envolve o romance e que através das descrições, dos causos e das reflexões geradas, nos permite maior compreensão dos fenômenos. Fenômenos passados ou contemporâneos. Nesse sentido, a Literatura pode ser uma aliada importante para a aprendizagem e para o ensino da Geografia. Sandra Pesavento (1998) comenta sobre essa relação entre imaginário e vivido: “Enquanto ficção, tanto a narrativa literária quanto a histórica pressupõem uma ordenação do real e a busca da coerência através de uma relação de elementos e do estabelecimento de relações entre os dados” (PESAVENTO, 1998, p. 12). Pensemos por exemplo no contexto de sala de aula: uma discussão sobre o conceito de território para a Geografia pode ser muito efetiva se bem elucidados os critérios para a definição desse conceito. Mas e se essa definição for aplicada e exercitada em uma situação imaginária narrada por um texto literário que a contextualiza em um tempo e um espaço? Entendemos que há uma complexificação do conhecimento quando percebido dessa maneira, já que as informações relacionadas a situação simulada pela literatura terão maior significado para os estudantes, além de contribuir para a ampliação de seu repertório literário e histórico-geográfico.

Como metodologia seguiremos o seguinte caminho: a) analisaremos o romance a partir do conceito de território para a Geografia; b) pensaremos possibilidades de diálogo entre o conceito de território e as relações de poder no estado do Rio Grande do Sul, no contexto da Revolta de 1923.

## 2.1 Geografia e Literatura

Tanto a Geografia quanto a arte, e nesse caso específico a Literatura, são campos do conhecimento que se propõem a interpretar o mundo. A Geografia – devido a sua epistemologia – possui uma leitura mais objetiva em que tenta desvendar a realidade através do seu objeto: o espaço geográfico. Já a literatura não tem em seu objeto a intenção de desvendar as verdades objetivas do mundo: “a representação literária remete ao mundo, expondo-o, mostrando-o, fingindo o mundo, duplicando-o (sem que duplicação signifique cópia)” (CASTRO, 2016, p. 339). Ou seja, não possui a intenção ou o compromisso de encontrar ou expressar uma verdade. A arte tem em sua constituição a subjetividade e nessa perspectiva o mundo “é propenso à multiplicidade de interpretações, pois, ao não bloquear nenhuma das possíveis leituras de mundo, ele se abre para a diversidade de experiências, de linguagens, inclusive a outros discursos” (CASTRO, 2016, p. 339). Apesar de entendermos que o objetivo das leituras de mundo da Geografia e da Literatura são diferentes, o mundo – o espaço – em que essas leituras são realizadas, é materialmente o mesmo. Em sua tese, Dorfman (2009) resume a presença da Geografia na Literatura:

A literatura de ficção tem na linguagem sua matéria e no texto seu objeto. Como quase tudo, em se tratando da experiência humana, seus enredos se encenam no espaço. A geografia da narrativa literária é necessariamente ficcional, mas dificilmente será completamente descolada das experiências espaciais do autor. Língua, identidade e tradições geralmente ligam-se a determinados recortes espaciais. É esse o sentido da expressão “cultura espacialmente situada”: o lugar – onde nascemos e somos ensinados, onde habita a comunidade para a qual produzimos nossas obras – influi em nossa visão de mundo, constituindo, a um só tempo, *locus* e *tropo* (DORFMAN, 2009, p. 103).

Essa relação entre Geografia e Literatura, faz com que compreendamos que a subjetividade e a objetividade são, de certa maneira, indissociáveis, já que ambas fazem parte da natureza humana. Da mesma forma que a Literatura atua e modifica o espaço a partir dos ensinamentos passados por gerações, são construídas a partir de elementos do espaço. A divisão de perspectiva serve para uma delimitação metodológica. É importante pontuarmos que a Literatura não é um campo do saber com o objetivo de sustentar a ciência. Como bem coloca Cavalcante (2020) a Literatura não deve ser vista pelos geógrafos como uma muleta, mas como “a expressão profunda de um pensamento individual em contato com o mundo de uma época, a qual

reflete algumas características estruturantes” (CAVALCANTE, 2020, p.194). Ou seja, há uma epistemologia própria desse campo ao qual nós geógrafos iremos dialogar, com conceitos e princípios que não pretendem responder ao objeto de estudo da Geografia. E a partir das representações criadas por esse campo dialogaremos por meio de uma abordagem geográfica.

A Literatura então pode ser uma fonte para a pesquisa científica? É possível distinguir o que é ficção e o que é realidade? Como fazer essa leitura a fim de identificar os elementos presentes na realidade de determinado grupo social, tempo e espaço? Dorfman (2009) afirma que não há uma resposta genérica e determinante para essas questões, entretanto sugere duas maneiras de ler as obras literárias buscando responder essas questões: trabalhar em cima do texto em si, considerando narrativa, linguagem, personagens e metáforas, utilizando-se da Geografia e Literatura para desvelar diferentes ângulos do mesmo fenômeno geográfico a ser explorado durante a leitura da obra. A segunda maneira é através da investigação da vida do autor a fim de desvendar as geografias pessoais do escritor através de seus textos e relatos de terceiros. Em relação as possíveis abordagens e leituras geográficas de obras literárias, Cavalcante (2020) identifica algumas possibilidades de leitura. Faz referência aos conceitos de **espacialidade** e **geograficidade** destacados por (Marandola Jr.; Oliveira, 2009): a espacialidade como uma busca para compreender “como é organizado o espaço, no caso o espaço literário, em sua lógica e processo de formação, considerando fatos históricos, ambiente físico, estruturas sociais, costumes e ideologias” (CAVALCANTE, 2020, p.194); já geograficidade “revela os laços de cumplicidade que as personagens em sua individualidade e/ou coletividade estabelecem com o ambiente, colocando em relevo simbolismos, imaginações, imaginários, sentidos identidades e afetividades” (CAVALCANTE, 2020, p.194). No texto cita ainda a abordagem **geobiográfica**, em que é proposta “uma cartografia da vida dos escritores, dos locais por onde passaram e dos lugares que lhes foram importantes. Detalhes da existência do escritor são revelados contribuindo com a apropriação de suas obras” (CAVALCANTE, 2020, p.199). A abordagem geobiográfica possibilita a elaboração de roteiros com base em espaços vivenciados por escritores renomados, constituindo um interessante potencial turístico, cultural e econômico.

Nesse texto propomos uma leitura da espacialidade possível de ser interpretada pela obra na busca de compreender a organização do espaço, as estruturas sociais e o cotidiano no contexto do Rio Grande do Sul durante o conflito de 1923, tomando como referência o romance de Cyro Martins. A trajetória do escritor e o peso de suas vivências na construção do romance são consideradas, contudo não são objeto deste artigo, como poderia ser em uma abordagem geobiográfica.

## 2.2 O conceito de Território como lente para compreensão do espaço

No livro *Pensar e Ser em Geografia*, de Ruy Moreira (2008), buscando problematizar o conhecimento sobre epistemologia e ontologia da Geografia, assim como entender melhor os princípios e conceitos, encontramos o que para o Ruy Moreira é o objetivo da Geografia: “A Geografia, através da análise do arranjo do espaço, serve para desvendar as máscaras sociais” (MOREIRA, 2008, p. 62). A partir desse objetivo, Moreira indica que essa análise acontece por meio dos conceitos geográficos: “Analisar espacialmente o fenômeno implica antes descrevê-lo na **paisagem** e a seguir analisá-lo em termos de **território**, a fim de compreender-se o mundo como **espaço**” (MOREIRA, 2008, p. 116). Segundo a linha dialética de Moreira, o primeiro momento da análise geográfica se dá pela percepção de um recorte do espaço por meio do conceito de paisagem, o segundo pela análise dos “recortes de domínio do espaço” (MOREIRA, 2008, p. 117) utilizando-se do conceito de território e por fim compreender a complexidade do espaço, objeto de estudo da Geografia. Como Moreira se utiliza do método dialético, há também o processo inverso na análise, onde a partir dessa compreensão do espaço, retorna-se ao conceito de território para chegar nos arranjos espaciais que se manifestam na paisagem. Neste artigo nos propomos a analisar a paisagem descrita pelo romance por meio do conceito de território, ou seja, buscando compreender os recortes de domínio do espaço representado pela obra.

Para Marcelo Lopes de Souza (2000), o território “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2000, p.78). Ainda para o autor, independente das características desse espaço ou dos grupos que estão inseridos nele, a grande importância na perspectiva territorial é entender “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço” (SOUZA, 2000, p. 78). Essa concepção é primordial para entendermos o conceito de território e desvincularmos esse conceito da noção de Estado-nação ao qual historicamente ele foi sedimentado, priorizando a relação (desigual) de poder, independente da extensão, localização ou escala da porção do espaço em questão. Ao longo do texto escrito em 2000, Marcelo Lopes de Souza discute o conceito de territorialidade. Souza (2000) propõe pensar a palavra assim como outras que terminam com o sufixo “dade”, que designa *estado*, *propriedade* ou *qualidade* de algo, no caso do que é territorial, como fica bem entendido neste trecho:

A territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, de acordo com o que se disse há pouco, **relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial**. As territorialidades no plural,

significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmica etc. (...). Seja como for, é óbvio que, ao falar de territorialidade, o que o autor deste artigo tem em mente é um certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço (SOUZA, 2000, p. 99, grifo do próprio texto citado).

Além da condição de propriedade do que é territorial, ou do que torna uma porção do espaço território, chamamos atenção para a ideia da pluralidade da territorialidade que o autor comenta, de acordo com as diferenças entre as mais diversas territorialidades em disputa em determinado recorte do espaço.

Em contribuição a essa noção de territorialidade plural, Rogério Haesbaert e Ester Limonad (2007) em um artigo em que discutem o conceito de território em tempos de Globalização, destacam a multidimensionalidade do território e como o reconhecer em suas três dimensões: jurídico-política, econômica e cultural. Podemos entender a dimensão jurídico-política do território associada à estrutura oficial do Estado; já a dimensão econômica do território estaria vinculada à análise do domínio do espaço pelas relações sociais de produção; e a dimensão cultural indicaria as relações de poder relacionadas à cultura, identidade e pertencimento.

Entendemos, portanto, o conceito de território constituído por relações de poder, e essas podem ser analisadas por diferentes perspectivas, considerando a multidimensionalidade do conceito de território e sua manifestação no espaço, sejam elas de caráter jurídico-político, cultural ou econômica. Para nos aproximarmos de uma visão mais complexa do espaço e das relações de poder nele existentes, precisamos ter sedimentada a ideia de que essas territorialidades se sobrepõem em um espaço cada vez mais dinâmico e complexo. Ou seja, se optarmos por enxergar o território por apenas uma dessas perspectivas, teremos a consciência de que serão realidades parciais do território. Por isso que entendemos ser importante o diálogo – respeitando as particularidades de cada perspectiva - entre essas diferentes dimensões, com o objetivo de entender como essas sobreposições de territorialidades dialogam, se influenciam, se manifestam e modificam o espaço.

Relacionando a concepção de território tomada aqui, quando analisamos o espaço sob a perspectiva do poder, e sobretudo identificando quem domina e influencia o espaço e de que maneira, conseguiremos identificar no romance indícios das relações de poder existentes no Rio Grande do Sul no início do século XX. A chegada de novas tecnologias, os processos de

urbanização e industrialização do país, influenciam econômica e politicamente o espaço do Rio Grande do Sul e o conflito é um evento histórico importante para conseguirmos sintetizar essas transformações. As questões de classe, raça e gênero estão presentes na narrativa e todas elas estão envoltas em relações que se materializavam na época e que hoje podemos visualizar através do diálogo com a arte - não só como registro histórico - mas como um registro do modo de vida do Rio Grande do Sul do início século XX.

### 3 Sombras na correnteza e a revolta de 1923

Cyro Martins nasceu em 1908, no município de Quaraí, localizado na porção sudoeste do Rio Grande do Sul e que faz fronteira com a cidade de Artigas no Uruguai. A região, que está dentro dos domínios do bioma pampa, faz parte do cenário em que se passa o romance analisado neste artigo. Conterrâneo e pouco mais velho que outro expoente da Literatura Rio Grandense do século XX – Dyonélio Machado<sup>2</sup>, Cyro Martins sai de Quaraí em 1920 para o internato do Ginásio Anchieta, fato que ele narra no romance *Sombras na Correnteza* (1979), quando o personagem Seu Bilo (mesmo apelido de seu pai) manda os filhos para estudar na escola localizada em Porto Alegre (NASCIMENTO, 2018).

Médico e especialista em Psicanálise – assim como Dyonélio Machado – é possível perceber a importância da *psiqué* humana na Literatura de Cyro. O autor reconhecido por sua “Trilogia do Gaúcho a Pé”, se debruçou bastante sobre as questões humanas, como comenta Hohlfeldt (1988):

Mantendo-se equidistante tanto do realismo socialista quanto do hermetismo burguês, que condena, Cyro Martins constrói exemplo único do que Ernildo Stein viria a denominar “literatura menor no seio da ‘grande’ literatura”, numa perfeita adequação da forma ao conteúdo, e que pode ser assim sintetizada: para representar e dar voz a um segmento absolutamente marginal e destituído de fala, havia que criar uma “língua oprimida”. Daí a afirmação, na conferência de 1944, de opor o “regionalismo” que era a marca da prosa e da lírica gaúcha até então, o “localismo” com que se identifica o escritor, constituindo sua obra, então, “documento precioso de uma época”, na arrojada aceção de Ernildo Stein<sup>3</sup> (HOHLFELDT, p. 32, 1988).

---

2 Nascido em Quaraí em 1895.

3 STEIN, Ernildo. *Instauração do sentido*. Movimento, Porto Alegre, 1977, p.76.

Não à toa a obra de Cyro vai tratar muito mais do cotidiano do que impulsionar uma mentalidade épica, forjada em heróis. Cyro, neste caso, preferia a figura do anti-herói, ou seja, figuras comuns do cotidiano que trazem a complexidade humana em si e que tem sua importância na escala local, associadas ao contexto coletivo em que estão inseridas (HOLFELDT, 1988).

Na orelha e no prefácio do livro analisado, Cyro já mostra qual foi a sua intenção na construção deste romance. Aos 71 anos de idade, propôs um retorno ao passado para a construção de um romance em que buscou criar uma conexão com o movimento revolucionário de 1923 e com as suas próprias vivências pessoais:

O fundo psicossocial corresponde a uma comoção histórica real, porém, em nenhum momento, pretendi assumir qualquer compromisso com o registro histórico. Os fatos característicos e as figuras atuantes da época compõem nestas páginas lado a lado com as personagens e as situações de pura invenção da tessitura literária. Estão de tal maneira entrosados que, em muitas passagens, fiquei um tanto perplexo, meio sem saber quem é quem, isto é, quem é fantasma e quem é gente de corpo inteiro (MARTINS, 1979, p. 7).

O relato do escritor corrobora com o comentário sobre a relação entre a subjetividade do imaginário literário com a realidade dos fatos vividos. O próprio autor afirma que em algumas passagens confundia personagens fictícios com pessoas reais. Da mesma maneira que o imaginário e o real se misturam na escrita de Cyro, o leitor também poderá construir o seu imaginário geográfico, sobre a revolta de 1923, a partir dessa relação entre ficção e real. Muitas das ações tomadas pelos seres humanos, são motivadas por um imaginário geográfico que nem sempre é forjado na concretude dos fatos, mas é também constituído por mitos, narrativas e elementos culturais herdados por meio da comunicação. Reforçamos a partir desse comentário, a importância do diálogo entre Geografia e Literatura para pensarmos a realidade atual e os processos históricos.

O romance *Sombras na Correnteza* (1979) se passa na região de São João Batista, nome original da cidade hoje chamada de Quaraí. O contexto é típico da região sudoeste do estado na transição do século XIX para o século XX. Uma economia baseada no gado e que presenciava intensas mudanças relacionadas a esse processo produtivo. O universo do boi é abordado justamente em uma época em que começa a aparecer no Rio Grande do Sul a técnica dos frigoríficos e com isso modificando um mercado que tinha

no charque um produto importante na região e que é mencionado algumas vezes no romance, como na observação da paisagem por parte do sargento Fernandez, que vem do Ceará ao Rio Grande do Sul com a missão de organizar as forças policiais governistas:

Os homens válidos estavam trabalhando no saladeiro desde madrugada. Cedendo começava a matança, e logo aquela azáfama na praia arrastando as reses desnucadas para se tirar o couro, esquartejar, cortar a carne em grandes mantas e encaminhá-la para refrescar, em seguida vinha a salga, a pilha e depois os varais, ao sol (MARTINS, 1979, p. 56).

As mudanças nessa cadeia produtiva, que tinha na estância a sua base, são citadas diversas vezes, como por exemplo na apresentação de um dos líderes maragatos do município de São João Batista, Zeferino Vargas:

Dono duma meia dúzia de quadras de sesmaria, um rebanho dumas quinhentas ovelhas, um gadinho de cria recém-entrando na mestiçagem, uns boizinhos de corte e uns trinta animais cavalares. (...) Este, o balanço de seus bens, pensava, enquanto troteava de volta para casa, cismando sobre a marcha do mundo, do seu mundo e do outro, mais distante, dos políticos da capital, dos negócios grandes, dos frigoríficos estrangeiros, dos bancos, das viagens de trem. Tinha suas aspirações, ah, isso tinha. E carregava uma mágoa surda do pai, que não o mandara para os estudos. Sentia-se homem para outros horizontes, mas não lhe deram rédea... (MARTINS, 1979, p. 23).

Este sentimento representa a juventude que começava a ambicionar outros modos de vida relacionado ao meio urbano. Essa representação exemplifica bem o movimento gerado pelo êxodo rural - que tem nos processos de modernização do campo, de industrialização e urbanização das cidades, o centro de sua explicação - processo que é intensificado na localidade da obra por causa do conflito. Essa discussão é trazida pela reflexão do personagem uruguaio Don Alfeo, que inegavelmente tangencia os temas centrais abordados por Cyro na "trilogia do gaúcho a pé":

- Mas no dia que dissolverem essa tropa e se os saladeiros fecharem - acentuou dramaticamente o uruguaio - não sei, será bruxo quem souber de que irá viver essa gente que nos arroteia. E tem mais, a aldeia não para de crescer. O pessoal da campanha, com a revolução, debandou, de lá, ricos

e pobres. A campanha está transformada num deserto. Pra se justar um mensal, é um Deus nos acuda. Aparecem alguns querendo trabalhar por dia, o que é uma novidade na fronteira, outros se apresentam apenas como esquiladores e um bom número de aramadores, já que, com o movimento das tropas, governistas e revolucionárias, ficou muita cerca cortada ou simplesmente deitada no chão. Agora, peão por mês, uma calamidade! Não sei o que irá ser dos fazendeiros! (MARTINS, 1979, p. 172).

Essa transição que representa um processo nacional e que resulta no choque entre a vida do campo e da cidade, também influencia as relações de gênero. Na obra, as mulheres dos estancieiros chegam a comemorar a existência do conflito que permitiu a mudança para um meio mais urbanizado e que as tira do marasmo de suas funções de zeladoria das casas e das crianças nas fazendas e as coloca em um meio mais movimentado: bailes, encontros e trocas com outras mulheres. A cena a seguir ocorrida no chá-tango organizado pelas senhoras assistidas (oposição ao governo de Borges) que organizavam a Cruz Vermelha Libertadora:

Serafinzinho atravessou o salão no momento exato em que a orquestra de Artigas, contratada por um preço para chá beneficente, irrompia na execução de mais um tango, dos mais milongueiros da época, os sons do acordeão cochichando melosamente no ouvido de cada namorado.

Iracema se fez de surpresa e falou em voz alta, como para que os circunstantes a ouvisse:

- Ah, mas que honra, dr. Serafim!

- A senhora merece dez vezes mais.

- Isto significa que eu mereço o Serafinzinho! (Mas esta frase já foi segredada)

Houve em redor um frêmito de cochichos. O romance já andava furtivamente circulando entre as famílias. E até, entre certas vizinhas, ameaçava ser acompanhado com maior interesse do que a própria revolução. Dona Medora, a mulher do escrivão, tapou a boca com o leque e murmurou para a comadre Flávia:

-Vê só como ele agarra a mão dela, como aperta a cintura, como quase roça o nariz no narizinho dela, meu Deus!

- Mas é por isso que ele anda solto na cidade, com todas as garantias, a senhora não sabe? – retrucou Flávia, mulher dum fazendeiro, que fora recentemente para a cidade, graças à revolução, bendita revolução,

senão ela morreria enterrada na campanha, sem nunca ver as maravilhas do chá-tango que estava apreciando, porque o marido é homem que não arreda o pé da estância pra nada!

- **Veja só Flávia, o que você estaria perdendo se não fosse a revolução!**

- **Eu já lhe disse, dona Medora: eu não me canso de bendizer esta revolução. Se não fosse um pecado, eu rezaria para que durasse.**

- Credo, comadre, não diga uma barbaridade destas!  
(MARTINS, 1979, p.121).

Essas situações, quando analisadas, podem oferecer indícios dos papéis sociais de gênero na época e na região, portanto, interessantes para refletirmos sobre as diferentes territorialidades (e conseqüentemente liberdades) entre homens e mulheres e como essas relações de poder influenciavam e eram influenciadas pelos processos sociais e políticos da época. Pela descrição visualizamos o papel dessas mulheres diretamente vinculado aos afazeres domésticos e de criação dos filhos. Em um ambiente rural, como na estância, onde há um deslocamento geográfico de vizinhos e de um ambiente mais movimentado, as mulheres ficavam entregues a uma certa monotonia e a pouca socialização. É papel do homem fazer política e garantir o sustento da família. Contudo, o ambiente urbano, mais povoado, permite às mulheres maior socialização e uma vida mais dinâmica do que a vivida na estância. Aqui é importante fazermos um recorte racial. Quando dizemos que as mulheres estavam destinadas ao trabalho doméstico, nos referimos às mulheres brancas, já que as mulheres negras estão inseridas no mercado de trabalho desde o início do tráfico de escravizados africanos. Seja em trabalhos domésticos para a família que lhe tinha a propriedade ou à serviços externos.

Outro ponto a destacar na passagem citada também relacionado à dimensão cultural do território e a influência de países como Uruguai e Argentina. Há no texto a referência ao tango, que na festa citada pelo romance, será tocado por uma orquestra da cidade de Artigas, localizada no Uruguai. Ou seja, devido à proximidade geográfica, há uma influência cultural desses países no Rio Grande do Sul. Esse fato está diretamente relacionado à localização e às tecnologias de transporte e comunicação da época, em que a fronteira oeste do Rio Grande do Sul estava mais conectada aos países da bacia do Prata do que com Rio de Janeiro.

O início do romance marca o ano de 1922 e o assunto mais falado é o resultado da eleição para governador do estado. Borges vinha de seu 3º e 4º mandatos (1913 a 1922) e disputava a possibilidade de exercer o seu 5º mandato, mantendo a perpetuação do poder nas mãos do Partido Republicano

Rio-grandense (PRR). Disputava a eleição com Assis Brasil. Na época, região rural localizada na fronteira, devido às condições técnicas do contexto, a comunicação era restrita. O armazém de Seu Bilo – localizado no Cerro do Marco, é o ponto onde as notícias que vêm da cidade se dissipam pelo campo. Por ter um telefone e estar localizado em uma estrada, é por lá que grande parte fica sabendo das novidades<sup>4</sup>. É por lá, portanto, que chega a informação de que Borges de Medeiros ganhou novamente. Os opositores de tradição federalista reclamam que a vitória veio a partir da fraude e já ensaiam a iminência de um novo conflito armado, aos moldes do que ocorreu em 1983 e que ficou marcado como o conflito mais sangrento ocorrido no Rio Grande do Sul, reconhecido como a guerra da degola - prática que comum que Maragatos (opositores) e Chimangos ou Pica-paus (governistas) utilizavam para matar os adversários políticos.

A fraude parece ser algo comum nas políticas da época, tanto que é relatada no romance pela perspectiva dos dois lados. Em uma conversa entre Zeferino Vargas e o comerciante Catinho Pinto, quando o segundo visita a Estância dos Vargas - família que no conflito de 1893 esteve do lado dos maragatos – para reconhecer os apoiadores do movimento opositoristas, ambos comentam sobre as eleições:

- [Zeferino] E você sabem bem quem é o Assis Brasil?
- Ora, bem mesmo, não posso dizer. Sei que é um cidadão ilustre ocupou muitos cargos, propagandista da república, representou o Brasil em vários países e que agora, faz uns quarenta anos, está retirado no seu castelo, o único castelo que existe no Rio Grande do Sul, Castelo de Pedras Altas, perto de Bagé.
- Pra começo de conversa, Zeferino, você já sabe bastante do nosso candidato. Então, conto com o amigo? Como correligionário, bem entendido.
- Eu estou de corpo inteiro com o sr., seu Catinho. Esta nossa conversa, pra mim, é como um partidador. Já me sinto largando a carreira.
- A gente vai nesta com muita coragem, embora saiba que a lei eleitoral é do Borges.
- A que permite voto dos defuntos.
- Dos defuntos a favor do governo (MARTINS, 1979. p. 12).

---

4 “- Jornal por aqui é mui raro, respondeu Zeferino. A gente vai sabendo as notícias, até essas grandes da política do centro, mais por conversas, aos fiapos. Depois vai costurando e afinal tira uma ideia, quando pode. Um zunzum das novidades eu ouvi um dia desses lá na venda do Seu Bilo. Ele estava entusiasmado. Acha que desta vez se derruba o Borges” (MARTINS, 1979, p. 13).

Os chimangos reconhecem a prática da fraude eleitoral, entretanto enxergam como um mal maior, para manter um poder coeso e centralizado em uma figura política forte. Depois de uma conversa entre os chimangos Coronel Niquinho e Olavo Freitas, da família que compôs as forças governistas em 1893, o estancieiro Olavo Freitas reflete:

De repente se lembrou, apreensivo, que o coronel não falara na legalidade nem uma única vez. Estaria ele achando que o chefeão, o cutuba velho, o dr. Borges, roubara a eleição, como diziam os assististas? E daí, que bobagem! Se o fizesse, teria errado muito? No seu entender, o Dr Borges não mais estaria fazendo do que defender a legalidade! Cumpria assim o seu dever de chefe supremo do Partido Republicano. Para isso ele pensava por todos, e se pensava por todos era porque pensava bem, tinha mais cabeça que todos eles juntos (MARTINS, 1979, p. 36).

A tradição positivista do PRR desde a figura de Júlio de Castilhos enxergava na liderança forte e centralizadora do caudilho o meio de garantir a ordem e o progresso. O histórico de ocupação do Rio Grande do Sul privilegiava essa centralidade do caudilho, tendo no estancieiro militarizado, a figura que defendera o território do Brasil meridional e que centralizava o poder econômico e político na região. Não por acaso, muitos dos títulos militares haviam sido conquistados devido à sua importância local ou recorrente de conflitos, não decorrência de uma carreira militar oficial, tanto que não recebiam soldo e tinha que custear o próprio fardamento, o cavalo e os utensílios (RUAS e BONES, 1997).

No romance, a dicotomia entre Maragatos e Chimangos pode ser representada por meio de duas famílias, respectivamente: a família de Zeferino Vargas, herdeiro de Bonifácio Vargas, maragato combatente na revolução de 1893; e a família de Olavo Freitas, herdeiro do Cel. Jacinto Freitas, também combatente em 1893, porém pelo lado dos Chimangos. É notável que a herança familiar não se dá apenas no campo econômico, mas no campo político e social. Cyro Martins narra o conflito utilizando a figura das duas famílias para marcar a oposição dos dois grupos políticos, apesar de identificar a complexidade das relações políticas e econômicas envolvendo outros indivíduos. Contudo, apesar das diferenças políticas ligadas à disputa de poder local e estadual, há inúmeros elementos semelhantes - que vão desde o labor do estancieiro, quanto às relações familiares e o modo de vida campeiro. Acreditamos ser um ponto importante na história o fato dos filhos desses grandes rivais, terem se apaixonado. É uma ironia comum em grandes histórias a contradição do amor em famílias que se odeiam. Essa

similitude entre rivais políticos, evidencia o fato de que as lideranças do conflito pertenciam a classes econômicas semelhantes, como descrito no trecho a seguir em que trata da aflição de Marfisa, esposa de Zeferino Vargas, acerca da indecisão da família em relação ao futuro na cidade:

Mas bem que às vezes se ansiava vendo aquela indecisão do Zeferino. Estaria esperando outra revolução? Não se dava conta que o dinheiro da lã se fora? Que o Seu Gaudêncio até já fizera um adiantamento por conta da safra seguinte, a de novembro de 1924? Mas ela e as gurias e o filho não queriam nem piar. Começavam todos a sentir arrepios diante da perspectiva de uma volta forçada para a campanha. Porém só tocavam nesse assunto entre eles, mãe e filhos, plenamente solidários, ora se não! A mais velhinha, a Zélia – o Zeferino nem bispava do namoro... Sabem com quem? Com o filho do Olavo Freitas! Quem diria?! Coisas que acontecem... (...) A revolução passou. Sim, passou. E talvez não fosse muito sincera se dissesse: passou, graças a Deus! O capitão Olavo Freitas, que vivia duma propriedade de pequeno criador, estava levando uma vida igualzinha à do capitão Zeferino Vargas, apenas com outra gente, outras rodas, outra divisa (MARTINS, 1979, p. 154-155).

Essa noção de permanência nas posições sociais - apesar das perdas econômicas e do endividamento de vários dos envolvidos no conflito - é discutida no romance quando na conversa com Zeferino, dom Alfeo comenta sua percepção acerca da revolta. Ele dá a entender que o movimento não pode ser considerado uma revolução pelo fato de que não há uma alteração na configuração das classes sociais. A disputa política é pautada pela diferença entre dois grupos da elite gaúcha, ou seja, a classe dominante quer seja antes ou depois da revolta, é a classe proprietária das terras. Ou seja, não houve uma mudança drástica na estrutura política e econômica. As mudanças envolveram mais o universo eleitoral e resultaram na diminuição do poder político do partido republicano. Segue adiante a reflexão do uruguaio dom Alfeo, um cidadão comum, porém com uma compreensão lúcida e complexa do conflito:

- E eles ainda têm a desfaçatez de chamar isso que andaram fazendo aqui, essas correrias, de revolução. Diga-me uma cousa, senhor: no frigir dos ovos o que é que queriam os assististas? Me dirão que queriam acabar com a reeleição eterna do Borges, o que conseguiram; com todos os intendentes provisórios, o que também conseguiram; com o voto

dos defuntos, e aí obtiveram outra vitória.

- E lhe parece, dom Alfeo, que esses resultados foram maus?  
- Dentro dum espírito de imediatismo político, até que foram bons. Mas foram conquistas eleitoreiras. Me parece que tudo isso não passa de pretexto para tomar o poder e não modificar nada daquilo que realmente faz falta ao povo e à nação. Enquanto esperam os efeitos das reformas eleitorais, as populações vão amolecendo a sua revolta no bafo (MARTINS, 1979, p. 172).

Entendemos que quando o autor comenta que as populações mais pobres esperam passivas as mudanças e vão “amolecendo a sua revolta no bafo”, além de marcar o menor poder político da classe trabalhadora desse universo rural frente aos estancieiros e grande proprietários, faz uma referência à cachaça, que é uma bebida vinculada à população mais pobre e que serve para manter controlada a rebeldia da massa ao amenizar, através da bebida, as dificuldades da vida. A consequência é que a população acaba por não conseguir organizar-se para realizar uma revolução de fato. A cachaça inclusive serve como um marcador social. Em uma parte do romance em que cita a organização de uma festa por parte do Coronel maragato Quincas. O coronel Quincas dá ordens para que seja servido “Champanha francesa e vinho estrangeiro para a elite, cerveja, para o povilêu. Cachaça não” (MARTINS, 1979), pois não queria que a festa “se transformasse, lá no arvoredado, entre a gentalha, numa borracheira coletiva e talvez alguns rolos” (MARTINS, 1979). Essa demarcação é importante para compreendermos a relação de poder entre proprietários de terra e os trabalhadores comuns.

A desigualdade social é marcada inúmeras vezes na narrativa. Uma passagem marcante é quando o sargento Fernández, recém-chegado na cidade, passa de automóvel por uma comunidade vulnerável e tem a seguinte impressão:

O automóvel dobrou duas quadras e já as casas de material principiaram a rarear, aparecendo sem demora, entre tufos de unhas-de-gato, o anônimo sujo rasteiro do casario da pobreza mesmo, da criança pálida e de barriga inchada, dos que não podem fazer um pequeno esforço sequer porque estão cuspidos os pulmões, dos que rogam milagres aos santos e aos bruxos prestativos numa ânsia de desespero, já esticando a canela. Dos que, a cada passo, jovens ainda, sentem que a sua vida é um tiquinho e que o seu destino desenganado é aquele, pra baixo, pra baixo da terra (MARTINS, 1979, p. 55).

Essa compreensão da desigualdade de poder econômico e consequentemente a desigualdade de acesso a uma melhor qualidade de vida, é importante para a leitura do processo histórico e condiz com a argumentação do personagem Don Alfeo. Em relação às relações-étnico raciais, a obra não relata descrições sobre territorialidade negras da região na época - e aqui destacamos que não há um julgamento moral nem a cobrança pela discussão de determinados temas por uma obra literária. Apenas uma constatação que está vinculada à subjetividade e ao olhar do próprio autor e que é orientada pelas suas referências culturais e socioespaciais. As menções às relações de poder étnico-raciais da época aparecem na forma de estereótipos reproduzidos por alguns comentários de personagens e a associação da população negra à servidão, resultante do processo histórico colonial e escravista da formação do território brasileiro.

O final do romance é marcado pelo armistício, o pacto de pedras altas e pelas consequências do conflito para as principais famílias da cidade. É importante pontuar as citações a eventos e figuras históricas que são mescladas no romance pelo autor. Honório Lemes, Flores da Cunha, Borges de Medeiros, Assis Brasil, entre outros nomes conhecidos, participam da ficção e a conectam mais ainda aos fatos históricos. Eventos reais, como a batalha do Ibirapuitã onde os dois personagens que representam a disputa - Zeferino e Olavo - se cruzam na batalha mais sangrenta descrita, fortalecem a tese de que o diálogo entre a Geografia e a Literatura é um meio bastante potente para refletirmos e melhor compreendermos contextos históricos e geográficos diferentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir este artigo, retomamos os questionamentos que o motivaram: foi possível refletir e compreender sobre o espaço geográfico da região de Quaraí durante a revolta de 1923? Entendemos que sim. As descrições presentes na obra informam os elementos objetivos que constituíam o espaço e o tempo do romance - num sentido objetivo. Porém, por meio da trama e da relação dos personagens entre si e com o meio, podemos apreender elementos vinculados simbólicas, culturais e subjetivas que faziam parte da sociedade e das individualidades da época. O conteúdo que mais complexo e que não se manifesta de maneira superficial é possível de ser compreendido quando utilizamos as ferramentas da Geografia.

Além da mera informação, a voz literária possibilita o exercício de um imaginário geográfico de um período e lugar que não estivemos, ou seja, através da interpretação das palavras escritas por Cyro Martins, podemos sentir um pouco do que era a campanha gaúcha no início do século

XX, como o conflito político movimentava a vida das pessoas, como era o cotidiano, os anseios e desejos. Um ponto que consideramos importante nesse diálogo da Geografia com a Literatura é potencialidade para se trabalhar com as escalas. O romance aborda tanto referências globais, nacionais e regionais, quanto evidencia questões individuais e coletivas da própria natureza humana. Relacionar a escala local dos acontecimentos que envolvem os personagens com os acontecimentos históricos de uma escala mais ampla é um movimento crucial para a Geografia e a Literatura acaba por facilitar esse movimento ao descrever situações no âmbito da escala local de maneira mais concreta, ao mesmo tempo que essas situações podem ser contextualizadas em um âmbito histórico-geográfico numa escala mais ampla. Se faz importante reforçamos que a voz literária não é só mera fonte de constatação de fatos históricos, ela aprofunda elementos cotidianos e revela subjetividades que muitas vezes não são destacadas pelo olhar mais objetivo da ciência. O contato com essas subjetividades descritas pelo romance tem resultado não só no nível espacial e histórico, mas também no nível intrapessoal - já que a arte tem o potencial de mobilizar sentimentos humanos - além de beneficiar o exercício da leitura. Destacamos também o contato com palavras e termos que não fazem parte do nosso contexto urbano do século XXI, contribuindo para um acúmulo de capital cultural de quem lê.

Portanto, ainda que seja um recorte, as informações presentes no romance nos permitem conhecer mais sobre o cotidiano da campanha durante a revolta de 1923, fornecendo reflexões acerca das relações econômicas, políticas, históricas e geográficas, ou seja, nos ajudam a compreender a espacialidade de determinado tempo e espaço a partir do romance. O conceito de território, ao focar a análise nas múltiplas relações de poder envolvidas no romance, favoreceu a percepção das relações sociais da época, aprofundando a leitura contextualizada do romance. Por fim, reconhecemos que trabalhos que envolvam a relação entre Geografia e arte tem o potencial de ampliar a aprendizagem de situações geográficas e eventos históricos de diferentes contextos, contribuindo para a produção científica e diminuindo a distância entre ciência e arte. Entendemos que esse artigo acaba por somar esforços ao de outros pesquisadores que buscam interpretar o espaço a partir da mesma temática de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- CASTRO, Júlia Fonseca de. Geografia e Literatura: da aproximação ao diálogo. In: SUZUKI, Júlio César; LIMA, Angelita Pereira de; CHAVEIRO, Eguimar Felício [Organizadores]. **Geografia, literatura e arte: epistemologia, crítica e interlocuções** [livro eletrônico]. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016.
- CAVALCANTE, Tiago Vieira. **Por uma geografia literária: De leituras do espaço e espaços de leitura**. Revista da ANPEGE. v. 16. nº. 31, p. 191-201, ANO 2020.
- DORFMAN, Adriana. **Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais**. Tese (doutorado) PPGG-CCMN UFSC. Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Leila Christina Dias, co-orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lia Osório Machado. 2009. Disponível em: <[http://www.tede.ufsc.br/tedesimplificado//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=921](http://www.tede.ufsc.br/tedesimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=921)>.
- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Geo UERJ**, [S. l.], n. 5, p. 7, 2020. DOI: 10.12957/geouerj.1999.49049. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/49049>. Acesso em: 14 nov. 2023.
- HOHLFELDT, Antonio. O lado das sombras: literatura e sociedade em Cyro Martins. **Letras de hoje**, Estudos e debates em linguística, literatura e língua portuguesa - Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, v. 23, n. 3, p.27-35, setembro de 1988.
- MARANDOLA JR., Eduardo; OLIVEIRA, Livia de. Geograficidade e espacialidade na literatura. **GEOGRAFIA**. Rio Claro, v. 34, n. 3, p. 487-508, set./dez. 2009.
- MARTINS, Cyro. **Sombras na correnteza**. Porto Alegre: Movimento, 1979.
- MOREIRA, Ruy. História. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- NASCIMENTO, Fábio Varela. A tentativa biográfica: o desafio de escrever parte da vida de Cyro Martins. **Letras de hoje**, Estudos e debates em linguística, literatura e língua portuguesa - Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, v. 53, n. 2, p. 232-239, abr.-jun. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/download/29473/17023/130889>>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- PESAVENTO, Sandra. J. Contribuição da história e da literatura para a constatação do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: PESAVENTO, Sandra. J.; LEENHARDT, Jacques. **Discurso histórico e nar-**

**rativa literária.** São Paulo: UNICAMP, 1998.

RUAS, Tabajara; BONES, Elmar. **A cabeça de Gumercindo Saraiva.** 2<sup>a</sup> ed.  
Rio de Janeiro: Record, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre o Espaço e poder, autonomia  
e desenvolvimento (pág. 77 – 116) In CASTRO, Iná et al (ORGS). **Geogra-  
fia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

**Recebido em:** 15/07/2023

**Aceito em:** 26/11/2023



# A REPRESENTAÇÃO DA REVOLUÇÃO DE 23 NA LITERATURA: *COGUMELOS DE OUTONO* (1972) GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO

## *THE REPRESENTATION OF THE 23'S REVOLUTION IN LITERATURE: AUTUMN MUSHROOMS (1972) GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO*

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues<sup>1</sup>

### RESUMO

O Rio Grande do Sul se deflagrou em conflitos ao longo do Estado após a vitória eleitoral conturbada do Presidente reeleito chimango Antônio Augusto Borges de Medeiros contra o maragato Joaquim Francisco de Assis Brasil em 1922, abrindo o estopim para a Revolução de 1923. Em 24 de abril de 1923, no interior do Estado, na Fazenda “Quatro Irmãos” ocorreu a Revolta do Combate na área de pertencimento de Boa Vista, nome anterior a cidade de Erechim/RS. Esse episódio histórico não ficou despercebido na literatura do escritor Gladstone Osório Mársico (1927-1976) em seu romance, *Cogumelo de Outono*, publicado em 1972, ano do recorte do estudo. O estudo objetiva-se a analisar a representação da Revolução de 23 em *Cogumelos de Outono*. Mársico se inspira na cidade de Erechim/RS<sup>2</sup> para elaboração de sua narrativa satírica ficcional, repleta de elementos verossímeis, que possibilitam o acesso a uma visão satirizada de um determinado período histórico pelo viés literário. Em termos teóricos metodológicos, dialoga com a História Cultural e situa-se na fronteira entre a Literatura e a História e utiliza para análise o conceito de representação do teórico Roger Chartier.

**Palavras-chave:** Revolução de 23; *Cogumelos de Outono*; Gladstone Osório Mársico.

---

1 Licenciada em Letras - Português e Inglês e Respectivas Literaturas pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (2012) orientada pela Prof. Dr. Lionira Maria Giacomuzzi Komosinski. Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (2019), orientada pela Prof. Dr. Rosane Marcia Neumann. Tem estudo focado na análise de representações na Literatura pós-moderna, estudos entre Literatura e História. Atua como professora de Língua Inglesa e Literatura da Escola Estadual de Ensino Médio Dr. João Caruso em Erechim desde 2012. Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo (2020), faz parte do Núcleo de Pesquisa História da Imigração - NEHI.

2 Em 27 de abril de 1809, Erechim integrava o território de Rio Pardo. Mais tarde, seguindo o processo de criação de novas regiões administrativas e municípios, em 28 de maio de 1834 passou a pertencer ao município de Cruz Alta. Já em 28 de janeiro de 1957 criou-se o município de Passo Fundo, e passou a terra de Erechim a fazer parte integrante deste novo município, instalado em 1857. Até 30 de abril de 1918 chamou-se Paiol Grande. A partir de 30 de abril de 1918 denominou-se Boa Vista, a partir de 7 de setembro de 1922 chamou-se Boa Vista de Erechim. Com o decreto 7.210 de 5 de abril de 1938 denominou-se José Bonifácio, e com o decreto nº 720 de 24 de dezembro de 1944 mudou o nome para Erechim.

**ABSTRACT**

*The Rio Grande do Sul erupted into conflicts throughout the state after the troubled electoral victory of the re-elected President Chimango Antônio Augusto Borges de Medeiros against maragato Joaquim Francisco de Assis Brasil in 1922, opening the fuse for the Revolution of 23. On 24 In April 1923, in the interior of the state, at Quatro Irmãos Farm, the Combate Revolt took place in the area belonging to Boa Vista, the former name of the city of Erechim/RS. This historical episode did not go unnoticed in the literature of the writer Gladstone Osório Mársico (1927-1976) in his novel, Autumn Mushrooms, published in 1972, the year of the study. The objective study is to analyze the representation of the Revolution of 23 in Mushrooms of Autumn. Mársico is inspired by the city of Erechim/RS for the elaboration of his fictional satirical narrative, full of believable elements, which allow access to a satirized view of a certain historical period through the literary bias. In methodological theoretical terms, it dialogues with Cultural History and is located on the border between Literature and History and uses the concept of representation by theorist Roger Chartier for analysis.*

**Keywords:** *Revolution of 23; Autumn Mushrooms; Gladstone Osório Mársico.*

**INTRODUÇÃO**

No início do século XX, o Brasil entrava no Ciclo Tenentista, um período de insurreições por uma política democrática de forma que se posicionavam contra as estruturas oligárquicas da República Velha do poder político concentrado nas mãos das elites agrárias tradicionais, cujo episódio símbolo foi um movimento político-militar, a Revolta dos 18 do Forte em Copacabana, em julho de 1922. No Rio Grande do Sul, o clima de tensão eclodiu em 25 de novembro de 1922, com o resultado das eleições para Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, sendo que Borges de Medeiros se reelegeu pela quinta vez eleito pelo Partido Republicano, enquanto que opositores articulavam apoio a Joaquim Francisco de Assis Brasil do Partido Federalista. Visto que, a Constituição Estadual constata a possibilidade de reeleição indefinida do Presidente do Estado:

Desde que obtivesse 3/4 dos votos dos rio-grandenses e, com a morte de Júlio de Castilhos, em 1903, seu fiel seguidor Borges de Medeiros elegeu-se quatro vezes para Presidente do Estado. Permitia também a Constituição Estadual que o Presidente indicasse o Vice-Presidente, bem como os Intendentes Municipais (MENEGATI; CARRARO, 2003, p.11-12).

Ao contrário da Constituição Federal de 1891, que em seu artigo 43 proibia a reeleição para Presidente, a constituição do Rio Grande do Sul permitia a reeleição em seu artigo 9º, com isso, os resultados das eleições possibilitavam dúvidas de fraude. Chiaparini e Menegati (1999) ressaltam que a posse de Borges de Medeiros ocorreu no dia 25 de janeiro de 1923, e

os federalistas desde a eleição começaram os preparativos de arregimento pessoal, “conseguindo armas e cavalos e dividindo o Estado em comandos: Zeca Neto na região de Pelotas, Honório Lemes na região da Campanha, Leonel Rocha na região de Palmeiras e Felipe Portinho na região de Erechim” (CHIAPARINI; MENEGATI In: Revista DM, 14 mar. 1999, s/p).

O escritor Gladstone Osório Mársico (1927-1976) nasceu em Viadutos ex-distrito de Erechim/RS, e faleceu em Porto Alegre/RS. Bacharel em Ciências Jurídicas, advogado da companhia inglesa judaica de colonização, *Jewish Colonization Association*, companhia de imigração inglesa responsável da instalação de imigrantes judeus na Fazenda Quatro Irmãos, hoje município de Quatro Irmãos. Atuou como ex-vereador do Partido Trabalhista Brasileiro (1956-1959). Na literatura publicou o livro de contos *Minha morte e outras vidas* (1958), e os quatro romances; *Gatos à Paisana* (1962), *Cogumelos de Outono* (1972), *Cágada (ou uma cidade a passo de)* (1974) e encerrou com a publicação *post mortem*, de *Furúnculo* em (1994). A crítica literária deu atenção a *Cogumelos de Outono*, Temístocles Linhares (1987, s/p), em sua obra *História Crítica do Romance Brasileiro*, considerou *Cogumelos de Outono* “o maior romance satírico jamais escrito entre nós”. Em outra crítica, publicada na revista *Veja* (5 abr. 1972, p. 88), sessão de Literatura, sob o título *À espera do Führer*, considerou Gladstone Mársico o “melhor talento satírico da nova literatura brasileira”, conforme Rodrigues (2019).

Em 24 de abril de 1923, na Fazenda Quatro Irmãos ocorreu a Revolta do Combate, área de pertencimento de Boa Vista, nome anterior a cidade de Erechim. Apesar de Mársico ter nascido posteriormente o ano de 1923, nota-se que na sua Literatura esse contexto histórico não ficou despercebido, porque o escritor teve acesso aos integrantes dos movimentos maragato e chimango, alguns dos quais participantes do movimento residiram em Erechim. Nota-se que “o autor, não anula a linguagem social em que se insere e vive. Ele, por meio dessa linguagem, torna a linguagem literária mais profunda e verdadeira”, conforme Souza (2005, p. 21). Desse modo, Mársico foi capaz de elaborar sua obra satírica ficcional com elementos verossímeis, que possibilitam analisar a representação da Revolução de 23 em *Cogumelos de Outono*. De acordo com Ferreira (2010, p. 2), sobre a verossimilhança afirma:

O verossímil não é mais, portanto, que uma analogia do verdadeiro, e por isso pode-se dizer que a ficção é a capacidade de um fazer crer, mercê do qual o artifício é tomado como um testemunho autêntico sobre a realidade e a vida. Ou seja, a arte da ficção manifesta-se como arte da ilusão.

Nesse sentido, entende-se que o compromisso do historiador se pauta na verdade; e o do ficcionista, na verossimilhança. Ainda, sobre a verossimilhança é possível observar o conceito de Hansen (2010, p.40), que a define como:

Um efeito semântico produzido quando o leitor relaciona o texto não com a realidade empírica, mas com outros discursos que constituem o campo semântico geral das explicações consideradas verdadeiras em sua sociedade.

A leitura da literatura satírica de Gladstone Osório Mársico dá acesso a uma nova possibilidade de acessar esse período histórico por meio de uma fonte literária carregada de sátira, que segundo Magalhães (2020, p. 68): nas “sátiras não há ingenuidade, todos os movimentos são engajados na construção da crítica. O riso, o humor contido nos textos, estão diretamente subordinados à questão da construção de um olhar contestador sobre a realidade histórica”.

No desenvolvimento do estudo há cruzamento de fontes, inclusão de revisão bibliográfica e utilização para análise do conceito de representação de Roger Chartier, que define a relação:

[E]ntre história e ficção, a distinção parece clara e resolvida se aceita que, em todas as suas formas (míticas, literárias, metafóricas), a ficção é “um discurso que ‘informa’ do real, mas não pretende nem abonar-se nele”, enquanto a história pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é (CHARTIER, 2010, p. 24).

Em termos teóricos metodológicos, o estudo dialoga com a História Cultural e situa-se na fronteira entre a Literatura e a História. A relação entre as duas áreas de conhecimento dá abertura a discussões entre historiadores, filósofos, e críticos da Literatura, pois são ciências com suas próprias especificidades. Porém, “o conhecimento histórico deve coexistir com outras verdades sobre o passado, produzidas pelas obras de ficção. A autoridade histórica não se reduz à historiografia” (CHARTIER, p.10). Ainda, sobre essa relação:

Acredita-se hoje que, tanto na teoria literária quanto na historiografia, investigar os entrecruzamentos da literatura e da história é uma tarefa muito produtiva, pois significa uma contribuição à tendência teórica enfatizada nos últimos anos no campo das ciências humanas, que defende ha-

ver um diálogo entre as áreas do conhecimento. Ademais, a partir da aproximação de dois campos do saber, o literário e o histórico, os avanços teóricos e conceituais construídos propiciaram outras perspectivas para representar a realidade (AQUINO, 2016, p.7).

Seguindo a mesma concepção de que as duas áreas do conhecimento permitem a realização de estudos relevantes:

[É] possível perceber que a relação entre História e Literatura se estreita por fatores epistemológicos, em que ambas utilizam da subjetividade ao interpretar a realidade, além de ressaltarem a identidade de um determinado povo por meio da preservação de aspectos culturais e históricos por meio da escrita, baseando-se, portanto, na memória e provocando reflexões em eles em seus leitores (OZELAME; OLIVEIRA, 2017, p.80).

Acredita-se que o estudo vinculado a História e a Literatura podem contribuir para uma nova perspectiva reflexiva de acesso ao contexto histórico da Revolução de 23. A trama imaginária de Mársico conta de que maneira viviam os habitantes de numa cidade interiorana no início do século XX, descrevendo suas personagens imaginárias com qualidades e defeitos, e trazendo aspectos da realidade histórica para o imaginário. Dessa forma, a representação feita na literatura de Mársico perpassa o imaginário:

O imaginário encontra a sua base de entendimento na idéia da representação. Neste ponto, as diferentes posturas convergem: o imaginário é sempre um sistema de representações sobre o mundo que se coloca no lugar da realidade, sem com ela confundir-se, mas tendo nela o seu referente. Mesmo que os seguidores da História Cultural sejam frequentemente atacados por negarem a realidade - acusação absurda e mesmo ridícula - nenhum pesquisador, em sã consciência, poderia desconsiderar a presença do real (COSTA; MACHADO, 2006, p.12).

Costa e Machado (2006) salientam que a representação é constituída pelo imaginário, mas não descartam a presença do real. Ainda, para a estudiosa Vera Beatriz Sass (1994) em sua dissertação, *O satírico e o Picaresco em Gladstone Osório Mársico* salienta que: “*Cogumelos de Outono* apresenta-se como um grande painel enriquecido por doses de ficção, onde a sátira de Mársico figura como elemento expressivo, com ampla liberdade temática e filosófica” (SASS, 1994, p.73).

Para dar sequência, aparece a análise da representação da Revolução de 23 na literatura: *Cogumelos de Outono* (1972) Gladstone Osório Mársico e sem delongas uma breve consideração final.

## **1 A representação da Revolução de 23 na literatura: *Cogumelos de Outono* (1972) Gladstone Osório Mársico**

No início da década de 20 acontecia um descontentamento dos liberais da Aliança Libertadora com o Governo Republicano de Borges de Medeiros, sendo o candidato lançado pela quinta vez nas eleições marcadas para 25 de novembro de 1922, a oposição reagrupou-se em torno de Joaquim Francisco de Assis Brasil e da fraude eleitoral. Além disso, o descontentamento era pela continuação “por quase 25 anos e, muito embora de moral ilibada, Borges de Medeiros estava com sua administração desgastada pelo tempo e desprestigiada, somando-se as arbitrariedades dos Intendentes Municipais por ele nomeados” (MENEGATI; CARRARO, 2003, p.12).

Em 24 de janeiro de 1923, a comissão de deputados da Assembleia Legislativa encerrava os trabalhos com o resultado da vitória de Borges de Medeiros por 106.319 votos, contra 32.217 de Joaquim Francisco de Assis Brasil (MENEGATI; CARRARO, 2003). Então, Assis Brasil indagou a constitucionalidade da lei eleitoral estadual, determinando a renúncia de Borges de Medeiros e impedindo que os prefeitos e vice-governador fossem nomeados. “Borges não aceitou o tribunal de honra, querendo apenas um parecer da Assembleia formada pela maioria absoluta por deputados do Partido Republicano” segundo Flores (2013, p. 169).

Flores (2013) ressalta que, para evitar a posse de Borges de Medeiros em 11 de fevereiro de 1923, “a oposição se levantou em armas, tendo como chefe civil Assis Brasil e diversos chefes militares locais, que agiram por conta própria, sem combates decisivos, esperando a intervenção federal” (FLORES, 2013, p. 170). Em 24 de janeiro de 1923, partindo de Carazinho em direção a Passo Fundo se dirigiram alguns líderes do movimento maragato de Erechim<sup>3</sup>, que se chamava Boa Vista do Erechim e “nesta época tinha como Intendente o Dr. Nelson Pereira Ehlers, que em 5 de fevereiro de 1923 renunciou, assumindo a Intendência o coronel Celestino Franco” (CHIAPARINI; MENEGATI In: Revista DM, 14 mar. 1999, s/p).

O General Felipe Nery Portinho tomou Erechim em 12 de março de 1923, nomeando um Intendente Provisório, com isso, as autoridades borvistas constituídas “fugiram para Passo Fundo, deixando acéfala a admi-

3 Os maragatos: Leopoldino Silva, Roberto Paula Chaves, Favorino Pinto, Emiliano de Paula do Nascimento, Zeca Ferreira e outros.

nistração municipal e os maragatos administraram a cidade, dominaram a região até 18 de setembro de 1923” (MENEGATI; CARRARO, 2003, s/p). Em *Cogumelos de Outono*, aparece uma cidadezinha verossimilhante chamada de Boa Vista, localizado no Vale do Rio Dourado, que elucida o ano de 1923:

Boa Vista fora descoberta pelos estranhos- fazia pouco- gente que de vez em quando passava ali em direção a Passo Fundo ou Porto Alegre ou, vice-versa, em direção a Passo Fundo ou Porto Alegre ou, vice-versa, em direção a São Paulo, e que era obrigada ao pernoite por obra dalgum descarrilamento ou “entrega-dos-pontos” da locomotiva e, naquele ano de 1923, segundo diziam as más línguas, o local era muito recomendável para quem não tivesse muito amor ao estômago ou à vida (MÁRSICO, 1972, p. 129).

Da mesma forma, que na ficção a região do Alto Uruguai tinha o transporte ferroviário, sendo que, Passo Fundo inaugurou a ferrovia em 1898 e Erechim em 1918, segundo Chiaparini (1999, p.1), “a ferrovia foi fator decisivo para a vinda de imigrantes, para a importação e exportação e para as comunicações via telégrafo”. Ainda, Mársico satiriza o ano de 1923, que não era recomendável devido a movimentação política revolucionária em todo o Estado, e Erechim não era recomendado porque em seu território ocorrera o Combate do Desvio Giareta comandada pelo republicano capitão Firmino de Paula contra as tropas do federalista capitão Felipe Nery Portinho nas intermediações da ferrovia Santa Maria- Marcelino Ramos, entre os quilômetros 445 e 448, em 23 de julho de 1923:

As forças do Gal. Felipe Portinho estavam acampadas perto do Desvio Giareta quando foram atacadas pelas forças do Gal. Firmino de Paula. Estas vinham em dois comboios, cada um com 20 vagões. O primeiro transportava cavalos e no segundo vinham soldados, em carros blindados. Os revolucionários armaram uma emboscada antes dos trens chegarem ao Desvio, entrincheirando-se no mato e minando a ferrovia [...]. Houve neste combate, que durou mais de dez horas, muitos mortos e feridos (DUCATTI NETO, 1981, p. 127).

A propaganda política quer dos chimangos ou maragatos antecedeu de força intensa em todo o Rio Grande do Sul, para as eleições de 25 de novembro de 1922, “boletins e panfletos eram distribuídos à população, comícios eram efetuados nas principais cidades e em especial as naquelas servidas pela Viação Férrea, e em Erechim foram distribuídos os panfle-

tos” (MENEGATI; CARRARO, 2003, p.12). Erechim recebeu a visita dos dois candidatos, o candidato Joaquim Francisco de Assis em 1922, realizou um comício em frente da Comissão de Terras. O comício em Erechim é representado em *Cogumelos de Outono*:

Um dia, porém, houve um comício dos federalistas, por coincidência bem na noite em que o Velho Borges chegou de trem para uma visita aos seus correligionários. Ele veio de propósito, cumprindo a recente promessa, para mudar o panorama das eleições que se avizinhavam e cobrar a famigerada dúzia de ovos que o deixara comendo bife-a-pé desde aquela data. Passo Fundo se embandeirou inteira para receber o Presidente e os correligionários programaram uma homenagem de cobra mandada no Club Comercial, fora do relento, bem protegida das manifestações de carinho popular. Mas quando o banquete estava em meio ao brinde, o Velho Borges pigarreando para começar o seu discurso, os maragatos se amontoaram lá fora, na rua soltaram foguetes nas vidraças e por cima do telhado e começaram a gritar em pé de guerra: - Abaixo o Antônio Chimango! Abaixo o Antônio Chimango! (MÁRSICO, 1972, p. 29-30).

Mársico representa os comícios maragatos e chimangos realizados em praça pública. Mársico coloca na evocação dos gritos das personagens o descontentamento dos munícipes contrários à reeleição de Borges de Medeiros, sabendo-se que em Erechim haviam forças maragatas, os quais nomes destacam-se: Marcos Ochôa, Celso Ochôa, Eurides Castro, Aldo Afonso Castro, Leopoldino Silva e Isaac Pereira, dentre outros. Em Getúlio Vargas, município próximo a Erechim, muitos cidadãos apoiavam os maragatos, visitando o acampamento para levar roupas e mantimentos, sendo composta pelas mulheres: Hedwiges Cony Germano, Julieta Basso, Rosalina Agazzi, Hilda Giacomazzi, dentre outras, conforme Menegati e Carraro (2003). Em *Cogumelos de Outono* fica evidente que a história tem servido de inspiração para a ficção, sobre a divisão política de chimangos e maragatos:

[O] Velho Borges mandava e desmandava no primeiro e, graças ao seu pulso forte e uma habilidade toda especial na proteção e inviolabilidade das urnas, ia se reelegendo sempre e, pelo jeito, queria morrer tuberculoso no cargo (era magro como um varapau) sabia lá Deus quando! Como ali na Fronteira havia praticamente um delegado para cada urna e os eleitores eram sempre os mesmos até depois de mortos, o negócio era emigrar para onde houvesse vaga [...]. O Tropeiro emigrou, então, para Passo Fundo, na zona da serra,

município meio taludinho e, nos últimos tempos, com uma fama danada de ter votos divergentes nas urnas por falta de amparo. Mas Passo Fundo já tinha dois delegados: um titular, o durão, que era o terror de Boa Vista, e um sobressalente por via das dúvidas e impedimentos. O Velho Borges não se conformava, de jeito nenhum, de perder as eleições ali, nas duas urnas, que julgava devidamente protegidas contra a violação alheia, e se convenceu de que já estava na hora de acabar com essa brincadeira (MÁRSICO, 1972, p. 28-29).

Gladstone Mársico satiriza as eleições fraudulentas porque as urnas tinham votos divergentes, “pelo eleitorado fantasma que votou para o Borges de Medeiros” (MENEGATI; CARRARO, 2003, p.170), e o poder e a influência política de Borges de Medeiros que não estava disposto a perder a eleição. Na reportagem *Borges, o esquecido* (UCHA In: Zero Hora, 12 ago.1983, p.14), ressalta que:

José Augusto Borges de Medeiros foi um homem muito importante no Rio Grande do Sul e, em determinada época, deteve um poder que poucos concentraram em suas mãos. Esteve 25 anos no comando do Estado, e influenciou de maneira decisiva, por diversas vezes, na política do País.

Quanto à questão de Borges de Medeiros ser o responsável pela tomada das decisões e a escolha dos intendentes, Juarez Miguel Illa Font (1983, p. 147), ressalta:

O presidente Borges de Medeiros não tivera sorte com os moços de Erechim. Todos os que nomeara intendentes eram homens brilhantes em suas profissões, mas inexperientes e sem o necessário conhecimento de uma sociedade heterogênea em efervescência formativa.

Em *Cogumelos de Outono*, somente integrantes de uma família tradicional tinham direito ao voto. Mársico crítica o sistema eleitoral, visto que somente homens votavam, e que:

[N]aquela eleição, a primeira que o Tropeiro de Lesma dirigiu em Boa Vista e se matou de tanto trabalhar na esperança duma breve aposentadoria, o Velho Borges não teve um voto contra. Os trinta e oito eleitores inscritos, quase todos da família Rampanella, se abstiveram de votar. Aquele foi o maior trabalho que teve. Depois, veio a Revolução de 23, onde todo o mundo falava em novas eleições (<<Deus o livre!

>>), que acabaram não saindo tão cedo (<<felizmente! >>)  
(MÁRSICO, 1972, p. 30-31).

Nesse aspecto, satiriza que em Erechim os eleitores tinham medo de votar, preferindo abster-se do voto, isso tem relação com a “pressão e ameaças feitas ao funcionalismo público estadual e as patrulhas da Brigada Militar que se postaram no dia da eleição defronte aos locais das mesas eleitorais e os assassinatos dos assististas” (MENEGATI; CARRARO, 2003, p. 13), e com a morte do maragato Oswaldo Gomes Fortes em Erechim durante a eleição. Em *Cogumelos de Outono*, o personagem Tropeiro de Lesma consegue um emprego de Delegado em Boa Vista, por interferência do Velho Borges. Mársico traz o favorecimento de ocupação de cargos públicos por meio da influência política de Borges nas decisões do Estado:

[J]á naquele tempo se falava muito em emprego público e se dizia que o Velho Borges, com um bom pistolão, nomeava Delegado de Polícia a torto e direito para conseguir resultado nas eleições (MÁRSICO, 1972, p. 28).

Os chimangos ou borgistas eram membros do PRR, Partido Republicano Rio Grandense comandados por Borges de Medeiros e a oposição eram os maragatos ou assististas, membros do Partido Federalista sob o comando de Assis Brasil. Em *Cogumelos de Outono* mostra a origem do nome chimango:

Ora, se era coisa que deixava o Velho Borges com ardores de juventude e o pulmão como uma usina de gasôgênio era o apelido de Antônio Chimango, posto nele pelo ex-Correligionário Ramiro Barcelos numa sátira poética que o comparava, pelo físico “esmirrado”, a um passarinho << magro como o lobisomem, mesquinho como o demônio>>. O Velho Borges quase transformou o seu discurso num testamento na agonia de ver as coisas pretas na escuridão que se seguiu. Mas, quando estava clareando o dia, fez-se um silêncio mortal e se constatou que a Oposição ficaria para sempre na calçada (MÁRSICO, 1972, p. 30).

Gladstone O. Mársico faz uma caricatura de Borges de Medeiros sobressaindo o exagero de sua magreza e outras características físicas, “esmirrado, a um passarinho, magro como o lobisomem, mesquinho como o demônio”. Arrigoni (2011, p. 2064), diz que: “a caricatura prioriza a distorção anatômica, revelando traços da personalidade do retratado”. Ainda, Gladstone Osório Mársico cita o ex-correligionário Ramiro Fortes de Barcelos:

que por divergências com Borges de Medeiros a respeito do candidato do PRR ao Senado em 1915, rompeu com ele e com o partido e escreveu Antônio Chimango – *Poemeto campestre*, dirigido a Borges e sua máquina política. O personagem-título era o senhor todo-poderoso da “estância de São Pedro” (o Rio Grande do Sul), que elegia e depunha deputados e senadores (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, 2023, s/p).

Mársico utiliza o apelido chimango para compará-lo a uma ave de rapina do Rio Grande do Sul. Em *Cogumelos de Outono* aparece quem eram os maragatos:

Desde aquele tempo o Rio Grande já se achava dividido em benefício da política e havia dois partidos: o republicano (cujos adeptos eram chamados de chimangos e usavam lenço branco no pescoço) e o federalista (conhecidos como maragatos e que usavam lenço vermelho no mesmo gargalo) - partidos que, apesar de saídos da mesma panela conservadora, eram dois metais que não se fundiam nem debaixo da água (MÁRSICO, 1972, p. 28). O mais grave de tudo era que Maroca não passava de forasteiro, residia noutras bandas. Viera de Lagoa Vermelha para trazer um gado a dois fazendeiros de Quatro Irmãos, chegara numa sexta, fizera as contas no sábado e, domingo, antes de viajar, resolvera ir à Missa [...]. Pusera o lenço vermelho no pescoço porque, sem ele, era como se não tivesse nada por baixo. Desde que o recebera de presente do General Santo Cristo Rezende – o grande chefe revolucionário, infelizmente derrotado pelo Capitão Gaudério, com reforço estrangeiro- e se tornara maragato, fizera dele uma relíquia, não o tirava do corpo nem para dormir (MÁRSICO, 1972, p.151).

Nesse trecho, nota-se a similaridade com a divisão dos dois grupos, que usavam cores diferentes de lenços para diferenciá-los politicamente. O termo “maragato” apareceu no Rio Grande do Sul em 1893, durante a Revolução Federalista. “Os “maragatos” representavam os federalistas, liderados por Gaspar Silveira Martins, e eram identificados pelo uso de lenços vermelhos” conforme o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (2023, s/p). Já os apoiadores de Borges de Medeiros usavam lenço branco e pertenciam ao Partido Republicano.

Em Erechim, o padre Carlos Schwergschlager, segundo pároco da matriz São José, no período de 1922 a 08 de maio de 1926, envia uma correspondência em 16 de junho de 1923, enviada ao intendente Themístocles

Celso Ochoâ, dizendo que no dia 9 de junho de 1923, o padre Carlos recebeu acusação de ser “chimango” via carta pelo Tenente Coronel Cony da liderança Maragata. Na carta, o padre Carlos explicou: que ele estava num acampamento revolucionário maragato e disseram que ele tinha em seu poder um revólver. Robertino Chaves auxiliar do Tenente Coronel Cony havia dito de fonte segura que o padre Carlos “tinha pregado na Igreja que se votasse em Borges” (SCHWERGSCHLAGER, Carlos. [Correspondência]. Destinatário: Intendente Themístocles Celso Ochoâ, Erechim, 16 jun.1923). Ainda, na carta o pároco diz estar ofendido com a acusação e descreveu os reflexos da revolução no município. Carlos Schwergschlager tenta se justificar dizendo que, “nunca me meti na política, mas simplesmente respeitei as autoridades legalmente constituídas como era seu dever de cidadão, e mais ainda vigário” (SCHWERGSCHLAGER, Carlos. [Correspondência]. Destinatário: Intendente Themístocles Celso Ochoâ, Erechim, 16 jun.1923).

Na ficção de *Cogumelos de Outono*, aparece o personagem maragato Maroca do Prazeres que usa lenço vermelho, que têm uma desavença com Frei Ventura na missa ao contrariá-lo no sermão de apoio a Borges de Me-deiros. Então, os borgistas não aceitam que Maroca um forasteiro negro maragato, pudesse se posicionar. Em *Cogumelos de Outono*:

Frei Ventura, porém, achou que não devia perder mais tempo. Borgista de quatro costados, descobriu a tática infalível de acabar com essa onda de uma vez por todas, pelo menos ali na sua paróquia. Abrindo o sermão naquela bonita manhã de primavera [...]. Fez a versão para o latim, para deixar menos compreensível o negócio, e dali por diante enveredou para o comunismo, o perigo vermelho que estava por toda a parte. Quando os fiéis já estavam com medo até de pensar na cor do pecado, incluiu uma referência maliciosa aos seguidores de Assis Brasil o <<Lúcifer dos Maragatos>>, como ele o chamava na intimidade porque ainda era muito forte dizer aquilo em público. Disse então: - Até em nossa Pátria, em nosso Município, em nossa cidade, a Besta do Apocalipse está surgindo. Agora mesmo, já não bastou o derramamento de sangue nua recentíssima cruzada cristã, e se pretende oficializar um partido de oposição ao governo legitimamente constituído, tendo como bandeira um simples lenço vermelho. Isto é um sacrilégio! – Não apoiado! - Interveio lá dos fundos da Igreja. Era um preto de olhar morno, estatura mediana, casaco de linho branco, calça de flanela escura e um vistoso lenço vermelho no pescoço [...]. Onde se vira coisa igual, interromper o padre no sermão? Frei Ventura, estupefato com o desaforo do aparte fuzilava o

templo à procura do herege. [...]. Aliás, a situação de Maroca do Prazeres, o réu, não era nada boa. Tirando os veneráveis irmãos da Loja Maçônica de Passo Fundo, que deram uma gozada secreta quando souberam da notícia e alguns ardorosos, fanáticos e anônimos simpatizantes de Assis Brasil - *o asa negra do castilhismo* todo o resto da população tomara partido do padre. Era só o que faltava: um negro e, ainda, por cima, maragato, ter o topete de atirar num Ministro de Deus dentro duma Igreja e, em pleno sermão (MÁRSICO, 1972, p. 140-150).

Mársico satiriza a instituição Igreja Católica local representada pelo personagem Frei Ventura, que mantendo domínio sobre seus fiéis se aproveita da condição de Frei e do sermão religioso para realizar comentários sobre política, aludindo a cor vermelha ao comunismo ao pecado, até mesmo ao diabo, quando inclui a referência maliciosa aos seguidores de Assis Brasil como o Lúcifer dos Maragatos, isso tem relação de como eram chamados os maragatos pelos chimangos, “de bandoleiros, desordeiros, malta de sicários e quadrilhas ladrões” (MENEGATI, CARRARO, 2003, p.198).

Menegati e Carraro (2003, p.179), salientam que: o “padre exercia um forte poder sobre todos, era o juiz, o conselheiro, o apaziguador de querelas entre os paroquianos, e sempre era procurado”. Mársico diz que “a população tomara partido do padre” porque a maioria da população erechinense era católica e que somente os irmãos da Loja Maçônica de Passo Fundo não se importaram com o acontecimento relacionado ao padre porque era simpatizante de Assis Brasil, isso tem relação com os maçônicos maragatos que lutaram no combate e Quatro Irmãos, o Capitão “Júlio Muller, era maragato, que foi sepultado em sua terra natal, Passo Fundo, e velado na Loja Maçônica Concórdia do Sul e para lá foi conduzido por maçons que residiam em Erechim” (MENEGATI, CARRARO, 2003, p.185). Nota-se que Mársico se apropriou de discursos anteriores ao seu nascimento (1927), através do seu meio social, das pessoas que conheceu em Erechim que viveram no período da guerra civil e de suas leituras sobre a Revolução de 23, para construir sua ficção. Isso teoricamente é explicado, por que:

História e ficção são ambas construídas por meio de um discurso, em que cada falante seleciona e organiza subjetivamente a realidade. Sendo assim, uma gama imensa de discursos que se valem de discursos anteriores é produzida, mostrando que o ser humano faz uso da linguagem para entender o mundo, o seu passado (SYLVESTRE, 2011, p. 24).

Juarez Miguel Illa Font (1983), em sua obra *Tempos Heroicos*, ressalta que, no dia da posse de Borges de Medeiros, em 25 de janeiro de 1923 aconteceram às primeiras escaramuças no Alto Uruguai sob inspiração do deputado Arthur Caetano da Silva, e afirma, que:

A revolução começa com grande mobilidade: cavalarianos assaltando cidades e vilas, fugindo ao contato das forças legais. A princípio os armamentos dos revolucionários são mínimos. Logo seriam reforçados. Em fevereiro o governo está incerto do resultado e a situação militar parece instável, tendo os partidários de Arthur Caetano e Leonel Rocha [...]. Cumprindo ordem do governo o intendente Celestino Franco, autoridades e funcionários públicos retiram-se para Passo Fundo. Pouco depois revolucionários entram na Vila e nomeiam Marcino Castilhos administrador do Município, mas 23 horas depois têm de abandoná-la [...]. A 12 de março pequena força de Fontoura Cruz e Dr. Miguel Revoredo reentra em Boa Vista sem resistência. Aprisiona a guarda municipal, apreende seu armamento e liberta quatorze presos da cadeia civil (FONT, 1983, p. 149).

O avanço das tropas da Revolução de 23 aparece em *Cogumelos de Outono*:

A missão da pequena tropa do Capitão Gaudério, quase toda na base da infantaria porque os oficiais andavam escassos e servindo noutros pagos de maior fôlego, era impedir, a qualquer preço, o avanço do famoso General Santo Cristo Rezendes pelos campos da Fazenda dos Quatro Irmãos porque ele, segundo anunciara << a quem interessar pudesse >>, se dirigiria de lá para ocupar Boa Vista, que era considerada ponto estratégico de toda a região devido à sua proximidade com o Estado de Santa Catarina, e- o que era para o Capitão Gaudério um acinte muito difícil de engolir- para se instalar no Palácio da Intendência e- ainda mais essa!- com a licença do anfitrião, fazer um <<bobo>> de maragato no tapete, bem no meio do salão nobre, na frente do retrato do Velho Borges (MÁRSICO, 1972, p.218).

Mársico, por meio do personagem chimango, Capitão Gaudério mostra a oposição aos maragatos, e a não aceitação da tomada de Erechim pelas tropas de Felipe Portinho. Mársico destaca a localização fronteiriça de Erechim ser estratégica com o Estado de Santa Catarina, visto que o coronel Felipe Nery Portinho contava com o apoio do então presidente

do Estado de Santa Catarina, Hercílio Luz, inimigo político de Borges de Medeiros, dessa forma Portinho manteve combates acirrados na fronteira entre os dois Estados. Esse apoio dos intendentes a Borges de Medeiros associa-se ao apelido negativo de “trindade maldita” que a população erchianense apelidara suas autoridades o: Juiz Distrital Celestino Franco, o Chefe da Comissão de Terras Humberto Luna Ricci e o engenheiro Mário Requião, conforme Menegati e Carraro (2003).

Menegati e Carraro (2023) salientam que, o intendente provisório major Renato Pereira Gomes entregou ao Intendente Municipal Pedro Pinto de Souza, um relatório do período de 1º de outubro de 1923 a 31 de maio de 1924, no qual sobre sua gestão dizia-lhes:

O município achava-se completamente anarquizado devido acefalia que por longo período permaneceu, encontrando eu a Intendência saqueada, onde até o cofre destinado a guarda de valores e livros, arrombados (MENEGATI; CARRARO, 2003, p. 88).

Em *Cogumelos de Outono*, o personagem Capitão Gaudério preocupava-se com a Intendência e com a perpetuação de seu cargo de Intendente:

O Capitão Gaudério tinha motivos altamente defensáveis para se preocupar mais com o seu Palácio do que com Boa Vista. Não fazia muito que ele o inaugurara, trazendo o Velho Borges para cortar a fita e botando o retrato dele na parede, uma cópia fiel do busto que erigira na Praça da Bandeira. O palácio era, para ele, como as pirâmides do Egito para cada um dos faraós, marco imperecível dum reinado absoluto sobre aquelas vítimas que tantas pedras de imposto carregaram nas costas para consolidar o monumento, onde gostaria de ser, não apenas velado, mas enterrado, quando o convite da Divina Providência, ainda muito longe, viesse surpreendê-lo no cargo. Sim, porque o Velho Borges, quando o nomeara, dissera-lhe duas coisas: - Gaudério, a partir de hoje, serás Capitão e, além de Capitão, Intendente de Boa Vista, no Vale do Rio Dourado. Podes ficar tranquilo que morrerás nos dois cargos. Te dou a minha palavra de honra! E o que o Velho Borges dizia, era lei para todo o sempre, a menos que um desgraçado como aquele General Santo Cristo Rezende resolvesse fazer algum pacto com o diabo e mudar o curso da História (MÁRSICO, 1972, p. 218- 219).

Gladstone Mársico traz a representação do prédio da Intendência

saqueado pelas tropas revolucionárias, que hoje abriga a Prefeitura Municipal. Em 1923, a Intendência era a sede administrativa da cidade e na sua estrutura inferior abrangia a cadeia pública municipal. Mársico debocha de Borges de Medeiros ao dizer que deveriam fazer-lhe um busto em sua homenagem em Erechim, porque lembraria que Erechim foi elevado à categoria de município através do decreto estadual nº 2342, de 30 de abril de 1918, assinado por Borges de Medeiros, desmembrando o município de Erechim de Passo Fundo. Porém, Erechim não inaugurou um busto para homenagear Borges de Medeiros, tendo somente dado seu nome para uma pequena rua da cidade. Mársico compara a intendência com uma pirâmide do Egito, porque a Intendência foi construída no período Republicano, que para Maríndia Giardello Detoni (1993, p. 80):

A prefeitura carrega significado ideológico e tornaram-se símbolos da virtude republicana. Era o anseio de mostrar o equilíbrio e bom gosto. Á escala monumental reforçava a ideia positivista de hierarquia. A localização consolidava aquela praça como o centro geométrico e político da cidade.

Dessa forma, Mársico ao debochar da Intendência revela o seu descontentamento pelo Partido Republicano, ao fazer chacota da construção mais imponente da cidade.

Menegati e Carraro (2023) salientam que no dia 31 de janeiro de 1923, chegou a Erechim por meio da ferrovia o deputado Arthur Caetano da Silva, um dos chefes do movimento revolucionário maragato, dirigindo-se a Intendência Municipal, declarou depostas as autoridades do município e nomeou o administrador maragato Marcino Castilho, numa ata assinada por um grande número de munícipes. Entretanto, Marcino Castilhos administrou o Poder Municipal somente 23 horas, porque adentrou na cidade uma tropa de Firmino de Paula, comandando 1000 chimangos. O General maragato Felipe Nery Portinho primeiramente invadiu Lagoa Vermelha e comandou uma tropa de 700 a 800 homens dirigindo-se as proximidades de Capo-Erê Velho e Campo Erechim.

O General Felipe Portinho recebeu a visita do pároco Carlos Schwergschlager, que “pessoalmente, sozinho, foi até lá e pediu que Gal. Portinho que poupasse as famílias de trabalhadores ordeiros, pois estes não se envolviam na política” (MENEGATI; CARRARO, 2003, p.180), e do General João Rodrigues Menna Barreto que operava em Carazinho. A tomada de Erechim pelos maragatos era vista nos primeiros dias de janeiro, porém para impedir os chimangos organizaram uma defesa civil pela Guarda Municipal:

O chefe da Inspetoria de Terras, Engenheiro Mário Requião, organizou a defesa civil da cidade pela Guarda Municipal, pagando \$5,00 por dia a todos os chimangos que se inscreveram. No dia 14 de janeiro à Guarda Municipal foram “requisitados” cavalos dos fiéis católicos que chegaram para a missa dominical e parte dos mais jovens ficaram presos no pátio da Comissão de Terras (MENEGATI, CARRARO, 2003, p.19).

O padre Carlos Schwergschlager exercia uma liderança em Erechim, e que tomando conhecimento após a missa dominical de que a guarda formada por chimangos havia requisitado os cavalos dos colonos que tinham vindo à missa detendo alguns rapazes protestou ao Intendente Municipal (MENEGATI, 2003). No espaço rural de Erechim, em 13 de setembro de 1923, ocorreu o Combate de Quatro Irmãos, localizado na Fazenda Quatro Irmãos, com tropas comandadas pelo republicano Vitor Dumoncel Filho e pelo federalista Felipe Nery Portinho:

Na Fazenda Quatro Irmãos, revolucionários procedentes de Bela Vista atacam o 3º esquadrão do 1º Corpo, de quem fazem parte os tenentes Firmino Leal da Costa e Paulo Amaro. Com não mais de 300 homens a força legalista enfrenta com vantagem de 400 atacantes. Mas de Erebango ocorrem as forças dos coronéis Fabrício e Demétrio Ramos, desequilibrando a luta. Inferiorizados, os remanescentes do 3º esquadrão se retiram, tendo perdido seu combate, Cap. Aparício M. de Souza. Os revolucionários também sofrem muitas baixas de morte, entre as quais as dos coronéis Januário Corrêa e Júlio Müller, de Passo Fundo. Ao fim de dez horas de intensa fuzilaria o campo fica juncado de cadáveres, a maioria legalistas (FONT, 1983, p. 151).

#### *Em Cogumelos de Outono:*

No Vale do Rio Dourado houve diversas escaramuças na localidade chamada de Quatro Irmãos, próxima de Boa Vista, deixando muita gente indecisa se já estava na hora de mudar de galho. A maioria deles sempre fora tradicionalmente fiel ao Governo, mas a pregação libertadora era altamente subversiva. Para complicar as coisas houve um suspense de vários dias que aumentou o número de confissões a Frei Ventura. É que as forças *digladiantes*- comandadas dum lado pelo Capitão Gaudério (MÁRSICO 1972, p. 139).

Aqui, Mársico mostra o clima caótico na Fazenda Quatro Irmãos por ser invadida por forças revolucionárias e o medo de optar-se por um posicionamento político. Com isso, alguns colonos preferiram não se posicionar buscando refúgio em outros povoados e cidades mais próximas. Samuel Chwartzmann (2003), em seu livro *Memórias de Quatro Irmãos*, afirma que: “esta revolução causou uma debandada dos colonos de suas terras, por medo de se repetirem as perseguições, saques e assassinatos (pogroms) nas suas terras de origem [...]. Alguns colonos não retornaram” (CHWARTZMANN, 2003, p. 74). Em *Cogumelos de Outono*:

O General era respeitado até pelo nome, apesar de velho e meio surdo da orelha direita. Tinha a mania de bancar o cavalheiro gentil e maneiroso dos combates romanceados, parlamentando de véspera com o inimigo sobre a etiqueta do futuro combate, estabelecendo tréguas e outras reverências [...]. Chegava ao cúmulo de distribuir previamente o seu itinerário só para facilitar os encontros e não perder tempo com a bússola. Louvado por sua coragem pessoal era homem de vir no corpo a corpo, em caso de necessidade, incutindo nos seus comandos tamanha moral que, até agora, não se ouvira dizer que houvesse perdido uma só batalha, embora corresse insistentes rumores sobre a cura de seu reumatismo nas últimas retiradas estratégicas (MÁRSICO, 1972, p. 220).

Mársico faz uma representação dos generais e coronéis que eram experientes e tinham alguns deles idade avançada, sabe-se que “o General Felipe Nery Portinho participou da Federalista de 1893 e quando foi convocado para comandar os maragatos na região serrana, já estava com idade avançada”, conforme Menegati e Carraro (2003, p.198). Mársico diz que o capitão maragato era homem de vir no corpo a corpo, isso poderia referir-se ao termo “não queime pólvora com chimango” um dito popular dos maragatos, segundo Menegati e Carraro (2003).

Menegati e Carraro (2023) salientam a quantidade de revolucionários e as armas:

Os chimangos contavam com um efetivo de 12.000 homens equipados com armas de repetição e metralhadoras. Os maragatos tinham um efetivo de mais ou menos 5.000 homens e no final da revolução não mais que 3.000 e seu armamento eram velhas *carabinas comblais*, poucos fuzis de repetição e algumas *Winchesters*, o resto eram revólveres, garruchas e pistolas, muitas artesanais (MENEGATI;CARRARO, 2003, p. 199).

### Em *Cogumelos de Outono* o armamento é representado:

Naquela época, a luta estava no auge e os rebeldes pareciam levar uma certa vantagem nos diversos combates por todo o interior do Rio Grande. O Velho Borges, porém, seguro de si, confiava na vitória final, alegando que o grosso das tropas ainda não saíra dos quartéis, esperando o momento oportuno [...]. Em apenas dois dias de marcha forçada, o Capitão Gaudério atingiu as proximidades do que era considerada a sede da Fazenda dos Quatro Irmãos. No alto da última coxilha, divisou o lugarejo que lhe poderia servir de trincheira para deter a passagem do General Santo Cristo Rezende- se é que ele já não estivesse ali, bem amoitado esperando para lhe dar as boas-vindas com a ética de costume e, depois... Chumbo! (MÁRSICO, 1972, p. 219).

Mársico mostra que Borges de Medeiros sabia que possuía armamento superior aos revoltosos maragatos e que parecia estar seguro da vitória. Além disso, aparece uma das estratégias de combate, a de enfrentamento do inimigo com ataque surpresa. Da mesma maneira, Ducatti Neto (1981), salienta que os revolucionários que estavam acampados em Vista Alegre, meia noite levantaram o acampamento tomando a direção da Fazenda Quatro Irmãos para atacar os borgistas de surpresa. “Quando pela manhã a densa neblina se dissipou, os dois inimigos se encontraram frente a frente a uma distância de 200 metros, iniciando-se imediatamente fogo” (DUCATTI NETO, 1981, p. 128). Em *Cogumelos de Outono*:

A tropa foi descendo a coxilha em busca de refúgio e acampamento na sede da Fazenda, ultimando os preparativos para a longa noite de vigilância. Havia, ao todo, umas nove casas abandonadas, emigrando os moradores para outras bandas na previsão da chacina que se anunciava. Quatro delas ficavam bem ao lado esquerdo da única rua de acesso ao lugarejo, bem acima, numa esplanada coberta de cinamomos. As outras cinco, a uns trezentos metros além, num descampado, servindo uma de igreja, pois se notavam as ogivas e a cruz no telhado. O Capitão Gaudério escolheu as de cima por considerar a localização estratégica e lhe permitir controle mais amplo do horizonte. Mandou que a tropa se acomodasse logo enquanto era claro, deixando tudo em ordem para qualquer emergência (MÁRSICO, 1972, p. 221).

Mársico traz a representação da vila de Quatro Irmãos invadida pelas forças revolucionárias e a formação de acampamentos, “que quando

não acampavam em fazenda ou local próximo, casa de comércio de outro maragato ou simpatizante do movimento revolucionário, acrescida a falta de veículos, falta de estradas, o inverno muito forte” segundo (MENEGATI, CARRARO, 2003, p.173), também, no mesmo trecho, Mársico traz a fuga de moradores para outras cidades, pois temiam por sua segurança. Ducatti Neto (1981) salienta que no encontro das tropas em Quatro Irmãos:

Os borgistas fizeram retroceder as forças do general Felipe Nery Portinho, mas estas, depois de reforçadas pelas tropas dos coronéis Fabrício e Demétrio Ramos, avançaram abrindo alas de ambos os lados e cercando os borgistas. Foi uma luta desesperada que durou várias horas e que terminou com a fuga dos poucos borgistas remanescentes. Estes perderam 125 homens (dos 275) e os revolucionários tiveram 14 mortos e 40 feridos (DUCATTI NETO, 1981, p, 128).

Em *Cogumelos de Outono*, aparece a representação do tiroteio e das mortes,

O tiroteio durou a manhã inteira e, pelo jeito, se prolongaria pela tarde e noite adentro. As balas zumbiam dum lado para outro, ricocheteando nas casas e árvores, sem grande pontaria, um verdadeiro desperdício de munição! Havia poucos feridos e nenhuma baixa definitiva, pois ninguém era trouxa de meter a cara na rua. Lá pelas quinze horas, o General Santo Cristo Rezende mandou erguer uma bandeira branca por uma das janelas da igreja, manifestando o desejo de parlamentar. O Capitão Gaudério deu ordem imediata para a cessação do fogo [...]. O encontro se deu bem no meio da distância que separava os dois grupos. Depois dalguns rapapés e continências de estilo, o General Santo Cristo Rezende ponderou ao Capitão Gaudério que, se continuassem a tirotear daquela maneira, acabariam sem munição, no máximo, até o entardecer do dia seguinte e, então, o combate perderia a graça. O que é que ele achava? Não haveria uma fórmula de prolongarem a luta por mais uns dias? Ou, quem sabe, ele preferia um corpo a corpo de saída, sem tiro, para liquidar tudo numa hora? [...]. Deviam era continuar o tiroteio, com pausa para as refeições e as necessidades. Assim, a luta se prolongaria até que chegassem os reforços do Coronel Paim Filho e, então, não haveria mais problema, mesmo no corpo a corpo (MÁRSICO, 1972, p. 222).

Mársico mostra o tiroteio caracterizado por uma luta desesperada

com mortes e feridos. Neste trecho, diz que “a luta se prolongaria até que chegassem os reforços”, tem relação que as forças do general Felipe Nery Portinho reforçadas pelas tropas dos coronéis Fabrício e Demétrio Ramos as quais avançaram cercando os borgistas. Também, cita o nome do maragato Coronel Paim Filho, que deu sequência ao segundo confronto contra os sobreviventes da tropa borgista que antes havia enfrentado Felipe Portinho. Sobre a chegada da tropa do coronel Paim Filho, Ducatti Neto (1981, p.126), relata:

Depois do combate [contra Felipe Portinho], os fugitivos [borgistas] tomaram o caminho mais curto para Passo Fundo e os vencedores a caminho para Erebangó [...]. Mas o grosso das tropas do Gal. Portinho dirigiu-se ao encontro das forças de Gal. Paim Filho, que com cerca de 2.500 homens [...]. Enquanto isso, outra força revolucionária dirigia-se para os campos de Erechim para tentar cercar o 6º Corpo Auxiliar que lá se achava acampado. Travou-se forte tiroteio. Os borgistas resistiram bravamente ao ataque assistido, apesar de sua grande inferioridade numérica, obrigando os sediciosos a fugirem debaixo da perseguição tenaz das forças de Cel. Firmino Paim Filho.

Em Erechim o atendimento aos feridos do Combate de Quatro Irmãos, realizou-se no prédio da Comissão de Terras, também chamado de Castelinho servindo como hospital. Em *Cogumelos de Outono*, o personagem Major é atendido:

Não conhece o Major Pandolfo, o nosso herói de Quatro Irmãos? [...]. O herói chegara ao Vale do Rio Dourado fazia uma semana, depois de longa convalescença num hospital de Passo Fundo, em virtude dos ferimentos- anatômicos [...]. Salvara Boa Vista dos rebeldes- especialmente o palácio do Capitão Gaudério- aguentando o cerco na chamada Fazenda de Quatro Irmãos, localidade distante uns vinte quilômetros e que já se notabilizara pelo tamanho do cemitério em épocas passadas (MÁRSICO, 1972, p. 198).

Mársico traz a representação do atendimento às vítimas do combate em Quatro Irmãos, que para atender os feridos foi organizado em Erechim, segundo Ducatti Neto (1981, p. 128): foi “improvisado um hospital que funcionou primeiro no Cine Avenida e no edifício da Comissão de Terras, e mais tarde onde é hoje a Casa Grazziotin, na Avenida Maurício Cardoso”. Dessa forma, nota-se que na literatura de Mársico a separação da ficção e da

realidade é superficial, já que, muitas vezes, trechos com elementos reais e literários confundem o leitor, se misturam entre a ficção e realidade. Além disso, Mársico traz a representação do Cemitério do Combate, no qual foi inaugurado em 24 de maio de 1924, o monumento dedicado aos combatentes, conforme a ilustração.

**Figura 1: Cemitério do Combate, na Fazenda Quatro Irmãos, hoje localizado na divisa entre os municípios de Quatro Irmãos e Erebangó**



**Fonte:** Gláucia Elisa Zinani Rodrigues, tirada em 12 fev.2022.

Em *Cogumelos de Outono*, mostra o final da Revolução:

Em apenas dez meses, o curto período em que a Revolução de 23 figurou na pauta do minuano, Giovanni conquistou todas as divisas que o Capitão Gaudério mantinha em estoque, e mais não trouxe por causa do Tratado de Pedras Altas, que empalideceu um pouco o *rouge* dos maragatos (MÁRSICO, 1972, p. 218).

Para finalizar, a análise Mársico traz a representação do fim da Revolução com o Tratado de Pedras Altas. Ducatti Neto (1981) salienta que assi-

naram no castelo de Assis Brasil o Pacto de Pedras Altas, em 14 de dezembro de 1923, marcando o término da Revolução de 23, com vantagens para ambos os lados. Numa das cláusulas de acordo de paz garantia a permanência de Borges de Medeiros no governo até o final do mandato, mas lhe vedava a reeleição, a escolha do vice-presidente do estado passando ser feita através do voto, e anistia aos rebeldes para garantir a pacificação no Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de analisar a representação da Revolução de 23, em *Cogumelos de outono* foi atingido porque foi possível acessar por meio de uma representação na literatura aspectos verossímeis do episódio. Durante o ano de 1923 ocorreu uma guerra civil entre chimangos e maragatos em todo o Estado Rio-Grandense. Especificando, no interior, a Prefeitura Municipal de Erechim, também denominada Intendência foi tomada por uma tropa maragata liderada pelo general Felipe Portinho. Alguns colonos abandonaram a Fazenda Quatro Irmãos e nunca mais retornaram e os que ficaram conviveram com roubos, ameaças de morte, clima de medo e insegurança na tentativa de continuar trabalhando na Fazenda, em meio às duas revoltas; Combate do Desvio Giareta e do Combate de Quatro Irmãos. Dessa forma, esse cenário histórico reproduziu níveis de medos e angústias que prejudicaram temporariamente o desenvolvimento do município recém emancipado.

Então, Gladstone Mársico realizou uma ficção com elementos históricos, como a representação da reeleição de Borges de Medeiros de 1922, o clima de tensão em Erechim no ano de 1923, quando diz que: vir a Erechim “não era recomendável a quem tivesse amor à vida”, a propaganda política por meio de comícios, as forças maragatas erechinenses e o descontentamento dos revoltosos por Borges de Medeiros. Mársico satiriza a eleições fraudulentas, as ocupações de cargos públicos por meio de interesses políticos. Mársico traz a origem do nome chimango e maragato, chegando a fazer uma caricatura de Borges de Medeiros. Gladstone Mársico mostra que a Igreja Católica local apoiava Borges de Medeiros, representada pelo padre que interfere na revolta. O avanço das tropas maragatas e a tomada da Intendência simbolicamente representando a queda republicana. Também, aparece a fuga dos colonos que habitavam a Fazenda Quatro Irmãos para outros municípios, devido à invasão das tropas ocasionando tiroteios e mortes. Para finalizar representou o tratado em Pedras Altas, que pôs fim a Revolução de 23. Por fim, Gladstone Osório Mársico traz em sua literatura aspectos verossimilhantes que podem auxiliar a pesquisa histórica, como uma fonte de acesso para uma nova perspectiva de ver a História.

## REFERÊNCIAS

- AQUINO, Ivânia Campigotto. **Construções narrativas: literatura e história**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2016.
- ARRIGONI, Mariana de Mello. Debatendo os conceitos de Caricatura, Charge e Cartum. III **Encontro Nacional de Estudos da Imagem**. UEL – Universidade Estadual de Londrina, Londrina - PR: 03 a 06 de mai. 2011. Disponível em: < <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/Mariana%20de%20Mello%20Arrigoni.pdf> >. Acesso em: 18 mai. 2023.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, FGV CPDOC. Maragatos, Pica-paus e Chimangos. Rio de Janeiro: Mat. Temático Instituto, s/a/s/p. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MARAGATOS,%20PICA-PAUS%20e%20CHIMANGOS.pdf> >. Acesso em: 1 mai. 2023.
- CHARTIER Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Trad. Cristina Antunes. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- CHARTIER, R. Verdade e prova: História, retórica, literatura, memória. **Revista de História**, [S. l.], n. 181, p. 1-22, 2022. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2022.181759. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/181759> >. Acesso em: 30 ago. 2023.
- CHIAPARINI, Enori José. **A importância da ferrovia**. Pasta: Etnia/Cultura italiana, negra, índios - índice. Erechim/RS: Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font, 1999.
- CHWARTZMANN, Samuel. **Memórias de Quatro Irmãos**. Porto Alegre: Edições EST, 2005.
- COSTA, Cléria Botelho; MACHADO, Maria Clara Tomaz. **História e Literatura: Identidades e Fronteiras**. Uberlândia: Edufu, 2006.
- DETONI, Maríndia Giardello. História da Arquitetura de Erechim. Erechim: URI, Revista: **Perspectiva**, 1993, p.80.
- DUCATTI NETO, Antônio. **O grande Erechim e sua história**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1981.
- FERREIRA, Antonio Sérgio. **Relações entre Literatura x História. Diálogos Acadêmicos**. Revista Eletrônica da faculdade Semar/Unicastelo, v.1, n.1. Edição Outubro/janeiro de 2010. Disponível: < [http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170627110749.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627110749.pdf) >. Acesso: 2 fev. 2019.
- FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 9.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro- Editora, 2013.
- FONT, Juarez Miguel Illa. **Serra do Erechim: tempos históricos**. Erechim

- RS: Empresa Gráfica CARRARO Ltda. 1983.
- HANSEN, João Adolfo. **Alegoria**- construção e interpretação da metáfora. São Paulo, SP: Hedra; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- HANSEN, João Adolfo. Categorias epidíticas da ekphrasis. **Revista USP**, São Paulo, n.71, p. 85-105, setembro/novembro 2006.
- HANSEN, João Adolfo. **Representação e avaliação na literatura de Machado de Assis**. São Paulo: Ciência Hoje. Vol. 43. N. 253. 2014.
- LINHARES, Temístocles. **História Crítica do Romance Brasileiro**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1987.
- MAGALHÃES, Luís Claudio Bernardes de. **A sátira, o riso e a contestação em Vencecavallo e O outro povo de João Ubaldo Ribeiro**. Programa de Pós-graduação em Estudos da Literatura do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/15331/Disserta%E7%E3%20final.pdf;jsessionid=7D1ED44C09D6BBBD7435A18D4FA076CE?sequence=1>. Acesso em: 01 maio 2023.
- MÁRSICO, Gladstone Osório. **Cogumelos de Outono**. Porto Alegre: Movimento, 1972.
- MENEGATI, Altair José; CARRARO, Geder. **O combate do Desvio Giareta, Revolução de 23**. Coleção E o vento não levou. Erechim RS: Empresa Gráfica CARRARO Ltda, 2003.
- MENEGATI, Altair José; CHIAPARINI, Enori. Boa Vista do Erechim é tomada pelos Maragatos. **Revista DM**. Erechim, 14 mar. 1999, s/p.
- OZELAME, Josiele Kaminski Corso; OLIVEIRA, Raíza Brustolin de. Literatura e História: aproximações e distanciamentos. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 9, n. 18, p. 73-81, set. /dez. 2017. Disponível em: < <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/5535/3563> >. Acesso em: 17 mai. 2023.
- RODRIGUES, Gláucia Elisa Zinani. **A representação do imigrante judeu na literatura do Rio Grande do Sul: Cágada e o exército de um homem só**. 2019, 235f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo/RS, 2019. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/2236>. Acesso em: 29 ago. 2023.
- SASS, Vera Beatriz. **O satírico e o picaresco em Gladstone Osório Mársico**. Porto Alegre: IEL: Movimento, 1994.
- SCHWERGSCHLAGER, Carlos. [Correspondência]. Destinatário: Intendente Themístocles Celso Ochoa, Erechim, 16 jun.1923. Acervo: Arquivo

Municipal de Erechim Juarez Miguel Illa Font.

SOUZA, Aida Kuri. **A personagem feminina na literatura brasileira**. 2005. Monografia UNESC, Criciúma, 2005.

SYLVESTRE, Fernanda Aquino. Diálogos entre a Ficção e a História: o mito bíblico revisitado em Caim, de José Saramago. **Revista ALERE** – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários- PPGEL. Vol. 04, n. 04, 2011. Disponível em: < <https://periodicos.unemat.br/index.php/alere/article/view/544/475>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

UCHA, Danilo. Borges, o esquecido. **Zero Hora**, Livros Zh Cultura. Porto Alegre: 12 ago.1983, p.14.

VEJA. Sessão de Literatura. À espera do Führer. Revista: **Veja**, edição nº 187, 5 abr.1972, p. 88.

**Recebido em:** 20/05/2023

**Aceito em:** 04/12/2023

# BORGES DE MEDEIROS, A REVOLUÇÃO DE 23 E O PALÁCIO PIRATINI: UMA ANÁLISE DO PODCAST PALÁCIO PIRATINI COMO MANTENEDOR DA HISTÓRIA

*BORGES DE MEDEIROS, THE REVOLUTION OF 23 AND THE PIRATINI PALACE: AN ANALYSIS OF THE PODCAST PALÁCIO PIRATINI AS A MAINTENIR OF THE HISTORY*

Stéfani Fontanive<sup>1</sup>  
Ana Julia Zanotto<sup>2</sup>

## RESUMO

A revolução de 23 deixou marcas no Rio Grande do Sul. Um de seus principais personagens, Borges de Medeiros, também, sendo o governante a ficar mais tempo à frente do Executivo Gaúcho. Quase 100 anos depois, em 2021, o Palácio Piratini completou 100 anos e uma das ações comemorativas foi o lançamento do podcast Palácio Piratini: 100 anos de História. O quarto episódio da segunda temporada é dedicado a Borges de Medeiros. O presente artigo tem, então, como principal temática a construção da personalidade de Borges de Medeiros e a Revolução de 23 no podcast citado. Para isso, traz-se a relação entre jornalismo e história, concordando com Reginato (2019) que ele atua como mantenedor da história, mas trazendo que suas técnicas e formatos podem ser, também, recuperadores; o jornalismo e a política, citando a importância do jornal A Federação para o Estado. O artigo aborda também a relação entre podcast e jornalismo e a apresentação do objeto. Para a análise do objeto, utiliza-se a metodologia da análise de narrativa.

**Palavras-chave:** Borges de Medeiros; Jornalismo; Podcast; História; Palácio Piratini.

## ABSTRACT

*The Revolution of 23 left its marks in Rio Grande do Sul. One of its main characters, Borges de Medeiros, was also the ruler to stay the longest in charge of the Gaucho Executive. Almost 100 years later, in 2021, the Piratini Palace completed 100 years and one of the commemorative actions was the launch of the podcast Palácio Piratini: 100 years of History. The fourth episode of the second season is dedicated to Borges de Medeiros. This article has, therefore, as its main theme the construction of the personality of Borges de Medeiros and the Revolution of 23 in the aforementioned podcast. For this, the relationship between journalism and history is brought*

---

1 Jornalista com graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2020) e mestranda em comunicação pela mesma instituição, na linha de pesquisa Cultura, Política e Significação. Desde a graduação atua na área, com bolsas de monitoria e estágios. Trabalhou como jornalista no Palácio Piratini e, atualmente, é repórter do Jornal da UFRGS.

2 Estudante de Jornalismo na UFRGS e estagiária no Correio do Povo.

*up, agreeing with Reginato (2019) that he acts as a maintainer of history, but bringing up that his techniques and formats can also be recoverers; journalism and politics, citing the importance of the newspaper A Federation for the State. The article also addresses the relationship between podcast and journalism and the presentation of the object. For the analysis of the object, the methodology of narrative analysis is used.*

**Keywords:** *Borges de Medeiros; Journalism; Podcast; History; Piratini Palace.*

## 1 Introdução

A Revolução de 23 mudou os contornos do Rio Grande do Sul. Na eleição de 1922, Borges de Medeiros concorre ao seu quinto mandato para a presidência do Estado e vence a eleição. Em janeiro do ano seguinte, Joaquim Francisco de Assis Brasil, em conjunto com outros revolucionários, iniciam uma campanha contra Borges. A revolução terminou com o Tratado de Pedras Altas, assinado em 14 de dezembro de 23 no Castelo de Assis Brasil e retificado no dia seguinte no Palácio Piratini, por Borges de Medeiros. Depois da revolução, a reeleição passou a ser proibida no Rio Grande do Sul e nenhum outro governante pode repetir o feito de Borges: ocupar o governo do Estado – na época denominado presidência – por cinco mandatos.

Borges de Medeiros, personagem central da revolução, foi o governante a ficar mais tempo à frente do governo: foram 25 anos comandando o Estado. Dentre seus feitos, estão a inauguração do novo Palácio do Governo, hoje denominado Palácio Piratini por indicação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Em 2021, o Palácio completou 100 anos e, em comemoração a seu centenário, foram produzidas diferentes peças de comunicação com o objetivo de recuperar e divulgar a história do Estado, entre elas, o podcast Palácio Piratini: 100 anos de História, que conta com duas temporadas, a primeira abordando a construção do prédio e a segunda a memória política do Estado, em que se buscou recuperar a história dos ex-governantes, entre eles, o governante central para a revolução de 23.

Tendo a revolução, a vida de Borges e o Palácio Piratini, o presente artigo tem como objetivo entender a construção da revolução de 23 e a vida de Borges de Medeiros no podcast Palácio Piratini: 100 anos de História. Além de buscar compreender a construção da figura de Borges de Medeiros, analisa e reflete sobre a atuação e finalidade do jornalismo como mantenedor da história.

## 2 Jornalismo como mantenedor da história

Para explicar a relação entre Borges de Medeiros, a revolução de 23 e o Palácio Piratini, tendo como foco o objetivo do presente artigo de compreender a construção narrativa de Borges de Medeiros no podcast Palácio Piratini: 100 anos de Memória Política, é preciso compreender a relação entre jornalismo e história.

Park (2009) ao definir o jornalismo como forma de conhecimento, o compara a história e a política – ambos os temas caros ao presente artigo. O autor apresenta “três tipos fundamentais de conhecimento científico: (1) filosófico e lógico, que trata primariamente das ideias; (2) história, que trata de eventos; e (3) as ciências naturais ou classificatórias, que tratam das coisas” (PARK, 2009, p. 55), e explica que o jornalismo não se enquadra em nenhuma dessas formas. O jornalismo não trata apenas de ideias, trata de eventos e acontecimentos da realidade; apesar de tratar de eventos, assim como a história, os aborda no presente e não no passado; e não tem uma metodologia como as ciências naturais, que o possibilitaria tratar de coisas.

Com o objetivo de entender o lugar do jornalismo é que Park (2009) recorre a política e a história. “A notícia não é nem história nem política, embora esteja intimamente relacionada às duas. Entretanto, é a coisa que torna a ação política possível, diferente das outras formas de comportamento coletivo”. (PARK, 2008, p. 61).

Meditich (2010) ao defender o jornalismo como forma de conhecimento aponta que ele apresenta um conhecimento da realidade cotidiana e, além disso, é responsável por transmitir o conhecimento formal – seja das ciências naturais, mas também da história – para um maior número de leitores. Além de ter a responsabilidade de transmitir esse conhecimento, Reginato (2019) apresenta que uma das finalidades do jornalismo<sup>3</sup> é registrar a história e construir a memória, porque “O jornalismo deve preservar a memória, documentando os fatos mais importantes que ajudam a sociedade a entender seu tempo agora e no futuro” (REGINATO, 2019, p. 236):

---

3 Reginato (2019), após analisar discursivamente os manuais de redação, princípios editoriais, códigos de ética e editoriais da Folha de S. Paulo, Globo e O Estado de S. Paulo, jornalistas, com base em suas biografias, livros, documentários, entrevistas, e leitores, por meio dos comentários em sites e páginas do facebook dos jornais já citados, encontra 12 finalidades para o jornalismo: informar de modo qualificado, investigar, verificar a veracidade das informações, interpretar a realidade, fazer a mediação entre os fatos e o leitor, selecionar o que é relevante, registrar a história e construir a memória, ajudar a entender o mundo contemporâneo, integrar e mobilizar as pessoas e defender o cidadão.

O papel do jornalismo de registrar história e construir memória reforça o compromisso ético de buscar a verdade dos fatos e respeitar a processualidade dos acontecimentos, pois algumas décadas depois, quando historiadores revisarem a cobertura jornalística de fatos passados, a legitimidade e credibilidade do jornalismo poderão ser colocadas sob questionamento. (REGINATO, 2019, p. 236)

Entendemos o jornalismo como mantenedor da história, assim como Reginato (2019), mas apresentamos, com o podcast, mais uma relação com a história, o de recuperador. Por meio de formatos jornalísticos – como a roda de conversa – busca-se recuperar e contar a história do Palácio Piratini, do Estado e de seus governantes. O podcast Palácio Piratini, objeto empírico do artigo, foi produzido e veiculado por canais oficiais do Estado, sendo assim, é uma comunicação oficial do governo. Esse espaço do governo se volta para a recuperação e a manutenção da memória do governo e de seus governantes.

Park (2009) traz o jornalismo como diferente da história e da política. Mas, assim como o jornalismo e a história possuem aproximações e semelhanças, o jornalismo e a política também. De acordo com Traquina (2020), no início do século XIX, a principal fonte de subsídios dos jornais eram os partidos políticos, com cada partido tendo um jornal para chamar de seu. No Rio Grande do Sul, jornalismo e política estiveram, por muito tempo, conectados e, como apontou Traquina, cada partido tinha o seu folhetim. O primeiro jornal gaúcho com um número significativo de circulação e modelo de produção jornalístico foi A Federação, o “órgão do Partido Republicano”, já citado no presente capítulo. Publicado pela primeira vez em 1º de janeiro de 1884, foi criado por importantes nomes políticos do Rio Grande, como Júlio Prates de Castilhos, Ramiro Barcellos, Ernesto Alves, Barros Cassal, Borges de Medeiros, Fernando Abbott, Carlos Barbosa, Germano Hasslocher, Venâncio Ayres e Joaquim Francisco de Assis Brasil (DUARTE, 2012).

No jornal, havia a presença constante do compartilhamento das ideias do Partido Republicano, falas do presidente do Estado – Julio de Castilhos e, em seguida, Borges de Medeiros – e críticas aos adversários. De acordo com Duarte (2012), em 1915, com Salvador Ayres Pinheiro Machado na presidência do Estado, enquanto Borges estava afastado por doença, A Federação tornou-se o canal oficial de comunicados do Rio Grande, atuando como Diário Oficial. Essa atuação perdurou até 1935, quando A Federação voltou a ser o meio de comunicação do Partido Republicano e o Estado passou a ter um Diário Oficial próprio. No quarto episódio do podcast Palá-

cio Piratini: 100 anos de Memória Política, Brixius (2022) discorda da teoria apresentada por Duarte (2012) de que a Federação funcionaria como o Diário Oficial, porque estavam também nas páginas notícias, anúncios, agenda cultural de Porto Alegre, e não apenas informes do governo.

Grijó e Brixius (2022), no mesmo episódio, apresentam que o local de debate político no Estado, no século XIX, era nos jornais. Os convidados explicaram que cada partido possuía o seu jornal e havia mais de 10 jornais em circulação na época. Para entendermos como o jornal ocupava esse espaço de seara dos debates, precisamos retomar a própria definição aristotélica de política. Bobbio (1998, p. 954) explica que a palavra política vem do grego, “do adjetivo pólis (*politikós*) que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público e até mesmo sociável e social”. No sentido aristotélico, a política volta-se para a organização das sociedades e é feita em praças públicas – na polis. Para Aristóteles, política é “a forma que é melhor para os que são capazes de viver do modo mais conforme possível ao que desejam” (ARISTÓTELES, 1260b, 25). O filósofo grego entende o homem como um ser político e a sociedade organiza-se graças à política e aos seus cidadãos.

A política, assim, é construída e constituída na esfera pública – na Grécia, a polis – pelos cidadãos. É importante citar, entretanto, quem era considerado cidadão na Grécia: homens, gregos e livres (SODRÉ, 2007). Com o desenvolvimento da sociedade, as novas organizações e, inclusive, com a nova concepção de quem é cidadão, a política – e seu espaço público – se atualizaram. A praça do período aristotélico passou a ser os jornais. Para Barreto (2006, p. 12):

Em função de ser a política um acontecimento de interesse do público, o que conseqüentemente interessa ao jornal, este, em sua condição de artefato noticioso, legitimou-se enquanto tal, assumindo situação de locus ao transpor para as suas páginas a praça social onde se deu o fato, seja aquela um gabinete inacessível ao homem comum ou o trombetear dos comícios.

O local do debate, da seara, da política é, por excelência, a esfera pública. Gomes (2008) apresenta que essa esfera é:

[P]arte de uma engrenagem social voltada para a solução coletiva – porque publicamente discutida, formulada e deliberada – de problemas que afetam a comunidade política, num sentido que faça valer os interesses da sociedade civil (portanto da periferia do sistema político) no contraste com

a pressões sobre o Estado (portanto, o centro do sistema político) exercidas pelos sistemas sociais (GOMES, 2008, p. 120).

O autor traz algumas características dela, sendo as principais a discutibilidade e a visibilidade. É preciso ser um espaço de formação de opinião, de apresentação e discussão de questões de interesse público, mas é preciso que os cidadãos também participem desse debate. Gomes (2008) apresenta que essa esfera tornou-se midiática de forma quase integral com o surgimento e desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. O autor questiona se essa esfera midiática pode ser considerada uma esfera pública, mas apresenta que ela “conserva sua capacidade de formar opinião” (GOMES, 2008, p. 132). Lippmann (2008, p. 40) conceitua Opinião Pública como:

Aqueles aspectos do mundo exterior que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião pública. As imagens na cabeça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamento, são suas opiniões públicas. Aquelas imagens que são feitas por grupos de pessoas, ou por indivíduos agindo em nome dos grupos, é Opinião Pública com letras maiúsculas.

Grijó (2022) no episódio analisado no presente artigo lembra, entretanto, que no século XIX e XX no Rio Grande do Sul havia uma característica para ser considerado eleitor – o cidadão da Grécia Antiga, quem pode participar da *polis* – ser alfabetizado. O historiador convidado do podcast apresenta que os leitores da Federação eram pessoas já veiculadas ao partido e que compartilhavam da mesma crença, mas era, também, local de formação de uma opinião pública.

### 3 Podcast como Jornalismo

A transmissão de conteúdos por plataformas de áudio é um formato que persiste e se atualiza com o passar dos anos. Primo (2005) afirma que o rádio permanece sendo um dos meios mais importantes e se reinventa, diferentemente do podcast, que já aparece na internet como um processo midiático novo. Ambos formatos transmitem a informação através do som, mas diferem nas etapas de produção, roteiro, locução, edição (característica mais comum aos podcasts) e transmissão.

O podcast se diferencia principalmente no âmbito da técnica. Apesar do conteúdo diferenciar-se, as formas de transmissão e recepção são fatores de destaque para esse tipo de produção fonográfica. Desprendimento geográfico e temporal são dois pontos marcantes dos podcasts. No primeiro caso, o ouvinte possui independência para ouvir os programas de onde quiser. É possível acompanhar um programa de outra cidade, estado ou país, sem preocupar-se com a proximidade a um centro de transmissão. No caso das rádios, a transmissão é de baixa potência (PRIMO, 2005, p. 5). Já para os podcasts, há facilidade na publicação dos arquivos em plataformas de áudio por meio da internet.

A recepção deste conteúdo armazenado em meios digitais independe da proximidade aos pontos de transmissão, mas torna-se dependente de redes de conexão de internet. Ou seja, torna-se um meio inclusivo ao público com acesso a essas redes e aos equipamentos necessários, como celulares e computadores. Para os podcasts, também existe a possibilidade de realizar download do conteúdo, o que permite ouvir episódios de modo off-line, sem a necessidade de conexão à internet.

Para além da técnica, o podcast também diferencia-se dos meios tradicionais de áudio pois permite o consumo segmentado, isto é, de acordo com o interesse do ouvinte. Diferentemente dos programas de rádio, que destinam-se às massas populacionais, os podcasts são produzidos e destinados a um público de interesse específico no assunto. Primo (2005) pontua a liberdade de navegação entre episódios, capítulos e assuntos de maior interesse como uma quebra do fluxo linear do conteúdo. O ouvinte não mais escuta o que todo mundo está escutando, mas seleciona o que lhe interessa mais ou o que se encaixa nas necessidades do momento (FALCÃO; TEMER, 2019, p. 3).

### **3.1 Palácio Piratini: 100 anos de história**

O podcast Palácio Piratini: 100 anos de história, possui duas temporadas. A primeira intitulada 100 anos de construção, conta com dez episódios que abordam desde a primeira sede do governo em Porto Alegre, o Palácio de Barro, até as ações visando a comemoração do centenário do Piratini. O primeiro episódio foi ao ar em 21 de maio de 2021. Cada episódio tinha duração de, em média, 10 minutos.

A segunda temporada do podcast “Palácio Piratini: 100 anos de história”, intitulada “Palácio Piratini: 100 anos de memória política”, é destinada a um público com interesse na história e trajetória política dos ex-governantes do estado do Rio Grande do Sul. O primeiro episódio foi um especial sobre Alceu Collares, em 18 de novembro de 2021, como parte da celebração

do cinquentenário do Dia da Consciência Negra. Os episódios voltaram em 22 de janeiro, no dia do aniversário de Leonel Brizola, com um novo formato: uma roda de conversa sobre a política do ex-governante.

Em entrevistas com historiadores e pesquisadores no assunto, durante a etapa de produção dos episódios, foi notável a participação desse grupo também como ouvintes dos episódios. Relatos e opiniões acerca das produções anteriormente realizadas eram tópicos comuns em conversas informais com estes profissionais. Ao final da temporada, foi possível perceber a aderência deste público entre os ouvintes.

Ainda que alguns ouvintes tenham se apresentado como profissionais do campo da história, a produção do conteúdo era planejada para um público mais amplo. A linguagem, a forma de abordar o assunto e a construção da narrativa foram pensadas para indivíduos com interesse no tema, mas sem a formação acadêmica e científica voltada para tal. “Produzir um conteúdo sonoro para difundir pela internet pode parecer uma tarefa bastante simples. Mas criar narrativas em áudio, uma arte já antiga, continua a exigir muitos conhecimentos culturais e linguísticos, além de domínio das técnicas que propiciam eficiência comunicativa e refinamento criativo” (ALMEIDA; LEITE; MAGNONI, 2020, p. 154).

Neste artigo, o desenvolvimento dos episódios da temporada “Palácio Piratini: 100 anos de memória política” será descrito por três tópicos: produção, locução e edição.

Na produção, os dezesseis episódios possuem um processo padronizado de pesquisa, escrita de roteiros e busca de fontes. Após a definição do enfoque do episódio, a primeira etapa é a pesquisa e o aprofundamento nos conhecimentos sobre a vida pessoal e a trajetória política do ex-governante em pauta. A partir dessa consulta inicial, inicia-se a escrita do roteiro de locução. A introdução, assim como o encerramento, é um texto padrão gravado por Cristian Jung.

O primeiro parágrafo, também padronizado, introduz a segunda temporada do “Palácio Piratini: 100 anos de História”:

O Palácio Piratini, em seus cem anos, foi cenário de muitas histórias./ Pelos salões, gabinetes e tantos outros espaços desta casa, pessoas viram a história acontecer./ A cidade e o Estado se transformaram através dos tempos e devido às importantes decisões aqui tomadas./ A história da sua construção foi contada na primeira temporada deste podcast./ Agora, na segunda, vamos apresentar algumas das personalidades que protagonizaram momentos da sede do Executivo./

Na sequência, é feita a chamada para o episódio específico, com uma sinopse introduzindo o ex-governante pautado. Após, apresenta-se um resumo da vida da figura e uma linha do tempo que narra a trajetória política desde a entrada neste meio até a eleição ou nomeação para assumir o executivo do Estado. A seguir, é introduzida a roda de conversa, com outro roteiro, que será detalhado na sequência. Após a roda, o episódio aborda o que o governante fez após sair do executivo do Rio Grande do Sul e finaliza com o encerramento padrão.

Antes da escrita do roteiro da entrevista, realizada no estilo de “roda de conversa”, executa-se a produção de fontes. Nesta etapa, faz-se a busca por pesquisadores no assunto. Por meio de artigos, dissertações e teses, são selecionados dois especialistas (ou mais, para o banco de fontes), com os quais se agenda a entrevista. A busca ronda historiadores e comunicadores que pesquise o período ou o político pautado.

Na roteirização da entrevista, são pensadas perguntas específicas para cada um dos entrevistados e questões gerais para que haja uma conversa entre os entrevistados. O modelo escolhido para as entrevistas é uma roda de conversa, gravada por videochamada, o que permitiu entrevistar, ao mesmo tempo, pesquisadores de cidades distintas. Apesar do formato padronizado, as fontes diferenciam-se em todos os episódios. A busca por vozes diversas e abordagens variadas foi um objetivo na produção e entrevistas do podcast.

Na locução, responsável por guiar o ouvinte na história de vida e trajetória política do ex-governante, há preocupação com a entonação. Já na escrita, busca-se escrever um texto sem caráter acadêmico, mas com tom de formalidade. A locução busca prender o ouvinte e permitir que crie imagens mentais dos acontecimentos conforme o episódio roda. O *storytelling* – contação de histórias –, e o jornalismo narrativo auxiliam na narração das histórias (SANTOS, 2021, p. 208). Estas técnicas facilitam a escrita de um roteiro atrativo e sem complexidade, apesar de compilar nomes, datas e acontecimentos que podem ser complexos por si só.

Santos e Peixinho (2019) afirmam que por meio da narrativa, promove-se o nível de persuasão da informação. Isso acontece pois exemplos reais envolvem o ouvinte em uma noção de realidade. Tratando-se de conteúdo não-ficcional e histórico, o podcast “Palácio Piratini: 100 anos de Memória Política” usa a estratégia de narrar acontecimentos com o formato de uma conversa. Diálogo, este, executado por figuras que dominam o assunto, mas que explicam e debatem o tema com coloquialidade.

O podcast é um espaço que permite o renascimento da história de pessoas reais (SANTOS; PEIXINHO, 2019, p. 155). A narrativa em torno de

uma personagem favorece a atenção e a conexão do ouvinte com a história e a locução. Este aspecto faz com que a atenção retorne à audição do produto fonográfico. Os ouvintes não mais reproduzem os áudios como “plano de fundo”, como feito com a rádio, mas selecionam programas específicos e temas de interesse para uma escuta atenta.

Almeida, Leite e Magnoni (2020) destacam que além de boa locução, é preciso ter cautela na edição e montagem dos elementos da linguagem sonora (música, efeitos, palavra e silêncio), com áudio de qualidade. Esses processos na criação e edição dos podcasts é o que garante a entrega de um conteúdo de interesse para o público, que busca o produto pelo tema e recorte, e também pela qualidade técnica. Na segunda temporada do podcast “Palácio Piratini: 100 anos de história”, a atenção também é voltada para a padronização dos episódios, sempre mantendo-os com a duração, as trilhas sonoras e os efeitos sonoros iguais. Por fim, com o episódio pronto, é feita a publicação e divulgação do conteúdo para que chegue ao público e alcance o objetivo: a entrega de um compilado de história e política.

#### 4 Metodologia

Tendo o objetivo de compreender a construção narrativa da vida de Borges de Medeiros, assim como da Revolução de 23 no quarto episódio da segunda temporada do podcast Palácio Piratini: 100 anos de História, definem os como metodologia a Análise de Narrativa, com base em Motta (2013).

Nesta metodologia, de acordo com Motta (2013) há um processo inventivo, ou seja, o autor consegue adaptar a metodologia para seu objeto, entretanto, isso deve ser bem justificado e importante para compreensão do texto. O autor explica que cada objeto terá a sua forma de análise, que deve ser compreendida pelo analista e que este precisa se lembrar de duas coisas: nenhuma narrativa é ingênua, e todo o narrador tem um objetivo. É importante apresentar a diferença para Motta (2013) entre história e narrativa. História é o acontecimento, narrativa é o sentido e a forma de construção dessa história, “Narrar é uma forma de dar sentido à vida” (MOTTA, 2013, p. 18).

Motta (2013) apresenta em sua ideologia o que chama de sete movimentos, e apresenta que eles não possuem uma ordem a ser seguida, e podem ser analisados em ordem ou concomitantes, a depender do objetivo e do objeto apresentado na pesquisa. O primeiro movimento seria entender a história e o que ela quer contar, que o autor define como “compreender a intriga como síntese do heterogêneo” (MOTTA, 2013, p; 140, grifos do autor).

O segundo seria a construção da narrativa – “compreender a lógica do paradigma narrativo” (MOTTA, 2013, p; 146, grifos do autor). O terceiro perceber se na história contada há divisões em episódios da narrativa, ou, como o autor aponta, “deixar surgirem novos episódios” (MOTTA, 2013, p; 160, grifos do autor); O quarto, identificar os conflitos e como eles afetam a construção do texto – “permitir ao conflito dramático se revelar” (MOTTA, 2013, p; 166, grifos do autor). O quinto aborda a construção das personagens: “personagem: metamorfose de pessoa a persona” (MOTTA, 2013, p; 172, grifos do autor); 6) entender “as estratégias argumentativas” (MOTTA, 2013, p; 196, grifos do autor) utilizadas pelo autor para construir sua narrativa. O sétimo movimento é “permitir às metanarrativas aflorar” (MOTTA, 2013, p; 204, grifos do autor), ou seja, encontrar qual moral guia o texto.

## 5 Análise

Parte-se, então, para buscar compreender a construção da revolução de 23 e a vida de Borges de Medeiros no podcast Palácio Piratini. Seguindo os movimentos propostos pela Análise de Narrativa, buscamos compreender a história do episódio e o que ela quer contar. Na presente análise, quatro movimentos se complementam e não podem ser separados: a construção da história, a narrativa, suas divisões e seus conflitos. Eles se complementam e se relacionam. Para efeitos metodológicos, buscaremos explicar um por um.

A história contada pelo episódio é a de Borges de Medeiros, e tem como objetivo explicar e contextualizar Borges de Medeiros, sua vida e suas características pessoais dentro da história – e do governo – do Rio Grande do Sul. A narrativa montada pelo episódio, conforme as diferentes histórias contadas, é a de Borges de Medeiros como grande político, que mudou o Estado.

No movimento da **divisão**, é possível perceber três formas diferentes de divisão, duas construídas pelo podcast, que podemos compreender no sexto passo, como estratégia narrativa, e uma pelos entrevistados. As construídas pelo podcast, que podemos chamar aqui de **episódios oficiais**, que seriam a narração, cujo episódio é o histórico da vida de Borges, e as perguntas que guiam a roda de conversa. As apresentadas e construídas pelos convidados, chamamos de **não oficiais**. Devido ao mesmo termo – episódio – ser utilizado para se referir ao objeto empírico de análise e a um dos movimentos da metodologia, a partir daqui iremos nos referir ao quarto episódio do podcast Palácio Piratini como **podcast**, e episódios serão apenas os da narrativa.

Ao analisarmos as **estratégias da construção da narrativa** – o sexto movimento, segundo a metodologia de Motta (2013) – temos a construção técnica do podcast. Todos os 16 episódios da segunda temporada começam com a mesma locução e estrutura: primeiro a apresentação – “você está ouvindo a segunda temporada do podcast Palácio Piratini: 100 anos de História”, seguida por trilha sonora e a abertura (citada anteriormente), uma locução apresentando a principal característica do governante e, em seguida, seu nome. “Por vinte cinco anos, uma pessoa comandou o Rio Grande do Sul./ Por cinco mandatos, sua política guiou o Estado./ O episódio de hoje é sobre o governante que ficou mais tempo à frente do Executivo gaúcho: Borges de Medeiros./”. Em seguida, tem-se uma apresentação da vida do político tema do episódio, em que se aborda o local de nascimento, sua família (pais, esposa e filhos), sua educação, em seguida, parte-se para uma roda de conversa, em que se busca contextualizar o período histórico e social do Rio Grande do Sul, os principais “feitos” do político a frente do Piratini e sua relação com a imprensa, volta-se, depois da roda de conversa para a narração com outros dois episódios, o pós-governo e a morte do governante.

A principal estratégia aparente é a divisão do episódio em narração, com os fatos oficiais acerca do governante, e a roda de conversa, espaço de análise de especialistas, que traz informações, contextualização histórica e a análise do governo e da vida do político, com um tom de informalidade, com o que entendemos ser uma estratégia para aproximar o ouvinte da figura retratada.

Configuram, também, nas estratégias de construção da narrativa a presença da trilha sonora. Há uma trilha para o início, uma para narração, uma mudança sonora que marca o início e o final da roda de conversa – o som de um rádio sendo sintonizado. Além disso, a cada mudança de assunto, ou para utilizarmos os termos da análise, de episódio, há uma mudança na trilha sonora.

Voltamos, então, para as divisões do episódio, construídas tanto por meio das estratégias da narrativa, quanto pelos convidados. Apesar dessa construção da narrativa “oficial”, os convidados da roda tem espaço para ampliar, apresentar e construir novas narrativas. No episódio analisado pelo presente artigo, são aprofundados os episódios trazidos oficialmente, como contexto histórico, relação com a imprensa e o castilhismo, mas também trazendo outras como a sucessão e o período em que o governante passou afastado do executivo.

**Tabela 1: Episódios da Narrativa**

Episódios “oficiais”	Narração	Nascimento
		Família
		Educação
		Pós-governo
		Morte
Guia da roda de conversa	Contexto histórico	Relação com a imprensa
		Relação com Julio de Castilhos
		Primeiro mandato
Episódios “não-oficiais”	Convidados da roda de conversa	Influência de Julio de Castilhos
		Sucessão
		Período fora do governo

Fonte: dados da pesquisa

A locução oficial, como estamos chamando aqui, não apresenta conflitos ou críticas ao governante protagonista do episódio, mas os convidados sim. No episódio analisado, traz-se um grande **conflito**, que se apresenta em dois episódios: a sucessão de poder. A primeira, em 1908, quando Borges deixa o poder e indica Carlos Barbosa, que vence a disputa contra Fernando Abott, para ser seu sucessor. Nesse primeiro conflito, Borges sai vitorioso e consolida o seu poder. O segundo conflito é a Revolução de 23. Em 1922, quando vence a quinta eleição para a presidência do Estado, Borges enfrenta Assis Brasil e revolucionários contra seu governo. A revolução durou menos de um ano, entretanto, depois dela a reeleição foi proibida no Estado. Apesar de não poder governar o Rio Grande em um sexto mandato, ao final da Revolução, Borges pode cumprir seu mandato e ficar à frente do Executivo até 1928. Apesar de estarem presentes no podcast, por meio da análise é possível perceber que eles não são centrais ou guias para a história, eles aparecem para a construção da narrativa e também auxiliam no movimento seguinte, de construir o personagem.

No quinto movimento, a **construção das personagens**, compreendemos que há dois tipos de personagem: o protagonista e os que decidimos denominar de “construtores da narrativa”. Borges de Medeiros é o protagonista do episódio, que leva seu nome e conta sua história, mas a narrativa só é construída por meio do locutor e dos participantes da roda, que são responsáveis por narrarem os acontecimentos.

Como afirma Motta (2008), personagens da política retratados pelo jornalismo operam permanentemente em uma circulação entre identifi-

cação e projeção, suscitando simpatia, compaixão, dor e angústia, assim como na arte. De tal forma, estratégias são acionadas para que a narrativa ofereça possibilidade de identificação e projeção por parte do ouvinte. A construção do protagonista se dá por meio de dados, como informações sobre sua vida (local onde nasceu, onde estudou, seu início na política), recuperando materiais históricos, como o poema Antônio Chimango, escrito por Ramiro Barcellos, e por análises e eventos contados pelos especialistas, como exemplo, podemos citar a anedota final contada por Grijó, da lembrança dos gaúchos de verem Borges de Medeiros, em idade avançada, passeando na Praça da Matriz.

Ao ouvir e analisar narrativamente o podcast, notamos que a divisão entre “oficial” e “não-oficial” continua. Enquanto a narração constrói Borges de Medeiros com base em dados e informações de sua vida – como data e local de nascimento – os convidados da roda aprofundam essa construção, trazendo diferentes características dos protagonistas. Durante o podcast, constrói-se Borges como um “positivista”, de acordo com Grijó, hábil na escrita, mas não tão bom orador como Julio de Castilhos, seu antecessor e é perceptível a relação, tanto política quanto de amizade, entre Borges e Julio. Outras características atribuídas ao político são a organização, a competência, o trabalho – devido seus feitos como governante, como a melhoria das estradas, organização das escolas e da infraestrutura estadual. Retomamos o poema escrito por de Ramiro Barcelos, que assinou com o pseudônimo de Amaro Juvenal, citado como Grijó – uma estratégia para a construção do personagem. O detalhe do poema é interessante porque a construção do político no podcast é póstuma, é o que se entende e compreende hoje de suas ações, mas o poema foi uma caracterização da época, por um de seus “rivais”. No poema, Ramiro Barcelos caracteriza Borges como “Magro como lobisomem, Mesquinho como demônio”, e continua,

“Veio ao mundo tão flaquito,  
Tão camirrado e choquinho  
Que, ao finado seu padrinho,  
Disse espantada a comadre:  
“Virgem do céu, Santo Padre!  
Isto é gente o passarinho?”

Os próprios conflitos também auxiliam na construção, ao mostram sua importância e poder político na época.

A **metanarrativa**, ou guia moral, como explica Motta (2013) do episódio, é seu caráter de produção oficial do governo. Os episódios narram acontecimentos que impactam, até hoje, a política estadual e os governan-

tes subsequentes. Portanto, em cada etapa de produção, toma-se o cuidado de analisar a história tendo como centro o Palácio Piratini e o governo do Estado. Durante o episódio, são apresentadas críticas e pontos negativos do governante, mas o tom – e a moral – principal desse episódio é ser uma “homenagem”, como afirmado no próprio episódio pela locução.

## 6 Considerações

A partir da análise do quarto episódio da segunda temporada do podcast Palácio Piratini: 100 anos de História, com base na metodologia da análise de narrativa proposta por Motta (2008, 2013), foi possível compreender mais sobre a trajetória política e a importância de Borges de Medeiros para a política rio-grandense, além do contexto gaúcho na época. Por meio de fatos oficiais e análises de especialistas, percebemos o ex-governante como uma figura metódica e organizada, que cultivou com Julio de Castilhos uma relação de fidelidade e comprometimento político até a morte do seu antecessor.

Retomando o problema de pesquisa que guiou o presente artigo, a construção narrativa de Borges de Medeiros no podcast segue a “homenagem” citada pela narração, abordam-se seus grandes feitos, como a organização burocrática do Estado, criação da Secretaria da Fazenda, construção de estradas e a estruturação dos impostos. As deliberações políticas de Borges, como a integração territorial e diminuição de impostos, foram essenciais para o avanço e crescimento econômico do Estado. Percebe-se que, apesar de ficar 25 anos à frente do Executivo, o governante precisou enfrentar diferentes crises e revoluções, como a Revolução de 23, contrária a sua eleição, mas, no podcast, esses conflitos estão como coadjuvantes da história de Borges, e não centrais, servindo para construir sua imagem, como a de um governante consolidado e, pode-se dizer, poderoso.

É interessante trazer uma fala do convidado Luiz Grijó, que afirma que Borges de Medeiros foi o governante mais importante do Rio Grande do Sul, que modificou e organizou o estado, mas é o que menos têm biografias publicadas e a história contada, apesar de ser um personagem interessantíssimo e seguir atuando politicamente no Estado até após deixar o cargo de presidente do Estado. Para Grijó, o governante “merece muitos estudos para contar suas histórias”. Como o podcast afirma em sua abertura, são os governantes do Estado que o guiam e o constroem, mas muitas vezes – como é o caso de Borges de Medeiros – não se tem muita literatura ou um local para se pesquisar e conhecer a vida dele. Percebe-se que o podcast busca ser esse espaço de caráter oficial acerca dos governantes.

Entendemos, então, que o podcast busca um retorno a história e ser um meio oficial da memória dos governantes que passaram pelos corretores do Piratini, assim, o entendemos como um mantenedor da história, uma das finalidades do jornalismo apresentado por Reginato (2019) e um recuperador.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução: Antônio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Niterói: Vega, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Política**. IN BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. Dicionário de política. 1909. trad. Carmen C, Varriale et al. Coord. Trad. João Ferreira. Rev. Geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

DUARTE, Luiz Antônio Farias et al. **Comunicação: imprensa e poder no Brasil republicano: estudo interpretativo das relações dos jornais A Federação, Correio da Manhã, Correio do Povo e Tribuna da Imprensa com os políticos José Gomes Pinheiro Machado, Getúlio Dornelles Vargas e Artur da Costa e Silva**. 2012.

FALCÃO, Bárbara Mendes; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. O podcast como gênero jornalístico. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2019. p. 1-14.

GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. **GOMES, W; MAIA, RCM Comunicação e democracia: Problemas & Perspectiva**. São Paulo: Paulus, p. 117-162, 2008.

MAGNONI, Antônio Francisco; DA SILVA, William Renato; LEITE, Wellington. Radiodifusão, web rádio e podcast: o ensino do jornalismo em áudio. **Conhecimento & Diversidade**, v. 12, n. 27, p. 144-157, 2020.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Intercom, 2005. p. 05-09.

\_\_\_\_\_. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da teoria do conhecimento. **Berger, C., Marocco, B., A era glacial do jornalismo. Teorias sociais da Imprensa**. Porto Alegre, Sulina, 2008.

PRIMO, Alex Fernando Teixeira. Para além da emissão sonora: as interações no podcasting. **Intexto: revista do mestrado da comunicação UFRGS**. Vol. 2, n. 12 (jul./dez. 2005), p. 1-23, 2005.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

SANTOS, Sílvio; PEIXINHO, Ana. A redescoberta do storytelling: o sucesso dos podcasts não ficcionais como reflexo da viragem narrativa. **Estudos em Comunicação**, v. 1, n. 29, 2019.

Santos, Sílvio. Os Podcasts: um novo lugar para o regresso das histórias ao jornalismo. IN JOÃO CARLOS CORREIA et al. **De que falamos quando dizemos jornalismo?** Covilhã: Editora LabCom, 2021.

SODRÉ, Olga. Percurso filosófico para a concepção de alteridade. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 34, n. 109, 2007.

**Recebido em:** 30/06/2023

**Aceito em:** 16/12/2023



# A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE DOS ELEMENTOS IDENTITÁRIOS PAMPEANOS

## *LA FORMACIÓN HISTÓRICA DEL RIO GRANDE DO SUL: UN ANÁLISIS DE LOS ELEMENTOS IDENTITÁRIOS PAMPEANOS*

Maria Eduarda Xavier Vilella<sup>1</sup>  
Rafael Balardim<sup>2</sup>

### RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo compreender os elementos históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais sul-rio-grandenses que permitem uma relação identitária com as sociedades argentinas e uruguaias. Ainda que a região do Pampa seja considerada a mais militarizada e bélica da América do Sul, especialmente, durante o período colonial e pós-colonial, formou-se nas sociedades uma relação de proximidade diretamente ligada ao âmbito cultural. Por sua vez, essas relações internacionais regionais permitiram que o estado gaúcho constituísse como o elo para a integração regional do Brasil com a Argentina e o Uruguai. Desse modo, a presente pesquisa busca identificar o papel da história na formação dos elementos culturais identitários do Rio Grande do Sul com as sociedades argentinas e uruguaias.

**Palavras-chave:** Rio Grande do Sul; Formação histórica; Elementos culturais; Bacia do Rio da Prata.

### RESUMEN

*Esta investigación tiene como objetivo comprender los elementos históricos, económicos, políticos, sociales y culturales de Rio Grande do Sul que permiten una relación identitaria con las sociedades argentina y uruguaya. Aunque la región pampeana es considerada la región más militarizada y guerrera de América del Sur, especialmente durante el período colonial y poscolonial, en las sociedades se formó una estrecha relación directamente vinculada a la esfera cultural. A su vez, estas relaciones internacionales regionales permitieron que el estado de Rio Grande do Sul constituyera el vínculo para la integración regional de Brasil con Argentina y Uruguay. Por lo tanto, la presente investigación busca identificar el papel de la historia en la formación de elementos culturales de identidad de Rio Grande do Sul con las sociedades argentina y uruguaya.*

**Palabras Clave:** Rio Grande do Sul; Formación histórica; Elementos culturales; Cuenca del Río de la Plata.

---

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP).

2 Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Santana do Livramento.

## 1 INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Sul é um ator subnacional com grande relevância para o Brasil, principalmente, por sua experiência de integração regional. Sua história política, social, econômica e, principalmente, cultural traz grandes ensinamentos, em especial, para os agentes formuladores de políticas públicas. A região sul-rio-grandense é reconhecida por suas similaridades socioculturais com os países que fazem fronteira, Argentina e Uruguai, as quais foram construídas ao longo dos processos históricos. Dessa forma, as relações internacionais regionais fizeram com que o estado construísse com os países vizinhos diálogos de integração e cooperação em diversas áreas, sendo que a raiz dessas trocas é a cultura que atua como uma teia de significados (GEERTZ, 1978).

A partir disso, a presente pesquisa parte do seguinte pergunta-problema: qual o papel da formação histórica do Rio Grande do Sul no processo de compartilhamento dos elementos culturais do estado gaúcho com as sociedades argentinas e uruguaias? Para tanto, o objetivo geral é compreender quais são os elementos históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais sul-rio-grandenses que permitem uma relação identitária com as sociedades argentinas e uruguaias. Quanto aos objetivos específicos, estes são: entender a formação histórica do Rio Grande do Sul; identificar os elementos pampeanos; e analisar o papel dos conflitos regionais para relações na Bacia do Rio da Prata. O presente trabalho foi desenvolvido a partir da sistematização do método científico, utilizando os procedimentos ordenados que possibilitam o domínio do saber. A abordagem desse trabalho é qualitativa em razão do foco principal ser a compreensão dos fatos e fenômenos relacionados ao objeto e não em preocupar com a representatividade e amostragem numérica dos mesmos (GERHARDT & SILVEIRA, 2009). Destarte, o intuito é focar nas dinâmicas que ocorrem com o objeto para que assim consiga-se explicá-las. Para o desenvolvimento deste trabalho contou com uma investigação histórica de caráter exploratório. Ademais, contou-se com uma revisão bibliográfica como meio de coleta de dados para o desenvolvimento da pesquisa, sendo utilizado, em especial, livros, artigos e periódicos.

Assim sendo, a pesquisa se estrutura da seguinte forma: a primeira seção traz os elementos geoestratégicos da região do Rio Grande do Sul; a segunda sessão apresenta um levantamento histórico da formação do estado gaúcho apontando as relações com as províncias espanholas; a terceira seção identifica os elementos de intersecção entre o Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai; e, por fim, a última seção expõe o papel dos conflitos bélicos na região para a consolidação das relações internacionais regionais.

Com essa estrutura, acredita-se contemplar as nuances que envolvem as semelhanças identitárias dos sul-rio-grandenses com os argentinos e os uruguaios.

## 2 OS ELEMENTOS GEOESTRATÉGICOS

A gênese do ser gaúcho ou gaudério advém de processos históricos que moldaram a tipologia humana dos indivíduos que viveram na região do atual estado do Rio Grande do Sul. Por um lado, os campos e a vida rural produziram sobre os sul-rio-grandenses a imagem do peão de bombacha montado a cavalo e, por outro lado, os conflitos limítrofes regionais propiciaram a face guerrilheira, viril e de superioridade do homem gaúcho (HOWES NETO, 2009). Em uma análise sociológica, identifica-se a presença de três elementos que esculpíram os estereótipos dos gaúchos, sendo eles: os sociais, pelos quais impuseram o caráter camponês aos gaúchos; os econômicos, ligados ao desenvolvimento das atividades ganhadeiras e a formação de estâncias; e os bélicos, os quais são vinculados às lutas militares travadas na região. A mescla desses fatores proporcionou o desenvolvimento cultural do extremo sul brasileiro de maneira singular em relação às demais unidades federativas e, conseqüentemente, mais próxima com os países vizinhos.

O nativismo<sup>3</sup> gaúcho traduz a um retrato regionalista e, por vezes, bairrista do território do Rio Grande do Sul. Segundo Lessa (1985), há poetas que descrevem o formato do mapa político do estado como uma pegada de casco de cavalo, aludindo os campos pampeanos e a forma de organização social dos gaúchos, enquanto nas canções, danças e melodias há a menção que a forma é de um coração, demonstrando o regionalismo do gaúcho. Contudo, a forma e a constituição do território ultrapassam as simbologias carregadas de sentimentos, constituindo, em especial, uma posição estratégica tanto a nível local (regional) quanto mundial.

O estado sul-rio-grandense é uma das unidades federativas do Brasil com maior disponibilidade de águas superficiais em razão de sua malha hidrográfica que é composta pela: Bacia do Uruguai que abrange cerca de 57% da área total do estado; Bacia do Guaíba com cerca de 30%; e a Bacia Litorânea com 13% (RIO GRANDE DO SUL, 2020). Tanto em números absolutos quanto em relativos, a Bacia do Uruguai é a mais importante, já que ela

---

3 Por nativismo entende-se o sentimento positivo que os indivíduos de determinadas localidades têm pelo local em que nasceu. No Rio Grande do Sul o nativismo pode ser utilizado como sinônimo de duas expressões típicas, sendo elas: o pago fazendo referência a localidade em que se nasceu; e a querência para referir ao lugar em que se vive (LESSA, 1985).

se encontra com a Bacia do Paraguai e do Paraná compondo a 4ª maior bacia hidrográfica do mundo, a Bacia do Prata, cujo representa a segunda maior do Brasil e promove o desenvolvimento de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais.

Ainda em termos de hidrografia, o estado está localizado sobre o segundo maior manancial de água doce subterrânea transfronteiriço do mundo, o Aquífero Guarani. A área total do aquífero é de aproximadamente 1.196.500 km<sup>2</sup>, sendo sua distribuição espalhada nos países que compõem o Cone Sul. De acordo com Ribeiro (2008), a Argentina possui aproximadamente 225.500 km<sup>2</sup>, o Paraguai 71.700 km<sup>2</sup>, o Uruguai 58.500 km<sup>2</sup> e o Brasil com 840.800 km<sup>2</sup>. A distribuição das reservas subterrâneas brasileiras está dispersa em oito unidades federativas e o Rio Grande do Sul possui em relação aos outros estados a segunda maior fatia do aquífero, representando cerca de 157.600 km<sup>2</sup>. Ou seja, a parcela gaúcha das reservas subterrâneas do Aquífero Guarani corresponde a aproximadamente 121% do total das reservas paraguaias e uruguaias juntas e a cerca de 70% do total das argentinas.

Em relação a paisagem, o Rio Grande do Sul é constituído pelos biomas da Mata Atlântica e do Pampa. O primeiro é marcado pela presença de vegetação florestal ocupando cerca de 37% do território do estado. Já o segundo, marcado por planícies sendo sua ocorrência “estrita ao Rio Grande do Sul, ocupando a metade sul do estado, aproximadamente 63% do território gaúcho, estendendo-se também pelo Uruguai e Argentina” (RIO GRANDE DO SUL, 2020, p. 44). Além disso, o estado possui as maiores reservas de carvão mineral do país, concentrando, segundo Soares, Santos e Possa (2008), cerca de 78,65% do total disponível e, conseqüentemente, sendo o maior produtor brasileiro. Devido a presença de carbono na região, as terras do Rio Grande do Sul possuem bons índices de fertilidade, propiciando o cultivo de lavouras tanto tropicais durante o verão quanto de clima temperado no inverno, possibilitando uma produção agrícola variada.

Esses elementos naturais que envolvem a região fazem com que a integração regional se torne um fator estratégico, visto que há interesses comuns entre os atores que devem ser defendidos. Dessa forma, ainda o foco deste trabalho seja a cultura que ao tecer as populações as tornam mais semelhantes, é necessário considerar o peso que a geopolítica da região apresenta, uma vez que isto determinou consideravelmente as dinâmicas no passado e tendem, cada vez mais, ser pauta das agendas de cooperação regional.

### 3 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO RIO GRANDE DO SUL

Em termos históricos, pode-se dizer que as coordenadas geográficas do estado foram determinantes para a evolução dos acontecimentos políticos, uma vez que permitiram uma maior aproximação transfronteiriça e a um relativo isolamento com as demais regiões brasileiras. Tal proximidade do Rio Grande do Sul com os países vizinhos por muito tempo não foi enxergada positivamente, promovendo a denominação de “este país vizinho e amigo do Sul” (OLIVEN, 1989, p.1). Essa expressão foi utilizada por brasileiros de outros estados como modo de explicitar as diferenças da região com o restante do Brasil. No entanto, em determinadas circunstâncias, a expressão serviu para indicar aversão à proximidade dos gaúchos com as nações vizinhas – Argentina e Uruguai. Desse modo, os elementos da geografia física propiciaram o condicionamento do envolvimento sul-rio-grandense com as dinâmicas nacionais, que, por consequência, implicaram nas relações internacionais culturais.

A integração da região ao Império português foi tardia quando comparada com as outras regiões do país. De acordo com Oliven (1989), a capitania do Rio Grande de São Pedro ficou isolada do Brasil durante aproximadamente dois séculos por motivos de dificuldades de acesso do centro ao extremo sul da colônia. Além disso, a região platina erroneamente era considerada “uma zona deserta e aparentemente desprovida de recursos econômicos” (MURADÁS, 2008, p.160). Assim, para a Coroa, o extremo sul do subcontinente não apresentava a possibilidade de retorno econômico, diferentemente das regiões do nordeste e sudeste brasileiro, as quais desenvolveram atividades com elevados ganhos financeiros para a metrópole.

O desenrolar da história do estado foi moldada por fatores econômicos, os quais iniciaram em meados do século XVI com a “descoberta” da região. Entretanto, o interesse pelas terras gaúchas veio somente no século seguinte com a possibilidade de exportação<sup>4</sup> de couro para Europa a partir da preia<sup>5</sup> do gado xucro (OLIVEN, 1989). Por conseguinte, as planícies, o clima temperado e a alta fertilidade dos solos fizeram com que na virada do século XIX para o XX a região se transformasse em uma “moderna fábrica de alimentos” (DJENDEREDJIAN, 2008, p.130) com potencialidade de abastecimento tanto para a metrópole portuguesa quanto para as províncias vizinhas espanholas por meio dos contrabandos. Destarte, dois estereótipos dos gaúchos começavam a ser moldados, o camponês e o peão.

Embora a visão da Espanha fosse que o sul não possibilitava retorno

4 Prática realizada pelas colônias espanholas de Buenos Aires e Sacramento (OLIVEN, 1989).

5 Prática que envolve a captura do gado para alguma finalidade comercial.

econômico, tais como a região do Peru e da Bolívia, o despertar de interesse português na região não foi entendido como algo positivo, uma vez que de acordo o Tratado de Tordesilhas assinado em 1493 a região do atual estado do Rio Grande do Sul era de posse espanhola. Conforme Luvizotto (2009), a partir do século XVII a região passou ser palco de disputas territoriais conduzidas pelo Império da Espanha, o qual possuía a província de Buenos Aires como sede e o Império de Portugal, sediado no Rio de Janeiro. Assim, o território sul-rio-grandense era a separação entre os Impérios e, sobretudo, uma região-limite cujo tornou-se o epicentro de interesses e conflitos entre as duas Coroas. Isso permitiu a configuração do outro estereótipo dos gaúchos, as questões bélicas, já que a posição geográfica do estado permitiu a configuração da região como uma “fronteira quente”, servindo de local para os embates militares, guerras e negociações diplomáticas (LUVIZOTTO, 2009). Desse modo, os pampas – argentino, gaúchos e uruguaios – foram espaços de contestação em sua gênese, sendo, inicialmente, em decorrência dos marcos legítimos das terras e, posteriormente, por questões de anexações e independências.

Para Portugal, que tinha seus limites territoriais demarcados até o extremo sul do subcontinente sul-americano, era importante a extensão em direção ao Rio Uruguai. A razão era que, em virtude da falta de controle espanhol com as colônias, desenvolveu-se o contrabando de mercadorias, os quais eram escoados, em sua maioria, pela Bacia do Rio da Prata. Destarte, o governo português ao expandir seus domínios também “estava interessado em participar do comércio local” (MURADÁS, 2008, p.161). Assim, gestava um dos principais elos naturais dos gaúchos com os argentinos e uruguaios, o compartilhamento da Bacia do Rio da Prata.

Os primeiros assentamentos de portugueses na região iniciaram por meio da penetração nos campos dos pampas sob a crença de que tais terras eram de ninguém, ou seja, desconsiderando os indígenas que ocupavam aquelas terras há cerca de 12 mil anos. Segundo Luvizotto (2009), por volta de 1625 que os portugueses enviaram expedições de interiorização para a região e permitiram a instalação de jesuítas na região atual sul-rio-grandense. Entretanto, em meados de 1641, os jesuítas foram expulsos da região pelos paulistas (bandeirantes)<sup>6</sup> e, como consequência, estes aprisionaram os indígenas catequizados e os comercializaram como escravos, porém os rebanhos de gado ficaram na região.

A partir de então, os gados se criaram sozinhos e livres pelos pam-

6 Os paulistas, também chamados de bandeirantes, não tinham uma boa relação com os jesuítas, porque estes denunciavam a escravidão dos indígenas e apoiavam a centralidade do poder nas mãos da Igreja, o que era errado para os paulistas.

pas, tornando-se animais selvagens e bravios e, por conseguinte, marcando um dos traços típicos dos indivíduos que nascem no Rio Grande do Sul, a relação com estes animais e com os campos. Passando-se uns quarenta anos, os padres jesuítas retornam a região e consigo trouxeram novamente os indígenas catequizados, outra figura importante para a formação cultural da região. Como atividade econômica, os missionários encontraram o gado europeu que haviam desenvolvido livremente ao longo das décadas. As condições físicas como o clima e vegetação somadas à disponibilidade de gados soltos e sem donos, propiciou a utilização destes animais para alimentação das comunidades de missionários e indígenas, bem como para a extração dos couros bovinos (LUVIZOTTO, 2009).

Entretanto, segundo Muradás (2008, p.169), outro elemento fundamental para o assentamento de pessoas na região foi a descoberta do ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, em 1695, que “provocou uma grande movimentação econômica no mundo colonial, desencadeando o movimento demográfico para a região de mineração”. Desse modo, havia-se uma necessidade da metrópole em formar uma rede de logística e de fornecimento de alimentos capazes de promover o sustentamento do desenvolvimento das atividades no centro da colônia. Logo, a região sul com disponibilidade de terras, gados e fertilidade nos solos tornou-se um espaço propício para o fornecimento dos insumos necessários para o abastecimento das outras regiões. Além disso, na época, as províncias espanholas possuíam mulas e cavalos, o que, estrategicamente, tornava o atual estado do Rio Grande do Sul ainda mais interessante por conta de sua curta distância com tais regiões.

Desse modo, primeiro, Portugal tratou de adquirir as mulas das províncias espanholas para permitir o traslado do extremo sul ao centro de sua colônia. Posteriormente, em meados de 1700, o governo português construiu juntamente com os tropeiros e as estâncias que foram formadas na região, estradas para a ligação da criação de gado com os pontos centrais da metrópole (MURADÁS, 2008). Por conseguinte, a região do estado do atual Rio Grande do Sul:

[...] desempenhou duas funções importantes desde o início de sua ocupação. A primeira foi a de ser um local estratégico que garantia a presença portuguesa junto às áreas de colonização espanhola. A segunda, e não menos importante, foi a de fornecer alimentos e outros bens para as demais regiões do País (DANACAL, 1992 *apud* LUVIZOTTO, 2009, p. 16).

Assim, nasceram as primeiras iniciativas de comercialização entre as duas colônias que, naquele momento, eram em caráter ilegal, já que se tratava do mercantilismo cujo todos os recursos e bens eram de propriedade da metrópole colonial. O comércio de animais de transporte praticado pelas províncias coloniais espanholas para a colônia portuguesa do Rio Grande do Sul se deu em decorrência da decadência da mineração no Peru e na Bolívia, possibilitando uma grande oferta de mulas e cavalos. Desse modo, de um lado, Portugal necessitava de meios de transportes para o abastecimento das atividades mineradoras e, por outro, as províncias ao sul do Império espanhol possuíam disponibilidade de tais recursos, configurando o contrabando colonial da Bacia da Prata entre os tropeiros gaúchos com os argentinos e uruguaios.

Como mencionado anteriormente, a região ocupada pelos portugueses, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, não pertencia a Portugal, mas sim a Espanha. Entretanto, com o assentamento de pessoas e o desenvolvimento de atividades econômicas na região, iniciava indiretamente o recurso do Direito Internacional do princípio de *uti possidetis*<sup>7</sup>, que, posteriormente, foi utilizado por Portugal para defender sua posse no território ocupado. Nesse sentido, segundo Oliven (1989), a própria utilização dos gados para consumo e extração de couro tornou-se estratégica, já que permitiu a formação de estâncias e sedentarização dos tropeiros, sustentando o domínio português sobre o território. Deste modo, em 1750, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madrid, firmando o domínio e posse da região dos Sete Povos das Missões ao império português, baseando-se nos assentamentos jesuítas firmados no território.

Mesmo após a posse efetiva de Portugal sobre a região, as atividades econômicas permaneceram ligadas aos campos dos pampas. Segundo Luvizotto (2009), a criação de gados e o desenvolvimento das atividades agrícolas permitiram a inserção do Rio Grande do Sul dentro da lógica econômica da colônia portuguesa, recebendo grande importância, principalmente, por abastecer as outras regiões que sofriam com o aumento dos preços dos alimentos em razão da mineração. A dinâmica econômica colonial passou a ser do sul para o sudeste, permitindo uma complementaridade e integração da região com o restante do Brasil, bem como produzindo a legitimação da expansão portuguesa de seus territórios (MURADÁS, 2008). Os rebanhos gaúchos tornaram-se para os proprietários de terras um negócio rentável que, com o passar do tempo, desenvolveu novas tecnologias para a conser-

---

7 Princípio do Direito Internacional que privilegia a posse das terras para aquele que possui a ocupação de fato do território (LIMA, 2017).

vação das carnes, o charque<sup>8</sup>, já que os percursos da exportação - embora interna - eram longos e poderiam estragar os alimentos. Um fato importante sobre as terras sulistas, diferentemente das outras capitanias, é que estas não foram distribuídas entre proprietários. Segundo Muradás (2008), a razão é que, para o Rei Dom João, dividir provocaria a Coroa espanhola, optando por evitar conflitos.

Para além da pecuária, a agricultura também se consolidou como atividade econômica na região, propiciada, em especial, pela participação da cultura indígena, a qual protagonizou o plantio de erva-mate, sendo considerada, na atualidade, como “uma herança dos índios guaranis” (LUVIZOTTO, 2009, p. 20). Contudo, as plantações inicialmente foram utilizadas como atividade econômica complementar a criação de gados. A intensificação da agricultura se deu com a chegada de imigrantes europeus, os quais se depararam com os fatores físicos e climáticos e dedicaram a maior diversidade de plantios, como o cultivo de arroz, soja, trigo e grão em geral. Em resumo, o território sul-rio-grandense configurou para o Império português mais que região-limite entre os Impérios ibéricos, mas sim em uma gama de oportunidades, tais como: a possibilidade de criação de porto de livre comércio com as províncias vizinhas; acesso a navegação do Rio da Prata; apropriação dos recursos pecuários dos pampas; a própria expansão territorial a partir da desestabilização do domínio espanhol da região platina; e a viabilidade de participar do comércio ilícito (contrabando) das colônias espanholas realizadas na região (MURADÁS, 2008).

Por sua vez, a dinâmica produtiva regional voltou-se para o setor agropecuário, observando as capacidades e disponibilidade de recursos do território. Sob esses condicionantes, os indivíduos sul-rio-grandenses passaram a ter um estreito contato com a agricultura e a pecuária, moldando a definição de agricultor e colono, os quais se inseriram no ideário social do ser gaúcho ou gaudério para parte de seu estilo de vida (DJENDEREDJIAN, 2008).

#### 4 OS ELEMENTOS PAMPEANOS

A estrutura social sul-rio-grandense é composta por características regionais que permitiu e permite, na atualidade, uma diferenciação das pessoas que nasceram na região com as de outras localidades do país. Para

---

<sup>8</sup> “Carne de gado salgada e secada ao ar livre, em grandes pedaços chamados de manta. No resto do país equivale a carne de sol, carne do sertão, carne seca, carne velha, jabá. Mas, no Rio Grande do Sul, também pode ser chamado de charque de vento e charque doce – aquele, preparado nas estâncias, para consumo rápido, sem muita exposição ao sol; este, secado ao sol, mas sem sal ou minimamente salgado” (SCHLEE, 2019a, p. 234).

Oliven (1989, p.3), essa diferenciação é fruto dos processos históricos ocorridos no Rio Grande do Sul que inseriram no pensamento da elite gaúcha um sentimento de superioridade política advinda de suas experiências com a guerra, bem como pela própria “capacidade de mando e a prática da organização de grandes massas humanas”. Por outro lado, Oliveira (2007) *apud* Almeida e Grossi (2019, p.4), argumenta que os brasileiros de outros estados criaram o estereótipo que o gaúcho é um “ser heróico, ativo, corajoso; impiedoso na defesa de altos ideais, justo”. Destarte, na atualidade, essas imagens dos sul-rio-grandenses corroboram para os processos de integração regional do estado com os países vizinhos.

Uma das principais imagens construída na história dos pampas, é o tropeiro. Segundo Muradás (2008, p. 175), a figura do tropeiro é de fundamental importância para a compreensão do passado, visto que seu trabalho fez com que fosse “levando o idioma português, a ideia integradora, a vontade de expansão e o novo costume. Unifica o território e a cultura. Cria a brasilidade”. Seu papel coincide com as políticas públicas voltadas para a integração regional de uma forma indireta e sutil. Assim:

O tropeiro foi importante, pois além de conduzir as tropas, eles passaram exercer as mais variadas funções como: o abastecimento da região mineradora e outras; a ocupação da região interior do Brasil, contribuindo para consolidar o domínio português; contribuição na movimentação econômica da colônia; intercâmbio cultural do Rio Grande do Sul com o Brasil; funcionavam como correio, levando e trazendo notícias entre os pontos de pouso e povoados; intermediavam negócios entre os comerciantes (MURADÁS, 2008, p. 176).

Desse modo, a ideia de unir a região dos pampas por questões geoestratégicas, quiçá, foi gestada nas ideias dos próprios tropeiros, os quais, em sua grande maioria, não nasceram no território sul-rio-grandense, mas que com o intenso traslado entre as regiões centrais da colônia portuguesa e as províncias espanholas, desenvolveram as relações internacionais culturais platinas.

Estes agentes possibilitaram as trocas comerciais e culturais que somadas à posição geográfica do estado permitiu com que os gaúchos compartilhassem elementos comuns com os argentinos e os uruguaios. Isto, para alguns, não é algo positivo, levando com que os gaúchos, por vezes, são referidos como “sulistas” como forma não de especificar que estão ao sul do país, mas sim que são uma unidade federativa mais próxima dos países vi-

zinhos do que do próprio Brasil. Para o escritor Erico Verissimo<sup>9</sup>, essa ideia deve ser superada, visto que:

No século XVIII, quando soldados de Portugal e Espanha disputavam a posse definitiva deste então “imenso deserto”, tivemos de fazer a nossa opção: ficar com os portugueses ou com os castelhanos. Pagamos um pesado tributo de sofrimento e sangue para continuar deste lado da fronteira meridional do Brasil. Como pode você acusar-nos de espanholito? Fomos desde os tempos coloniais até ao fim do século um território cronicamente conflagrado. Em setenta e sete anos tivemos doze conflitos armados, contadas as revoluções. Vivíamos permanentemente em pé de guerra. Nossas mulheres raramente despiam o luto. Pense nas duras atividades da vida campeira – laçar, domar e marcar potros, conduzir tropas, sair para a faina diária quebrando a geada nas madrugadas de inverno – e você compreenderá por que a virilidade passou a ser a qualidade mais exigida e apreciada do gaúcho (VERISSIMO, 1994, p. 242).

Este trecho dos escritos de Erico Verissimo é de suma importância para a compreensão do ponto de vista gaúcho sobre os fatos históricos. Haja vista que, a maioria dos acontecimentos da história brasileira são reportados a partir da perspectiva do poder central da época que, nesse caso, era o Império português. Assim, as palavras do escritor refletem questões importantes sobre a própria historiografia social do estado, bem como as percepções locais sobre as semelhanças culturais dos gaúchos com os argentinos e uruguaios.

Para Oliven (2021), com esse trecho é possível identificar elementos do estado, tais como: o caráter social que a fronteira denota ao estado; a opção por Portugal ao viés da Espanha; o preço pago por essa escolha; a configuração da figura do gaúcho como um ser forte e campeiro; e a própria originalidade dos costumes e comportamentos sociais dos sul-rio-grandenses. Sob esse último ponto, é necessário esclarecer uma questão antes de adentrar nas semelhanças do estado com a Argentina e o Uruguai. O Rio Grande do Sul assim como qualquer outro ator possui características culturais *sui generis* que ainda que se estabeleça uma relação de proximidade com outros povos e regiões, são originais e únicas do estado ou de determinada localidade. Assim, a cultura gaúcha, ainda que seja similar, em alguns aspectos, com a argentina e a uruguaia, possui elementos próprios que mesmo nas semelhanças, há diferenças. Desse modo, toda e qualquer relação de

---

9 Romancista urbano, natural de Cruz Alta, Rio Grande do Sul.

comparação que esta pesquisa estabeleça entre ditas culturas, é observando de um modo geral e não adentrando as particularidades de cada uma, visto que cada qual vai se configurar de acordo com os seus meios.

A música “Pampa” interpretada pelo cantor pelotense, Joca Martins, retrata bem o multiculturalismo presente no bioma pampa. No início da letra da canção é expresso que a região tem “três nomes, três brasões pra mesma terra” e, em seguida, é dito que “somos um só nesta pampa, mas se contam três”, a estrofe finaliza com o questionamento “por que se contam três?” (BAUEN, HARDEN, 2008). Esta música é um exemplo do diagnóstico nativista das semelhanças culturais com os povos argentinos e uruguaios. Posto isso, se faz necessário indagar: em quais momentos a história do Rio Grande do Sul se cruza com a formação da Argentina e do Uruguai?

Em primeiro lugar, destaca-se que a colonização do sul da colônia espanhola foi relativamente diferente da colonização portuguesa que, segundo Real de Azua (1984), foi marcada pela escassez de mão de obra escrava (negra). Desse modo, tanto a colonização da Argentina quanto do Uruguai observou características naturais, como a existência de planícies e clima temperado. Nesse sentido, assim como os jesuítas espanhóis voltaram para as terras do atual Rio Grande do Sul e encontram os gados criados livres e sem dono uma oportunidade de atividade econômica, o mesmo ocorreu com os argentinos e uruguaios.

O segundo ponto é a formação econômica desses territórios. Segundo Maeder (2018), a economia da Argentina é marcada pela criação de rebanhos cujo representou um grande desenvolvimento com criações de gado bovino, equinos, ovinos e caprinos. O Uruguai, por sua vez, desenvolveu uma espécie de “economia de enclave”<sup>10</sup> com a exportação de carne bovina. Destarte, a pecuária se consolidou como uma característica do sul do subcontinente da América do Sul, haja vista que as condições físicas permitiram não somente uma boa adaptação dos animais, como também a multiplicação dos mesmos. O cronista Martin Orné escreveu, em 1573, que “são tantos bovinos, caprinos, ovinos, éguas e porcos que hoje é preciso mantê-los longe da cidade, porque estão crescendo, se Deus quiser” (IN-CHAUSPE, 2011, p. 40, tradução nossa). Desse modo, a primeira forma de constituição da integração da região platina foi por meio das condições naturais intrinsecamente independentes da ação humana – a existência dos campos e dos gados.

---

<sup>10</sup> É um conceito utilizado dentro da área da Economia para referir ao sistema econômico que se desenvolve por meio de investidores estrangeiros com o intuito de gerar produtos voltados para a exportação. Esse modelo é característico de países dependentes, como é o caso da maioria dos países latino-americanos devido ao processo de colonização.

Em terceiro lugar, destaca-se as condições físicas propícias para o desenvolvimento das atividades econômicas, visto que havia abundância de pastos, água potável, abrigos, clima temperado e salinidade apropriada. Desse modo, de acordo com Azua (1984), a fonte de riqueza e potencialidade de crescimento econômico para o início do assentamento de pessoas foi a própria multiplicação dos gados. Os argentinos e uruguaios assim como os gaúchos passaram a criar estes animais que:

[...] se constituirão uma parte substancial da economia de cada cidade e não apenas no uso de carne e leite, mas também de gordura, sebo e couro; no caso dos ovinos e caprinos, lã e couro. Cavalos e éguas, e mais tarde mulas, serão essenciais para transporte e segurança, e bois para lavar a terra e transporte. (MAEDER, 2018, p. 154, tradução nossa).

A reprodução dos animais possibilitou o desenvolvimento das atividades econômicas voltadas tanto para o consumo local quanto para a comercialização com outras regiões. Desse modo, a criação de gados se configurou como um importante indicativo da construção da identidade comum na região, uma vez que a partir desta os indivíduos desenvolveram uma relação social com os campos que, conseqüentemente, influenciou em seus hábitos e formas de vida baseadas no mundo rural (MAEDER, 2018).

Por outro lado, a pecuária possibilitou a identidade regional em torno de alguns costumes, como o preparo da carne assada, o famoso churrasco no Rio Grande do Sul e *parrillada* na Argentina e no Uruguai. Segundo Zamberlan *et al* (2009, p. 9), esse prato é um elemento cultural associado aos gaúchos, argentinos e uruguaios cujo recebe grande relevância em “momentos de alegria, de relacionamento familiar, de amizade e descontração, ou seja, o alimento exercendo, também, uma função psicossocial”. De acordo com os levantamentos históricos, a origem do churrasco ou *parrillada* remonta os campos dos pampas, visto que, conforme mencionado anteriormente, o gado era criado solto e livre, permitindo as vacarias<sup>11</sup> e o preparo de carnes em buracos abertos no chão (ZAMBERLAN *et al*, 2009). Segundo o dicionário da cultura pampeana sul-rio-grandense, embora o churrasco seja uma comida típica campeira da região dos pampas, este é diferente entre os gaúchos, argentinos e uruguaios. O modo sul-rio-grandense é colocar a carne em espetos na direção horizontal sobre as brasas, já à moda argen-

11 “Ações desenvolvidas no período de tempo em que predominava a procriação natural de gado bovino no Pampa (a partir do séc. XVI – e especialmente no séc. XVII), e os animais sem dono ou de donos desconhecidos eram caçados e capturados livremente, a campo aberto” (SCHLEE, 2019b, p. 913).

tina e uruguaia, a *parrillada*, a carne é posta em uma grade sobre as brasas (SCHLEE, 2019b).

A agricultura assim como desempenhou um papel fundamental para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul foi também na Argentina e no Uruguai, sendo este outro ponto elemento de ligação regional. Inicialmente, o produto que recebeu destaque foi a erva-mate, configurando como um elo entre os pampas devido ao intenso consumo dos povos banhados pelo Rio da Prata. Posteriormente, a produção de cereais, legumes e hortaliças também cresceu dentro do setor agrícola. Contudo, dentre o rol de produções agrícolas na Argentina, há que ressaltar o cultivo da erva mate e do algodão, já que:

A primeira, como se sabe, oferece uma bebida que os Guaraní conhecem desde a antiguidade. Com o passar do tempo, o consumo do mate foi introduzido em toda a sociedade colonial e seu uso se espalhou para fora do Paraguai para chegar ao mercado do Chile e do Alto Peru. [...] O algodão, por sua vez, também tinha especial importância, pois de suas fibras que as índias fiavam e os homens teciam nos teares do segundo pátio da escola, eram feitas diferentes variedades de telas. A maior parte era destinada às roupas dos índios, mas, como no caso anterior, restava uma certa quantia para troca (MAEDER, 2018, p. 235, tradução nossa).

Entretanto, o cultivo da erva mate é de ocorrência estritamente da Argentina e do Rio Grande do Sul, como pode ser observado na imagem abaixo. Apesar disso, o consumo do produto espalhou-se entre os povos da Bacia do Rio da Prata, sendo utilizado, segundo Zamberlan *et al* (2009), tanto para fins digestivos e estimulantes quanto para a promoção de interação social em diversos momentos.

Figura 03: Área de ocorrência da erva-mate silvestre



Fonte: Mayer (2018), adaptado.

Ainda que se considere as semelhanças entre os argentinos, gaúchos e uruguaios em relação ao consumo do chimarrão ou *mate*, há diferenças entre estes quanto aos costumes. De acordo com o dicionário pampeano sul-rio-grandense (2019), os sul-rio-grandenses consomem a erva mate em uma cuia, sendo passada de mão em mão da direita para a esquerda, na maioria das vezes, consumida em grupo. No Uruguai, o mate é servido em um recipiente menor em comparação com a cuia gaúcha, sendo consumido em grupo ou isoladamente. Já na Argentina, a cuia é ainda menor e é de uso individual. Sem embargo, o chimarrão ou *mate* é um elemento cultural típico do sul do subcontinente sul-americano, utilizado também para aquecer das baixas temperaturas no inverno. De todo modo, a erva-mate é um grande elemento aglutinador das culturas do Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai.

Para além da pecuária, do consumo de churrasco ou *parrillada* e do chimarrão, o contato cultural entre os gaúchos, argentinos e uruguaios construiu outros elementos comuns, tais como a formação do portunhol<sup>12</sup>,

12 “Forma comum de expressão oral (raramente escrita) que – na fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina – mistura palavras do português e do espanhol” (SCHLEE, 2019b, p. RIHGRGS, Porto Alegre, n. 165, p. 77-103, dezembro de 2023).

as vestimentas e os estilos musicais e/ou dançantes. Sem embargo, a cultura platina tanto a argentina e uruguaia quanto a gaúcha, por vezes, é interpretada como estritamente influenciada pelos espanhóis, porém, Azua (1984), destaca que muitos elementos são de influência da cultura indígena, como o poncho, o *mate*, a bota, chiripá e o churrasco (ou *asado*).

O contato e o intenso intercâmbio entre as populações produziram a mistura linguística entre o português e o espanhol cujo tem grandes ocorrências nas fronteiras do Brasil com o Uruguai. Esse é o portunhol que, segundo Sturza (2019, p. 96), não pode ser caracterizado como um idioma, mas sim como “nomeação ou uma designação”, constituindo a partir da “situação de contato”. Entretanto, embora o surgimento do portunhol foi na região platina, é importante recordar que:

A história entrelaçada do português e do espanhol remonta à divisão geográfica dada pelos romanos à Península Ibérica durante seu domínio. A delimitação geopolítica, a partir dos movimentos de Reconquista, que levaram à configuração dos limites territoriais de Portugal, não apagou a história comum nem o parentesco das línguas predominantes nesses três domínios. Da mesma maneira, no novo mundo a conquista de novas terras dividiu os domínios de Espanha e Portugal, e novamente lusos e castelhanos se colocaram na disputa pelos limites territoriais. As fronteiras definiram-se, as línguas foram oficializadas, no entanto, a porosidade das fronteiras recoloca a proximidade linguística como problema, mas também como recurso. Herda-se, assim, línguas já nomeadas e carregadas de histórias e memórias (STURZA, 2019, p. 102).

Desse modo, o portunhol se configura como uma maneira das populações locais comunicarem entre si, mesmo tendo cada qual sua própria língua. Sem embargo, cada região possui suas variações que são determinadas pelas interações sociais, as quais abrangem funções desde fronteira até a de interlíngua. Ademais, Tatsch (2011), aponta que as intensas disputas territoriais e a vinda de imigrantes para o estado gaúcho, contribuíram para a circulação de palavras e expressões que foram determinantes para a formação linguística do portunhol.

No âmbito musical, destaca-se três gêneros que possuem laços da cultura platina. O primeiro deles é a milonga que constitui como uma manifestação cultural de predominância na Argentina, Uruguai e Rio Gran-

de do Sul, sendo sua origem motivo de contestação até os dias atuais. Para Nunes e Jesus (2019, p. 3), este estilo está relacionado “à música, à dança, ao espaço utilizado para prática de dança e, também, a eventos sociais”. A milonga entrelaça as três culturas da Bacia do Rio da Prata, sendo possível a visualização de seus traços no folclore uruguaio, no tango argentino e, principalmente, na dança gaúcha. De acordo com Ayestarán (1967) *apud* Nunes e Jesus (2019), tais influências culturais devem-se ao fato de que, muitas vezes, o mapa político não é o mesmo que o mapa cultural.

O malambo é outro estilo musical de relevância nos pampas que nasceu na Argentina, muito embora o Uruguai também reivindique o direito sobre a sua origem. Segundo Pacheco (2021), o estilo trata-se de uma dança individual que utiliza do conjunto de sons produzidos pelo sapateio, batidas e movimentos dos pés. De acordo com Novelli (2015), o malambo surgiu com os tropeiros da região dos pampas que utilizavam o sapateio para tocar os rebanhos de gado. Assim, o estilo musical bem como o churrasco e o chimarrão é um elemento regional dos pampas e conta com uma mescla cultural das fronteiras (NOVELLI, 2015).

Por fim, ainda dentro do âmbito musical, pode-se citar o chamamé. O chamamé é um ritmo musical que tem origem na Argentina, mas que se espalhou pelo Brasil e Paraguai. O nome do estilo musical “não é nem guarani e nem espanhola, não há uma tradução para chamamé. Para os argentinos, chamamé significa ‘senhora ama-me’. No Brasil, a palavra tem o significado de ‘chama-me para bailar’ ou ‘aprochegar-se de mim’ (RIO GRANDE DO SUL, 2011, s.p.). Assim, o chamamé apresenta como um estilo folclórico que reúne elementos da cultura indígena guarani, afro-americana e europeia.

Outro ponto que entrelaça a cultura argentina, gaúcha e uruguaia são as vestimentas. De acordo com Fagundes (1985, p.6) *apud* Saleh (2015), o estilo de vida dos povos que viveram e vivem na região dos pampas determinou a indumentária de suas vestimentas, sendo estas uma mescla entre os ibéricos com indígenas. Atualmente, encontra-se a bombacha<sup>13</sup> como símbolo do meio social que os pampeanos estão inseridos. Essa peça é utilizada, principalmente, para a realização de trabalhos nos campos, mas, sobretudo, para demonstração de tradicionalismo regional. A famosa bombacha sofreu uma evolução ao longo dos séculos, porém continua sendo uma das principais vestimentas dos indivíduos que moram em campanha<sup>14</sup> no Rio

---

13 “Calça comprida, de tecido variado, ajustada na cintura e cadeiras, 161 muito folgada nas pernas e abotoada no tornozelo, cujo uso é corrente na campanha” (SCHLLE, 2019a, p. 160).

14 “O campo, em oposição à cidade. A região compreendida pelas planícies onduladas do pampa, incluindo parte da Argentina, todo o Uruguai e a metade sul do Rio Grande do Sul”

Grande do Sul, Argentina e Uruguai.

O poncho é outra vestimenta utilizada pelos campeiros pampeanos, servindo segundo o dicionário pampeano (2019), para agasalhar contra o frio, o vento e a chuva. Conforme Garavaglia (2002), a indumentária apresenta uma rica história que envolve a cultura rioplatense, embora sua origem advenha dos mapuches. Desse modo, o poncho tornou-se um “um marco que mais tarde seria característico das trocas fronteiriças entre os crioulos e os pampeanos indígenas”(GARAVAGLIA, 2002, p.188, tradução nossa). Destarte, tal vestimenta está presente no Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai.

Conforme discutido na seção anterior, uma das primeiras relações comerciais realizadas pelo Império de Portugal com as províncias de Buenos Aires e Montevideu foi a compra de animais que, para o Império da Espanha, era considerado contrabando. Nas Américas antes da chegada dos espanhóis e portugueses não havia presença de cavalos, sendo a introdução desses animais datada a partir da segunda viagem de Cristóvão Colombo. No Brasil, a presença de equinos limitou-se às regiões sudeste e nordeste devido às atividades econômicas desenvolvidas. Contudo, foi nos pampas que os cavalos assim como os gados encontraram seu habitat ideal, especialmente, devido às extensões territoriais disponíveis. Destarte, na região houve a formação de uma raça específica do sul da América, o crioulo, os quais:

[...] tem sua origem nos equinos Andaluz e Jacas espanhóis, trazidos da península ibérica no século XVI pelos colonizadores. Estabelecidos na América, principalmente na Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru e sul do Brasil, muitos desses animais passaram a viver livres, formando manadas selvagens que, durante cerca de quatro séculos, enfrentaram temperaturas extremas e condições adversas de alimentação. Essas adversidades imprimiram nestes animais algumas de suas características mais marcantes: rusticidade e resistência (ABCCC, 2022, s.p.).

Desse modo, a raça de equino crioulo também é um elemento aglutinador entre as culturas do Rio da Prata. Assim, o papel dos cavalos na região oscilou ora servindo como instrumento para o apresamento do gado bovino xucro e para percorrer as extensões territoriais ora como um “meio de transporte e recursos para a guerra, dentre outros empregos” (RIBEIRO, 2011, p. 118). Ademais, estes animais possuem um importante significado

---

(SCHLEE, 2019a, p. 193).

regionalmente, visto que estão inseridos dentro da vida cotidiana do homem do campo que, por conseguinte, tornou-se um elemento de valoração.

**Quadro 01: Elementos compartilhados entre o Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai**

<b>ELEMENTOS COMPARTILHADOS ENTRE O RIO GRANDE DO SUL, ARGENTINA E URUGUAI</b>				
<b>Tipo</b>	<b>Elemento</b>	<b>Argentina</b>	<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>Uruguai</b>
Naturais	Bacia do Rio da Prata	X	X	X
	Aquífero Guarani	X	X	X
	Bioma Pampa	X	X	X
Econômicos	Pecuária	X	X	X
	Agricultura	X	X	X
	Produção de Erva Mate	X	X	
Sociais	Churrasco ou <i>Assado</i>	X	X	X
	Consumo do chimarrão ou <i>mate</i>	X	X	X
	Criação de equinos	X	X	X
	Portunhol		X	X
	Bombacha	X	X	X
	Poncho	X	X	X
	Milonga	X	X	X
	Malambo	X	X	X
Chamamé	X	X		

Fonte: Elaborada pela autora.

Em resumo, esses elementos naturais, sociais e culturais esculpiram as relações internacionais regionais entre os gaúchos, argentinos e uruguaios que iniciou, em sua maioria, nos campos dos pampas e, progressivamente, adentrou as unidades dos núcleos urbanos, transformando em elementos de tradição. Desse modo, esses elos pampeanos ganharam valor tanto material quanto simbólico no interior dessas sociedades, representando laços presentes no imaginário regional dos indivíduos e de seus antepassados (HOWES NETO, 2009). Entretanto, somente os valores culturais comuns não foram suficientes para a manutenção de uma zona de paz nos pampas. Desse modo, há uma dualidade entre esses vizinhos que

ora compartilhavam tradições comuns ora peleavam<sup>15</sup> para defender seus interesses.

## 5 OS CONFLITOS EM SOLO PAMPEANO

A dualidade da posição geográfica do Rio Grande do Sul permitiu, por um lado, um relacionamento próximo com as províncias vizinhas que, conseqüentemente, corrobora a necessidade de políticas públicas de integração regional; e, por outro, sua posição de gargalo entre os governos imperiais de Portugal e Espanha, proporcionaram uma “região fronteiriça suscetível de embates militares” (SOUZA, FIOREZE, SILVA, 2005, p. 15266). A explicação para essa dicotomia é que a formação do estado, visto que a região é envolvida por interesses e domínios conflitantes que, por conseguinte, impuseram estratégias de militarização dos limites territoriais.

Segundo Teixeira e Anselmo (2012), Portugal em virtude de seu projeto de interiorização do subcontinente sul-americano apostou em uma militarização da região sul da colônia, voltada tanto para construção de fortificações e empreendimentos militares quanto pelo armamento da população. Desse modo, ao longo dos séculos, a estrutura social foi formada em torno das grandes estâncias, possibilitando que “o colono era também o soldado, defendendo sua estância e o território da colônia” (TEIXEIRA, ANSELMO, 2012, p. 321). Assim, a posição geográfica do estado deu aos gaúchos “o árduo papel de ser o eterno vanguardeiro de nossa dignidade cívica e a manifestação de arrojados de audácia na preservação das fronteiras” (GOULART, 1985, p. 54-55, *apud* SOUZA, FIOREZE & SILVA, 2005, p. 15266). Boa parte dos conflitos militares envolviam o domínio efetivo das terras, sendo estas definidas por alguns tratados: o Tratado de Tordesilhas (1494), o Tratado de Madrid (1750), o Tratado de Santo Ildefonso (1777) e o Tratado de Badajós (1801). Desse modo, os domínios territoriais iniciaram no final do século XV e estenderam ao longo dos séculos seguintes com formulações, revisões e entraves a respeito das posses.

A primeira negociação entre as Coroas foi o Tratado de Tordesilhas, que em virtude da inexatidão das coordenadas geográficas do ponto de partida, as 370 léguas de Cabo Verde, abriu brechas para diferentes entendimentos em relação aos domínios portugueses. Conforme mencionado anteriormente, o interesse português pelo sul da colônia tardou. Contudo, isso “não se traduziu em extremo imobilismo por parte dos conquistadores lusitanos para com a sua colônia, sendo ela somente preterida e não esquecida dentro da estratégia global que Portugal mantinha nesse momento” (TEIXEIRA,

15 O mesmo que lutar, brigar, combater. Ver Schlee (2019).

ANSELMO, 2012, p. 322). Assim, inicialmente, a disputa se concentrou, principalmente, entre as populações que foram sendo estabelecidas, em especial, na figura dos jesuítas. Os missionários a serviço apesar de servirem ao mesmo centro político, Roma, possuíam diferentes percepções, visto que:

[...] Os jesuítas lusos defendiam os interesses portugueses que se concentravam especialmente na conquista definitiva das terras ao norte do rio da Prata. Por sua vez os jesuítas espanhóis, liderando os índios missioneiros e apoiando os castelhanos, ajudavam a expulsar os portugueses das terras que consideravam como espanholas. [...] (AZEVEDO, 2004, p.12 *apud* TEIXEIRA, ANSELMO, 2012, p. 323).

Desse modo, a imprecisão dos limites territoriais possibilitou a configuração de uma região de demarcações questionáveis e com intensas rivalidades entre si. Não obstante, Portugal para permanecer com suas posses contou com uma grande estrutura militarizada que vão desde fortificações até a utilização de estâncias de caráter defensivo, formando a famosa elite estancieira militar que se apropriou da terra, do rebanho e da defesa territorial (PANIAGUA, COLVERO, PINTO, 2015).

Sob esse cenário de crescente militarização ocorreu a segunda tentativa de definir os limites territoriais e cessar os conflitos regionais, o Tratado de Madri, em 1750. Nessas negociações surge, do lado português, a figura do diplomata Alexandre de Gusmão que propõe a utilização do princípio de *uti possidetis* para a determinação das terras em litígio. Contudo, a validade do Tratado de Madri foi de apenas 11 anos, sendo substituído pelo “Tratado de El Pardo e uma série de novos e intensos conflitos, onde a militarização prévia desse território se fez valer mais uma vez na defesa do território português e favorecendo também a colonização” (TEIXEIRA, ANSELMO, 2012, p. 326). Desse modo, a região volta a ser zona de conflito tanto a serviço do governo central quanto liderado pelas populações estancieiras locais.

Foi sobre esse clima de tensão, disputas e definição de limites que o estereótipo do ser gaúcho como um homem viril e preparado para a guerra foi sendo moldado, haja visto que possibilidade de conflito eram quase sempre iminentes, impondo uma dinâmica de vida militar que era atrelada aos trabalhos nos campos. A estabilidade da região é retomada com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. Contudo, em 1801, este sofreu retificações com o Tratado de Badajós. Ambos, marcam um novo capítulo dos conflitos em solo pampeanos, visto que a partir de então boa parte dos domínios portugueses foram efetivados. Entretanto, os conflitos não

cessaram por completo, ao contrário saíram da ótica imperial e passaram para a perspectiva dos recém Estados-nações que se formavam na região.

A independência da Argentina dos domínios espanhóis, em 1818, e do Brasil, em 1822, não significou o fim das rivalidades políticas na região. Isso porque, o Brasil permaneceu governado pela monarquia portuguesa que compreendia que os territórios localizados do lado oriental do Rio da Prata eram “um prolongamento natural de seu território” (PANIAGUA, COLVERO, PINTO, 2015, p. 3). Desse modo, o governo lançou o projeto expansionista de anexação da região, nomeando-a como Província Cisplatina. Essa política encontrou resistência do governo argentino que promoveu disputas com os portugueses de 1825 a 1828 como forma de apoiar a independência do Uruguai em relação ao recém Estado brasileiro. O desfecho do conflito se deu com a arbitragem da Inglaterra que concluiu que o território reconhecido pelo Brasil como Província Cisplatina não pertencia a nenhuma das nações em litígio, levando assim à criação da República Oriental do Uruguai com a assinatura do Tratado de Montevideo.

Entretanto, a perda da Província Cisplatina não foi bem recebida pela elite estancieira gaúcha que se revoltou contra a hegemonia política do sudeste que, de acordo com os líderes, colocava o território do atual estado do Rio Grande do Sul “em segundo plano, como uma economia subsidiária e subjugada aos interesses centrais do Império Brasileiro” (PANIAGUA, COLVERO, PINTO, 2015, p. 5). Desse modo, eclodiu, em 1835, a Revolução Farroupilha que demonstrou o descontentamento da elite militar local com as políticas econômicas e fiscais do Império. Ademais, esse é o episódio que o escritor Erico Verissimo se refere, visto que nesse momento levantou-se a possibilidade de separação da região do restante do país.

Outro conflito desencadeado na região foi a Guerra do Prata, em 1851, que levou a aliança entre Brasil e Paraguai contra Argentina e Uruguai. Este foi desencadeado em virtude da possibilidade levantada pelo governador da província de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, de restaurar o antigo Vice-reinado do Prata. Esse movimento foi considerado pelo Império do Brasil “um risco não só as fronteiras da Província do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, como o comércio pelos rios Uruguai e Paraná” (PANIAGUA, COLVERO, PINTO, 2015, p. 9). Desse modo, esse conflito foi mais um momento da história que as forças regionais da Bacia do Rio da Prata estiveram em lados opostos devido a interesses conflitantes.

Por fim, pode-se citar o conflito mais sangrento que envolveu o Cone Sul, a Guerra do Paraguai. Esta guerra contou com a aliança da Tríplice Aliança formada pela Argentina, Brasil e Uruguai com o intuito de “combater o expansionismo paraguaio nos territórios brasileiro e argenti-

no” (TEIXEIRA, ANSELMO, 2012, p. 327). Destarte, esse conflito foi mais um exemplo que os confrontos que envolveram os atores da Bacia da Prata, quase sempre, alternavam as alianças e os adversários, demonstrando a multiplicidade de interesses na região. Entretanto, é importante destacar que, segundo Teixeira e Anselmo (2012), em boa parte dos conflitos, as tropas do Rio Grande do Sul tiveram grande importância, uma vez que a estratégia de fortificações e utilização das estâncias como base de soldados serviu como uma sustentação da atuação brasileira na região.

Em resumo, segundo Cervo e Bueno (2002), a relação do Império do Brasil (pós-1822) para a região platina pode ser dividida em três fases: de 1844 a 1852 com a política intervencionista de forma direta; de 1852 a 1864 pela retomada das atividades comerciais com os países do Rio da Prata; e, por fim, de 1864 a 1878 pela intervenção militar que finalizou com a guerra contra o Paraguai. Tais conflitos, guerras e rivalidades contribuíram para a formação de um espaço marcado por bases militares, as quais perduram até os dias atuais. Isso porque, embora ao final do século XX os países vão buscar uma maior aproximação, há a eminência das divergências que podem levar a eclosão de conflitos. Desse modo, a história dos pampas é marcada tanto por elementos de semelhanças quanto por rivalidades entre povos. Assim, as relações internacionais regionais ora são marcadas por cooperação ora por divergência e conflito.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A posição geográfica e estratégica da unidade federativa do Rio Grande do Sul propiciou uma relação de proximidade com a cultura argentina e uruguaia. Se traçar uma linha reta, desconsiderando as malhas ferroviárias e rodoviárias existentes, obtemos que a distância entre a capital gaúcha, Porto Alegre, à capital uruguaia, Montevidéu, é de aproximadamente 700 quilômetros. Já de Porto Alegre a Buenos Aires, capital argentina, a distância se amplia em apenas 100 quilômetros em relação à anterior. Se utilizar o mesmo método para medir a distância de Porto Alegre à capital do Brasil, Brasília, encontra-se o valor aproximado de 1600 quilômetros. Logo, é possível observar que elementos da geografia física serviram como facilitadores e indutores para a construção de valores culturais comuns na região.

Mesmo se medirmos a distância de Porto Alegre às antigas capitais do Brasil, Salvador e Rio de Janeiro, respectivamente, é de aproximadamente de 2300 quilômetros e 1100 quilômetros, ou seja, os centros urbanos, políticos e comerciais da Argentina e do Uruguai são mais próximos para o estado do que para muitos centros brasileiros. Dessa forma, a distância calculada em quilômetros do centro político e comercial do Rio Grande do

Sul para tanto o seu homólogo na Argentina quanto no Uruguai é inferior que para Brasília. Esses fatores permitiram o desenvolvimento de laços culturais entre o Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai que, conseqüentemente, gerou socialmente um sentimento de pertencimento e necessidade de integração com os países vizinhos.

Os sul-rio-grandenses possuem várias semelhanças com os argentinos e os uruguaiois, sendo visualizado em diversos âmbitos. São vários os elementos de identificação regional, por exemplo, a formação agropastoril, a forma de povoamento e o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai. Isto, por sua vez, permitiu que a região do pampa fosse compreendida como “um país com três bandeiras”. Desse modo, a formação do estado gaúcho e a configuração dos elementos pampeanos, ainda com a ocorrência de conflitos bélicos, permitiram a consolidação no âmbito social de uma identidade cultural regional cujo possibilita não somente a pacificação do pampa no final do século XX, mas, sobretudo, que o Rio Grande do Sul seja o caminho da integração do Brasil com a Argentina e o Uruguai.

## REFERÊNCIAS

- ABCCC. **História do cavalo crioulo**. Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos, 2022. Disponível em: <<https://www.cavalocrioulo.org.br/studbook/historia>>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- ALMEIDA, Eliane Moreira de; GROSSI, Patrícia Krieger. A representação da mulher no tradicionalismo gaúcho: estereótipo e subversão. **Anais do IV seminário internacional de políticas públicas, intersetorialidade e família**, out. 2019. Disponível em: <<https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/sipinf/assets/edicoes/2019/artigo/20.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- BAUER, Rodrigo; HARDEN, Fabrício. Pampa. In: MARTINS, Joca. **Pampa**. Local: Mega Tchê, 2008. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/joca-martins/1483856/>>. Acesso em: 8 mai. 2022.
- CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª. Brasília: Ed. UnB, 2002.
- DJENDEREDJIAN, Julio C. La colonización agrícola en argentina, 1850-1900: problemas y desafíos de un complejo proceso de cambio productivo en santa fe y entre ríos. América Latina en la Historia Económica. **Revista de Investigación**, n. 30, 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2791/279124240004.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

- Disponível em: <[https://monoskop.org/images/3/39/Geertz\\_Clifford\\_A\\_interpretacao\\_das\\_culturas.pdf](https://monoskop.org/images/3/39/Geertz_Clifford_A_interpretacao_das_culturas.pdf)>. Acesso em: 12 mai. 2022.
- GERHADT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.) Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derado05.pdf>> Acesso em: 11 mai. 2022.
- HOWES NETO, Guilherme. **De bota e bombacha: um estudo antropológico sobre as identidades gaúchas e o tradicionalismo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6200/HOWES%20NETO%2c%20GUILHERME.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- INCHAUSPE, Pedro. **La tradición y el gaucho: ensayo y antecedentes**. Buenos Aires: Guillermo Kraft, 2011.
- LESSA, Luiz Carlos Barbosa. **Nativismo: Um fenômeno social gaúcho**. Porto Alegre: L&pm, 1985.
- LIMA, Lucas Carlos. Uti Possidetis Juris e o Papel do Direito Colonial na Solução de Controvérsias Territoriais Internacionais. **Sequência**, n. 77, nov. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/seq/a/C6DNqHy-tRkJzPz6ZvKSLXdx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- LUVIZOTTO, CK. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/kkf5v/pdf/luvizotto-9788579830082-03.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- MAEDER, Ernesto J. A. **Manual de historia argentina colonial**. Resistencia-Chaco, Instituto de Investigaciones Geohistóricas (IIGHI) CONICET - UNNE, 2018. Disponível em: <<https://iighi.conicet.gov.ar/wp-content/uploads/sites/29/2020/04/Libro-Cuadernos-Docentes-Nº-10-Definitivo-compressed.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- MURADÁS, Jones. **A geopolítica e a formação territorial do sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15718/000682253.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2022.
- NOVELLI, Guilherme. **Malambo: o sapateio gaúcho**. Companhia Editora de Pernanbuco (CEPE), 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <<https://revistacontinente.com.br/edicoes/180/malambo--o-sapateado-gaucho>>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- NUNES, Bruno Blois; JESUS, Thiago Silva de Amorim. A Milonga e o Pampa:

- atravessamentos culturais entre Brasil, Argentina e Uruguai. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, 2019. Disponível em: <[http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/7036/1/A\\_Milonga\\_e\\_o\\_Pampa.pdf](http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/7036/1/A_Milonga_e_o_Pampa.pdf)>. Acesso em: 8 jul. 2022.
- PACHECO, Gimena. Malambo: ¿solo una danza? Articulaciones de sentido entre música, memoria e identidad(es). **Revista latinoamericana de estudios em musica popular**, 2021. Disponível em: <<https://contrapulso.uahurtado.cl/index.php/cp/article/view/73/37>>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- OLIVEN, Ruben George. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controversa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.3, n.9, 1989. Disponível em: <[http://anpocs.com/images/stories/RBCS/09/rbcs09\\_01.pdf](http://anpocs.com/images/stories/RBCS/09/rbcs09_01.pdf)>. Acesso em: 11 mai. 2022.
- OLIVEN, Ruben George. Rio Grande do Sul, um estado de fronteira. **Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise**, 2021. Disponível em: <[https://www.celpsyro.org.br/joomla/index.php?option=com\\_content&view=article&Itemid=0&id=802](https://www.celpsyro.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&Itemid=0&id=802)>. Acesso em: 18 mai. 2022.
- REAL DE AZUA, Carlos. **Uruguay, una sociedad amortiguadora?** Ediciones de la Banda Oriental, 1984.
- PANIAGUA, Edson Romario Monteiro; COLVERO, Ronaldo Bernadino; PINTO, Muriel. A geopolítica e a política externa do Império brasileiro na região platina no século XIX (1844 – 1864). **Estudos históricos**, 2015. Disponível em: <<https://estudioshistoricos.org/15/eh%201507.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- RIBEIRO, Wagner Costa. Aquífero Guaraní: gestão compartilhada e soberania. **SciELO**, Estudos Avançados, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/cfC3GfPDzvRNWkLqdLsLwnN/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: 25 jun. 2022.
- RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia cultural**: seu papel na política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Cultura. **Grito do Chamamé**. Projetos Culturais, agosto de 2011. Disponível em: <[http://www.procultura.rs.gov.br/ver\\_projeto.php?cod=9452](http://www.procultura.rs.gov.br/ver_projeto.php?cod=9452)>. Acesso em 20 jul. 2022.
- RIO GRANDE DO SUL. **Altas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Planejamento Governamental, 5 Ed., 2020. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/edicao>>. Acesso em: 01 jul. 2022.
- SALEH, Francys Peruzzi. Bombacha: o símbolo da identidade gaúcha. **Mo-daPalavra** e-periódico, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/>>

- pdf/5140/514051496009.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- SCHLEE, Aldyr Garcia. **Dicionário da cultura pampeana sul-rio-grandense**: volume I. Pelotas: Fructos do Paiz, 2019a.
- SCHLEE, Aldyr Garcia. **Dicionário da cultura pampeana sul-rio-grandense**: volume II. Pelotas: Fructos do Paiz, 2019b.
- SOARES, Paulo Sergio Moreira; SANTOS, Maria Dionísia Costa dos; POSSA, Mario Valente. **Carvão Brasileiro: tecnologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2008. Disponível em: <[http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/2039/1/carvao\\_brasileiro\\_tecnologia\\_e\\_meio\\_ambiente.pdf](http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/2039/1/carvao_brasileiro_tecnologia_e_meio_ambiente.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- SOUZA, Eva Joelma Pires de; FIOREZE, Zélia Guareschi; SILVA, Ana Maria Radaelli da. A construção do território do Rio Grande do Sul: uma visão da revista do IHGRGS. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2005. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/56.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- STURZA, Eliana. Portunhol: língua, história e política. **Gragoatá**, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33621/19608>>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- TATSCH, Juliane. O contato de línguas na Tríplice Fronteira do Rio Grande do Sul: o caso do linguajar gaúcho. **Ideação**, 2011. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/5247>> . Acesso em: 20 jul. 2022.
- TEIXEIRA, Vinicius Modolo; ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. A militarização da região sul do Brasil como estratégia portuguesa de apropriação. **Caminhos de Geografia**, 2012.
- VERISSIMO, Erico. Um romancista apresenta sua terra. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto; BISSÓN, Carlos Augusto. **Nós, os gaúchos** 2. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994. p. 242-251.
- ZAMBERLAN, Luciano *et al.* Do Churrasco à Parrilla: Um Estudo Sobre a Influência da Cultura nos Rituais Alimentares de Brasileiros e Argentinos. **XXXIII Encontro da ANPAD**, 2009. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/down\\_zips/45/MKT2833.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/45/MKT2833.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2022.

**Recebido em:** 13/07/2023

**Aceito em:** 02/11/2023



# O CATOLICISMO RIO-GRANDENSE FRENTE À VISIBILIDADE DAS RELIGIÕES MEDIÚNICAS DURANTE O PERÍODO PRÉ-CONCILIAR

## *CATHOLICISM IN RIO GRANDE DO SUL AGAINST THE VISIBILITY OF MEDIUMISTIC RELIGIONS DURING THE PRE-CONCILIAR PERIOD*

Artur Cesar Isaia<sup>1</sup>

### RESUMO

Este texto tem como objeto principal, verificar as fontes relativas ao discurso católico do Rio Grande do Sul frente às chamadas religiões mediúnicas no período anterior ao Concílio Vaticano II. O catolicismo esteve longe de desfrutar de uma situação de comodidade e ascendência moral-institucional na formação histórica do Rio Grande do Sul. É durante a República Velha, que o catolicismo passou a ter uma influência mais decisiva sobre a sociedade gaúcha, principalmente com a ascendência moral, fruto do trabalho educacional, formando as elites no Estado e, igualmente, com a formação de uma sociedade mais dócil aos ensinamentos, a partir da chegada dos imigrantes italianos e alemães. Quando as religiões mediúnicas começaram a mostrar visibilidade no Estado, a hierarquia católica respondeu com a negativa do reconhecimento do *status* de religião a elas. Se por um lado, o catolicismo não as reconhecia, as religiões mediúnicas (tanto o espiritismo quanto a umbanda) longe estiveram de colocar-se de maneira frontal, de encontro à igreja. O posicionamento da hierarquia católica mostrou a sua persistência frente à condenação absoluta às religiões mediúnicas, tendo de reformular seu discurso apologético e polêmico, quando o Concílio Vaticano II passou a recomendar o diálogo inter-religioso e a aceitar as realidades socioculturais de cada povo.

**Palavras-chave:** Catolicismo; Religiões Mediúnicas; Espiritismo; Umbanda.

### ABSTRACT

*This text has as its main object of research sources related to the Catholic discourse in Rio Grande do Sul in regards to the so-called mediumistic religions in the period prior to the Second Vatican Council. Catholicism was far from enjoying a situation of comfort and moral-institutional rise in the historical formation of Rio Grande do Sul. It is during the Old Republic that Catholicism began to have a more decisive influence on Rio Grande do Sul society,*

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo; mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Desenvolveu estágio de pós-doutoramento na École de Hautes Études en Sciences Sociales em Paris e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Titular em História da Universidade Federal de Santa Catarina, onde desenvolveu atividades de docência e pesquisa no Programa de Pós-Graduação em História, tendo ocupado o cargo de Coordenador do PPG.

*mainly with the moral rise that resulted from its educational work, forming the elites in the state and, equally, with the formation of a society that was more docile to its teachings as a result of the arrival of Italian and German immigrants. When mediumistic religions began to show visibility in the state, the Catholic hierarchy responded by refusing to recognize them as a religion. If, on the one hand, Catholicism did not recognize them, the mediumistic religions (both Spiritism and Umbanda) were far from taking a frontal position against the church. The positioning of the Catholic hierarchy shows its persistence in the face of the absolute condemnation of mediumistic religions, having to reformulate its apologetic and controversial discourse when the Second Vatican Council began to recommend interreligious dialogue and to accept the sociocultural realities of each peoples.*

**Keywords:** *Catholicism; Mediumistic Religions; Spiritism; Umbanda.*

## INTRODUÇÃO

Perseguir as relações tecidas entre o catolicismo e as religiões mediúnicas, no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX, é o que se aborda neste artigo. A escolha do marco temporal obedece ao critério de reconhecimento do aprofundamento de uma situação de campo religioso no Brasil, a partir de meados do século XX. Por parte do catolicismo, essa situação relacionou-se com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e, particularmente, com a criação do Secretariado para a Defesa da Fé, a ela vinculado. O que se trata por religiões mediúnicas no Rio Grande do Sul, engloba as ofertas religiosas que tinham, no transe mediúnico, seu aspecto distintivo. Abordam-se, neste texto, as relações urdidas entre o catolicismo, o espiritismo e a umbanda, em um período anterior ao Concílio Vaticano II, justamente devido às transformações substanciais no posicionamento da hierarquia católica, posterior àquele evento, cuja análise demandaria outro investimento intelectual.

### 1 CATOLICISMO E TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS NO RIO GRANDE DO SUL DO SÉCULO XX

O século XX marcou um avanço institucional do catolicismo no Rio Grande do Sul, chegando a desenvolver um acentuado papel como agente político nas décadas de 1930 e 1940 (ISAIA, 1998). Essa ascendência contrastava com o papel lateral da igreja nos séculos XVIII e XIX, quando o catolicismo não era capaz de firmar a sua ascendência moral e sua influência política (ISAIA, 2018, p. 29-36). Esse panorama começa a se transformar com a chegada dos imigrantes alemães e italianos, os quais foram responsáveis pela futura edificação de um verdadeiro clima de cristandade, ou seja, uma sociedade, nas quais os ensinamentos da igreja católica passaram a representar normas sociais na zona colonial do Estado. Contudo, se esse clima

tinha vigência nas colônias de imigrantes no meio urbano rio-grandense, somente no século XX, o panorama seria alterado, quando começa a dar frutos o investimento católico na formação de uma rede de ensino para a formação das elites. Esse projeto educacional da igreja teria, na formação de uma elite masculina católica, o ponto de partida para uma atuação capaz de levar a influência católica para o domínio público e influir nos destinos políticos. Referindo-se ao papel lateral da igreja católica no final do século XIX e início do XX, assim refere-se Isaia (1998, p. 116): “Entre a intelectualidade, ao lado do positivismo comtista predominante, divulgavam-se também ideias embasadas pelo naturalismo materialista e pelo evolucionismo”.

Como resultado do trabalho dos padres jesuítas, o Rio Grande do Sul contou com uma elite católica masculina capaz de influir no debate político na primeira metade do século XX. Essa elite católica masculina foi proveniente, inicialmente, do Ginásio Conceição de São Leopoldo e, logo após, do Ginásio Anchieta de Porto Alegre. No Ginásio Anchieta formou-se um grupo com sólida formação humanística, o qual passou a enfrentar o debate político-ideológico de matiz anticlerical. Esse grupo era formado em torno do padre Werner von und zur Muhlen, chegado da Alemanha ao Rio Grande do Sul em 1912. Outros grupos de intelectualidade católica formaram-se no Estado, como o chefiado pelo capuchinho frei Pacífico de Bellevaux e pelo irmão Afonso, no Colégio Rosário, mantido pelos irmãos maristas desde 1904 (ISAIA, 1998). Esses grupos formaram-se, obviamente, a partir da ótica eclesiológica da neocristandade, que tentava reedificar uma sociedade, na qual as normas do catolicismo funcionassem como normas sociais (POULAT, 1971).

Nessa perspectiva, o mundo moderno mostrava-se como um território de missão, o qual precisava ser combatido, principalmente por meio da investida contra as ideologias contrárias à revelação cristã e os diferentes credos religiosos que tornavam, cada vez mais, complexo o campo religioso brasileiro. Entre esses credos apareciam, no discurso católico, as religiões mediúnicas. Um sintoma da priorização da luta católica contra esse inimigo é a saliência, com a qual o espiritismo e a umbanda aparecem como referentes discursivos nas publicações católicas, à medida que se aproxima da metade do século XX. Os números apresentados por Camargo (1961, p. 175), referentes à população espírita no Rio Grande do Sul, embora amplamente minoritária, mostram um avanço relativo considerável. Segundo esse autor, os espíritas saltam de 1,7% da população em 1940, para 2,8% em 1950.

## 2 AS RELIGIÕES MEDIÚNICAS EM MEADOS DO SÉCULO XX NO RIO GRANDE DO SUL

Entre as religiões mediúnicas, o espiritismo, talvez pela sua estruturação, definição doutrinária e trabalho coordenado pela Federação Espírita do Rio Grande do Sul, é a que revelou uma presença institucional mais antiga no Estado. O primeiro centro espírita registrado em “A Reencarnação”, órgão da Federação Espírita do Rio Grande do Sul, sediava-se na cidade de Rio Grande. Era o Centro Espírita Rio-Grandense, fundado em 1891 (SOCIEDADE ESPÍRITA KARDECISTA, 1957, p. 69). Na capital, o mais antigo centro, ainda em funcionamento, é a Sociedade Espírita Allan Kardec, fundada em 1894.

Quanto à umbanda, talvez pela sua organização mais atomizada e pela falta de uma autoridade centralizada (ISAIA, 2012, 2019), teve uma presença institucional mais recente (o que de forma alguma invalida a possibilidade de terem existido manifestações rituais umbandistas não registradas). Para Correa (1994), o primeiro centro de umbanda do Estado foi fundado em Rio Grande, em 1926, o Reino de São Jorge. O fundador desse centro foi um ferroviário residente em Rio Grande, chamado Otaçílio Xarão. Na cidade de Porto Alegre, o centro mais antigo, ainda em funcionamento, é o Abrigo Espírita Francisco de Assis, sede da Congregação dos Franciscanos Espíritos de Umbanda. Esse centro apresenta uma forte influência ritual e doutrinária, tanto do espiritismo codificado por Allan Kardec, quanto do catolicismo de feição pré-conciliar (ISAIA, 2022) e foi fundado pelo oficial da marinha, Laudelino Manoel de Souza Gomes, em 1933.

A fundação desses centros, tanto espíritas quanto umbandistas são apenas marcos institucionais. Se pensar as práticas mediúnicas não institucionalizadas, essas certamente existiram antes dos marcos institucionais, tanto do espiritismo quanto da umbanda. Exemplos, nesse sentido, foi o médico José Ferreira de Moraes, de São Borja, praticante e divulgador do espiritismo, nascido em 1857 (SOCIEDADE ESPÍRITA DR. FERREIRA DE MORAES, 1994) e falecido como médico do Corpo de Saúde da Divisão Norte, que lutava ao lado de Júlio de Castilhos, durante a revolução federalista de 1893 (ASTURIAN *et al.*, 2016); como também, são os casos registrados em Weber (1999, p. 183), do negro Mandu e Antônio, que na Porto Alegre do final do século XIX eram tidos como esculápios, feiticeiros e invocadores dos espíritos.

À medida que as práticas de invocação aos espíritos no Rio Grande do Sul adquiriam visibilidade, frequentando, inclusive a imprensa da época (PESAVENTO, 2008), configuraram-se jogos de descredenciamento por parte dos opositores ao espiritismo e às práticas religiosas afro-brasileiras, que

antecederam à umbanda. Entre os opositores dos praticantes da invocação aos espíritos contavam-se representantes da medicina, do direito e da hierarquia católica no Estado. Dessa maneira, os próprios adeptos da invocação aos espíritos passaram a procurar delimitar seu espaço de atuação. Assim, espíritas iniciaram a descredenciar a nascente umbanda, por invocar os espíritos longe do horizonte doutrinário da codificação do espiritismo por Allan Kardec<sup>2</sup>. Igualmente os praticantes do batuque<sup>3</sup>, não aceitavam que seus orixás fossem cultuados na umbanda, fora das normas rituais e doutrinárias passadas pela oralidade e pela tradição afrodescendente. Significativa, nesse último sentido, é a entrevista do líder umbandista Moab Caldas (CALDAS, 1995).

Em relação ao espiritismo, ao mesmo tempo em que esse demarcava fronteiras identitárias capazes de separá-lo da umbanda, esta passou a procurar uma aproximação maior com aquele. Isso acontecia pelo fato de o espiritismo, apesar das perseguições que sofreu, ser uma religião mediúnica, com considerável acumulação simbólica, devido à sua familiaridade com a ciência e com a cultura letrada (AUBRÉE; LAPLANTINE, 1990). Essa é uma realidade não restrita à umbanda do Rio Grande do Sul, basta se atentar para o título do primeiro evento nacional da nova religião: Primeiro Congresso do Espiritismo de Umbanda, celebrado no Rio de Janeiro, em 1941. As palavras “espiritismo” e “espírita” passaram a aparecer com frequência nas fontes relativas à umbanda no Estado, principalmente nos nomes dados aos centros que passaram a ser fundados, nos estatutos dos mesmos e no esforço doutrinário da nova religião (ISAIA, 2000). O esforço em se aproximar da organização e reconhecimento social gozados pelo espiritismo salta à vista, por exemplo, na leitura do Regulamento da Sociedade Espiritualista Cavaleiros de São Jorge, fundada em Porto Alegre, em 1949 (REGULAMENTO INTERNO, s.d.). Outro exemplo, encontra-se nos estatutos da Sociedade Espírita de Umbanda Cavaleiros de São Jorge Guerreiro, da cidade de Montenegro nos anos de 1950. Seu estatuto previa como sua finalidade: “O estudo teórico, experimental e prático de todos os fenômenos relacionados ao espiritismo” (ESTATUTOS, 1957, p. 1). Como se viu, a tentativa de aproximação era rechaçada pelo espiritismo. Dessa forma, o presidente da Federação Espírita do Rio Grande do Sul, Hélio

---

2 Uma abordagem da delimitação de fronteiras entre o espiritismo brasileiro e a umbanda no século XX foi feita em Isaia e Amorim (2014).

3 Herkovits, que pesquisou em Porto Alegre no início dos anos 1940, mostrou a diminuta presença da umbanda. Segundo suas pesquisas, o que predominava na capital era o batuque (HERKOVITS, 1943). O batuque é a religião que cultua os orixás no Rio Grande do Sul (PRANDI, 2005). Diferentemente da umbanda que invoca, também, os espíritos do panteão afro-ameríndio, o batuque cultua os orixás, as divindades africanas.

de Castro<sup>4</sup>, tentava demarcar território, defendendo a impropriedade da expressão “espiritismo de umbanda”:

Umbanda é uma corrente espiritualista de feitiço religioso, com apoio no mediunismo que dispõe de ritual e cerimonial próprios [...] A expressão ‘espiritismo de umbanda’ surgiu da concepção inteiramente errônea de que as religiões e seitas que se valem do mediunismo são ramos do espiritismo. Este não tem ramos, tem sim pontos comuns com outras religiões [...]. A verdade é que mediunidade, mediunismo não implica uma ideia de religiosidade e, muito menos de uma exclusividade religiosa. [...] Não há ‘baixo espiritismo’. O nível da doutrina não oscila com o procedimento defeituoso de algumas pessoas que se rotulam espíritas e pretendem se colocar sob a bandeira do espiritismo (O ESPIRITISMO..., 1957, p. 14).

Além da oposição do espiritismo, a umbanda no Rio Grande do Sul contou com uma campanha movida contra ela pelo batuque. Sobre esse assunto, o alagoano Moab Caldas, chegado ao Estado em 1930, assim manifestou-se:

Mas de repente o batuqueiro se deu conta que dentro dos terreiros de Umbanda também se manifestavam os Orixás, que são os deuses do culto africano. Então eles reclamaram. Não! O Orixá é propriedade nossa, pois para que venha um Orixá é necessário um aprontamento de sangue... Que o Preto Velho se manifestasse, que o Caboclo se manifestasse, tudo bem. Mas eles não admitiam que o Orixá se manifestasse (CALDAS, 1995).

As palavras acima indicam para uma clara situação de disputa simbólica, quando os batuqueiros sentiam-se ameaçados nos fundamentos doutrinários e rituais da sua religião, ao perceberem a chegada dos seus orixás à nascente umbanda.

Apesar da oposição católica às religiões mediúnicas no Estado, há evidências empíricas da influência do catolicismo, tanto no que se refere à umbanda quanto ao espiritismo. Assim, já o primeiro centro de umbanda de Porto Alegre, o Abrigo Espírita Francisco de Assis, sediou e ainda sedia a

4 O coronel Hélio de Castro, posteriormente acabou por transitar para a umbanda, chegando a presidente da União de Umbanda do Rio Grande do Sul (n.a.).

Congregação dos Franciscanos Espíritas de Umbanda, a qual foi estruturada muito próxima à Ordem Terceira de São Francisco (ISAIA, 2022) e outros sodalícios católicos. Até os dias atuais, os médiuns vestem um burel muito próximo ao dos frades franciscanos. Igualmente, o fundador legou uma série de orações diárias, reunidas em um breviário, próximo ao livro litúrgico católico. Essas orações são tidas como “ditadas espiritualmente” ao fundador.

No passado, a congregação saía às ruas em procissões, em algumas datas especiais como em treze de maio. Nessa data, os congregados percorriam a Cidade Baixa de Porto Alegre, principalmente as ruas que rememoravam vultos abolicionistas da história do Brasil. Já o próprio ritual da casa, denominado “Semiromba”, aproximava-se claramente do católico. Essas prescrições ritualísticas eram vistas nas vestes usadas, como as capas, muito próximas aos pluviais católicos; nos barretes também próximos aos usados pelos clérigos no período pré-conciliar; no uso de turíbulos para incensar a casa e o congá<sup>5</sup> e, sobretudo, nas prescrições rituais e doutrinárias da casa. O que chama muito a atenção é que se ouvem até cantos em latim em algumas ocasiões rituais. Igualmente aproximativa em relação ao catolicismo pré-conciliar era a ênfase em uma ascese rígida, pondo em evidência a castidade, o recolhimento (ISAIA, 2018). Sintomáticas foram as informações passadas pela, então, Irmã Maior (dirigente da Congregação) e sua futura sucessora em 1995 (CENTENO; GUEDES, 1995).

A aproximação com o catolicismo como horizonte simbólico aparece, também, no espiritismo no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX. Uma importante fonte, nesse sentido, foi a publicação “A Reencarnação”, do ano de 1957, na edição comemorativa ao centenário da obra de codificação espírita. Nessa edição, foram arrolados os centros espíritas existentes no Estado. Era muito sintomático o fato de os patronos espirituais desses centros remeterem à herança católica. Assim, desde a Virgem Maria, dos santos católicos como São Francisco de Assis, São Vicente de Paulo, Santa Joana d’Arc, até a vultos do catolicismo rio-grandense, brasileiro e europeu aparecem como patronos. É o caso do padre Cacique de Barros, do cônego Francisco Xavier, do primeiro bispo de Rio Grande do Sul, Dom Feliciano José Rodrigues Prates, do orador sacro frei Francisco de Monte Alverne e do teólogo francês Fenelon. Os parentescos culturais entre opositores doutrinários tão evidentes quanto o espiritismo e o catolicismo, não são originais no Rio Grande do Sul. Tanto Ladous (1989) quanto Vovelle (2010), salientaram as coabitações discursivas entre ambos, apesar das fronteiras identitárias e doutrinárias apresentadas.

Outra associação muito presente entre os escolhidos para patronos

---

5 Lugar onde ficam as imagens dos orixás e entidades do panteão afro-ameríndio cultuado na umbanda.

dos centros espíritas, diz respeito a nomes de médicos. Warren (1984) defendeu a característica terapêutica, como a nota distintiva da reinterpretação do espiritismo francês em solo brasileiro. Dessa forma, não apenas o nome do mais conhecido médico espírita do século XIX, Bezerra de Menezes aparece nessa condição, como o nome do Dr. Sebastião Afonso de Leão, o qual clinicou em Porto Alegre no final do século XIX e início do século XX. Outro exemplo que se repete como patrono de várias casas, é o do Dr. Francisco de Menezes Dias da Cruz, médico que, tal como Bezerra de Menezes, ocupou o cargo de presidente da Federação Espírita Brasileira.

### 3 AS RELIGIÕES MEDIÚNICAS E A REAÇÃO CATÓLICA

As fontes relativas ao catolicismo rio-grandense do período pré-conciliar evidenciam o reconhecimento das religiões mediúnicas como adversário considerável, o qual precisava ser enfrentado dentro da tradicional visão eclesiológica de missão. As religiões mediúnicas apareciam como óbices à edificação da nova cristandade pregada pela igreja católica (POULAT, 1971). Atentando-se para o posicionamento do espiritismo gaúcho nesse período, o mesmo fazia questão de distanciar-se da umbanda, enquanto esta procurava uma aproximação com aquele, confiando nos seus dividendos simbólicos. Já o discurso da hierarquia católica remetia a ambos, espiritismo e umbanda, a uma posição comum. Apareciam como diametralmente opostos à verdade revelada e custodiada pela igreja e em posição de antípoda simbólica ao catolicismo, radicalizando e simplificando imaginariamente a realidade (BOIA, 1998). Dessa forma, ambos aparecem como batuqueiros, quimbandeiros, feiticeiros, mandingueiros, macumbeiros e outros designativos caídos pejorativamente no senso comum.

Em 1917, o bispo de Uruguaiana lançou uma Carta Pastoral, na qual o espiritismo é visto como “contubérnio de superstição e de blasfêmia”. No documento, o espiritismo aparecia em total alteridade ao magistério eclesiástico. Nem mesmo o ambiente, no qual as sessões aconteciam, eram poupados pelo bispo, que taxava os centros espíritas de “conventículos indecentes”, capazes de ofenderem os princípios morais e religiosos que sustentavam a família cristã (PINHEIRO, 1917).

Já o bispo de Caxias, em meados do século XX, atacava a convivência de alguns católicos com as práticas mediúnicas, vistas como incompatíveis com os ensinamentos da igreja. O argumento da falta de decoro e moralidade das sessões espíritas aumentava a construção desse inimigo. O bispo de Caxias, obliterando o princípio constitucional de liberdade de consciência, apelava para o poder público, para extirpar as práticas mediúnicas:

Os responsáveis pela coisa pública deveriam olhar para as inúmeras jovens que nesses antros perderam sua inocência. Apelamos vivamente para quem deve por cobro a estes abusos a fim de que reprima esta tradição imoral, que só serve para depor contra os nossos foros de povo civilizado! A inocência reclama medidas enérgicas para sua defesa (ZORZI, 1950, p. 8).

A vinculação das religiões mediúnicas com a falta de moralidade é uma constante no discurso da hierarquia católica do período, opondo a “clareza”, a “luz” da verdade revelada à “escuridão”, às “trevas” das religiões mediúnicas, próximas ao crime e à imoralidade. Esse posicionamento, no Rio Grande do Sul, fazia eco às Atas do Concílio Plenário para a América Latina, celebrado em Roma, em 1899. Esse documento declarava que os ambientes, nos quais aconteciam a invocação aos espíritos, iludiam a boa fé e disseminavam escândalos públicos:

Com los prestígios del sonambulismo y de la clarividência como la llaman, las mujercillas en médio de gesticulaciones no siempre modestas, fingem que vem las cosas invisibles, y com audácia increíble presumen disertar sobre assuntos religiosos, evocar las almas del muertos, recibir respuestas, descubrir lo que está oculto ó muy lejos, y practicar mil otras supersticiones (EPISCOPADO LATINOAMERICANO, 1906, p. 102).

O discurso católico ganhou fôlego com a priorização da recém-fundada Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ao ataque às religiões mediúnicas. Nesse sentido, ficou muito conhecido o frei Boaventura Kloppenburg, que por meio de conferências e da palavra escrita, chefiava o ataque da igreja contra as religiões mediúnicas. Assim, as fontes relativas ao ano de 1957 são importantíssimas para estudar o posicionamento da igreja, em relação ao avanço do espiritismo e da umbanda. Nesse ano foi comemorado o centenário da codificação do espiritismo por Allan Kardec, enfrentando o discurso da igreja, a diversas comemorações patrocinadas pelos espíritas. Acompanhando as determinações da CNBB, realizou-se, no Rio Grande do Sul, uma campanha contrária ao espiritismo e à umbanda, a qual culminou com as conferências públicas proferidas por frei Boaventura. A importância da presença de frei Boaventura e de seu ataque às religiões mediúnicas no Estado ficou patente no posicionamento de Moab Caldas, primeiro representante da umbanda na Assembleia Legislativa:

Mas nossa cidade regrediu 500 anos e só faltou a fogueira nesses dias que estamos vivendo, quando um agitador religioso vem à praça pública, cuspiendo por cima da Constituição e do Código Penal, criticar estapafurdidamente as religiões de milhões de seres, advogando a veracidade da sua e tentando chafurdar as demais no campo sáfaro das superstições. Nunca vi incongruência tamanha! Imaginar-se que o edifício milenar das outras crenças, assentados nos fatos, desafiando os séculos, possa derruir assim como tocado por um ciclone! (CALDAS, 1959, p. 21).

O discurso de Moab Caldas ocasionou uma forte reação por parte dos deputados, que representavam os interesses do catolicismo no legislativo estadual. Essa reação, por outro lado, evidenciou a distância intelectual que separava o primeiro representante da umbanda gaúcha na Assembleia Legislativa da elite católica ali representada<sup>6</sup>. A polêmica envolveu o deputado Moab Caldas e, entre outros, os deputados Gay da Fonseca, Cândido Norberto, Milton Dutra, Braga Gastal, Ariosto Jager e Euclides Kliemann. Moab Caldas praticamente não pôde expor seu pensamento, pois cada ideia sua, de natureza religiosa ou constitucional, levava a partes desses deputados. Nessa conjuntura, nota-se, a partir daí, um retraimento no ataque ao catolicismo na atuação parlamentar de Moab Caldas. A campanha movida por frei Boaventura contra as religiões mediúnicas no Estado continuou, voltando o franciscano, várias vezes, a Porto Alegre. O Jornal *O Dia*, assim manifestou-se sobre essas visitas, aprofundando as antípodas imaginárias entre a “luz” católica e as “trevas”, representadas pelas religiões mediúnicas:

Frei Boaventura [...] gritou forte aos quatro ventos a verdade do Evangelho, a verdade da religião católica. Não dessa ‘religião católica, tão boa como qualquer outra’, mas da religião católica, a única verdadeira, porque a única que traz em si os sinais de um Deus Revelador (FERRONATO, 1959, p. 4).

As palavras acima se compunham com o posicionamento da hierarquia católica do Rio Grande do Sul, a qual persistia, agarrada à oposição ao mundo moderno e ao pluralismo religioso, postura que oficialmente só foi mudada com o Concílio Vaticano II. Assim, em 1957, o episcopado rio-gran-

6 Já o trabalho pioneiro de Bastide (1971) defendia que a primeira geração de intelectuais umbandistas caracterizava-se pelo autodidatismo e pela pouca familiaridade com o ensino formal. Por isso, foram muito importantes a adesão posterior de membros da elite social e intelectual gaúcha à umbanda, como foram os casos dos espíritas Hélio de Castro (ISAIA, 2000) e do médico Ivan Hervé (ISAIA, 2009), ambos na década de 1950.

dense se manifestou a respeito das religiões mediúnicas:

Prevenimos, por isso, nossos caríssimos diocesanos, de novo, de que as afirmações fundamentais do espiritismo, da sociedade de umbanda e de outras ideologias semelhantes estão em irreduzível oposição com verdades certas e imutáveis ensinadas por Deus e, em seu nome e com sua assistência indefectível, anunciadas pela santa igreja, da qual todos queremos permanecer membros e filhos amorosos e fieis (EPISCOPADO RIO-GRANDENSE, 1957, p. 222).

A hierarquia católica respondia às aceleradas transformações socio-culturais do século XX, com seu posicionamento capaz de enxergar o mundo moderno como povoado de inimigos e de maquinações para destruir o poder da igreja. Juntamente com as religiões mediúnicas, à ação da maçonaria, eram creditados os planos para o aniquilamento da neocristandade defendida pela igreja:

A generalizada indisciplina dos costumes públicos e particulares, decorre, com a lógica incoercível dos fatos, da moral naturalista, sem sanção e sem Deus, como a propaga a seita tenebrosa, justamente interdita, sob pena de excomunhão, aos fiéis católicos (EPISCOPADO RIO-GRANDENSE, 1957, p. 223).

Mesmo com o Concílio Vaticano II, os ecos dessa postura apareciam. Um exemplo dessa persistência, na primeira metade da década de 1960, encontra-se em um jesuíta, padre Friderichs, que após visitar vários centros espíritas e casas umbandistas escreveu:

É impossível que Deus queira ser servido de maneira tão excêntrica e indigna! As visitas aos centros e terreiros de espiritismo e umbanda reavivaram em mim a gratidão a Deus pela graça inestimável de pertencer à verdadeira igreja de Jesus Cristo, a igreja católica (FRIDERICHS, 1965, p. 113).

Para o padre Friderichs, o espiritismo e a umbanda estavam relacionados à proliferação de toda a sorte de crimes, que iam do exercício ilegal da medicina à prática do aborto (FRIDERICHS, 1965). A obra do padre Friderichs insistia na vinculação entre religiões mediúnicas e a prática ilegal da medicina, sendo, inclusive, seu livro destinado “em primeira linha para os médicos e estudantes de medicina” (FRIDERICHS, 1965, p. 38).

No Rio Grande do Sul, o consórcio entre o discurso católico e o mé-

dico contra as religiões mediúnicas não era novidade. Durante a década de 1950, essa aproximação fica patente, por exemplo, na conjuntura da tramitação do projeto de criação de um Hospital de Umbanda. Em 1957 foi aprovado, na Câmara Municipal de Porto Alegre, o projeto de lei do vereador Pessoa de Brum, do Partido Trabalhista Brasileiro, o qual doava um terreno aos representantes da umbanda para a construção de um hospital. O arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer condenou, o que chamava de “projeto curandeiro”, remetendo a umbanda para o que de pior existia na sociedade:

A umbanda se distingue pela pretensa invocação dos espíritos e pelo culto ao demônio que chamam de Exu. Os perigos das práticas umbandistas, no terreno da terapêutica, coincidem com os efeitos deploráveis do charlatanismo e do curandeirismo. Reduzem-se à prática ilegal da medicina com as consequências desastrosas que todos conhecemos. Muitos doentes ficam sem tratamento adequado, perdem tempo e veem seus males agravados, muitas vezes, irremediavelmente, com pseudo-tratamento dos terreiros e dos despachos. Grande parte e mesmo a maioria das doenças, na ideologia umbandista, provêm da influência de espíritos maléficos e trevosos, que agem sobre o enfermo ou são causadas por algum espírito ‘encostado’ no doente. [...] Cabe aos médicos dar a resposta autorizada, pois, vivem profissionalmente dedicados a tais estudos. [...] Grande parte de nossa população padece de dois tremendos flagelos que são o analfabetismo e a falta de assistência médica. A umbanda vive e se expande graças a estes males sociais (SCHERER, 1957, p. 192).

O consórcio entre o discurso católico e o médico era evidente no Rio Grande do Sul, mas estava longe de ser uma peculiaridade. O já citado frei Boaventura Kloppenburg, praticamente se estribou no discurso médico como uma das fontes legitimadoras no seu ataque às religiões mediúnicas. Pode-se ver a associação entre discurso católico e médico já no seu chamamento aos estudos do médico maranhense Raymundo Nina Rodrigues (1935), o qual defendia a vinculação entre transe mediúnico e histerismo. De forma mais direta, Nina Rodrigues defendia a predisposição atávica dos negros ao histerismo como favorecedora do transe. Nina Rodrigues escrevia que, devido à grande influência negra na sociedade brasileira e mesmo entre a elite branca, a histeria e a familiaridade com a invocação aos mortos acabaram difundindo-se, comprometendo a saúde mental e o nível cultural do povo (NINA RODRIGUES, 1939). A vinculação entre histeria e transe mediúnico,

assumida por padres e médicos brasileiros, remetia às experiências de Jean Martin Charcot no hospital parisiense da Salpêtrière (CHAUVELOT, 2001, p. 162).

Nessa visão, o transe era associado a estados hipnóticos ou auto-hipnóticos e estavam diretamente relacionados à histeria. Portanto, na origem do transe mediúnico havia a pré-disposição histérica como elemento desencadeador. Os médiuns eram vistos como pessoas que agiam fora da coerência do eu, completamente distantes dos indivíduos sãos, os quais fundamentavam o comportamento no império da razão (PEREZ, 1994; SILVA, 1993).

A igreja defendia o discurso médico-psiquiátrico como a fonte profilática para enfrentar a sintomatologia histérica que proliferava, na sua ótica, nas religiões mediúnicas. A já citada obra do padre Friderichs embasava seu posicionamento sobre o transe nas religiões mediúnicas, a partir da visão de Charcot sobre a vinculação entre hipnose-histeria. Assim, a partir de autores como Osmard Andrade de Faria, autor de um livro sobre hipnose, destinado a médicos e dentistas, tudo o que acontecia, tanto no espiritismo quanto na umbanda, nada mais era do que “sessões de auto-hipnose, comandada por leigos e sem qualquer orientação científica e fisiológica” (FRIDERICHS, 1965, p. 130).

A partir desse ponto de vista, Friderichs analisava, não somente as sessões espíritas e práticas umbandistas, quanto fenômenos julgados por ele aparentados com aqueles, como o movimento fundado por Osvaldo Jesus Vieira, o “Mestre Osvaldo” na cidade de Esteio. Um sintoma da preocupação da igreja católica com as atividades de “Mestre Osvaldo” foi o envio de um representante do Secretariado da Defesa da Fé, órgão criado pela CNBB para enfrentar a diversificação do campo religioso no Brasil. Para Friderichs, a igreja do Nazareno, fundada por “Mestre Osvaldo” tinha explícitas vinculações com as religiões mediúnicas. Para padre Friderichs, o que o mesmo chamava de “seita osvaldiana”, apresentava “um misto adulterado de espiritismo, protestantismo e catolicismo” (FRIDERICHS, 1965).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das fontes relativas ao catolicismo pré-conciliar no Rio Grande do Sul, frente às religiões mediúnicas, evidenciam a sua insatisfação sobre a complexidade crescente do campo religioso gaúcho e do lugar nele ocupado por aquelas opções religiosas. Por outro lado, as fontes relativas às religiões mediúnicas no Estado, no período aqui enfocado, salientam a presença do catolicismo nas mesmas, apesar das explícitas diferenças doutrinárias e da campanha católica contrária a elas.

Se o catolicismo consegue afirmar-se institucionalmente no Estado, na primeira metade do século XX, a hierarquia católica vai mostrar a sua insatisfação, à medida que as religiões mediúnicas conseguiram visibilidade, adeptos e alianças políticas. A hierarquia católica persistiu na defesa de uma sociedade dócil aos seus ensinamentos, na qual os mesmos fossem considerados normas sociais.

O secular discurso da igreja católica, capaz de ver o mundo moderno como um território de missão a ser convertido à única fé verdadeira, em breve teria de ser revisada. Não apenas o espiritismo, a umbanda e demais religiões afro-brasileiras, mas também, os protestantismos teriam de ser vistos sob outras lentes pela igreja, em um mundo que aprofundava o pluralismo religioso e a relativização da sua voz. Em pouco tempo, a igreja católica do Rio Grande do Sul, teria de acompanhar o movimento de “aggiornamento” proposto pelo Concílio Vaticano II para o catolicismo mundial.

Sendo assim, os anos pós-conciliares trariam a necessidade de a hierarquia católica rio-grandense dialogar com realidades religiosas, a quem, anteriormente, não reconhecia nem o *status* de religião e ser capaz de, com elas, relacionar-se de forma mais empática.

## REFERÊNCIAS

- ASTURIAN, Marcos Jovino *et al.* José Ferreira de Moraes: Biografia. **Revista de Ciência e Inovação do IF Farroupilha**. Farroupilha, v. 1, n. 1, p. 13-25, 2016.
- AUBRÉ, Marion; LAPLANTINE, François. **La table, le livre et les esprits**. Paris: JC Lattès, 1990.
- BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. Contribuição a uma sociologia das interpenetrações de Civilizações. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971 [1960].
- BOIA, Lucien. **Pour une histoire de l’imaginaire**. Paris: Les Belles Lettres, 1998.
- CALDAS, Moab. Discurso. *In: Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1959.
- CALDAS, Moab. **Entrevista**. Porto Alegre, 24 abr., 1995.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Kardecismo e Umbanda**. Uma interpretação sociológica. São Paulo: Pioneira, 1961.
- CENTENO, Gilda; GUEDES, Núbia Martha. **Entrevista**. Porto Alegre, 16

maio, 1995.

CHAUVELOT, Diane. **Historia de la histeria**. Madrid: Alianza, 2001.

CORREA, Norton Figueiredo. Panorama das religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul. In: ORO, Ari Pedro (org.). **As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

EPISCOPADO LATINOAMERICANO. **Actas y decretos del Concilio Plenario de la América Latina**. Roma: Tipografia Vaticana, 1906.

EPISCOPADO RIO-GRANDENSE. **Mensagem do Episcopado Rio-Grandense reunido em conferência na cidade de Passo Fundo de 21 a 24 de outubro de 1957**. Unitas, Porto Alegre, v.46, n. 4, p. 22-231, 1957.

ESTATUTOS. **Sociedade Espírita de Umbanda Cavaleiros de São Jorge Guerreiro**. Montenegro, 1957.

FERRONATO, Luiz. A missão de Frei Boaventura. **Jornal do Dia**. Porto Alegre, 14 out. 1959, p. 03.

FRIDERICHS, Edvino S. J. **Onde os espíritos baixam**. Orientação para os católicos sobre espiritismo, umbanda e charlatanismo. São Paulo: Paulinas, 1965.

HERKOVITS, Meville. O extremo-sul dos africanismos no Rio Grande do Sul. In: **Anais da Faculdade de Educação Ciências e Letras de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 1943.

ISAIA, Artur Cesar. “Madrinha Gilda”: Uma Franciscana de Umbanda. In: KATRIB, Cairo Mohamed Ibrahim Katrib *et al.* (orgs.). **Mulheres de Fé: urdiduras no Candomblé e na Umbanda**. Uberlândia: Composer, 2018.

ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

ISAIA, Artur Cesar. Cidadãos acima de qualquer suspeita os umbandistas pedem passagem no Rio Grande do Sul. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 7, n. 13, 2000.

ISAIA, Artur Cesar. Direitos Humanos e diálogo com o século XXI na Carta Magna da Umbanda. **História, Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 19, n. 1, p. 124-134, 2019.

ISAIA, Artur Cesar. O outro lado da repressão: a Umbanda em tempos de Estado Novo. In: ISAIA, Artur Cesar (org.). **Crenças, sacralidades e religiosidades**. Entre o consentido e o marginal. Florianópolis: Insular, 2009.

ISAIA, Artur Cesar. Uma congregação franciscana na Umbanda do Rio Grande do Sul. O Abrigo Espírita Francisco de Assis: História e Memórias. **RIHGRGS**, Porto Alegre, n. 165, p. 105-121, dezembro de 2023.

- ria. **História Revista**, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 279-296, 2022.
- ISAIA, Artur Cesar. Umbanda, intelectuais e nacionalismo no Brasil. **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 9, n. 3, p. 1-22, 2012.
- ISAIA, Artur Cesar; AMORIM, Pedro Paulo. O “Almenara”: as Religiões Afro-Brasileiras em um periódico de oposição à Federação Espírita Brasileira (meados do século XX). **Mneme**, Caicó, v. 15, n. 34, p. 151-166, 2014.
- LADOUS, Regis. **Le Spiritisme**. Paris: Éditions du Cerf et Fides, 1989.
- NINA RODRIGUES, Raymundo. **Coletividades Anormais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiras, 1939.
- NINA RODRIGUES, Raymundo. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: CED, 1935.
- O ESPIRITISMO COMEMORA O PRIMEIRO CENTENÁRIO DE SUA CODIFICAÇÃO. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 17 abr. 1957, p. 14.
- PEREZ, Fernando Colina *et al.* **El delírio en la clínica francesa**. Madrid: Ediciones Dorsa, 1994.
- PESAVENTO, Sandra. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- PINHEIRO, D. Hermeto José Pinheiro. **Carta Pastoral**. [s.i], 1917.
- POULAT, Emile. Compreensão histórica da igreja e compreensão eclesial da história. **Concilium**. Rio de Janeiro, n. 67, p. 811-824, 1971.
- PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados: orixás na alma brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- REGULAMENTO INTERNO. **Sociedade Espírita de Umbanda Cavaleiros de São Jorge**. Porto Alegre, mimeo.
- SCHERER, D. Vicente. Hospital de Umbanda. **Unitas**. Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. 191-194, 1957.
- SILVA, Luiz Carlos Avelino da. **As transformações do discurso histérico desde Charcot**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1993.
- SOCIEDADE ESPÍRITA DR. FERREIRA DE MORAES. **A Reencarnação**. Porto Alegre, maio, 1994, p. 20.
- SOCIEDADE ESPÍRITA KARDECISTA. **A Reencarnação**. Porto Alegre, abr. 1957, p. 10.
- VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório ou o trabalho do luto**. São Paulo: UNESP, 2010.
- WARREN, Donald. A Terapia Espírita no Rio de Janeiro por volta de 1900.

**Religião e Sociedade.** Rio de Janeiro, v.11, n.3, p. 56-83, 1984.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar.** Santa Maria: Editora da UFSM;  
Bauru: EDUSC, 1999.

ZORZI, D. Benedito. **Segunda Carta Pastoral de D. Benedito Zorzi.** Volta a  
Cristo. Ilhéus: Imprensa Diocesana. 1950.

**Recebido em:** 01/07/2023

**Aceito em:** 02/11/2023



# DANTE DE LAYTANO: UM FOLCLORISTA NO CAMPO DOS MUSEUS OU UM PROFISSIONAL DE MUSEUS NO CAMPO DO FOLCLORE?

## *DANTE DE LAYTANO: A FOLKLORIST IN THE FIELD OF MUSEUMS OR A MUSEUM PROFESSIONAL IN THE FIELD OF FOLKLORE?*

Diogo Santos Gomes<sup>1</sup>  
Ana Carolina Gelmini de Faria<sup>2</sup>

### RESUMO

O texto analisa a relação entre o campo dos museus e o campo do folclore a partir da perspectiva do agente Dante de Laytano, diretor do Museu Julio de Castilhos (MJC) e Secretário-Geral da Comissão Estadual do Folclore do Rio Grande do Sul (CEF), na década de 1950. A pesquisa foi realizada em fontes documentais institucionais e bibliográficas, mediante uma abordagem qualitativa, tendo por aporte teórico os conceitos de campo, agente, folclore e identidade nacional para compreender como Laytano transitou entre os campos e fez do Museu um espaço que legitimaria as ações do Movimento Folclorista Brasileiro. Como resultado, identifica que este processo se desenvolveu a partir de diversos embates, fazendo do Museu Julio de Castilhos campo de batalha pela memória oficial do estado do Rio Grande do Sul, gerando conseqüentemente diversos desdobramentos, como grandes eventos nacionais, pesquisas e publicações sobre o tema do folclore. Conclui-se que a atuação do Movimento Folclorista Brasileiro no Rio Grande do Sul a partir de Laytano fez com que o Museu Julio de Castilhos fosse peça central nos debates sobre o tema, considerando que a imagem do Museu e de seu diretor estavam completamente atreladas.

**Palavras-chave:** Dante de Laytano; Museu Julio de Castilhos; História dos Museus; Folclore.

---

1 Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do projeto de pesquisa “História dos museus e da Museologia a partir da atuação de seus agentes” (2022-atual).

2 Museóloga (UNIRIO), mestre e doutora em Educação (UFRGS). Docente do Curso de Museologia do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DCI/FABICO/UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da mesma universidade (PPGMusPa/UFRGS). Coordenadora do projeto de pesquisa “História dos museus e da Museologia a partir da atuação de seus agentes” (2022-atual). Membro dos grupos de pesquisa do CNPq “Escritas da história em museus: objetos, narrativas e temporalidades” e do “GEMMUS - Grupo de Estudos em Memória, Museus e Patrimônio”.

**ABSTRACT**

*This text examines the relationship between the field of museums and the field of folklore from the perspective of Dante de Laytano, director of the Julio de Castilhos Museum (MJC) and Secretary-General of the State Commission for Folklore of Rio Grande do Sul (CEF) in the 1950s. The research was conducted using qualitative methods, drawing on institutional and bibliographic documentary sources. The theoretical framework encompassed the concepts of field, agent, folklore, and national identity, aiming to understand how Laytano navigated between these fields and transformed the museum into a space that legitimized the actions of the Brazilian Folklore Movement. As a result, it is identified that this process unfolded through various conflicts, turning the Julio de Castilhos Museum into a battlefield for the official memory of the state of Rio Grande do Sul, thus generating numerous ramifications such as major national events, research, and publications on the topic of folklore. It is concluded that the involvement of the Brazilian Folklore Movement in Rio Grande do Sul through Laytano positioned the Julio de Castilhos Museum as a central player in the debates on the subject, considering that the museum's image and that of its director were closely intertwined.*

**Keywords:** Dante de Laytano; Julio de Castilhos; Museum; Museum History; Folklore.

**INTRODUÇÃO**

Em abril de 1948, em uma iniciativa da Comissão Nacional do Folclore, foi criada a Comissão Gaúcha do Folclore, sediada no Museu Julio de Castilhos (MJC). Atuando como diretor do Museu Julio de Castilhos e Secretário Geral da Comissão Gaúcha do Folclore durante a década de 1950, Dante de Laytano foi o responsável por vincular as duas organizações e promover as ações do movimento folclórico no Estado a partir da imagem do Museu Julio de Castilhos. Durante este período, iniciou-se uma disputa pela história oficial do estado do Rio Grande do Sul, com o Movimento Folclorista e os integrantes do 35 Centro de Tradições Gaúchas (mais conhecido como 35 CTG) como principais agentes deste debate.

No Museu Julio de Castilhos foi reunida uma grande quantidade de correspondências, expedidas e recebidas no período pela instituição, ilustrando as intenções, articulações e metodologias de Laytano ao aproximar a atuação da Comissão e do Museu. Através da pesquisa “História dos museus e da Museologia a partir da atuação de seus agentes” [nº 41879 PRO-PESQ/UFRGS]<sup>3</sup>, em desenvolvimento, houve o contato com esse conjunto documental, revelando-se uma potente fonte de interpretação sobre como se deram os processos de produção, circulação e apropriação de discursos científicos, educativos, culturais e políticos de agentes e organizações que compõem o campo museal. Nessa perspectiva, o recorte da pesquisa, aqui

<sup>3</sup> A pesquisa tem o certificado de apresentação de apreciação ética sob número 58646822.5.0000.5347.

apresentado, tem por enfoque a atuação do agente Dante de Laytano, propondo investigar de que forma o folclore foi utilizado como estratégia de concepção de uma identidade nacional e regional a partir da perspectiva de Laytano, questionando como o diretor fez com que o Museu Julio de Castilhos representasse os interesses da Comissão Estadual do Folclore (CEF), validando as ações do Movimento Folclórico Brasileiro (MFB) e promovendo o discurso tradicionalista vinculado aos agentes do 35 CTG. Assim uma das questões norteadoras é: Como Dante de Laytano aproximou os campos do folclore e dos museus?

Desta forma, o trabalho valeu-se de estudos já produzidos sobre o Movimento Folclórico Brasileiro (BARCELLOS, 1997; NEDEL, 1999, 2011; OLIVEIRA, 2012; VILHENA, 1995), com o intuito de destacar uma possível intersecção com o campo museal. Estas produções ajudam a identificar o recorte temporal sobre o qual este estudo se propôs a discutir. O período de atuação dos folcloristas se desdobra sobre a maior parte do século XX, mas observamos ações enfáticas do Movimento Folclórico Brasileiro principalmente entre as décadas de 1940 e 1960 - período que contempla a atuação de Dante de Laytano tanto como diretor do Museu Julio de Castilhos quanto Secretário Geral da Comissão Estadual do Folclore.

As fontes bibliográficas auxiliaram a contextualização das fontes documentais que subsidiaram a investigação. O Museu Julio de Castilhos se apresenta como espaço central na pesquisa quando o enfoque se localiza sobre o Rio Grande do Sul. Isto se dá pelas correspondências emitidas e recebidas por Dante de Laytano, no período em que ocupou os cargos de secretário geral da Comissão Estadual do Folclore e diretor do Museu Julio de Castilhos. Essa análise compreende 23 livros que abrangem a documentação produzida pelo diretor na década de 1950, totalizando 7.597 folhas estudadas. Soma-se, ainda, a visita em outros espaços que possuem fontes primárias relacionadas ao tema, como o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (MUSECOM), onde foi identificado material de divulgação da Comissão Estadual do Folclore; consultas na Biblioteca Nacional (BN), onde foram mapeadas reportagens referentes às comissões nacionais e estaduais do folclore, a exemplo do jornal “Correio da Manhã”; além da Hemeroteca de Gustavo Barroso, vinculada ao Museu Histórico Nacional (MHN), que concentra uma seleção de materiais sobre o tema pela curadoria de outro agente do campo dos museus diretamente envolvido com os debates nacionais sobre folclore, o diretor e folclorista Gustavo Barroso<sup>4</sup>.

---

4 Gustavo Barroso foi um advogado, professor, museólogo, político, contista, folclorista, cronista, ensaísta e romancista cearense que é considerado mestre do folclore brasileiro. Foi o primeiro diretor do Museu Histórico Nacional, atuando no cargo de 1922 a 1930 e 1932 a 1959.

Com o interesse em refletir sobre os meandros da construção da identidade gaúcha convidamos a descobrir, pela perspectiva de Dante de Laytano, como os museus contribuíram para o Movimento Folclórico Brasileiro enquanto instâncias de legitimação e institucionalização de movimentos regionais que visavam construir uma identidade nacional.

## 1 O MOVIMENTO FOLCLÓRICO BRASILEIRO

No Brasil, em meados do século XX, com o governo do presidente Getúlio Vargas<sup>5</sup> promovendo seu projeto destinado à busca por uma unidade nacional identificou-se no folclore, e no crescente Movimento Folclórico Brasileiro, a ferramenta ideal para a criação de uma identidade nacional. As pesquisas sobre o povo promovidas pelos intelectuais da primeira metade do século XX passaram a ser estimuladas e facilitadas pelo governo para execução deste plano:

Durante o Estado Novo instalou-se uma política autoritária e centralizadora que procurou trabalhar por diversos mecanismos ideológicos, a construção do nacional, do homem brasileiro, do povo. Nesse momento foi criado pelo decreto lei 1915, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda - 1939), com a função de elucidar a opinião nacional, sobre as diretrizes doutrinárias do regime em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira, resultando numa propaganda ideológica tendente a ocultar as contradições da estrutura social, efetivando o conformismo, com o objetivo de promover um consenso entre os valores e padrões culturais. A criação desse órgão foi um importante meio de legitimação da proposta de unidade nacional, construído através de uma política centralizadora que propagava a imagem de harmonia social. (FERREIRA, 2006, p.9).

Com esse incentivo o Movimento Folclórico Brasileiro ganhou protagonismo no campo político, social e cultural brasileiro, promovendo ações e políticas nas mais diversas esferas de atuação. Neste contexto, em 1947 surgiu a Comissão Nacional do Folclore (CNFL), atuando sob a alçada do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), órgão criado com o intuito de gerenciar os projetos da Organização das Nações Unidas

---

5 Getúlio Vargas foi o presidente do Brasil por quase duas décadas (1930 a 1945 e de 1951 a 1954). Para mais informações sobre Vargas e seu projeto para o âmbito da cultura, consultar do artigo “Cultura e identidade nacional nos anos Vargas: tensões e contradições de uma cultura oficial” (2016), de Gabriel Frias Araújo e Agnaldo de Souza Barbosa, disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/article/view/e5009>>. Acesso em: junho de 2023.

para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil. A criação da Comissão Nacional do Folclore estabeleceu o movimento folclórico de vez no País (ABRANTES, 2008), organizando pesquisas, eventos e projetos com a intenção de estimular o estudo do folclore e criar a tão sonhada identidade nacional. Com a ampliação da visão dos folcloristas sobre o conceito de folclore, identificado como uma ciência, passou a ser objetivo da Comissão Nacional do Folclore tornar o folclore um objeto de estudo nas escolas, embarcando em um período de redefinição dos currículos escolares na década de 1940 (ABRANTES, 2008).

Ao final de 1947, o Secretário Geral da Comissão Nacional do Folclore, Renato Almeida<sup>6</sup>, com a intenção de disseminar os projetos da Comissão Nacional do Folclore em todo país, organizou comissões estaduais lideradas por folcloristas de sua confiança. Desta forma, no Rio Grande do Sul foi criada a Comissão Gaúcha do Folclore, sediada no Museu Julio de Castilhos e comandada pelo diretor da instituição, o folclorista Dante de Laytano.

Um dos principais méritos do Movimento Folclórico Brasileiro foi a grande rede de comunicação criada entre os folcloristas do período. Esta rede era projetada na execução de grandes eventos nacionais e periódicos que eram produzidos com o auxílio das comissões estaduais. Assim foram organizados os Congressos Brasileiros de Folclore. Em agosto de 1951 aconteceu sua primeira edição, no Rio de Janeiro. Contando com a participação do presidente Getúlio Vargas, foi neste evento que foi redigida a Carta do Folclore Brasileiro. Apresentando um Plano Nacional de Pesquisa Folclórica, a carta projetava a criação de um órgão estatal que buscasse a defesa do folclore, ação essa que só veio a ocorrer em 1958 com a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) (ABRANTES, 2008).

A carta apresentava, além de projetos sobre incentivo à pesquisa folclórica, a proposta de mapeamento do folclore brasileiro. Para isso, era necessário estabelecer sob a visão dos folcloristas, a sua interpretação do conceito, assim redigida na carta:

1 O I Congresso Brasileiro de Folclore reconhece o estudo do folclore como integrante das ciências antropológicas e culturais, condena o preconceito de só considerar folclórico o fato espiritual e aconselha o estudo da vida popular em

---

6 Renato Almeida, advogado, jornalista e musicólogo, foi o folclorista que por mais de duas décadas ocupou a posição de Secretário-Geral da Comissão Nacional do Folclore, cumprindo um papel central nas articulações do Movimento Folclórico Brasileiro. Para mais informações referentes a sua atuação, recomendamos a dissertação de Luís Rodolfo Vilhena (1995) intitulada “Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro”. Disponível em: <[www.repositoriolabim.cchla.ufrn.br/handle/123456789/576](http://www.repositoriolabim.cchla.ufrn.br/handle/123456789/576)>. Acesso em: junho de 2023.

toda sua plenitude, quer no aspecto material, quer no aspecto espiritual. **2** Constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservado pela tradição popular e pela imitação e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica. **3** São também reconhecidas como idôneas as observações levadas a efeito sobre a realidade folclórica, sem o fundamento tradicional, bastando que sejam respeitadas as características de fato de aceitação coletiva, anônimo ou não, e essencialmente popular. **4** Em face da natureza cultural das pesquisas folclóricas, exigindo-se que os fatos culturais sejam analisados mediante métodos próprios, aconselha-se, de preferência, o emprego dos métodos históricos e culturalistas no exame e análise do folclore. (CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO, 1951, p.1)

As definições propostas na carta constroem certos aspectos da atuação dos folcloristas, com olhares voltados para utilização da tradição como característica da cultura popular de cada região e com uma perspectiva sobre o fato folclórico como um objeto de pesquisa que refletiria a identidade nacional estabelecida pelo Movimento. Segundo Castro (2003, p.209):

A “Carta do Folclore Brasileiro” buscou legitimar os estudos sobre o Folclore, dando-lhe um embasamento científico e centrando-se nos chamados “Valores tradicionais”, cuja retomada e sobretudo conservação são vistos como pontos-chave. Nitidamente, a preocupação central nesta época ficava por conta do receio do folclore desaparecer, fruto da aceleração da industrialização, bem como dos modernos meios de comunicação que marcaram o pós-Segunda Guerra Mundial. O desaparecimento do folclore poderia marcar “a perda da identidade do povo brasileiro”. (CASTRO, 2003, p. 209).

Os folcloristas atuaram aproveitando de suas posições como agentes políticos, já que suas atuações alcançavam os mais diversos campos por assumirem muitos papéis concomitantemente, como de jornalistas, historiadores, acadêmicos e agentes culturais, por exemplo. Sobre este aspecto, podemos observar que em diversos momentos vários agentes de museus participaram ativamente das articulações referentes aos movimentos do campo folclórico.

A definição do conceito campo (BOURDIEU, 1989) como um espa-

ço de lutas entre os agentes que ocupam as suas determinadas posições, compreende também o interesse dos agentes em valorizar as ações destes, mantendo, portanto, uma “cumplicidade objetiva” para além das lutas que os opõem (LAHIRE, 2017). Esta dinâmica é observada no folclorismo, a partir dos embates entre as organizações estruturais no Movimento Folclorista Brasileiro, que apesar das diferenças, agiam de forma dinâmica e colaborativa para a execução de determinados projetos.

## 2 ENTRE O FOLCLORE E O MUSEU

As dinâmicas entre agentes dos museus e do folclore foram articuladas no decorrer de todo século XX. Agentes de museus como Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional, e Heloísa Alberto Torres<sup>7</sup>, diretora do Museu Nacional, estiveram de alguma forma atuando próximos ao Movimento Folclórico Brasileiro. Segundo Oliveira (2012), a aproximação com o campo dos museus sempre fez parte da idealização dos projetos do Movimento Folclorista Brasileiro:

Essa dimensão política dos museus pode ser percebida em todas as ações dos folcloristas, antes e depois do que se convencionou chamar de Movimento Folclórico Brasileiro, sobretudo nas referências ao projeto de criação de museus folclóricos país afora. A Carta do Folclore Brasileiro (1952) já previa ações e instrumentos para a criação de museus. E criá-los preferencialmente onde houvesse Comissão Estadual de Folclore atuante, que se entenderia com os poderes públicos constituídos “no sentido de obter deles a cessão, para a formação dos museus estaduais, de objetos de uso e criação popular porventura existentes em repartições não especializadas, como as chefaturas e delegacias de polícia” (carta, 1951), numa forma de firmar posição, fortalecer a ação política dos estudiosos do folclore e contribuir para a manutenção dos caracteres culturais locais. (OLIVEIRA, 2012, p.187)

---

7 Heloísa Alberto Torres assumiu o cargo no Museu Nacional pouco depois do início da ditadura de Getúlio Vargas, e permaneceu até 1955, deixando-o, imediatamente, após o final do segundo período de governo de Vargas. Primeira pesquisadora antropóloga do Museu Nacional e diretora mulher, teve uma atuação importante no campo intelectual de sua época. Para mais informações, consultar o artigo de 2011 de Heloísa Maria Bertol Domingues intitulado: “Heloísa Alberto Torres e o inquérito nacional sobre ciências naturais e antropológicas, 1946”. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1981-81222010000300005>>. Acesso em: junho de 2023.

Sobre este aspecto, Dante de Laytano pode ser apontado como um agente que foi, não apenas um pesquisador interessado, mas um dos principais motivadores da institucionalização do folclore como disciplina no Estado. Nascido em Porto Alegre em 1908, estudou na Faculdade de Direito de Porto Alegre (atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS) onde foi aluno de Darcy Azambuja<sup>8</sup>, relevante intelectual regionalista no século XX, que teve grande participação na criação da Comissão Estadual do Folclore do Rio Grande do Sul. Laytano seguiu os passos de seu professor e amigo dependendo muitas vezes do seu respaldo para execução de projetos relacionados à Comissão. Segundo Barcellos (1997), Azambuja certamente emprestou seu peso cultural e político à criação da Comissão Gaúcha de Folclore (BARCELLOS, 1997).

Em carta de 4 de outubro de 1952, primeiro ano em que ocupou o cargo de diretor no Museu Julio de Castilhos, Laytano enfatizou a importância da colaboração de Azambuja no processo de tomada de decisão na Comissão:

Desejo encarecer que a presença do caro colega é absolutamente indispensável, que sem a sua esclarecida colaboração nada se poderá fazer e, finalmente, esta secretaria que tem o papel de coordenação deixará ou abandonará a comissão se não contar com a sua importante ajuda. Este convite, então, formulado em termos de apelo. (Laytano, 1953 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1952, v.1, fl. 133).

O fato desta correspondência ser emitida através do Museu Julio de Castilhos já indica quão interligada é a relação entre o espaço museal e a Comissão Estadual do Folclore do Rio Grande do Sul. A Comissão foi sediada no Museu Julio de Castilhos, em um período em que um folclorista era o diretor da instituição. Ainda vale destacar que Laytano além de atuar no Museu Julio de Castilhos e na Comissão Estadual do Folclore do Rio Grande do Sul, esteve à frente da Comissão Estadual do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, o que nos mostra a influência deste agente em seus campos. A partir disso, a gestão de Laytano no Museu Julio de Castilhos almejava estabelecer essa construção de identidade regional a partir da

---

8 Darcy Azambuja (1903) foi professor e um renomado escritor regionalista. Frequentou os congressos da Comissão Nacional do Folclore em Porto Alegre e Rio de Janeiro, fazendo parte desta grande teia de contatos sobre qual atuava o Movimento Folclórico Brasileiro. Para mais informações sobre Azambuja, recomendamos o trecho entre as páginas 482-484 da tese de Letícia Borges Nedel (2005) intitulada “Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)”. Disponível em <repositorio.unb.br/handle/10482/15294>. Acesso em: junho de 2023.

história, do estudo do folclore, e de sua divulgação junto ao público escolar. De acordo com Nedel (1999, p.192):

Mas, restringindo-nos à atuação de Laytano, veremos que o museu foi a trincheira de onde partiram suas investidas pela aliança entre história (pela pesquisa no arquivo), memória (pelo culto à tradição no museu) e folclore (pela aliança entre Museu, tradicionalistas e Comissão Gaúcha de Folclore) [...].

Se o Museu Julio de Castilhos era a trincheira onde ocorria esta batalha pela memória oficial do Estado, devemos questionar como Laytano trafegou entre estes campos, agindo em nome do Museu Julio de Castilhos e da Comissão Estadual do Folclore do Rio Grande do Sul.

Vale destacar que muitas vezes chamada de Comissão Estadual do Folclore Rio Grande do Sul ou Comissão Gaúcha do Folclore, a Comissão Rio-Grandense de Folclore foi criada em 23 de abril de 1948 por Dante de Laytano, atendendo ao pedido de seu amigo Renato Almeida, Secretário Geral da Comissão Nacional de Folclore.

Sua proximidade com Renato Almeida permitiu a execução em Porto Alegre de alguns dos eventos que marcaram os processos da atuação da Comissão Nacional de Folclore, tais como a Semana Nacional do Folclore, que aconteceu em 1950, e o Congresso Brasileiro de Folclore, realizado em 1959. Junto à Comissão de São Paulo, a Comissão Estadual do Folclore era considerada uma das mais organizadas e articuladas com a Comissão Nacional de Folclore.

No mesmo ano da criação da comissão estadual, surgiu o 35 CTG em Porto Alegre. Resultado das articulações promovidas nos anos anteriores no Colégio Estadual Júlio de Castilhos e sendo a sede do Movimento Tradicionalista no Estado, tem papel fundamental na atuação da Comissão Estadual de Folclore (BARCELLOS, 1997).

A Comissão Estadual do Folclore atuou respondendo às exigências do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e da Comissão Nacional de Folclore no Rio Grande do Sul. Em diversos momentos, o Secretário-Geral Dante de Laytano prestou informações a Renato Almeida sobre as reuniões promovidas pela Comissão Estadual de Folclore. Em carta de 15 de julho de 1953, Laytano envia a Almeida:

Meu caro Renato. Aí vai um recorte anunciando nossa reunião, que se realizou com grande sucesso, aliás, pois dos 14 componentes da Comissão Estadual apareceram 10 e falta-

ram, apenas, Moysés Vellinho<sup>9</sup>, que está viajando [...] e J.C. Paixão Côrtes<sup>10</sup> e Ênio de Freitas e Castro<sup>11</sup>, ambos em bancas de exame. Mário Azambuja<sup>12</sup> e Manoelito de Ornelas<sup>13</sup> não aparecem mais, também não os convidarei daqui por diante. A sessão foi boa, conversamos sobre vários assuntos e serviu de pretexto para troca de *idéias*, etc. A Comissão anda de vento em popa. Vamos publicar o livro do Lessa<sup>14</sup>

9 Moysés Vellinho exerceu seu trabalho em torno da literatura e da cultura, abordando o campo da história por meio das obras *Capitania d'El Rey* (1964) e *Fronteira* (1973). Atuando sobre uma perspectiva regionalista, foi jornalista e político. Foi vice-presidente do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul e integrou a Comissão Gaúcha do Folclore. Para conhecer mais a vida e obra de Moysés Vellinho, recomendo a obra de Viviane Viebrantz Herchmann (2013) intitulada "Moysés Vellinho (1901-1980): o intelectual da província". Disponível em: <tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2132>. Acesso em: junho de 2023.

10 Parceiro de Barbosa Lessa, J.C. Paixão Côrtes se tornou um dos pilares do gauchismo cívico e do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Atuando no campo do folclore principalmente a partir da difusão da dança e da militância do tradicionalismo. Um dos fundadores do 35 CTG em 1948, estudou no Colégio Júlio de Castilhos e participou da primeira Ronda Crioula. Sua imagem está marcada no ideal da identidade gaúcha pelo simbolismo do Monumento do Laçador. A peça de bronze de Antônio Caringi foi produzida por Côrtes posando para o escultor. Em 1992, foi definida por lei como Símbolo Oficial de Porto Alegre. Sobre Paixão Côrtes, consultar o artigo da *Gaúcha Zero Hora* (08/2018), "O legado de Paixão Côrtes", por Zalla e Fischer. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/gente/noticia/2018/08/o-legado-de-paixao-cortes-folclorista-criou-um-tradicionalismo-menos-conservador-cjlh3ss10o5nco1nokkwwz0lw.html>. Acesso em: junho de 2023.

11 Ênio de Freitas e Castro foi professor, musicólogo, pianista, maestro e folclorista de Montenegro. Criador do Instituto de Tradições e Folclore, possui diversas obras sobre a imagem do seu Estado, como as obras "Fundamentos da Cultura Rio-Grandense" de 1960 e "Rio Grande do Sul - Imagem da Terra Gaúcha" de 1948.

12 Mário Azambuja foi folclorista gaúcho integrante da Comissão Estadual de Folclore no início da década de 1950. Não foram localizadas mais informações sobre o agente.

13 Manoelito de Ornelas foi jornalista, professor e escritor de grande relevância no Rio Grande do Sul, sendo autor de várias obras sobre a identidade regional em meados do século XX. Sua obra de maior destaque é "Gaúchos e Beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul". Para complementar este trabalho, recomendamos o artigo de Neandro Thesing (2014) intitulado "Gaúchos e Beduínos, de Manoelito de Ornelas, e as Disputas em torno do passado Sul-Rio-Grandense" que explora o papel desta obra na atuação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), organização presente nas disputas travadas no campo do folclore no Estado. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadahistoriador/issue/view/881>. Acesso em: junho de 2023.

14 Luiz Carlos Barbosa Lessa foi folclorista, militante tradicionalista e escritor sul-riograndense de grande relevância na região. Empreendeu uma série de pesquisas folclóricas que visavam a reconstituir as danças populares do interior do estado, sob a tutela da Comissão Estadual de Folclore. Segundo a historiadora Leticia Nedel, é considerado o mentor e o maior intelectual do tradicionalismo gaúcho. Para compreender mais sobre Lessa, consultar a dissertação de Jocelito Zalla (2010), intitulada "O centauro e a pena: Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002) e a invenção das tradições gaúchas." Disponível em: <lume.ufrgs.br/handle/10183/24048>. Acesso em: junho de 2023.

e Paixão e por falar em Lessa, ele vai de muda para o Rio de Janeiro. Recomendações da Ilha e minhas à Urânia, Uranita e a Você, “mãe” do Folclore brasileiro. Abraços (Laytano, 1953 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1953, v. 2, fl. 145)

A carta apresenta um interessante conjunto de informações que nos ajudam a compreender melhor certas dinâmicas da Comissão Estadual de Folclore, principalmente ao identificar grandes nomes vinculados ao futuro Movimento Tradicionalista Gaúcho, fundado em 1966. Esta informação conduz a pesquisa aos confrontos que aconteceram neste campo durante a década de 1950. Segundo Nedel (2011), os estudos do folclore no Estado possuíam diferentes vieses, determinados desta forma pelos folcloristas polígrafos e os folcloristas tradicionalistas:

No âmbito estadual, o movimento teve dois grupos concorrentes de interessados. De um lado, os mandatários oficiais da Comissão Nacional, reunidos em torno da Comissão Estadual de Folclore (CEF), criada em Porto Alegre em abril de 1948. De outro, um grupo iniciante, formado por jovens que ao longo das duas décadas seguintes acabariam se constituindo numa elite de ideólogos do chamado Movimento Tradicionalista. (NEDEL, 2011, p.195)

Este embate representava as intenções de cada grupo, com o objetivo de se posicionar como o órgão legítimo responsável pela memória oficial do Estado (NEDEL, 2005a). A percepção do estudo do folclore como “ciência”, que era almejado pelos agentes do movimento folclórico, buscava competir com a História pela intenção de definir os critérios legítimos do regionalismo, além de tentar conquistar uma competência “científica” para os próprios estudiosos do campo folclórico. Este processo conduzia uma nova roupagem dos estudos do folclore, estabelecendo com características mais “plurais”, o que promovia uma mudança na própria imagem de “intelectuais” (FATTORI, 2016).

Nesta perspectiva é que passamos a perceber os enfrentamentos entre os grupos, que Nedel (2005b) classifica como “folcloristas polígrafos” e os “folcloristas tradicionalistas”. Este debate parte de uma discussão que pode ser explicitada a partir da diferença entre folclore e tradição. O enfrentamento entre os agentes do campo folclórico se divide a partir dos métodos e ideais que cada grupo utiliza para promover suas ações, mesmo quando se conectam em determinadas perspectivas. Para ilustrar folclore e tradição,

apresentamos o texto de Walter Spalding<sup>15</sup>, notório regionalista com grande influência sobre a identidade regional do Rio Grande do Sul. Na correspondência trocada com Laytano em 1955, Spalding descreve:

Osvaldo R. Cabral<sup>16</sup>, grande mestre em folclore, assim o definiu em sua magistral obra “Cultura e Folclore’s”. “Folclore é um ramo da antropologia que estuda todas as manifestações e aplicações coletivas da cultura vulgar, mantidas geralmente pela Tradição, paralelamente às oriundas do saber erudito, entre grupos de cultura superior, quaisquer que sejam as modalidades sob as quais se apresentam”. Por sua vez Louis Maim definiu a Tradição como a “forma mais complexa e mais alta” de “maneira”, “uso” e “costume”, e Ismael Moya disse que “é um conjunto de dons” - a Tradição - que a idade entrega à outra, indefinidamente. [...] Por isso, Folclore e Tradição não devem ser confundidos, embora se toquem, às vezes, e se confundam não raro, como o caso do linguajar do povo. [...] O Folclore se estuda, e o Tradicionalismo se cultua. [...] TRADIÇÃO é um sentimento nobre de culto ao passado - ao bom passado -, para engrandecer o presente porque o passado é exemplo e, como tal, alicerce da civilização. Por isso já diziam os antigos que “povo sem tradição não merece viver”. FOLCLORE, por sua vez, é ciência, ramo da antropologia, do estudo do ser humano através da [...] Tradição”. Guardemos, pois, nossas belas e nobres Tradições e, através delas, estudemos a alma do homem pelo folclore para que possamos, com eficiência, defender de assaltos futuros e tradições estranhas, dispersivas ou dissolventes, nosso povo e nossa terra. (SPALDING, 1955 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1955, v.1, fls. 77-78).

15 O percurso de Walter Spalding, de certa forma, se assemelha ao de Dante de Laytano, quem inicia na crítica literária, migrando para história e depois para o folclore. Atuando no Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul, Spalding esteve à frente de grandes discussões no cenário regional, principalmente acerca de folclore e tradicionalismo. Para mais informações, consultar o trabalho de Ígor Lopes Fattori (2016) intitulado: “Intelectual e Cola-Fina”: a participação de Walter Spalding na formação do Tradicionalismo (1952-1958). Disponível em: <lume.ufrgs.br/handle/10183/157010>. Acesso em: junho de 2023.

16 Osvaldo R. Cabral foi professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos Institutos Históricos e Geográficos da Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, contribuiu para estudos sobre folclore, história da medicina e historiografia catarinense, além do campo dos museus, com criação do Museu Antropológico, atual Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC (MARQUE). Para saber mais, consulte o livro “Oswaldo Rodrigues Cabral: memória e atualidade”, organizado em 2020 por Sônia Maluf e Ana Lídia Campos Brizola. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/217635>. Acesso em: junho de 2023.

No texto apresentado, Spalding faz questão de isolar os dois conceitos apesar das similaridades entre os termos. Podemos levar isto em consideração inclusive ao observar como se deu o processo de embate entre estes agentes do mesmo campo com visões diferentes sobre a perspectiva historiográfica no Estado. Em um primeiro momento observam-se os vínculos e colaborações entre os dois grupos, como por exemplo a integração de tradicionalistas na Comissão Estadual de Folclore. Nestas circunstâncias, os agentes do Movimento Tradicionalista Gaúcho muitas vezes contaram com o apoio da Comissão Estadual do Folclore para execução de projetos do grupo, como é ilustrado em correspondência de junho de 1954 emitida por Dante de Laytano através do Museu Julio de Castilhos:

Porto Alegre, 21 de Junho de 54. A Comissão Estadual do Folclore aprovou, por unanimidade de votos, uma moção de aplausos, simpatia e solidariedade ao I Congresso Tradicionalista do Rio Grande do Sul, manifestação intelectual que honra o passado e a cultura do gaúcho. O papel importante que desempenará o Congresso inclui a renascença ao amor pelas coisas do pago, a orça [sic] que principalmente vem desempenhar a mocidade de terra e a colaboração que a Comissão Estadual de Folclore empresta através de quatro de seus destacados, brilhantes e distintos elementos que são Manoelito de Ornelas, Walter Spalding, J. C. Paixão Côrtes e Luís Carlos Lessa. [...] (Laytano, 1954 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1954, v. 1, fl.33)

A correspondência acima informa a aprovação da Comissão Estadual do Folclore do I Congresso Tradicionalista do Rio Grande do Sul, indicando a colaboração entre os grupos. Ao mesmo tempo, vão se apresentando atritos entre estes agentes, aumentando a tensão no campo político e social onde estavam ambientados. Em outra carta, de 1954, Laytano demonstra descontentamento com Paixão Côrtes:

Meu caro Renato. [...] PAIXÃO - Vou dizer o seguinte; a respeito do nosso Serge Lifar dos pampas: ficou de fazer uma exposição de quadro gaúchos e coisas do Rio Grande no Instituto Norte-Americano e não apareceu, as originais do seu Manual de Danças que vamos editar não consegue sair das mãos dele para a oficina, ia dar um espetáculo de danças no encerramento da semana do Rio Grande na Faculdade de Filosofia e não apareceu, etc.. Mas a São Paulo ele quer ir, está interessadíssimo e não se trata de Feira mas da Exposição de Folclore, nosso Congresso, etc. Tenho dois cães de guarda

em cima dele [sic]. A correspondência para o Paixão deve vir para o Museu do Estado, em meu nome. [...] (Laytano, 1954 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1954, v. 2, fl. 347)

Este atrito entre os dois grupos cresceu com o passar do tempo, estabelecendo o conflito no Museu Julio de Castilhos. Os folcloristas polígrafos que pensavam a cultura-popular como um instrumento para valorização da “arte” e da “ciência”, viram a proliferação dos CTG’s e a disseminação do gauchismo ganhar força na mídia, perdendo espaço para o tradicionalismo (NEDEL, 2005b).

A disputa pelo discurso legítimo acerca da cultura e das políticas de preservação do patrimônio local se tornou desafiadora para os folcloristas polígrafos, conforme o Movimento Tradicionalista foi ganhando cada vez mais popularidade. Este processo de enfrentamento evidenciou o atrito entre as ideias dos folcloristas vinculadas a Comissão Nacional de Folclore com valorização das ciências sociais e do método científico, e os defensores dos simbolismos e caricaturas estabelecidos pelos folcloristas tradicionalistas:

[...] a consolidação da formação intelectual dos ideólogos [...], insinua dentro do próprio movimento as tensões entre “especialistas” e “amadores”, entre o tradicionalismo “autêntico” e “comercial” ou “festivo”. Simultaneamente, no campo da intervenção cívica, já não é mais o gaúcho antigo o objeto último da celebração, mas os gaúchos atuais, representados pelo panteão de fundadores da festa tradicionalista, já incorporada ao repertório cultural “popular” do Rio Grande do Sul como uma espécie incontestada de “fato folclórico nascente”. O “espetáculo da história” cede lugar então a uma “história do espetáculo”. (NEDEL, 2005b, p 322)

E como esses debates chegam ao Museu Julio de Castilhos? É importante contextualizar a vinculação de Dante de Laytano à instituição. Convidado por Alcides Maya<sup>17</sup> em 1934, Dante de Laytano passou a trabalhar no Museu Julio de Castilhos como 1º oficial da instituição (NEDEL, 1999). Foi apenas no ano de 1950 que Laytano atuou na diretoria do Museu. Nos

17 Alcides Maya foi um jornalista, político, contista, romancista e ensaísta que atuou como diretor do Museu Julio de Castilhos de 1925 a 1939. Para mais informações sobre Alcides Maya, recomendamos a tese de Ana Celina Figueira da Silva (2018) intitulada “Investigações e evocações do passado: o Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre-RS, 1925-1939)”. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180928>>. Acesso em: junho de 2023.

primeiros dois anos esteve no cargo substituindo o até então diretor da instituição, Emílio Kemp<sup>18</sup>:

O Governador do Estado do Rio Grande do Sul nomeia o subdiretor padrão XIII Dante de Laytano para exercer, em substituição a partir de 12 de setembro do corrente ano o Cargo de Diretor padrão XIV do Museu Julio de Castilhos, enquanto durar o impedimento do respectivo titular Dr. Emílio Kemp. PALACIO DO GOVERNO EM PORTO ALEGRE 1950. WALTER JOBIM / GOVERNADOR DO ESTADO. (SOUZA, 2014, p. 81)

Ao visualizar as ações de Laytano no Museu Julio de Castilhos podemos perceber as mudanças na proposta da instituição como espaço cultural, voltando-se a priorizar pesquisas, - em sua gestão majoritariamente no campo do folclore -, produzidas de acordo suas demandas e interesses:

Com a saída de Emílio Kemp, em 1950, em decorrência de sua aposentadoria, assumiu o cargo de diretor o subdiretor Dante de Laytano, que daria um novo direcionamento para o Museu Julio de Castilhos, concluindo o processo de “guinada para a História” iniciada na gestão de Alcides Maya. É interessante observar que Dante de Laytano seguiu um caminho que diferia totalmente da postura de Emílio Kemp acerca das práticas educativas, este voltou-se para a pesquisa histórica, em especial sobre o Folclore [...]. (QUADRADO, 2022, p. 146)

Outra ação de grande impacto no Museu Julio de Castilhos que pode ser utilizada para ilustrar a atuação de Laytano no cargo é o desmembramento do acervo da instituição. Em 1954, por meio de regulamento, o acervo foi dividido para criação de outras duas instituições museológicas, o Museu de Ciências Naturais do Rio Grande do Sul (MCN) - atual Fundação Zoobotânica -, e o Museu de Artes do Rio Grande do Sul (MARGS) (SILVA, 2018). A partir do desmembramento das coleções é possível observar que a função do Museu Julio de Castilhos passou a ser a pesquisa e a divulgação da história e do folclore, especialmente do Rio Grande do Sul, conforme declarado no seu novo regulamento, onde os objetivos do Museu são:

---

18 Emílio Kemp Larbeck Filho era médico, poeta e jornalista; atuou de 1939 a 1950 no cargo de diretor do Museu Julio de Castilhos. Para mais informações, recomendamos a dissertação de mestrado de Iandora de Melo Quadrado intitulada “Um professor no museu: Emílio Kemp e as práticas educativas no Museu Julio de Castilhos (1939-1950)”. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/237989>>. Acesso em: junho de 2023.

[...] adquirir, recolher, estudar, classificar, catalogar, coleccionar e expor documentos e objetos históricos, etnológicos, geográficos, **folclóricos** ou curiosidades em geral, bem assim produtos de ciência e indústria modernas, especialmente do Rio Grande do Sul; contribuir para estimular, por meio de pesquisas, estudos, cursos, conferências, comemorações, concursos e publicações, o interesse pelo conhecimento da história Pátria e o amor a nossas **tradições**; manter, para uso da repartição e para consulta, uma biblioteca especializada de História, Geografia, Etnologia e **Folclore**, especialmente do Rio Grande do Sul (Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura. Departamento de Ciência e Cultura. Regulamento do Museu Julio de Castilhos, Artigo 2, p. I, 1954 apud BRITTO et al, 2011, p.12. Grifos nossos)

Segundo Nedel (1999), a palavra definidora da atuação de Dante de Laytano deve ser “intermediação”. Isto se dá em decorrência das posições que Laytano alcançou em sua trajetória profissional, estabelecendo relações com diversas áreas, e articulando conexões entre campos intelectuais que se aproximaram sobre a perspectiva de ampliar sua influência na região.

Os debates sobre folclore se estabeleceram no Museu Julio de Castilhos sobre a atuação de Laytano junto a Comissão Estadual de Folclore, ainda sobre o contexto da redefinição tipológica da instituição museal como um museu histórico. Ao contextualizar a ideia proposta sobre o folclore que Laytano compreendia, Nedel (1999) explica que a união de história e folclore embasaram a construção da identidade regional almejada por estes movimentos:

O processo de conformação das “origens”, como já vimos, acompanhava e se fazia acompanhar da ressemantização do gaúcho, contexto em que a junção entre história e folclore impunha-se de modo a imprimir movimento ao caráter regional, conferindo à figura típica da região a faculdade necessária para sua atualização permanente em face das transformações na representação da cultura nacional. (NEDEL, 1999, p.183)

Nesta perspectiva, Laytano definiu o Museu Julio de Castilhos como uma instituição destinada exclusivamente ao “culto das tradições do Rio Grande” (NEDEL, 1999, p.199). Este contexto se encontra devido ao viés historiador e arquivístico que percorria a carreira de Laytano, aproximando-o

do Museu e do Arquivo Histórico antes mesmo da década de 1950<sup>19</sup>, permitindo-nos interpretar o porquê destas ações parecerem tão fora de sintonia com a gestão do antigo diretor da instituição. Em correspondência de junho de 1953, Laytano conversa com Renato Almeida e descreve seu trabalho no Museu da seguinte maneira:

O nosso Zelinsky mandou-me, por intermédio do Chefe de polícia do Rio Grande do Sul, que foi ao Rio, belo exemplar duma Constituição de 1937, encadernado ricamente, num estojo muito fino, e o volume autografado pelo Dr. Getúlio e todos os ministros de estado. Porque me enviou esta constituição do Estado Novo, por intermédio da polícia, não entendi bem. Seria piada? Veio para mim porque, **nas horas vagas dirijo o Museu do Estado, embora não seja objeto de museu... apenas tomo conta dos objetos.** (Laytano, 1953 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1953, v. 2, fl. 154. Grifo nosso)

A frase “[...] nas horas vagas dirijo o Museu do Estado, embora não seja objeto de museu... apenas tomo conta dos objetos. [...]” nos dá grandes indícios se Laytano era um folclorista no campo dos museus ou um profissional de museus no campo do folclore. Considerando o Museu Julio de Castilhos com a “trincheira” onde se estabeleceram os debates entre história, memória e folclore (NEDEL, 1999), nesta disputa para a instituição se estabelecer como a memória oficial do Estado, vemos várias investidas articuladas por Laytano para que o Museu Julio de Castilhos ganhasse visibilidade em âmbito nacional. Exemplos são o estande do Rio Grande do Sul na

---

19 Destaca-se que é possível localizar evidências da atuação de Laytano no campo dos museus e do patrimônio na documentação do Museu Julio de Castilhos da década de 1940, como o exemplo aqui citado: “Um dos assuntos presente nos trabalhos do Arquivo Histórico no período pós-centenário, é o bicentenário da colonização de Porto Alegre comemorado em 1940. Nesse sentido, **Dante de Laytano, à frente do Departamento de História Nacional do MJC**, escreveu ao diretor Emilio Kemp, em 28 de junho de 1940, dizendo que: “os trabalhos do Serviço do Arquivo Histórico estão sendo desdobrados diante das contínuas consultas dos estudiosos com sistematização no catalogamento das peças e pela aproximação do segundo centenário da capital gaúcha” (Correspondências expedidas 1940, fl. 166. Arquivo Permanente MJC - AP.1.015). Ao final desse mesmo ano, em Relatório, Laytano informava os conjuntos documentais já catalogados e que em setembro de 1940 haviam sido publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, “ao alcance dos estudiosos”: Catálogo Sumário dos Documentos da Administração da Fazenda; catálogos de Livros Manuscritos e de Jornais e Revistas e Catálogo relativo ao “Comando das Armas” (1841-1890). Indicava também os materiais que estavam sendo preparados: Câmaras Municipais, Autoridades Militares, Comandos das Armas (súmula dos documentos), Obras Públicas, Justiça, Consulados, Arquivo Alfredo Varela, Fotografias. (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1940, fl.140. Grifos nossos). (ARCE, 2015, p.8)

“Exposição de Tradições” realizada em 1954 na Quinta da Boa Vista pelo Museu Nacional, com contribuições do Museu Julio de Castilhos (COMISSÃO ESTADUAL DO FOLCLORE, 1954) e representação do Rio Grande do Sul na Exposição Internacional do Folclore, ocorrida no mesmo ano:

Caro Osvaldo. Escrevi ao Rossini sôbre [sic] a contribuição do Rio Grande na Exposição Internacional de Folclore. Tudo acertado. Mandarei um artista para montar nossa parte. Vilmur Olmedo é o nome dêle, esperando que o amigo o ampare da melhor forma possível. Vamos reproduzir um **habitat de galpão gaúcho**, como desejam. Espero que o artista chega a São Paulo entre 7 ou 8 de agôsto, com o material todo, caso não remetemos os objetos antes, mesmo. Sei que deve estar desesperado, entretanto seu ajutório é indispensável. Muito obrigado. (Laytano, 1954 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1954, v. 2. fl. 355. Grifo nosso)

Essa atuação articulada percorre toda a gestão, sendo noticiada a atuação do Museu Julio de Castilhos e Comissão Estadual de Folclore de forma conjugada. No Diário de Notícias de Porto Alegre de 15 de janeiro de 1958 segue a manchete: O Museu Julio de Castilhos cumpre com sua finalidade. O artigo apresenta o seguinte texto:

O museu Julio de Castilhos cumpriu com uma de suas mais nobres finalidades apresentando a “Mostra de Arte Regional e Folclórica” que realizou a Associação Sul-Rio Grandense de Cultura e Tradições, fundada em 30 de Março dêste [sic] ano e que já promoveu diversas manifestações no sentido de preservar o bom nome do movimento evocador do passado da terra gaúcha. [...] O Museu Julio de Castilhos é a sede da Comissão Gaúcha de Folclore. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1958, s.n.t.)

Transitando entre os campos do folclore e dos museus, Laytano promoveu ações, eventos e pesquisas que o qualificaram como um intelectual mediador destes campos, o que permitiu estabelecer o Museu Julio de Castilhos como um espaço de memória para difusão do folclore no Estado. O Museu Julio de Castilhos e a Comissão Estadual do Folclore atuavam no dia a dia como uma só organização. Isto pode ser representado com as exposições sobre tradições promovidas pelo Museu, sempre vinculadas à Comissão Estadual do Folclore. Nesta perspectiva, identifica-se Laytano como o principal responsável por este vínculo, sendo o agente que levou o folclore de forma institucional para o Museu. Um folclorista que atuou no campo

dos museus e caracterizou a instituição como um museu histórico responsável pela preservação e promoção do tradicionalismo no Estado. A partir de congressos, encontros nacionais e semanas do folclore, o Museu Julio de Castilhos se tornou, graças ao seu vínculo com a Comissão Estadual do Folclore, representante do folclore gaúcho em âmbito nacional - ao menos na década de 1950. Com Laytano sendo um dos principais nomes do Movimento Folclorista Brasileiro no Estado, o Museu Julio de Castilhos também ocupou este espaço, por suas imagens estarem completamente atreladas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade da atuação de Laytano em sua gestão no Museu Julio de Castilhos transpassa o limite de cada campo pelo qual o agente atuou. Os vínculos entre os processos que ocorreram na década de 1950 no Museu Julio de Castilhos eram constantemente atrelados a diversos grupos com os quais Laytano esteve envolvido durante sua trajetória. Desde as investidas do Movimento Folclórico Brasileiro a partir da Comissão Estadual de Folclore ou dos atritos com os agentes do Movimento Tradicionalista e seus CTG's, até interações e reclamações sobre o campo dos museus referente a organizações como o Conselho Internacional de Museus e o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. Pode-se observar isso a partir do volume da correspondência expedida do Museu Julio de Castilhos referente a gestão de Laytano, onde o até então diretor da instituição interagiu com agentes de diversos campos, explorando uma grande variedade de assuntos, muitas vezes até pessoais, assinando em nome do Museu.

Nessa perspectiva, considera-se que as ações de Laytano entre o museu e o folclore impulsionam a Comissão Estadual de Folclore e o Tradicionalismo, promovendo os Movimentos no Estado. Sobre esta perspectiva, Vilhena (1995) indica que quanto mais longe se estivesse dos grandes centros, mais rico seria o campo para pesquisar, simbolizando como o folclorismo se disseminou no interior do Estado. Em um discurso comemorativo dos dez anos da Comissão Nacional de Folclore, Laytano elogia Renato Almeida por ter ido às “províncias” e se ter lembrado dos “Estados da Federação”:

A Província é mais propícia no zelo das tradições da comunidade e desta forma o chamamento de Renato Almeida encontrou terreno preparado. As sobrevivências dos costumes, a manutenção da linguagem, a circulação das lendas, a repetição dos versos, o desempenho das danças, a fixação da continuidade dos folguedos, são privilégios da província e não se transplanta ou se exporta. (NFL, 1958 apud VILHENA, 1995, p.215)

Eventos como o IV Congresso Brasileiro de Folclore ganharam relevância social e cultural por serem associados a espaços institucionalizados como o Museu Julio de Castilhos. Quando movimentos como este ocorrem em espaços relacionados a ensino e cultura, ganham legitimidade para serem integrados a tão buscada e citada anteriormente neste trabalho, história oficial do estado do Rio Grande do Sul. Em trabalho de 2015, Gomes afirma que o folclore foi institucionalizado em espaços escolarizados na região:

[...] a construção da identidade gaúcha produzida, dentro dos espaços escolarizados direcionados ao ensino do folclore do Rio Grande do Sul, vinculados ao Movimento tradicionalista gaúcho, desenvolveu-se dentro de um processo da constituição de um perfil regional, e da procura por reconhecimento social, que busca preservar uma cultura simbólica de preservação da nossa história. (GOMES, 2015, p. 37)

As ações de Renato Almeida com a Comissão Nacional de Folclore e de Dante de Laytano com a Comissão Estadual do Folclore do Rio Grande do Sul ilustram esse exercício, com o folclorismo passando a ocupar espaços já institucionalizados, como escolas, centros culturais e museus. Observa-se isso em âmbito regional com a Comissão Estadual de Folclore sendo sediada no Museu Julio de Castilhos e comandada por Laytano. A integração do folclore ao Museu fez com que o discurso folclorista fosse legitimado pela imagem da instituição como espaço responsável pela história oficial do Rio Grande do Sul. Imagem que está atrelada ao diretor da instituição, um folclorista que atuou transitando entre os campos do folclore e dos museus, utilizando de sua posição para concretizar os projetos que idealizava, o que acabou por inserir o Museu Julio de Castilhos nos debates sobre o folclore e estabelecer uma identidade cultural regional para o Estado a partir do tradicionalismo.

A instituição, que foi o cenário onde ocorreram os mais diversos embates sobre folclore, pode ser considerada como uma das principais responsáveis pela criação do imaginário da identidade do gaúcho que é reverberada por todo o País. Ao mesmo tempo, identifica-se a importância dos agentes de museus a partir da imagem de Dante de Laytano, estes que muitas vezes atuam sem holofotes, mas possuem uma influência determinante nos processos em que as instituições mais impactam a sociedade. Laytano, ao contrário de muitos colegas de campo, estava longe de se esconder destes holofotes, pois tinha consciência que sua atuação como diretor impactaria tanto o Museu Julio de Castilhos da década de 1950 quanto o Museu Julio de Castilhos dos dias atuais, ao definir, com o uso de seu capital, quais seriam as representações do Rio Grande do Sul - e cabe ressaltar que mui-

tas delas vigoram até hoje. Como profissional de museus Dante de Laytano não mediu esforços para que, uma dessas representações, fosse pelo viés do folclore regional. E como folclorista reforçou a importância dos museus como instrumento de um projeto de nação assegurado pela instrução pública, defendendo os museus como cenários de formação educacional do povo brasileiro alinhado a um discurso cultural didático-cívico que fortalecesse a unidade nacional almejada pelo governo Vargas.

## REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Antônio Carlos Souza de. **Ciência, educação e sociedade: o caso do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBCEC) e da Fundação Brasileira de Ensino de Ciências (FUNBEC)**, 2008. Tese (Doutorado) em História das Ciências e da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.
- ARCE, Ana Inês. **“Jóias para os Museus da História”**: o acervo documental sobre a
- BARCELLOS, Daisy Macedo de. Dante de Laytano e o folclore no Rio Grande do Sul. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 252-275, nov. 1997.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand do Brasil, 1989.
- BRITTO, Luciana Oliveira de; et al. A Sala Julio de Castilhos e a construção do mito do patriarca. In: POSSAMAI, Zita et al. **Imagens e artefatos**: estudos sobre o acervo do Museu Julio de Castilhos. Porto Alegre: UFRGS, 2011. CD-ROM.
- CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE. **Anais do Congresso Brasileiro de Folclore**. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1952. v.1, p. 77-85.
- CASTRO, Fernando Vale. As colunas do templo: o folclore no pensamento de Gustavo Barroso. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 35, p. 197-212, 2003.
- COMISSÃO ESTADUAL DO FOLCLORE. **Correio do Povo**. Porto Alegre, RS. Hemeroteca Acervos Digitais. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. 4 de maio de 1954. Disponível em: <[http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID\\_Secao=62](http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=62)>. Acesso em 13 de junho de 2023.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **O Museu Júlio de Castilhos cumpre com sua finalidade**. Porto Alegre, RS. Hemeroteca Acervos Digitais. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. 15 de janeiro de 1958. Disponível em: <[http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID\\_Secao=62](http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=62)>. Acesso em 13 de

junho de 2023.

- FATTORI, Ígor Lopes. **“Intelectual e Cola-Fina”**: a participação de Walter Spalding na formação do Tradicionalismo (1952-1958). Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- FERREIRA, Edilaine Custódio. **“O Povo Brasileiro Através do Folclore”**: Reflexões da Cultura Política 1941-1945, 2006. Dissertação (Mestrado) em História. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR. 2006.
- GOMES, Fernanda Santos. **A construção da identidade gaúcha: Relações entre ensino de história e Movimento Tradicionalista Gaúcho**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- LAHIRE, Bernard (org). Campo. **Vocabulário Bourdieu**. 1 ed. São Paulo: Autêntica, 2017. p. 64 - 66.
- MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondência expedida**, v.1, 1954. 467fls.
- MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondência expedida**, v.1,1952. 548fls.
- MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondência expedida**, v.2, 1953. 383fls.
- MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondência expedida**, v.2, 1954. 435fls.
- MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondência recebida**, v.1, 1955. 181fls.
- NEDEL, Letícia Borges. Entre a beleza do morto e os excessos dos vivos: folclore e tradicionalismo no Brasil meridional. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 62, p.193-215. 2011.
- NEDEL, Letícia Borges. **Paisagens da Província: O regionalismo sul-riograndense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta**, 1999. Dissertação (Mestrado) em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ. 1999.
- NEDEL, Letícia Borges. **Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**, 2005. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Brasília, 2005b.
- NEDEL. Letícia Borges. Breviário de um Museu Mutante. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 87-112. 2005a.
- OLIVEIRA, Vânia Dolores Estevam de. A “imaginação museal” dos folcloristas. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v.9,

n.2, p. 171-191, nov. 2012.

- QUADRADO, Iandora de Melo. **Um Professor no Museu: Emílio Kemp e as práticas educativas no Museu Julio de Castilhos (1939-1950)**, 2022. Dissertação (Mestrado) em Museologia e Patrimônio. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2022.
- Revolução Farroupilha e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1925-1940), 2015. Dissertação (Mestrado) em História. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, RS 2015.
- SILVA, Ana Celina Figueira da. **Investigações e Evocações do Passado: O Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre-RS, 1925-1939)**, 2018. Tese (Doutorado) em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.
- SOUZA, Vanessa Becker. Museu Julio de Castilhos: 111 Anos de História em Arquivos. **Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul**. EDIJUC. Porto Alegre, 2014.
- VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. **Projeto e missão: O movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**, 1995. Tese (Doutorado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1995.

**Recebido em:** 15/07/2023

**Aceito em:** 02/11/2023



# O USO E OCUPAÇÃO DA TERRA NO TERRITÓRIO DO PROJETO GEOPARQUE RAÍZES DE PEDRA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL NOS ANOS 1990, 2000, 2010 E 2020

## *LAND USE AND OCCUPATION IN THE TERRITORY OF PROJECT "RAÍZES DE PEDRA" GEOPARK, RIO GRANDE DO SUL STATE, BRAZIL, IN THE YEARS 1990, 2000, 2010 AND 2020*

Gustavo Soares Arrial<sup>1</sup>

Romário Trentin<sup>2</sup>

Átila Augusto Stock da Rosa<sup>3</sup>

---

1 Possui curso-técnico-profissionalizante em Manutenção e Suporte em Informática pelo Instituto Federal Farroupilha (IFFar) - Campus São Vicente do Sul (2014). Bacharelado em Geografia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - Campus Camobi desde 2019. Voluntário no Laboratório de Ensino e Pesquisas em Geografia e Humanidades (LEPGHU), desde 2021, e no Laboratório de Geologia Ambiental (LAGEOLAM), desde 2020, do Departamento de Geociências da UFSM, atuando principalmente nos temas de geotecnologias, bacias hidrográficas e análise ambiental. Já atuou como bolsista no Observatório de Paisagens Antropocênicas, trabalhando no Geoparque Quarta Colônia, principalmente com a elaboração de mapas de diferentes temas dos nove municípios da Quarta Colônia. Estagiário na Georref Topografia e Engenharia em Santa Maria, atuando com softwares de geoprocessamento e CAD.

2 Possui Graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2004), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2007) e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2011). Pós-Doutorado em Geografia pela Le Mans Université, França (2021) pelo PrInt - Programa de Institucional de Internacionalização. Atualmente é professor titular do Departamento de Geociências, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geotecnologias, atuando principalmente nos seguintes temas: Bacia Hidrográfica, Arenização, Geomorfologia, Uso e Ocupação da Terra, Caracterização Geoambiental e Áreas de Risco.

3 Possui graduação em Geologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992), mestrado (1996) e doutorado (2005) em Geologia, Área de concentração: Geologia Sedimentar pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atualmente é Professor Titular do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria, e membro do corpo docente e ex-Coordenador (2017-2021) do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural (Mestrado Profissional - UFSM), e membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Animal (Mestrado Acadêmico - UFSM). Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geologia Sedimentar, atuando principalmente nos seguintes temas: Reconstruções paleoambientais continentais do Triássico (Formação Caturrita, Formação Santa Maria, Formação Sanga do Cabral) e Pleistoceno (Formação Touro Passo e "Aloformação Guterres"), Salvamentos paleontológicos. Membro da diretoria da Sociedade Brasileira de Paleontologia (1º Secretário, 2011-2013; Vice-Presidente, 2013-2015 e 2015-2017; 2º Tesoureiro, 2017-2019). Bolsista PQ CNPq Nível 2 desde março de 2019.

## RESUMO

O avanço da atividade antrópica sobre áreas naturais no Rio Grande do Sul e em todo o país tem aumentado ao longo dos anos e décadas, transformando o espaço geográfico, interferindo nas relações ecológicas e ocasionando impactos ambientais diversos. Uma forma de analisar esse avanço é através do mapeamento do uso e ocupação da terra utilizando técnicas de geoprocessamento. Para tanto, o objetivo desse trabalho consistiu em analisar as transformações do uso e ocupação da terra no território do projeto Geoparque Raízes de Pedra, Rio Grande do Sul. Ocorridas na série histórica de 1990 a 2020, com intervalos de 10 anos, a partir de técnicas de geoprocessamento e dados da coleção 7.1 do projeto MapBiomias. Essas transformações do uso e ocupação da terra acontecem desde a ocupação pré-colonial do Rio Grande do Sul, às quais não estão registradas em mapas. Já entre 1990 e 2020, onde, entre outras mudanças, foi notada uma diminuição significativa de classes naturais, suprimidas por classes antrópicas, a exemplo da classe de formações campestres que deu lugar, em grande parte, a lavouras de soja. Também foi verificada a inobservância de Áreas de Proteção Permanente, ocupadas por classes antrópicas à margem de cursos d'água e também foi verificado que o território possui áreas de interesse turístico, os quais necessitam tanto de sua identificação quanto de estratégias de conservação, para seu uso sustentável com fins de desenvolvimento socioeconômico regional.

**Palavras-chave:** MapBiomias. Raízes de Pedra. Uso e ocupação da terra. Geoparque.

## ABSTRACT

*The advance of anthropic activity on natural areas in Rio Grande do Sul state and throughout the country has increased over the years and decades, transforming the geographic space, interfering in ecological relations and causing different environmental impacts. One way to analyze this advance is through the mapping of land use and occupation using geoprocessing techniques. Therefore, the objective of this work was to analyze the changes in land use and occupation in the territory of the Geopark Raízes de Pedra project, Rio Grande do Sul. Occurred in the historical series from 1990 to 2020, with intervals of 10 years, based on geoprocessing techniques and data from the 7.1 collection of the MapBiomias project. These transformations in land use and occupation have taken place since the pre-colonial occupation of Rio Grande do Sul, which are not registered on maps. Between 1990 and 2020, where, between other changes, a significant decrease of natural classes was noted, suppressed by anthropic classes, like the class of grassland formations that gave way, in large part, to soybean crops. It was also verified the non-observance of Permanent Protection Areas, occupied by anthropic classes on the margins of watercourses and it was also verified that the territory has areas of tourist interest, which need both their identification and conservation strategies, for their sustainable use for purposes of regional socioeconomic development.*

**Keywords:** MapBiomias; Raízes de Pedra; Land use and occupation; Geopark.

## INTRODUÇÃO

O avanço da atividade antrópica sobre áreas naturais no Rio Grande do Sul e em todo o país tem aumentado ao longo dos anos e décadas, transformando o espaço geográfico, interferindo nas relações ecológicas e ocasionando impactos ambientais diversos, como a poluição de nascentes, fragmentação florestal e contaminação do solo e lençol freático. Em especial no sul do Brasil, percebe-se a conversão de campos naturais em áreas de plantações e empreendimentos silvipastoris (CORDEIRO; HASENACK; WEBER, 2015):

Especificamente no estado do Rio Grande do Sul, a expansão das áreas agrícolas ocorre sobre os campos da porção centro-oeste do estado, áreas que tradicionalmente sempre foram usadas com campos de pecuária extensiva devido à presença de solos mais pobres e com grande suscetibilidade erosiva, mas que devido à elevada rentabilidade da produção de soja passaram a ser utilizadas para a agricultura. (TRENTIN; LAURENT; ROBAINA, 2023, p.78)

A ocupação do espaço geográfico no sul do Brasil remonta a povos indígenas, que ocupavam diferentes porções do território, com poucas modificações ambientais, relativas aos processos de caça, coleta e agricultura rudimentar. Com o processo de colonização europeia pós-descobrimiento da América do Sul, por portugueses e espanhóis, que ocuparam preferencialmente as zonas costeiras, estas zonas foram sendo progressivamente modificadas, com extinção de grupos indígenas não amistosos. Porém:

Não se pode subestimar, no entanto, a presença indígena. Mesmo recuando na mata, distanciando-se da ação incisiva, às vezes ofensiva, dos europeus, os índios continuavam por perto e também ocupavam a área [de colonização], inclusive disputando a posse do território. (CORRÊA; BUBLITZ, 2006, p. 70).

Mais especificamente no estado do Rio Grande do Sul, o processo de interiorização passou por um período de ocupação jesuítica, com a formação de reduções religiosas, que tiveram como resultado a imposição cultural aos povos originários, e a inserção do gado bovino em terras campestres. Houve um grande êxodo dos povos originários aliados com os jesuítas na bacia do Paraná em direção às bacias do Uruguai e Jacuí. (GOLIN, 2022). Também, devido à retirada dos povos originários do Guairá, as reduções a oriente do rio Uruguai acabaram por acelerar seu desenvolvimento. (GO-

LIN, 2022). “Nessa fase, a construção de uma redução pressupunha critérios de autossuficiência em ecossistemas favoráveis, com água, extrativismo, ervais, terras para lavoura e campos para pastoreio.” (GOLIN, 2022, p.136).

Conforme Correa e Bublitz (2006), o povoamento sistemático de áreas cobertas de vegetação na Depressão Central e Serra do Rio Grande do Sul ocorreu a partir da primeira metade do século XIX, impulsionada pelos incentivos governamentais à imigração europeia. Finalmente, no final do século XIX, levas de imigrantes alemães e italianos também ocuparam este espaço, com formas progressivamente mais aparelhadas de uso da terra. Em suma, “A imigração e a colonização europeias, especialmente a alemã e italiana, foram responsáveis pela destruição de uma vegetação e de uma biodiversidade cujo impacto ambiental ainda não foi avaliado”. (CORRÊA; BUBLITZ, 2006, p. 52-53).

De acordo com Simon, Trentin e da Cunha (2010) cada período histórico possui uma representação espacial das formas de uso da terra que reflete o ideal socioeconômico predominante. O estudo dessas formas e sua evolução revelam informações sobre a dinâmica socioeconômica e seu impacto no desenvolvimento e organização espacial. Ademais, a importância de estudos e mapeamentos de uso e ocupação da terra se dá como subsídio à gestão sustentável dos recursos naturais (ROSA et al. 2017), análise da relação entre o uso da terra e impactos no balanço hídrico (TRENTIN; LAURENT; ROBAINA, 2023), a “[...] identificação dos fatores que originam as organizações espaciais em distintos momentos” (TRENTIN; SIMON; FREITAS, 2013, p.56), entre outras questões.

Para tanto, é possível mapear e analisar o uso e ocupação da terra através de ferramentas de geoprocessamento, o qual refere-se ao conjunto de técnicas e métodos teóricos e computacionais empregados na coleta, entrada, armazenamento, tratamento e processamento de dados, com o propósito de gerar novos dados ou informações espaciais e georreferenciadas. (ZAIDAN, 2017).

Por mais que haja estudos e mapeamentos de uso e ocupação da terra de cada um dos municípios inseridos no Projeto Geoparque Raízes de Pedra (PGRP) Jaguari, (PRINA; TRENTIN; ZIANI, 2016), (ROSA et al. 2017), Mata (DIAS et al. 2015), Nova Esperança do Sul (BEN; SCHNORR; ROBAINA, 2021), São Francisco de Assis (ROBAINA; TRENTIN, 2019), São Pedro do Sul (MENEZES et al. 2011) e São Vicente do Sul (ROBAINA; TRENTIN, 2021), (NASCIMENTO; DOS SANTOS; MENEZES, 2018), esse artigo visa suprir a necessidade de um mapeamento das transformações ocorridas no uso e ocupação da terra em todo o território PGRP e identificar o avanço de áreas antrópicas em áreas naturais, além da supressão de Áreas de Pre-

servação Permanente (APP) de cursos d'água, às quais devem possuir uma faixa de, ao menos, 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura e 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura. (BRASIL, 2012)

O objetivo deste trabalho consistiu em analisar as transformações do uso e ocupação da terra no território do projeto Geoparque Raízes de Pedra, Rio Grande do Sul, ocorridas na série histórica de 1990 a 2020, com intervalos de 10 anos, a partir de técnicas de geoprocessamento e dados da coleção 7.1 do projeto MapBiomias. O projeto MapBiomias fornece dados anuais de uso e ocupação da terra em todo o Brasil, o que possibilita uma análise e caracterização temporal das mudanças do uso que ocorreram no território do PGRP.

## METODOLOGIA

O uso e ocupação da terra foi representado a partir de dados vetoriais e tabulares da Coleção 7.1 do Projeto MapBiomias nos anos de 1990, 2000, 2010 e 2020, separados pelos biomas que cobrem o território, bioma Mata Atlântica e Pampa. Os dados foram classificados e representados conforme os códigos de legenda do projeto MapBiomias e, considerando as similaridades entre algumas classes e visando uma maior generalização na representação do uso e ocupação da terra, foi realizado uma associação entre as classes “mosaico de usos”, “outras lavouras temporárias” e “pastagem” e delimitada a classe “Outros usos agropecuários”, a qual representa áreas de cultivos agrícolas de curta ou média duração, pastagens, horticultura e áreas de pousio.

As classes de uso e ocupação da terra estão divididas em dois grandes grupos, conforme metodologia do Projeto MapBiomias, sendo elas antrópicas e naturais. O primeiro grupo abrange, na área de estudo, as classes de ‘Área urbanizada’, ‘Arroz’, ‘Outros usos agropecuários’, ‘Silvicultura’, ‘Soja’, e ‘Outras áreas não vegetadas’. E no segundo grupo estão as classes de ‘Formação florestal’, ‘Campo alagado e área pantanosa’, ‘Formação campestre’, ‘Areais’ e ‘Rios e lagos’.

Os arquivos vetoriais utilizados nos mapas de localização e de uso e ocupação da terra foram adquiridos nas plataformas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler (FEPAM), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Projeto Map Biomias e Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA). Após, os dados vetoriais foram levados ao ambiente SIG, de código

aberto e gratuito, QGIS, para serem tratados e realizada a confecção dos mapas de localização e de uso e ocupação da terra. Os dados tabulados de áreas das classes de uso e ocupação da terra dos municípios foram adquiridos na plataforma do Projeto Map Biomas e organizados no software Microsoft Office Excel 2019, tendo sido calculados as proporções de cada classe por bioma e total das classes.

O recorte temporal e a periodização foram definidas a partir da disponibilidade de dados espaciais e tabulares, visando abranger um período de tempo significativo, com intervalos onde fosse possível identificar as transformações ocorridas no espaço geográfico e analisar a dinâmica do uso e ocupação da terra tanto no bioma Pampa como no bioma Mata Atlântica. Como o avanço das atividades antrópicas sobre áreas naturais, a fragmentação de formações florestais e a supressão de APP pela atividade antrópica. Essas transformações foram identificadas em intervalos de 10, de 1990 a 2000, 2000 a 2010 e 2010 a 2020, analisando as alterações ocorridas no uso e ocupação de toda a área do território.

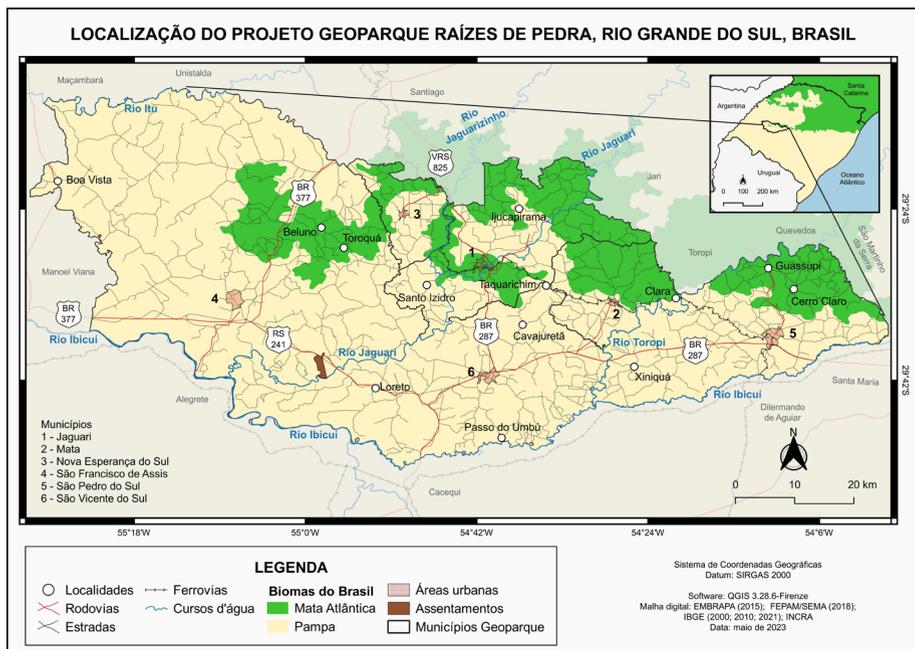
## 1 O projeto Geoparque Raízes de Pedra

Os Geoparques Mundiais da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) são singulares, com limites bem definidos, possuem áreas geográficas unificadas de importância geológica internacional. Com o objetivo de explorar, desenvolver e celebrar os vínculos entre o patrimônio geológico e os demais aspectos do patrimônio natural, cultural e imaterial do território, são baseados num modelo de baixo para cima (bottom-up) e devem envolver ativamente as comunidades locais, incluindo povos indígenas, como partes-chaves do Geoparque, atendendo suas necessidades sociais e econômicas, conservando também suas identidades culturais e protegendo a paisagem onde vivem. (UNESCO, 2015). Além disso, “[...] os geoparques devem ser entendidos como territórios únicos, sendo os atrativos turísticos vistos como parte do território e não mais como pertencentes a um único município.” (DA ROSA; KUNST, 2022, s.p.).

Localizado na região sul do Brasil, na porção central do Rio Grande do Sul, o projeto Geoparque Raízes de Pedra (Mapa 1) conta com uma área de aproximadamente 5.737 km<sup>2</sup> e abrange os municípios de Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, São Francisco de Assis, São Pedro do Sul e São Vicente do Sul, localizados na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense e microrregião de Santa Maria, à exceção de São Francisco de Assis, o qual se encontra na mesorregião Sudoeste Rio-grandense e microrregião da Campanha Ocidental. O PGRP se encontra a aproximadamente 338 km da capital gaúcha e é cortado pelas rodovias BR 287 (Rodovia da Integração),

BR 377 e ERS 241. Na ocasião do Censo Demográfico do IBGE de 2010, os municípios possuíam uma população total de 65.317 habitantes, dos quais 44.053 (67,44%) residiam na área urbana e 21.264 (32,56%) na área rural. (IBGE, 2011). Entretanto no Censo de 2022, a população total somada desses municípios era de 61.434 habitantes (IBGE, 2023), uma diminuição de 3.883 habitantes. Em relação aos aspectos patrimoniais do projeto, foi realizado o levantamento de 51 áreas com relevância turística e que contam com a possibilidade de tornarem-se geossítios, "[...] sendo os possíveis geossítios classificados quanto ao seu principal interesse, em paleontológicos, arqueológicos, geomorfológicos, hidrogeomorfológicos, históricos, arquitetônicos, cultura material e cultura imaterial." (DA ROSA; KUNST, 2022, s.p.).

Mapa 1 - Localização do projeto Geoparque Raízes de Pedra



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

A maior parte de seu território está coberta pelo bioma Pampa (80%), associado às depressões do rio Ibicuí, a planícies alúvio-coluvionares e ao Planalto das Araucárias e da Campanha. “O Bioma Pampa apresenta fisionomias que englobam formações florestais e campestres. A fisionomia mais comum é a Estepe, uma formação aberta de árvores e arbustos baixos, com predomínio de gramíneas.” (IBGE, 2019, p. 119). O restante do território é coberto pelo bioma Mata Atlântica (20%), associado principalmente ao Planalto das Araucárias. O bioma Mata Atlântica constitui um grande

conjunto florestal extra-amazônico, formado principalmente por Florestas Ombrófilas e Estacionais. (IBGE, 2019). O território se encontra na Região Hidrográfica da Bacia do Rio Uruguai e possui como cursos d'água principais os rios Ibicuí, Jaguari, Itu, Toropi e Jaguarzinho. Como verificado no trabalho de Cordeiro; Hasenack; Weber (2015) é possível reconhecer que quase metade do território é ocupada por mata nativa e campos em regeneração, enquanto o restante se refere a outras tantas categorias.

## 2 Uso e ocupação da terra

Para um melhor entendimento dos dados de uso e ocupação da terra, primeiramente foi organizado um quadro (Quadro 1) com as áreas de cada classe, divididas pelos dois biomas presentes no Rio Grande do Sul, Pampa e Mata Atlântica, e pelos anos de análise, 1990, 2000, 2010 e 2020. Após é feita uma exposição de mapas e fotografias e também uma discussão das mudanças ocorridas nos anos analisados.

No ano de 1990 (Mapa 2) as classes de uso antrópico correspondiam a 1.423,09 km<sup>2</sup> (24,85%) do total do território, sendo 311,6 km<sup>2</sup> (5,43%) no bioma Mata Atlântica e 1.111,49 km<sup>2</sup> (19,37%) no bioma Pampa. As classes de uso natural correspondiam a 4.308,45 km<sup>2</sup> (75,10%) do total do território, sendo 856,18 km<sup>2</sup> (14,92%) no bioma Mata Atlântica e 3.452,27 km<sup>2</sup> (60,18%) no bioma Pampa. As áreas onde não foi possível determinar o tipo de uso e ocupação da terra correspondiam a 5,49 km<sup>2</sup> (0,1%) do total do território.

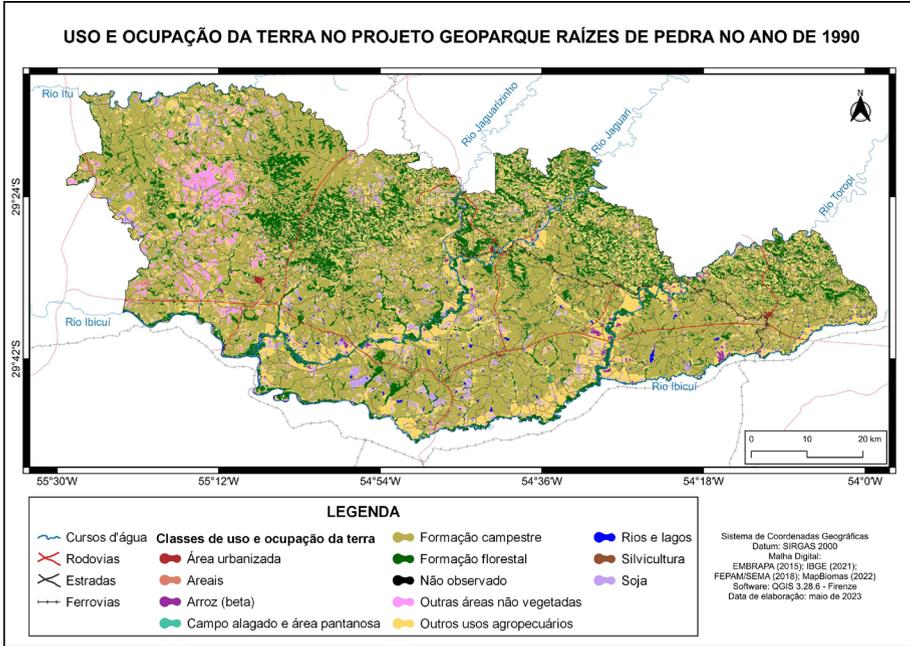
**Quadro 1 – Área das classes de uso e ocupação da terra, em km<sup>2</sup>**

Uso	1990		2000		2010		2020	
	Pampa	M.A. <sup>4</sup>	Pampa	M.A. <sup>1</sup>	Pampa	M.A. <sup>1</sup>	Pampa	M.A. <sup>1</sup>
Urbanizada <sup>5</sup>	6,10	1,10	7,48	1,27	9,63	1,48	10,60	1,58
Areais	8,90	-	8,94	-	8,85	-	8,90	-
Arroz	23,04	3,70	142,19	3,95	82,70	1,87	178,51	1,79
Campo <sup>6</sup>	13,50	-	12,22	0,0016	15,15	-	23,80	-
F. Camp. <sup>7</sup>	2.861,90	345,34	2.893,61	347,05	2.607,36	375,08	1.850,65	317,25
F. florestal <sup>8</sup>	518,39	505,73	553,24	489,02	590,93	484,59	590,93	464,37
O. áreas <sup>9</sup>	157,70	0,53	128,18	0,38	124,34	0,37	90,39	0,19
O. usos <sup>10</sup>	747,14	290,22	595,01	290,29	569,08	253,19	705,27	260,82
Rios e lagos	49,59	5,11	51,98	4,36	56,05	4,56	60,14	4,21
Silvicultura	2,50	4,45	4,95	4,46	40,96	6,54	71,63	5,73
Soja	175,01	11,60	166,27	21,80	458,80	40,16	986,71	110,39
Não obs. <sup>11</sup>	1,88	3,62	1,65	8,69	1,81	4,10	1,77	3,35
Área total (km <sup>2</sup> )	5.737,05		5.736,99		5.737,60		5.735,25	

**Fonte:** Map Biomas (2022); Elaborado pelos autores (2023)

- 
- 4 Mata Atlântica  
 5 Área urbanizada  
 6 Campo alagado e área pantanosa  
 7 Formação campestre  
 8 Formação florestal  
 9 Outras áreas não vegetadas  
 10 Outros usos agropecuários  
 11 Não observado

## Mapa 2 - Uso e ocupação da terra no ano de 1990



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023)

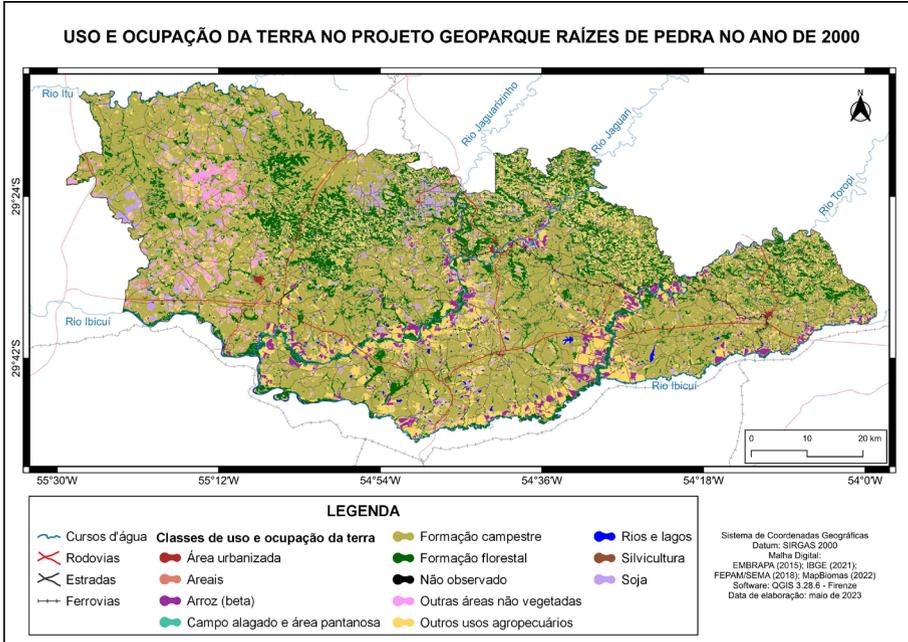
Em 1990 as lavouras de arroz possuíam pouca representatividade no território, com apenas 26,75 km<sup>2</sup> (0,47%), sendo 3,7 km<sup>2</sup> (0,06%) no bioma Mata Atlântica e 23,04 km<sup>2</sup> (0,4%), associados, principalmente, às áreas próximas aos rios Toropi, Iticuí, Iticuí-mirim e Jaguari. A classe de outros usos agropecuários era a mais abrangente do uso antrópico com 1.037,35 km<sup>2</sup> (18,08%), sendo 290,22 km<sup>2</sup> (5,06%) na Mata Atlântica e 747,14 km<sup>2</sup> (13,02%) no Pampa. A classe se encontrava dispersa ao longo do território, sendo mais concentrada ao longo de cursos d'água, incluindo áreas que deveriam ser destinadas a APPs desses cursos d'água. A classe de silvicultura representava apenas 6,95 km<sup>2</sup> (0,12%), com 4,45 km<sup>2</sup> (0,08%) na Mata Atlântica em alguns pontos na porção norte do território, o restante se encontrava dispersa no Pampa, com 2,5 km<sup>2</sup> (0,04%). As lavouras de soja correspondiam a 186,62 km<sup>2</sup> (3,25%) do total do território, sendo mais representativas no Pampa, com 175,01 km<sup>2</sup> (3,05%), enquanto na Mata Atlântica correspondiam a 11,6 km<sup>2</sup> (0,2%). Se encontravam dispersas ao longo do território, com maior expressão em algumas porções dos municípios de São Francisco de Assis e São Vicente do Sul. As áreas urbanizadas correspondiam a 7,2 km<sup>2</sup> (0,13%) do total, sendo mais expressivas no bioma Pampa, com 6,1 km<sup>2</sup> (0,11%), relativas, principalmente, à área urbana do distrito sede de 5 municípios, enquanto que na Mata Atlântica correspondia a ape-

nas 1,1 km<sup>2</sup> (0,02%), onde está localizada a área urbana do distrito sede de Jaguari. As outras áreas não vegetadas correspondiam a 158,23 km<sup>2</sup> (2,76%) do total, com 0,53 km<sup>2</sup> (0,01%) na Mata Atlântica e 157,7 km<sup>2</sup> (2,75%) no bioma Pampa. A maior expressão dessa classe estava localizada no município de São Francisco de Assis, nas porções central e sul.

A classe de formações florestais correspondia a 1024,1 km<sup>2</sup> (17,85%) do território, dos quais 518,39 km<sup>2</sup> estavam distribuídos ao longo do bioma Pampa de forma fragmentada, tendo alguma continuidade apenas ao longo de alguns cursos d'água como o rio Toropi, Ibicuí e Jaguari, é visível a supressão de áreas de APP ao longo desses cursos, enquanto 505,73 km<sup>2</sup> estavam no bioma Mata Atlântica, de forma menos fragmentada e associada a áreas de maior declividade da Campanha e do Planalto. A classe de campo alagado e área pantanosa correspondia a apenas 13,50 km<sup>2</sup> (0,24%) do território, praticamente estava presente apenas no bioma Pampa, a classe diz respeito, principalmente, a banhados. A classe de formação campestre era a maior classe natural do bioma Pampa, com 2.891,9 km<sup>2</sup> (49,88%), estava distribuída ao longo de todo o bioma e, praticamente, de todo o território, à exceção da porção coberta pela Mata Atlântica, onde há apenas 345,34 km<sup>2</sup> (6,02%) da referida classe. A classe de areais correspondia a 8,9 km<sup>2</sup> (0,16%), encontrada apenas no bioma Pampa, diz respeito aos areais de São Francisco de Assis, na porção central e sul do município. A última classe natural é a de rios e lagos, a qual correspondia a 54,7 km<sup>2</sup> (0,95%), abrangendo açudes e os principais cursos d'água, como o rio Ibicuí.

No ano 2000 (Mapa 3) as classes de uso antrópico apresentaram uma regressão de 56,87 km<sup>2</sup> em relação a 1990. Com 1.423,09 km<sup>2</sup> (24,85%) do total do território, dos quais 322,16 km<sup>2</sup> (5,62%) cobriam o bioma Mata Atlântica e 1.044,07 km<sup>2</sup> (18,2%) o bioma Pampa, o que representava um acréscimo de 10,56 km<sup>2</sup> e um decréscimo de 67,42 km<sup>2</sup>, respectivamente, no território em relação ao ano de 1990. Já as classes de uso natural tiveram um aumento de 51,97 km<sup>2</sup> em relação a 1990. Com 4.360,42 km<sup>2</sup> (76,01%) ao longo do total do território, onde 840,43 km<sup>2</sup> cobriam a Mata Atlântica e 3.519,99 (61,39%) o Pampa, o que representava um decréscimo de 15,75 km<sup>2</sup> e um acréscimo de 67,72 km<sup>2</sup>, respectivamente, em relação a 1990. As áreas onde não foi possível determinar o uso e ocupação da terra correspondiam a 10,34 km<sup>2</sup> (0,18%) do total do território, sendo esse um valor que representava 4,85 km<sup>2</sup> a mais de áreas com uso não identificado, com relação ao período anterior.

### Mapa 3 - Uso e ocupação da terra no ano de 2000



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023)

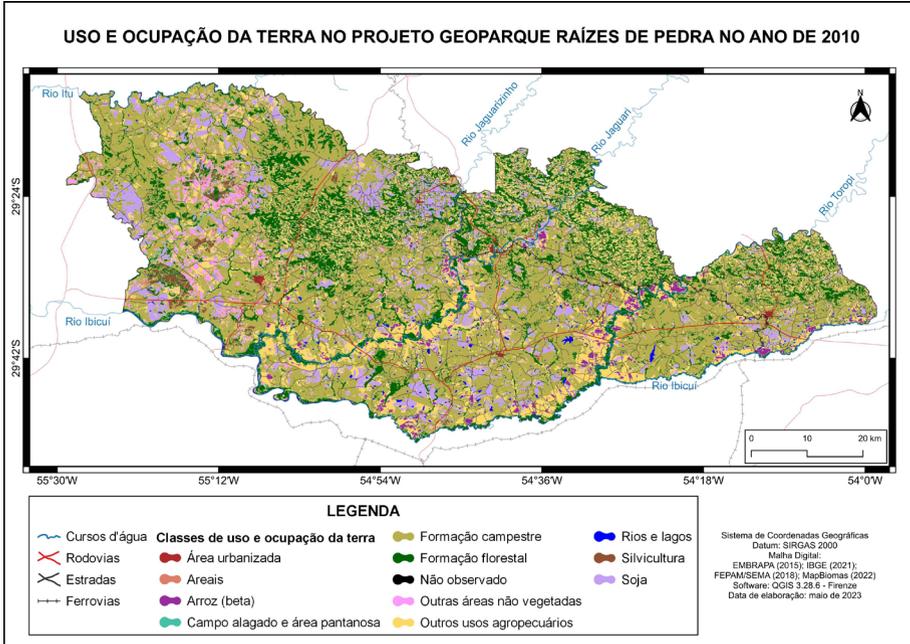
Em 2000, as classes antrópicas que diminuíram de área em relação a 1990 foram as de outros usos agropecuários, a qual era a mais abrangente do uso antrópico, com 885,3 km<sup>2</sup> (15,43%), sendo 290,29 km<sup>2</sup> (5,06%) na Mata Atlântica e 595,01 km<sup>2</sup> (10,37%) na Pampa. As áreas estavam distribuídas ao longo do território, com maior concentração ao longo dos limites de São Vicente do Sul, próximas aos rios Jaguari, Ibicuí e Toropi, incluindo áreas que deveriam ser de APPs. Enquanto isso, a classe de outras áreas não vegetadas, que correspondiam a 128,56 km<sup>2</sup> (2,24%), com 0,38 km<sup>2</sup> (0,01%) na Mata Atlântica e 128,18 km<sup>2</sup> (2,23%) no Pampa, eram encontradas principalmente nas porções central e sul do município de São Francisco de Assis. Já as classes antrópicas que aumentaram de área nesse período foram as de lavouras de arroz, que representavam 146,14 km<sup>2</sup> (2,55%) no território, sendo 3,95 km<sup>2</sup> (0,07%) na Mata Atlântica e 142,19 km<sup>2</sup> (2,48%) no Pampa, associadas, principalmente, as áreas próximas aos rios Jaguari, Jaguarizinho, Toropi, Ibicuí e Ibicuí-mirim. A classe de silvicultura, que representava 9,42 km<sup>2</sup> (0,16%), com 4,46 km<sup>2</sup> (0,08%) no bioma Mata Atlântica e 4,95 km<sup>2</sup> (0,09%) no Pampa, se encontrava dispersa ao longo das porções leste, oeste e norte do território. As lavouras de soja, que representavam 188,07 km<sup>2</sup> (3,28%), com 21,8 km<sup>2</sup> (0,38%) na Mata Atlântica e 166,27 km<sup>2</sup> (2,9%) no Pampa, as lavouras estavam dispersas no território, com maior expressão na porção

norte, principalmente no município de Nova Esperança do Sul, e na porção oeste, em São Francisco de Assis. Por fim, as áreas urbanizadas, que correspondiam a 8,75 km<sup>2</sup> (0,15%), sendo mais expressivas no bioma Pampa, com 7,48 km<sup>2</sup> (0,13%), onde estão as áreas urbanas do distrito sede de 5 dos 6 municípios do projeto geoparque, enquanto na Mata Atlântica, havia 1,27 km<sup>2</sup> (0,02%) de área urbanizada, relativa, principalmente, à área urbana do distrito sede de Jaguari.

Nesse mesmo período, apenas uma classe natural sofreu regressão de área, a classe de campo alagado e área pantanosa, que correspondia a 12,22 km<sup>2</sup> (0,21%) em 2000, com uma expressão apenas no bioma Pampa, com 12,22 km<sup>2</sup> (0,21%), enquanto na Mata Atlântica, estava representada por 0,0016 km<sup>2</sup>, equivalente a 0,16 hectares. No entanto, as outras classes apresentaram aumento de suas áreas, onde, no ano de 2000, a classe de formações florestais correspondia a 1.042,25 km<sup>2</sup> (18,17%) do território, encontrada de forma fragmentada no território, sendo mais concentrada no bioma Mata Atlântica, o qual contava com 489,02 km<sup>2</sup> (8,52%) associada a áreas de maior declividade e da Campanha e Planalto, também concentrada em áreas próximas a cursos d'água. Apesar de haver uma continuidade, é notável a supressão de APPs devido ao avanço de atividades antrópicas, já no bioma Pampa havia 553,24 km<sup>2</sup> (9,64%) com bastante fragmentação. A classe de formação campestre era a maior classe natural do território, com 3.240,66 km<sup>2</sup> (56,49%), apresentava maior expressão no bioma Pampa, com 2.893,61 km<sup>2</sup> (50,44%) distribuída ao longo de todo o bioma, enquanto na Mata Atlântica, a área ocupada era de 347,05 km<sup>2</sup> (6,05%) do total do território, distribuída de forma dispersa ao longo do bioma. A classe de areais correspondia a 8,94 km<sup>2</sup> (0,16%), encontrada apenas no bioma Pampa, correspondendo aos areais de São Francisco de Assis, na porção central e sul do município. E a classe de rios e lagos abrangia 56,34 km<sup>2</sup> (0,98%) no ano de 2000, com 4,36 km<sup>2</sup> (0,08%) na Mata Atlântica e 51,98 km<sup>2</sup> (0,91%) no Pampa.

No ano de 2010 (Mapa 4) as classes de uso antrópico aumentaram em 222,88 km<sup>2</sup> em relação a 2000 e correspondiam a 1.589,12 km<sup>2</sup> (27,7%) do total do território, sendo 303,61 km<sup>2</sup> (5,29%) no bioma Mata Atlântica e 1.285,51 km<sup>2</sup> (22,4%) no bioma Pampa. As classes de uso natural tiveram uma diminuição de 217,85 km<sup>2</sup> e correspondiam a 4.142,57 km<sup>2</sup> (72,7%) do total do território, sendo 864,23 km<sup>2</sup> (15,06%) no bioma Mata Atlântica e 3.278,34 km<sup>2</sup> (57,14%) no bioma Pampa. As áreas onde não foi possível determinar o tipo de uso e ocupação da terra correspondiam a 5,91 km<sup>2</sup> (0,1%) do total do território.

### Mapa 4 - Uso e ocupação da terra no ano de 2010



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023)

Em 2010, as classes antrópicas que diminuíram de área em relação a 2000 foram as de lavouras de arroz, onde representavam 84,57 km<sup>2</sup> (1,47%) no território, sendo 1,87 km<sup>2</sup> (0,03%) na Mata Atlântica e 82,7 km<sup>2</sup> (1,44%) no bioma Pampa, associadas, principalmente, as áreas próximas aos rios Jaguarí, Jaguarizinho, Toropi, Iticuí e Iticuí-mirim. A classe de outros usos agropecuários representava a maior área entre as classes antrópicas, correspondendo a 822,27 km<sup>2</sup> (14,33%) do território, com 253,19 km<sup>2</sup> (4,41%) na Mata Atlântica e 569,08 km<sup>2</sup> (9,92%), se encontrava distribuída de forma dispersa ao longo do território, mais concentrada ao longo dos principais cursos d'água, inclusive em áreas que deveriam ser destinadas a APPs. Outras áreas não vegetadas abrangiam 124,72 km<sup>2</sup> (2,17%), com 0,37 km<sup>2</sup> (0,01%) na Mata Atlântica e 124,34 km<sup>2</sup> (2,17%) no bioma Pampa, presentes quase que totalmente em São Francisco de Assis, nas porções central e sul do município. Já as classes antrópicas que aumentaram de área nesse período foram as de silvicultura, que, em 2010, representava 47,49 km<sup>2</sup> (0,83%), com 6,54 km<sup>2</sup> (0,11%) na Mata Atlântica e 40,96 km<sup>2</sup> (0,71%) no Pampa, principalmente em algumas áreas das porções central e sul de São Francisco de Assis. As lavouras de soja representavam 498,96 km<sup>2</sup> (8,7%) do total do território, com 40,16 km<sup>2</sup> (0,7%) na Mata Atlântica e 458,8 km<sup>2</sup> (8%) no Pampa, dispersas no território, com maior concentração nas porções nordeste e sudoeste de

São Francisco de Assis e na porção central de Nova Esperança do Sul. As áreas urbanizadas representavam 11,11 km<sup>2</sup> (0,19%), sendo 9,63 km<sup>2</sup> (0,17%) no bioma Pampa e 1,48 km<sup>2</sup> (0,03%) na Mata Atlântica.

No período entre 2000 e 2010, apenas duas classes naturais apresentaram uma diminuição de área, a de formação campestre (Fotografia 1), maior classe natural do território, em 2010 contava com 2.982,44 km<sup>2</sup> (51,98%) dispersa ao longo de todo o território. Com maior expressão no Pampa, contava com 2.607,36 km<sup>2</sup> (45,44%) nesse bioma, enquanto na Mata Atlântica apresentava 375,08 km<sup>2</sup> (6,54%).

### Fotografia 1 - Área de formações campestres e formações florestais no município de Mata



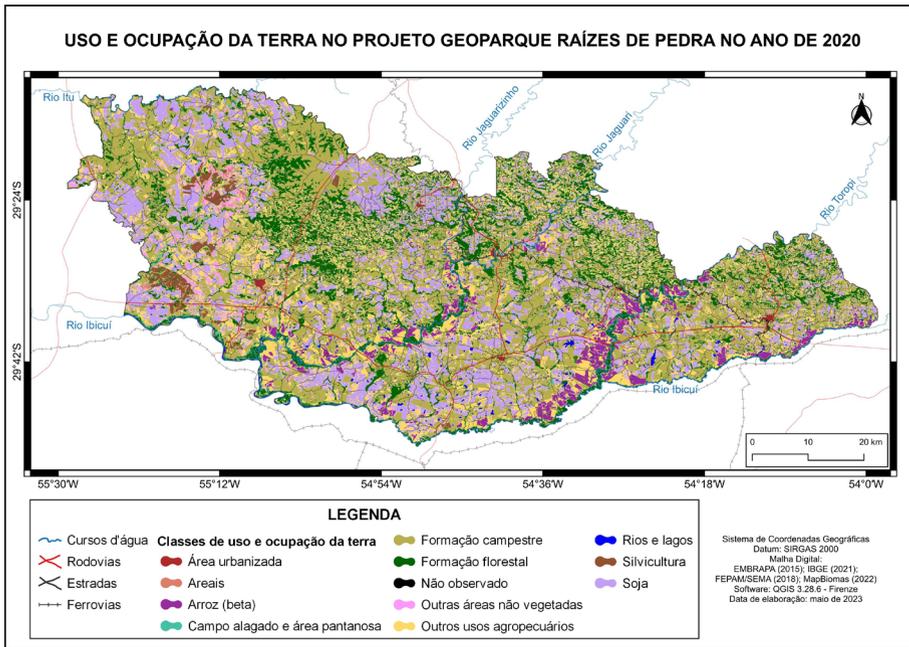
**Fonte:** Acervo dos autores (2014)

A classe de areas está presente apenas no Pampa, e contava com 8,85 km<sup>2</sup> (0,98%), distribuídos nas porções central e sul do município de São Francisco de Assis. Todas as outras classes naturais apresentaram aumento de área. A classe de formação florestal correspondia a 1.075,52 km<sup>2</sup> (18,75%) do território, encontrada de forma fragmentada, apresentava menor fragmentação na Mata Atlântica, onde seus 484,59 km<sup>2</sup> (8,45%) estão associados a áreas de maior declividade do Planalto e da Campanha, e também em áreas próximas a cursos d'água. Já no bioma Pampa, seus 590,93 km<sup>2</sup> (10,3%) contavam com maior fragmentação, apresentando maior concentração apenas em áreas próximas a cursos d'água. A classe de campo alagado e área pantanosa correspondia a 15,15 km<sup>2</sup> (0,26%) no bioma Pampa, enquanto os 0,16 hectares presentes na Mata Atlântica no ano de 2000, já não cons-

tavam em 2010, onde a classe não havia nenhuma representatividade nesse bioma. A classe de rios e lagos apresentava 60,61 km<sup>2</sup> (1,06%) em 2010, com 4,56 km<sup>2</sup> (0,08%) na Mata Atlântica e 56,05 km<sup>2</sup> (0,98%) no Pampa.

No ano de 2020 (Mapa 5), as classes uso antrópico aumentaram 834,49 km<sup>2</sup>, passando a contar com 2.423,61 km<sup>2</sup> (42,26%) do total do território, sendo 380,49 km<sup>2</sup> (6,63%) na Mata Atlântica e 2.043,61 km<sup>2</sup> (35,62%) no bioma Pampa. As classes de uso natural apresentaram uma diminuição de 836,05 km<sup>2</sup> (14,58%), passando a contar com 3.306,53 km<sup>2</sup> (57,65%) do total do território, com 785,83 km<sup>2</sup> (13,7%) na Mata Atlântica e 2.520,7 km<sup>2</sup> (43,95%) no Pampa. As áreas onde não foi possível determinar o tipo de uso e ocupação da terra correspondiam a 5,11 km<sup>2</sup> (0,09%) do total do território.

**Mapa 5 - Uso e ocupação da terra no ano de 2020**



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023)

Em 2020, apenas uma classe antrópica apresentou uma diminuição de área em relação a 2010, a classe de outras áreas não vegetadas passou a contar com 90,58 km<sup>2</sup> (1,58%), sendo 0,19 km<sup>2</sup> (0,003%) na Mata Atlântica e 90,39 km<sup>2</sup> (1,58%) no bioma Pampa, onde estava presente praticamente apenas no município de São Francisco de Assis, nas porções central, sul e noroeste do município. Todas as outras classes antrópicas apresentaram aumento de área nesse período. As lavouras de arroz (Fotografia 2) passaram a contar com 180,3 km<sup>2</sup> (3,14%), sendo 1,79 km<sup>2</sup> (0,03%) na Mata Atlântica

ca e 178,51 km<sup>2</sup> (3,11%) no Pampa. Há uma predominância de cultivo de arroz nas margens do rio Jaguari, principalmente nos limites entre os municípios de Jaguari e São Vicente do Sul, nas margens do rio Toropi e na margem esquerda do rio Ibicuí, além de algumas lavouras menores espalhadas no território de todos os municípios.

### **Fotografia 2 - Lavouras de arroz no município de Nova Esperança do Sul**



**Fonte:** Acervo dos autores (2021)

A classe de outros usos agropecuários (Fotografia 3) apresentava 966,09 km<sup>2</sup> (16,84%) em 2020, já não era a classe antrópica de maior representatividade, apresentava 260,82 km<sup>2</sup> (4,55%) no bioma Mata Atlântica e 705,27 km<sup>2</sup> (12,3%) no bioma Pampa, dispersa ao longo de todo o território, em ambos os biomas, com uma certa concentração ao longo dos principais cursos d'água.

**Fotografia 3 - Área de outros usos agropecuários no município de Jaguari em área de transição entre o Planalto das Araucárias e a Depressão Central no bioma Pampa**



**Fonte:** Acervo dos autores (2023)

A classe de silvicultura contava com 77,36 km<sup>2</sup> (1,35%), sendo 1,79 km<sup>2</sup> (0,03%) na Mata Atlântica e 71,63 km<sup>2</sup> (1,25%) no Pampa, presente, principalmente nas porções central e sul de São Francisco de Assis. (Fotografia 4)

**Fotografia 4 - Áreas de pastagem num primeiro e segundo plano e de plantio de silvicultura ao fundo, no município de São Francisco de Assis**

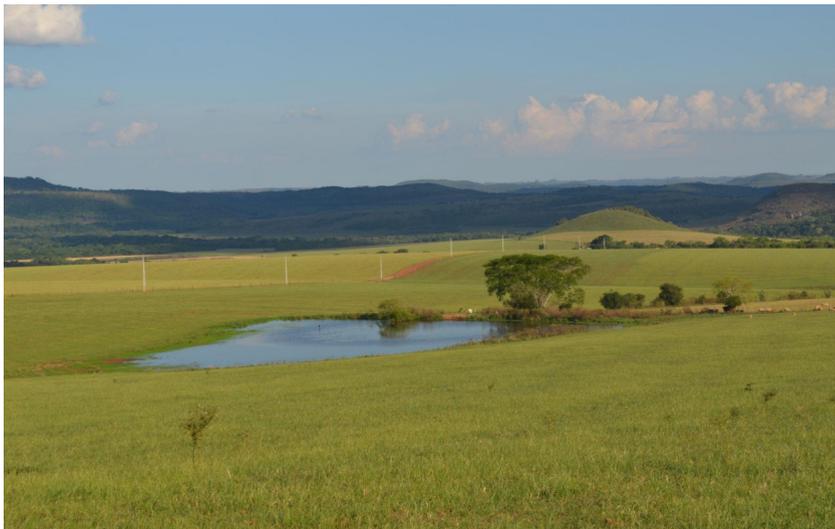


**Fonte:** Acervo dos autores (2020)

Foi nesse período em que as lavouras de soja passaram a apresentar a maior área das classes antrópicas, em 2020 com 1.097,1 km<sup>2</sup> (19,13%), sendo 110,39 km<sup>2</sup> (1,92%) na Mata Atlântica e 986,71 km<sup>2</sup> (17,2%) no Pampa. Encontradas ao longo de todo o território, possuem uma concentração maior em áreas do Planalto e da Campanha. As áreas urbanizadas apresentavam 12,18 km<sup>2</sup> (0,21%) do total do território, sendo 1,58 km<sup>2</sup> (0,03%) na Mata Atlântica, referente principalmente à área urbana do distrito sede de Jaguari, e 10,6 km<sup>2</sup> (0,18%) no Pampa.

No período entre 2010 e 2020, as classes que apresentaram uma diminuição de área foram as de formações florestais, passando a contar com 1.041,57 km<sup>2</sup> (18,16%), dos quais 464,37 km<sup>2</sup> (8,1%) estavam no bioma Mata Atlântica, associados a áreas de maior declividade do Planalto e da Campanha. No Pampa essa classe contava com 1.850,65 km<sup>2</sup> (32,27%), encontrada de forma dispersa ao longo desse bioma, apresentava maior concentração em áreas próximas a cursos d'água como o rio Jaguari e Ibicuí. A classe de formações campestres (Fotografia 5) ainda apresentava a maior área das classes naturais e contava com 2.167,9 km<sup>2</sup> (37,8%), com 317,25 km<sup>2</sup> (5,53%) na Mata Atlântica e 1.850,65 km<sup>2</sup> (32,27%) no Pampa, dispersa ao longo de todo o território.

### Fotografia 5 - Área de formações campestres no município de São Francisco de Assis



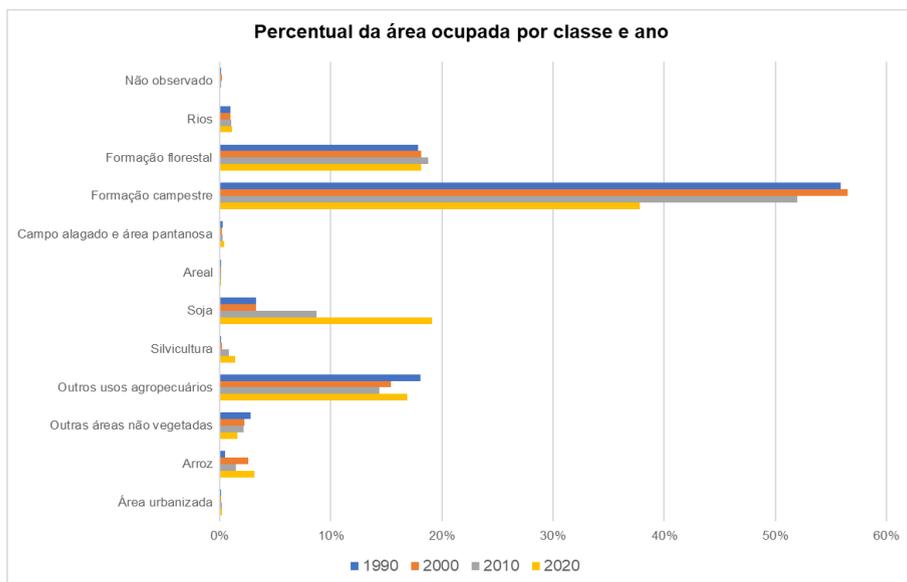
Fonte: Acervo dos autores (2020)

As classes naturais que aumentaram de área foram as de campo alagado e área pantanosa, a qual contava com 23,8 km<sup>2</sup> (0,41%) de área, presente quase que totalmente no bioma Pampa, sendo que na Mata Atlântica

ca contava com apenas  $0,0031 \text{ km}^2$  ( $<0,01\%$ ), equivalente a  $0,31$  hectares. A classe de areais apresentava  $8,9 \text{ km}^2$  ( $0,16\%$ ) de área, referente aos areais de São Francisco de Assis. Já a classe de rios e lagos apresentava  $64,35 \text{ km}^2$  ( $1,12\%$ ) do total, com  $4,21 \text{ km}^2$  ( $0,07\%$ ) na Mata Atlântica e  $60,14 \text{ km}^2$  ( $1,05\%$ ) no Pampa.

No gráfico 1 pode-se apreciar a relação do percentual de ocupação no território das áreas de cada classe de uso e ocupação da terra de cada ano analisado anteriormente, fornecendo um panorama das transformações ocorridas no território nesse período.

**Gráfico 1 - Percentual da área ocupada por classe e ano**



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

A variação de duas classes chama mais atenção no gráfico. A primeira é a de formações campestres, a qual sofreu uma diminuição de mais de  $32\%$  de sua área, equivalente a  $1039,34 \text{ km}^2$ , suprimida sumariamente por lavouras de soja, classe que sofreu um aumento de  $487,89\%$  de área, equivalente a  $910,48 \text{ km}^2$  de acréscimo.

Também pode-se notar a diferença nas áreas da classe de lavouras de arroz, a qual sofreu flutuações entre os períodos analisados, passou por um aumento no primeiro e último período, enquanto que no segundo período (2000-2010) passou por uma diminuição, talvez ocasionada por secas, fenômeno que afeta fortemente esse tipo de cultivo, pois necessita de muita água. Também é possível notar o aumento da silvicultura, implementada sumariamente no município de São Francisco de Assis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de apresentar modificações do uso da terra desde sua ocupação pré-colonial, o advento das tecnologias de sensoriamento remoto permitiu não só o reconhecimento instantâneo do uso da terra, como sua modificação ao longo do tempo, em séries temporais, quando os dados estão disponíveis. Assim, este trabalho permitiu o reconhecimento de modificações do uso da terra no território do projeto Geoparque Raízes de Pedra ao longo de quatro décadas, entre os anos de 1990 e 2020.

Entre as modificações identificadas, destaca-se: as formações florestais, que tiveram um leve incremento até 2010, com claro declínio em 2020, chegando a praticamente os mesmos valores de 2000, provavelmente pela retirada (legal ou não) das bordas florestais, pelo avanço de outras formas de uso. As áreas de formações campestres, mais importantes em área, diminuíram drasticamente ao longo dos anos, de forma a sofrer uma redução de mais de 32% de sua área entre 1990 e 2020. Dessa redução, boa parte foi devido à supressão de formações campestres para dar lugar a lavouras de soja, que avançaram significativamente no período abrangido por esse estudo, passando de menos de 5% em 1990, para quase 20% em 2020, num aumento de mais 487% de área. Supressão essa que causa problemas como o aumento da pressão em áreas de campo remanescentes utilizadas para a pecuária. (KUPLICH; CAPOANE; COSTA, 2018). A silvicultura teve também claro avanço no período investigado, embora mais acanhado, de menos de 1% em 1990, para quase 3% em 2020, principalmente pelo plantio de eucaliptos para extração de celulose. E as lavouras de arroz, que tiveram uma variação ao longo dos anos, mas com leve incremento na área plantada, chegando a quase 4% em 2020.

Além disso, foram verificadas diversas áreas onde classes de uso antrópico estavam adjacentes a cursos d'água. O que representa uma preocupação ambiental, pois pode haver a contaminação e assoreamento desses cursos d'água. Sendo necessário providências do poder público e da população em geral para fiscalizar e adequar essas áreas com a correta aplicação da legislação ambiental vigente.

Ademais, o território possui áreas de interesse turístico, os quais necessitam tanto de sua identificação quanto de estratégias de conservação, para seu uso sustentável com fins de desenvolvimento socioeconômico regional.

## REFERÊNCIAS

- BEN, F. D; SCHNORR, G. G.; ROBAINA, L. E. S. Análise das relações de uso da terra e desenvolvimento econômico no município de Nova Esperança do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência e Natura**. Santa Maria - RS: UFSM. v. 44, ed. 21, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/view/67536>>. Acesso em: 08 jul. 2023.
- BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012: Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- CORDEIRO, J. L. P; HASENACK, H; WEBER, E. J (Org.). **Mosaico de imagens do satélite Landsat do estado do Rio Grande do Sul** - Ano base 2002. Porto Alegre - RS: UFRGS. 2015. Disponível em:<[http://multimedia.ufrgs.br/conteudo/labgeo-ecologia/Arquivos/Downloads/Dados/2015/Vegetacao\\_RS\\_2002/Relatorio\\_vegetacao\\_RS\\_2002.pdf](http://multimedia.ufrgs.br/conteudo/labgeo-ecologia/Arquivos/Downloads/Dados/2015/Vegetacao_RS_2002/Relatorio_vegetacao_RS_2002.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- CORRÊA, S. M. S; BUBLITZ, J. **Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo/Santa Cruz do Sul - RS: UPF/UNISC, 2006, 142p.
- DA ROSA, Á.A.S; KUNST, A.V. **Inventário dos geossítios do território do projeto Geoparque Raízes de Pedra, RS, Brasil**. XIII Seminário de Planejamento e Gestão Territorial, edição 2022.
- DIAS, D. F; TRENTIN, R; SCCOTI, A. A. V; SANTOS, V. S. Mapeamento e caracterização do uso e ocupação da terra no município de Mata/RS. Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 16, 2017, Teresina - PI. **Anais eletrônicos: Territórios brasileiros: dinâmicas, potencialidades e vulnerabilidades**. Teresina. Disponível em: <<https://encr.pw/Y1fVw>>. Acesso em: 08 jul. 2023.
- GOLIN, Tau. Mateando: os ervais dos povos indígenas: história da erva-mate e do chimarrão. Passo Fundo: Méritos, 2022, 608p. **Coleção A Fronteira**, v. 4, tomo 1.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biomassas e Sistema Costeiro-Marinho do Brasil: Compatível com a escala 1:250.000**. Rio de Janeiro - RJ: 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101676>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: Tabela 1378: População residente, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo a condição no domicílio e compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1378>>. Acesso em: 17 maio 2023.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: Tabela 4709: População residente, Variação absoluta de população residente e Taxa de crescimento geométrico. Rio de Janeiro. 2023. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4709>>. Acesso em: 07 jul. 2023.
- KUPLICH, T. M; CAPOANE, V; COSTA, L. F. F. O avanço da soja no bioma Pampa. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 31, p. 83-100, 2018. Disponível em: <<http://200.198.145.164/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/4102/3978#>>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- MENEZES, D. J; TRENTIN, R; ROBAINA, L. E. S; SCCOTI, A. A. V. Zoneamento geoambiental no município de São Pedro do Sul - RS. **Revista Geografias**. v. 7, n. 2, p. 68-80, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13321>>. Acesso em: 08 jul. 2023.
- NASCIMENTO, G. M; SANTOS, V. S; MENEZES, D. J. Mapeamento geoambiental de São Vicente do Sul - RS. In: Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 17, 2018, São Paulo. **E-book**: Os desafios da geografia física na fronteira do conhecimento... São Paulo: Unicamp, 2018. p. 5.192-5.201. Disponível em: <<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/sbgfa/article/view/2229>>. Acesso em: 08 jul. 2023.
- PRINA, B. Z; TRENTIN, R; ZIANI, P. Ferramentas de geoprocessamento aplicadas no mapeamento do uso da terra no município de Jaguari/RS. **Ciência e Natura**. Santa Maria - RS: UFSM. v. 38, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4675/467547716008.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2023.
- PROJETO MAPBIOMAS. **Coleção 7.1 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. 2022. Disponível em: <[https://mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas-1?cama\\_set\\_language=pt-BR](https://mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas-1?cama_set_language=pt-BR)>. Acesso em: 12 mai. 2023.
- ROBAINA, L. E. S; TRENTIN, R. Compartimentação geoambiental no município de São Vicente do Sul, RS, Brasil. **Terr@ Plural**. v. 15, 2021. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/13645>>. Acesso em: 08 jul. 2023.
- ROBAINA, L. E. S; TRENTIN, R. Estudos e zoneamento geoambiental do município de São Francisco de Assis – oeste do Rio Grande do Sul. **Re-**

**vista de Geografia e Ordenamento do Território.** Revista Eletrônica: CEGOT. n. 16, p. 323-344. Disponível em: <<https://encr.pw/oBwgE>>. Acesso em: 08 jul. 2023.

ROSA, E. P. da; TRENTIN, R.; DIAS, D. F.; SANTOS, V. S., dos. Mapeamento do uso e ocupação da terra no município de Jaguari - RS. In: Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 17, 2018, São Paulo. **E-book: Os desafios da geografia física na fronteira do conhecimento...** São Paulo: Unicamp, 2018. p. 6.890-6.894. Disponível em: <<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/sbgfa/article/view/1882>>. Acesso em: 7 jul. 2023.

SIMON, A. L. H; TRENTIN, G; CUNHA, C. M. L. da. Avaliação da dinâmica do uso da terra na bacia do arroio Santa Bárbara - Pelotas (Brasil), no período de 1953 a 2006. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociais.** Barcelona - ES: Universidad de Barcelona. v. 14, n. 327, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/71819>>. Acesso em: 08 jul. 2023.

TRENTIN, G; SIMON, A. L. H; FREITAS, M. I. C. A dinâmica de uso da terra na análise da organização espacial: estudo aplicado ao município de Americana, São Paulo. **Geografia.** Rio Claro - SP: UNESP. v. 38, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/7520>>. Acesso em: 08 jul. 2023

TRENTIN, R; LAURENT, F; ROBAINA, L. E. S; O impacto do uso da terra sobre o balanço hídrico na bacia hidrográfica do rio Santa Maria - oeste do Rio Grande do Sul - Brasil. **Para Onde!?** Porto Alegre: UFGRS. v. 17, n. 1, ed. esp. 2023. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br//paraonde/article/view/129906>>. Acesso em: 07 jul. 2023.

UNESCO. **Statutes of the International Geoscience and Geoparks Programme.** Paris, FR. 2010. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260675>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

ZAIDAN, R. T. Geoprocessamento, conceitos e definições. **Revista de Geografia.** Juiz de Fora - MG: UFJF. v. 7, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.homolog.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/18073>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

**Recebido em:** 16/07/2023

**Aceito em:** 02/11/2023

# ENTORNO EM DISPUTA: REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE

## *DISPUTED SURROUNDINGS: REFLECTIONS ON THE PRESERVATION POLICIES OF THE HISTORIC CENTER OF PORTO ALEGRE*

Ana Luisa Jeanty Seixas<sup>1</sup>  
William Mog<sup>2</sup>

### RESUMO

O artigo aborda a relação entre a preservação do patrimônio cultural edificado e o planejamento urbano em Porto Alegre, RS. Compreendendo o patrimônio e as políticas a ele relacionadas como um campo dinâmico e em disputa, destaca-se a noção de área de entorno, que visa preservar a ambiência dos bens tombados, e as regras urbanísticas, que regulam o espaço construído. No contexto brasileiro, a preservação da ambiência dos bens tombados ganhou espaço no planejamento urbano a partir de 1980, impulsionada pela sociedade civil. No caso de Porto Alegre, destaca-se a experiência do 'Programa Monumenta' no âmbito da recuperação e valorização de bens isolados em uma região delimitada no Centro Histórico da cidade. No entanto, foi em 2016, por meio da Portaria nº 483 do IPHAN que se garantiu oficialmente a área de entorno do bem denominado 'Sítio Histórico das

---

1 Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010), mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (2013), especialização em Restauração e Reabilitação do Patrimônio pela PUCRS (2013). É doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na linha de pesquisa "Cidade, Cultura e Política", atualmente em doutorado-sanduíche na École Des Hautes Études En Sciences Sociales - Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain (CRBC/EHESS) - Paris, França.

2 Arquiteto e Urbanista, graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS) com vinculação à Linha de Pesquisa Cidade, Cultura e Política. Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS) com vinculação à Linha de Pesquisa Planejamento e Espaço Urbano e Regional. Membro e Pesquisador do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos Urbanos (LEUrb/CNPq) desde 2017. Coordenador do Programa Moradia na ONG Associação Saúde Criança Porto Alegre (ASCPOA) entre 2016 e 2022. Professor substituto de magistério superior na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) vinculado ao Departamento de Arquitetura entre 2019 e 2021. Assessor técnico da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística (PJHDOU) do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) entre 2021 e 2022. Possui experiência nas seguintes áreas: Expressão e Representação Gráfica, Projeto Arquitetônico e Urbano, Planejamento Urbano, Legislação Urbanística, Habitação Social, Geografia Urbana e Economia Urbana.

Praças da Matriz e da Alfândega', indicando a relação entre bens tombados e seu contexto urbano, como política pública. Atualmente, o alinhamento entre preservação patrimonial e planejamento urbano está em disputa devido à instituição de novas legislações – 'Nova Lei do Inventário de Patrimônio Cultural' e o 'Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre'. Essas leis rompem com determinações anteriores, criando desalinhamento entre políticas de preservação federal e iniciativas locais de reestruturação urbana. Dessa forma, a articulação entre a preservação patrimonial e o planejamento urbano representa hoje um desafio para a cidade de Porto Alegre.

**Palavras-chaves:** Patrimônio Cultural; Área de entorno; Planejamento Urbano; Sítio Histórico Urbano; Porto Alegre.

### ABSTRACT

*The article addresses the relationship between the preservation of cultural heritage and urban planning in Porto Alegre, RS. Understanding heritage and the policies related to it as a dynamic and disputed field, the notion of buffer zone stands out, which aims to preserve the ambience of listed properties, and the urban rules that regulate the built space. In the Brazilian context, the preservation of the ambience of listed properties gained space in urban planning from 1980 onwards, driven by civil society. In the case of Porto Alegre, the experience of the 'Monumenta Program' stands out in terms of the recovery and enhancement of isolated assets in a delimited region in the historic center of the city. However, it was in 2016, through Ordinance No. 483 of IPHAN, that the area surrounding the property called 'Historic Site of Praças da Matriz and Alfândega' was officially guaranteed, indicating the relationship between listed properties and their urban context, as public policy. Currently, the alignment between heritage preservation and urban planning is in dispute due to the institution of new legislation - the 'New Law on the Inventory of Cultural Heritage' and the 'Rehabilitation Program for the Historic Center of Porto Alegre'. These laws break with previous determinations, creating a misalignment between federal preservation policies and local urban restructuring initiatives. In this way, the articulation between heritage preservation and urban planning represents today a challenge for the city of Porto Alegre.*

**Keywords:** Cultural Heritage; Buffer Zone; Urban planning; Urban Historic Site; Porto Alegre.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo problematiza a relação entre a preservação do patrimônio cultural edificado e o planejamento urbano a partir da experiência de Porto Alegre/RS. Tal problematização se dá em função da relação entre a noção de área de entorno, como uma medida que preserva a ambiência de bens tombados, e a regulação urbanística, que estabelece as regras para a materialização do espaço construído.

Para tanto, aborda-se inicialmente um arcabouço teórico ao tensionar o conceito de patrimônio como um campo em disputa a partir da

ação de diferentes sujeitos. Este campo extrapola o bem arquitetônico contemplando a sua ambiência urbana que é igualmente disputada. Trata-se de compreender o valor do patrimônio cultural edificado não apenas em função do bem em si, mas sobretudo, da relação que este bem estabelece com seu entorno imediato. Esta concepção relacional entre o patrimônio e sua ambiência é uma construção social e histórica que no caso brasileiro ocorreu ao longo do século XX. A noção de patrimônio cultural edificado como bem a ser tombado e preservado no sentido de assegurar e consolidar uma memória coletiva e uma identidade nacional surge em 1937 a partir do Decreto Lei que estabelece e organiza o campo patrimonial legalmente. Embora este Decreto Lei já mencione a necessidade de assegurar a “vizinhança do bem”, apenas na década de 1980, impulsionada pela sociedade civil, a discussão da preservação da ambiência/entorno dos bens tombados passa a ser contemplada no campo do planejamento urbano.

Este arco histórico de consolidação do patrimônio edificado em conjunto com sua ambiência urbana como política pública reverbera nos principais sítios históricos urbanos brasileiros, com destaque para o Centro Histórico de Porto Alegre, lócus do presente artigo. Esta cidade integrou o ‘Programa Monumenta’ que viabilizou o financiamento do restauro de uma série de bens patrimonializados na área central do município a partir de 2002, o que representou uma importante experiência no âmbito da preservação do patrimônio edificado no entorno do ‘Sítio Histórico Urbano’ tombado pelo IPHAN. No entanto, foi em 2016 por meio da Portaria de Entorno nº 483 (atualizada em 2022 pela Portaria de Entorno nº 26), deste mesmo instituto federal, que foi assegurada e gravada a área de entorno do sítio assegurando não só a preservação dos bens tombados do sítio mas também a manutenção da sua ambiência como uma política pública de caráter urbano.

Enfatiza-se que esta ambiência urbana, originalmente marcada por ações de caráter pontual de preservação via ‘Programa Monumenta’ e depois institucionalizada como área de entorno a partir da Portaria de Entorno nº 483 de 2016 do IPHAN, apresenta uma correspondência material com o conjunto de imóveis patrimonializados a partir do inventário da área central de Porto Alegre e legal com o planejamento urbano a partir da regulação urbanística prevista no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA). No entanto, este alinhamento está em disputa atualmente no campo patrimonial e do planejamento urbano a partir da instituição de duas novas legislações que vão de encontro o inventário e o PDDUA: a ‘Nova Lei do Inventário de Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município de Porto Alegre’, Lei Municipal nº 12.585/2019, e a Lei Complementar nº 930/2021 que institui o ‘Programa de Reabilitação do Centro Histórico de

Porto Alegre'. Juntas, estas legislações configuram um arcabouço jurídico institucional que rompe com as determinações material e legais anteriores, resultando no desalinhamento entre as políticas de preservação a nível federal e as iniciativas recentes de reestruturação da área central de Porto Alegre da atual gestão municipal, de caráter neoliberal.

## **1. Do patrimônio à sua ambiência: aproximação com a temática e seus tensionamentos**

O patrimônio não é neutro, é o resultado de abordagens, de seleções, de jogos de poderes, de sujeitos e de escolhas deliberadas, assim como as políticas públicas e de planejamento a ele relacionadas. Trata-se de uma noção dinâmica, subjetiva e tensionável (SEIXAS, 2023), que atende a diferentes interesses. Os diferentes bens culturais passam por classificação e seleção, sendo retirados da dimensão cotidiana e alçados à dimensão da memória (GONÇALVES, 2007a, 2007b; LEENHARDT, 2011), sendo a partir dos quais nos percebemos individual e coletivamente. Eles “nos inventam” e com base neles nos reconhecemos (SEIXAS, 2023).

A alguns desses bens são atribuídos valores em um processo de *patrimonialização*, ou seja, são alvo de uma política pública de reconhecimento institucional, fazendo com que esses bens sejam considerados como um patrimônio a ser mantido, protegido, conservado. A atribuição de valor a um determinado bem ocorre, para Márcia Sant’Anna (1995), pelas mais diferentes razões, porém, apresentam uma função definida – estratégia de poder e de resistência - e com o mesmo objetivo - a produção de significados. Segundo José Reginaldo Gonçalves, esses objetos identificados e classificados como patrimônio cultural “desempenham uma função social e simbólica de mediação entre o passado, o presente e o futuro do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e a sua integridade no espaço” (GONÇALVES, 2007b, p. 28). Nesse sentido, o patrimônio cultural, no caso deste artigo focado na dimensão material - edificações e sua relação com o contexto urbano - remetem a uma “ponte entre o passado e o futuro” (MEIRA, 2004).

A categoria de patrimônio, estabelecida durante a formação dos Estados Nacionais no final do século XVIII, teve seus contornos semânticos definidos na modernidade ocidental, embora sua relevância remonte a tempos milenares, conforme apontado por José Reginaldo Santos Gonçalves (2007a). A ideia de preservar surge da concepção de que o passado é finito e da preocupação em evitar sua perda. Para Gonçalves (1996), essa *retórica da perda* explora a estreita relação entre valorização e perda, justificando a proteção do patrimônio como meio de preservar obras e monumentos que representam a identidade nacional e evitar seu esquecimento - uma forma

de resgatar referências essenciais para a construção da memória social e, especialmente, da memória nacional (ABREU, 2007).

O conceito de *patrimônio nacional* foi introduzido durante a Revolução Francesa (1789-1799) com o intuito de proteger a propriedade pública e evitar saques (SANT'ANNA, 1995, p. 14). Nesse contexto, o Estado começou a demonstrar preocupação, embora de maneira contraditória, com a preservação de certos monumentos e edifícios. Meira (2004, p. 2) ilustra essa situação ao afirmar que “os Comitês Revolucionários buscavam preservar, mas, ao mesmo tempo, autorizavam as demolições realizadas por revolucionários iconoclastas”. De acordo com Meira (2004), esse foi o momento em que as antiguidades foram consideradas pela primeira vez como um bem coletivo de interesse nacional e passaram a ser objeto de políticas públicas, tanto oficiais quanto centralizadas, ideia também discutida por Sant'Anna (1995).

Desde o princípio da preservação, enquanto ação estatal, o patrimônio foi utilizado como instrumento de poder e de dominação, partindo de escolhas e de valores de grupos dominantes. Presente na legislação francesa, a ideia de o Estado intervir em propriedades para a sua preservação e manutenção visando a construção de uma identidade e uma memória nacional é o passo inicial das políticas de preservação. O patrimônio passa então a ser utilizado, segundo autores como Sant'Anna (1995) e Márcia Chuva (2009) e Seixas (2014; 2023) para construir nacionalidades ou identidades nacionais. Para Chuva (2012), “a fundação das práticas de preservação do patrimônio cultural [está] relacionada aos processos de formação dos estados nacionais no século XIX”, com “a materialização da nação por meio da identificação do seu patrimônio nacional”<sup>3</sup>. Para a autora, essa busca pela identificação do patrimônio favorece o sentimento de unidade, de ‘passado comum’, uma identidade nacional, já que o “patrimônio confere objetividade à nação através de sua materialização em objetos, prédios, monumentos etc.” (CHUVA, 2012).

Nesse contexto de patrimônio como local de diferentes sujeitos, abordagens, identidades e disputas, pode-se compreendê-lo, assim como as ações a ele relacionadas, como um *campo* - o campo patrimonial - conforme as teorias de Bourdieu (2011). Esse *campo* é uma estrutura social específica, composta por indivíduos ou grupos que compartilham interesses e disputam posições em relação a algo, estando constantemente envolvidos em competições pelo poder e influência sobre os mesmos. Assim sendo, a definição do que é patrimônio, como ele é definido, que o define e como ele

---

3 As ideias de CHUVA (2012) foram apresentadas durante o 1º Módulo de Aulas do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – Turma 2011 na disciplina ‘Constituição no Campo do patrimônio’, maio de 2012.

é utilizado nas diferentes políticas públicas configuram uma arena em disputa, no qual diferentes sujeitos e esferas de fazem presente. Ao refletir-se sobre o patrimônio e o seu contexto - a sua ambiência -, observa-se que o tensionamento se amplia, considerando a incorporação de outros fatores - sujeitos, esferas, legislações, interesses sociais, políticos, econômicos, etc.

No Brasil, o patrimônio é utilizado como instrumento para a construção de uma nação e de uma identidade brasileira, a partir do Governo Vargas, tendo como marco político a Revolução de 1930. O processo de centralização e expansão do aparato estatal, juntamente com a compreensão da função social da propriedade privada, bem como o contexto intelectual da época, refletiram-se no campo da cultura brasileira (SEIXAS, 2014). Esses fatos podem ser observados na criação do órgão federal de preservação, atualmente conhecido como IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 13 de janeiro de 1937, e na institucionalização das práticas de preservação por meio da aprovação do Decreto-Lei nº 25, em 30 de novembro de 1937. Esse decreto define, em seu Artigo 1º, que o patrimônio histórico e artístico nacional é “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja preservação seja de interesse público, seja devido à sua relação com eventos memoráveis da história do Brasil, seja devido ao seu valor excepcional arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, DECRETO-LEI Nº 25, 1937).

Nesse contexto de início da preservação patrimonial institucionalizada, havia uma preocupação em conhecer e valorizar a identidade nacional e o patrimônio brasileiro. Procurava-se identificar os bens materiais que melhor expressassem o que significava *ser brasileiro*, com o objetivo de promover a unidade nacional e a construção de um país moderno. Chuva (2009, p. 31) afirma que a instituição federal do patrimônio “identificou a ‘porção edificada’ do Brasil, contribuindo assim para ‘edificar’ o país”. Segundo Fonseca (1997, p. 98-99), nessa fase inicial da preservação patrimonial, houve um enfoque na busca pela identidade nacional por meio da ‘descoberta’ de estilos brasileiros, como o colonial luso-brasileiro, o barroco (inicialmente em Minas Gerais) e o modernista. A autora destaca que na fase inicial da proteção, conhecida como ‘Fase Heróica’, as questões legais e institucionais relacionadas ao patrimônio, bem como os conceitos de *excepcionalidade*, *visibilidade* e *entorno*, eram ampliados, o que dificultava os processos de tombamento e o próprio entendimento do que deveria ser considerado Patrimônio Nacional.

Na chamada ‘Fase Moderna’, que teve início na década de 1970, conforme mencionado pela mesma autora, houve uma mudança de enfoque em relação ao que deveria ser considerado Patrimônio Nacional, legitimada

pela visão de Aloísio Magalhães, diretor do IPHAN de 1979 a 1982, que introduziu uma nova concepção de patrimônio. Magalhães acreditava que, ao “mudar o necessário e preservar o indispensável, talvez possamos preservar a memória nacional - incluindo aquela construída em barro pelas mãos dos artesãos mais humildes e anônimos” (MAGALHÃES *apud* FONSECA, 1997, p. 147). Suas propostas promoveram uma alteração nos valores anteriormente estabelecidos no IPHAN, uma vez que seu conceito amplo de bem cultural e a ideia de que a comunidade mais envolvida é a melhor guardiã do patrimônio estabeleceram uma nova abordagem em relação à memória nacional.

Aproveitando o novo cenário social, político e econômico que precedeu a abertura política no Brasil, a população e a sociedade civil, juntamente com práticas mais artesanais, ganharam destaque. Além disso, *outros sujeitos*<sup>4</sup>, como indígenas, negros e outras minorias, passaram a ter seu patrimônio discutido, valorizado e por vezes reconhecido pelo seu *caráter nacional*, embora ainda de maneira incipiente (SEIXAS, 2023)<sup>5</sup>. É nesse contexto de valorização de *outros patrimônios* e com uma participação mais ativa da sociedade civil que o IPHAN e outros órgãos culturais estabeleceram a política de preservação do patrimônio cultural adotada na década de 80, que indica uma preocupação com a ambiência dos bens tombados e a sua relação com o contexto urbano.

No Decreto-lei nº 25/37, além da definição do que é considerado Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, já citado anteriormente, para fins de proteção federal, existe indicação dos cuidados que devem ser tomados para a preservação desse patrimônio:

Art. 17 - As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de cinquenta por cento do dano causado.

Para além da preocupação com o bem tombado, existe, desde o princípio da preservação em 1937, o entendimento de que o bem encontra-se em um contexto mais amplo, que deve ser considerado e preservado - uma

---

4 A discussão sobre *outros sujeitos*, *narrativas* e *tensionamentos* no campo patrimonial foi abordada na tese de doutorado: ‘*Uma longa caminhada: tensionamentos no campo patrimonial – a emergência dos Guarani Mbyá na Tava/Sítio de São Miguel Arcanjo, Missões, Rio Grande do Sul*’. (SEIXAS, 2023).

5 Essa questão sobre a ampliação da noção de patrimônio cultural foi oficializada nos anos 2000 com o Decreto nº 3551/2000 que aborda a temática do patrimônio imaterial.

ambiência, identificado naquele momento como “vizinhança da coisa tombada”. Assim sendo, o Decreto-Lei determina algumas precauções com essa área que circunda o bem, evitando a perda da chamada *visibilidade*:

Art.18 - Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, **não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade**, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto. **[grifo nosso]**

A preocupação com a vizinhança dos bens é destacada em diferentes esferas e abordagens, sendo apontada antes da criação do IPHAN. Em discussão no ‘Congresso Internacional de Arquitetos Modernistas’ - CIAM, em 1931 na Grécia, e registrado na chamada ‘Carta de Atenas’, existe a recomendação de que a construção de edifícios respeite e considere o caráter e a fisionomia das cidades, especialmente na vizinhança a monumentos antigos. Além disso, é indicada a importância de preservar certos conjuntos e perspectivas, a relação com a vegetação, e a eliminação de outros elementos que possam interferir negativamente, como publicidade, postes, cabos telefônicos entre outros (CURY, 2004).

Observa-se, portanto, a preocupação e a recomendação para que a relação patrimônio edificado x ambiência/vizinhança seja observada, entendendo o bem inserido em um contexto urbano que deve dialogar, valorizar e preservar o patrimônio. Edificações e elementos externos que se encontrem nesse contexto devem respeitar o patrimônio e não impedir ou reduzir a sua apreciação e compreensão.

No entanto, durante a definição de normas e planos urbanísticos para as cidades brasileiras, o tema do patrimônio cultural foi pouco abordado ou até desconhecido. Foi somente a partir da década de 1970, com o fortalecimento das organizações civis interessadas em participar das decisões públicas sobre o destino de áreas públicas e bairros onde viviam, que o interesse pelo assunto se intensificou. Entretanto, a especulação imobiliária nas áreas urbanas levou à descaracterização de bens tombados e de seus entornos devido à perda ou ao comprometimento de sua ambiência (SEIXAS, 2014), como por exemplo no caso de Porto Alegre, a ser abordado neste artigo.

## 2. Do bem tombado ao contexto urbano: as áreas de entorno como políticas públicas

A forte pressão pela transformação das cidades levou a instituição federal responsável pelo patrimônio a iniciar debates sobre as práticas de intervenção no entorno de bens tombados. Foram realizados dois encontros nacionais sobre o assunto, sendo que o principal ocorreu em 1983 e resultou no ‘Documento Final - Seminário sobre Entorno de Monumentos’, conforme indica Motta (2010). Nesse Documento, considerado um marco na definição da política de preservação em nível federal no que diz respeito à questão dos entornos, segundo aponta a autora, ficou estabelecido de forma clara os conceitos utilizados tendo sido definido, pelo IPHAN que:

**O Entorno ou ‘vizinhança da coisa tombada’** – conforme expressão usada no artigo 18 do Decreto-lei nº 25 – é, **fisicamente, o lugar geométrico dos pontos de uma paisagem que, potencialmente, se interpõem nas visuais** a partir de ou sobre o monumento. (p.129 - 142) **[grifo nosso]**

No mesmo documento, há referência à limitação desse conceito, cujo foco:

[...] se restringe ao bem tombado, pois a paisagem envolvente é, com frequência, dele, componente valorativo. (...) a paisagem aqui referida deve ser entendida no sentido mais amplo do termo, vale dizer, como paisagem natural ou edificada e humanizada. (MOTTA, 2010, p.129 - 142)

Ao longo dos anos seguintes, o conceito de *entorno*<sup>6</sup> passou por alterações significativas. Conforme apontado por Sônia Rabello (2009, p. 122-123), “o conceito de visibilidade (...) expandiu-se para incluir a ambiência, ou seja, a harmonia e integração do bem tombado com seu entorno, sem deixar de considerar a visibilidade literal”. Atualmente, os conceitos de *entorno* e *ambiência* são novamente temas amplamente discutidos e valorizados, desempenhando um papel importante no campo patrimonial e do planejamento urbano.

Segundo o entendimento atual do IPHAN, *entorno* é:

[...] a área de projeção **localizada na vizinhança dos imó-**

---

6 A discussão sobre áreas de entorno de bens tombados é aprofundada na dissertação de mestrado ‘Gestão de área de entorno de bens tombados – Estudos de caso nas cidades gaúchas de Piratini e Novo Hamburgo’ (SEIXAS, 2014).

**veis tombados**, que é delimitada com **objetivo de preservar a sua ambiência e impedir que novos elementos obstruam ou reduzam sua visibilidade**. Compete ao órgão que efetuou o Tombamento estabelecer os limites e as diretrizes para as intervenções, nas áreas de entorno de bens tombados. (IPHAN, 2023, s.p.) **[grifo nosso]**

Em discussões internas no órgão de preservação, na Nota Técnica nº 001/2011/DEPAM enviada às Superintendências do IPHAN, é destacada a função principal da área de *entorno*:

**[...] preservar a qualidade ambiental e paisagística adequadas para a fruição e compreensão do bem protegido e dos valores a ele associados**, funcionando como uma ‘área de amortecimento’ entre ele e o restante da cidade. **[grifo nosso]**

Ao se observar as diferentes ideias e abordagens sobre o tema, nota-se que, embora a ideia inicial remeta a uma questão de *visibilidade* compreendida literalmente como aquilo que se vê, ou seja, as questões geométricas de visuais, o conceito se expande e adota outras abordagens. Ele incorpora a noção de contexto, de paisagem e de ambiente, ou seja, a valorização do lugar em que o bem patrimonializado se encontra e os valores que do bem depreende-se para o contexto. Trata-se, assim, de uma compreensão de que o bem está inserido em um contexto que pode, ou não, interferir no seu entendimento, nos seus valores e na sua leitura, sendo necessária a previsão de uma área de amortecimento entre ele e o restante da cidade, de maneira a garantir uma ambiência que o valorize. Para Rabello (2009, p.122):

A restrição que se impõe à **vizinhança é decorrente da própria existência de um bem tombado**, logicamente bem imóvel, no intuito de que **ele seja visível** e, conseqüentemente, **admirado** por todos. (...) Entende-se, hoje, que a finalidade do art.18 do Decreto-lei 25/37 é a **proteção da ambiência do bem tombado**, que valorizará sua visão e sua **compreensão no espaço urbano**. **[grifo nosso]**

Segundo a mesma autora, isso não implica que os critérios adotados para a área de *entorno* não possam ser alterados ou aprimorados ao longo do tempo, desde que baseados em estudos técnicos e sejam aplicados de maneira clara e coerente em todos os casos. Negar essa possibilidade dificultaria a própria proteção (RABELLO, 2009, p. 124). Trata-se, portanto,

de um *campo* dinâmico, que pressupõe disputas e sujeitos que tensionam valores. Para o entendimento do IPHAN, tais estudos e análises devem levar em consideração o bem tombado e os valores a ele atribuídos, e não os valores atribuídos à área circundante. De acordo com a Nota Técnica mencionada anteriormente, essa análise:

[...] deve, preferencialmente, **partir da definição de quais características configuram a ambiência do bem tombado**, como por exemplo: relações espaciais, visuais, implantação, relação com os imóveis vizinhos, relação com o ambiente natural (...), acessos, manifestações de natureza imaterial diretamente relacionadas ao bem protegido (...) etc. A partir dessa compreensão devem ser **estabelecidos os limites para a leitura da ambiência do bem**, assim como serão definidos os critérios para a intervenção na área (**sempre se relacionando à ambiência do bem tombado, e não aos próprios bens que compõe o entorno**). [grifo nosso]

Essa observação é importante, pois considera que dentro da área de *entorno* podem existir outros bens relevantes, entretanto a referência para a definição da poligonal de *entorno* refere-se ao bem já patrimonializado – o bem tombado. Importante então frisar que a percepção dos valores do *entorno* relaciona-se diretamente ao bem tombado, ou seja, a relação ocorre a partir de uma edificação que foi retirada da dimensão cotidiana e alçada a um *status* memorável. Sendo assim, o contexto urbano atual, que é por óbvio diferente daquele original da época da construção do bem, deve não apenas dialogar, mas principalmente respeitar os valores atribuídos à edificação tombada. Ela passa a ser o ponto de referência para as políticas urbanas nessa área que a circunda, influenciando diretamente o planejamento e as legislações que podem garantir ou prejudicar a preservação da sua ambiência.

Historicamente, de acordo com Motta (2010), existem duas fases distintas da relação do IPHAN com a temática de áreas de *entorno* de bens tombados. A primeira fase abrangeu o período até 1950 e foi marcada por um intenso embate legal sobre o assunto, com ‘memoráveis batalhas judiciais’ (MOTTA, 2010, p.10). A segunda fase, que se iniciou no final da década de 1950 e se consolidou na década de 1980, foi caracterizada pela realização de seminários técnicos para discutir as responsabilidades e os princípios que deveriam orientar a instituição na definição de políticas para a institucionalização, em âmbito nacional, de procedimentos de delimitação, normatização e divulgação de normas e critérios técnicos por meio de portarias sobre o assunto.

Segundo a autora, a atuação da instituição federal nas áreas de *entorno* pode ser dividida em quatro períodos distintos, nos quais se identificam os procedimentos técnicos e administrativos específicos. O primeiro período, que compreende as mencionadas ‘memoráveis batalhas judiciais’ (MOTTA, 2010), estendeu-se até meados da década de 1960. Para Sant’Anna (1995), esse primeiro período, que compreendeu de 1940 até o final dos anos 1950, foi caracterizado pela discussão judicial em torno dos conceitos de *vizinhança* e *visibilidade*, bem como pela defesa da competência técnica e legal do SPHAN (atual IPHAN) para determinar, caso a caso, os limites e o conteúdo desses conceitos (SANT’ANNA, 1995, p. 205). Nesse período, houve a consolidação de uma política que não especificava os limites e não regulamentava os critérios de intervenção nas áreas vizinhas dos bens tombados, resultando em uma aplicação flexível desses conceitos, capaz de atender a diversas situações imprevisíveis. No entanto, a autora destaca que, apesar dos esforços para evitar abusos de poder, as decisões ainda eram frequentemente arbitrárias (SANT’ANNA, 1995, p. 205).

O segundo período indicado por Motta (2010) abrangeu o período de meados da década de 1960 a 1980, quando a preservação passou a ser efetivamente compreendida como política urbana. Segundo Sant’Anna (1995), a política federal nesse período foi marcada pela elaboração de estudos técnicos para a regulamentação das áreas envoltórias de bens tombados em âmbito federal. Motta (2010) também destaca que esse foi um período de fortalecimento e de diversificação do uso do *entorno* como forma de preservação, com a adoção do planejamento urbano como instrumento de preservação patrimonial, a descentralização de órgãos públicos ligados ao patrimônio e a introdução de uma nova perspectiva de uso do patrimônio tombado para fins turísticos, seguindo uma tendência global que também foi refletida no Brasil (MOTTA, 2010).

Essa nova perspectiva de aproveitamento turístico do patrimônio transformou o contexto das cidades, em especial de centros históricos, e levou a instituição federal a buscar a articulação com estados e municípios na tarefa de preservação, iniciando assim uma política de descentralização das ações públicas na área do patrimônio (MOTTA, 2010). Em 1970 e 1971, com a assinatura dos Compromissos de Brasília e de Salvador, ficou estabelecido o envolvimento de estados e municípios na preservação, com a atuação desses entes de forma complementar à política de preservação dos bens culturais (MOTTA, 2010). Segundo a autora:

[...] esses acontecimentos demonstravam uma nova postura na política de preservação federal. (...). A política de patrimônio que se iniciava em meados dos anos 1960 calcada no

turismo e na descentralização da ação em órgão estaduais e municipais, enfatizava **o sítio histórico como parte do espaço urbano e definia o planejamento da cidade como instrumento de preservação**. (MOTTA, 2010, p. 44-45) [grifo nosso]

De acordo com a autora, outro elemento importante nesse segundo momento é a participação de segmentos da classe média urbana por meio de associações de bairros. A partir da década de 1970, esses grupos começaram a exigir uma melhor qualidade de vida nas cidades, reconhecendo na preservação do patrimônio cultural e na regulamentação das áreas de *entorno*, valores que deveriam ser considerados nas políticas urbanas adotadas (MOTTA, 2010).

Durante o terceiro período identificado por Motta (2010), de 1980 a 1986, o IPHAN concentrou-se no desenvolvimento de procedimentos internos para organizar administrativamente os trabalhos de delimitação e regulamentação dos *entornos*. Nesse sentido, foi necessário atualizar a compreensão das competências institucionais e seus limites na atuação em áreas urbanas, bem como estabelecer conceitos e critérios que pudessem orientar os esforços realizados para a delimitação e regulamentação das áreas de *entorno* dos bens tombados. Dois seminários realizados com esse objetivo, em 1983 e 1984, concluíram que a proteção das áreas circundantes aos bens tombados era uma questão de planejamento global e, portanto, de natureza política, envolvendo as administrações locais (MOTTA, 2010). Com isso, a aproximação entre o *campo* patrimonial e do planejamento urbano é maior, identificando-se, a necessidade de compreensão de que o bem tombado está inserido em um contexto dinâmico e, portanto, passível de disputas.

No último período, que compreendeu de 1986 a 2003, ocorreu a consolidação de uma abordagem sistemática das áreas de *entorno* (MOTTA, 2010). Essa consolidação resultou em uma ‘rotinização das práticas’ dentro da instituição, refletindo nas dinâmicas internas. Embora houvesse acordo sobre a necessidade de delimitação das áreas de *entorno* nos novos tombamentos, na maioria dos casos isso não ocorreu devido a várias razões, como a sobrecarga de trabalho, o número limitado de técnicos e as dificuldades de atender às novas exigências jurídicas, conforme indicado pelas pesquisadoras. Dentro desse contexto, surgiram recomendações jurídicas que enfatizavam a necessidade de definir e formalizar, por meio de portarias, as normas de construção nas áreas de *entorno* dos bens tombados. Foi decidido adotar uma nova série de processos administrativos para o estudo desses casos, denominados como ‘Processos de Entorno’, que também foram aplicados temporariamente aos estudos de *entorno* de novos tombamentos. No

entanto, essa abordagem gerou dificuldades de tramitação, uma vez que os processos passaram a ser tratados simultaneamente, tanto para o tombamento quanto para o *entorno* (MOTTA, 2010).

Apesar das dificuldades enfrentadas, a trajetória do IPHAN na proteção das áreas de *entorno* ao longo do tempo evidencia como o instrumento do *entorno* se fortaleceu como estratégia de gestão urbana e como uma possibilidade de estabelecer parcerias entre diferentes instâncias governamentais responsáveis pelo planejamento urbano e regional (MOTTA, 2010). No entanto, como a própria autora observa, nem sempre essa parceria foi efetivamente concretizada na prática, ficando muitas vezes suscetíveis a interesses econômicos e políticos que não necessariamente visam a preservação do patrimônio cultural urbano em seu entendimento mais amplo – bem tombado e sua ambiência.

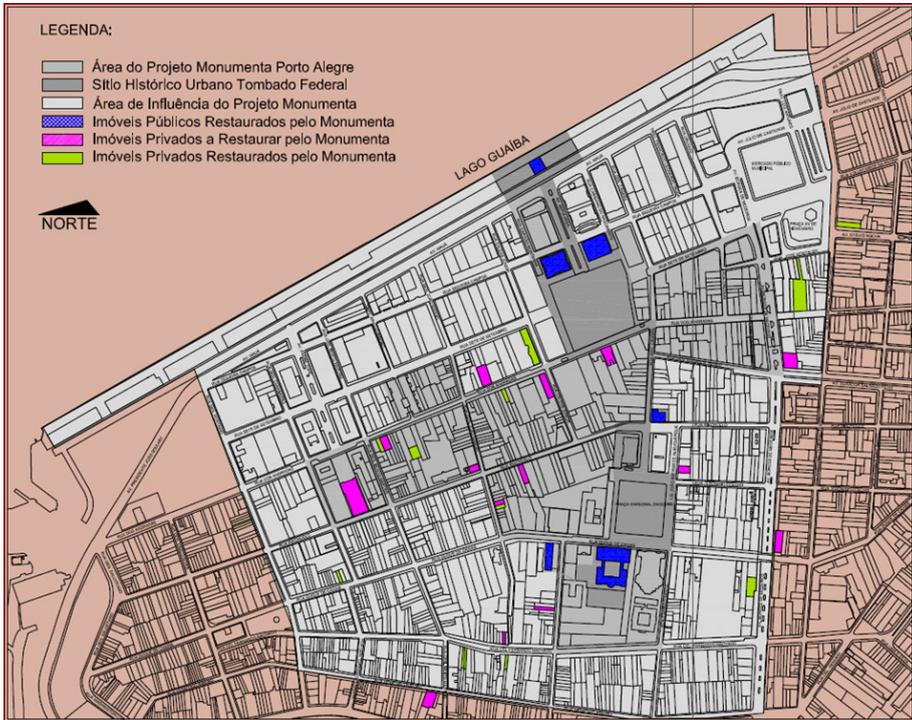
### **3. De um programa a uma portaria: O processo de consolidação da área de *entorno* do sítio histórico de Porto Alegre como política de planejamento urbano**

O gravame da área de *entorno*, ocorrido em 2016, dos bens tombados ‘Sítio Histórico das Praças da Matriz e da Alfândega’ (tombado em 2000) e ‘Igreja Nossa Senhora das Dores’ (tombado em 1938) foi antecedido por uma importante experiência na área da preservação do patrimônio cultural edificado na área central da cidade: o ‘Programa Monumenta’<sup>7</sup> de 1999, implantado até o final dos anos 2000 a partir de iniciativa local (BICCA, 2010). Nesta oportunidade, foram estabelecidas a área do ‘Projeto Monumenta Porto Alegre’ como um perímetro ampliado do ‘Sítio Histórico Urbano’ tombado em âmbito federal pelo IPHAN e a área de influência do ‘Projeto Monumenta’ como um perímetro ampliado do ‘Projeto Monumenta Porto Alegre’, conforme a imagem a seguir.

---

7 *Programa Monumenta*, resultado da cooperação estabelecida, a partir de 1995, entre o Ministério da Cultura (MinC), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Unesco, tinha por objetivo a melhoria dos sítios históricos urbanos, incluindo a restauração de monumentos, edificações, praças e ruas de valor cultural, além de outras iniciativas culturais que reforçam a representatividade dos centros históricos na memória da coletividade. Em âmbito municipal, esse Programa passou a ser chamado *Projeto Monumenta* (BICCA, 2010).

**Figura 1: Poligonais do Projeto Monumenta Porto Alegre**



Fonte: BICCA, 2010.

Destaca-se que estas poligonais foram estabelecidas no sentido de englobar uma série de imóveis de importância cultural na área central de Porto Alegre (identificados na Figura 1), que foram restaurados a partir de uma linha de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destinada à preservação das cidades históricas. Assim, as poligonais do 'Projeto Monumenta Porto Alegre' representaram um zoneamento de uma área que continha bens passíveis de projetos de restauro a partir do financiamento oriundo de um programa federal sem uma base legal, conforme o entendimento de Cuty (2012):

É necessário frisar que o Monumenta não se configura, em momento algum, como legislação urbana, mas como programa de intervenções - incluindo projetos e ações arquitetônicas, sociais e econômicas - com período e recursos limitados de ação. (CUTY, 2012, p.24).

Neste sentido, o 'Programa Monumenta' é entendido, aqui, como uma experiência relevante de restauração de conjunto edificado da área central de Porto Alegre que coloca em evidência a necessidade de preservar

a memória a partir da conservação do patrimônio cultural edificado, com destaque para a área de inserção do ‘Sítio Histórico Urbano de Porto Alegre’. Embora as intervenções ocorressem em edificações pontuais, a concepção e o objetivo deste Programa pressupunham um contexto urbano, uma área ampla que seria beneficiada com tais ações. No entanto, o Programa não representou um compromisso político de preservar o conjunto edificado contido nas poligonais demarcadas com base em uma legislação específica. Não é criada para as áreas demarcadas uma regulamentação, mas um conjunto de ações estratégicas pontuais e isoladas de preservação em edificações específicas (BICCA, 2010).

O compromisso político em assegurar legalmente a preservação da área de *entorno* do ‘Sítio Histórico Urbano de Porto Alegre’ – compreendido como o ‘Sítio Histórico das Praças da Matriz e da Alfândega’ e o conjunto de bens tombados isoladamente (destacando-se aqui a Igreja de Nossa Senhora das Dores) - ocorre em 2016 quando é publicada a Portaria de Entorno nº 483 do IPHAN que delimita a poligonal e define diretrizes de preservação e critérios de intervenção para a área de entorno, atualizada em 2022<sup>8</sup>.

A delimitação/setorização da área de *entorno* de bens protegidos objetiva a proteção do contexto de inserção dos mesmos garantindo a sua valorização e visibilidade, conforme o art. 2º da Portaria nº 26 de 2022:

Art. 2º. A delimitação da poligonal da área de entorno tem como objetivo **proteger as áreas que constituem os contextos** compostos por logradouros, edificações e equipamentos urbanos **cujas características interferem na valorização e na visibilidade dos bens protegidos**. (IPHAN, 2022) [grifo nosso]

Desta forma, toda intervenção da área de *entorno* deve atender aos incisos do art. 4º desta portaria no sentido de preservar a ambiência da área como segue:

Art. 4º. Todas as intervenções na área de entorno deverão obedecer às seguintes diretrizes de preservação:  
I - **garantir a preservação e a valorização da ambiência** por meio de critérios de intervenção que **controlem os elementos que possam provocar poluição visual ou prejudicar a compreensão do contexto urbano**, consolidando o **padrão de implantação predominante**; e

8 A Portaria de Entorno nº 483 do IPHAN de 2016 teve a estrutura forma do seu texto atualizada pela Portaria nº 26 do IPHAN de 2022.

II - garantir a visibilidade e o protagonismo dos bens tombados por meio da adoção de critérios de intervenção para as edificações e os logradouros públicos inseridos na área de entorno, inclusive parâmetros para a instalação de elementos do mobiliário urbano, de infraestrutura e de telecomunicações, além do disciplinamento da instalação de equipamentos publicitários. (IPHAN, 2022) [grifo nosso]

Com base nestes artigos, são identificados (IPHAN, 2022, Art. 5º) três Setores de Entorno no caso em questão: Setor A - Cais do Porto: constituído pela área envoltória do bem Pórtico Central e Armazéns do Cais do Porto (...); Setor B - Sítio Histórico das Praças da Matriz e da Alfândega: e Setor C - Igreja de Nossa Senhora das Dores, subdividido em Subsetor C1 e Subsetor C2.

Enfatiza-se que cada um destes setores apresenta uma morfologia urbana característica que decorre de um conjunto edificado com valor cultural e histórico, justificando a sua preservação como área de entorno do ‘Sítio Histórico de Porto Alegre’. Estes três setores morfológicos estão delimitados na imagem a seguir.

Figura 2: Mapeamento dos Setores de Entorno A, B e C do Sítio Histórico Urbano de Porto Alegre.



Fonte: IPHAN, 2022. Adaptado pelos autores, 2023.

Cada um destes setores apresenta critérios de intervenção específicos segundo o Artigo 15 da Portaria do IPHAN.

Para o Setor A - Cais do Porto, os critérios são os seguintes:

- a) nos interstícios entre os armazéns, será permitida a execução de elementos arquitetônicos de conexão, desde que sua projeção não ocupe mais de 50% (cinquenta por cento) da área do interstício definida pelas laterais dos armazéns e pelos alinhamentos das suas fachadas norte e sul;
- b) nos armazéns A1, A2, A3, A4, A5, A6, e B1, B2 e B3 existentes, serão permitidas intervenções que promovam a sua reabilitação;
- c) a altura máxima permitida para novas intervenções será de 7,5m (sete metros e cinquenta centímetros); e
- d) serão vedadas novas edificações nas áreas localizadas entre a borda do Cais e o alinhamento da fachada norte dos armazéns e entre o alinhamento da fachada sul e o muro da Avenida Mauá; (IPHAN, 2022)

Já para o Setor B - Sítio Histórico das Praças da Matriz e da Alfândega os critérios são:

- a) a altura máxima permitida para as edificações será de 33m (trinta e três metros); e
- b) nas faces de quarteirão do entorno imediato do Sítio Histórico das Praças da Matriz e da Alfândega, ou seja, aquelas voltadas para a poligonal de tombamento do Sítio Histórico, as novas intervenções deverão observar o alinhamento frontal do lote, sem recuo; (IPHAN, 2022)

Para o Setor C, que engloba o Subsetor C1 - Igreja das Dores/Avenida Padre Tomé e o Subsetor C2 - Igreja das Dores/Rua Riachuelo, os critérios são estes:

Para o Subsetor C1:

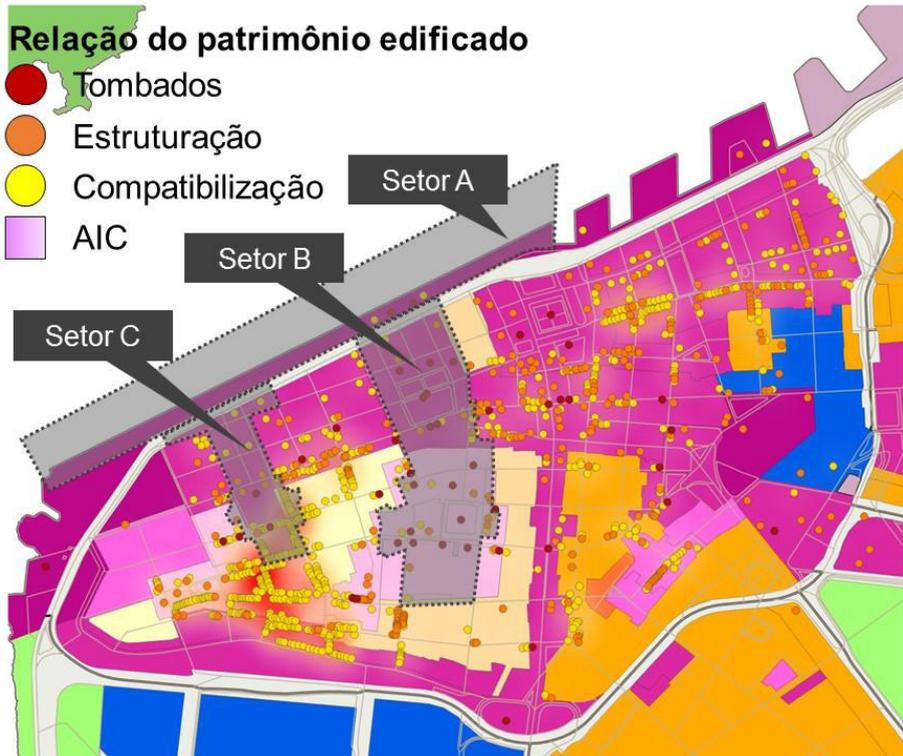
- a) altura máxima permitida será de 12m (doze metros); e
- b) nas faces de quadra da Avenida Padre Tomé, da Rua dos Andradas, da Rua Riachuelo e Avenida Sete de Setembro, e da Rua General Canabarro e Rua Bento Martins, as construções deverão respeitar o alinhamento frontal, sem recuo; (IPHAN, 2022)

E para o Subsetor C2:

- a) a altura máxima permitida será de 18m (dezoito metros);
- e
- b) nas faces de quadra da Rua Duque de Caxias e Rua Riachuelo, e da Rua General Canabarro e Rua Bento Martins, as construções deverão respeitar o alinhamento frontal, sem recuo. (IPHAN, 2022)

Observa-se que as restrições quanto à volumetria das edificações nestes setores de *entorno*, basicamente em relação às alturas, aos alinhamentos e aos recuos, guardam correspondência com as determinações volumétricas dos imóveis inventariados pelo município contidos nestes setores e com o regime urbanístico previsto no 'Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental' (PDDUA), conforme a imagem a seguir.

**Figura 3: Relação de bens patrimonializados na área central de Porto Alegre e Setores A, B e C da Portaria de Entorno nº 26 (IPHAN, 2022)**



Fonte: Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município de Porto Alegre, PDDUA e Portaria de Entorno do IPHAN nº 26/2022, alterado pelos autores, 2023.

Os Setores de Entorno A, B e C delimitados aqui (Figura 3) apresentam uma série de imóveis inventariados de estruturação (pontos em laranja) e de compatibilização (pontos em amarelo), que apresentam restrições quanto às alterações volumétricas, além dos tombados (pontos vermelhos) em nível municipal. Além disso, estes setores estão contidos em um conjunto de SubUnidades de Estruturação Urbana no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental - PDDUA (PORTO ALEGRE, 1999), que expressa nas suas restrições de uso e de ocupação do solo os critérios a serem observados em cada setor identificado aqui em função do gravame de área de interesse cultural (polígonos em tons de rosa). Estas correlações entre a portaria do IPHAN, os imóveis inventariados do município e o regime urbanístico do PDDUA evidenciam uma articulação entre políticas de preservação e o planejamento urbano municipal (SIMÕES; MOG, 2021)<sup>9</sup>.

Neste sentido, se o ‘Projeto Monumenta Porto Alegre’ representou a integração de uma série de ações com vistas a restaurar edificações existentes em um conjunto urbano a partir de um programa federal, a Portaria de Entorno nº26 do IPHAN representou uma política de planejamento urbano tendo em vista o conteúdo legal dos gravames das poligonais dos seus três setores.

Trata-se, portanto, de um processo histórico de consolidação do patrimônio e da sua ambiência como política pública que inicia com ações pontuais de restauro por meio de um programa federal e se institui como legislação urbanística por meio de uma portaria federal. No entanto, a consolidação desta política pública se encontra recentemente em disputa a partir da convergência entre duas novas legislações instituídas recentemente no âmbito municipal: a ‘Nova Lei do Inventário de Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município de Porto Alegre’ de 2019, que tende a reconfigurar o conjunto de imóveis de estruturação e de compatibilização na área central, e o ‘Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre’ de 2021, que tende a reestruturar a forma de regulação de uso e ocupação do solo da área central.

### **3. Uma ambiência em disputa: Notas sobre uma possível reestruturação do Centro Histórico de Porto Alegre**

Nos últimos anos, Porto Alegre é marcada por uma série de iniciativas e ações de caráter neoliberal, compreendido segundo o entendimento

---

<sup>9</sup> A temática sobre a articulação ou não entre políticas de preservação e planejamento urbano foram abordados no artigo ‘Divergências entre a legislação urbanística e o patrimônio cultural na Avenida Independência em Porto Alegre’ (SIMÕES; MOG, 2021).

de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), em que as ações de preservação do patrimônio edificado cedem espaço para a livre especulação do mercado imobiliário. Trata-se de diferentes sujeitos econômicos e políticos, com perfil e interesses variados, que tensionam o *campo* patrimonial e as políticas a ele relacionadas. Neste sentido, a ‘Nova Lei do Inventário de Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município de Porto Alegre’, Lei Municipal nº 12.585 (PORTO ALEGRE, 2019), e a Lei Complementar nº 930 (PORTO ALEGRE, 2021b) que institui o ‘Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre’ são expressão legal desta tendência a se materializar do Centro Histórico do município.

Estas duas legislações compreendidas em conjunto representam um desalinhamento com as diretrizes previstas na Portaria de Entorno nº26 do IPHAN (2022), na medida em que se verifica uma nova lógica de inventariar os imóveis de relevância patrimonial e de se regular o uso e ocupação do solo na área central de Porto Alegre.

A Lei Municipal nº 12.585/2019 (‘Nova Lei do Inventário’) e a Lei Complementar nº 930/2021 (‘Programa de Reabilitação do Centro Histórico’) configuram um mecanismo de reestruturação urbana na área central que vai de encontro à perspectiva de preservação. Tal mecanismo de reestruturação tende a viabilizar um processo de renovação massivo do estoque edificado na área central, conforme será colocado a seguir:

### 3.1 Descompatibilização das ambiências dos imóveis de estruturação

A ‘Nova Lei do Inventário’ de Porto Alegre preserva a função dos imóveis de *Estruturação* e de *Compatibilização*, o que no caso de Porto Alegre significa a preservação dos imóveis de *Estruturação* e a manutenção da volumetria dos imóveis de *Compatibilização*, como segue:

Art. 3º Para os fins do Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município de Porto Alegre, as edificações serão classificadas de acordo com o art. 14 da Lei Complementar nº 434, de 1999, como de **Estruturação e de Compatibilização**, sendo tais conceitos complementados por esta Lei, conforme o que segue:

I - de **Estruturação** é a edificação que, por seus valores, **atribui identidade ao espaço, constituindo elemento significativo na estruturação da paisagem** na qual se localiza, consistindo em um bem de preservação; e

II - de **Compatibilização** é a edificação que expressa **relação significativa com a de Estruturação e seu entorno**, cuja

volumetria e outros elementos de composição requerem tratamento especial, podendo ser demolida, desde que a nova edificação qualifique a intervenção requerida. (PORTO ALEGRE, 2019) [**grifo nosso**]

No entanto, esta nova legislação abre a possibilidade de reavaliação da permanência dos imóveis já inventariados conforme os padrões da legislação anterior, conforme o Artigo 8º da ‘Nova Lei do Inventário’, em destaque a seguir:

Art. 8º Para o imóvel que, na data de publicação desta Lei, já tenha sido inventariado como de Estruturação ou de Compatibilização, com base na legislação anterior, o interessado poderá solicitar a emissão de certidão à Epahc, nos termos do art. 9º desta Lei, momento em que será **avaliada a permanência do imóvel no Inventário**, de acordo com os critérios estabelecidos nesta Lei. (PORTO ALEGRE, 2019) [**grifo nosso**]

Embora as ideias de *paisagem* e de *entorno* estejam presentes no citado artigo, o entendimento prático parece ser diferente daqueles apresentados anteriormente. A preservação do contexto do bem protegido é fundamental para a sua compreensão e valorização ao mesmo tempo em que a preservação de um contexto urbano consolidado contempla e pressupõe um conjunto de bens de valor cultural. Se a permanência de um imóvel como bem inventariado é questionada baseada em parâmetros diferentes dos técnicos, a ideia de preservação do patrimônio cultural edificado em um contexto urbano é esvaziada.

Essa ‘Nova Lei do Inventário’ (PORTO ALEGRE, 2019) estabelece cinco critérios em que podem ser enquadrados os imóveis de estruturação (Art. 4º), devendo, obrigatoriamente para a inclusão no inventário, o bem se enquadrar em três deles (Art. 12). Deve-se ponderar, no entanto, que tanto o PDDUA como a Lei Complementar nº 601 (PORTO ALEGRE, 2008), ‘Lei do Inventário’ anterior, não definem estes critérios e conceitos, tampouco estabelecem um número mínimo de critérios para a inclusão no Inventário. Logo, imóveis já inventariados podem ser retirados do inventário a partir da sua reavaliação segundo os novos critérios, o que compromete a malha urbana e o conjunto histórico consolidado.

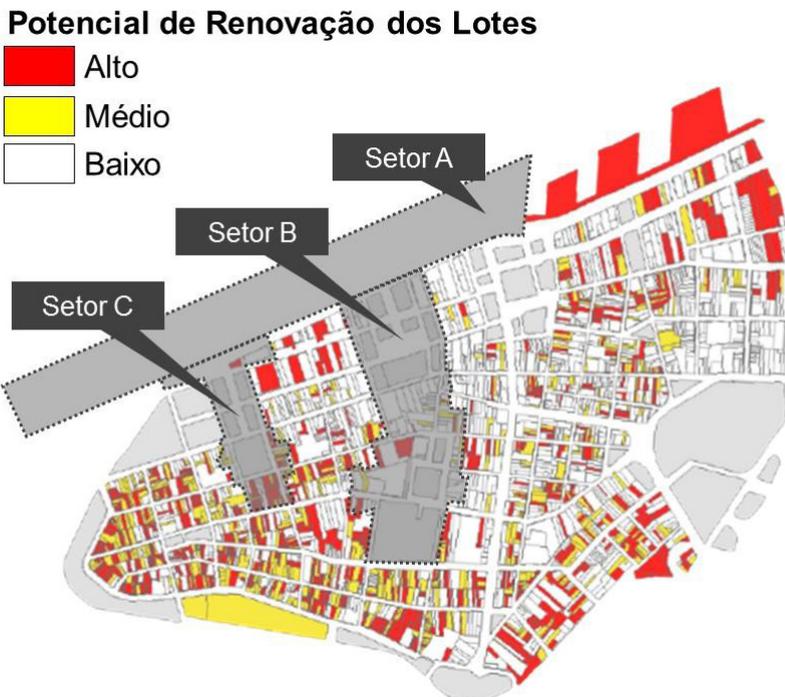
Uma vez retirados do inventário os imóveis de *Estruturação* que não atenderem pelo menos três critérios dos cinco possíveis, a manutenção da volumetria dos imóveis de *Compatibilização* perde sentido na medida em que deixa de existir um bem de valor patrimonial a ser preservado (o imó-

vel de *Estruturação*) para justificar a sua ambiência (a partir dos imóveis de *Compatibilização*). Assim, vários imóveis, até então protegidos, se tornam passíveis de demolição comprometendo uma ambiência consolidada, com destaque para a região nas imediações da Igreja das Dores (Setor de Entorno C), região com uma grande concentração de imóveis inventariados e gravada como área de ambiência cultural, segundo o atual PDDUA (Figura 3).

### 3.2 Reestruturação fundiária por meio do remembramento de lotes

Uma vez demolidas as edificações retiradas do inventário, a área livre resultante tende a passar por um processo de renovação fundiária conforme a proposta do ‘Relatório Final de Consolidação e Proposta do Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre’ (PORTO ALEGRE, 2021a), a seguir (Figura 4).

Figura 4: Lotes de acordo com a classificação de potencial de renovação.



Fonte: Relatório Final de Consolidação e Proposta do PRCHPA, 2021a e Portaria de Entorno do IPHAN nº 26 (IPHAN, 2022) alterado pelos autores, 2023.

Na imagem, os lotes em branco representam os lotes com baixo potencial de renovação, os amarelos com médio potencial e os vermelhos com alto potencial. Destaca-se novamente como área passível de renovação fundiária a região nas imediações da Igreja das Dores (Setor de Entorno C), onde os lotes são amarelos ou vermelhos segundo o relatório anteriormente citado. Este cenário projeta uma possível reestruturação fundiária por meio de remembramento de lotes menores, resultando em terrenos maiores nesta área do Centro Histórico.

### **3.3 Ganho de potencial construtivo e verticalização via gabaritos**

O processo de reestruturação fundiária prevista no tópico anterior abre espaço para um novo padrão morfológico na área a partir das novas diretrizes de uso e ocupação para a área central de Porto Alegre, conforme a LC 930/2021 ('Programa de Reabilitação do Centro histórico') no que toca os Artigos 9º, 10 e 11 relacionados a seguir:

Art. 9º No Perímetro de Adesão do Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre, no decorrer de sua execução, os quarteirões serão detalhados, por regulamento, em relação aos seguintes padrões: I - padrão volumétrico, estabelecido pela definição de gabaritos;

II - padrão das calçadas, com indicação de rotas acessíveis;  
III - definição de áreas passíveis de destinação a bacias de amortecimento, de acordo com as características de consolidação do quarteirão;  
IV - revisão dos gravames de traçado viário, buscando a manutenção da situação existente em detrimento do traçado projetado, quando houver conflito com o patrimônio histórico ou quando verificada a consolidação significativa do quarteirão.

Art. 10. A consolidação dos gabaritos será regulamentada pelo Executivo Municipal, por quarteirão ou por conjunto de quarteirões, no decorrer do desenvolvimento do Programa, observando os seguintes critérios:

I - avaliação das tendências tipo morfológicas dos quarteirões e dos eixos consolidados, envolvendo:

a) recuo frontal definido preferencialmente pelo alinhamento existente ou a definir, considerando situações urbanas ou ambientais específicas;

b) isenção de recuo lateral na definição do gabarito, garantindo a necessidade de afastamento mínimo do lindeiro,

quando houver aberturas, com preferência de continuidade da fachada ao nível do passeio;  
c) recuo de fundos definido pela compatibilização com os lindeiros;

(...)

§ 1º A definição dos gabaritos por quarteirão ou conjunto de quarteirões poderá ser proposta pelos interessados, atendendo aos critérios acima estabelecidos, devendo a proposta ser validada tecnicamente pelo Município de Porto Alegre, conforme procedimento a ser regulamentado pelo Executivo Municipal.

(...)

Art. 11. Uma vez instituídos, os gabaritos definirão o regime volumétrico, o potencial construtivo máximo e o Índice de Aproveitamento Máximo a serem adotados pelos interessados. (PORTO ALEGRE, 2021b)

Este novo padrão de regulação do uso e do solo urbano na área central, em que os Índices de Aproveitamento (IA) dos terrenos são definidos por meio dos gabaritos sugeridos pelo empreendedor e legitimados pelos decretos do Executivo quadra a quadra, possui como parâmetro morfológico a ser seguido as edificações mais altas já edificadas na quadra, conforme diagrama apresentado constante no 'Relatório Final de Consolidação e Proposta do Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre' (PRCHPA), como segue.

**Figura 5: Teste volumétricos para lotes na Av. Mauá com variação de IA entre 8 e 10.**



Fonte: Relatório Final de Consolidação e Proposta do PRCHPA, 2021a.

O *entorno* da Igreja das Dores se verifica como uma área passível para ocorrer transformações como a do diagrama. Em função da grande variação de altura no interior de uma mesma quadra, os terrenos desocupados após uma possível demolição dos imóveis retirados do inventário, com destaque para os oriundos de processo de rememoração, representam uma oportunidade para a construção de empreendimentos de grande porte completando o perímetro da quadra conforme o padrão definido no diagrama da Figura 5. Destaca-se que esta nova forma de ocupação vai de encontro às limitações volumétricas impostas pela portaria do IPHAN, o que evidencia possíveis rupturas morfológicas com destaque para a área junto à Igreja das Dores (Figura 6).

**Figura 6: Vista aérea do entorno da Igreja das Dores.**



Fonte: Google Earth, alterado pelos autores, 2023.

A imagem da Figura 6 ilustra uma ambiência no *entorno* da Igreja da Dores, que pode passar por uma mudança morfológica drástica resultando em uma relação morfológica abrupta entre a área do *Setor de Entorno C* e o seu contexto transformado pela confluência entre a 'Nova Lei do Inventário' e a 'Lei do Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre', em função da possibilidade de ampliação do gabarito de vários terrenos nesta região, dada a variação morfológica em cada quadra.

## CONCLUSÃO

Pensar as políticas de preservação do patrimônio cultural edificado no âmbito do planejamento urbano por meio da noção de ambiência se expressa legalmente através das áreas de *entorno*. Destaca-se, no entanto, que esta associação entre patrimônio cultural edificado e planejamento urbano é motivo de disputa entre os diferentes sujeitos da sociedade, o que se evidencia a partir de aproximações e distanciamentos entre estas áreas ao longo da histórica de consolidação das políticas públicas no Brasil.

Em Porto Alegre, o ‘Programa Monumenta’, entendido como uma ação de intervenção e preservação de bens arquitetônicos localizados em centros urbanos brasileiros, representou uma importante contribuição no início do século XXI para a consolidação da ambiência urbana do ‘Sítio Histórico Urbano de Porto Alegre’, tombado pelo IPHAN em 2003. No entanto, foi só com a Portaria de Entorno n° 483 de 2016, atualizada em 2022 pela Portaria de Entorno n° 26, que o ‘Sítio Histórico Urbano’ desta cidade adquiriu uma área de entorno protegida por lei com o objetivo de preservar esta ambiência.

Este momento representou uma aproximação da legislação sobre o patrimônio, por meio da portaria de *entorno*, com a materialidade inventariada, através do inventário municipal, e com a regulação do planejamento urbano, através das restrições de uso e ocupação do solo do PDDUA. Isto se evidencia, por exemplo, no contexto urbano consolidado da Igreja das Dores, localizada em um dos setores de entorno da citada Portaria n° 26/2022. Tal aproximação garantiu a preservação não só do bem tombado, a igreja, como do seu contexto urbano de inserção, configurando por edificações baixas, muitas delas sobrados e solares que datam do início do século XX.

Esta articulação está em disputa, na medida em que a partir de novas legislações, instituídas recentemente, projeta-se para a área uma possível reestruturação urbana, sobretudo, da ambiência do entorno da Igreja das Dores. Trata-se de um arcabouço jurídico institucional, com características neoliberais, que viabiliza um processo de demolição de imóveis passíveis de serem retirados do inventário, através da ‘Nova Lei do Inventário’ (2019), em associação com os remembramentos dos lotes vazios resultantes da demolição que passam a ser ocupados por grandes empreendimentos em altura possibilitados pelos critérios da ‘Lei do Programa de Reabilitação do Centro Histórico’ (2021).

O resultado formal oriundo da convergência entre as duas legislações problematizadas aqui representa na prática a descontinuidade de uma política pública que contemplava a preservação do patrimônio edificado no âmbito do planejamento urbano local. A preservação não apenas do bem

tombado, mas também de sua ambiência que permite a sua valorização, assim como uma área de amortecimento entre a malha urbana e o patrimônio em questão passa a ser tensionada, disputada e enfraquecida. Trata-se de um processo marcado pela hegemonia do espaço privado de grandes empreendimentos, com alto valor agregado em função da sua exclusividade formal e locacional, sobre a ambiência do espaço público das áreas de entorno a partir das possibilidades imobiliárias que o atual cenário legal permite na área central de Porto Alegre. Desta forma verifica-se um distanciamento entre a perspectiva preservacionista da Portaria de Entorno do IPHAN e os novos parâmetros de manutenção dos imóveis inventariados e de regulação do uso e da ocupação do solo.

Neste sentido, entende-se que a sociedade precisa se unir em prol da luta coletiva em defesa de uma área que representa a história e a identidade de Porto Alegre, o seu Centro Histórico, na medida em que se verifica uma ruptura legal entre normativas federais e políticas municipais que tende a se expressar materialmente na ruptura de uma paisagem que está consolidada no imaginário local. Trata-se de uma possível perda da memória e da identidade coletiva, uma vez que o comprometimento da ambiência do bem tombado prejudica a sua compreensão e valorização.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, R. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. *Em*: LIMA FILHO, M. F.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. F. (org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogo e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 263–285.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BRASIL. **Decreto lei**. 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acessado em: mar. 2023.
- BICCA, B.L.P. **Programa Monumenta: Porto Alegre**. Brasília: IPHAN. 2010.
- CURY, I. (Org.) **Cartas Patrimoniais**. 3ª ed. Rio de Janeiro. IPHAN. 2004.
- CUTY, J. **A gente sempre pensou em termos de planejamento: a cultura da preservação nas políticas urbanas em Porto Alegre, RS, Brasil**. 2012. Tese. (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre, RS, 2012.
- CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

- CHUVA, M. [Disciplina: **Constituição no Campo do patrimônio** - 1º Módulo de Aulas Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – Turma 2011]. Rio de Janeiro, 2012.
- CHUVA, M. **Os arquitetos da memória: sociogêneses das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 - 1940)**. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ, 2009. p. 29-90.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- FONSECA, M. C. L. O Patrimônio no Brasil. In: **O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC- IPHAN, 1997. p.85-261.
- GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.
- GONÇALVES, J. R. S. O espírito e a matéria: o patrimônio como categoria de pensamento. *Em: Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio*. 2. ed. Rio de Janeiro: (Coleção Museu, Memória e cidadania), 2007a. p. 107–116.
- GONÇALVES, J. R. S. Teorias antropológicas e objetos materiais. *Em: Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio*. Rio de Janeiro: (Coleção Museu, Memória e cidadania), 2007b. p. 14–42.
- IPHAN. **Perguntas frequentes**. 2023. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes> Acessado em: mar. 2023.
- IPHAN. [Memorando nº021/11 GAB/DEPAM]. Brasília, 2011.
- IPHAN. [Nota Técnica nº 001/2011/DEPAM]. Brasília, 2011.
- IPHAN. Portaria de Entorno nº26. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/atos-normativos/2022/portaria-iphan-no-26-de-6-de-julho-de-2022> Acessado em: mar. 2023.
- LEENHARDT, J. Teoria e prática do patrimônio. *Em: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). Bens culturais: temas contemporâneos: ensaios*. Porto Alegre: Movimento, 2011. p. 9–18.
- MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Roberto Marinho.1997.
- MEIRA, A. L. G. **O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- MOTTA, L. **Entorno de Bens Tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Co-pedoc, 2010.

- PORTO ALEGRE. **Lei Complementar nº 434**. 1999. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/1999/44/434/lei-complementar-n-434-1999-dispoe-sobre-o-desenvolvimento-urbano-no-municipio-de-porto-alegre-institui-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-ambiental-de-porto-alegre-e-da-outras-providencias> Acessado em: mar. 2023.
- PORTO ALEGRE. **Lei Complementar nº 601**. 2008. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/2008/61/601/lei-complementar-n-601-2008-dispoe-sobre-o-inventario-do-patrimonio-cultural-de-bens-imoveis-do-municipio> Acessado em: mar. 2023.
- PORTO ALEGRE. **Lei nº 12.585**. 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2019/1259/12585/lei-ordinaria-n-12585-2019-dispoe-sobre-o-inventario-do-patrimonio-cultural-de-bens-imoveis-do-municipio-de-porto-alegre-e-sobre-as-medidas-de-protecao-e-preservacao-dos-bens-que-o-compoem> Acessado em: mar. 2023.
- PORTO ALEGRE. **Relatório Final de Consolidação e Proposta do Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre**. 2021a. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smamus/planejamento-urbano/projetos/programa-de-reabilitacao-do-centro-historico-de-porto-alegre> Acessado em: março 2023.
- PORTO ALEGRE. **Lei Complementar nº 930**. 2021b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/2021/93/930/lei-complementar-n-930-2021-institui-o-programa-de-reabilitacao-do-centro-historico-de-porto-alegre>.
- RABELLO, S. **O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.
- SANT'ANNA, M. **Da cidade-monumento à Cidade – Documento- A trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937 - 1990)**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.
- SEIXAS, A. L. J. **Gestão das áreas de entorno de bens tombados - estudos de caso nas cidades gaúchas de Piratini e Novo Hamburgo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.
- SEIXAS, A. L. J. **Uma longa caminhada: tensionamentos no campo patrimonial – a emergência dos Guarani Mbyá na Tava/Sítio de São Miguel**

**Arcanjo, Missões, Rio Grande do Sul.** 2023. Tese. (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre, RS, 2023.

SIMÕES, J. D. C.; MOG, W. Divergências entre a legislação urbanística e o patrimônio cultural na Avenida Independência em Porto Alegre *Em: Visioni LatinoAmericane* 24 (2021). **Suplemento. Paisagem cultural no Rio Grande do Sul: um tema em debate**, EUT Edizioni Università di Trieste, Trieste, 2021, pp. 406-423.

**Recebido em:** 16/07/2023

**Aceito em:** 02/11/2023



DISCURSOS E  
CONFERÊNCIAS



# IBIRAPUITÃ

Apio Claudio Beltrão<sup>1</sup>

## PRÓLOGO

Este estudo tem por finalidade comentar o recontro entre os borgistas da 2ª Brigada Provisória, ou Brigada do Oeste, comandados por José Antônio Flores da Cunha, e os assististas da Coluna do Oeste, sob o comando de Honório Lemes da Silva, travado em 19 de junho de 1923, terça-feira, nas cabeceiras da Ponte Borges de Medeiros sobre o rio Ibirapuitã, junto à cidade de Alegrete.

Essa refrega não foi uma batalha. Embora se constituísse em episódio eminente das operações militares que se desenvolveram no Rio Grande do Sul ao longo do ano de 1923, de certo não decidiu o conflito nem teve expressão significativa sob os pontos de vista estratégico e tático.

Tampouco poderia ela ser chamada de escaramuça. Longe de ter sido um choque frouxo e instantâneo da vanguarda dos governistas com a retaguarda dos revolucionários, exigiu empenho intenso e demorado de ambos os contendores.

Melhor seria considerá-la um autêntico combate, como verdadeiramente o foi.

## A REVOLUÇÃO

Em 25 de setembro de 1922, o Partido Republicano Rio-Grandense ou Partido Republicano Histórico, no poder havia trinta anos, lançou a candidatura de Antônio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado, para um quinto mandato quinquenal.

A oposição, nos 5 e 19 de outubro de 1922, consagrou Joaquim Francisco de Assis Brasil competidor com o candidato oficial.

Os opositoristas formaram frente composta de um conglomerado de republicanos dissidentes – alguns originários dos pretéritos Partido Republicano Federal, de 1891, Partido Republicano Liberal, de 1895, e Partido Republicano Democrático, de 1908 – com um bom número de federalistas - oriundos do Partido Federalista de 1892 ou a ele aderentes nos anos que se seguiram. Ao fim e ao cabo, os opositores reuniram-se em uma respeitável

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1964), especialização em Direito Tributário pela PUCRS. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

multidão de descontentes com a perpetuação do borgismo.

Depois de uma campanha marcada pela violência e pela fraude, Borges foi eleito em 25 de novembro de 1922, reconhecido como vencedor pela Assembleia Legislativa no dia 16 de e empossado no dia 25 de janeiro de 1923.

Irresignados, os vencidos desencadearam a Revolução de 1923,

O movimento armado, com certo exagero, pode ser chamado de guerra civil ou, com algum menosprezo, de mera revolta, mas o nome de revolução cabe-lhe com propriedade porque seu objetivo maior, senão único, foi derrubar o presidente estadual em exercício.

A revolução caracterizou-se, antes de tudo, como conflito entre republicanos de diferentes facções. Os federalistas que se insurgiram não veriam implantado o parlamentarismo inscrito no programa do seu partido, nem seriam governados por um correligionário. Porém, a ojeriza ao borgismo - desgastado pela duração do mando e pelo atrito com Arthur Bernardes da Silva, empossado em 15 de novembro de 1922 na presidência da República, depois de vencer, no pleito de 1º de março de 1922, o candidato apoiado por Borges, Nilo Procópio Peçanha - proporcionou amálgama suficiente à composição heterogênea dos revolucionários.

O Rio Grande do Sul, por quase um ano, tornou-se palco de um drama deplorável: o prolongamento da dissensão política na luta armada entre assististas e borgistas.

A pacificação de Pedras Altas, consumada em 14 de dezembro de 1923 através da mediação do General-de Divisão Fernando Setembrino de Carvalho, não trouxe, infelizmente, a tranquilidade de que o Estado tanto necessitava.

A agitação político-militar e os levantes em armas haveriam de persistir pelos anos seguintes.

## **A CIDADE, O RIO E A PONTE**

De um verbete do Dicionário Geográfico, Histórico e Estatístico do Rio Grande do Sul, 2ª edição, Globo, Porto Alegre e Santa Maria, 1914, de Octávio Augusto de Faria:

“Alegrete. Município importante no vale do Ibicuí. Os limites são quase todos naturais. Ao Norte, os municípios de Itaqui, Assis e S. Vicente pelo Ibicuí; a Leste e Sul o município de Rosário pelo Itapevi, serra do Caverá e rio Caverá e por uma série de banhados até encontrar o Ibirapuitã; o município de Quaraí, pelo Ibirapuitã, arroio Mata Olho, coxilha de São Rafael,

restinga S. Eustáquio, arroio Paipasso, diversas vertentes, rio Inhanduí e coxilha de Japeju; a Oeste, o município de Uruguaiana pelo Ibirocaí. Os terrenos do município são de formação terciária e alguns do período quaternário, encontra-se depósitos turfosos e fósseis. (...) O seu território é plano a Oeste do Ibirapuitã e ondulado a Leste. Possui a forma trapezoidal e conta um perímetro de 520 km. A área do município de 8.170 km. Possui bom sistema hidrográfico, sendo regado pelos rios Ibicuí, Ibirapuitã, Inhanduí, Itapeví, Ibirocaí etc. Há diversos passos nos diversos cursos d'água que banham o município. O seu sistema orográfico é constituído pela serra do Caverá, de formação quaternária e por vários cerros isolados. (...) Em 1909 contava 2.328 eleitores estaduais e em 1910, 1.156 federais. (...) O município conta pontes sobre os rios Ibirapuitã, Caverá e diversas outras pertencentes à via férrea. A população do município é calculada para 31-12-1913 em 26.357 habitantes, com densidade de 3,1 por quilômetro. Conta para mais de 3.500 prédios, sendo 1.400 urbanos. (...) Cidade, sede do município e comarca, à margem esquerda do Ibirapuitã, sobre uma eminência, que vai se abater na direção de Sul a Norte, circundada por uma curva do Ibirapuitã e Restinga.”

Ainda sobre a hidrografia, a orografia e a população de Alegrete, Miguel Jaques Trindade (Alegrete do Século XVII ao Século XX, volume I, Movimento, Porto Alegre, 1985, págs. 37,38 e 61):

“Os campos são, naturalmente, divididos pelo rio Ibirapuitã em duas zonas de pastagens: uma constituída de terras próprias para a agricultura, esta situando-se ao lado da margem direita do rio mencionado, compreendendo extensa área entrecortada pelos afluentes da margem indicada desse rio, arroio Caverá (o maior) e outros afluentes, como os arroios Queromana, Lajeado, e Restinga. Conta-se ainda nessa área com a Lagoa do Parové, com 1.000 m de comprimento, 300 m de largura e 5 m de profundidade, situada num planalto admirável. Todos os cursos de água que aqui mencionamos e mencionaremos como pertencentes ao território de Alegrete pertencem ao estuário do rio Ibicuí, sendo que na parte que limita o município ao norte aparece este grande rio, que é também o receptáculo de todo o sistema hidrográfico do município. Às suas margens, numa extensão de 160 km, os campos são arenosos e como tais um pouco fracos, ainda que considerando a hidrografia local bastante boa. Ainda à margem direita do rio Ibirapuitã ficam situados os arroios da Divisa, com 20 km, Jacaquá, com 40 km, Itapeví, com um curso de água de 53 km, Lajeado, com 40 km, São João, com 30 km. O Ibirapuitã recebe ainda pela margem direita mais os seguintes cursos de água: Catimbau, Jararaca e Caiboaté e Restiga do Salso. (...).

A área do município situada à margem esquerda do Ibirapuitã,

como já ficou demonstrado, é realmente a área que, sendo própria, é muito explorada com a pecuária. Nela estão situados os arroios Itapororó, Inhanduí, Ibirocaí, Pai-Passo, Capivari, Salso, Vacacaí, Ibirocaizinho, Mata-Olho, Fortaleza, Guassu-Boi, Restinga ou Regalado, que circunda a cidade, lado norte. Desses o maior e mais extenso é o Ibirocaí, que também serve de limite, hoje, com o vizinho município de Uruguaiana, (...).

Na orografia do município, o único cerro que pertence a um sistema de cordilheira é o Catimbau, localizado no 'divortium aquararum' dos arroios Caverá e Ibirapuitã e que faz parte dos chamados últimos contrafortes da Serra do Caverá. Isolados existem ainda no município os cerros do Dinheiro, da Tuna, do Barro, do Ouro, das Pedras de Bolas, do Tigre, do Negro, mais o Vigia, Pintado, Itapororó, Jacaquá, Apertado, Figueira e o da Olaria. (...)

Os primeiros dados referentes ao estudo da população de Alegrete que ofereceram alguma confiança apareceram no censo demográfico realizado em 1920, executado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Nesse censo, muito pobre em elementos, observa-se que o município possuía 33.330 habitantes, dos quais apenas 12.382 sabiam ler e escrever, sendo os restantes analfabetos por completo.”

Mais três verbetes do Dicionário de Octávio:

Acerca do rio Ibirapuitã:

“Ibirapuitã. Rio tributário do Ibicuí, nasce no município de Livramento, coxilha de Santana e depois limita esse município do de Quaraí e Quaraí dos de Rosário e Alegrete, penetrando no último onde banha a cidade de Alegrete. Corre a princípio no rumo Noroeste e depois no de Norte até sua barra, 3 km abaixo do passo de Santa Rosa. Possui duas importantes pontes junto à cidade de Alegrete.

Ibirapuitã Chico. Arroio tributário do Ibirapuitã; município de Livramento e Rosário, limitando-os em parte.

Ibirapuitã Mirim. Antiga denominação do atual rio Caverá.”

Sobre a ponte Borges de Medeiros:

“Borges de Medeiros. Ponte sobre o rio Ibirapuitã junto à cidade de Alegrete. No ano de 1845 houve a primeira iniciativa para a construção da referida ponte. Até então a passagem do rio era atendida por empresas particulares, que sustentavam à sua custa canoas e outros meios de transporte. Em abril de 1873 foram terminados os trabalhos e a ponte foi entregue ao trânsito público. Em 1894 foi incendiada pelos revolucionários e reconstruída em 1896. Em 1907 foi substituído o antigo estrada de madeira por outro

de ferro, e as obras de alvenaria foram levantadas mais um metro, para prevenir as enchentes, que nos últimos anos se manifestaram extraordinárias, quase atingindo o estrado. A ponte do Ibirapuitã é a mais importante via de comunicação do município de Alegrete, sob o ponto de vista comercial, ligando-o com a região oriental deste rio e municípios de São Francisco de Assis, Rosário e Livramento. Está a importante obra assente sobre dois encontros e quatro pilares de alvenaria, com uma extensão de 94 metros de encontro a encontro. (...) Junto à essa bela ponte há outra pertencente à via férrea de Porto Alegre a Uruguaiana.”

## AS FORÇAS EM CONFRONTO

A disparidade de recursos entre governistas e revolucionários era notória.

Borges dispunha da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul que, segundo o Decreto nº 2.916, de 11 de janeiro de 1922, compunha-se de 2.210 homens, sendo 130 oficiais e 2.080 praças, distribuídos entre um estado-maior de 10 oficiais, 2 regimentos de cavalaria com 19 oficiais e 318 praças cada um; 3 batalhões de infantaria, um com 24 oficiais e 525 praças e 2 com 15 oficiais e 247 praças; um grupo de metralhadoras com 7 oficiais e 114 praças; a escolta presidencial com 5 oficiais e 131 praças; e os serviços auxiliares com 8 oficiais e 180 praças.

Além dessa milícia regular, Borges também tinha à disposição muitos corpos provisórios.

Leia-se, a propósito, o Coronel Aldo Ladeira Ribeiro (Esboço Histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, volume II, Oficinas Gráficas da Brigada Militar, Porto Alegre, 1953, pág. 37):

“Acentuando-se os indícios de que seria perturbada a vida ordinária do Rio Grande, pela reunião de elementos feita por diversos chefes oposicionistas e, principalmente na região serrana, o governo, por Decreto nº 3.086, de 16 de janeiro, criou o 1º Corpo Provisório, com sede em Passo Fundo, sujeito ao comando e regulamento da Brigada Militar, com o efetivo de 270 homens, sendo 19 oficiais, e nomeou seu comandante comissionado no posto de tenente-coronel o Major João Cândido Machado.

Muitos outros corpos dessa natureza foram criados no decorrer da revolução, a maioria dos quais ficou grupada nas cinco Brigadas Provisórias, do Norte, do Oeste, do Sul, do Nordeste e do Centro (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª, respectivamente).”

Confira-se em Carmen Aita (1923 Rio Grande do Sul Diário da Revolução, Laser Press Comunicação, 1ª edição, Porto Alegre, 2013, pág. 44):

“Portanto, as forças republicanas eram modeladas pela Brigada Militar do Estado, regendo-se pelos seus regulamentos. As Brigadas Provisórias, em número de cinco, eram as grandes unidades, compostas de 5 a 7 Corpos, sendo que o efetivo normal do Corpo Provisório era de 321 homens, inclusive oficiais, e que perfaziam totais de 1.500 a 2.000 combatentes. Seus comandantes compunham-se de oficiais da Brigada Militar da ativa ou reformados, oficiais da Guarda Nacional, alguns oficiais reformados do Exército e civis comissionados. Mas também havia diversos Corpos provisórios que eram independentes destas e estavam diretamente subordinados ao comando geral da Brigada Militar.”

A Brigada do Oeste foi organizada em Santa Maria, sob o comando do Coronel Claudino Nunes Pereira.

Compreendia, inicialmente, seis unidades: os 1º e 2º Regimentos de Cavalaria, o 1º Batalhão de Infantaria e 3 corpos provisórios (Ladeira, Esboço, pág. 63).

Mais tarde, consoante Flores (A Campanha de 1923, 3ª edição, Edigal, 2023, pág. 39) sua composição foi alterada, passando a contar com os dois regimentos de cavalaria, os 1º, 3º, 4º e 5º Corpos Provisórios, o corpo denominado Fronteiros da República e o contingente chefiado pelo Coronel Nepomuceno Saraiva.

Finalmente, Flores, comissionado no posto de coronel, substituiu Claudino no seu comando.

Lê-se em Arthur Ferreira Filho (História Geral do Rio Grande do Sul 1503-1960, 2ª edição, 1ª impressão, Globo, Rio de Janeiro – Porto Alegre – São Paulo, 1960, pág. 156), que os revolucionários operaram divididos em forças, eventualmente agrupadas em colunas.

Uma destas colunas era a chefiada por Honório, também chamada Coluna do Oeste.

Sobre a Coluna do Oeste escreveu Antero Marques (Mensagem a Poucos 23 Vivências de um Estudante Revolucionário, A Nação, Porto Alegre, 1964, págs. 94 e 95):

“Vimos pela primeira vez o que chamávamos ‘a força do Honório’, que nunca acampara à nossa vista, nem em marcha se mostrara, desde que incorporáramos até ali, naquela concentração e revista; era, realmente, uma força respeitável, uma gauchada linda, mais de mil homens montando excelentes cavalos que pareciam ter sido escolhidos a dedo como os seus ginetes; era, também, a de aspecto mais regular e disciplinado; ao passo, depois da formatura de revista, desfilaram a 4 de fundo; como as demais, estava praticamente desarmada. A força de Alegrete, mais numerosa talvez

do que ela, ao lado dos contingentes que se caracterizavam pela improvisação, apresentava unidades que se equiparavam em tudo. Somávamos em torno de 3 mil homens: - para alguns, 3 mil; para outros, 3 mil e 200.”

Em quaisquer circunstâncias, a quantificação dos efetivos de uma força é sempre insegura. Nas unidades regulares, os mapas de apuração variam de dia para dia. Entre os combatentes irregulares, não é costume efetuar esse mapeamento. As causas de aumento dos efetivos exemplificam-se como o recrutamento e a adesão voluntária; as de diminuição, como a morte, a doença e a deserção; além disso, ocorrem constantemente incorporações e desincorporações de contingentes, pelos mais variados motivos.

O armamento dos governistas era homogêneo e moderno, ao menos no tocante aos corpos permanentes. A munição e o aprovisionamento de gêneros alimentícios eram regulares e satisfatórios. Tampouco careciam, habitualmente, dos demais recursos materiais exigidos para a atividade em campanha.

Flores, aludindo ao combate de Ibirapuitã, apontou (Campanha, pág. 95):

“Não soubemos a extensão e importância dos reforços, em homens, armamentos e munições que, dias antes, os revolucionários receberam.

Apesar de não haver o Governo do Estado remuniado a Brigada de Oeste, depois dos sucessivos embates que, anteriormente, ferira, é de crer-se que tivesse superioridade em potência de fogo, dispondo como dispunha de algumas armas automáticas.”

Os revolucionários careciam de armas modernas e sofriam com a crônica falta de munição. Os recursos para alimentação e vestuário eram eventuais.

Antero, tenente encarregado do armamento, da munição e da distribuição de carne na força de Hortêncio Rodrigues, formada de uns 300 homens, refere-se a lanças fabricadas com ferro forjado em ferraria e haste de madeira de lei, acrescentando (Mensagem, págs. 73 e 76):

“Aquela maneira de armar-se, rudimentar e primitiva, fazia lembrar dentro da História a usada por todos os povos, nas insurreições populares e nas revoltas dos camponeses – facas, adagas, revólveres, relhos com cabos rijos e duros, de pau-ferro, guajuvira, coronilha, araçá, cambuí, cuja bordada única dada com pulso firme era suficiente para derrubar um homem, a pé ou a cavalo; rabos-de-tatu curtos, cujas tranças de couro primorosas disfarçavam os canos de ferro que lhes davam peso; as boleadeiras, ainda com as mesmas funções de antigamente; Winchesters em número reduzido, 2 ou 3 Comblains, uma Mannlucher, e, talvez, pensando os seus portadores

na hipótese provável dos entreveros, uma ou outra arma de chumbo para caça...(...) Carneávamos a média de 2 vacas para 100 homens, o que perfazia 6 ao todo por dia.”

Antes de a Coluna do Oeste travar o combate de Ibirapuitã, Antero registrou o recebimento de armas e munições (Mensagem, págs. 250 e 251):

“- E o comboio que estava para chegar, ontem?

- Chegou ... (respondeu Honório). O Dr. Luzardo trouxe 300 e tantas armas e alguma munição. (...) O Coronel Hortêncio me disse que vai lhe entregar esse armamento para o sr. limpar... Está muito sujo e enferrujado.

O Tenente despediu-se. Ao chegar à barraca, encontrou o armamento e a munição respectiva. Eram cerca de 300 armas, a maioria delas de tamanho aproximadamente de uma ‘Mannlücher’ e semelhante a ela, que os entendidos chamavam ‘Chassepot’. (...) A sua munição era constituída por alguns cunhetes de cartuchos, grandes, carregados com pólvora preta e bala de chumbo, grande também e grossa (o fumo dos tiros era tal que chegava a tapar o atirador); as outras, fuzis argentinos tipo ‘Mauser’, muito compridos e de um tiro só, calçando e atirando com bala de 7 mm da ‘Mauser’ do nosso exército. A munição que veio para estas últimas era muito pouca. (...) E isso era tudo o que se convencionou apelidar, pomposamente e esperançosamente, comboio de armamento e munições. Além das armas acima referidas, a ‘Coluna’ possuía ‘Winchesters’, ‘Mosquetões Mauser’, de cavalaria, em número deficiente, alguns ‘Comblains’, raros ‘Mausers’ de infantaria do nosso exército, e ainda mais raros os ‘Mausers’ Argentinos, 7,5 mm, bala pontiaguda, novíssimos na sua cor azulada, que certos soldados das forças governistas vendiam aos nossos simpatizantes civis das cidades.”

A remonta constituiu problema intermitente para ambos os adversários, conquanto afetasse principalmente os revolucionários, pelas características da guerrilha que sustentavam: muito movimento e pouco apoio logístico. Em 1923, equinos já não abundavam no Rio Grande do Sul como outrora. O ideal de um animal de boa qualidade, bem tratado e melhor treinado, afeiçoado ao seu cavaleiro, era mais fácil de alcançar pelos governistas, que tinham mais recursos e não dependiam tanto das potreadas, como os seus adversários. O cavalo comumente empregado no serviço de campo pouco resistia às marchas forçadas, à precariedade do pasto e à irregularidade do descanso, ficando logo imprestável.

## AS APROXIMAÇÕES

Em 1º de junho de 1923, a vanguarda da Brigada do Oeste atacou a Coluna do Oeste na Fazenda Santa Rosa, Município de Rosário do Sul.

As versões sobre o combate são contraditórias. Flores (Campanha, págs. 59 a 63) proclamou a vitória de menos de 200 dos seus comandados sobre uma quantidade de contrários 6 ou mais vezes maior, tendo declarado que a Coluna do Oeste fugira em desordem, deixando mais de 20 mortos e perdendo parte da cavalaria. Antero (Mensagem, págs. 220 e 221) afirmou que a Brigada do Oeste sofreu derrota completa, ficando extraviada e dispersa desde Santa Rita até Santana do Livramento, onde se refez pelo período aproximado de 15 dias.

Depois de Santa Rita, a Brigada do Oeste marchou até Alegrete (Ladeira, Esboço, págs. 93 e 95 a 97:

“Após o combate da estância de Santa Rosa, a 2ª Brigada do Oeste, saindo do boqueirão do Viradouro, na serra do Caverá, atingiu o passo das Catacumbas no rio Ibirapuitã; a estância da Sociedade e pouco depois, os campos de Benício Alves Corrêa, onde se deteve na noite de 4 para 5 de junho, dia que assinala o combate que ficou conhecido pelo nome do local onde se travou – a picada do Aipo.

(...)

Após o encontro da picada do Aipo, a Brigada do Oeste aproximou-se de Livramento, indo acampar junto ao passo do rio Ibirapuitã, cerca de 2 e meias léguas [16,5 quilômetros] da cidade, na tarde de 7.

(...)

Ao atingir a Brigada o passo do Ibirapuitã, foi expedida ordem de acampar e muito poucas foram as praças que obtiveram permissão para se afastarem do corpo.

Tal medida, como era natural, gerou grande descontentamento.

(...)

A reação, porém, não se fez esperar. Diante da impassibilidade do comandante da unidade, que nenhum interesse tomou pelas suas praças nessa, como em outras emergências, começaram estas a agir, levadas pelos seus próprios impulsos, sem medir as consequências que lhe poderiam advir de sua conduta.

(...)

A 10, pôs-se a Brigada em marcha, novamente.

Na tarde de 14, a força legal atingiu a margem esquerda do rio Quaraí-mirim, onde estacionou até 17, quando foi acampar junto ao passo do Inhanduí, no município de Alegrete, nas proximidades do local onde no decorrer da revolução de 93-95, feriu-se a grande batalha do Inhanduí.

A 18, o mau tempo impediu a continuação da marcha, o que se fez

na manhã de 19.

Foi nesse dia que se feriu o memorável encontro da ponte Borges de Medeiros.”

Por sua vez, a Coluna do Oeste deslocou-se para a margem direita do rio Ibirapuitã (Antero, Mensagem, págs. 224 e 225):

“Depois de ‘Santa Rosa’, a Coluna, cansada e exausta, respirou um hausto longo de muitos dias (cerca de 15) sem perseguição e sem contato com o inimigo. Os móveis e objetivos de Honório permaneciam os mesmos, premura de tudo – de dinheiro, roupa, farmácia, calçado, armas e munições. Só não havia falta de soldados, carne e cavalos – e estou quase a afirmar que com esses três elementos seja possível manter-se uma guerra civil, pelo menos durante algum tempo, no Rio Grande. Realmente, bem ponderadas as coisas até o dia de Ibirapuitã (daí por diante quem aponta estas notas afastou-se da guerra civil), Honório não teve mais do que isso, e o espaço e o tempo filtrados pela sua vaqueania, segundo as necessidades, vicissitudes e circunstâncias dos momentos da luta. Então?... Procurará, de novo, aproximar-se da ‘Linha Divisória’. Conseguirá o que lhe vedaram em ‘Palomas’ e no ‘Passo do Guedes’. Aproxima-se, em marchas calmas e demoradas, de Quaraí e Uruguaiana. Recebe o pomposamente denominado ‘Comboio de Armas e Munições’. (...) Ninguém melhor do que Honório perceberia que aquelas 300 armas antiquadas (...) não modificavam em muito a nossa situação diante dum inimigo bem equipado, que contava com todos os recursos de que dispunha o Governo do Sr. Borges de Medeiros.

Assim, ao ter conhecimento de que o mesmo se aproximava em sua procura, levanta acampamento e marcha. Para onde? Para a Serra do Caverá, em busca dos seus acidentes e esconderijos, que eram a sua proteção salvadora. E somente os azares da guerra (ou o Acaso de uma ordem erradamente transmitida durante a guerrilha de Ibirapuitã?... ) evitaram-no de atingi-la a salvo. É o que tentaremos expor e demonstrar, adiante, em outro registro, onde se verá, também, que depois de refazer-se da debandada de 19 de junho, busca aquele asilo de cerros desnudos.”

Noutros termos, conforme Antero (Mensagem, págs. 223 a 243), a Coluna do Oeste seguiu o seguinte roteiro entre 1º e 19 de junho de 1923: Fazenda Santa Rosa (serra do Caverá) – passo do Posto Branco (serra do Caverá) - campos do Rochedo - Estância do Ibirapuitã (de Assis Brasil) – Alegrete (um piquete que, antes de entrar na cidade, efetuou reconhecimento sobre a estação de Palma, no quilômetro 216,9 da linha ferroviária de Santa Maria a Uruguaiana, 15,1 quilômetros a Leste da estação de Alegrete, situada no quilômetro 232) – Boa Vista – passo do rio Inhanduí (na estrada de rodagem de Alegrete a Quaraí) – um dos passos do rio Garupá (de acesso a Quaraí) –

estação de Inhanduí (no quilômetro 260 mencionada linha ferroviária, 28 quilômetros a Oeste da estação de Alegrete, durante 3 a 4 dias) – Alegrete; seu destino era a serra do Caverá.

Segundo Aita (1923, pág. 144), Honório entrou em Alegrete a 6 de junho, logo rumando para Uruguaiana.

Flores (Campanha, págs. 57 a 59) informou ter sabido que Honório abandonara Alegrete, depois de a ter ocupado por alguns dias, e tomara a direção de Uruguaiana, fracionando sua coluna em dois contingentes: um avançara até Barra do Quaraí, Município de Uruguaiana, e o outro permanecera entre as estações de Inhanduí e Guassu-Boi.

Apurou, também, que Honório, ilhado pela enchente do rio Inhanduí, passara de sua margem esquerda para a direita. Como dito acima, a estação de Inhanduí situava-se no quilômetro 260 da linha ferroviária de Santa Maria a Alegrete, 28 quilômetros a Oeste da estação de Alegrete. A estação de Guassu-Boi estava situada no quilômetro 273,8 da aludida linha ferroviária, 41,8 quilômetros a Oeste da estação de Alegrete.

A Brigada do Oeste e a Coluna do Oeste convergiram para Alegrete por caminhos diferentes. Supõe-se que aquela tenha percorrido o rumo Sudoeste-Nordeste, enquanto esta seguiu o rumo Oeste-Leste. Por conseguinte, a primeira marchando ao Sul da segunda. É o que se depreende das fontes (Campanha, págs. 76 a 80; Mensagem, págs. 241 a 253).

Um piquete de reconhecimento governista, enviado em 16 de junho de 1923 na direção do passo de Santa Amasílha [Amasília?], descobriu que Honório tinha atravessado a ponte ferroviária sobre o rio Inhanduí, da margem esquerda para a direita, como já se disse. Por conseguinte, é provável que, seguindo o leito da via férrea, chegasse em Alegrete mais de um dia antes de Flores.

Entrando em Alegrete pela segunda vez, passou da margem esquerda para a margem direita do rio Ibirapuitã e foi acampar no Capão do Angico.

Na localidade do Capão do Angico, também conhecida como Jararaca e situada a três quartos de légua [4,95 quilômetros] da cidade de Alegrete, deu-se, em 27 de março de 1893, o combate em que os federalistas da 1ª Divisão do Exército Libertador, às ordens de Antônio Ferreira Prestes Guimarães, destroçaram os castilhistas da divisão chefiada por Joaquim Tomás dos Santos Filho, que foi aprisionado (Wenceslau Escobar. Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893, Universidade de Brasília, Brasília, 1983, págs. 105 a 108, e Sérgio da Costa Franco, A Guerra Civil de 1893, 2ª edição, Renascença-Edigal, Porto Alegre, 2012, pág. 79).

Flores acampara à margem direita do rio Inahnduí, no local da batalha que se feriu em 3 de maio de 1893, entre os federalistas das duas divisões do Exército Libertador, a 1ª de João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares) e a 2ª de Luís Alves de Oliveira Salgado, e os castilhistas das divisões do Oeste, 1ª Divisão, de Hipólito Antônio Ribeiro (comandante-em-chefe) e do Norte, de Francisco Rodrigues Lima.

De lá encetou, ao amanhecer de 19 de junho de 1923, a marcha para Alegrete, fazendo um bivaque, por volta das 10 horas, nas proximidades do local onde se ergueria a estação de Vasco Alves, no quilômetro 22,2 do ramal ferroviário de Alegrete a Quarai.

Desse lugar, horas depois, alcançou Alegrete já sabedor do tiroteio instaurado entre sua vanguarda e os adversários, junto à ponte Borges de Medeiros.

## O COMBATE

Ao teor de sua Ordem do Dia, transcrita por Aita (1923, págs. 61 a 64), Honório assim teria disposto suas forças na margem direita do rio Ibirapuitã:

“À direita da ponte, sobre o rio Ibirapuitã, tomara posição o Tenente-Coronel Maurício de Abreu. Em posição imediata, achava-se o piquete do Estado-Maior sob o comando do Tenente Raul Batista. O Coronel Teco Timbaúva, que fora o primeiro a tomar posição, dispusera a sua força sobre a mangueira do Matadouro Municipal, sendo esta a força que fizera recuar as primeiras avançadas inimigas. À medida que se foi generalizando a batalha, mandei dispor uma linha de atiradores, sob o comando do Major Malaquias Vargas, entre o Matadouro e a casa do Sr. João Galant. Também convergiram para este centro as forças respectivamente do comando do Major Bueno Aures da Costa, do Capitão Serafim Saldanha, as do Capitão Pachcoal do Prado, do Regimento de Uruguaiana e o Corpo Vasco Alves, sob o comando do Major Waldemar Abreu. A esquerda da mangueira de pedra era ainda ocupada por forças de Uruguaiana, sob o comando do Tenente-Coronel Dr. Paula Mendonça. Um contingente sob o comando do Coronel Theodoro Menezes, tomou posição no Passo Novo, sobre o Ibirapuitã, a fim de prevenir um provável ataque do inimigo, não obstante as dificuldades que se lhe apresentavam com a crescente do rio. O Coronel Áfrico Serpa e o Major Iracildo da Conceição ocuparam o lugar denominado Ilha, de onde o inimigo sofreu forte fuzilaria.

A ponte do Caverá foi guarnecida por um piquete do comando do Capitão Gaspar Lemes que entreteve ligeiro tiroteio com o inimigo no mo-

mento da nossa retirada. No Passo dos Boiões estava a força do comando do Tenente-Coronel Enefino Fonseca. As forças de S. Francisco de Assis, do comando do Coronel Hortêncio Rodrigues, foram incorporadas às do Coronel Teco Timbaúva, tendo aquele oficial, que ainda não se restabelecera do ferimento recebido no combate do Caverá, assistido a batalha com serena bravura entre os oficiais do Estado-Maior.”

O dispositivo das forças de Flores não foi detalhado (Campanha, págs. 85 e 86):

“Nossas forças se haviam distribuído por toda a costa do rio, abrindo-se nos cômodos de areia, anfractuosidades do terreno e sob a própria ponte, onde conseguiram colocar uma metralhadora leve. A montante dela, as vanguardas que tinham entrado na cidade mantinham-se tiroteando com os rebeldes que ocupavam o Matadouro Municipal, na extrema esquerda das linhas inimigas.

Essa posição, situada numa curva do rio, correspondia, ao antigo Cemitério dos Afogados, , sito nas proximidades da usina geradora de eletricidade.”

Flores e Antero fizeram detalhada descrição do combate de Ibirapuitã. Sem demérito aos seus notáveis trabalhos, aqui será adotado o relato de Ladeira (Esboço, págs. 97 e 98), pelo posicionamento sensivelmente equidistante em relação ao acontecimento e, sobretudo, pela confiabilidade do autor e a brevidade do texto:

“À falta de uma ordem do dia do comando da 2ª Brigada do Oeste, que devera ter sido publicada sobre o combate, mas não o foi, como não o foi, também, de nenhum outro, depois que o Coronel Claudino deixou o seu comando, valer-nos-emos, para descrevê-lo, do Diário de Marchas e Operações do 2º Regimento de Cavalaria, então a nosso cargo, por desempenharmos a função de ajudante, interinamente, e de nossas próprias reminiscências.

Ao clarear do dia [19 de junho de 1923], as forças deixaram aquele acampamento [passo do rio Inhanduí], indo fazer um grande alto, quase as 12 horas, no lugar denominado Boa Vista, sobre a estrada de rodagem Quaraí-Alegrete.

Recomeçada a marcha cerca de uma hora depois, ouviu-se o toque de – 2ª Brigada, sentido! – e os corpos começaram a acelerar as respectivas andaduras. Era que a vanguarda, constituída pelo corpo do Coronel Nepomuceno Saraiva, reforçado por elementos do 2º Regimento, já estava tiroteando o inimigo. Tendo este abandonado a cidade de Alegrete, entrincheirara-se à margem direita do rio Ibirapuitã, junto à ponte Borges de Medeiros, que fica em uma das orlas da cidade. Ocupava fortes posições, em casas e

cercas de pedra, e ali estava disposto a resistir, como resistiu, por julgar a ponte intransponível em face dos seus fogos.

Pelas 14,30 horas, já todas as unidades da Brigada estavam empenhadas no combate.

As metralhadoras e fuzis-metralhadoras do 2º Regimento e os fuzis ordinários de todo pessoal, por espaço de mais de 2 horas, desencadearam horrível fuzilaria, não permitindo que o adversário se descobrisse para fazer pontaria contra as forças legais, o que facilitou em muito a vitória.

Em uma primeira investida, para atravessar a ponte, receberam ferimentos o comandante da Brigada, Coronel Dr. Flores da Cunha, os comandantes dos corpos 4º e 5º, Tenentes-Coronéis Oscar de Souza e Dr. Osvaldo Aranha, Major Laurindo Ramos, Capitães Alfredo Ramos, Cândido Silva e outros. Caíram mortos, nessa ocasião, entre outros, o jovem e valoroso Capitão Dr. Guilherme Flores da Cunha e o capitão do 5º corpo Artur Mendes.

Diante dessas baixas, o grupo recuou, continuando o tiroteio de parte a parte.

Já começava a escassear a munição, principalmente nos corpos provisórios, e o combate continuava indeciso.

Foi então que o Tenente-Coronel Augusto Januário Corrêa, comandante do 2º Regimento, assumiu a direção do combate e, percorrendo as linhas, convidou o pessoal a transpor a ponte. Logo depois, a um sinal dado, lançaram-se à mesma os que mais próximos dela se achavam, dando vivas ao Rio Grande e a Borges de Medeiros.

Este ato de inaudito arrojo causou indescritível pânico nas hostes adversárias, que apavoradas, abandonaram suas posições e lançaram-se em precipitada fuga.

A perseguição, feita pelos elementos melhor montados de todos os corpos, levou-os de vencido até além do passo do Caverá, sendo suspensa ao cair da noite.”

Segundo Ladeira (Esboço, págs. 97 e 98), a Brigada do Oeste teve 10 mortos e 41 feridos, sendo nominados 2 oficiais mortos (Capitães Guilherme Flores da Cunha e Artur Mendes) e 6 feridos (Coronel José Antônio Flores da Cunha, Tenentes-Coronéis Oscar de Souza e Osvaldo Aranha, Major Laurindo Ramos e Capitães Alfredo Ramos e Cândido Silva), além de 5 praças do 2º Regimento de Cavalaria, gravemente feridas. A Coluna do Oeste teve 22 mortos e elevado número de feridos contados no campo do combate pelos adversários, sendo nominados, entre os mortos, 4 oficiais (Tenentes-Coronéis Emílio Rodrigues de Lima - Teco Timbaúva - e Delfino Rodrigues de Lima - Gordo Timbaúva - e Capitães José Azambuja e Gentil

Pinto de Araújo).

Sem desacreditar a contagem de Ladeira, é oportuno lembrar a incerteza dos dados sobre baixas nos conflitos bélicos; além das dificuldade peculiares à tarefa, as cifras podem ser aumentadas ou diminuídas conforme as conveniências de quem as registra ou divulga.

Flores aludiu à captura de 3 prisioneiros, com ferimentos de suma gravidade, após a peleja; um deles seria o Tenente-Coronel Abreu [Coronel Maurício de Abreu] (Campanha, pág. 89). Depois de presos, foram remetidos para a Intendência Municipal de Alegrete.

O perigo de aprisionamento na guerra é notório; quem é capturado fica à mercê do inimigo, apesar das garantias éticas e jurídicas, nem sempre respeitadas.

## AS QUESTÕES

O combate de Ibirapuitã não teve a importância que lhe atribuem a história, a lenda e o mito.

Estrategicamente, Ibirapuitã pouco ou nada significou para o destino da Revolução de 1923.

A campanha militar - começada em 11 de janeiro de 1923 com um combate em Casca, próximo ao Campo do Meio, ou em São Luís do Casca, na divisa dos municípios de Guaporé e Passo Fundo, e terminada com o armistício de 7 de novembro de 1923 (Arthur, págs. 158 e 166, Aita, pág. 129) - continuou por mais de quatro meses após sua ocorrência.

Tanto antes dessa refrega, que se deu quase cinco meses depois de iniciada a revolução, como depois dela, até a pacificação de Pedras Altas, celebrada em 14 de dezembro de 1923, os revolucionários jamais tiveram razões para crer na vitória militar.

Contaram eles com o triunfo político, através de uma esperada intervenção do governo federal que depusesse Borges.

Sob o ponto de vista tático, Ibirapuitã não trouxe grande novidade.

O vetusto Flávio Vegécio Renato (século IV DC), no Epitome Rei Militar, livro III, ao tratar das regras gerais da guerra no título XXVI, ensinou que, (11) frequentemente, a posição proporciona maior vantagem que o valor e (31) os bons comandantes não combatem em batalha campal senão em ocasiões propícias e por extrema necessidade (Compêndio de Técnica Militar, David Paniagua Aguilar-Catedra, 3ª edição, Madrid, 2015, págs. 310 e 311).

Carl von Clausewitz (1780-1831), em Da Guerra (Martins Fontes, São

Paulo, 1996, págs. 601, 756 e 757), doutrinou:

“Quando nos interrogamos sobre que papel pode desempenhar essa defesa imediata de um rio no plano estratégico da campanha, tem de se admitir que ela não pode conduzir a uma vitória decisiva, por um lado, porque não visa proibir a passagem ao inimigo, por outro lado, porque o rio nos impede de transformar as primeiras vantagens alcançadas numa vitória completa graças à uma enérgica investida.

Por outro motivo, essa defesa fluvial pode fazer ganhar muito tempo, e geralmente é aquilo que interessa ao defensor.

(...)

Por conseguinte, o assaltante superior em número e capaz de sérios golpes pode fazer sempre uma demonstração sobre um ponto e atravessar outro qualquer, depois virar em seu proveito, graças à superioridade numérica e ao seu impulso ininterrupto, as primeiras circunstâncias deploráveis que tiver encontrado no recontro, porquanto pode consegui-lo graças à sua superioridade numérica. Na realidade, forçar taticamente a travessia de um rio defendido – desalojando um dos principais postos inimigos graças à uma descarga e a um valor superiores – só raramente acontece, ou nunca. A expressão ‘forçar uma travessia’ deve sempre ser compreendida num sentido estratégico, contanto que o assaltante, através da sua passagem sobre um ponto pouco ou ligeiramente defendido na linha de defesa, todas as desvantagens que daí deveriam resultar na intenção do defensor.”

Antoine-Henri Jomini (1779-1869), no *Compêndio da Arte da Guerra*, de 1838 a 1855 (1ª edição Sílabo, Lisboa, 2009, pág. 169), prelecionou:

“Quanto às linhas de defesa eventuais, podemos dizer que quaisquer cursos de água de uma certa largura (...) que tenham em seus pontos acessíveis alguns entrincheiramentos temporários podem ser vistos como linhas de defesa, simultaneamente estratégicas e táticas, dado que servem para barrar, durante alguns dias, a progressão do inimigo, obrigando-o, muitas vezes, a desviar-se de sua marcha direta para procurar uma passagem menos difícil. Neste caso, conferem uma vantagem estratégica evidente, mas se o inimigo as ataca frontalmente e com toda a força disponível, então é seguro que proporcionam também uma vantagem tática, dado que é sempre mais difícil romper uma força que se encontra atrás de um curso de água ou num posto forte pela natureza ou pela arte, do que atacar em campo aberto.”

Estas lições magistrais são aplicáveis à conduta de Flores e Honório no combate de Ibirapuitã.

Primeiramente, a análise da atitude de Honório.

A acuidade de Antero aflorou nessa transcrição (Mensagem, págs. 265-266):

“Para esta impressão pessoal a derrota dos revolucionários em Ibirapuitã foi a consequência lógica e natural da sua inferioridade de equipamento e da indisciplina inerente às forças irregulares. Contudo, há um testemunho veraz e valioso, que, além de confirmá-la, explica-a pelo absurdo e pelo acaso de uma ordem mal transmitida. Depoimento do Coronel Mallet dos Santos, confirmado e autorizado por ele em data de 20-5-47:

(... para retirar de lá o cadáver ...)

No Ibirapuitã combateram do nosso lado de 180 a 200 homens, quase todos da força de Uruguaiana. Não tinha mais do que isso, nem a munição dava para mais do que isso, mesmo atirando com economia. O Velho Honório não ia combater ali: aquilo era para ser uma guerrilha, somente para atrair o Flores para ponte do Caverá. Lá é que o Velho Honório queria tentar uma ação mais decisiva, pois entendia que o terreno era mais favorável. A nossa gente desobedeceu, esquentou-se, e quando se viu a guerrilha tinha virado num encarniçado combate.

Eu estava junto quando o Velho Honório explicou o seu plano ao Hortêncio: este lhe respondeu que era preciso, então, queimar a ponte... O Velho Honório repetiu que queria apenas fazer uma guerrilha, um chamarisco com o fim de levar o Flores para a ponte do Caverá; que, se queimasse a ponte [do rio Ibirapuitã], o Flores não poderia passar... E o Hortêncio ainda insistiu: - Mas, General, devia ao menos tirar algumas planchas... Com o que o Velho Honório também não concordou, repetindo: - Nós queremos mesmo é que ele passe... O que devia ser uma escaramuça, transformou-se num combate. Fruto da desobediência, ninguém pôde evitá-lo...

Apesar disso, o Flores não passava... Deu-se um engano, não se sabe como, de que muito poucos têm conhecimento. Logo que caiu morto o Teco Timbaúva, amigo pessoal e homem de toda a confiança do Velho Honório, e, por isso mesmo escolhido para esperar o inimigo à boca da ponte, vieram comunicar-lhe. O General permaneceu uns instantes silencioso, escorreram-lhe as lágrimas dos olhos e em seguida, dirigindo-se a um de seus ajudantes, ordenou: - Mande retirar de lá o cadáver... E esta ordem, mal ouvida ou mal entendida, foi chegar à boca da ponte, até hoje não se sabe por que, adulterada, ordenando à guarnição para retirar de lá... Tenho certeza. Sou testemunha. O Flores não passava se isso não acontecesse.’

(...)

A sua versão tem um argumento sério a seu favor: até aquela hora em que a guarnição da ponte retirou, e já era de tardezinha, todas as cargas e investidas dos governistas para tomá-la foram rechaçadas e dizimadas.”

O cumprimento equivocado da ordem de Honório para retirar o cadáver de Teco Timbaúva, entendida como de retirar o corpo da Coluna do Oeste posicionado na ponte, explicaria a subsequente dispersão dos defensores pela investida da Brigada do Oeste?

Se Honório planejara uma ação de retaguarda nos rios Ibirapuitã e Caverá, forte apenas no rio Caverá, por que teria retido, durante tanto tempo, a resistência da Coluna do Oeste no rio Ibirapuitã?

Hortêncio não estaria acertado ao recomendar a retirada dos pranchões, talvez tendo em mente a decisão de Marcelino Pina de Albuquerque em 2 de fevereiro de 1894, o qual, após forte tiroteio, mandou queimar a ponte do rio Ibirapuitã para melhor retirar-se, quando acossado em Alegrete por João César Sampaio (Franco, pág. 95)?

Noutras circunstâncias que a assegurada por Mallet, Flores não poderia passar a ponte – como de fato passou - avançando por escalões suficientes, ordenados e determinados, sob cobertura de fogo que impedissem ou dificultassem os tiros dos defensores, ainda que estes fossem mais numerosos, melhor armados e adequadamente municiados?

É geralmente difícil, senão impossível, desvencilhar uma força em contato estreito com o inimigo, sob fogo cerrado, sem sacrificar pelo menos uma fração do seu efetivo, votada ao sacrifício para possibilitar o recuo dos companheiros. Talvez a pressão exercida pelos atacantes impedisse os defensores de retirar-se em melhor ordem. É possível, ainda, que o ímpeto dos atacantes antecipasse o recuo dos defensores.

Se Honório aguardasse o anoitecer teria, sob a escuridão de uma lua nova, oportunidade e condição mais favoráveis de retirar seus comandados da cabeceira da ponte.

Certo é que, se Honório não dispunha de meios para enfrentar Flores, em campo aberto, com razoável expectativa de vitória, tampouco poderia permanecer indefinidamente na margem direita do rio Ibirapuitã.

Se o fizesse, correria risco iminente de cerco pelas Brigadas do Oeste, do Centro, do Norte ou do Sul e das reservas deslocadas pelos governistas, cujo transporte seria facilitado pela utilização da rede ferroviária.

Portanto, impunha-se à Coluna do Oeste, com a maior brevidade possível, retirar-se para a serra do Caverá conforme fora previsto, retardando a perseguição pela Brigada do Oeste com as barreiras dispostas nas pontes dos rios Ibirapuitã e Caverá.

Na sua Ordem do Dia, reproduzida por Aita (1923, págs. 63 e 640, Honório apontou a causa da determinação de retirada:

“Finalmente, usaram eles [os mercenários] deste stratagem: in-

vadiram a zona neutra. Assestaram aí as suas metralhadoras e entrincheirados por detrás da via férrea e na ponte metálica, iniciaram um ataque sobre o nosso flanco direito, quase de surpresa, visto como não imaginávamos que a audácia e a insolência dos mercenários chegassem a tal ponto. O Exército Nacional retirou as suas linhas e assistiu impassivelmente, numa atitude dolorosa para os brios dessa digna e patriótica corporação militar. O General Monteiro de Barros cedera às injunções dos mercenários.

(...)

Diante desse ataque inesperado, determinei a retirada de nossas forças, após ter dizimado o inimigo, que teve acima de duzentas baixas.”

O argumento não resiste a duas evidências. O ataque governista, com ou sem a ocupação da zona neutra, era previsível e devia ter sido prevenido, apesar da ingênua confissão da quase-surpresa. A coluna revolucionária não dispunha de poder de fogo suficiente para repelir o assalto da brigada governista à sua posição, por defensável que fosse.

Em segundo lugar, o exame do comportamento de Flores.

Na defesa da sua atuação no combate de 19 de junho de 1923, Flores alegou (Campanha, págs. 95 e 96):

“Já se enunciaram as múltiplas razões que determinaram o comando a levar o ataque frontal.

O rio transbordava. Tínhamos, apenas, duas coisas a fazer: atacar ou esperar, inativos, que o inimigo, ‘de motu proprio’, abandonasse a forte posição.

Optamos pela arremetida temerária!

(...)

Certo, não se há de apreciar o feito sob o exclusivo aspecto técnico-militar: não era possível cruzar os braços com o inimigo à vista e ao alcance da mão!

E, depois, não se jogava a sorte da causa republicana que, verdade é, nunca esteve comprometida!

(...)

Poderia, no caso corrente, ter sido tentada a travessia do rio a montante e a três léguas da cidade, mais ou menos, à altura do Sobradinho, como muito bem sugerira o valoroso capitão Alfredo Ramos, homem de poucas luzes, mas grande conhecedor da região, por ser natural de Alegrete. Ele informara que, no lugar referido, era costume estacionarem algumas canoas. Mas, admitida essa hipótese, além da passagem do Ibirapuitã, em melhores ou piores condições, surgiria o obstáculo da ponte do Caverá, ocupada

de antemão pelo inimigo. Fixado este na ponte Borges de Medeiros, o ataque de flanco, para preparar a manobra envolvente, estaria indicado se não houvesse de permeio o estorvo do rio Caverá que, sabem-no todos, deságua naquele outro, a menos de uma légua da cidade. Ter-se-ia, assim, em vez de um, dois cursos d'água, caudalosos, a transpor.”

As ponderações de Flores sobre o ataque de flanco e a manobra de envolvimento mostram-se arrazoadas e aceitáveis.

Porém, é pertinente indagar se haveria necessidade da investida frontal contra adversários que, mesmo não estando ao alcance da mão – em verdade, não estavam porque separados por um rio caudaloso – certamente careciam de condições para sustentar-se por mais de umas horas a posição defendida?

O decurso de alguns dias não seria irrelevante para o prosseguimento das operações da Brigada do Oeste?

Flores teria a ambição irrealista de eliminar Honório e aniquilar a Coluna do Oeste?

Seja como for, dezenas de homens morreram, afora as demais perdas e danos pessoais e materiais que então se verificaram.

Afinal, pergunto-me por que tantos homens trocaram tiros durante tanto tempo, naquele dia de outono, quase de inverno, disputando a passagem de uma ponte feita antes para uni-los do que para separá-los?

Creio que a resposta, aparentemente complexa, em essência pode ser reduzida a termos quase simplistas: lutaram porque estavam lá para isso; porque receberam ordem para fazê-lo; porque, com coragem ou sem ela, sublimaram o medo com ideais elevados ou, simplesmente, com o impulso de continuar vivendo. Se não todos, muitos deles, instintiva ou culturalmente, não admitiam em absoluto defrontar-se com o adversário sem hostilidade, combatendo até a morte se preciso fosse.

Brigar pelas cores das bandeiras, dos estandartes ou das divisas era questão de honra, mais do que imposição de disciplina.

## EPÍLOGO

Repita-se: o combate de Ibirapuitã, nas circunstâncias em que ocorreu, revelou-se injustificável sob os aspectos estratégico e tático.

No entanto, teve a inegável importância de afetar o moral tanto dos que o disputaram como também dos aficionados não-combatentes, borgistas e assististas vivamente interessados na vitória das respectivas facções políticas.

Evidentemente, a derrota abateu o ânimo dos revolucionários, embora não o bastante para fazê-los desistir da luta, ao passo que a vitória aumentou o brio dos governistas sem, contudo, evitar futuros insucessos.

Terminada a peleja, sobreveio a dispersão dos vencidos e a perseguição dos vencedores.

Palavras de amargura e recuperação, de Antero (Mensagem, pág. 272):

“Ninguém queira ser derrotado! Ninguém deseje ter o orgulho abatido, o amor-próprio sangrando em carne viva, o apagamento da alma pela humilhação, e ainda os riscos, e a ansiedade, e a angústia que nos causa uma debandada, quando somos perseguidos de perto pelo inimigo vitorioso! Como já se tem dito algumas vezes, talvez seja necessário mais ânimo e maior soma de energia para fugir na derrota do que para combates numa linha-de-fogo. Em tais circunstâncias precisamos, num esforço sobre-humano mobilizar em nosso ser todas as reservas do instinto de sobrevivência e conservação – se não o esmorecimento se apossa de nós e perdemos a partida. O salve-se-quem-puder de 19 de junho, no Ibirapuitã, nos ensinou isso,”

Palavras de triunfo e recriminação, de Flores (Campanha, págs. 88 a 90, 98 e 99):

“O inimigo, dominado de pânico, debandara em desordem, perseguido de perto pela nossa força melhor montada.

Ainda assim, a perseguição não se fez coordenadamente, como deveria ter sido realizada, pois faltara a necessária serenidade da minha e da parte dos demais comandantes!

(...)

Muitos dos rebeldes conseguiram salvar-se penetrando nos quartéis e hangares do grupo de aviação do Exército, sites pouco à retaguarda das posições inimigas.

(...)

A coluna sediciosa, na retirada desordenada, dividira-se em magotes. Honório Lemes, Batista Luzardo e mais alguns fugiram na direção da chácara do Senhor Diogo de Assis Brasil, o Coronel Teodoro Menezes, que estava guardando a ponte do Caverá, dirigiu-se para o cerro do Catimbau e encaminhou-se rumo da lagoa Branca, e Democratino Silveira, que ficara de reserva, atravessou o arroio Jararaca e marchou em busca dos companheiros derrotados.

Estes, já a alta hora da noite, chegaram à lagoa Vermelha, à casa de um funcionário público, onde tomaram alimentos e repousaram ligeiramente.

Nessa ocasião, Honório Lemes, esgotado, enfermo e desiludido, teria declarado que estava resolvido a render-se, sem mais resistência, aos perseguidores. Pelo menos, foi o que, depois, informou o dono da casa que o hospedou por algumas horas.

Durante a fuga, ele perdera, em nossas mãos, os medicamentos de que vinha fazendo uso, uma bússola, um guarda-sol e muitos outros objetos.

(...)

A perseguição, porém, não pôde ser feita senão até pouco além do Capão do Angico. Nela só tivemos uma baixa, pouco além da casa Galant, na costa de uma velha cerca de pedra.

(...)

Convalescente ainda do ferimento recebido apressei-me em reasumir o comando da Brigada de Oeste por dois motivos: primeiro, porque já me sentia em condições de montar a cavalo; segundo, porque fazia pena ver aquela magnífica força imobilizada e se desarticulando no mesmo lugar em a deixara.

Ou porque não dispusesse de quem, com aptidão e desassombro, a pudesse compreender e orientar, qualidades indispensáveis para poder aproveitá-la e fazer render todo o esforço de que era capaz, ou porque o governo do Estado não quisesse providenciar na minha imediata substituição, o fato é que a deixou permanecer inerte no Alegrete, durante vinte dias.

Nesse espaço de tempo, os revolucionários, batidos na ponte do Ibirapuitã, aproveitando-se da folga inexplicável que lhes foi dada, reagruparam-se em Rosário e nas adjacências, para o que contaram, como sempre, com a benevolência, senão com o auxílio indisfarçável das tropas federais, pretendidamente neutras!"

Transcorreu um século.

Hoje, quem escreve sobre o combate de Ibirapuitã no conforto de seu gabinete, cercado de papéis, não deve esquecer o quão distante se acha da realidade que cercou os chefes dos combatentes no calor da refrega. Cumpre-lhe por isso apreciar, respeitosamente, suas decisões e, embora julgando-as certas ou erradas após reflexão madura e imparcial, ter presentes as circunstâncias do tempo, do lugar e do momento em foram tomadas.

Cessaram as descargas da fuzilaria. Silenciaram os estampidos dos tiros. Dissipou-se a fumaça das detonações. Calaram-se os brados, as imprecisões, as lamentações, os gemidos. Secaram as poças de sangue. Os mortos foram sepultados, alguns deles sempre lembrados, muitos outros totalmente esquecidos. Os feridos sobreviventes curaram-se ou ficaram

mutilados. As perdas materiais foram reparadas ou absorvidas.

Ao fim e ao cabo, glória e miséria repartiram seus quinhões.

O tempo fluiu. Com a hipotética exceção de um ou outro, também passaram os participantes e as testemunhas contemporâneas dos fatos de 19 de junho de 1923. A lembrança do acontecido ficou esmaecida, senão de todo apagada.

Diante dessa realidade inexorável, é imperioso que se resguarde a memória do combate de Ibirapuitã e a merecida fama dos que nele praticaram feitos heroicos.

Para essa preservação, esta contribuição.

Que outras, melhor qualificadas, lhe venham a suceder.

Porto Alegre, junho de 2023.

Apio Claudio Beltrão

Membro Efetivo do Instituto Histórico  
e Geográfico do Rio Grande do Sul



O FINAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO RIO  
GRANDE DO SUL: NORMAS ELEITORAIS E  
ACONTECIMENTOS POLÍTICOS NOS CONFLITOS  
DE 1923 E NA SUCESSÃO DE BORGES DE MEDEIROS<sup>1</sup>  
*THE FINAL PHASE OF THE FIRST REPUBLIC IN RIO  
GRANDE DO SUL: ELECTORAL ACTS AND POLITICAL  
EVENTS IN THE CONFLICTS OF 1923 AND BORGES DE  
MEDEIROS' SUCCESSION*

Wagner Feloniuk<sup>2</sup>

**RESUMO**

A República no Rio Grande do Sul é iniciada por uma década de conflitos, período no qual Júlio de Castilhos e, após, Borges de Medeiros, venceram seus adversários e estabilizaram o domínio político no estado. Um dos primeiros passos nessa trajetória, marcada pela adesão ao positivismo e superação das forças que anteriormente dominavam o estado, foi a elaboração da Constituição de 1891, com importantes regras de sucessão no poder e Direito Eleitoral. Depois dela, quando a situação de domínio do PRR já estava estabilizada, foi aprovada a Lei Eleitoral de 1913. Este estudo apresenta o contexto e conteúdo dos dois textos, assim como sua utilização no período de transição do regime, em 1923, quando o conteúdo delas foi parte importante do contexto de sucessão de Borges de Medeiros e final desse período da política estadual.

**Palavras-Chave:** Direito Eleitoral; Eleições no período borgista; Lei eleitoral de 1913; Conflito de 1923.

**ABSTRACT**

*The Republic in Rio Grande do Sul began with a decade of conflicts, a period in which Júlio de Castilhos and, later, Borges de Medeiros, defeated their opponents and stabilized their po-*

---

1 Texto inicialmente elaborado como palestra para o evento “Comemorações do Centenário da Revolução de 1923 e Pacto de Pedras Altas”, realizado no Memorial do Legislativo, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em novembro de 2022.

2 Professor Adjunto de Direito no Curso de Relações Internacionais (2019) e Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutorado (2013-2016), mestrado (2012-2013), especialização (2011) e graduação (2006-2010) em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-doutorado na Mediterranea International Centre for Human Rights Research, Università degli Studi di Reggio Calabria/Itália (2021). Coordenador do Projeto de Pesquisa Observatório do Sistema Judiciário Brasileiro. Organizador dos Ciclos de Palestras das Relações Internacionais da FURG. Editor da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e da Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. Membro da Associação Nacional de História, Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, Associação Brasileira de Editores Científicos, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Áreas de Pesquisa: História do Direito, Direito Público, Direito Constitucional.

*litical dominance in the state. One of the first steps in this trajectory, marked by adherence to positivism and the overcoming of the forces that previously dominated the state, was the elaboration of the Constitution of 1891, with important rules of succession in power and Electoral Law. After that, when the dominance of the PRR had already stabilized, the Electoral Law of 1913 was approved. This study presents the context and content of the two texts, as well as their use in the transition period of the regime, in 1923, when the content of them was an important part in the context of succession of Borges de Medeiros and the end of this period of state politics.*

**Keywords:** *Electoral law; Election in Borgista period; Election Act of 1913; Conflict of 1923.*

## INTRODUÇÃO

Este é um estudo da situação política e eleitoral do Rio Grande do Sul dos anos 1910 e 1920, com enfoque específico nas dinâmicas de poder político e na legislação eleitoral nos conflitos de 1923. Naquele ano, a oposição a Borges de Medeiros havia se organizado de maneira inédita em volta de Assis Brasil, incluindo os grandes fazendeiros dos pampas, opositores históricos, novos dissidentes do PRR e aliados mais próximos de Assis Brasil.

Juntos, e com a simpatia do governo federal, eles tiveram força suficiente para disputar a eleição e, ao perderem, discutir o seu resultado, em uma situação que levou a mais de onze meses de resistência armada. Borges, que naquela altura já vivia na conjuntura de se opor à Política dos Governadores protagonizada por São Paulo e Minas, sofria influência também do mineiro recém-eleito Artur Bernardes.

Neste contexto, as regras eleitorais da Constituição estadual e da Lei Eleitoral de 1913 se mostram importantes para o desfecho, que ocasionaria pouco tempo depois o fim do regime de Borges de Medeiros. Afinal, a disposição de Borges em assinar o Pacto de Pedras Altas em 1923 torna-o inegável para as eleições seguintes, um dos elementos mais importantes do acordo. Este seria o contexto no qual Getúlio Vargas assumiria o poder estadual.

Este trabalho mostra esse cenário com especial atenção a um elemento: havia uma oposição durante todo o período posterior à pacificação inicial, que após essa longa derrota, permaneceria existindo, sem aderir. Ela levaria décadas para conseguir ter sucesso contra o regime. Mesmo enfraquecidos com sua decadência econômica no final do império, parte dos grandes proprietários rurais que permaneceram opositores era uma fração relevante do poder político e econômico do Rio Grande do Sul e, com o tempo, sua alienação do poder e repressão, sua negativa em aderir ao grupo dominante, teve papel central na criação das condições para o fim do re-

gime de Castilhos e Borges (FÉLIX, 1996, p. 150). Isso se dá velozmente nos anos 1920 e tem como pano de fundo negociações políticas que se definiam especialmente nas proximidades das eleições e na realização dos pleitos.

Para empreender este trabalho, foi preciso escolher quatro momentos diversos no tempo, pois cada um contribuiu com normas jurídicas e contextos para mostrar os acontecimentos. Assim, haverá explicação sobre o início do PRR, para explicar o papel dos produtores dos pampas. Depois, sobre a Constituição do Estado, que moldou os acontecimentos com suas normas sobre as eleições. A seguir, a Lei eleitoral de 1913, o “palco” de organização das eleições de 1922, fundamental para os acontecimentos. Por fim, as eleições de 1922, que por si só geraram uma repercussão importante e são um dos fundamentos centrais para a mudança de poder que viria poucos anos depois.

Buscou-se contribuir à área, principalmente, pela análise eleitoral e pelo uso de fontes primárias pouco conhecidas. A principal delas é o artigo de Sebalt Rüdiger, que publicou uma minuciosa série de reportagens em um dos jornais mais importantes do estado poucas décadas depois do acontecimento, o *Correio do Povo*. Igualmente, depoimentos de políticos da época dados na Assembleia Legislativa, textos do saudoso Ministro Paulo Brossard, publicações de Julio de Castilhos e Borges de Medeiros, documentos eleitorais originais e acesso aos textos publicados na Federação formam o conjunto de documentos acessados para esta pesquisa.

## 1 Transição para a República no Rio Grande do Sul

A história do Rio Grande do Sul foi singular na forma como um grupo político organizado no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) conseguiu dominar a política estadual durante o período de 1890 a 1930. Enquanto em outros estados era comum a existência de pelo menos dois grupos políticos debatendo-se pelo poder ao longo do período, Júlio de Castilhos assume o estado com a força dos republicanos que se organizaram nos últimos anos do império e consegue, nos dez anos seguintes, prevalecer sobre seus adversários, diminuindo substancialmente a resistência ao regime (NOLL; TRINDADE, 2005, p. 15).

Os adversários, no início, eram formados principalmente pelo até então majoritário Partido Liberal, liderado por Gaspar Silveira Martins, que mantiveram o poder por vinte anos no final do Império. Esses opositores, com a queda do império, se organizaram especialmente sob o Partido Republicano Federal, contando com membros do antigo Partido Liberal, mas também com dissidentes do PRR e remanescentes dos imperiais conservadores (FRANCO, 1962 apud NOLL; TRINDADE, 2005, p. 31).

Gaspar Silveira Martins, nascido em 1835, era um líder político do império. Ele havia sido Ministro da Fazenda, Senador pela Província de São Pedro e, perto do final do império, Presidente da Província. Ainda que contrário à monarquia inicialmente, sua trajetória o levou a ser um integrante do governo central e a ser a mais alta liderança do Partido Liberal no estado. Era representante da classe dominante oligárquica, que fora longamente sustentada por uma estrutura econômica baseada na grande propriedade rural da região do Pampa (centro e sul do Estado), voltada para a carne que servia às charqueadas e ao abastecimento de necessidades do centro do Brasil e Europa (BORBA, 1994, p. 59).

Com o final do império, elementos do sistema estabelecido começaram a perder viabilidade. Começaram a ser desfeitas as estruturas políticas e econômicas que sustentaram essa força política dominante no Rio Grande do Sul.

O fim da escravatura era de grande relevância, pois ela absorvia grande parte da produção de charque. No entanto, não era só isso, os grandes proprietários rurais haviam perdido, em nível internacional, as tarifas alfandegárias favoráveis para comercializar sua produção de charque em relação a concorrentes estrangeiros, o que causava profunda insatisfação.

O comércio continuava ineficiente, com o escoamento sendo feito sobretudo pelo Uruguai, que, em troca do uso de suas ferrovias e porto, absorvia uma parte importante dos lucros (ESPÍRITO SANTO, 1994, p. 70-73). Também havia perdas devido à concorrência vinda dos saladeiros uruguaios, um aspecto central da decadência. No entanto, não eram apenas os saladeiros, concorrentes internos ganhavam espaço em Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Rio e outros estados, não raro produzindo os mesmos produtos com mais eficiência, pois a modernização das charqueadas não ocorreu em ritmo suficiente. A pressão, com o tempo, veio até do surgimento de novos produtos industrializados que competiam com o charque, que pouco mais à frente competiria, afinal, com motores capazes de refrigerar carne.

Até o final desse período (1929), o charque continuou sendo o item mais exportado pelo Rio Grande do Sul. No entanto, ao contrário do café no centro do país, essa riqueza, mesmo sob a pressão de melhorar e se adaptar à tecnologia, não irradiou desenvolvimento sobre o restante da economia da região do estado, não promoveu a industrialização na região dos Pampas, e logo fez parte da diminuição do poder político daqueles que a dominavam (PESAVENTO, 1980, p. 13-17). Grande parte dos detentores dessas propriedades rurais e charqueadas via seus meios de sustentação política serem gravemente afetados.

Júlio de Castilhos e, posteriormente, Borges, consolidaram progressivamente um positivismo não-ortodoxo que não exigia proximidade dos líderes locais com o pensamento positivista. Essa postura teve sucesso em incorporar uma parte significativa de seus opositores, inclusive no grupo dos grandes proprietários rurais e líderes católicos, como Jacob Kroeff e Luiz Englert.

## **2 Júlio de Castilhos e a consolidação do PRR**

Membros do Partido Liberal operavam com grande força até a queda do imperador. No entanto, esses eram os seus últimos momentos de centralidade na política estadual. Estava em curso o processo de consolidação inicial de Júlio de Castilhos, que se tornou líder político do partido em ascensão no final do império e manteve por anos as condições para fortalecer-se economicamente fora do sistema econômico dos Pampas, com foco na industrialização, desenvolvimento econômico e organização partidária rígida.

O PRR e seu líder adotaram o positivismo, que circulava intensamente desde 1880 no Brasil, inclusive na Faculdade de Direito de São Paulo, onde estudaram Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Pinheiro Machado e Borges de Medeiros. Era a leitura de Augusto Comte, Darwin, Littré, Spencer, Laffitte. Comte trazia um conjunto de ideias que poderiam ser conservadoras na França, mas eram liberais para os jovens estudantes de São Paulo e Recife, que os viam como um progresso sobre o sistema político de dois partidos imperiais. Era uma ideologia reformista, crítica ao liberalismo que sustentava ideias monárquicas, defensora de métodos científicos, preocupada com temas da educação, urbanização e proteção dos trabalhadores (FRANCO, 2013, p. 18-23).

Júlio de Castilhos, ao se tornar o líder político do movimento, adotou o pensamento como legitimador de sua política. Tratava-se de um positivismo intelectualmente fundado em Augusto Comte, embora, na prática, uma matriz diversa de autores e outros pensamentos fosse razoavelmente tolerada quando defendida por seus aliados de partido (FELONIUK, 2017). Júlio, em si, foi marcado mais pela sua concentração de poder do que pelo ortodoxismo positivista.

O projeto castilhista propunha um modo de produção capitalista, preocupado com a industrialização, com predominância do comércio sobre a produção e a educação de trabalhadores que sustentassem esse modelo. A produção deveria ser regulada pela demanda e não pela escolha de qual produto vender (uma referência à dependência do charque). A capacidade de

importar e exportar a partir do próprio estado era central aos planos, com a criação de um projeto de viação e melhoria do transporte marítimo, terrestre e fluvial (SENNA, 1994, p. 130). Havia especial importância em construir um porto em Rio Grande. Em dar incentivos estatais à industrialização, assim como uma educação preocupada em treinar mão-de-obra com habilitação técnica.

O regime subordinava os trabalhadores, ainda que buscasse garantir-lhes direitos, conforme o pensamento positivista e a ascensão da luta pelos trabalhadores na Europa reconhecida por Júlio (CASTILHOS, 1891, p. 97-99). Essas características eram novas e diferiam frontalmente das preocupações centrais dos proprietários rurais do período anterior (ESPÍRITO SANTO, 1994, p. 73-74).

Passados os primeiros anos, continuou a consolidação do PRR enquanto partido. Surgia, no Rio Grande do Sul, um ambiente bastante centralizador de poder político no Executivo, esvaziamento do papel do Legislativo, somado a um modelo econômico voltado ao desenvolvimento, com incentivos constantes do Estado em áreas de seu interesse. A “ordem e progresso” do positivismo no Rio Grande do Sul adquiriu um caráter bastante prático no agir de Júlio de Castilhos, que seria repetido fiel e eficientemente a partir de 1898, com Borges de Medeiros (NOLL; TRINDADE, 2005, p. 26-29). Getúlio Vargas define da seguinte forma as características do regime em 1913:

O ideal castilhista é o que se acha consubstanciado na Constituição de 14 de julho e na prática contínua da moral política que forma o nosso direito consuetudinário – liberdade de ensino, liberdade profissional, função orçamentária das assembleias, necessidade do referendium popular para a eficácia das leis – e, de par com isso, o estímulo contínuo das forças produtoras do Estado, sem se abalçar em arriscadas empresas financeiras (NOLL; TRINDADE, 2005, p. 15).

Fora dos aspectos políticos, ideológicos e econômicos, o regime também era muito baseado na moralidade dos líderes, eficiência administrativa, atuação disciplinada dos membros do partido e na escolha cuidadosa de quadros para os cargos nos municípios. A vida pública e privada marcada pela moralidade estava conectada à ideia positivista de educação cívica da sociedade e era fundamento de legitimidade do regime (CASTILHOS, 1884, p. 14-15). Junto a isso, havia um constante reforço do poder da Brigada Militar, garantia armada da paz e defesa do regime.

### 3 Contexto de redação da Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul de 1891

A Constituição do Rio Grande do Sul foi escrita em 1891, enquanto o processo de consolidação acima ocorria. Para ela, foi eleita uma Constituinte Estadual que mostrava como, no período de transição, a força do PRR não estava bem estabelecida. A diferença de votos chama a atenção. Os candidatos republicanos obtiveram entre 28.994 e 28.669 votos. O federalista mais bem votado teve 18.214 votos, demonstrando como, apesar de serem minoria, a capacidade de ação da oposição permanecia grande (FRANCO, 1962 apud NOLL; TRINDADE, 2005, p. 31).

Dado o sistema de listas adotado, com tantos votos quanto cadeiras a serem preenchidas, toda a Constituinte foi formada por republicanos - 48 membros. O Congresso Constituinte criou uma comissão formada por Ramiro Barcellos, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Júlio de Castilhos para elaborar um projeto de constituição. O projeto acabou sendo feito por Júlio de Castilhos, pois Ramiro Barcellos estava no Rio de Janeiro e Assis Brasil não aceitou participar da elaboração do texto, que começou a ser escrito com as características positivistas, bases do PRR. Assis Brasil afirmaria pouco depois de virar oposição que o texto era uma “extravagante mistura de positivismo e demagogia”. Para ele, o objetivo real fora obter meios para vencer a oposição externa e os dissidentes de seu partido (ASSIS BRASIL, 1908, p. 64-66) (AXT, 2002, p. 10).

A dissidência entre Castilhos e seu cunhado Assis Brasil começara pouco antes, em 1890, a partir do apoio daquele ao Marechal Deodoro, que, ao final da constituinte nacional, havia se transformado em apoio também à sua eleição (CASTILHOS, 1890, p. 89-91). A partir disso, os deputados Rocha Osório, Alcides Lima e Assis Brasil passam de aliados à oposição (AXT, 2002, p. 7-8). A separação se tornaria um fato importante, pois Assis Brasil se tornaria, com o passar dos anos, o principal líder de oposição e aquele para quem convergiria o apoio dos dissidentes na década de 1920. Uma oposição unanimemente unida sob sua égide não se formaria, seu grupo mais próximo seriam futuramente os chamados assisistas, mas ele é quem receberia o apoio principal também do restante da oposição no final do regime (NOLL; TRINDADE, 2005, p. 26-29).

A Constituição foi aprovada pelos republicanos recém-eleitos. Seu caráter era autoritário, com um grande poder concentrado no Presidente do estado, baseado no pensamento positivista. Não houve representação da oposição naquela Constituinte. A adaptação do positivismo ao pensamento de Júlio de Castilhos foi predominante, embora Hégio Trindade tenha registrado algumas manifestações contra os aspectos autoritários nas dis-

cussões do texto. A realidade, no entanto, é que o texto sofreu alterações na discussão na assembleia, sim, mas que aumentaram ainda mais o poder político do presidente, com a nomeação de intendentes por ele (após eleição), o aumento do seu mandato e a possibilidade de reeleição por três quartos dos votos (NOLL; TRINDADE, 2005, p. 32).

Após as discussões e aprovação da Constituição, em 14 de julho, os 48 deputados elegeram o primeiro Presidente do Estado. Unanimemente, Júlio de Castilhos foi eleito em 15 de julho de 1891.

Júlio de Castilhos saiu brevemente do cargo durante o “Governicho”, a partir de novembro de 1891, mostrando as dificuldades iniciais de consolidação. A queda ocorreu durante o período de dissolução do Congresso Nacional e a sucessão de Deodoro por Floriano Peixoto, o que foi explorado por seus opositores locais.

Em um curto espaço de tempo, menos de um ano, o estado foi governado por uma sucessão de líderes. Inicialmente, republicanos dissidentes, que não conseguiram fazer o PRR deixar de apoiar Júlio e eram contrários à participação dos liberais do império – ou seja, não tinham apoio de nenhum dos dois lados representativos das forças sociais e econômicas. Uma junta governativa formada pelo General Manuel Luís da Rocha Osório, Barros Cassal e Assis Brasil iniciaram o governo. Posteriormente, o General Domingos Alves Barreto Leite assume. Mais tarde, por Barros Cassal, e neste momento, em março de 1892, os gasparistas fundaram o Partido Federalista, e uma brevíssima nova Constituição foi outorgada por Cassal, muito semelhante à elaborada por Júlio, mas com um processo legislativo típico da tripartição de poderes. Mais uma vez, o General Barreto Leite assumiu o governo, e, finalmente, o vice do General, o Visconde de Pelotas – uma virada importante de acontecimentos.

Neste momento final, um governo gasparista estava formado, pois o visconde era um aliado de Silveira Martins e apontado após discussão com o antigo líder imperial. Havia pouco, Martins havia retornado de seu exílio e iniciado movimentos para retomar o poder, o que seria fundamental, pouco à frente, para a eclosão da Revolução Federalista. Em junho de 1892, no entanto, Castilhos reassumiu o poder pela via armada, com o apoio de Floriano Peixoto, o general visando evitar um governo rio-grandense defensor do parlamentarismo de Gaspar Silveira Martins (AXT, 2023; FRANCO, 2013, p. 135-165).

As tensões estavam em seu auge e logo eclodiu o grande conflito que levaria à pacificação, a Revolução Federalista (1893-1895). Júlio de Castilhos prevaleceu com o apoio do Governo Federal, do centro do país e do Exército. A partir desse momento, houve um aumento significativo da ligação entre o

PRR e o Exército nacional. Também estava selada a ligação de Júlio e Floriano aos olhos políticos do centro do país, parte importante da inviabilização permanente de Júlio como nome presidenciável em nível nacional, devido à sua proximidade com o militar tão combatido pelos civis que dominaram os partidos republicanos de Minas e São Paulo (FRANCO, 2013, p. 135-165).

Além disso, houve uma constante diminuição do poder político dos produtores rurais dos Pampas, que no Império constituíam o núcleo central de poder. Os maragatos foram derrotados em uma sangrenta guerra civil que resultou na morte de entre 10 e 12 mil pessoas em um estado com cerca de um milhão de habitantes. A prática da degola e atos de violência marcaram a história do conflito e do Rio Grande do Sul. Ao seu fim, o PRR era a força dominante.

Cada vez mais, foram estabelecidos os caminhos para consolidar o poder político, militar e eleitoral. Esse “poder eleitoral” incluía práticas de fraude realizadas por ambos os lados (LOVE, 1971, p. 218-219), mas com mais sucesso por parte da força dominante. Júlio de Castilhos sai do poder em 1898 e defende uma sucessão pelo desembargador Borges de Medeiros.

Até sua morte, aos 43 anos, em 1903, Júlio comandava com Borges o estado, atuando ativamente na tomada de decisões. Por sua vida pessoal, profundas e impactantes reformas legislativas após a revolução e posição de líder vitorioso na contenda militar, tinha alcançado o patamar não apenas de líder político incontestável, mas aclamado por seus correligionários como herói fundador da ordem política.

Borges de Medeiros, um jovem em relação a outros potenciais candidatos, faria um governo parecido com o de Júlio ao longo de sua longa carreira à frente do estado. Escolhido pelo líder e posto no poder com o apoio do partido, governou com a Constituição elaborada pelo patriarca, como Júlio foi chamado pelos membros do PRR a partir de sua morte.

## **4 Estrutura política e eleições na Constituição de 1891**

### **4.1 Presidente do estado**

A apresentação dos caracteres da Constituição permite compreender seu papel no desenvolvimento final do regime. Ela possuía características ligadas à adaptação do positivismo à política local. Uma adaptação cultural, centralizadora, de pensamento positivista mesclada com as tradições jurídicas existentes e os limites impostos pela Constituição da República. Elementos positivistas, como a liberdade de profissão e a inexistência de

de diplomas para exercê-las, coexistiam com um sistema profundamente concentrador de poder no Executivo.

O estado do Rio Grande do Sul é declarado, pela Constituição estadual, um componente da União sob regime republicano. É autônomo, limitado apenas pela Constituição dos Estados Unidos do Brasil (art. 1º). A organização dos “poderes” começa a partir do art. 6º. Eles são divididos pelos órgãos da presidência do Estado, Assembleia dos Representantes e magistratura, que deveriam “funcionar harmonicamente, sem prejuízo da independência que entre si devem guardar, na órbita da sua respectiva competência” (RIO GRANDE DO SUL, 1891).

O uso do termo poder não ocorre, ao contrário da Constituição Federal, sob o fundamento de que não haveria poderes, mas apenas um poder. A doutrina liberal em relação a isso foi rejeitada sob o prisma de sua fragilidade e tendência ao conflito. Ela foi substituída, como traz Pinto (2019, p. 257-262), pela crença de que o executivo seria o mais bem equipado e, na prática, reduzia a mera formalidade os outros dois poderes, que não teriam autonomia real. Por esse motivo, era preferível estabelecer, desde o desenho institucional, a existência de um único poder e organizar seus órgãos especializados. Em 1933, em seu livro sobre o Poder Moderador, Borges expressaria opinião semelhante sobre a prática política brasileira na Primeira República: “entre nós, é forçoso concluir que a independência dos poderes políticos não passava de mera ficção constitucional, e que só a vontade do presidente predominava sem contraste” (BORGES DE MEDEIROS, 1933, p. 62-63).

A respeito do presidente, desde logo se nota o pensamento positivista concentrando a atuação estatal no “chefe”. No título II, entre os artigos 6º e 34, são normatizados os poderes. O art. 20 traz as competências do “chefe supremo do governo e administração”. O leque de competências é bastante amplo, mas cabe especial atenção à primeira delas: “1º Promulgar as leis, que, conforme regras adiante estabelecidas, forem de sua competência”. A competência era importante porque, dali em diante, iria caber à Assembleia dos Representantes receber e aprovar o orçamento e poucas outras leis. O restante das competências legislativas era do presidente. Esta dinâmica está conectada à ideia positivista em que Comte defende a despolitização do Poder Legislativo, que deveria ser um órgão técnico para a organização orçamentária (SENNA, 1994, p. 128).

Para aprovar um projeto de lei nas demais áreas, o Presidente enviaria o projeto e exposição de motivos a todos os intendentes municipais do estado, que deveriam dar ampla publicidade aos cidadãos e, estes, poderiam se manifestar por três meses, cabendo ao presidente modificar ou

manter o projeto após analisar os comentários e, após, convertê-lo em lei estadual (sistema criado entre os artigos 31 e 34). A Constituição ressalva que medidas meramente administrativas estavam excepcionadas deste sistema, estas deveriam ser estabelecidas por decreto, sem consulta aos cidadãos (RIO GRANDE DO SUL, 1891). Esta incomum forma de aprovação era defendida pela doutrina positivista, uma garantia de que o povo referendaria diretamente a existência das leis que lhe governariam, ainda que, neste caso, por via de uma proposta de seu líder (CRUZ, 1913b, p. 1).

O presidente escolheria livremente seu vice-presidente nos primeiros seis meses de mandato, assim como nomearia (art. 27) os três secretários de estado, o do interior e exterior, o da fazenda e o das obras públicas.

O presidente deveria ser rio-grandense nato, maior de 30 anos e residir no estado (art. 12). Nos aspectos relevantes ao sistema eleitoral, ele teria um mandato de cinco anos e poderia ser reeleito apenas se tivesse o voto de três quartas partes do voto do eleitorado (75%), conforme artigo 9º (RIO GRANDE DO SUL, 1891). O art. 18, §3º, trazia uma interessante regra para o caso de ele ser o mais votado dos candidatos, mas não alcançar esse patamar restritivo – haveria nova eleição, na qual ele não seria candidato:

Art. 18º. [...] § 3º Na eleição em que fôr votado o presidente do Estado, si nenhum cidadão houver alcançado a maioria absoluta e aquelle não tiver obtido as tres quartas partes dos suffragios, proceder-se-á a nova eleição, na qual não poderá o mesmo ser votado (RIO GRANDE DO SUL, 1891).

Dos artigos 17 a 19 aparecem determinações específicas sobre a eleição do presidente. O voto era por sufrágio direto. O pleito ocorreria sessenta dias antes do período presidencial e seria apurado pela Assembleia dos Representantes. Caso nenhum candidato tivesse maioria dos votos, a assembleia elegeria um dos dois mais votados. Por fim, havia expressa menção ao dever de criação de lei eleitoral que iria reger o processo de eleição (RIO GRANDE DO SUL, 1891).

## 4.2 Assembleia dos Representantes

A Assembleia dos Representantes é normatizada entre os artigos 35 e 49. Ela se reuniria por dois meses, a partir de 20 de setembro, e esse tempo era expressamente utilizado para os fins orçamentários. O primeiro mês deveria ser utilizado para votação da “receita e despesa para o ano seguinte”. O segundo mês, para o “exame das despesas do ano anterior e à adoção de qualquer medida de competência da assembleia”. As sessões eram públi-

cas e, de regra, as decisões seriam tomadas por maioria simples dos votos, com instalação das sessões com a maioria absoluta.

Também cabia ao colegiado a criação de tributos, autorizar empréstimos, outras operações de crédito, estabelecer limites territoriais, local da capital e apurar crimes comuns e de responsabilidade do presidente. Cabia, por fim, uma atribuição que se mostraria importante para a história das eleições de 1922: fazer a apuração das eleições do presidente (art. 46, 8º), como já era a regra da Constituição federal. Notavelmente, não lhe cabiam exercer outras competências típicas de legislativos no modelo de tripartição de poderes (RIO GRANDE DO SUL, 1891).

Dentre as competências tributárias, o art. 47 traz especificamente uma de importante nota para história dos conflitos vividos pelo Rio Grande do Sul ao longo das próximas décadas, ali se expunha, sem sutilezas, as questões políticas existentes:

Art. 47º. [...] §10 A exportação de produtos do Estado e a transmissão de propriedade deixarão de ser tributadas, logo que a arrecadação do imposto chamado territorial estiver convenientemente regularizada (RIO GRANDE DO SUL, 1891).

Assim, seria incentivada a industrialização e exportação de bens no estado por meio de imunidade tributária. Por outro lado, haveria um imposto territorial, que seria particularmente criticado pelos antigos liberais, ou seja, aqueles que representavam os interesses das grandes propriedades rurais estaduais, que se concentravam nos Pampas – os adversários políticos que Júlio de Castilhos lutava para superar durante o período de pacificação.

Sobre os aspectos eleitorais, os candidatos deveriam ser alistáveis e residirem no estado por ao menos quatro anos antes das eleições. Seriam eleitos por sufrágio direto dos eleitores, como ocorria desde a Lei Saraiva no Brasil (FELONIUK, 2015, p. 88), o que representava uma diferença em relação ao pensamento positivista comteano, que preconizava eleições indiretas representando as corporações da sociedade (AXT, 2002, p. 12). Os membros seriam 48 (arts. 35, 36 e 38). Os mandatos durariam 4 anos (art. 39) (RIO GRANDE DO SUL, 1891).

### 4.3 Judiciário

O Judiciário estadual aparecia dos artigos 50 a 61. Havia um Superior Tribunal, na capital, com sete desembargadores escolhidos pelo presi-

dente dentre os juízes de comarca, respeitando a antiguidade. O tribunal, além de apelação, era responsável por julgar os processos propostos contra o Estado com fundamento em disposições da Constituição, leis e regulamentos (arts. 51 a 53) (RIO GRANDE DO SUL, 1891).

Havia os juízes de comarca, nomeados pelo presidente do Estado após concurso realizado pelo Superior Tribunal. Os juízes eram responsáveis pelas causas cíveis e penais, inclusive aquelas que fossem de competência dos juízes distritais (art. 55) (RIO GRANDE DO SUL, 1891).

Desembargadores e juízes de comarca, apesar de nomeados pelo presidente, tinham a defesa de suas atribuições na Constituição e eram expressamente os únicos do sistema judiciário a serem chamados magistrados. Perderiam o cargo apenas por sentença. Sua remoção, se não fosse a pedido, ocorreria mediante processo, que deveria ser enviado ao Presidente do Estado (art. 56). A distribuição desses cargos nos municípios era feita pelo presidente (RIO GRANDE DO SUL, 1891). Apesar das seguranças formais, o sistema era dominado pelo presidente e o papel de nomeação daqueles aprovados era importante ao regime e Júlio deu grande atenção à organização judiciária após a estabilização política.

Em cada município também havia um júri para causas criminais, com apelação ao Superior Tribunal (art. 58) e, com mandatos de quatro anos, um juiz distrital com competência civil para causas de até quinhentos mil réis (art. 59), nomeado pelo presidente do Estado. O art. 60 prevê, também, a instituição do Ministério Público, composto por um Procurador-Geral do Estado nomeado dentre magistrados do Superior Tribunal e um promotor público em cada comarca (art. 60) (RIO GRANDE DO SUL, 1891).

Durante a elaboração da Constituição, Castilhos havia proposto um judiciário com características um pouco diferentes, com a eliminação da exigência do diploma de bacharel, a abolição do júri e a eleição de juízes distritais por sufrágio popular. Axt (2002, p. 11) relata que essas propostas foram alteradas devido à reação da magistratura a essas partes do projeto, mostrando sua capacidade de moldar parte dos acontecimentos.

#### 4.4 Municípios

O estado do Rio Grande do Sul era dividido em municípios, “independentes em seus interesses peculiares” para regular suas atividades respeitando a Constituição (art. 62). O tema é estabelecido entre os artigos 62 e 70 da Constituição (RIO GRANDE DO SUL, 1891).

O intendente municipal seria chefe da administração municipal, o responsável por dirigir e fiscalizar os serviços municipais, e um conselho

seria responsável por manter tais serviços. Intendente e membros do conselho seriam eleitos simultaneamente por eleição direta a cada quatro anos, mas seriam nomeados pelo Presidente do Estado, como o vice-intendente (RIO GRANDE DO SUL, 1891).

O Rio Grande do Sul só teria outra Constituição em 1935. Antes dela, **Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros dominaram a política estadual com o PRR** na maior parte do período.

## 5 Lei eleitoral de 1913

Superado o “governicho” e sua legislação, e após a pacificação representada pelo fim da Revolução de 1893, a primeira lei eleitoral representativa do castilhismo no Rio Grande do Sul foi promulgada em 12 de janeiro de 1897, a Lei n. 18. Foi o período no qual Júlio promulgou grande quantidade de leis centrais ao momento político do estado e que impactaram o desenvolvimento da sociedade por décadas após sua saída do poder. Elas versaram sobre política, imigração, funções judiciárias, direito penal, funções das polícias, educação, sanitarismo, transmissão de bens imóveis, obras públicas, e foram centrais à concretização do positivismo proposto por ele. Na legislação eleitoral, além de respeitada a Constituição, foi estabelecido o voto à descoberto, marca do momento eleitoral do regime, ainda que criticado mesmo durante sua implantação (FRANCO, 2013, p. 188-189).

As eleições de 1922, no entanto, seriam feitas utilizando nova lei, de 1913, que, sobretudo, inovava na eleição obrigatória das minorias políticas ao parlamento estadual. Vinte e dois anos depois da Constituição, a Lei n. 153, de 14 de julho de 1913, foi publicada por Borges de Medeiros no jornal *A Federação* (RIO GRANDE DO SUL, 1913). Em uma defesa na forma de cinco artigos, publicados entre 10 e 24 de junho de 1913, o deputado estadual Alcides Cruz apresenta a norma como inspirada no sistema belga, defendido como capaz de representar minorias e formar um colegiado representativo mesmo com o domínio de um partido (CRUZ, 1913a, p. 1).

Além da lei, foram publicadas as sugestões dos cidadãos, a resposta do governo a elas, em geral negando as sugestões, mas acatando correções e aperfeiçoamentos gramaticais, diminuição de textos desnecessários e, raramente, melhorias procedimentais no processo eleitoral. Essa seria a legislação importante no período de contestação do regime por seus opositoristas e os procedimentos no dia da eleição estabelecidos nela eram fundamentais para compreender a política estadual.

## 5.1 Eleições

A Constituição do Estado foi desenvolvida e concretizada na lei. As eleições para presidente do Estado e representantes seriam por sufrágio direto dos eleitores inscritos no registro eleitoral (art. 78). O número de representantes da Assembleia passaria a ser apenas 32 (art. 82).

Para presidente, as eleições seriam realizadas sessenta dias antes do término do mandato, como determinava a Constituição. Caso tanto o presidente quanto o vice estivessem impossibilitados de assumir, a presidência caberia a um dos secretários de estado, e eleições deveriam ser realizadas no mesmo prazo.

No caso das eleições para a Assembleia, cada eleitor deveria apresentar 32 nomes, que correspondiam ao número de cadeiras a serem preenchidas, sem divisão em circunscrições. Embora essa lista estivesse geralmente relacionada ao partido de preferência do eleitor, os eleitores tinham a liberdade de preenchê-la da maneira que desejassem.

O artigo 95 veta que eleitores tenham seu direito de voto negado por se apresentarem em locais diferentes dos de sua inscrição eleitoral – fato relevante para a prática eleitoral no estado e suas fraudes. O seguinte, art. 96, veta que a mesa eleitoral entre em apreciações sobre a identidade da pessoa do eleitor. O eleitor poderia dar seu voto em qualquer mesa eleitoral, devendo apenas apresentar o seu próprio título. Muitas das queixas eram de que essa disposição permitia que votantes, ou quem se passasse por eles, pudessem votar várias vezes em locais diferentes, pela impossibilidade de verificação de quem já havia votado em outro local (RÜDIGER, 1971b, p. 01).

As mesas eleitorais funcionariam em cada distrito, conforme os arts. 87 e 88, presididas pelos juízes designados, tendo junto os seus escrivães secretariando e mais quatro mesários (a serem indicados por eleitores, em grupos de 25 eleitores para cada indicação de mesário). Caso houvesse excesso de indicações, preferência por aqueles indicados pelos grupos maiores de eleitores. Na falta de indicações, o juiz escolheria eleitores presentes no dia da votação.

Além dos mesários, cada candidato à eleição poderia indicar um eleitor para fiscalizar os trabalhos em cada mesa. Além disso, grupos de mais de 25 eleitores poderiam indicar outros eleitores para o mesmo fim fiscalizatório. Estes teriam direito a assento nas mesas eleitorais e poderiam discutir as questões suscitadas ao longo do processo (arts. 127 a 131). Por fim, pelo art. 132, havia um direito amplo de oferecer protestos ao processo eleitoral; ele era aberto a qualquer eleitor presente e deveria constar nas atas analisadas mais tarde na Assembleia dos Representantes. Essas disposições permitiam que grupos amplos dos partidos se formassem na

volta das mesas de votação e ali ficassem durante todo o processo.

A partir do momento da votação, os eleitores deveriam votar exibindo seu título e entregando dois exemplares iguais das listas com os nomes dos candidatos votados. A lista poderia ser escrita ou impressa, e o juiz deveria rubricar uma delas e devolvê-la ao eleitor. Logo depois, leria em voz alta os votos contidos na outra (na frente, portanto, dos grupos formados para fiscalizar), fazendo-os ser apurados (art. 98).

Era expressamente vedado o escrutínio secreto. Ele fora defendido, na Federação, como uma interpretação que dava fidelidade e responsabilidade ao eleitor (PENAFIEL, 1913, p. 1). Essa publicidade, o voto dado em voz alta e perante a mesa eleitoral e demais presentes era outro fator importante na formação do voto no Rio Grande do Sul e, muitas vezes, auxiliava na implantação de um voto de cabresto para o partido que tivesse dominância no local, seja a predominante força do PRR na maioria dos locais, seja da oposição.

Se houvesse falsidade do título, conforme o art. 96, o eleitor fosse falecido ou estivesse ausente, o voto seria recebido em separado. Reclamações no momento do voto também poderiam ser apresentadas por outros eleitores, que poderiam inclusive apresentar documentos para comprovar sua irrisignação contra um voto específico. Nesses casos, documentos falsos ou impugnados seriam recolhidos e, ao final dos trabalhos, tudo seria enviado para a Assembleia dos Representantes, que fazia as apurações.

As situações mais graves eram listadas no art. 108: se houvesse violência, a ordem deveria ser restabelecida pelos membros da mesa. Indivíduos armados deveriam ser retirados da mesa, com registro para apuração de responsabilidade penal. No caso de agressões físicas, havia expressa autorização de prisão do agressor. Como será narrado a frente, nas eleições de 1922, como em outras, foram fartos os acontecimentos violentos que a lei não era capaz de impedir (RÜDIGER, 1971b, p. 01) (RÜDIGER, 1971c, p. 01).

As eleições começariam às 8 horas do dia da eleição, assim que a mesa terminasse de se formar e deveria estar munida da lista de eleitores do local (art. 92). Os votos não deveriam ser interrompidos enquanto houvesse eleitores esperando (art. 111), permitido o revezamento e substituições dos mesários para repouso e alimentação. O art. 102 determina a imediata apuração - que entrava noite adentro e facilmente chegava ao dia seguinte. O presidente da apuração deveria escrever o número de eleitores, os votos em cada candidato e reunir todas as reclamações e dados sobre horários, mesários e ocorrências (art. 104) para a apuração geral na capital.

## 5.2 Representação das minorias

A mais importante inovação eleitoral da lei de 1913 era regulamentada a partir do artigo 81. No artigo era normatizado: “Todas as opiniões políticas terão direito à representação proporcional às suas forças eleitorais”. O artigo 83 trazia os detalhes sobre o modo de apurar essa representação minoritária entre os 32 representantes do legislativo. Os parágrafos 4º e 6º determinam um cálculo que garante a existência de vaga(s) para a minoria - ao menos uma vaga seria sempre delas caso tivessem um único voto.

Essa forma estabelecida garantia que frações minoritárias de votos fossem o suficiente para garantir representação, o que não ocorrera, por exemplo, na formação da assembleia constituinte, em que a existência de listas garantiu representação completa ao PRR. Até aquele momento, o domínio do PRR era completo.

## 5.3 Apuração geral

A apuração cabia à Assembleia dos Representantes, conforme arts. 115 e seguintes. O tema tomou importância pela forma como acabou cabendo ao colegiado, definições essenciais para o desfecho das eleições da década de 1920. Representantes da assembleia deveriam se reunir em sessenta dias após as eleições para apurar os votos. Uma junta de três membros composta por autoridades estaduais faria o trabalho (art. 119). Ela deveria fazer a apuração em voz alta (art. 121) - ainda que, em 1923, tenha ocorrido a apuração sem a presença de público ou representantes da oposição, com publicação apenas do parecer final, um dos diversos argumentos da oposição contra a legitimidade de Borges de Medeiros no poder naquele momento (NOLL; TRINDADE, 2005, p. 69).

## 5.4 Capacidade eleitoral ativa

Os eleitores eram estabelecidos entre os artigos 1º e 6º da lei. Eram cidadãos brasileiros, maiores de 21 anos, domiciliados no estado e detentores dos direitos civis e políticos. Não havia voto feminino. A cidadania brasileira era a estabelecida pela Constituição Federal, cujas disposições eram copiadas na íntegra:

Art 69 - São cidadãos brasileiros:

- 1º) os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não, residindo este a serviço de sua nação;
- 2º) os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, se estabelecerem domicí-

lio na República;

3º) os filhos de pai brasileiro, que estiver em outro país ao serviço da República, embora nela não venham domiciliar-se;

4º) os estrangeiros, que achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem;

5º) os estrangeiros que possuírem bens imóveis no Brasil e forem casados com brasileiros ou tiverem filhos brasileiros contanto que residam no Brasil, salvo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade;

6º) os estrangeiros por outro modo naturalizados (BRASIL, 1891).

Era expressamente proibido o alistamento de eleitores mendigos, analfabetos, praças (exceto os alunos de escolas de ensino superior) e religiosos sujeitos a votos de obediência ou renúncia à liberdade individual (art. 2º, §2º).

A suspensão dos direitos políticos ocorria devido à incapacidade física ou moral ou condenação criminal enquanto durassem os efeitos. A perda definitiva dos direitos políticos ocorria por motivos como naturalização em país estrangeiro, emprego ou pensão em países estrangeiros sem a licença do Poder Executivo, alegação de crença religiosa para se isentar de ônus impostos aos cidadãos e por aceitar condecorações e títulos nobiliárquicos estrangeiros (art. 2º, §1º).

## 5.5 Registro eleitoral e título de eleitores

Foi inaugurado um registro eleitoral permanente no Rio Grande do Sul. Ele deveria ficar na sede de cada município. Uma vez inscrito, o cidadão só poderia ser retirado por sentença ou pelos motivos listados: morte, mudança de residência para outro município, falsidade e fraude na inscrição e perda dos direitos de cidadania ou dos direitos políticos (art. 7º a 59).

A respeito dos títulos eleitorais, regrados a partir do artigo 60 da lei, eles eram devidos a todos os que fossem regularmente inscritos nos registros eleitorais municipais e deveriam ser assinados também por magistrados. Caso houvesse demora na sua expedição, o eleitor ou seu advogado poderiam requerer ele para o juiz de instância superior e, depois, ao Superior Tribunal.

## 5.6 Requisitos para candidatura

Para presidente, as regras são estabelecidas a partir do artigo 70. Ele deveria estar na posse dos direitos civis e políticos, ser rio-grandense nato (nascido no estado ou filho de pais rio-grandenses a serviço do estado ou da União), ter mais de trinta anos e residência no estado. Eram inelegíveis para o cargo os parentes consanguíneos ou afins, nos dois primeiros graus, do presidente ou do substituto no tempo das eleições.

Os candidatos à assembleia deveriam estar no gozo dos direitos civis e políticos. Se fossem rio-grandenses natos, deveriam ter residência no estado há mais de quatro anos. Se não fossem, há mais de seis (artigo 72). Além dessas regras, não eram elegíveis, pelo artigo 75: secretários de estado, magistrados, funcionários de ordem judiciária, funcionários e autoridades da União, concessionários de favores ou prêmios em obras da União ou Estado, administradores de empresas nas situações anteriores.

## 5.7 Recall rio-grandense

O diploma eleitoral, inovando em relação à Constituição da República, cria um sistema de recall no Rio Grande do Sul. Ele é expressamente conectado à experiência da Constituição dos Estados Unidos e às normas eleitorais de Utah, Oregon, Dakota, Montana, Wyoming, Nevada, Colorado, Oklahoma e Idaho (CRUZ, 1913b, p. 1), mostrando a intensidade da circulação de ideias norte-americanas (FELONIUK, 2019, p. 466-467). Ela afirma que a quarta parte (25%) do eleitorado poderia propor a cassação de mandatos dos membros da Assembleia, um percentual muito alto para sistemas assim.

Caso ocorresse, o representante deveria ter a seu favor a metade mais um dos votos totais do eleitorado. Tal proposta poderia ser apresentada a qualquer momento, com a assinatura dos proponentes, e deveria ser enviada pela Assembleia dos Representantes ao governo do estado, para que se procedesse a uma convocação aos eleitores perguntando: “Deve-se ou não considerar cassado o mandato do representado do Estado F?”. A votação deveria ocorrer em até três meses.

## 6 O cenário político e a aplicação das regras eleitorais

Apresentadas as normas, volta-se ao momento central de seu uso. A respeito da fase final do Governo de Borges de Medeiros, a historiografia discute a existência de um desgaste de longo prazo, no qual seu poder permanecia, mas com gradativa perda de prestígio (FÉLIX, 1996, p. 152) (SÁ, 1973, p. 47-49). Foi um período de permanência da estrutura governamen-

tal e do PRR, com apoio incontestado ao líder por parte de seu partido. No entanto, houve enfraquecimento perante a opinião pública, especialmente entre os jovens que passaram a vida sob seu governo e não o apoiavam, o crescimento de uma oposição proveniente das antigas forças vencidas e dissidências que surgiram ao longo dos anos, incluindo de dentro do próprio partido.

Além disso, disputas envolvendo a sucessão presidencial também o enfraqueceram (LOVE, 1971, p. 197-213). Para as eleições nacionais de março de 1922, havia sido organizada a Reação Republicana, o primeiro movimento a confrontar os dois maiores estados e uma coligação de estados menores descontentes. O apoio de Borges de Medeiros ao candidato derrotado da Reação, Nilo Peçanha, colocava-o em uma situação de antagonismo com Bernardes, o candidato vencedor das oligarquias de Minas e São Paulo. A oposição rio-grandense havia se posicionado a favor do presidente eleito e mantinha boas relações com ele desde então (LOVE, 1971, p. 217). Uma intervenção de Bernardes poderia afetar os rumos da campanha estadual.

Em 1921, haviam se iniciado os trabalhos de uma nova legislatura na Assembleia de Representantes. Três deputados opositoristas ao PRR estavam no parlamento. A partir deste período, ocorreria a consolidação da oposição, após décadas de pacificação política alcançada por Júlio de Castilhos.

Além das questões eleitorais, havia o restante das críticas feitas a Borges. É possível resumi-las em: centralização de poder; sucessivas reeleições; incompatibilidades entre a Constituição estadual e a federal, sobretudo com a liberdade de o presidente do Estado eleito apontar seu vice após as eleições; inexistência de regras para minorias nas eleições ao parlamento federal; influências sobre a atuação do Poder Judiciário em casos; desrespeito às prerrogativas constitucionais dos magistrados; o júri popular ter sua deliberação em público; intervenção em municípios por meio de intendentess provisórios permanecendo por longos períodos; nomeações de vice-intendentess serem uma prerrogativa do presidente do Estado; anexações de municípios com maiorias opositoristas a localidades vizinhas disciplinadas ao PRR (AXT, 2002, p. 22; FRANCO, 1996, p. 6-23).

Cumprindo suas funções predominantemente ligadas ao orçamento, o parlamento não fora o foco de acontecimentos políticos importantes, ainda que a oposição criticasse o governo com os meios que possuía, especialmente em temas orçamentários (TRINDADE; NOLL, 2005, p. 65). Sequer havia um líder para representar a maioria e a minoria no colegiado, tamanha a predominância do PRR, que na maior parte do tempo, ocupava 31 das 32 cadeiras desde a lei nova, salvo a destinada à **minoría (RIO GRANDE DO SUL, 1913)**.

Em meio a esse cenário local, o contexto era de uma dupla crise fora do Rio Grande do Sul. Ambas afetando o estado.

A crise externa era o momento pós-Primeira Guerra Mundial, com uma grave crise econômica na Europa em recuperação e suas repercussões sobre o Brasil. Os milhões de mortos, mudanças culturais, a Revolução Russa de 1917, o socialismo e o comunismo, o surgimento das ideologias que logo vicejariam no contexto que levaria à Segunda Guerra Mundial, imprimiam um novo momento, profundamente diferente daquele visto no final do Império. Ideias que não demorariam a chegar ao Brasil, na forma de protestos em prol das cidades, deixadas para trás na proteção ao café, busca de melhores condições de trabalho, novas ideias sobre a organização do sistema econômico e social – inclusive no pensamento dos tenentes, que a partir daquela década atuariam no Brasil.

Os preços do café estavam em queda, e as diversas tentativas de controlar a produção e a exportação sucessivamente falhavam, levando a dívidas e emissão de títulos. Os altos custos das políticas de controle repercutiam também no atraso do desenvolvimento da indústria e na insatisfação de regiões do Brasil não beneficiadas por elas, que muitas vezes se sentiam sustentando-as (BORGES DE MEDEIROS, 1933, p. 48-52; PESAVENTO, 1980, p. 11-13). Isso era especialmente relevante no caso do Rio Grande do Sul. As crises políticas que levariam ao fim da Política dos Governadores não eram visíveis, mas as discussões estavam postas.

Minas Gerais e São Paulo continuavam em condições de dominar a política nacional naquele momento, como haviam provado ao derrotar a coalizão de estados periféricos liderada por Nilo Peçanha. No entanto, a oposição de outros estados, dos militares em crise recente e aguda com Bernardes e dissidências internas estavam crescendo. Nesse cenário, Borges de Medeiros se aproximou dos estados opositores e desempenhou um papel central na candidatura de Nilo contra Bernardes, sugerindo seu nome e apoiando-o. Isso fez com que o Rio Grande do Sul se tornasse o estado com maior peso político na coalizão que incluía Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e dissidentes de Minas. Borges de Medeiros estava insatisfeito com a política nacional de proteção ao café, defendia políticas nacionais de transporte e, conforme Love, estava preocupado com a falta de compromisso de Bernardes com o preço do charque. Ele não aceitou pacificamente a decisão unilateral de Minas Gerais e São Paulo (LOVE, 1971, p. 204-205).

O eleitorado rio-grandense havia votado em massa no candidato Nilo Peçanha, 96.051 votos (ABREU, 2013). O candidato eleito, Artur Bernardes, obteve apenas 11.632 votos no estado, a maioria vinda dos federalistas e grupos dissidentes.

Com o levante de 5 de julho no Rio de Janeiro e Mato Grosso, uma das primeiras revoltas tenentistas contra a eleição de Artur Bernardes, a tensão local se agravou. Ela foi suavizada em um primeiro momento quando a imprensa noticiou que, por instruções de Porto Alegre, os representantes do PRR na Câmara Federal iriam diminuir sensivelmente suas posições contra o governo central (RÜDIGER, 1971a, p. 01)<sup>3</sup>.

Pouco depois, em agosto, os ânimos - e a imprensa - voltaram a se inflamar. Começaram a ser organizadas as chapas para a nova eleição no Rio Grande do Sul, a eleição de 1922. De um lado, Assis Brasil se assumiu como candidato da campanha oposicionista a Borges – a oposição surgida na constituinte, agora, ressurgiu em um novo momento decisivo. Assis Brasil, inclusive, indicou previamente um vice em sua chapa (RÜDIGER, 1971a, p. 01), contrariando a Constituição estadual. Sua base argumentava que isso se adequava ao sistema estabelecido na Constituição Federal de 1891, que eles pretendiam seguir e, no que fosse necessário, mudar a estadual. Estavam se delineando os campos de contestação da Constituição e das práticas eleitorais pelo candidato de oposição.

Os opositores também usaram a imprensa para sugerir que Artur Bernardes iria apoiar Assis Brasil e os federalistas na oposição, na tentativa de buscar a intervenção presidencial. Além disso, críticas surgiram em relação às sucessivas reeleições de Borges e ao quão “original” era esse regime republicano. A Gazeta de Notícias, citada por Rüdiger, destacou: “O Rio Grande do Sul chama a atenção de todo o país para a extraordinária originalidade do seu modo de compreender o regime republicano - pela 5ª ou 6ª vez, vai reeleger-se presidente do Estado o Sr. Borges de Medeiros” (RÜDIGER, 1971a, p. 01).

Efetivamente, uma comissão formada por deputados republicanos fez uma consulta e, de maneira unânime, o PRR apresenta seu apoio à reeleição, situação que logo se consolida com a posição de Borges, que indica sua intenção de ser candidato.

A seguir, veio a campanha. Os republicanos do PRR e Borges voltaram a receber um apoio amplíssimo da estrutura política, com sinalizações de apoios vindos das prefeituras e discursos de autoridades a seu favor. A Federação publicava muitas dessas manifestações, dando-lhes grande destaque. O PRR organizava a campanha, e Rüdiger narra que Borges não bus-

---

3 A partir desta seção, haverá especial atenção a uma série de reportagens do jornalista Sebalt Rüdiger publicada no Correio do Povo em 1971. A série é sobre os acontecimentos de 1922 e 1923. Ela foi fornecida por Miguel Frederico do Espírito Santo, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e possui uma narrativa detalhada e extenso uso de fontes primárias.

cou votos por meio de discursos e não compareceu nem ao maior comício a seu favor, organizado em 15 de novembro. No entanto, a organização e a imprensa criavam um clima de euforia em seu favor (RÜDIGER, 1971b, p. 01).

Assis Brasil e os federalistas, por outro lado, organizaram uma oposição inédita até aquele momento. Criaram uma comissão central em Porto Alegre e tentaram organizá-la em outras cidades. Houve uma manifestação de maior escala organizada em 7 de outubro, na qual a candidatura de Assis Brasil promoveu uma passeata pela Rua dos Andradas com discursos a seu favor. Além disso, ele fez um circuito passando por várias cidades, incluindo Bagé, Uruguaiana, Itaqui, Alegrete, São Gabriel, Pelotas, Cruz Alta, Santa Maria, fazendo campanha para si mesmo, criticando duramente Borges e a falta de democracia, indicando inclusive ser a favor da atuação federal interventiva no estado.

Assis Brasil também falava sobre a lei eleitoral e como ela fora criada pela ditadura, apontando suas falhas que possibilitavam fraudes. Na prática, suas chances de vitória eram pequenas. Rüdiger narra que a organização oposicionista não ocorreu sem dificuldades impostas pelos republicanos, e nas cidades do interior, houve entraves mais evidentes a essas manifestações (RÜDIGER, 1971a, p. 01). Também foi notável a mudança do prazo final para inscrição eleitoral naquele ano, que foi antecipada para 25 de outubro, enquanto havia uma campanha para que os apoiadores de Assis Brasil se inscrevessem em seu apoio no dia 05 de novembro (RÜDIGER, 1971b, p. 01).

Na véspera do pleito, em 24 de novembro, Assis Brasil retornou a Porto Alegre e publicou um manifesto ao povo rio-grandense. Nesse manifesto, ele fez duras críticas ao sistema eleitoral, denunciando o que chamou de “farsa do dia 25”. Assis Brasil apontou o alistamento de pessoas sem direito de voto, o registro fora de prazo, a possibilidade de votar várias vezes em locais diferentes, votos em nome de pessoas falecidas e ameaças recebidas por seus apoiadores para impedir que votassem (RÜDIGER, 1971b, p. 01).

## **7 A realização do pleito de 1922**

A eleição de 1922 ocorreu em 25 de novembro. A Federação havia narrado os procedimentos, conforme legislação eleitoral. O eleitor deveria comparecer a partir das 8 horas da manhã e seguir as regras eleitorais determinadas na lei. Não havia uma hora determinada para o final da votação, e, em alguns locais, a votação continuou até a manhã do dia 26. Após o encerramento da votação, os votos começariam a ser apurados imediatamente, em um processo que se estendia por muitas horas. A apuração e

divulgação dos resultados de cada local deveriam ocorrer imediatamente.

Na capital, Porto Alegre, havia dez distritos eleitorais, cada um com sua mesa eleitoral. Os opositores apontavam grandes problemas de organização e dificuldades de acesso aos eleitores, pois ao longo do dia, as mesas eleitorais ficavam envoltas a grandes aglomerações. Como exemplo, segundo relatos da imprensa local de Porto Alegre, uma mesa eleitoral foi derrubada na Lomba do Cemitério, o que levou à intervenção da Brigada Militar (RÜDIGER, 1971b, p. 01).

As cidades do interior enfrentaram problemas ainda maiores durante as eleições de 1922. Em Passo Fundo, foi relatado que um deputado “assaltou” uma urna. Em São Francisco de Assis, houve relatos de disparos de tiros. Em Caçapava, uma discussão entre duas famílias resultou em mortes. No entanto, o caso mais grave ocorreu em Alegrete. Lá, o voto de um eleitor republicano não foi aceito pela mesa eleitoral, o que levou a muitos tiros disparados contra a mesa. Posteriormente, narrou a imprensa, os federalistas, apoiadores de Assis Brasil, cercaram o prédio e dispararam mais tiros na direção da mesa eleitoral. A violência se generalizou, com tiros sendo disparados de dentro de carros.

Nesse último episódio, o Coronel Vasco Alves, o Major Marcinho Rodrigues e João Pedroso morreram, e cerca de uma dúzia de pessoas ficaram feridas. Posições municipais dos dois partidos se manifestaram sobre o episódio, acusando uns aos outros. Os partidários de Assis Brasil alegaram que os republicanos queriam interromper as votações em um local onde Borges estava perdendo por uma larga margem. Borges precisou se manifestar ao Ministro da Justiça sobre o episódio, afirmando que a paz foi restaurada imediatamente pela Brigada Militar (RÜDIGER, 1971c, p. 01).

Coações, cédulas falsas e votos de cabresto eram amplamente denunciados na imprensa das cidades (RÜDIGER, 1971b, p. 01). Sobre o tema, por sua autoridade, o Ministro Paulo Brossard pode ser o primeiro a ser citado:

As fraudes eleitorais, sempre abundantes, nessa eleição disputada, foram exageradas, tanto mais que era a primeira vez no período republicano que surgia um candidato que, reunindo todas as frações da oposição, e sendo uma personalidade solar, com larga penetração em setores neutros, ameaçava a placidez do regime que a ferro e fogo se implantara no Rio Grande (BROSSARD, 1989, p. 160).

Importa ressaltar, no entanto, que os graves acontecimentos passam longe de serem provenientes apenas dos republicanos do PRR, apesar de sua capacidade superior de ingerência nos acontecimentos eleitorais. Mesmo as narrativas da imprensa da época se voltam também aos aliados de Assis Brasil. Uma troca de palavras feitas décadas depois foi encontrada em depoimento realizado no dia 10 de outubro de 1980, no qual Artur Ferreira Filho, um ex-republicano, dialoga com o então deputado Carlos Santos, e com Orlando da Cunha Carlos, Heitor Galant e Manoel Corrêa Soares. Na passagem, há um diálogo sobre os acontecimentos da época. Ferreira Filho e Galant, este último um federalista que apoiava Assis Brasil no período, afirmam:

Artur Ferreira Filho: (...) Refere-se, outrossim, às eleições daquele tempo. E, por uma gentileza, que eu agradeço, diz que a fraude era generalizada. Não atribui ao meu Partido Republicano o campeonato da fraude eleitoral, como era então dito. Fico muito grato ao amigo Libertador por esse ato de gentileza para com o seu patrício.

Heitor Galant: Realmente, a fraude era generalizada (UFRGS, 1980, p. 663).

Tamanha era a expectativa gerada que dois locais de apuração (*placards*) foram instalados em Porto Alegre, à frente do Correio do Povo e da Federação. O primeiro resultado geral a ser publicado foi o do Correio do Povo, com 109.729 votos para Borges e 38.533 para Assis Brasil. Depois, a Federação daria 108.627 votos para Borges. Em poucas cidades, Assis Brasil tinha ficado à frente: Canguçu, Piratini, São Gabriel e São Sepé. Em alguns municípios, ele ainda obtivera uma votação alta, mas na maioria dos municípios do estado, Borges tinha ficado com a grande maioria dos votos (RÜDIGER, 1971c, p. 01).

A lei exigia votação de três quartos dos votos (75%) para que um candidato à reeleição sucedesse a um novo mandato. Isso foi um problema para Borges de Medeiros porque a votação teve alta abstenção e, apesar da votação tão expressiva, ele poderia não ter os 75% necessários, considerando essa larga parte da população que não votara, como queriam os opositores em sua interpretação do texto. O Correio do Povo estimava que, para alcançar a proporção, seriam necessários 111.195 votos. Assim, os correligionários de Assis Brasil demandavam a vitória de seu candidato, pois não bastaria a vitória de Borges; seriam necessários os 75% não alcançados (RÜDIGER, 1971c, p. 01).

Os resultados, no entanto, seriam da Assembleia dos Representan-

tes, de maioria do PRR, que faria a revisão dos trabalhos, apuraria os votos e tomaria decisões a respeito dos recursos apresentados. Como havia ocorrido há tão pouco tempo nas eleições presidenciais entre Nilo e Bernardes, o parlamento teria o papel de dar o resultado final e indicar o vencedor, uma função determinante quando as votações eram próximas, como afirma Love (1971, p. 218). Assis Brasil, já em Pedras Altas, pede a Borges para reconhecer que a Assembleia era suspeita para considerar o resultado, o que não ocorre (RÜDIGER, 1971c, p. 013).

A Comissão de Constituição e Poderes da Assembleia começa a trabalhar em 6 de dezembro. Dela fazem parte os republicanos Ariosto Pinto, José Vasconcelos Pinto e Getúlio Vargas. Os apoiadores de Assis Brasil iriam receber cópia do parecer final, mas não poderiam assistir aos trabalhos da comissão. Os federalistas foram muito críticos ao trabalho realizado, alegando que violava a lei eleitoral que previa publicidade aos trabalhos, inclusive com comícios públicos dos poucos deputados de oposição.

Assis Brasil, distante de Porto Alegre, passa a afirmar que a eleição de Borges de Medeiros não seria válida e a defender a intervenção federal (RÜDIGER, 1971c, p. 01). Ele também propôs a formação de um colegiado para resolver a questão no qual deputados republicanos e oposicionistas estariam em igual número, mas contaria também com um senador e um deputado federal indicados por Assis Brasil e um representante do Presidente da República, com direito a voto de desempate (RÜDIGER, 1971c, p. 01).

Borges de Medeiros aceitou a mediação federal, mas não nos termos apresentados. Ele concordaria com a ideia de que Bernardes analisasse o caso e decidisse, sozinho, se os 75% necessários haviam sido alcançados após a Assembleia dos Representantes apontar o resultado final. Se Bernardes decidisse que os 75% não haviam sido alcançados, Borges aceitaria deixar o cargo.

Rüdiger menciona que Assis Brasil se viu moralmente forçado a aceitar essa proposta, mas sabia que o presidente não assumiria essa responsabilidade, como de fato não o fez. O apoio de Bernardes aos opositores não tornava fácil uma intervenção direta na política do terceiro estado, onde Borges mantinha um domínio firme e boas relações com os militares, em um momento em que Bernardes estava bastante desgastado com eles. Outras tentativas de intervenção do presidente foram feitas, inclusive substituir o presidente por Wenceslau Braz nas negociações, mas Assis Brasil não aceitou essas alternativas e, ao mesmo tempo, Borges insistia que o desfecho precisava ser baseado no reconhecimento ou não do resultado eleitoral (RÜDIGER, 1971d, p. 01).

Em 17 de janeiro de 1923, o parecer da Assembleia foi divulgado. Ele

declarou a anulação de votos devido a problemas com assinaturas, portadores de vários títulos de eleitor e votos duplicados, o que afetou os resultados declarados em Porto Alegre e em outras cidades (TRINDADE; NOLL, 2005, p. 68). Esses atos representaram um reconhecimento oficial das fraudes eleitorais da época. Com os resultados iniciais da eleição geral, Borges havia recebido 108.766 votos e Assis Brasil, 38.211. Após a remoção dos votos irregulares, o resultado final reconhecido pela comissão foi de 106.360 votos para Borges e 32.216 para Assis Brasil. Borges também tinha alcançado os 75% necessários, com uma margem de 3.428 votos além do mínimo.

Esse parecer da comissão foi contestado, mas a Assembleia tinha apenas três aliados de Assis Brasil. Em suas declarações, Assis Brasil expressou sua insatisfação com essa apuração, alegando que o índice necessário não foi alcançado e que o total de votantes no estado era de 266.000, e Borges estava longe de alcançar esse número para sua reeleição (RÜDIGER, 1971d, p. 01). As atas de apuração apontam uma abstenção de 45,88%, uma população votante de 267.615 no qual 144.836 haviam votado (RIO GRANDE DO SUL, 1922).

Em 24 de janeiro, o parecer foi aprovado com apenas três votos contrários, dos opositores. No dia seguinte, no final da tarde, Borges de Medeiros compareceu à Assembleia e tomou posse (RÜDIGER, 1971d, p. 01).

## 8 O conflito de 1923

Brossard narra que na tarde em que Borges de Medeiros tomava posse para iniciar seu quinto mandato, o Deputado Artur Caetano iniciou o movimento revolucionário armado em Carazinho e Passo Fundo. Love informa que, para a execução desses planos, a assistência do governo federal e o apoio dos líderes de São Paulo e Minas Gerais foram decisivos, mas não houve uma interferência direta deles na política interna (LOVE, 1971, p. 219-220). Os seguidores de Assis Brasil, assim como federalistas menos ligados a ele, começaram a se reunir, organizando grupos armados em cidades, incluindo também Vacaria e Cruz Alta. Eles tentaram tomar algumas cidades, incluindo Passo Fundo, que foi defendida com trincheiras e armas. Em muitos locais, as forças de apoio a Borges, juntamente com a Brigada Militar, enfrentaram os federalistas (RÜDIGER, 1971e, p. 01).

Iniciando o mês de fevereiro de 1923, havia notícias de novos agrupamentos armados de resistência sendo organizados pelo estado. Por vezes, várias centenas de homens estavam sendo reunidos em fazendas e imediações de cidades, sob a liderança dos insatisfeitos com as eleições e de históricos opositores do regime iniciado por Júlio de Castilhos. Em meados

do mês, começa a se destacar Honório Lemes na cidade de Rosário, a quem Brossard apresenta como um homem de “instrução modesta e modesta situação econômica, tropeiro de profissão, o ‘Andarilho da Liberdade’”, que logo se tornaria um dos mais eminentes chefes do movimento (BROSSARD, 1989, p. 160).

Na região de Passo Fundo, revolucionários como Menna Barreto e Leonel Rocha lideravam uma força que provavelmente chegava a 4 mil homens, criticando Borges de Medeiros e pedindo a intervenção de Artur Bernardes. Na região de Pelotas e Porto Alegre, o mesmo pedido de intervenção ao Presidente da República era feito, especialmente pelo deputado Alves Valença. O Presidente da República se manifestou, mas não interveio na situação. Ele enviou um comunicado pedindo uma atuação prudente por parte dos envolvidos.

Na última semana de março, ocorreu um dos episódios mais marcantes. No dia 24, opositores de Rosário e Alegrete formavam um exército de 1.200 homens. Era um grupo formado por líderes de várias cidades próximas que estavam se organizando e realizando incursões menores. As autoridades de Alegrete se dirigiram, antes de um ataque contra si, para Uruguaiana, levando consigo armamento e munição. Assim, a tomada se deu sem qualquer resistência e um início de organização administrativa na cidade foi iniciada, toda a região na volta passou para o controle dos revolucionários. Havia uma guarnição do Exército também, mas ela não atuou em um primeiro momento, apenas acompanhando a movimentação (RÜDIGER, 1971f, p. 01).

Em abril, a insurreição parecia se estruturar ainda mais. Houve o ingresso na região das Missões, um contingente de aproximadamente mil homens. Outros focos surgiram. Eventualmente, revolucionários de Santa Maria emitiram uma mensagem a Artur Bernardes de que a cidade abandonaria seu pacifismo. Em meados do mês, outra organização, supostamente com 1.500 homens, parecia estar organizada em São Gabriel (RÜDIGER, 1971f, p. 01).

Tendo Alegrete, a oposição se deslocou com um contingente ainda maior de homens, estimado entre 1.500 e 2.000, na tentativa de conquistar Uruguaiana. Eles mantiveram a tática de envolver-se em pequenos conflitos, realizar movimentações constantes e evitar derrotas contra as forças mais numerosas e bem armadas do governo. Neste ponto, o movimento federalista alegava que uruguaios haviam se incorporado ao exército opositor. Os confrontos iniciaram em 3 de abril e duraram os dois dias seguintes sem uma resolução clara.

No entanto, era Flores da Cunha quem administrava Uruguaiana.

Ele mostrou grande habilidade militar e comandou um ataque eficaz contra as forças opositoras, o futuro líder político e militar estadual desponta a partir deste momento na sua trajetória política, que seria de grande importância para a história estadual. Armas haviam sido compradas na Argentina, e a cidade estava bem preparada para resistir e até contra-atacar os líderes rebeldes, incluindo Honório Lemes. Houve mortes, inclusive na Argentina, com relatos de 60 mortos e 80 feridos entre os revolucionários e 1 morto e 4 feridos entre os defensores do governo (RÜDIGER, 1971f, p. 01).

A força liderada por Honório Lemes foi perseguida pelas forças do governo após os confrontos em Uruguaiana. A superioridade em recursos e organização de Borges de Medeiros permitiu que suas forças se mobilizassem eficazmente para conter a revolução. Enquanto isso, os revolucionários enfrentavam problemas de suprimentos e uma fragmentação de suas forças, com diversos líderes locais atuando separadamente em várias cidades. As forças do governo, mais bem coordenadas, conseguiram cercar Honório e outros grupos rebeldes que se juntaram a ele nas proximidades. Após confrontos na região de Santa Maria Chico, os grupos rebeldes, agora somando cerca de 3.000 homens, se dispersaram e foram perseguidos pelas forças de Flores da Cunha. Honório conseguiu chegar a São Gabriel, onde chegou com aproximadamente mil homens sem enfrentar resistência imediata, mas logo foi novamente alvo de perseguição (RÜDIGER, 1971g, p. 01).

Durante o conflito, estima-se que cerca de 6.000 homens participaram da revolta contra Borges de Medeiros. Em janeiro, antes do início da revolução, a Brigada Militar contava com um contingente de 2.000 homens. No decorrer do conflito, esse número aumentou para 3.500 na Brigada Militar, além de 8.500 homens em corpos provisórios. As forças do governo também estavam melhor armadas, o que levou a situações que entrariam na cultura rio-grandense, como lanceiros tentando combater os governistas com metralhadoras (LOVE, 1971, p. 220-221).

O Estado do Rio Grande do Sul foi dividido em cinco zonas: Norte, Nordeste, Centro, Sul e Oeste, cada uma com um comandante designado. Essas zonas correspondiam às áreas de atuação do exército libertador dos revolucionários. Para financiar esse aumento significativo de despesas, créditos extraordinários foram utilizados. Apesar do conflito, Borges de Medeiros manteve algum nível de liberdade de imprensa, para Rüdiger, respeitou as garantias constitucionais das regiões não envolvidas (RÜDIGER, 1971h, p. 01).

Essas forças opositoras não estavam organizadas e se espalharam por várias cidades do estado, na maior parte das vezes, em situações de confrontos de menor monta. Nas palavras de Brossard (1989, p. 163), uma

guerra de guerrilhas. Não havia um comando central plenamente organizado e a carência de recursos era grande. Posteriormente, os líderes diriam que a finalidade do movimento todo seria criar uma instabilidade suficiente para justificar a intervenção federal. Notícias de imprensa, incursões em cidades, a movimentação, o aparente enfraquecimento de Borges no estado seriam, para esses líderes, o meio para alcançar essa finalidade.

O Presidente da República, no entanto, manteve-se em posição de neutralidade, inclusive em relação ao uso de tropas do exército. Em 2 de maio, o Presidente da República afirmou que o governo de Borges era legítimo em mensagem ao Congresso e que intervenções haviam ocorrido em estados com dualidade de poderes, o que não ocorria no Rio Grande do Sul (RÜDIGER, 1971g, p. 01).

## 9 O Pacto de Pedras Altas

A pacificação ocorreria em dezembro, após negociações nos seis meses anteriores. Artur Bernardes, então, atuou constantemente. Ele estava em contato constante com Assis Brasil e enviou diversas propostas a Borges de Medeiros, por meio de representantes, que iniciaram pedindo sua renúncia e a alteração da Constituição, proibindo reeleições. Borges não aceitou, ainda que, com sua permanência no poder, ele estivesse disposto a aceitar uma anistia geral aos revoltosos. Na metade final do ano, no entanto, Borges parecia disposto a ceder em um ponto: ainda que não aceitasse renunciar, ele aceitaria negociar o fim das reeleições (RÜDIGER, 1971h, p. 01).

Borges era o vitorioso no campo militar e no comando da política local, mas estava sofrendo gravemente na imprensa local e nacional. Havia a disposição de Artur Bernardes de influenciar os acontecimentos, nomeando pessoas de sua confiança para tentar negociar a paz e se mantendo próximo de Assis Brasil. Em curto espaço de tempo, o presidente tentou Tavares de Lyra, ministro do Tribunal de Contas e contato próximo do falecido senador Pinheiro Machado; Nabuco de Gouvêa, deputado federal rio-grandense e membro do PRR; e, por fim, o General Fernando de Setembrino de Carvalho, a quem Franco (1996, p. 10-27) atribui papel determinante nas negociações, ao contrário das tentativas dos dois outros emissários.

Por sua vez, a vontade da oposição, de intervenção federal, ficou particularmente evidente com o episódio do senador borgista Soares dos Santos, que apresentou um projeto de intervenção federal, como queriam os opositores, propondo a atuação presidencial no estado. Soares Santos seria repudiado pelos membros de seu partido no Rio Grande do Sul.

Como resume Love, Bernardes pode ser visto como o principal vitorioso do acontecimento, ainda que não tenha derrubado o PRR. Ele enfraqueceu temporariamente os planos de influência do partido sobre os acontecimentos nacionais e garantiu a sucessão do líder mais longo da Primeira República, que havia se oposto à sua candidatura pouco tempo antes (LOVE, 1971, p. 224). Apesar da atuação marcante do presidente no estado, ele não havia sido sequer o principal alvo, com Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro sofrendo alterações profundas em suas políticas internas devido à tentativa de se opor aos dois estados dominantes (FERREIRA, 1998).

No PRR, o discurso de transigência parecia estar se desenvolvendo. Em setembro de 1923, quando se resolve fazer um Congresso do Partido Republicano Rio-Grandense em Porto Alegre, para reafirmar o apoio a Borges e ao modelo político, o tom era conciliatório (RÜDIGER, 1971h, p. 01). Assim, Borges de Medeiros assina, em 10 de novembro de 1923, o Protocolo de Porto Alegre, prévio ao Pacto de Pedras Altas, garantindo que aceitava condições em busca da paz imediata e do bem-estar geral. O conteúdo, entre outras disposições, trazia importantes alterações eleitorais, anistia, proibição da reeleição:

#### Condições da pacificação geral

1ª. Reforma do art. 9º. da Constituição, proibindo a reeleição do presidente para o período presidencial imediato.

Identica disposição quanto aos intedentes.

2ª. Adaptação às eleições estaduaes e municipaes da legislação eleitoral federal.

3ª. Consignar no projeto de reforma judiciaria uma disposição que conceda á justiça ordinária a attribuição de julgar os recursos referentes ás eleições municipaes.

[...]

7ª. As minorias terão garantida a eleição de um representante federal em cada districto, salva a hypothese de uma nova divisão eleitoral.

8ª. Para as eleições estaduaes o Estado será dividido em seis districtos, ficando garantida a eleição de um representante das minorias em cada districto.

9ª. A representação federal do Estado promoverá a immediata aprovação do projecto de amnistia em favor das pessoas envolvidas nos movimentos políticos do Rio Grande do Sul e o Governo Federal dará todo o seu apoio a esta medida. [...] (BORGES DE MEDEIROS; CARVALHO; GOUVÊA, 1923).

Depois deste protocolo, ainda haveria mais um mês de negociações tensas, no qual Assis Brasil teve o papel de representar a oposição. De importante, foi aceita por Borges a alteração constitucional para que o vice da chapa presidencial fosse eleito, e não indicado. Também não haveria represálias aos líderes oposicionistas derrotados e retirada de alguns agentes públicos do governo, ainda que Borges não tenha aceitado dissolver os corpos provisórios da Brigada Militar. Haveria uma nova data também para as próximas eleições, de janeiro para maio de 1924, como queria a oposição, e da fiscalização por emissários da presidência (FRANCO, 1996, p. 18-24). Assim se estabeleceu o caminho para a paz. Em 14 de dezembro, no castelo de Pedras Altas, sede da propriedade de Assis Brasil, é assinado o Pacto de Pedras Altas.

Ainda que Borges de Medeiros tenha saído vencedor nas eleições, na luta contra os revolucionários e não tenha precisado ceder ao governo central, ele assina o final de sua trajetória como governador. Ele estava iniciando seu mandato e permaneceria no cargo, gerando insatisfação em seus adversários nos anos seguintes, que temiam a continuidade do governo e da força política do PRR. Outras três revoltas importantes aconteceriam antes do final de seu mandato em 1928, dentre elas a de 1924, na qual o capitão Luís Carlos Prestes se declarou contra Bernardes, em um movimento que inicialmente também foi de oposição a Borges, antes de ir em direção à Argentina, Iguaçu e em uma marcha de dois anos e meio pelo interior do Brasil (LOVE, 1971, p. 226-230).

Assis Brasil permaneceu exilado no Uruguai de 1924 a 1927, clamando por alterações eleitorais e, a partir dessa altura de sua vida, passando a defender reformas políticas em âmbito nacional. No exílio, em 1925, lançou o Manifesto da Aliança Libertadora, que três anos depois deu origem ao Partido Libertador, criado junto de Raul Pilla e políticos da nova geração, como Alberto Pasqualini (FELONIUK, 2021, p. 22), um partido voltado a evitar uma candidatura de Borges ou seus aliados, assim como continuar a crítica ao regime. Assis Brasil não saíra da política.

Chegadas as eleições nacionais de 1926, pela última vez, a Política dos Governadores indicou seu candidato. Desta vez, sem qualquer oposição rio-grandense ou de outros estados. Washington Luís, de São Paulo, e o vice Fernando Melo Viana, de Minas Gerais, receberam 98% dos votos em uma eleição particularmente calma.

Borges de Medeiros, ao fim de seu mandato, cumpre o conteúdo do Pacto de Pedras Altas, especialmente o art. 1º, encerrando seu governo e apoiando que um destacado membro da nova geração de políticos rio-grandenses, o Ministro da Fazenda, Getúlio Vargas, ocupasse seu posto.

Ele se manteria na política estadual e nacional ainda por muitos anos, tendo a chance de ser aliado e opositor de Vargas antes de sua morte, aos 97 anos, em 1961.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há três elementos relevantes do ponto de vista eleitoral. As leis eleitorais foram feitas permitindo que o poder político de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros se consolidasse, como várias disposições mostram. Além disso, dos dois lados, houve fraudes eleitorais; elas eram sistemáticas, se davam em muitas localidades e não raro acabaram em violência. Por fim, terceiro fato, alguns elementos da legislação eleitoral eram tão centrais para a legitimidade do regime e do pleito de 1923 que era preciso agir respeitando suas disposições, mostrando como a legislação eleitoral continuava tendo importância na estruturação e legitimação do regime político. Isso se nota na importância que tinha a apuração no parlamento, a discussão sobre os 75% dos votos terem sido alcançados ou não.

Esses três elementos são parte dos grandes acontecimentos que se desenvolvem em 1923 e, retomando dissidências que vinham da queda do Império, levaram à saída de Borges de Medeiros do poder no final da década. Uma saída a seus termos, na qual ele termina seu mandato e tem voz ativa na sucessão, mas que também significava o final de uma era na política do Rio Grande do Sul.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. **Revolta de 5 de julho de 1922**. Criado em: 27 maio 2013. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLTA%20DE%205%20DE%20JULHO%20DE%201922.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. **Dictadura, Parlamentarismo, Democracia**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1908.
- AXT, Gunter. Constitucionalidade em debate: a polêmica carta estadual de 1891. **Revista Justiça e História**, Porto Alegre, v. 2, n. 03, p. 1-29, 2002. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/static/2017/02/Justica-Historia-v2-n3-artigo-13.pdf>. Acesso em: 21 out. 2023.
- AXT, Gunter. Memórias da intolerância: antecedentes e causas da Revolução Federalista (1893-1895) no Rio Grande do Sul. **Crítica & Controle**, Rio Grande do Sul, v. I, n. 2, p. 102-137, ago. 2023.
- BORBA, José Vanderlei. A Revolução Federalista, uma reflexão. In: ALVES,

- Francisco das Nes; TORRES, Luiz Henrique (orgs.). **Temas da História do Rio Grande do Sul**: Rio Grande: Editora da Fundação da Universidade do Rio Grande, 1994.
- BORGES DE MEDEIROS, Antônio Augusto. **O Poder Moderador na República Presidencial** (Um ante-projeto de Constituição Brasileira). Recife: Diário de Pernambuco, 1933.
- BORGES DE MEDEIROS, Antônio Augusto; CARVALHO, Fernando Setembrino de; GOUVÊA, José Thomaz Nabuco de. **Acta da Conferência para a Pacificação Geral do Rio Grande do Sul**, de 1923. Documento original.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil** (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em: 27 nov. 2022.
- BROSSARD, Paulo. Joaquim Francisco de Assis Brasil - 1857-1938. **Idéias Políticas de Assis Brasil**. Brasília; Rio de Janeiro: Senado Federal, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989. V.1.
- CASTILHOS, Julio. A Crise. In: CASTILHOS, Júlio. **Pensamento político de Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 2003. Texto publicado na Federação em 9 de junho de 1891.
- CASTILHOS, Julio. Deodoro. In: CASTILHOS, Júlio. **Pensamento político de Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 2003. Texto publicado na Federação em 10 de julho de 1890.
- CASTILHOS, Julio. Política sem moral. In: CASTILHOS, Júlio. **Pensamento político de Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 2003. Texto publicado na Federação em 20 de maio de 1884.
- CRUZ, Alcides. A Nova Lei Eleitoral III. **A Federação - Orgam do Partido Republicano**, Porto Alegre, 13 jun. 1913a.
- CRUZ, Alcides. A Nova Lei Eleitoral IV. **A Federação - Orgam do Partido Republicano**, Porto Alegre, 24 jun. 1913b.
- ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico. Castilhismo, capitalismo e obstrução da barra. In: ALVES, Francisco das Nes; TORRES, Luiz Henrique (orgs.). **Temas da História do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Ed. da Fundação da Universidade do Rio Grande, 1994.
- FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
- FELONIUK, Wagner. Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, turma de 1928: a controvérsia de Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini sobre a mentalidade pós-guerra. In: FELONIUK, Wagner (Org.). **1928, uma**

- polêmica do pós-guerra:** Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini, Estado moderno e novas ideias. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2021.
- FELONIUK, Wagner. Influências da circulação de ideias norte-americanas sobre o sistema de controle de constitucionalidade da Constituição de 1891. **Revista da Faculdade de Direito** - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 74, p. 435-472, 2019.
- FELONIUK, Wagner. O Desenvolvimento Normativo do Direito Eleitoral no Período Imperial Brasileiro. **Revista Brasileira de História do Direito**, v. 1, p. 73-93, 2015.
- FELONIUK, Wagner. O pensamento político de Alcides Cruz: conceitos, separação de poderes, atuação estatal. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (Org.). **Parlamentares Gaúchos:** Alcides Cruz. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, v. 14, p. 137-172, 2017.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Reação Republicana. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Atlas Histórico do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/reacao-republicana>. Acesso em: 15 out. 2023.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **A pacificação de 1923:** as negociações de Bagé. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. 5. ed. Porto Alegre: Edital, 2013.
- LOVE, Joseph L. **O Regionalismo Gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- PENAFIEL, Carlos. A Nova Lei Eleitoral V. **A Federação - Orgam do Partido Republicano**, Porto Alegre, 2 jun. 1913.
- PESAVENTO, Santa Jatahy. **RS: a economia & o poder nos anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PINTO, Francisco Rogério Madeira. A Constituição castilhista de 1891 e a fundação do constitucionalismo autoritário republicano. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 118, p. 245-292, jan./jun. 2019.
- RIO GRANDE DO SUL. **A Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Oficinas typographicas d'A Federação, 1891.
- RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 153, de 14 de julho de 1913. **A Federação - Orgam do Partido Republicano**, Porto Alegre, 19 jul. 1913.
- RIO GRANDE DO SUL. **Quadro demonstrativo do número de eleitores es-**

**taduais em 1922.** Documento original.

- RÜDIGER, Sebalt. Revolução de 23 - 01 - I - A Fase Eleitoral. Cadernos de Sábado, **Correio do Povo**, 1971a.
- RÜDIGER, Sebalt. Revolução de 23 - 02 - I - A Fase Eleitoral. Cadernos de Sábado, **Correio do Povo**, 1971b.
- RÜDIGER, Sebalt. Revolução de 23 - 03 - I - A Fase Eleitoral. Cadernos de Sábado, **Correio do Povo**, 1971c.
- RÜDIGER, Sebalt. Revolução de 23 - 04 - I - A Fase Eleitoral. Cadernos de Sábado, **Correio do Povo**, 1971d.
- RÜDIGER, Sebalt. Revolução de 23 - 05 - II - A Oposição Armada. Cadernos de Sábado, **Correio do Povo**, 1971e.
- RÜDIGER, Sebalt. Revolução de 23 - 06 - II - A Oposição Armada. Cadernos de Sábado, **Correio do Povo**, 1971f.
- RÜDIGER, Sebalt. Revolução de 23 - 07 - II - A Oposição Armada. Cadernos de Sábado, **Correio do Povo**, 1971g.
- RÜDIGER, Sebalt. Revolução de 23 - 08 - III - A Política da Intervenção. Cadernos de Sábado, **Correio do Povo**, 1971h.
- SÁ, Mem de. **A politização do Rio Grande**. Porto Alegre: Tabajara, 1973.
- SENNA, Adriana Kivanski de. **Borges de Medeiros e o Projeto de Lei Eleitoral do Estado (1913)**. In: ALVES, Francisco das Nes; TORRES, Luiz Henrique (orgs.) *Temas da História do Rio Grande do Sul*: Rio Grande: Editora da Fundação da Universidade do Rio Grande, 1994.
- TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel. **Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho (1890 - 1937)**. Porto Alegre: CORAG, 2005.
- UFRGS. **Simpósio sobre a Revolução de 30**. Porto Alegre: ERUS, 1983.

# DOCUMENTAÇÃO



# GUILHERMINO CÉSAR UM INTELLECTUAL MINEIRO NA HISTÓRIA GAÚCHA

*Homenagem ao ex-Presidente do IHGRGS nos trinta anos de seu  
falecimento*

Alexandre Veiga<sup>1</sup>

Há trinta anos Guilhermino Cesar da Silva (Eugenópolis, 15/05/1908 – Porto Alegre, 07/12/1993) deixou de estar presente em sua forma física, mas nunca deixou de ser expressiva referência na história, na literatura e na produção intelectual de nosso estado. Sua trajetória como homem público, literato, professor, pesquisador e ator relevante nas atividades do Instituto impõem-no como referência consistente, de modo que sua trajetória permite registrar seus múltiplos talentos e qualidades como intelectual que trabalhou de modo decisivo na produção de conhecimento em todas as áreas às quais se dedicou.

Nesse sentido, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do qual foi Presidente entre 1950 a 1958, traz ao seu público leitor uma série de documentos e textos relacionados à vida e obra desse importante intelectual. Nesse conjunto, estão presentes os textos de saudação proferidos durante a assunção do professor ao quadro social do IHGRGS, na condição de benemérito, em novembro de 1989; também publicamos seu discurso proferido de maneira improvisada nessa mesma ocasião, demonstrando sua capacidade oratória, e o texto de encerramento da sessão, proferido pelo Presidente do IHGRGS, Luiz Alberto Cibils.



Incluimos ainda um texto importante escrito por ele, a respeito do Iluminismo no Rio Grande do Sul. Neste texto, além de demonstrar sua análise, ainda indica a importância de nosso estado na construção do país, o que conecta, uma vez mais, sua Minas natal e o Rio Grande adotivo.

Apresentamos, ainda, uma raridade pouco divulgada: a entrevista

---

<sup>1</sup> Historiador e arquivista, mestre em Comunicação e Informação e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

realizada pelo professor Sergius Gonzaga em maio de 1991, quando o mestre discorreu sobre algumas de suas reflexões mais íntimas sobre seus temas de interesse. Encerramos com o registro feito pela professora Lea Masina, que nos presenteou com uma importante análise sobre uma das mais relevantes obra do professor Guilhermino Cesar, acerca do contrabando no sul do Brasil. Como ilustração desses registros, temos ainda alguns exemplares do Arquivo Pessoal Guilhermino Cesar, recolhido ao acervo do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul.

Desse modo, entende o IHGRGS que, além de sua tarefa incontestada como instituição cultural voltada ao cuidado com a história de nosso estado, cumpre a função de registrar as ações realizadas por intelectuais de nossa comuna, permitindo que essas atividades e seus protagonistas sejam presença constante em nosso cotidiano. Boa leitura!

28-12-95-11,30-

Numero de Expedição	<b>CORREIOS E TELÉGRAFOS</b>	<b>TELEGRAMA</b>
Recebido:	DIRETOR INSTITUTO HISTORICO	
De _____	GEOGRAFICO R. G. S. NESTA .	
as _____ horas		
por _____		
<b>PREAMBULO:</b>	PORTO ALEGRE T-0326.49.27.12E50.	
TENHO SATISFACAO COMUNICAB SENHOR GOVERNADOR REFERENDOU		
DECRÉTO: 5720 DIA PRIMEIRO CORRENTE MES ABRINDO CRÉDITO		
DOIS MILHOES QUINHENTOS MIL CRUZEIROS VG VÉRBA PLANO		
OBRAS VG DEVENDO ESSE INSTITUTO ENTRAR ENTENDIMENTO		
SECRETARIA EDUCACAO AFIM ESTABELECEER CONVENIO PT CORDIAIS		
SAUDAÇÕES LEONÉL BRIZOLA SECRETARIO OBRAS PUBLICAS		

## **SAUDAÇÃO AO PROF. GUILHERMINO CÉSAR, NA OUTORGA DO TÍTULO DE SÓCIO BENEMÉRITO, EM SESSÃO SOLENE DE 8-11-1989**

Laudelino Teixeira de Medeiros

Há setenta anos, em 5 de agosto de 1920, um grupo de pessoas interessadas em História e Geografia decidiu fundar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. E hoje essa instituição, graças à dedicação e a um trabalho paciente e incansável, conta com uma produção científica comparável às melhores do gênero. Além das centenas de livros e inúmeros artigos científicos, da autoria de seus sócios, esse Instituto propiciou a realização de congressos e publicação de seus anais; a publicação de uma revista, que já atingiu o número 124; conta com uma biblioteca com mais de sessenta mil volumes, à disposição dos sócios e dos pesquisadores do País; com preciosas coleções de jornais antigos; com arquivos pessoais, de notáveis vultos rio-grandenses; e uma valiosa mapoteca. São muitas as consultas atendidas de órgãos governamentais do Estado e dos municípios.

Na plêiade de abnegados, que têm sustentado e feito crescer a entidade, lembramos apenas um nome entre os desaparecidos, o último dos fundadores, Adroaldo Mesquita da Costa, a quem, há mais tempo, havia o Instituto conferido a dignidade de Presidente Perpétuo.

A acumulação e preservação desse extraordinário acervo sobre o passado e a cultura do Rio Grande foi conquistada às expensas de uma dedicação de muitas pessoas, que, além do amor a seu País, possuíam uma visão clara sobre a importância da cultura para a sociedade e para os indivíduos.

A cultura é como que a “alma” de uma nação. E a linguagem de um povo, esse complexo sistema de sinais convencionais, que viabilizam a comunicação e a solidariedade e a expressão da beleza, tem como conteúdo a cultura. Os indivíduos, quando nos joelhos da mãe aprendem a língua de seu povo, vão impregnando a personalidade com os significados e valores, que constituem a cultura. E todo esse conjunto de modos de pensar, de fazer e valorizar, socialmente aceitos e transmitidos, vão frutificar nos ideais, nos objetivos de vida, nos valores, que os indivíduos e os grupos traduzem em pautas quotidianas de conduta e heroísmo em suas vidas. A cultura não se confunde com a moda efêmera, com a pantomima fugaz; ela tem raízes profundas na natureza humana e na sociedade.

Sem a cultura a sociedade fenece e o homem não alcançaria sua plenitude.

O Instituto Histórico e Geográfico labuta quotidianamente na re-

construção do passado do Rio Grande e do Brasil e desencarna desses fatos estudados os significados e valores – a cultura – para que as atuais e as futuras gerações possam livremente assimilar essa herança espiritual.

É aqui que revela para nós a grande dívida do homem rio-grandense, das atuais e futuras gerações, para com Guilhermino Cesar. A nossa cultura regional, que é integrante da cultura brasileira, se enriqueceu apreciavelmente com suas produções literárias. A sua contribuição no campo do ensino, da literatura, da história, do jornalismo, da administração pública, é enorme. Muitas gerações de alunos e seus colegas de universidades usufruíram de sua competência profissional e de sua rica experiência humana. Ninguém, como ele, realizou tão extensa e profunda pesquisa no campo da história literária do Rio Grande. O seu trabalho não foi somente uma classificação de estilos literários: foi também uma lúcida história das ideias. Ainda no campo da História, esquadrinhou as áreas da história econômica, da história política e militar, da história do povoamento. Em todas as áreas em que atuou, operou com competência, com senso crítico, com espírito humano.

Esse mineiro, com visão brasileira e universal, certo dia convidado a trabalhar pelo Rio Grande, entregou-se com efusão de alma. Todos os quadrantes da vida o atraíram. Integrou-se plenamente na vida da região. Mineiro, haveria de ser, naturalmente, um rio-grandense de coração. E com isto lucrou abundantemente o Rio Grande: ganhou a sociedade e ganharam os indivíduos, que todos se alimentam da cultura.

Além de tão elevadas razões, outros foram os motivos específicos que levaram o Instituto Histórico e Geográfico a conferir pela primeira vez a um seu sócio, Guilhermino Cesar, o título de Benemérito. Suas atividades se enquadram de modo perfeito no que preveem os Estatutos: (pessoa que) “de forma eficaz e destacada, haja contribuído para a prosperidade do Instituto.”

Há quarenta anos ingressou na instituição e se dedicou com assiduidade, com ardor, com o envolvimento de quem labuta por uma causa sagrada, ao engrandecimento do Instituto Histórico e Geográfico. Já no ano seguinte ao seu ingresso, foi eleito presidente e seu influxo dinamizador animou a vida da instituição por quatro períodos sucessivos, de 1950 a 1958. Foi Vice-Presidente ainda por três períodos. A Guilhermino Cesar se devem muitas iniciativas e decisões importantes, que propiciaram recursos econômicos necessários às atividades culturais. A “Revista”, órgão vital para o estímulo à produção intelectual, à difusão e ao intercâmbio, recebeu de Guilhermino Cesar decidido e eficaz apoio. Como integrante da Comissão realizou as tarefas necessárias à publicação, selecionando artigos, revisan-

do provas, gerenciando a impressão. Hoje, lamentavelmente, sem contar há vários anos com qualquer auxílio governamental, enfrentam-se as maiores dificuldades para a publicação desse órgão científico. Nas atividades ordinárias, não me recordo de sessão a que tenha ele comparecido na qual sua voz não se fizesse ouvir. As suas ponderações foram sempre recebidas com atenção e respeito. Em instituições européias de pesquisa e em universidades o Instituto se fez presente muitas vezes na pessoa deste seu sócio ilustre.

Professor Guilhermino Cesar: gostaria de ter deixado de lado todo o formalismo que a ocasião impõe. De não usar palavras e expressar em nome do Instituto e dos amigos toda a alegria que nos possui num abraço mais que fraternal.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ao lhe conferir a dignidade de Membro Emérito, pretende resgatar uma parte de sua dívida.

#### **Discurso proferido, de improviso, pelo Dr. GUILHERMINO CESAR.**

Digníssimas autoridades civis, militares, presentes ou representadas, meus amigos. O discurso do Professor Laudelino Medeiros é uma oração de amigo que recebi emocionadamente. Recorda-me o tempo, que já vai longe, em que o conheci muito mais novo do que eu, nos salões da Associação dos Professores Católicos, onde ele debatia, com argúcia, os temas ali discutidos, e ali nos fizemos amigos para sempre. Deus me deu uma boa companhia. Obrigado, Laudelino!

Entrei para o Instituto em 49. Na companhia, quase na companhia de um amigo que o seria pelo resto da sua e da minha vida, Moysés Vellinho. Os tempos eram outros, evidentemente. Mais propícios, talvez, à convivência diuturna. Se hoje, nas próprias Universidades, os alunos não aparecem, nós, aquela época, estudantes de história, voluntariamente, aparecíamos aqui todas as quintas-feiras, por gosto, por cachaça, dizia um deles entre risadas, mercadoria que, entretanto, circulava muito aqui perto, porque aqui havia muitos estudantes, mas não entrou aqui. E, é lógico, que a esta convivência semanal, não falhávamos nunca, quase nunca, às reuniões do Instituto. De modo que a convivência nós, dos grupos, daquele grupo, foram se aprofundando. Muita coisa interessante surgiu. Nessa época, eu sucedi ao Dr. Eduardo Duarte. Então conheci esse homem miraculoso que é, que tem sido desde então, o “faz tudo” desta Casa, esse admirável Thomaz Carlos Duarte. O homem probo, limpo como um cristal, honrado, que lamento não ver aqui. Esse homem foi, de 49 até hoje, a alma viva do Instituto, dedicando-se à biblioteca, à economia da Casa, à sua segurança, à previsão das

coisas essenciais, presentes e futuras. Seu filho hoje segue-lhe o exemplo.

Aqui conheci aquela alma cristã, essencialmente cristã, nobremente cristã, que foi o Padre Jaeger. Aqui aprendi os exemplos do bom, do fraterno, do às vezes ingênuo, como convém, do Monsenhor Balém, que vinha diariamente ao Instituto. Ele fazia doações constantes de obras valiosas e foi um companheiro admirável. Aqui, em suma, conheci homens de várias profissões mas, sobretudo, fascinados pelos estudos históricos. E aqui sobretudo humildemente fui discípulo desse homem. Quando entrei no Instituto, havia publicado um longo ensaio no “Minas Gerais”, de Belo Horizonte, por ocasião do Quarto Centenário de Anchieta. Em Porto Alegre, publiquei um pequeno fascículo chamado “Aspectos Econômicos da Vida Presente”, de 1939. Aqui no Instituto, portanto, eu vim a aprender muita coisa, que só depois se maturou, e só depois me deu a oportunidade de escrever alguns volumes, que andam aí, pelo mundo. De modo que eu devo a esta Casa inúmeras coisas, inclusive esta boa paz de espírito, de quem não deve nada a ninguém e de quem pode ser aquilo que gostaria de ser, sem ofender a ninguém, sem embarcar em canoas furadas, sem embargar o caminho alheio; ao contrário, auxiliando bastante aqueles que nos rodeiam, sempre que possamos contribuir, de algum modo, para que surja uma nova ideia, uma nova iniciativa.

A convivência faz a amizade, como estão vendo. E eu me sinto, portanto, comovido, mas gostaria de amenizar esta lembrança, contando coisas rápidas, por que hoje é dia dos “Enéias”, que estão vociferando lá fora, contando algumas coisas que se relacionam com nossa vida social.

Três a quatro meses depois, eu fui eleito Presidente. Às quintas-feiras, na hora de fechar a Casa, eu gostava de acompanhar o Thomaz, até o último momento. Porque ele fechava as portas, as janelas, as luzes, tudo. Depois, íamos até o medidor de luz, fechávamos o medidor de luz e ele me dizia assim: Agora, escuta! E eu parava a respiração e começava a ouvir um zumbido longínquo, Zuuuummm... E, eu falei: o Thomaz, isto é do medidor? Não, doutor, é o caruncho. A casa, à noite, era uma casa mal-assombrada. O caruncho se encarregou de torná-la assim. E nós ficávamos pasmos, deliciados com aquelas sinfonias, com aquelas suítes. Eu me lembrava um pouco de Debussi. Me lembrava, um pouco, aquele “Pé de Lã”, da música do Debussi, em cima de um tapete persa. Era a música dos carunchos. E eu disse comigo mesmo, e com ele, Thomaz. Talvez ele nem se lembre disso, o propósito de fazer com que o Instituto Histórico tivesse uma sede condigna. Não publiquei mais a Revista, porque nós não tínhamos receita. Quando era necessário mandar uma correspondência, o Thomaz olhava para os sócios e dizia: Quem é que vai pagar esta correspondência hoje? E dizia o

Tesoureiro: Tire uma assinatura da Revista para fulano de tal. Chegava lá com o recibo de doze cruzeiros ou seis, que era a contribuição comum, e o sócio já sabia: enfiava a mão no bolso e dava o dinheiro da assinatura da Revista. E havia sócios que assinavam quatro Revistas por mês – eram quatro dias de sessão – porque não tínhamos dinheiro para a correspondência, não tínhamos dinheiro para os trabalhos de higiene, mas eu tinha amigos e apelei a esses amigos. Um deles chamava-se Ernesto Dornelles.

Quando o Estado, pelo seu engenheiro de obras públicas, o Engenheiro Brizola, traçou o primeiro plano de obras, passaram-me despercebidas as circunstâncias. Quando eu vi, o Decreto estava em mãos do Governador. Olhei o plano de obras e disse: Bom, passou esta vez, mas a segunda não me passa. De repente, vem o segundo plano de obras e eu disse: Agora o Instituto não passa despercebido. Falei com o Governador: o Senhor vai dar o primeiro auxílio substancial ao Instituto Histórico. Combinei com ele, entendi-me com ele. E o segundo plano de obras concedeu a esta Casa o auxílio de dez mil cruzeiros, naquela época. Evidentemente não tínhamos o plano feito para a construção da casa. O dinheiro foi depositado no Banco da Província em Porto Alegre. Com essa “fortuna” começamos a respirar. E eu não publiquei a Revista. Continuei a bater pé, dizendo que a Revista deveria sair algum dia, no momento em que nós tivéssemos cadeiras para sentar, no momento em que nós tivéssemos uma sede condigna para nossas obras, para nossos livros. Nesse ínterim, morre Othelo Rosa, amigo que não faltava nunca às nossas sessões, a quem todos nós devemos muito. Morre Othelo Rosa. Então combinei com a família: Othelo Rosa é o único caso de cartoriado que morreu pobre. Era um homem pobre, apesar de tabelião. Como a família contava com modestos recursos, propus: se o Estado desse quatro mil cruzeiros por essa biblioteca... Combinou-se tudo e eu fui ao Governador, que não era mais Dornelles, era outro, e combinou-se que o Estado compraria por quatro mil cruzeiros, para doar ao Instituto Histórico. Mas, um ilustre deputado, meu amigo, e hoje muito mais amigo do que naquela época, entendeu de manifestar, como se manifesta comumente no Brasil, o seu reparo: que a biblioteca de Othelo Rosa não fosse doada, como dizia o projeto de lei, mas emprestada. Hoje, esta biblioteca é mais bem cuidada do que as bibliotecas públicas, de serventia, em Porto Alegre. De modo que a previsão do nosso querido deputado, uma previsão pessimista, não se confirmou; a biblioteca está aí, sem faltar um volume, devidamente resguardada. E eu não publiquei a Revista. Com várias críticas, publiquei depois, numa oportunidade, uma reedição de dois números da Revista do Partenon Literário. Coisa curiosa: o Rio Grande do Sul publicou uma revista em 1869, da qual as pessoas não conheciam nenhum exemplar. E nós tínhamos aí a coleção quase completa. O Thomaz, vigilante como sempre, conse-

guiu reunir todos os números da Revista, e nós publicamos dois fascículos com a Revista do Partenon Literário. Grande serviço à cultura gaúcha, podem dizer aqueles que a conhecem bem, porque ninguém conhecia praticamente essas raízes nas publicações em meados do século XIX. E eu não publiquei a Revista mais. Só publiquei, mais tarde, dois números da Revista. Enquanto isso, minha cabeça fervia de planos, planos sem dinheiro. Mas, fomos amealhando. Um belo dia, entrou-me pela cabeça adentro um plano: comprar um imóvel para dar renda permanente ao Instituto. Para nós não dependermos de ninguém. Para nós sermos donos do nosso próprio nariz. E foi assim que numa manhã me apareceu lá em casa o Monsenhor Balém: Nós precisamos arranjar renda; o senhor tem razão. Aquele dinheiro está sumindo. Pois não pode sumir. Aquele dinheiro é destinado à construção da nossa sede. O que nós vamos construir? Eram dez mil, partiram para cinco mil. São esses modos de administrar: dão as coisas pela metade, pela cara do pedinte. É melhor não dar nada! Porque com os dez mil nós construiríamos, mas alguém entrou no nosso caminho e arrancou cinco mil da nossa verba para o “Júlio de Castilhos”, que só construiu aquele anexo, dez anos depois. Senão, poderia ter construído uma linda sede para o “Júlio de Castilhos”. Mas, não sei o que houve, ficou aquela coisinha que está ali.

Bem, por que eu conto estas coisas? Para mostrar que o importante numa instituição é a sua possibilidade de sobrevivência, sem dependência financeira, sem depender do órgão público. Eu tive a sorte de ter, no governo, um amigo. Mais tarde, baixada a lei do plano de obras, eu tive o prazer de mandar pagar, ao Instituto Histórico, aquela doação. E assim esse dinheiro ficou guardado até o momento daquela ida, à minha casa, do Monsenhor Balém. O Monsenhor Balém arquitetou uma coisa engenhosa. Ir à Auxiliadora Predial verificar se havia algum prédio que coubesse nas nossas pretensões financeiras. E descobriu um edifício, com três apartamentos e uma grande loja. E eu saltei logo: Já podemos construir a nossa sede, porque temos onde deixar o nosso dinheiro. Porque o problema seria onde colocar esses livros que nós temos aqui até hoje. Colocar onde? Entregar a quem? Esse edifício está alugado até hoje. Quando se tratou da mudança, o Thomaz foi para lá com a família e os livros. Ficou lá com os livros. E nós começamos a ter renda, começamos a ter dinheiro para nossa correspondência, começamos a ter dinheiro para nossas necessidades diárias.

Então eu fui, com a minha teimosia, e cheguei ao ponto ideal. Até o momento em que se viu a possibilidade de construirmos aqui uma sede. Nós não possuímos todo o terreno. Aqui, nos fundos, funcionavam as garagens do Governo. Batemos à porta do Governador. O Governo nos deu dois centímetros, para igualar o terreno, para no futuro podermos construir a nossa sede, o que parecia um sonho idiota. O mineiro é meio quixotesco.

E eu impassível diante das críticas de alguns queridíssimos amigos que diziam: Mas, e a Revista? E eu falei: a Revista pode esperar! E os livros que nós temos, mal guardados, mal encadernados, não podem esperar muito, porque não temos uma sede condigna.

Em suma, viajo para a Europa, para uma estada um pouco prolongada, em função do serviço. Quando volto, eu fazia parte de uma comissão de construção do prédio. Quando volto, encontro um plano esboçado por um homem que prestou ao Instituto, nessa fase, um serviço inestimável. Eu me refiro ao Cel. Mário Calvet Fagundes. Infelizmente, ele faleceu anos depois. E, quando volto da Europa, sou convidado a uma reunião do Instituto e tive o prazer de entrar nesta sala. Ainda não estava mobiliada. E os livros guardados no lugar que lhes fora destinado. E o Instituto com uma arrecadação capaz de manter seus serviços urgentes, essenciais, sem estar dependendo da boa-vontade de ninguém.

Quer dizer, eu conto estas coisas para mostrar que uma obra como a do Instituto é uma obra de um grupo de homens, um grupo de bons companheiros, de leais companheiros, de queridos companheiros, que não brigam por posição, que não brigam para aparecer, que não publicam a Revista, mas colocam tijolos na parede, para que ela resguarde seu patrimônio principal, que são os livros, mapas, etc. Tudo o que veio depois nasceu desse plano inicial: não pôr dinheiro naquilo cuja despesa possa ser adiada. Como vêem, já os cacetei bastante. Mas os senhores têm sido tão caceteados esses dias, com o programa eleitoral, que não vão estranhar muito que eu grite agora, no fim: Eu estou assim porque não sou o Enéias! Jamais quis ser o Enéias! Eu sempre me contentei com a minha mulher, com os meus livros e com os meus amigos, sobretudo com estes queridíssimos amigos. (Emoção. Palmas)

Com estes queridíssimos amigos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, personificados agora na figura do meu caro Presidente. (Palmas)

Quero continuar, mas não conseguirei.

Quero contar, ainda, um episódiozinho, para ilustrar o estágio de cultura rio-grandense no momento em que o Instituto Histórico me recebeu.

Eu passei diante de uma certa instituição de cultura, em Porto Alegre, e vi um caminhão sendo carregado de revistas. Pus a mão na cabeça, porque há dias passados, eu, frequentador de “sebo”, na época, fora ao montão dos livros e encontrara lá uma coleção completa da Revista de Língua Portuguesa, aquela famosa revista que publicou a réplica de Rui; eu falei: Você comprou isso? Comprei, por caridade; a moça me pediu que

comprasse por caridade, para limpar o lugar lá que estava muito sujo. Eu falei: Que lugar é esse? É de uma organização pública. Eu disse para ela: Mas a senhora vai vender esta revista? Ela disse: Eu vou vender, sim, senhor. Agora adotam a ortografia nova, e esta é escrita em ortografia antiga; então eu vou vender! Imaginem os senhores, uma biblioteca pertencente ao poder público vender uma revista de língua portuguesa editada em 1920.

Outra vez eu passava diante de uma instituição veneranda e vi um sujeito carregando, também, livros. Pus a mão na cabeça, vim correndo aqui e falei. Thomaz, vai ver o que é aquilo. Ele chegou lá: era uma coleção de almanaques do tempo do Império. Lá encontrou ele, pesa-me dizê-lo, lá encontrou ele uma coleção completa da Revista Ilustrada, com ilustração do Angelo Agostini, o mais famoso caricaturista do Império. Ela está aí, na nossa Casa. O Thomaz foi lá, arrumou uma carroça, estava sem dinheiro, me telefonou, eu vim aqui, dei dinheiro ao Thomaz. O Thomaz foi lá buscar as revistas, que estavam sendo vendidas pra fogueira, para festejar, naturalmente, a burrice nacional.

São fatos assim que, contados à guisa de coisa engraçada, empurram a gente a servir às instituições, como o Instituto Histórico, onde essas coisas não acontecem.

Portanto, a vocês que são jovens, eu peço: Ampliem, o quanto possível, as possibilidades de trabalho desta Casa. Ela é benemérita. Ela tem demonstrado sua benemerência por longos anos e merece ser cultuada como uma Casa de cultura verdadeiramente útil, como de fato o é. Era isso que eu queria dizer. (Palmas)

### **Discurso de encerramento, feito pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Luiz Alberto Cibilis**

Dr. Guilhermino:

Eu ingressei, nesta Casa, no período da sua presidência. Sou, portanto, testemunha ocular de todos esses fatos que referiu. Neste momento, em que se concede o primeiro título de sócio Benemérito a um membro efetivo, desejo assinalar, também, a colaboração que a nós tanto prestou, com a Revista, o Cel. Arthur Ferreira Filho, aqui presente. (Palmas)

Desejo, também, lembrar os que já se foram. Referir o grande trabalho, a grande dedicação, que deu a esta Casa: Adroaldo Mesquita da Costa, Moysés Vellinho e, como disse muito bem o Dr. Guilhermino, à Mário Calvet Fagundes que, quando Presidente da GB Imobiliária, e membro da diretoria, criou as condições para que pudéssemos edificar e possuir esta sede, rica entre outras congêneres no Brasil. Trabalhos que não podem ser

esquecidos por esta Casa e que ficarão registrados.

Nós resolvemos conceder-lhe este título, professor Guilhermino, na data, no ano do Bicentenário da Inconfidência Mineira. Para não só homenageá-lo, como também, para homenagear a Terra das Alterosas, que contribuiu, tantas vezes, com homens ilustres, para esta Terra, como vossa excelência. Aqui temos um outro mineiro, professor também universitário, que veio participar desta solenidade, professor Sebastião Gomes de Campos.

Esta homenagem é muito pálida, senhor homenageado, se comparada aos trabalhos em prol do Rio Grande: como Conselheiro do Tribunal de Contas, como Secretário da Fazenda, como professor universitário das nossas duas Universidades mas, principalmente, pela produção intelectual que pereniza a história do Rio Grande: “História da Literatura do Rio Grande do Sul” e “História do Rio Grande do Sul: Período Colonial”.

Todo este trabalho não pode ser esquecido e deve ser referido neste momento. É, também, o motivo de nossa homenagem.

Agradecemos a presença do Professor Adelino Madalosso, Vice-Reitor e representando a Universidade Católica, neste momento; a Dra. Déia Figueiredo, representando a Academia Literária Feminina; a Professora Antonieta Barone, Presidenta da Aliança Francesa e do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano; do Professor Raphael Copstein, representando a Associação Rio-Grandense de Imprensa, e da Professora Sara Venegas, Presidenta da COMOCIT. Agradecemos, ainda, a magnífica saudação, ao homenageado, proferida pelo Professor Laudelino Medeiros. Agradecemos a todos os nossos convidados que, conosco, vieram prestar esta homenagem ao nosso ilustre historiador e que com suas presenças deram brilho a esta solenidade.

Está encerrada a sessão. (Palmas)

Plano de Pesquisa

Apresentado pelo Prof. Guilhermino Cesar da Silva

Título - O Conde de Piratini: perfil intelectual de um estancieiro gaúcho do século XIX

Finalidade - Ampliar o conhecimento acerca do Rio Grande do Sul oitocentista, notadamente no que diz respeito ao estágio cultural do povo e dos dirigentes.

Material utilizado e sua interpretação - Com base no volumoso arquivo de João Francisco Vieira Braga, Visconde de Piratini, e demais papéis de seu espólio, procuraremos estabelecer o grau de desenvolvimento mental desse "grande" do Império, cuja presença encheu a vida pública rio-grandense por mais de sete décadas.

Proprietário rural, comerciante, político, filantropo, João Francisco Vieira Braga é autor de um manuscrito --Instruções para o Capitão da Estância da Música, que só tem um símile conhecido na história sul-americana: as instruções expedidas por José Hernández, e autor de Martin Pierre, ao pessoal empregado na administração de uma extensa propriedade localizada na província de Buenos Aires.

O cotejo dos mencionados textos -- o brasileiro e o platino -- e seu estudo, bem como das instruções de André Ribeiro Coutinho ao administrador da Estância Real de Bejuru, em 1744, serão objeto de capítulo especial, com o fim de pôr em relevo a importância dos mesmos no tocante à antropologia cultural.

O capítulo reservado à formação intelectual dos homens daquele tempo (preferências literárias, idéias sobre política, religião, letras, artes) abrangerá um largo período da vida gaúcha.

## UM ILUMINISTA NO GOVERNO DA CAPITANIA

Guilhermino Cesar

Sustento há vários anos a tese de que o Rio Grande do Sul, cuja ocupação oficial só se efetuou, tardiamente, em 1737, teve como compensação para esse atraso, inúmeros benefícios. Um deles: a qualidade de seus governantes. A contar dos primeiros, chegados na expedição do Brigadeiro Silva Pais, eram chefes de escol, imbuídos das ideias de reforma social que distinguiram o “século dos filósofos”. E explica-se. De D. João V ao fim do período pombalino, e deste até 1810, data da morte de D. Maria I, o Iluminismo havia modelado em Portugal várias gerações a quem se pode creditar a defesa intransigente de um espírito liberal sinceramente aberto a inovações no campo da política, da economia, do ensino. E isso teve imediatos reflexos no Brasil.

No Rio Grande do Sul, um Silva Pais, um André Ribeiro Coutinho, um Francisco João Roscio, um Fernandes Alpoim, um Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, um José de Saldanha, um D. Diogo de Souza, para citar apenas alguns nomes, se representaram de fato, no exercício da administração, o despotismo esclarecido da época, em verdade o fizeram com uma ponderação em cujas malhas se adivinha já o influxo do espírito de tolerância que viria a ser o apanágio do Duque de Saldanha, o último governante português que tivemos na então Capitania, às vésperas da Independência.

Ora, D. Diogo Martim Afonso de Souza Teles de Menezes, o primeiro de nossos capitães-generais, dada a época em que viveu (1755-1829), pode ser tomado como testemunha da transformação sofrida por Portugal nesse período de sua história num caminho que o levou do mais severo absolutismo monárquico à implantação da carta constitucional de 1826.

O jovem Diogo Martim Afonso, ao ingressar na Universidade de Coimbra, lá encontrou um organismo que seus antepassados não conheceram – a Faculdade de Matemática.

Esse curso era, porém, um dos menos frequentados, ao contrário do de Cânones e do de Teologia, onde formigavam os discentes. As famílias de prol custaram muito a admitir que seus descendentes se tornassem engenheiros, artilheiros, físicos, naturalistas, astrônomos. O bonito, o estimado, eram os cursos acadêmicos onde se pudesse exercitar a eloquência, ao lado da escolástica medieval. Um membro da nobreza raramente se sujeitava a estudar balística, a manobrar máquinas, aparelhos, canhões; isso não era ocupação de gente limpa, mas da arraia miúda, tarefa plebéia de “oficiais

mecânicos”...

Diogo de Souza, sem embargo de pertencer ao velho patriciado reinol, matriculou-se no curso de Matemática e lá se diplomou, habilitando-se por essa forma a seguir com brilho a carreira das armas. Nos diversos postos que exerceu, em África, na América e na Ásia, os conhecimentos por ele adquiridos em Coimbra foram o principal alicerce de sua notoriedade. Com efeito, o curso em questão não era nada fácil. Nele só podia ingressar quem houvesse concluído as humanidades (inclusive Latim, Filosofia Nacional e Moral, Francês e Inglês). No primeiro ano do curso, o aluno devia frequentar duas disciplinas da Faculdade de Filosofia – História Natural e Física Experimental. No segundo ano, e durante o resto do curso, estudava ainda: Geometria, Cálculo (Análise Infinitesimal e Integral), Ciências Físico-Matemáticas (abrangendo a Mecânica e a Ótica) e Astronomia.

Além de bem instruído, D. Diogo teve boa cabeça de administrador. Deu a melhor conta de si mesmo em várias prebendas, no ultramar: governador de Moçambique; governador e capitão-general do Maranhão; Vice-Rei da Índia. E mais: presidente do Conselho Ultramarino; par do Reino; Ministro da Guerra; Conselheiro de Estado. No Rio Grande, porém, foi que teve de exercer sua mais espinhosa tarefa: organizar o Exército de Observação, que acabou invadindo o Uruguai, atendendo a interesses de D. João VI e de sua consorte, a princesa espanhola D. Carlota Joaquina.

Sob vários ângulos pode ser vista essa personagem de nossa história. Mas o que neste momento me interessa é um aspecto que se entende diretamente com a sua sensibilidade de administrador.

Conforme dissemos linhas atrás, ao assumir o governo de São Pedro, D. Diogo o fez na condição de seu primeiro capitão-general. A criação da Capitania (1809), desmembrada da do Rio de Janeiro, respondeu a necessidades instantes. Com a incorporação das Missões Orientais (1801), com o recrudescimento da insurreição platina contra o domínio espanhol, com o surgimento de complicadas questões europeias, durante a luta entre a Inglaterra e a França napoleônica – um quadro internacional conturbado veio conferir a esta nesga de terra americana, o Rio Grande do Sul, importante papel. A Banda Oriental, por outro lado, era sacudida por uma caudilhagem ativa, interessada em promover sua independência, e portanto insatisfeita quer com o governo de Buenos Aires, quer com a dominação espanhola, quer com a crescente influência da Casa de Bragança na América do Sul, sobretudo após a transferência da Família Real para o Rio de Janeiro.

Escolhido pelo príncipe D. João para governar a nova Capitania, D. Diogo recebeu também o encargo de preparar o Rio Grande para intervir militarmente, quando preciso, na área do Prata. E disso ele se desincumbiu

perfeitamente bem, como é do conhecimento de todos. Mas os estudiosos de sua vida nem sempre observam que esse homem excepcional ultrapassou a si mesmo. Se de um lado preparou o Exército de Observação e levou-o à vitória, só recuando em face de um inesperado acordo diplomático, por outro lado a sua sensibilidade de administrador se fixou com o maior dis-cortino em problemas candentes.

Darei um exemplo. Em 18 de outubro de 1809, ao suceder no governo a Paulo Gama, D. Diogo percebeu que não bastava um exército, por mais bem organizado que fosse, para reter a “marca” do Sul em mãos portuguesas. A principal tarefa, portanto, era povoá-la, radicar homens nos largos espaços vazios, mas não apenas de modo nominal, como haviam feito os sucessores de José Marcelino de Figueiredo. O sistema sesmarial havia sido aqui, em numerosos casos, uma burla. A concessão de terras continuava a fazer-se, é verdade, mas atabalhoadamente, em benefício de

poucos. Compreendeu D. Diogo que a guarda da Fronteira não podia ficar adstrita à adoção de medidas de ordem militar. Urgia providenciar na fixação de gente nossa em todas aquelas paragens confinantes do extremo-sul. Exemplifiquemos de novo: seria imprudente deixar devolutos os campos das antigas Missões Orientais. Ali, onde outrora assentavam as chamadas “estâncias jesuíticas”, a repartição de terras devia dar preferência a velhos cabos-de-guerra leais à Coroa. Foi o que ele fez. Desta sorte, entre 1814 e 1815, inúmeras concessões autorizadas por D. Diogo retalharam o Oeste e o Sudoeste. Onde outrora ficavam os campos jesuíticos, começou a aparecer, como estancieiros, gente nossa; e a propriedade privada, desta forma, ali fixa um sem número de brasileiros e portugueses natos, os quais, ainda ao tempo de Artigas, iriam opor enérgica resistência às investidas orientais.

Por sinal, D. Diogo foi generoso. Compreendeu, talvez, que o velho instituto da sesmaria chegara ao fim (efetivamente, foi abolido a 17 de julho de 1822). Pessoas influentes, com as quais contava o governo para sustentar a luta com os colonos espanhóis do Prata, tornaram-se proprietários de largos tratos de terra no vale do Uruguai e do Ibicuí. Mas há uma diferença entre essas concessões e as antigas, a saber: as feitas por D. Diogo seguiam rigorosamente os preceitos legais.

Quantos conhecem a história local sabem que nessa matéria houve aqui, desde 1751, os maiores abusos. Avaliando bem a extensão de sua responsabilidade, D. Diogo não quis continuar a distribuir terras com a mesma imprevidência de alguns de seus antecessores. Assim é que, empossado em outubro de 1809, já no ano seguinte baixava o Bando de 29 de dezembro de 1810, “a bem da geral tranquilidade dos possuidores de terras, metidos

então nos mais enredados pleitos, em razão das irregularidades observadas no cumprimento da legislação a respeito”, como diz na introdução esse documento.

Louve-se a argúcia com que procedeu D. Diogo. A questão do Sul não se decidia apenas na área militar. Os tempos eram outros. Se, de um lado, a propriedade rural, mercê da elevação do Brasil a Reino, começava a ter bom preço numa região tão remota, de outro lado o número dos povoadores havia aumentado consideravelmente. Tanto as guerras na Europa como os conflitos entre as colônias ibéricas, na América do Sul, a par da emigração para cá de personalidades influentes junto à Corte de D. Maria I, modificaram a vida agropecuária sulina, dando-lhe mais relevo no regime das trocas econômicas, e por conseguinte nos acontecimentos políticos de que era palco a fronteira meridional.

A “nobreza rural” gaúcha, como se viu logo após, durante o decênio farrapo (1835-1845), veio confirmar as previsões de D. Diogo. Sem dúvida, foi ela um ponto de resistência às ambições de Rosas e de outros caudilhos, sem embargo de discordar da política centralizadora do Império. Tinha os pés firmes na Campanha, já então definitivamente brasileira.

Desse meio rural saíram alguns dos líderes mais prestigiosos do movimento de Vinte de Setembro, logo transformado em insurreição republicana, cuja resistência às medidas repressivas surpreendeu seus próprios adeptos. Isso quer dizer que a Campanha, tendo modelado uma sociedade diferenciada, já estava também em condições de intervir com vantagem na trama política do país, fazendo valer sua conhecida vocação liberal.

Não teria sido essa a visão prospectiva que teve D. Diogo de Souza, um governador iluminista, quando ativou o povoamento da Campanha?



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

O Presidente da República

EDUCAÇÃO

RESOLVE nomear, de acordo com o art. 17, do Decreto-lei nº 1 713, de 28 de outubro de 1 939, combinado com o art. 5º, § 2º, da Lei nº 1 254, de 4 de dezembro de 1 950, GUILHERMINO CESAR DA SILVA para exercer, interinamente, a partir de 8 de dezembro de 1 950, o cargo de Professor Catedrático, padrão O, da Cadeira de Literatura Brasileira e Portuguesa, da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, criado pela Lei nº 1 254, de 4 de dezembro de 1 950.

Rio de Janeiro, em 17 de março de 1 952, 131ª da Independência e 64ª da República.

*Getúlio Vargas*  
*R. Pinheiro - Afrey*

PALACIO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
Registrado no livro competente

*R. Pinheiro - Afrey*

Referência: Processo nº 49 787, de 1951  
JMGL/IBRS.

Decreto publicado no Diário  
Oficial de 19/3/52

## Entrevista a Sergius Gonzaga

### Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Eu acho que se não fosse o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, fundado em 1920, grande parte da história do Rio Grande do Sul seria hoje irrecuperável. É uma entidade que se preocupa muito com esse passado, tem uma excelente biblioteca. Eu consegui para o Instituto, por doação do Borges de Medeiros, toda a correspondência dele, pedi que ele desse a correspondência e ele doou. O problema depois foi organizar isso. As alunas do curso de História ficaram de “cola alçada” e queriam consultar o arquivo tal como ele estava. Eu não deixei, não se mexe no arquivo, senão um especialista. E então depois, pouco a pouco, fomos arrumando dinheiro e o arquivo hoje está todo indexado, com exceção da parte dos telegramas. O único Arquivo do Rio Grande do Sul de correspondência passiva organizado é o nosso, do Instituto Histórico. Ali, por exemplo, na correspondência passiva do Borges de Medeiros e na ativa também, quanto material existe!... É uma riqueza de material!...

Mais reflexões sobre a História Oral... A chamada literatura, História Oral é muito evanescente, é muito traiçoeira, porque muitas vezes você encontra uma fonte oral fantasiosa,.. é bom ter uma fonte oral fundamentada em documentos escritos, aí sim, a oralidade fica mais digna de fé. Como tratava Borges de Medeiros seus inimigos políticos?! É bom que a gente tenha uma carta de um desses inimigos políticos, para ver como ele tratava os seus inimigos em Erval... Há uma carta de Passo Fundo, por exemplo, que confirma o tratamento dado -aos políticos de lá pelo senhor Borges de Medeiros no tempo em que ele foi governador... a oralidade pode ser fabricada... Pode ser exageradamente fabricada a favor de um personagem histórico ou a favor de uma grei política, ou de uma interpretação histórica que interesse à comunidade inteira. Então, a tradição oral é muito tenrazinha, é muito delicada, é preciso ter muito cuidado com ela. É uma matéria muito difícil de se tratar, você ouve vinte pessoas que conviveram intimamente com o Borges de Medeiros, dezoito te dão uma versão da vida do Borges de Medeiros e dos laços do Borges de Medeiros, totalmente diferente das dos outros. Um dá uma tradição do Borges de Medeiros que você não encontra em nenhum dos outros. É muito difícil a História Oral. Eu tenho aí o José Maria Pemán e tenho também um livro do Madariaga, na coleção dos espanhóis. Tenho um livrinho do Madariaga que é uma das coisas mais gostosas do mundo. É a poesia oral espanhola que ficou esquecida desde a fase de formação, nunca ninguém havia recolhido a maior parte dessa tradição poética espanhola. O Madariaga, que era um grande escritor, um homem que conhecia profundamente a tradição literária, a lírica da

Península Ibérica, começou a buscar documentos antigos e lá encontrava: “Fulano de Tal, residente na vila tal assim, assim... Uma vez, numa festa, recitou a seguinte quadra”..., esta quadra não era escrita... “beltrana, uma senhora muito culta, morava na cidade tal, assim, escreveu numa ocasião a seguinte sátira política”..., lá vem a sátira política. Quase todo material reunido por ele, era não escrito. À origem desse material, era a fonte popular. Ele fez um livro que é uma gostosura, um livro que é uma espécie de retrato psicológico dos mais empolgantes da história popular da poesia espanhola. À mesma coisa se fez com o cancionero português...

### **História Moderna**

A História Moderna é mais fácil. Dá menos trabalho. Eu acho... Você quer escrever a vida do, vamos dizer, Borges de Medeiros. Agora, quer escrever a do José Marcelino de Figueiredo. A diferença de oitenta anos é um abismo, a falta de documentação é um abismo, não é? Os documentos vão embora. Por isso que eu digo: é preciso organizar um museu da Universidade do Rio Grande do Sul, com todos os documentos que valham como documentos históricos de valor para guardar aquilo para o futuro. Porque o futuro não verá mais nada, não há mais livros antigos na biblioteca do Rio Grande do Sul, as bibliotecárias botam fora, livro velho dizem que é historiografia antiga, eles botam fora. Eu tenho bibliotecas inteiras aqui compradas no brique... Uma bibliotecária da Prefeitura, um dia chamou o Manuel Duarte, do Instituto Histórico lá, mostrou a coleção “Revista da Língua Portuguesa”, editada pelo Laudelino de Figueiredo. Ele falou: “Quanto a senhora quer...?, são cento e vinte volumes, cento e oitenta parece, quanto a senhora quer por esse livro?”, “Ah! Isso!... Leva isso por trinta mil réis, é um favor que o senhor me faz”. Ele falou: “Por quê? A senhora não gosta do livro?”, “Não, isso é historiografia antiga”. São revistas de 1920 e ela disse que era historiografia antiga. A biblioteca da municipalidade de Porto Alegre, está bem?! Isto é seríssimo!! A Biblioteca Pública botou fora uma coleção de revistas, eu passei por lá vi um caminhão cheio de revistas, avisei o Instituto Histórico: “Estão botando fora várias revistas”. Alguém foi lá e encontrou “A Semana Ilustrada”, o maior periódico impresso na América do Sul, em meados do século XIX pelo Ângelo Agustini, que era o maior caricaturista italiano exilado no Brasil. Estavam botando fora, porque era desenho de um pintor italiano, não interessava para o Brasil. O Tomás foi lá deu dez ou vinte mil réis ao sujeito e trouxe para o Instituto Histórico, está lá no Instituto Histórico, vale mais de um milhão...

## **A História Oral**

A História Oral tem muita importância no Rio Grande do Sul, essa conclusão, eu a tirei antes de conhecer o Estado, eu a tirei ali por volta de 25, 26. Eu nasci em 1908, tinha dezoito anos de idade quando comecei a ler os autores gaúchos mais representativos e tirei logo essa conclusão. Vim para cá em 1936 e 1938 foi o ano em que eu pude estudar um pouco mais a História do Rio Grande do Sul. Lá em Minas, a biblioteca que eu tinha em casa era grande, já era grande, mas aqui era maior, muito maior! Então, eu comecei a rever as minhas posições. Comecei a me preocupar com certos fatos que antes de vir para cá parecia-me secundários, de modo que há para mim uma história que eu conheci antes de conhecer o Rio Grande do Sul, há uma história que eu conheci durante o período em que tinha atividade política, fui Secretário de Governo, fui Secretário da Fazenda etc. Nesse período tinha uma história que eu conheci depois de ter tomado contato relativamente bem do Estado. E aí eu comecei a dar mais valor a essa história mais simples, a História Oral, por exemplo. Mas somente ela não é suficiente e depois nossas

### **Ainda a História Oral e a importância dos museus, exemplos europeus**

A maioria dos jovens se forma numa escola que não tem um museu, entretanto, eu fui professor na Europa de duas Universidades. Uma delas, a Universidade de Coimbra, tem um museu que me dá, por exemplo, a relação dos alunos de 1500, a relação dos alunos e toda a história oral da escola do ano de 1505, do ano da descoberta do Brasil, de 1500, e muitos mais. Eu quero saber quem é Fulano de Tal. Ravasco, pai do orador Vieira, vou a Universidade do Coimbra... vou ao Museu, estão lá firmados nos livros e matrículas, estão escritos os nomes dos alunos e as notas que eles tiveram durante o seu curso e os trabalhos que eles realizaram também estão lá. Quer dizer, a História Oral aqui no Rio Grande do Sul, não está em lugar nenhum, e na Europa ela está mais ou menos registrada. Você pode, com pouco trabalho, perseguir uma fonte oral e encontrar uma fonte escrita, porque há museus, onde estão guardados todos os tipos de papel que interessam ao aluno, o aluno mais vagabundo do mundo, tem lá o seu cartão, é o Fulano de Tal... aluno de História, no ano tal, no ano de 1430... fulano de tal, companheiro de Anchieta no colégio... fulano de tal estudou com o Padre Vieira... E, então, você x-.'ai atrás dessas fontes, insignificantes e encontra um "mundo" de coisas interessantes; é uma história oral muito rica. Há uma história da Faculdade, do tempo em que era Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Foi escrita, por sugestão minha, pelo Luís Pilla, que era então o

diretor. Ele designou um grupo de professores para estudar a história da Faculdade. Ele se limitava às fontes escritas e algumas fontes orais, o pouco que se salvou... Logo depois, uma funcionária cretina resolveu jogar fora uma porção de papéis que estavam “incomodando”. Contra isso eu me bati sempre. Por exemplo, onde está o Museu da Universidade do Rio Grande do Sul?... Entretanto, a Faculdade de Engenharia, encontra o passado todinho da Faculdade guardadinho, direitinho... se for à Faculdade de Direito, menos, mas se for à Faculdade de Engenharia encontra-se todo o seu histórico, o nascimento dela, das escolas militares de Porto Alegre, aquela coisa toda, então é uma fonte preciosa. A Medicina também tem quase tudo...

### **A história do Brasil**

Os estudos históricos no Brasil, estão, terrivelmente atrasados. São ainda estudos episódicos-narrativos. Como se a história fosse somente isto. A história episódica-narrativa já preencheu um papel importante na educação da juventude brasileira, mas hoje é inconcebível continuarmos com os mesmos métodos.

### **José Honório Rodrigues e a História do Brasil**

José Honório Rodrigues, em *Sobre a metodologia da História do Brasil*, dois volumes, cita uma pesquisa que eu andei publicando, um livro editado pela Faculdade, chamado “Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul”. Ele escreveu um livro sobre metodologia e o estudo da história do Brasil e acha aquele meu livro importantíssimo, porque trata dos fatos miúdos, dos fatos abandonados em geral pelos historiadores e que, muitas vezes, constituem a matéria mais importante na História. Muitas vezes a pessoa pega um assunto pomposo e parece cheio de interesse e vai ver, esse é muito limitado. O fato histórico se mede de uma maneira muito diferente do outro fato histórico mais retumbante, mais... barulhento, mais luxuoso em detalhes, etc. Muitas vezes, o fato sem ver detalhe, passa até despercebido. O fato histórico não se mede pela impressão que causa no espectador, no observador. Mas, muitas vezes o fato mais obscuro é o fato mais importante no decurso de uma pesquisa.

### **Historiadores gaúchos**

O historiador mais importante do Rio Grande do Sul, ao meu ver é um homem chamado Aurélio Porto. O “Processo dos Farroupilhas” é o livro de documentação histórica mais bem feito do Rio Grande do Sul... Não há dúvida, não há um erro grave. Eu não o conheci. Mas é um livro seríssimo,

de um trabalho infernal, ele passou anos e anos no Arquivo Nacional para fazer aquele livro. É um livro seríssimo. Não se pode dizer, “Fulano não era historiador”, porque alguns não são historiadores. Agora, o maior dos historiadores, para mim, o maior intérprete da história do Rio Grande do Sul chama-se Moysés Vellinho. Que não era professor de História. Eu levei o livro do Moysés Vellinho para Portugal, entreguei ao Miguel Torga de manhã, de tarde me encontrei com ele na rua, disse: “Oh! Guilhermino, eu não pude trabalhar hoje!”, digo: “por que?”, “você me deu o livro do Moysés, eu passei a manhã inteirinha lendo, é um dos livros mais bem escritos do mundo, Guilhermino”. O livro era “Capitania Del Rei”. Quer dizer, é um livro bem escrito, bem pensado, bem estruturado. É um livro que reivindica e prova o que ele reivindica, quer dizer, é um escritor primoroso, não tem uma palavra fora do lugar, não tem uma vírgula fora do lugar, isso é que é historiador, baseado em documentos. Não é exagero o que eu vou dizer, o Aurélio Porto conhecia o pessoal dos Farrapos melhor que as pessoas contemporâneas. Sabia tudo acerca do pessoal dos Farrapos. O processo dos Farrapos está publicado num volume da Revista de História do Rio de Janeiro. É uma obra prima de investigação histórica. “A História das Missões Orientais do Uruguai”, do Aurélio Porto é uma obra prima de investigação histórica, ninguém fala, mas todos que escrevem sobre as Missões bebem tudo mesmo no Aurélio, eles não falam isso, engraçado, bebem mas não falam nada... Há um rapaz lá na Universidade – Arno Kern – que publicou há pouco um livro sobre as Missões, que ao meu ver, é o melhor livro recente sobre as Missões. É o melhor livro que existe sobre as Missões. Como história e como interpretação. Ele escreve numa linguagem boa, séria etc. Ele não é um grande escritor, ele escreve o português comum. Não se destaca pelo estilo, nem nada, mas é um homem que tem uma cabeça séria. Já sobre a história da República, por exemplo, o livro mais bem escrito do Rio Grande do Sul é o sobre o Júlio de Castilhos, do nosso amigo Sérgio da Costa Franco. Esse é um livro exemplar, ele escreveu tinha vinte e poucos anos. E nós fizemos uma força para esse livro sair publicado, o Moysés andou na Globo, insistiu com o José Bertaso. É o melhor livro sobre o Júlio de Castilhos. O livro de Othelo Rosa é um livro de elogio ao Julio de Castilhos, é um livro fiel, mas o outro é uma obra crítica. Agora, eu considero o Othelo o homem com mais faro histórico do Rio Grande do Sul. Faro, para descobrir o assunto. Ele tinha um faro histórico danado, tinha faro... E foi um homem de uma honestidade pessoal imensa, a honestidade pessoal que se verificava também, em toda a obra dele. O Othelo Rosa era um homem honrado, um homem limpo, um homem de cabeça limpa, era um homem puro... Ele não tinha ambição política, ele tinha presença política. Por exemplo, ele teve várias briguinhas políticas com o Lindolfo Collor, o velho Collor e outros amigos.

O Othelo!... que cidadão honrado! que cidadão limpo, que sujeito decente, que bom amigo, que caráter imaculado! Ao Othelo eu dedico a história do Rio Grande do Sul, a História Literária, a ele e ao Dornelles que me trouxe para cá. Bom, o Othelo eu considero um historiador, foi pena, porque ele não gostava de escrever e falava, falava... Se você convidava o Othelo Rosa para fazer um trabalho sobre Farrroupilha, ele dizia: “Qual é o dia”, “tal dia”. Dia tal ele chegava lá e “pumba” fazia uma conferência maravilhosa sobre aquilo, chegava em casa mas não escrevia!... Othelo Rosa! Maior vocação! O Othelo Rosa sobre os acontecimentos gaúchos tinha um interpretação pessoal. Eu o considero o maior historiador. Agora, o Aurélio Porto, era um gigante para trabalhar, um homem decente. Vou contar uma historinha resumidíssimamente. Ele era muito amigo do Oswaldo Aranha. Depois da Revolução de 30, ele disse: “Oswaldo Aranha, meu sonho é escrever um livro sobre o processo de 35”. O Oswaldo disse assim: “Vá para o Rio de Janeiro, eu te nomeio” Ele foi para o Rio, comendo o pão que o diabo amassou, ganhando uma miséria, ganhava uma esmola no fim do mês que o Oswaldo mandava dar a ele, pelo gabinete dele. Naquele período todo até 35 ele ficou pesquisando a história dos Farrapos. É uma fonte poderosíssima. Ele era uma vocação de historiador. Não pôde realizar toda a obra, porque quando veio a Revolução de 30 ele já estava cansado. Outro historiador muito sério é o Padre Hafkemayer. Ele escreveu aquela história das Missões, mas é um livro com o objetivo de achar que tudo o que o padre fez era uma maravilha, não é historiador, não é historiador... Ele endeusava tudo o que o padre fazia. Esse rapaz, que já referi – Arno Kern – comete algumas injustiças, ele difere do Moysés em algumas coisas e no fundo concorda com ele. No fundo concorda... O Estado de São Paulo me pediu um artigo de crítica sobre o livro, eu escrevi um palmo e meio, onde elogio muito o livro. Ele foi injusto com o Moysés, porque ele critica o Moysés e acaba dando a mesma interpretação do Moysés. O Moysés pensou muito para escrever aquele livro ... pensou muito... Um outro com boa vocação de historiador, mas que abandonou, não tem escrito muito, é o Sérgio. O Sérgio tem vocação para historiador... Outro historiador de muito valor, era um homem de primeiras letras, não estudou sequer o ginásio, é o Souza Docca. Ele tem uma interpretação sobre a história do Uruguai, a história do Rio- Grande do Sul que é primorosa, ele era pouco instruído, mas de uma honestidade proverbial, um homem incapaz de mentir, incapaz de inventar qualquer coisa. Ele verificava tudo o que fazia, era um homem honrado. O historiador tem que ser honrado. O conhecimento deve ser a leitura, a leitura mais atenta do historiador. O documento é uma fonte. À história é muito delicada, uma coisa bem difícil! Agora, o livro que eu queria escrever, desculpe voltar um pouco a mim, que eu queria escrever — e consegui a pau e pedra escrever — é a História Lite-

rária do Rio Grande do Sul, Aquele livro me deu um trabalho descomunal, eu li aquilo tudo. E descobri aquilo tudo, li aquilo tudo, quer dizer, descobri pessoas que nunca haviam sido citadas em parte nenhuma, ô livro que me deu trabalho!! Trabalhei naquele livro dez anos. Dez anos escrevendo, pesquisando. Eu pesquisei a literatura gaúcha desde 1927 até 1956, consegui, terminei de escrever o livro! Eu não conheci João Pinto da Silva. Não tive a honra de conhecê-lo. É um homem sério, homem limpo, escrevia bonito demais, enrodilhado... Retornando à História literária do Rio Grande do Sul esse foi o livro que eu escrevi com mais prazer, sabe por que? Porque eu revelei coisas que ninguém havia revelado. Eu li o Otto Maria Carpeaux. Diz ele assim: “Um livro seriamente científico”, olha, para dizer isso de uma obra!... Ele era muito rigoroso, de repente cita um livro do Afrânio Peixoto e diz assim: “Um livro que não precisa ser lido, ao contrário, não deve ser lido”. Citou um livro de um outro autor baiano e disse assim: “Um livro que confunde, atrapalha e não devia ser lido”. Livro do Afrânio Peixoto que na época era Deus no Brasil, disse assim: “Autor muito simpático, livro que ninguém deve ler”. Ele era rigoroso demais...

### **História do Rio Grande do Sul — Alcides Maya**

Eu comecei a cuidar da história do Rio Grande do Sul no momento em que eu vi a importância dela no plano literário. À obra: por exemplo, de Alcides Maya é um trabalho em que a presença do colono, a presença do peão, a presença da estância, a presença do vocabulário crioulo, tudo isso, que constitui a parafernália do regionalismo, acontece nela. À partir da sua obra, eu fiquei “olhando” a história do Rio Grande do Sul com mais respeito. Lembrei-me daquelas palavras que estão no início do livrinho muito modesto chamado “Primeiros Cronistas do Rio Grande”, da frase de um historiador espanhol José Maria Pemán em que ele diz que a crônica é a história singela dos fatos históricos, às vezes, mais importantes. Eles nascem da crônica, aquela coisa modesta, aquela coisa simples, aquela coisa singela: “La cronica és la expresión mas sencilla de la historia”, mais simples, mais discreta. A ficção, por exemplo, do Rio Grande do Sul está cheia de história, a poesia do Rio Grande do Sul está cheia de história...

### **A História da História do Brasil e os primeiros cronistas do Rio Grande do Sul**

O livro “A História da História do Brasil”, em dois grandes volumes, é da coleção História, da Editora Nacional. Seu autor, José Honório Rodrigues diz que todo o estado devia ter um livro como o meu “Primeiros Cro-

nistas”, ele disse: “Em todos estados do Brasil o livro “História dos Primeiros Cronistas” deveria ser obrigatório”, porque o que dizem dos estados nas histórias é uma série de burrices, de besteiras, de invenções. O Rio Grande do Sul então é vítima dos mais arrojados... gaúchos de bota e espora...

### **Minha Produção e a História do Rio Grande do Sul**

Sobre meus livros... São poucos os que eu escrevi. Em Portugal, onde eu lecionei, na época na sessão de Literatura me disse um colega: “que inveja se na minha cadeira houvesse um livro igual o teu, referindo-se ao “Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul”. Eu que escrevi esse livro. Traduzi um livro que tinha ficado esquecido. Traduzi o primeiro “*Histoire de la Littérature Brésilienne*”, é verdadeiramente a primeira história da literatura brasileira, eu me preocupei muito com o assunto. Porque eu pensei muito no alunado gaúcho, mas o alunado gaúcho não deu “bola” para os meus livros na proporção desejável. Não estavam preparados para lê-los. Eles precisavam de um livro primário, então eu escrevi um livro primário para eles sobre o Rio Grande do Sul; editado pela Bloch e Cia. É um livro primário, mas é um livro metodológico, é uma história do Rio Grande do Sul para crianças, e sem besteira, porque a criança é tratada como imbecil mas a criança não é, não é, não está desenvolvida, mas a inteligência dela é normal. Sobre “Os Primeiros Cronistas” eu vou dizer o seguinte: “Os Primeiros Cronistas” é uma síntese viva porque os doutores de diferentes épocas, de diferentes culturas é que os escreveram. Eu fiz o trabalho de pinçar nesses livros, esses livros todos de história, aquilo que me interessava a esclarecer assuntos relativos à história do Rio Grande do Sul. Por exemplo, quando começou realmente a colonização do Rio Grande do Sul? O Rio Grande do Sul não são as Missões, as Missões foram incorporadas ao Rio Grande do Sul, depois da formação do Rio Grande do Sul. A história das Missões é a história da Espanha; a história do Rio Grande do Sul começa em verdade no momento que os primeiros jesuítas portugueses se fixam na costa de Santa Catarina e descem até Porto Alegre e descrevem o primeiro chefe que aqui encontraram, o chefe Ângelo. É um índio que se chamava Ângelo, civilizado pelos jesuítas, coisa que ninguém sabia, e foi revelado pelo padre Serafim Leite ali por volta de 40. Ele [Angelo] morava aqui perto, onde está, mais ou menos, localizado o Aeroporto da VARIG, aproveitava a planície e aproveitava o rio... nos “Primeiros Cronistas” tem isso, eu cito o padre Serafim Leite... cuja História da Companhia de Jesus no Brasil é um livro modelar e que não cita por causa dos prejuízos dos portugueses, “de bota e espora” tem contra Portugal. Eles introduziram a ideia, por exemplo, de que Portugal administrou muito mal a nossa capitania de São Pedro. Ora meu Deus do céu, se houve capitania

bem administrada foi a de São Pedro. Aliás, não são os portugueses que dizem isto, são os brasileiros. Há dias, o Arquivo Histórico publicou um documento. Antes de deixar a administração do Arquivo, o professor Francisco Riopardense de Macedo publicou dois documentos interessantíssimos. O primeiro é uma ordem do governador da capitania sobre como deviam ser administradas as rendas da capitania. É a coisa mais rigorosa que eu conheço. Foi esse e mais um outro. O outro eu não pude ir lá buscar. É impressionante, O capataz devia assentar no livro, por exemplo, da pecuária... a produção mensal das vacas, tantos bezerras, tantas bezerras, era obrigado a lançar a produção do leite, o que se fazia com essa produção de leite. Era obrigado a dar conta de rês a rês que nascia, era obrigado a marcá-la com o sinete real, era obrigado a fazer balanço semestral, mensal, anual e tudo. Era obrigado a dar conta da menor coisa, era um negócio admirável. Eu fui secretário da fazenda, hoje nós não temos uma fiscalização tão enérgica, quanto aquela, os fiscais do governo português eram implacáveis; como é que não administrou bem?!... Tanto administrou bem que as províncias todas enriqueceram-se e prosperaram ao contrário das África; portanto, o mesmo povo português mostrou-se aqui mais enérgico do que lá e obteve resultados melhores. Comparemos a administração da África com a administração do Brasil; são coisas assim que deixam a gente meio triste. À má administração, má em que? Não trouxe para eles um cacho de banana portuguesa, cacho de uva portuguesa?...

### **Historiadores Sul-rio-grandenses**

Cada um trata a História de uma maneira mas eu acho que a maneira melhor de tratar a história do Rio Grande do Sul pode não ser a mais completa, mas muitas vezes ela é exemplar nas suas atitudes; por exemplo, o Souza Docca, em matéria de guerras do Paraguai, questões platinas, é um historiador excelente. Probo, decente, limpo, não inventa, a citação está sempre correta. Souza Docca, não vejo citado por ninguém... Gostava muito do Aurélio Porto. Quando foi ministro da justiça, o Aurélio Porto, na Revolução de Trinta, lá por trinta e cinco, quando das comemorações da Revolução dos Farrapos, naquele período de cinco anos, reuniu o material que existia do Rio Grande, no Rio de Janeiro, inclusive o processo dos farrapos para um álbum comemorativo, que é a melhor coisa que temos. O Oswaldo Aranha chamou-o para trabalhar no gabinete dele e ele dava-lhe folgas suficientes para trabalhar nesta documentação que estava então sob a guarda do Rodolfo Carlos Garcia. O Rodolfo Carlos é um historiador muito probo, muito decente, muito limpo. É um historiador de direita, ele era muito engraçado..."

## **História do Rio Grande do Sul: a importância da bibliografia**

Eu acho que a disciplina de História do Rio Grande do Sul é muito mal lecionada. Porque os nossos primeiros professores por exemplo, em outros estados da federação, nas universidades de hoje é ministrada por autodidatas, poucos têm formação na área de História, e os que têm não honram muito o título. Não têm livros, não têm biblioteca, e a curiosidade que os cerca é uma curiosidade de tipo primária.

## **O ofício de Historiador**

Percorremos os nomes dos historiadores gauchescos e logo os identificamos. O historiador não pode ser “gauchesco”. O historiador tem que ser historiador. Ele não pode ser nem sequer “brasileiro”, ele tem que ser historiador, a história é uma ciência ... só pode tratá-la bem um homem que tenha da ciência histórica um conhecimento preciso.

## **Fontes impressas, a pesquisa: Pedro Canga, um exemplo gaúcho**

Eu sou um historiador muito preocupado com a fonte impressa. Pesquisei muito sobre a história do Rio Grande do Sul. Eu estava, por exemplo, estudando a poesia popular na época dos Farrapos. Nas pesquisas encontrei um senhor, um homem chamado Pedro Canga. Todos os que tratavam sobre o assunto diziam que ele era analfabeto. Comecei a ler vários documentos acerca dos Farrapos, para ver se podia descobrir a individualidade de Pedro Canga, porque ele me pareceu... não um autor popular, como se dizia, mas um autor que não publicou livros, isso sim, e que dizia versos onde quer que estivesse, porque gostava de poesia. E de pesquisa em pesquisa, eu li todos os manuscritos que me caíram as mãos sobre as figuras farroupilhas e pouco a pouco fui descobrindo o Pedro Canga, Pedro Muniz Fagundes, da família Fagundes, de São Sebastião do Erval. E descobri uma coisa singela, mas muito expressiva, ele era um poeta culto. Não era um poeta popular. Um belo dia, lendo com mais atenção aquele poeta do qual restaram apenas algumas estrofes, verifiquei que havia estrofes muito parecidas com as dos poetas portugueses do princípio do século XIX e fim do século XVIII. Comecei a comparar aqui, comparar lá, tive a sorte de ir a Portugal, comparei os escritos dele com... autores de Portugal. Voltei para o Brasil e descobri essa coisa surpreendente, Pedro Canga falava em séries, em Belona em outros seres mitológicos, falava em autores míticos, quer dizer, ele embebeu o cancionário popular gaúcho da mitologia e escreveu alguns poemas realmente admiráveis que um analfabeto não poderia es-

crever de jeito nenhum. Então, eu saí de uma história que criara um Pedro Canga mítico, em busca de um . Pedro Canga verdadeiro. Meti-me ali no Arquivo Histórico e comecei a ver os papéis da época dos farroupilhas, cartas particulares, aquela coisa toda. Fui saber quem era o Pedro Canga, era parente do fulano e do beltrano, que havia casado numa família tal, aquela coisa toda... Bom, o Laudelino Medeiros, professor do curso de História tinha um primo que morava no Erval e que tinha um livro escrito sobre o Pedro Canga, pelo tio dele, então o Laudelino disse: “Olha, tem um sujeito lá que escreveu um livro sobre o Pedro, vamos ver se isso é bom.” Eu escrevi para o sujeito, o sujeito teve a bondade de copiar três páginas e me mandar aquelas três páginas do livro considerado lá no interior, uma santidade. Abriu-me um horizonte maluco, quer dizer da fonte oral, por via da escrita, por um curioso da História que escreveu esse livro pelo fato dele ser primo do Pedro Canga. Depois descobri quem era Pedro Canga, io sua família etc. O sujeito ficou muito satisfeito, por ter recebido essa correspondência minha, entusiasmou o prefeito lá, e ele publicou o livro “História do Erval” e no fim da história do Erval conta a história de Pedro Canga. Ou seja, com a minha curiosidade provoquei o aparecimento do livro “História do Erval”, quer dizer, a função do pesquisador não é só se abastecer, mas também sugerir pesquisas, trabalhos, que é a maneira que a gente tem de descobrir matéria nova, matéria desconhecida, esse livro estava no fundo do baú. Tem muita coisa no papel, guardada nessas estantes... Muita coisa guardada... Aquele livro que eu publiquei na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, “Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul”, tem vários materiais inéditos, riquíssimos de observações. Agora, como o livrinho é pequeno eu não podia me alargar. Mas em Portugal, eu descobri na Biblioteca de Évora – onde tem uma biblioteca riquíssima – o pessoal de Évora foi o que colonizou o Rio Grande do Sul, antes do açoriano. E descobri, eu tenho rolos e rolos de microfilme, sobre a história de Évora, história popular. Para a história do Rio Grande do Sul, considero esse material muito importante. É muito valiosa. Naquele livrinho mesmo, “História do Rio Grande do Sul, período colonial”, aparece uma porção de coisas...

### **O pesquisador do Rio Grande do Sul em Portugal**

Eu comecei como um aprendiz de escrita no colégio. Então, encontrava o documento daquela época lia, achava o endereço copiava, homem ou mulher. Minha mulher e eu trabalhamos em 62, e quando estourou a revolução, nós estávamos mergulhados na história do Rio Grande do Sul na Biblioteca de Évora, quinze dias. Às sete horas nós estávamos na porta da biblioteca, o rapaz abria a biblioteca para nós, saíamos às sete horas para

jantar, copiando documentos, copiando documentos... Toda a documentação baseada na oralidade. Depois que eu voltei para o Brasil, eu falei assim: “Esse material é muito extenso, então, publicar esse material, extenso como ele é, vai levar anos, eu vou dar uma amostra”, Aí dei aquela amostra, daquele material. Publicadas as coisas principais que estão naquele livro, daria uma obra interessantíssima... 12 O momento que vivo Eu estou cego, eu sou cego, não leio mais e não tenho secretário. Essa biblioteca foi me cegando, me cegando lentamente e eu não percebi... quando percebi estava cego, essa minha curiosidade pelo Rio Grande do Sul apressou a minha cegueira. Aqui existe um livro... “Sepúlveda Revelado”, Sepúlveda era o José Marcelino de Figueiredo, que trouxe a capital de Viamão para cá...

### **José Marcelino de Figueiredo ou...**

O livro “Borba Patenteado: Sepúlveda Revelado”, é um livro fundamental para a história de Porto Alegre e para colonização do Rio Grande do Sul e só se encontra na minha casa, mais ninguém tem. É uma coisa esquisita, comprei na Europa, vi o anúncio no jornal, mandei buscar por telegrama. Na Europa eu tenho um livreiro que me manda por telegrama. Eu peço por telegrama mando o dinheiro depois. É a vida do José Marcelino de Figueiredo, ou Manuel Gomes de Sepúlveda. Eu trouxe comigo dentro da minha mala de viagem. Então, estou com oitenta e três anos de idade nunca tinha visto esse livro. Foi escrito por um grupo de amigos dele. Ele era oficial do exército português e estava com os amigos numa reunião, em que deveria haver muito vinho. Borba brigou com um oficial do exército inglês e o matou, porque o oficial inglês resolveu injuriar Portugal e o Rei. Dom João não podia brigar com a Espanha, nem com a Inglaterra, então mudou-lhe o nome para José Marcelino de Figueiredo, baixou uma patente e o enviou para o Brasil. Mandou-o governar a Província de São Pedro... Falava simplesmente oito línguas, transformou Porto Alegre em uma metrópole, dava recepções às sextas-feiras. Ensinou o pessoal a dançar, os viajantes estrangeiros correram à Porto Alegre para ver a administração dele, transferiu a capital de Viamão para cá. É, isso é uma história complicada. Mais tarde, ele regressou à Portugal. Dom João VI era padrinho dele, padrinho de batismo, já estava em Portugal e Borba chefou as primeiras legiões portuguesas que expulsaram os franceses de Portugal. Lá, ele foi um homem eminente, recebeu títulos. Chama-se Duque de Saldanha uma das mais belas avenidas de Portugal. Lá em cima na Avenida da Liberdade está um homem, um sujeito montado em um cavalo. É o Saldanha. Duque de Saldanha... Foi o chefe político de maior prestígio em Portugal, no século XIX. E certa vez, no Parlamento ele dizia: “Ah, se estivesse nas planícies do sul, montado nos

meus cavalos ou nos bailes!” E, ... sentia saudades daqueles homens, daqueles animais que pareciam conversar com ele. Era um apaixonado pela vida gaúcha. Bom, isso é outra coisa. Isto é para mostrar um exemplo, mal estudado, mas é só um homem que procurou a verdade histórica.

### **O contrabando e os homens sérios**

No dia do lançamento do meu livro “O contrabando no sul do Brasil” chegou um sujeito todo vestido à gaúcha. Eu estava dando autógrafos na Praça da Alfândega e ele disse: “O senhor escreveu um livro sobre o contrabando no sul do Brasil, não é?” Falei: “Sim”. “Eu quero saber uma coisa...” quando ele falou, pensei: “Vou morrer agora!” Ele disse assim: “O senhor trata aí do meu pai?” Eu falei: “Não sei, porque não sei o nome de seu pai.” Ele disse: “Chama-se Fulano de Tal de Oliveira”, e eu falei: “Ah bem, não conheço, não sei quem é”, ele disse: “Ah! que pena, mas em todo o caso eu vou comprar o livro... em todo o caso eu vou comprar o livro”. “É pena que o senhor não tratasse dele porque ele foi o contrabandista mais sério, mais violento, mas também honesto!” Eu pensei que ele fosse me dar um tiro e ele queria um elogio para o pai dele...

### **A literatura, seu entendimento e ensino**

Eu lecionei história da literatura. Mas foi uma história da literatura em nível universitário, não essas..., pois ensina-se literatura brasileira o que é diferente de história da literatura. Se lecionam literatura, têm que ensinar a técnica do romance, analisar a história da literatura. Então, os “bestinhas” sabem um pouco e dizem: “vamos estudar hoje Afonso Arinos. Afonso Arinos nasceu em Paracatu, em Minas Gerais, em 1804 e escreveu um romance chamado...”, isso não é acadêmico de literatura, o conto no Brasil, o grande criador do conto no Brasil foi Afonso Arinos, então vamos estudar a criação e evolução do conto, é diferente... Literatura aqui é: “Leia esse livro, depois debate assim: a heroína é uma heroína mesmo ou é uma mulher vulgar...” referindo-se a *Capitu*, de Machado de Assis [e apontando para sua biblioteca]: aquele lado da esquerda ali da minha livraria é todo machadiano. Eu tenho a melhor machadiana do sul do Brasil. É a melhor machadiana... Os livros mais raros do Machado, eu sou louco por ele. Bom, de modo que o ensino de história daqui é compreendido da maneira episódica ou narrativa, não há uma interpretação histórica, há uma interpretação factual, do fato. Ora, a interpretação do factual nem sempre interessa para o fundamento histórico. É essencial porque a história é fato, mas a interpretação factual não chega nem dos livros de história dos gaúchos.

## Da Literatura à História

Depois aparece um livro fantástico sobre o Rio Grande do Sul é a “História da Grande Revolução”, do Alfredo Varella. É um livro em seis volumes onde não há uma mentira, é tudo baseado em documentos. Ele sofreu muitas críticas, porque ele escreve num estilo ilegível. O livro dele é difícil de ler, é apaixonado. É um livro injusto muitas vezes, ele não é um homem moralmente equilibrado. Um historiador tem que ser um homem absolutamente equilibrado, em relação ao julgamento que ele faz das coisas. Quero dizer que moralmente equilibrado é no sentido de não poder se apresentar como um “Zé Banana” qualquer. Sem dignidade pessoal nenhuma, sem vivência histórica, sem vivência moral, sem responsabilidade, escreve uma história do Rio Grande do Sul, mas não dá nada..., o homem tem que ser homem para escrever um livro de história tem que ser um homem. São muito bem documentados, os livros dele, do ponto de vista documental são irrepreensíveis, Ele não mentia não. O Aurélio Porto também não. O Souza Docca é um historiador de grande merecimento, tinha pouca cultura, mas com essa pouquíssima cultura geral que ele tinha ele era de uma probidade exemplar. Que salva o historiador, O Souza Docca é um historiador de um grande merecimento moral, os livros dele são excelentes do ponto de vista da verdade histórica. Othelo Rosa, maior vocação de historiador que nós tivemos. Mas infelizmente a obra dele foi pequena porque ele foi político, trabalhou muito em Palácio. Para viver teve que ser tabelião que é uma coisa trabalhosa demais. O Othelo Rosa tinha um instinto de historiador, um instinto fora do comum, e probidade. Ele não fazia concessão. Era muito severo. O Manoelito de Ornellas se tivesse estudado história, teria produzido coisa melhor. Gaúchos e Beduínos é um livro bom, bonito, bem escrito, mas falta alguma coisa... Mas é legível, recrutou muitos admiradores. Ele descrevia muito bem. Agora, o príncipe dos nossos historiadores chama-se Moysés Vellinho. Em primeiro lugar é um dos maiores escritores da língua portuguesa. Dizia-me o Miguel Torga que é sem dúvida nenhuma o maior escritor vivo que os portugueses já tiveram, “Aquele senhor Moysés Vellinho é um mestre das bibliotecas brasileiras”. O romancista mais importante hoje de Portugal afirma isso de Moysés. Quem levou o livro para ele fui eu. Entreguei o livro à ele, “Fronteira”, ele olhou o livro, me disse: “Esse rapaz é meio louco, meio... vai escrever bem na puta que me pariu... Era “Fronteira”. Vai escrever bem no inferno... considerava Moysés um dos maiores historiadores da língua portuguesa. O livro do Moysés Vellinho não tem um senão a não ser os meus prefácios eu tenho quatro livros prontos para... O Sérgio da Costa Franco é um sujeito que pensa muito bem, escreve muito bem. É um homem que pensa, pensa realmente, O primeiro livro dele, tem um livrinho sobre Porto Alegre. É um livrozinho pequeno mas é exemplar.

É livro de historiador. É, o Moysés tem um número incrível de inimigos na Universidade, porque os nossos professores daqui são partidários das Missões, É, partidários das Missões espanholas. Achar que aquilo é História do Brasil; aquilo é história da República Argentina. Não é História do Brasil aquilo, nós fomos lá e ... brigamos, foram obrigados a atacar, nós fomos lá brigamos com eles e tomamos a terra deles. Não negamos isso. O brasileiro não nega que incorporou as Missões ao Brasil...

### **Literatura do Rio Grande do Sul e outros assuntos**

Como um especialista que eu sou em... literatura do Rio Grande do Sul, acho que ninguém conhece a literatura como eu, isto não é vaidade, eu conheço, mesmo! Eu conheço e escrevi tudo sobre a história do Rio Grande do Sul, a história literária. Eu revelei autores que eram absolutamente desconhecidos... Livros os quais se dizia que não existiam, eu fui à biblioteca do Rio de Janeiro, à biblioteca de Rio Grande, a Biblioteca do Gabinete Português de Leitura, ao Gabinete do Palácio do Petrópolis, eu fui à biblioteca de São João Del' Rei, ainda era vivo meu colega Tancredo Neves, eu fui à biblioteca de Belo Horizonte, à biblioteca de Ouro Preto, à biblioteca de Lisboa, à biblioteca de Évora, à biblioteca do Porto, à biblioteca... meu Deus do céu, quantas bibliotecas!... Aqui no sul eu conheço todas as bibliotecas, todas as principais... Qorpo Santo. Ele é Qorpo Santo por teimosia minha, toda a obra dele é conhecida, a obra teatral, há ainda muita coisa para publicar do Qorpo Santo... Como eu fui criticado por ter publicado na Universidade a obra do Qorpo Santo! Hoje, ele está na literatura italiana, na "História de la Literatura Brasileira", obra da minha colega de Roma, que leciona História Literária na Universidade de Roma. Ela escreveu uma história da literatura brasileira dedicada ao Qorpo Santo, oito páginas e ao Machado de Assis, página e meia. E era um desconhecido!... A sorte foi a de encontrar um amigo que havia lido, eu não tinha lido ainda, e ele me disse: "Lê". Pois é, mas todo mundo me diz que o homem é louco e tal... "Leia, eu lhe arranjo um livro emprestado", repetiu. Teve a bondade de me arranjar, foi o Damasceno Ferreira e aí eu descobri esse sujeito que hoje faz parte da biblioteca do teatro brasileiro. E que é nome de sala na Universidade. Eu-não tenho nada com isso, não sei quem pôs aquele nome, não sei quem manda... Sobre a história colonial do Rio Grande do Sul, só Évora me deu um trabalho infernal! Eu cheguei lá, fui à biblioteca de Évora, que é uma maravilha e disse assim: "Eu quero alguma coisa sobre o Rio Grande do Sul". O sujeito que toma conta daquilo conhece todos os manuscritos, disse assim: "De que autor o senhor precisa?", "Eu preciso de alguém que trate de José Marcelino de Figueiredo", "Temos várias coisas". E foi lá dentro, trouxe um encarte limpinho, arru-

madinho, não se notava um grão de poeira, botou na minha frente: “Faça o obséquio de assinar aqui.” É assim: consultado por Guilhermino César, da Universidade do Rio Grande do Sul. Até quem consulta os livros estava lá. Quer dizer, o 15 cuidado que eles têm na preservação daquilo! Aqui, se vai à escola e se diz: “Gostaria de ver o primeiro livro de matrícula da Faculdade de Filosofia”, “Ah, eu não sei se isso tem aqui, se há aqui...” Ninguém sabe da existência desse livro. Quer dizer, a História aqui não é preservada, esse é o problema, problema grave, não é preservada. À Faculdade de Medicina tem uma boa coleção. Tem um médico aí, apaixonado por história, que tem cuidado daquilo, Dr. Letti. Nicanor Letti. Eu precisei outro dia saber um dado sobre um sujeito, que seria formado possivelmente em Medicina,, aqui, telefonei para o Letti de manhã, de tarde ele me deu a resposta. Eu queria saber se o sujeito se formou em 1910, e ele me respondeu de tarde...

### Os Desejos de Pesquisa

No momento tenho feito trabalhos pequenos que possam ser mais ou menos originais, trazer alguma contribuição e que não me dê muito trabalho, porque são quase todas ditadas. Porque eu não estou podendo escrever. Eu estou escrevendo as duas coisas — literatura e história. Ainda ontem andei correndo o olho aí num trabalho que eu escrevi e mandei para Portugal. Trabalhos pequenos, assim, dez, vinte páginas. Coisas pequenas. Mas pretendo ainda encontrar um secretário capaz de me ajudar nesse particular, é muito delicado. Irrita-me muito eu ditar e o sujeito escrever errado, omitir uma data, escrever um nome errado, eu fico com vontade de morrer... Agora, se eu tivesse que escrever outro livro, eu escreveria sobre a literatura gaúcha, sobre a literatura rio grandense em geral. Um tema que justamente me seduz muito é a oralidade da literatura gaúcha. Eu escrevi agora um trabalho. Escrevi, sentei assim na máquina quando eu estava... foi uma das últimas coisas que eu redigi, mandei para o Afrânio Coutinho, que estava me exigindo um artigo, me exigindo, quase me xingando, passava telegrama, então resolvi... escrevi e mandei para ele, não sei se vai sair, escrevi muito rápido. Eu gostaria de escrever a História do Rio Grande do Sul, a História Literária do Rio Grande do Sul até nossos dias. Eu teria vontade de escrever até os nossos dias, porque eu parei em determinada época, eu gostaria de escrever sessenta e dois, sessenta e seis, até hoje, que anda com muita confusão... Autores novos, ignorantes, analfabetos, não são escritores. O Rio Grande do Sul tem uns autores teatrais que eu estou aguardando para escrever sobre eles, uns três ou quatro, muito bons, muito bons! O teatro no Rio Grande do Sul, não foi estudado ainda com o capricho que merece. Eu, um dia, estava mexendo na Biblioteca do Rio Grande do Sul, é

uma miscelânea lá, eu encontro uma peça de teatro, fiquei quase louco! É uma peça escrita ali por volta de mil oitocentos e oitenta e poucos, é puro Pirandello, autor moderno, puro Pirandello... É uma coisa impressionante e está impresso. Ninguém falou nada, eu falei, mas ninguém deu importância, eu gostaria de fazer uma ediçãozinha dali, talvez faça... Queria fazer, está quase pronta, uma história civil e fazer uma história econômica que está quase pronta também. Eu queria pegar o século XIX e tomar conta do século XIX. Não ficar preocupado em escrever muitos livros. À história literária do século XIX, bem ou mal, está pronta. A História Literária está pronta, a História Literária do Rio Grande do Sul, a história econômica está pronta. Depois fazer, talvez, uma história dos costumes, aproveitando o material, usado nas outras coisas, seria o meu ideal, só que não adianta... Eu tenho "La vie cotidiâne", durante o tempo da Maria Antonieta, a vida cotidiana... Ainda ontem eu estava falando sobre um sujeito que escreveu coisas curiosíssimas no século XVIII e agora está sendo reeditado, Restiff De La Bretonne. Ele dormia ao meio dia, dormia até a seis da tarde, escrevia até meia noite, a meia noite ele saía, ficava até as seis horas da manhã na rua, depois voltava em casa ia dormir até o meio dia... Viveu assim sessenta anos. Assistiu ao processo inteirinho instaurado pelos revolucionários contra Maria Antonieta, assistiu a todas as sessões. É um escritor prodigioso, ainda ontem falei dele, era um sujeito sobre o qual eu gostaria de escrever alguma coisa também. É um homem curiosíssimo. É pena que a gente tenha uma vida só. Quando a gente está dominando um assunto, está na hora de enterrar o sujeito...

### **Obras e autores de minha biblioteca**

Tenho Mário de Andrade todinho, aquelas coisas originais dele, inclusive a "Paulicéia Desvairada". Tenho os primeiros livros do Drumond. Todos os livros do Manoel Bandeira, todos os livros dos autores brasileiros importantes. Eu sugeri esse livro [referindo-se ao livro publicado pela Riocell] em mil novecentos e setenta e poucos, quando escrevi um livro "O Contrabando no Rio Grande do Sul". Ele é ilustrado com fotografias de fazendas antigas. São fazendas antigas. Eu sugeri ao Streliaev, aquele rapaz fotógrafo para fazer isso, mas ele não fez. Ele tem o gosto... É um bom fotógrafo, podia fazer uma coleção linda. Era um livro que tinha que fazer o seguinte: pegar, por exemplo, a fotografia de uma estância, da cumieira, de madeira de lei, chão socado, chão socado, lajes de pedra, aí está madeira de lei, pedra, cimento, ponto, já é de outro período. Classificar pelos materiais.. É, classificar pelos materiais. Isso vai se perdendo. É uma pena, são espécies belíssimas. Naquele livro "O Contrabando", tem uma fazenda no município

de São Borja, dá vontade de comer..., é uma coisa tão bonita que dá vontade de comer, está perdido aí, é uma pena...

### **A organização do material**

Eu tenho fichas para tudo. Fichas de endereços, de pessoas correspondentes, quando eu escrevo não preciso estar procurando, está tudo ali. Se alguém me escreve uma carta, antes de responder, eu faço a ficha, porque na hora da correspondência se eu perco o envelope já está anotado. E tenho livros pequenos para Portugal, para Minas Gerais, para o Rio de Janeiro, tenho vários livrinhos. Endereços de pessoas amigas, instituições, livrarias, organizações, À gente que pretende escrever obras tem que ter organização, porque é muito trabalhoso. Eu pego uma carta, a primeira coisa que eu faço, abro a carta corto o envelope, deixo o endereço, se estou com muita pressa pego goma, ponho numa folha e guardo. Um belo dia, quando estou com mais folga, eu faço um índice, faço o título e ponho no índice. É a organização do trabalho. Agora, com essa cegueira, quase total, eu leio pouco, pouco com essa cegueira quase total, eu já estou abandonando, eu digo assim, eu estou com oitenta e dois anos, vivendo muito, vou até oitenta e cinco, oitenta e seis, agora quem quiser que continue. Trabalhei muito, meu primeiro livro... Eu nasci em 1908 e o meu primeiro livro é de vinte oito. "Meia Pataca". 1928, eu tinha vinte anos, chega, não é? chega de incomodar a humanidade inteira. Eu digo assim: da minha parte não vai provocação nenhuma pelo correio, para ninguém, já provoquei demais a humanidade.

### **Nos caminhos da vida**

Eu tinha terminado o meu segundo curso de Direito, na Faculdade de Direito, mais tarde foram fundar a Faculdade de Ciência e Letras... Fui o segundo diretor da Faculdade do Estado e fui professor de História contemporânea e de Literatura. Bom, eu fui lá no Rio e procurei o governador Prestes que era um sábio em matéria de Brasil, ele era um sábio. E perguntei para ele: "Eu escrevi um livro". Petulância, não? Petulância, ô petulância!!... Como era bom ser petulante naquela época!... A petulância nos jovens é um estímulo. Mas eu escrevi um livro sobre a colonização da zona florestal da qual eu sou oriundo. O livro acabou não sendo escrito. Ainda não publiquei, porque nunca me satisfaz, está sempre faltando alguma coisa. Já tinha lido todos os livros de outros historiadores europeus que haviam penetrado no sertão mineiro quer dizer, fronteira do Rio de Janeiro e Espírito Santo, Bahia... descreveram viagens ao rio Doce, viagem a isso, viagem aquilo. Então perguntei ao velho: "Escute, eu estou escrevendo um livro sobre a co-

lonização de Minas numa operação de refluxo”. Minas foi colonizada pelos homens do litoral que descobriram o ouro, depois o ouro ficou barato, a mineração ficou muito cara, Houve a decadência da mina e o mineiro, em vez de continuar pesquisando o ouro tornou-se lavrador, campeador, dono de fazenda, de currais, ao longo do rio São Francisco. É a mais bela saga da colonização brasileira pois não teve o auxílio de ninguém, foi um impulso pela necessidade de terra... “Eu queria saber qual é a melhor fonte documental que o senhor tem aqui?” Ele estava então dirigindo a Biblioteca Nacional onde há uma porção de coisa de história de muito valor, estava dirigindo o Arquivo de um Estado, quando ele se tornou diretor; ele me disse assim: “Você quer a documentação subindo o rio Doce ou descendo o rio Doce”. Que bandido!... é como se ele dissesse assim: “O senhor quer a documentação subindo o rio Guaíba ou descendo o rio Guaíba.” Ele conhecia a história tão bem que ele separava a documentação descendo o rio e a outra... subindo... descendo... Eu achei uma graça ... então eu disse: “Com essa técnica, eu sou muito jovem, o senhor está querendo me desanimar”...

### **Vida pública**

Não desanimei porque logo depois eu entrei num trabalho bravíssimo, bravíssimo, fui secretário do Drumond, fui secretário do Honório Casasanta, Gustavo Capanema. E, o serviço público me “chupou” metade do vigor e eu exerci o serviço público honestamente. Durante nove anos eu fui secretário, em Minas, do Ernesto Dornelles. Quando ele foi nomeado governador, ele me trouxe para cá e, modéstia à parte, durante o governo dele eu exerci uma ação muito eficiente. Modéstia à parte... Foram anos de muito trabalho depois, quando eu havia me dado conta já havia fundado a Faculdade de Letras, com outros amigos gaúchos.

### **Onde moro**

É uma beleza aqui!... Tem paisagem aqui, ali, acolá, em toda a casa. De manhã, quando o sol surge lá embaixo é uma maravilha!... A manhã é linda, a tarde é muito bonita, do lado de lá também, avista-se todo o Guaíba. Eu estava... eu tinha cometido uma loucura, um ato de loucura, eu tenho aqui todo o prédio, a frente, quer dizer, no fundo são dois apartamentos, eu aluguei um e botei toda a biblioteca lá, toda. Um belo dia, depois de seis anos morando lá, eu já tinha o apartamento com biblioteca, a proprietária pede o meu apartamento, não podem saber o que isso representou na minha vida!... Representou muito, estava tudo organizado lá direitinho, índice, as obras, tudo, tive que trazer tudo para cá. Já imaginaram isso? Eu fiquei três

meses, eu e um preto que trabalhava aí e que é um homem admirável, ele terminava o horário dele de manhã, às seis horas, ele vinha aqui para cima, eu dava uma xícara de café para ele, já tinha tomado o meu café, já estava no meu trabalho, ele me ajudava até meio dia, todos os dias, levamos oito meses arrumando a Biblioteca. Nossa Senhora! como eu estava... Oito meses, livro por livro!... Bom, sobraram livros que eu não precisava mais, livros que não me interessavam, sobraram três mil e quinhentos, era um negócio assim... Aí eu chamei um rapaz que gostava de livro, e que tinha uma livraria em princípio e dei tudo para ele, ele dizia que são quatro mil. É o da Papyrus. Dei para ele. Não cobrei um tostão. É um desaforo... Eu chamei o Manuel Martins, que é meu amigo e morreu, comprei uma infinidade de livros dele. E falei, “Escuta Manuel, isso aqui, grande parte disso veio da sua ... quanto você me dá por essa livraria toda, [a parte que eu dei para o rapaz] quanto vale essa livraria?”, “ah, eu pago cem mil réis”. Sabe que é uma ofensa!! Eu fechei a boca, ele estava sentado, continuou sentado, olhou, olhou, olhou, “e então, o que o senhor resolve?”, digo: “Resolve o que?”, “a minha oferta”, eu falei: “Você está falando sério ou está brincando comigo? Cem mil réis por três mil e quinhentos volumes?” Conversei com ele mais um momento, e ele disse: “Bem, então o senhor não vende por cem mil réis”, digo: “Oh, Manuel, você acha que eu estou precisando de cem mil réis? “Vai-te embora rapaz, vai porque está perdendo tempo”, é desaforo, não é? Cem mil réis... Não ... A Aurora seria capaz de me oferecer quinze mil réis... Os dois eram analfabetos, eu morava ali perto, eu ia todo o dia à livraria dele, não entrava um livro lá que eles não me mostrassem. “Doutor o que o senhor acha desse livro?” Eu dizia: “Olha, eu tenho o livro, eu não dou o meu por trinta, não dou o meu por cem”. Eu fui uma espécie de pai deles, eles não sabem de um livro, eles não conheciam um livro gaúcho. Eu fui orientando, orientando, durante uns dez anos, uma espécie de pai deles, cem mil réis, está?...

Porto Alegre, 20 de maio de 1991



Câmara Municipal de Pôrto Alegre

N.º 491/170

Pôrto Alegre, 10 de novembro de 1970.

Senhor Professor:

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para comunicar-lhe que, no dia 25 de novembro fluente, às 14h 30min, será realizada a sessão solene em que lhe será entregue o título de "Cidadão de Pôrto Alegre".

Envio, em anexo, cópia da Exposição de Motivos e da Lei que deram origem a esta merecida homenagem a pessoa que tão alto elevou o nome de Pôrto Alegre.

Ao ensejo, apresento a Vossa Excelência a certeza de minha elevada estima e distinta consideração.

( José Aloísio Filho )

Presidente

A Sua Excelência o Sr. Prof. Guilhermino César.

## O CONTRABANDO NO SUL DO BRASIL, DE GUILHERMINO CESAR

Profa. Dra. Léa Masina

Antes de iniciar a minha participação neste encontro promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, quero agradecer o honroso convite que me foi feito por intermédio do Professor Pedro Cântio, com quem tive a satisfação de conviver durante os anos em que atuamos como professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Agradeço ao Presidente deste Instituto, Professor Doutor Miguel Espírito Santo, pela honra de participar desta homenagem.

O que torna tão especial este convite é partilhar o reconhecimento do vínculo de afeto e admiração que, desde cedo, me uniu a Guilhermino Cesar, de quem fui aluna no Instituto de Letras e que se tornou meu Orientador e amigo. Convivi com ele mesmo após sua aposentadoria, frequentando sua casa e biblioteca e lendo em voz alta seus poemas preferidos quando, por questão de saúde, ele já não mais podia fazê-lo. Sempre fui recebida com carinho por ele e sua esposa, dona Vanda, lembrados até hoje com saudade. Nesses encontros repetidos, aprendi a ler poemas com a inflexão exigida pela palavra poética, ouvindo cada som e cada sílaba, no seu ímpeto de significar.

Ao reler, para este encontro, “O contrabando no sul do Brasil”, que Guilhermino publicou em 1978, retomei, com prazer, um diálogo interrompido. E reencontrei na prosa do Mestre, elegante e correta, aquela mesma disposição de partilhar com alunos e leitores suas reflexões de natureza histórica, cuja complexidade é simplificada pela clareza da narrativa. As obras de referência consultadas e seu material de pesquisa adquirem a leveza e a simplicidade que lhes empresta o cronista no afã de comunicar-se. E ele o faz com a espontaneidade de quem fala ou conversa, pauteando a seriedade do relato e o rigor da pesquisa com a linguagem coloquial e simples de quem se propõe a ser lido e compreendido.

O livro inicia com uma frase de Tristão de Athayde, proveniente de texto publicado no Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1976:

O contrabando, como a guerrilha, embora em um nível moral infinitamente inferior, representa certa atividade lúdica, que beira com a própria poesia, pois traduz, de modo canhestro, essa misteriosa presença da criança no adulto, que todos nós carregamos ao longo da vida.

À primeira vista, a epígrafe parece minimizar o caráter predador e daninho do contrabando, considerado um delito comum às regiões de fronteiras. *Atividade lúdica beirando com a própria poesia, e traduzindo a presença*

*da criança no adulto* talvez seja uma “licença poética” exagerada que conduz o leitor a indagar sobre a natureza do livro. Mas ao encerrar a leitura do volume, conclui-se que o autor, com a seriedade e a competência habituais, reconstitui a história do contrabando no sul do Brasil, perseguindo o objeto desde os primórdios do Rio Grande do Sul, quando a campanha gaúcha ainda era habitada por indígenas. O contrabando é descrito como fator constante no processo de formação da sociedade sul-rio-grandense, prolongando-se até as primeiras décadas do século XX.

Fundamentado em registros históricos confiáveis, Guilhermino Cesar examina o contrabando na dupla ótica dos colonizadores europeus e dos habitantes das terras do sul. Para tanto, expõe as relações de subordinação da região sul às metrópoles europeias e seus representantes locais; então, examina as transformações políticas que repercutem nas colônias sob o ponto de vista econômico e social, tais como tratados políticos e acordos entre as nações colonizadoras. E prossegue, elegendo questões e circunstâncias que exigem um olhar acurado dos aspectos econômico e social, como por exemplo o contrabando de negros escravizados, o contrabando nas guerras fronteiriças e nas revoluções internas, enfim, nas relações com os vizinhos do Prata. Reserva capítulos finais para o século XX, a pecuária e os anos 30.

Embora sempre baseada em pesquisa e documentação histórica, com a consulta sistemática a historiadores brasileiros e platinos, a narrativa deixa ler o ponto de vista do narrador que amplia suas lentes para ver além da descrição de fatos. Com sua visão humanista, Guilhermino Cesar permite ao leitor perceber o contrabando em sua natureza endêmica, expondo, ao mesmo tempo, outros ângulos que não apenas o caráter daninho e prejudicial de lesa-pátria. Mesmo sem afirmar, o autor dá a entender que é possível pensá-lo também como fator de sobrevivência social das antigas colônias, sobretudo das populações fronteiriças. Diz ele, na nota preliminar ao primeiro capítulo:

O sistema de colonização adotado na América do Sul, antes da Independência, ignorou as relações de comércio entre as respectivas possessões. O monopólio de Estado, exercido pelas coroas ibéricas, ultrapassou a medida do senso comum; impediu o crescimento mais rápido da civilização nestas longínquas terras, submeteu a cidade e o campo a privações desnecessárias, criou um espírito de revolta que veio mais tarde a refletir-se em toda a estrutura social no Novo Mundo. Curiosamente, porém, em algumas zonas, o contrabando foi tolerado pelas próprias autoridades coloniais. Compreenderam, as mais esclarecidas, a importância

de tal intercâmbio, ainda que irregular, como instrumento de retificação de um dirigismo econômico desligado da realidade. (p.9)

Citando autores do seu tempo, Guilhermino desenvolve os capítulos iniciais examinando o regime de monopólio comercial dos países europeus que isolava a colônia, vedando-lhe o conhecimento e o contato com outros povos. E mostra que o sul do Brasil pouco se relacionava com a metrópole colonizadora e, mesmo, com a região do Prata. Não obstante, desta se aproximava na prática da vida diária, tornada possível pela mobilidade proporcionada pela ampla e indistinta fronteira do sul. O gado originou o tipo de economia da região, inicialmente predatória, mas que possibilitou criar um intercâmbio comercial tanto com o Norte do país quanto com o sul platino. E, do ponto de vista econômico, a Banda Oriental ofereceu aos pioneiros gaúchos uma “espécie de abertura” para o resto do mundo. O autor destaca também os conflitos originados pela interferência dos países colonizadores que desejavam acabar com a indistinção política que dominava a campanha. O objeto de cobiça era o boi com seus derivados. E as tentativas de impedir essa prática específica variavam à medida em que se alternavam os países ibéricos no domínio do sul do continente.

Leiamos o Mestre:

Se o monopólio obscurantista, então instituído por Lisboa e Madrid, teve poderes para barrar as transações diretas, efetuadas por platinos e brasileiros com outros povos, não logrou, todavia, impedir que os sul-americanos em geral praticassem à sombra dele, um volumoso contrabando. (p.15)]

Guilhermino Cesar prossegue examinando a criação de cidades-entrepósitos, centros onde o contrabando se desenvolvia com ou sem a aquiescência das autoridades. Refere acordos e tratados entre Portugal e Espanha e acentua a cobiça dos colonizadores pelas riquezas coloniais; sobretudo, sublinha a visão mercantilista do europeu que superava qualquer compromisso de natureza ética.

Um dos capítulos chocantes do livro é “O contrabando de escravos e o tratado de Madrid (1750)”, que inicia com a seguinte frase:

Nem o contrabando de víveres ou de tecidos, nem o de gado, nem o de prata e ouro foram por aqui mais rendosos do que o de carne humana. (p.19)

Numa época que até mesmo a Companhia de Jesus, que pugnava

pela total liberdade do índio, aceitava a escravidão dos negros, importando-os para suas fazendas, os agentes negreiros abasteciam o Golfão do Prata, de onde contrabandeavam os escravizados para mercados secundários, como Chile, Bolívia, Paraguai, sul do Mato Grosso, etc. Assim, em meados do século XVIII, a prática se ampliara intensamente, incluindo, além dos países platinos, o nascente mercado rio-grandense. Segundo Guilhermino Cesar, “contrabando” é a palavra recorrente nos documentos oficiais da época. E, citando Capistrano de Abreu, ele conclui o capítulo dizendo que o contrabando,

contrariando a orientação monopolista da Coroa espanhola, mas respondendo a instantes necessidades teve um poder ofensivo de tal ordem, interessou a tantas pessoas e instituições, que ajudou, em verdade, a derrubar o colonialismo na América do Sul. (p. 28)

Então, à medida em que a leitura avança, o leitor se informa de que o contrabando resultou mais útil a Portugal do que a Espanha porque, ao intensificar-se em meio às disputas fronteiriças, contribuiu para consolidar os limites do que hoje constitui o estado do Rio Grande do Sul. Para além disso, no que concerne à nacionalidade, um capítulo do livro destina-se a mostrar, de modo inequívoco, como o contrabando contribuiu para burlar o imperialismo inglês. Mas...

Do monopólio à liberdade de comércio, fervente aspiração da economia liberal, os caminhos foram não raro longos e tortuosos. (p.28).

Esses caminhos foram ditados, sim, pela natureza monopolizadora dos colonizadores europeus. Para além disso, a instabilidade política, que levava os países ibéricos a assinar tratados e estabelecer acordos conforme soprassem os ventos europeus, alterando domínios e circunstâncias, fez com que o contrabando sobrevivesse, contando ou não com a aquiescência das autoridades locais.

No capítulo denominado “Contrabando e Colonização”, Guilhermino comenta que a Colônia de Sacramento, ainda sob o jugo português, transformara-se em *um reduto militar e um ninho de contrabandistas a serviço da Coroa*. (p.29). De fato, como se lê em diversos capítulos, grandes historiadores referidos reconhecem que a persistência do contrabando no sul do Brasil decorreu, em grande parte, da conivência do poder. No tocante à intensidade, antigas fontes históricas citadas pelo autor, chegam mesmo a afirmar que a riqueza de Portugal provinha muito mais do contrabando de homens

e de gado do que das decantadas minas de ouro que mais contribuíram para justificá-lo. Pois a descoberta e a exploração de ouro em Minas Gerais, em fins de XVIII, despertou o capitalismo europeu para a exploração econômica do sul, rico em gado, cavalos, mulas e proteínas baratas.

Ao leitor de hoje, chama atenção a lucidez com que Guilhermino Cesar estabelece a relação entre o monopólio estatal europeu e o contrabando. Isso porque deste se valeram não só aventureiros particulares, mas a própria governança colonial. Quando começa o Rio Grande do Sul português, com Silva Paes em 1737, a campanha era terra-de-ninguém, com indígenas, colonos platinos e brasileiros a vagar pelas coxilhas, infiltrando-se onde o interesse os chamasse. O Rio Grande de São Pedro, entregue à própria sorte, gravitou intensamente em torno da bacia platina.

A continuidade da disputa entre Portugal e Espanha, contudo, não impedia que aqui se formasse uma **mescla social cimentada pelo lucro ilícito**. Os anos de ocupação espanhola, extinta em 1776, deixaram ressentimentos na alma gaúcha. Nesse tempo, os estratagemas usados nas guerrilhas, com ações predatórias de invasões de terra para roubo de gado, víveres e bens, tenderam a continuar com contrabandos e arreadas, como ocorreram, inclusive, com a participação de soldados, como o legendário Pinto Bandeira. E à despeito das tentativas governistas de frear tais ameaças, nada mudava.

No entanto, com o passar do tempo, o regime monopolista passou a ser repudiado pelo colono sul-americano, eis que contrariava os nascentes sentimentos mercantis da província. Esses sentimentos, estimulados pelo lucro advindo dos diversos tipos de contrabando, contribuiu para o ideal de independência das diferentes regiões. Guilhermino Cesar lembra, a esse propósito, a opinião do grande historiador Capistrano de Abreu, que encerra o capítulo, destacando o lado lusitano:

O contrabando português minou pela base a arquitetônica fiscal de Castela, comunicou importância às desdenhadas terras platinas, gradualmente emancipou-as do jugo, franqueou-lhes o Atlântico – uma verdadeira revolução (p.34).

Ao longo dos muitos capítulos que constituem esse pequeno-grande volume, Guilhermino Cesar chega a estabelecer uma espécie de tipologia classificatória dos tipos de contrabando que descreve. Os critérios da organização parecem variados, mas todos tem em comum a ausência de fiscalização por desídia ou interesse das autoridades obrigadas a coibir tal prática. Isto porque, algumas vezes, o contrabando que prejudicava a Espanha favorecia a Portugal, ou vice-versa. No tocante às artimanhas desse processo, diz o Professor, opunha-se *o senso prático de Sancho Pança à cauda-*

*losa fantasia de Don Quixote*. Além disso, sustenta Guilhermino, o contrabando toma outra envergadura e se alastra pela região platina quando passa a beneficiar-se da ajuda inglesa. Mesmo durante as guerras de independência, quando diminuíram os rebanhos e a produção de carne, os caudilhos orientais moviam ao colonizador, espanhol ou português, verdadeira guerra econômica. E mesmo após a independência do Uruguai, *o aparelho fiscal não se mostrou adequado às funções de rebater a ousadia dos contrabandistas*. (p.57)

Desde os capítulos iniciais, o autor diferencia o contrabando ocasional do institucionalizado. Refere também o oficioso, o pessoal e o de guerra. O andamento da História permite-lhe ver que o agente do contrabando é quase sempre um intermediário que trabalha a mando de outrem, colhendo o momento para servir ao interesse alheio. Talvez essa leitura justifique, em parte, a epígrafe de Tristão de Athayde.

Quando o leitor possui informação, mesmo assistemática, sobre a história do Rio Grande do Sul, reconhece, nos capítulos destinados ao contrabando de guerra, fatos que ilustram a obra de muitos dos nossos melhores escritores. Em livros, como os de Tabajara Ruas, Érico Veríssimo, Josué Guimarães, Alcides Maya, Simões Lopes Neto, Sergio Faraco e tantos outros; ou em filmes, como o antológico “Anay de las Misiones”, nós, gaúchos, apreendemos imagens fortes de tempos heróicos, muitas vezes romanceados, que nos permitem imaginar os tempos de formação da nacionalidade, com guerras fronteiriças, arreadas, matanças. Assim, não nos surpreendem pela novidade os capítulos do livro em que o limite para o exercício do poder era estabelecido pela língua falada: português ou espanhol. Sabemos também dos longos anos em que a Revolução Farroupilha ocupou a Campanha e que, na guerra, tanto insurretos quanto legalistas contrabandeavam com as populações de fala espanhola. E o contrabando era praticado ostensivamente, conforme as conveniências e parcialidades do conflito. Com perspicácia, Guilhermino Cesar acrescenta que o contrabando, de certo modo, favoreceu o prolongamento dos embates, eis que possibilitava a reposição de cavalos e mesmo roupas e armamentos obtidos nas batalhas. Era a “Lei da Fronteira” que se sobrepunha às demais

Se Guilhermino Cesar estivesse vivo, com certeza não o surpreenderia as notícias recentes, publicadas em nossos periódicos do século XXI, cujas manchetes denunciam, com veemência, o contrabando organizado nas fronteiras com Uruguai e Argentina. Os pequenos, que envolvem mercadorias de Free Shops das fronteiras, contrabandeadas para São Paulo. E os maiores, com o ingresso de grão de soja cultivado na Argentina para ser vendido pelo dobro do preço em solo brasileiro. Apesar dos inúmeros Decretos e da severa fiscalização alardeada pelas autoridades brasileiras que,

desde o século XX, afirmam a extinção do contrabando desde *a própria região onde parecia entronizado para sempre* (p.85), ele sobrevive. Criam-se novas rotas, substituem-se os produtos, servem-se da tecnologia, mas a velha prática permanece e mais sofisticada.

Agora, para encerrar minha participação nesse evento do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que homenageia a figura ímpar do escritor, historiador e professor Guilhermino Cesar, recupero as palavras de outro renomado intelectual, o jornalista Carlos Reverbel, que as escreveu quando da publicação de “O contrabando no sul do Brasil”, em 1977:

*O estudo que faltava, em torno do contrabando no Rio Grande do Sul, acaba de ser publicado por Guilhermino Cesar. (...) No trabalho referido no início desta arenga, Guilhermino Cesar fez o estudo sociológico do contrabando, cuja ocorrência, ao longo da formação rio-grandense, apresenta inúmeras fontes e indicações do maior interesse econômico-social, como ainda político, notadamente em certo momento da longa e áspera luta pela malograda implantação da Colônia do Sacramento, fundada em 1680.*

Porto Alegre, outubro de 2023

Léa Masina



# O FUNDAMENTO CONSUETUDINÁRIO DO DIREITO 'INDIANO' (HISPANO-COLONIAL)<sup>1</sup>

## THE CUSTOMARY FOUNDATIONS OF 'INDIAN' (SPANISH COLONIAL) LAW

Víctor Tau Anzoátegui<sup>2</sup>

### RESUMO

O forte impacto que significou a expulsão do costume da ordem jurídica contemporânea, tal como se viu em textos anteriores, afetou profundamente a visão histórica dos estudiosos formados sob a crença de que as leis eram os componentes exclusivos do ordenamento social. Estando sob esta convicção, quem viesse a se aproximar do direito *indiano* [hispano-colonial], somente se interessaria por conhecer a imensa massa legislativa que reluzia em coleções impressas e manuscritas, lendo estes textos como se pertencessem ao positivismo de nosso tempo. Sem reflexão prévia, comparava-se a ordem *indiana* com os modelos sistemáticos atuais e se censurava seu estilo casuísta, exuberante e reiterativo, muitas vezes contraditório e com enormes lacunas normativas. Apesar do costume aparecer com frequência nestes textos, pouco ou nada dizia ao estudioso do assunto, mesmo depois do pioneiro trabalho de Rafael Altamira. O costume ficava fora dessa zona legal profusamente iluminada. Quando se reconhecia sua presença, sempre era em posição inferior à lei, ou em enfrentamento dramático com ela. A relação entre lei e costume merece uma atenção especial, na qual trataremos de mostrar distintas

---

1 Texto original publicado em língua espanhola: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. El trasfondo consuetudinario del derecho indiano. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre*: Estudios sobre el derecho consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2001. p. 41-81. Esta obra também pode ser encontrada (com distinta editoração e faltando algumas notas e trechos, publicada no ano de 2000) no repositório digital da Fundación Ignacio Larramendi, na página web <<https://www.larramendi.es/es/consulta/registro.do?id=1115>>. Tradução de Micael Leão Michaelsen (mestrando em Direito, PPGDir-UFRGS). Revisão de Alfredo de J. Flores (Professor Permanente PPGDir-UFRGS). Os tradutores agradecem a autorização dada pela direção do Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, bem como o apoio desta no contato com os familiares do professor Víctor Tau para autorizar a presente publicação. Foram feitas adaptações no texto para efeitos de adequação às regras de estilo da presente Revista.

2 Víctor Tau Anzoátegui (1933-2022) se formou advogado e obteve seu doutorado em Direito e Ciências Sociais pela *Universidad de Buenos Aires* (UBA). Foi Professor Titular de História do Direito Argentino (UBA), presidente da *Academia Nacional de Historia* da Argentina (1994-1999) e membro da *Academia Nacional de Derecho y Ciencias Sociales* de Buenos Aires. Foi igualmente Investigador Superior do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET) da República Argentina, diretor do *Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho* (INHIDE). Professor visitante das Universidades de Hamburgo, Oviedo e Carlos III de Madri. Recebeu o Prêmio Nacional de História e Antropologia. Fez pesquisas, por mais de quarenta anos, na área da História do Direito, com enfoque na História do Direito Argentino dos séculos XIX e XX, a criação e aplicação do Direito "Indiano", e o direito local e provincial.

operações de um jogo que se revela multiforme e aberto a uma infinidade de possibilidades. Em todo o caso, nossa intenção aponta para a busca do “fundamento consuetudinário do direito *indiano*”. Trata-se de um avanço conceitual a partir dos conteúdos mais “eruditos” de nossos estudos anteriores – que se reeditam neste mesmo volume – sem entrar em contradição essencial com estes.

**Palavras-chave:** Lei; Costume; Direito “indiano” (hispano-colonial).

#### ABSTRACT

*The strong impact made by the expulsion of customs from contemporary legal order, as seen in previous studies, had a deep effect in the historical vision from students forged in the belief that laws were the exclusive components of the social order. Under such a belief, whoever came close to ‘Indian’ [Spanish colonial] law, only would like to know the huge mass of legislation that shined on printed and handwritten digests, reasoning as if those texts belonged to our days’ positivism. Without previous reflection, this ‘Indian’ order has been compared with current systematic models, and its casuist, repetitive and exuberant style, in many moments contradictory and with big normative gaps, has been censored. Although customary law did appear frequently in those texts, it would not say much, if anything, for the student, even after the pioneering work of Rafael Altamira. Customary law has been left outside from the spotlights that were upon written norms. When its presence was recognized, it has always been as inferior to legislation, or in dramatic collision against it. The relation between legislation and customs deserves special attention, in which we will try to show different operations of an actually open and multi-faceted game, of endless possibilities. In any case, our intention aims the pursuit of the ‘customary foundation’ of Indian [Spanish colonial] law. It’s a conceptual breakthrough from the most ‘erudite’ contents of our previous studies – reedited in this volume – without any essential contradiction with them.*

**Keywords:** Legislation; Law; Customary law; “Indian” [Spanish-colonial] law.

## 1 NOSSO PROPÓSITO (INTRODUÇÃO)

O forte impacto que significou a expulsão do costume da ordem jurídica contemporânea, tal como se viu em textos anteriores, afetou profundamente a visão histórica dos estudiosos formados sobre a crença de que as leis eram os componentes exclusivos do ordenamento social. Estando sob esta convicção, quem viesse a se aproximar do direito *indiano* [hispano-colonial], somente se interessaria por conhecer a imensa massa legislativa que reluzia em coleções impressas e manuscritas, lendo estes textos como se pertencessem ao positivismo de nosso tempo. Sem reflexão prévia, comparava-se a ordem *indiana* com os modelos sistemáticos atuais e se censurava seu estilo casuísta, exuberante e reiterativo, muitas vezes contraditório e com enormes lacunas normativas. Apesar do costume aparecer com frequência nestes textos, pouco ou nada dizia ao estudioso do assunto, mesmo depois do pioneiro trabalho de Rafael Altamira. O costume ficava fora dessa

zona legal profusamente iluminada. Quando se reconhecia sua presença, sempre era em posição inferior à lei, ou em enfrentamento dramático com ela. Não se compreendia seu papel multiforme, nem se detectava a trama consuetudinária que estava aninhada nos próprios textos legais. Era uma visão externa, de superfície<sup>3</sup>.

Não é fácil superar este ângulo visual e alcançar uma ideia do Direito *indiano* mais próxima da realidade. Sobretudo se viermos a persistir em examinar o costume como sendo um mecanismo de legislação, que toma por empréstimo a aparência de uma fonte formal do Direito e segue os passos da operação geradora de normas<sup>4</sup>, ou ainda se pretendermos isolar uma norma consuetudinária da mesma maneira que o fazemos com uma norma legal<sup>5</sup>. Às vezes, também se aplicam ao costume esquemas próprios da lei – e os resultados são naturalmente desfavoráveis. Por exemplo, habitualmente não se leva em conta aquilo que, na lei positiva, haveria de incompleto, redutor e estático; em contrapartida, também não se aprecia no costume a encarnação de uma sabedoria que escapa ao legislador<sup>6</sup>. Também se censura o costume por mostrar-se esquivo a submeter-se a uma noção abarcadora e uniforme, o que, por outro lado, se poderia alcançar com a lei contemporânea. A variedade consuetudinária assume infinidade de formas – inclusive dentro de um mesmo ordenamento e de acordo com as matérias jurídicas – o que provocou juízos negativos, imputando-se ao costume carência de solidez, certeza, e até mesmo ilegitimidade<sup>7</sup>. Apesar destes inconvenientes, as análises que contrastam lei e costume – que foram clássicas já na literatura antiga – mantêm sua utilidade sempre que não se insista em um enfoque unilateral, nem se impeça um olhar sobre o costume mais além dessa relação assim delimitada.

Segundo Grossi, o costume “nasce de baixo e é a voz mesma das coisas”, pertencendo ao estrato profundo do Direito, inerente às estrutu-

---

3 Essa descrição pode parecer exagerada se tivermos em conta que os primeiros mestres da História do Direito *indiano*, como Altamira e Levene, já sinalizaram o caminho para a reação contra essa tendência, e que Ots Capdequi, em 1945, ao tratar das características do Direito *indiano*, oferece um panorama equilibrado, reconhecendo a importância do costume. Todavia, quando se vai destes enunciados ao desenvolvimento dos temas variados, as fontes de conhecimento utilizadas são quase todas legais e de caráter geral, com atenção muito escassa aos modos de aplicação locais.

4 HAGGENMACHER, Peter. Coutume. *Archives de Philosophie du Droit*, Paris, t. 35, p. 28, 1990.

5 DIEZ-PICAZO, Luis. *Experiencias jurídicas y teoría del Derecho*. 3ª ed. Barcelona: Ariel, 1993. p. 143.

6 HAGGENMACHER, Peter. Coutume. cit. p. 39.

7 Sobre esta questão, convém ver desde a p. 06 em diante no texto: COMBACAU, Jean. La coutume. Ouverte: de la régularité à la règle. *Droits: Revue française de théorie juridique*, Paris, n. 3, p. 03-10, 1986.

ras mais íntimas da ordem sociopolítica, proporcionando uma cimentação sólida e estável à fragilidade e incerteza da vida cotidiana<sup>8</sup>. Glosadores e comentadores concordavam que o costume “é uma segunda natureza”<sup>9</sup>. A expressão se fez popular e recorreu o mundo. Um conhecido refrão hispânico o atesta<sup>10</sup>. Nesse mesmo sentido, é feliz a expressão de Joaquín Costa, que considera o costume como “uma forma da vida do Direito”<sup>11</sup>, e não somente como uma fonte formal.

Portanto, o costume se mostra exigindo um espaço de análise que não foi alcançado até agora em amplos setores da historiografia jurídica. Para enfrentar a questão, podemos começar com a teoria do “ilegalismo tolerado”, agudamente enunciada por Michel Foucault, segundo a qual durante o Antigo Regime a não-aplicação de determinados preceitos legais formava parte da vida política e econômica. Esse “ilegalismo” tinha sua própria coerência e integrava a ordem que regia os diferentes setores sociais. Consistia tanto em privilégios como em inobservâncias massivas de preceitos que jamais chegavam a ser aplicados. Ademais, comumente se percebia nos estratos populares “um espaço de tolerância” – conquistado pela força ou pela obstinação – e zelosamente defendido<sup>12</sup>. A tese de Foucault tem objetivos alheios a nosso tema e revela debilidades, caso se pretendesse generalizar sua aplicação. Ainda que não precise o conteúdo desse ilegalismo, caracteriza-o como “tolerado e necessário”.

O ordenamento oferecia amplas margens e infinitos interstícios fora do texto escrito da lei – e nesses espaços se inseriam usos, costumes e práticas que tanto ocupavam os vazios legais quanto se entremeavam com as leis no momento de sua aplicação. Assim, o fenômeno consuetudinário cumpria silenciosamente uma função significativa dentro dessa ordem, proporcionando estabilidade e continuidade substancial, enraizada e não-episódica. Esta observação escapa à sensibilidade dos historiadores aderentes ao legalismo; tampouco Foucault chega a sustentá-la expressamente. Por outro lado, tal observação é aprofundada por Fernando de Trazegnies quando sustenta que o século XVIII carece de “uma separação clara entre o legal e o ilegal”, campos que o positivismo se empenhará em separar mediante a cuidadosa elaboração da teoria das fontes formais em uma tarefa “condenada a um fracasso recorrente”. O Direito – agrega – se apresentava

8 GROSSI, Paolo. *El orden jurídico medieval*. Madrid: Marcial Pons, 1996. p. 90, 104-105.

9 *Ibid.* p. 90, 107.

10 GELLA ITURRIAGA, José. *Refranero jurídico español*. Madrid: Trivium, 1987. p. 94.

11 COSTA, Joaquín. *La vida del Derecho: Ensayo sobre el derecho consuetudinario*. Buenos Aires: Heliasta, 1976 [1876]. p. 20. (Coleção *Los Grandes Maestros del Derecho*, v. 3).

12 FOUCAULT, Michel. *Vigilar y castigar: Nacimiento de la prisión*. Buenos Aires: [s. n.], 1989. p. 86 et seq.

imerso no real, mesclado com valores morais e religiosos, com costumes e convicções sociais que muitas vezes desempenhavam papel decisivo<sup>13</sup>.

Este patrimônio consuetudinário próprio das diversas ordens jurídicas anteriores ao século XIX, teve, a nosso juízo, uma maior espessura no Direito *indiano*, devido a suas peculiaridades originárias e evolutivas. Como já assinalado, esse Direito não se apresentava como “um rígido conjunto de leis de aplicação estrita, mas antes como uma reunião de preceitos de origem, natureza e alcance diversos, que eram invocados e aplicados conforme os casos e situações, segundo fosse a matéria, as pessoas, o tempo e as circunstâncias de cada caso”<sup>14</sup>. Trazegnies, por sua vez, percebe-o como “profundamente dinâmico, maleável, sujeito a compressões, expansões e distorções”<sup>15</sup>. Ademais, operava em uma sociedade de tipo estatal na qual existiam diversos poderes jurisdicionais e normativos, centrais e periféricos, com uma certa autonomia de cidades e províncias. Se bem que houvesse um órgão central que produzia normas gerais, estas não abarcavam todo complexo jurídico e estavam limitadas em sua efetiva aplicação por mecanismos institucionalizados de resistência que operavam nos lugares em que estas deveriam ser aplicadas<sup>16</sup>. Em tais condições, o costume ganha espaço como elemento de estabilidade e permanência da ordem local, bem como de equilíbrio no jogo dos poderes.

É tarefa lenta e cheia de obstáculos essa de descobrir esse patrimônio consuetudinário, dinâmico e multiforme. Por ora, só pretendemos levantar a ponta de um imenso véu que o cobre, e ajudar a novas reflexões e leituras a partir dos textos antigos. Para estes fins, é conveniente partir do Direito medieval europeu e castelhano, e observar sua projeção no Novo Mundo. Ali se encontram as raízes de um fenômeno que brota com fertilidade na variedade e diversidade das imensas terras americanas. A relação entre lei e costume merece uma atenção especial, na qual trataremos de mostrar distintas operações de um jogo que se revela multiforme e aberto a uma infinidade de possibilidades. Em todo o caso, nossa intenção aponta para a busca do “fundamento [*trasfondo*] consuetudinário do direito *indiano*”. Trata-se de um avanço conceitual a partir dos conteúdos mais “erudi-

13 TRAZEGNIES, Fernando de. *Ciriaco de Urtecho: Litigante por amor. Reflexiones sobre la polivalencia táctica del razonamiento jurídico*. 3ª ed. Lima: [s. n.], 1995. p. 197.

14 TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. Ordenes normativos y prácticas socio-jurídicas: la justicia. In: ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA. *Nueva Historia de la Nación Argentina*. t. 2. Buenos Aires: [s. n.], 1999. p. 286.

15 TRAZEGNIES, Fernando de. *Ciriaco de Urtecho*. cit. p. 198.

16 Coincide com a proposta de Bobbio (BOBBIO, Norberto. *Consuetudine: Teoria generale*. In: ENCICLOPEDIA del Diritto. v. 4. Milano: Giuffrè, 1961. p. 441).

tos” de nossos estudos anteriores – que se reeditam neste mesmo volume<sup>17(a)</sup> – sem entrar em contradição essencial com estes.

## 2 TRAÇOS CONSUETUDINÁRIOS NO DIREITO MEDIEVAL

As marcas que precederam o fenômeno consuetudinário americano são bem notórias. A Idade Média aparece – na observação de Paolo Grossi – como um vasto cenário em que a ordem consuetudinária se impõe com a vigência de normas particulares e flexíveis, aderentes ao corpo social, com menoscabo das bondades formais da generalidade, da abstração e da fixidez, próprias da lei moderna. Ainda que se enquadre a “oficina da práxis” nos séculos V a XI, a dimensão consuetudinária continua nos séculos da Baixa Idade Média, quando a ciência assume uma função central e ordenadora. Assim descreve: “costumes variadíssimos, com um conteúdo mais que diversificado, e procedentes dos produtores os mais diferentes, que poderiam ser uma grande comunidade cidadina ou uma minúscula comunidade agrária, que poderiam concretar-se tanto no uso universal do estamento mercantil, como no uso restrito em um espaço determinado, que poderiam estar imersos em redações escritas, ou que esperavam o instrumento de um pronunciamento judicial para aflorarem”. Em suma: “um patrimônio consuetudinário que continuava conformando, também em um panorama mais aberto e variado, uma decisiva e sentida fatualidade do Direito; um patrimônio consuetudinário que deve, portanto, ser contemplado como um grande sinal de continuidade”<sup>18</sup>.

O costume ocupa lugar central na ordem medieval, tanto na ordem mais primitiva, da época primeira, quanto na mais sábia, da última. Antes que pensado e articulado, é invocado instintivamente. Ligado às coisas, o Direito não existe como abstração, como fenômeno isolado dos homens<sup>19</sup>. Quando, com o refinamento dos estudos jurídicos, é elaborada a reflexão teórica, foi-se construindo lentamente uma doutrina explícita que, apesar de reconhecer plenamente o costume como modo de estabelecer o Direito, foi delimitando-o em um conjunto de condições, que, de fato, entorpeceu seu crescimento e provocou sua atrofia<sup>20</sup>.

17 <sup>(a)</sup> *Nota de tradução*: o autor aqui se refere ao conjunto da obra em que o presente texto em sua versão original foi publicado – TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre*: Estudios sobre el derecho consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2001.

18 GROSSI, Paolo. *El orden jurídico medieval*. Madrid: Marcial Pons, 1996. p. 78, 81, 186.

19 GURIÉVICH, Arón. *Las categorías de la cultura medieval*. Madrid: Taurus Ediciones, 1990. p. 202.

20 HAGGENMACHER, Peter. Coutume. *Archives de Philosophie du Droit*, Paris, t. 35, p. 36, 1990.

Os glosadores, repartidos entre legistas e canonistas, aportaram seus próprios textos e opiniões nem sempre coincidentes, mas chegaram a construir “a teoria romano-canônica do costume”, que é transmitida por séculos aos juristas. O Direito consuetudinário não aparece ali como um ordenamento inferior, mas antes igual em hierarquia àquele proveniente da lei. Esta comparação com a lei se fez desde então constante nas mais diversas teses e posturas. Os antigos textos romanos e canônicos permitem que leituras divergentes sejam feitas, indo desde um tratamento favorável até um restritivo. Legistas e canonistas – tanto os glosadores como depois os comentadores – se inclinaram a desenvolver em suas glosas e comentários algumas doutrinas apenas parcamente insinuadas naqueles textos. Estabeleceram-se assim os requisitos que um costume deveria cumprir para ser reconhecido: duração, frequência, uniformidade, constância etc. Justificou-se tanto sua validade como a autoridade mediante a figura da vontade tácita do povo, que depois se transformou – de forma sub-reptícia, com o nascimento do Absolutismo – no consentimento tácito do soberano<sup>21</sup>.

Foi no âmbito canônico onde o costume alcançou maior força. A Igreja, diz Grossi, “apropriou-se do costume, absorveu-o e, inclusive, modelou-o”<sup>22</sup>. Baseando-se nas Decretais, a doutrina adotou uma direção favorável ao desenvolvimento do costume, reconhecendo-se um vasto campo de atuação para ele. Foi na decretal *Quum tanto* de Gregório IX que se admitiu que o costume tivesse força de ab-rogar a lei, sempre que viesse a cumprir com os requisitos de racionalidade e legítima prescrição. Esta doutrina promovida pelos canonistas permitiu um equilíbrio quase perfeito na relação entre lei e costume na hierarquia das fontes. Em normas de mesmo grau se aplicava o critério cronológico: a posterior derogava a anterior. O costume revogador teve, com isso, um grande desenvolvimento, tal que, no começo do século XVII, foi expresso na obra fundamental do jesuíta espanhol Francisco Suárez, *De legibus*<sup>23</sup>.

Uma visão sociocultural e decididamente progressista é a que oferece Guriévich, ao sustentar que os costumes, e não as leis, por conservarem

---

21 BOBBIO, Norberto. *Consuetudine: Teoria generale*. In: ENCICLOPEDIA del Diritto. v. 4. Milano: Giuffrè, 1961. p. 429-430; HAGGENMACHER, Peter. *Coutume*. *Archives de Philosophie du Droit*, Paris, t. 35, p. 36-37, 1990; GROSSI, Paolo. *El orden jurídico medieval*. Madrid: Marcial Pons, 1996. p. 187-192.

22 GROSSI, *El orden jurídico medieval*. cit. p. 121.

23 BOBBIO, Norberto. *op. cit.* p. 439-440. Ademais, J. Gaudemet destaca também o significado da obra do Padre Suárez que marca uma etapa essencial da história do costume (GAUDEMÉT, Jean. *La coutume en droit canonique*. In : LA COUTUME. Recueils de la Société Jean Bodin pour l'histoire comparative des institutions. T. LII. Bruxelles : De Boeck-Wesmael, 1989-1990. p. 57).

“o cordão umbilical” com a sociedade, é que iam mudando gradualmente e se amoldavam às novas exigências. Com palavras adequadas, especifica esta ideia: “É evidente que o costume não se conservava na memória dos homens de forma invariável; mas antes eles próprios é que o forjavam, ainda que não fossem conscientes disso, de onde seguiam estando convencidos da sua ‘profunda antiguidade’. Neste caso, não se dava o ‘isolamento’ do Direito consuetudinário em relação à sociedade, e este conservava seu elemento criativo... Cada vez que se tinha que recorrer ao costume, interpretavam-no guiando-se inconscientemente não somente pelo que realmente conservavam na memória, mas também por aquilo que exigiam as necessidades vitais do momento e os interesses das partes”. Isto conduz o autor a considerar que “o Direito consuetudinário era o mais importante e o mais prático na vida corrente<sup>24</sup>”.

Dentro deste amplo horizonte espacial convém nos determos no Reino de Castela, ponto de partida do transplante da cultura jurídica para as Índias. Daquele recordado ensaio de Altamira, de 1903, ficaram ainda afirmações e interrogantes que não receberam até agora a necessária comprovação, nem as respostas esperadas. Apontava-se ali que o costume havia tido – e ainda mantinha – enorme importância nos diferentes âmbitos da vida local, e que havia mantido sua força nos séculos da Idade Moderna, apesar do robustecimento da autoridade real e das pretensões de unificação legal. Fortes e variados costumes locais – especialmente na ordem civil – subsistiam de modo mais notório ainda na vida dos pequenos vilarejos apartados dos grandes centros urbanos<sup>25</sup>. Se nos aproximarmos dos textos legislativos e da literatura teológica, jurídica e política – sobretudo dos séculos XVI e XVII – perceberemos uma valorização generalizada para com o costume enquanto elemento essencial da ordem jurídica, que excede largamente o enquadramento como fonte formal e inunda outros setores do ordenamento<sup>26</sup>.

24 GURIÉVICH, Arón. *Las categorías de la cultura medieval*. Madrid: Taurus Ediciones, 1990. p. 211-212.

25 ALTAMIRA, Rafael. La costumbre en la historia del Derecho español. In: ALTAMIRA, Rafael. *Historia del Derecho español*. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1903. p. 96-99.

26 TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. La costumbre como fuente del derecho indiano en los siglos XVI y XVII. Estudio a través de los Cabildos del Río de la Plata, Cuyo y Tucumán. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre: Estudios sobre el Derecho Consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2001. p. 163-169, 177-181 [1ª Parte, I e III]. Ver uma síntese no capítulo: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. La costumbre jurídica en la América española (siglos XVI-XVIII). In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre*, cit. p. 92-101 [seção II – *Desarrollo histórico*].

Entre as novas propostas que abrem perspectivas de futuros trabalhos, cabe destacar as exposições e os debates do Simpósio Internacional de Barcelona, de 1994, centrado na relação dialética entre a lei e o costume<sup>27</sup>. A preocupação sobre o conceito de lei e o exercício da potestade legislativa em Castela na baixa Idade Média – as contribuições de González Alonso<sup>28</sup> e de Vallejo<sup>29</sup> merecem menção especial – permitem observar, no reverso da trama, o vasto e variado papel do costume, dada a dificuldade da lei em se impor como instrumento idôneo para responder às inumeráveis questões que surgiam na vida cotidiana das cidades e vilarejos de Castela. Neste sentido, é mais restrito o aporte de Francisco L. Pacheco, que expõe um conjunto de situações em que lei e costume se enfrentaram com resultados diversos, visando-se demonstrar a existência de uma luta na qual “o valor que se reconhece ao costume se determina por sua constante confrontação com a lei”<sup>30</sup>. Dentro de um campo muito mais delimitado, é bastante sugestivo o trabalho monográfico de Enrique Gacto sobre o lugar e o papel que teve o costume no funcionamento do Tribunal da Inquisição. Oferece Gacto um amplíssimo leque de situações e casos, em que se podem apreciar as distintas formas assumidas pelo elemento consuetudinário, fundido muitas vezes com outras normas e convergindo em um “costume judicial” ou “estilo e uso” do Tribunal, recolhido frequentemente em uma literatura de acesso restrito. Sua significação é considerável, se observarmos o caráter reduzido do *corpus* de normas escritas no que se refere às matérias penal e processual. Sua força é ainda mais decisiva nas questões de cerimonial<sup>31</sup>.

Em síntese, ainda quando, por vezes, se perceba a forte pressão do poder real para impor a lei ou conter a difusão do costume, o componente consuetudinário seguiu alojado em distintos setores do ordenamento. Ainda que faltem investigações mais integrais e decisivas a esse respeito, a comprovação disso está bem evidenciada. Isso porque tanto na época em que se

---

27 IGLESIA FERREIROS, Aquilino. (ed.). *El dret comú i Catalunya*. Barcelona: Fundació Noguera, 1995.

28 GONZÁLEZ ALONSO, Benjamín. De Briviesca a Olmedo (algunas reflexiones sobre el ejercicio de la potestad legislativa en la Castilla bajomedieval). In: IGLESIA FERREIROS, Aquilino (ed.). *El dret comú i Catalunya*. Barcelona: Fundació Noguera, 1995. p. 43 et seq.

29 VALLEJO, Jesús. *Ruda equidad, ley consumada*: Concepción de la potestad normativa (1250-1350). Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1992. Veja-se o debate com participação de González Alonso e Vallejo [IGLESIA FERREIROS, Aquilino (ed.). *El dret comú i Catalunya*. cit. p. 148-150].

30 PACHECO, Francisco L. Ley, costumbre y uso en la experiencia jurídica peninsular bajomedieval y moderna. In: IGLESIA FERREIROS. *El dret comú i Catalunya*. Barcelona: Fundació Noguera, 1995. p. 75-76.

31 GACTO, Enrique. La costumbre en el Derecho de la Inquisición. In: IGLESIA FERREIROS. *El dret comú i Catalunya*. cit. p. 215 et seq.

produziu o transplante da cultura do Direito comum à América, como no período posterior de sua consolidação, o costume manteve uma presença jurídica notória em Castela, que não estava reduzida aos limites estreitos de uma fonte formal, encurralada pela lei. Texto central deste transplante cultural é o das *Partidas*. Rodeadas de autoridade e saber, estas alcançaram no Novo Mundo – é o que se tem sustentado – uma vigência ainda maior que aquela reconhecida em Castela<sup>32</sup>. Desde 1555, a glosa<sup>33(b)</sup> de Gregorio López reforçava o texto secular. Quanto ao costume, era preciso e sólido, dando-lhe lugar proeminente e favorecendo seu desenvolvimento, ainda que, de certo modo – a partir de uma perspectiva alto-medieval – delimitava-o sob definições e requisitos. Era, por excelência, a encarnação castelhana-*indiana* do costume; e muitas gerações de americanos se fundamentariam neste texto, ao menos até o século XIX<sup>3435(c)</sup>.

### 3 A REALIDADE INDIANA E A ORDEM LOCAL

#### 3.1 Variedade, casuísmo e flexibilidade

Ainda que o marco histórico no qual se insere o costume *indiano* fosse apresentado em trabalhos anteriores agora reeditados<sup>36</sup>, parece-me ne-

32 BRAVO LIRA, Bernardino. Vigencia de las Siete Partidas en Chile. In: BRAVO LIRA, Bernardino. *Derecho común y Derecho propio en el Nuevo Mundo*. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 1989. p. 89 et seq.

33 <sup>(b)</sup> *Nota de tradução*: é possível visualizar esse tema no Título II [Del Uso, e dela costumbre, e del fuero], da Primeira Partida: ALFONSO X. *Las Siete Partidas del Sabio Rey don Alonso el Nono nueuamente glosadas por el licenciado Gregorio Lopez...; con su Reportorio muy copioso, assi del Testo como de la Glosa*. Salamanca: Andrea de Portonaris, 1555. [p. 16?].

34 BRAVO LIRA, Bernardino. Vigencia de las Siete Partidas en Chile. In: BRAVO LIRA, Bernardino. *Derecho común y Derecho propio en el Nuevo Mundo*. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 1989. p. 104-106; ver, de modo especial, as páginas 42 e 48 do texto: GIBERT SÁNCHEZ DE LA VEGA, Rafael. Costumbre a partir de las Partidas. *Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad Complutense*, Madrid, n. 9, Madrid, p. 35-68, 1985. Há estudo das distintas versões das *Partidas* sobre o tema: CUCCHI, Silvina; MORIN, Alejandro. El tratamiento de la costumbre en la Primera Partida de Alfonso el Sabio. *Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna*, Buenos Aires, v. 30, p. 107-121, 1997.

35 <sup>(c)</sup> *Nota de tradução*: o texto acima, dos autores citados, Silvina Cucchi e Alejandro Morin, está disponível em: < <http://repositorio.filo.uba.ar/handle/filodigital/16734> >. Acesso em: 11 dez. 2023

36 Faça aqui referência a meus estudos: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. La costumbre como fuente del derecho indiano en los siglos XVI y XVII. Estudio a través de los Cabildos del Río de la Plata, Cuyo y Tucumán. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre: Estudios sobre el Derecho Consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2001. p. 170-181 [1ª Parte, II e III]; TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. La costumbre jurídica en la América española (siglos XVI-XVIII). In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre*. cit. p. 92-115 [seções II, III e IV].

cessário especificar alguns aspectos e ideias complementares que não aparecem expostos naquelas páginas e que me parecem úteis para uma melhor compreensão dessa nossa matéria.

Seria característica marcante do costume nas Índias a sua franca expansão com relação aos precedentes europeu e castelhano, dada a vastidão e peculiaridade da “Terra nova” e a tendência natural do costume de ocupar os espaços normativos vazios de toda organização social, ainda mais quando esta for incipiente. Não estamos em condições de realizar uma análise comparativa com Castela, por falta de estudos fundamentais tanto sobre o reino peninsular como sobre um número considerável de províncias *indianas*, mas ainda assim Margadant avança com firmeza ao sustentar o maior desenvolvimento consuetudinário no Novo Mundo, dizendo que a “realidade *indiana* se converteu no paraíso dos costumes”<sup>3738(d)</sup>.

Vários fatores pesam em favor desta ideia. A noção de variedade aparece como componente da realidade e suporte da concepção jurídica. Sua valorização surge no Renascimento, mas se aprofunda na época do Barroco. Como disse Maravall, “a consciência da variedade, como um dado positivo enriquecedor da experiência e condicionante dos comportamentos humanos, informa a concepção barroca da política e da sociedade<sup>39</sup>. Variados eram os caracteres, ânimos e gostos dos homens. Os povos e raças ofereciam infinita variedade. O Novo Mundo era imenso e variado, nos lugares, nas terras e nas províncias; nas gentes e nas línguas; nos ânimos, nas opiniões e nas relações. É Juan de Solórzano quem capitaliza estas características, considerando-as como sustentáculos da vida social e da concepção jurídica. Esta mesma noção o leva a admitir que as regiões, províncias e cidades tinham seus próprios costumes, e que era preciso mantê-los.<sup>40</sup> A variedade era critério orientador para o legislador e para o jurista, manifestando-se reiteradamente ainda na etapa final da dominação espanhola, quando os ares uniformizantes pressionavam com enorme força. Até mesmo um refrão hispano dava vigência social para esta noção: “Todo mundo é uno, mas

---

37 MARGADANT, Guillermo Floris. La consuetudo contra legem en el Derecho indiano a la luz del Ius commune. (Análisis del pensamiento de Francisco Carrasco y Saz, jurista indiano sobre este tema), *Anuario Mexicano de Historia del Derecho*, v. 2, p. 178, 1990.

38 <sup>(d)</sup> *Nota de tradução*: texto disponível em: < <https://revistas-colaboracion.juridicas.unam.mx/index.php/anuario-mexicano-historia-der/article/view/29431/26554> >. Acesso em: 11 dez. 2023.

39 MARAVALL, José Antonio. *La cultura del Barroco*. Barcelona: Planeta Pub Corp, 1980. p. 379.

40 TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. La variedad indiana, una clave de la concepción jurídica de Juan de Solórzano. In: CONGRESO DE ACADEMIAS IBEROAMERICANAS DE LA HISTORIA, 2., 1992. Madrid: Real Academia de la Historia, 1993. p. 475-488.

em cada parte há seu uso”<sup>4142(e)</sup>.

Outra noção convergente com a anterior é a de casuísmo. O Direito não consistia em regras gerais com a pretensão de alcançar uma uniformidade abarcadora de todos reinos e províncias. O caso, o lugar e o tempo moderavam essa pretensão fortemente. Os juristas não deixavam de apontar o perigo de se atentar somente às regras gerais. Era preciso ajustar-se constantemente às novas situações e casos particulares, num processo dinâmico de renovada criação. Tratava-se de uma crença social arraigada e nas Índias esse casuísmo é perceptível como mais intenso e diversificado<sup>43</sup>.

Um Direito em constante ajuste exigia uma dose alta de flexibilidade e, neste sentido, como diz Grossi, “o costume jamais abdica diante desse requisito, já que aparece geralmente como uma sedimentação aluvial em movimento e em permanente modificação, permanentemente incerta, vez que destinada a variar de lugar em lugar, de tempo em tempo<sup>44</sup>”. Margadant mostra um exemplo adequado de flexibilidade no Direito novo-hispano com a regulação do uso das águas. A matéria era regida por “um conjunto flexível, realista e multifacetado de normas e costumes, além de princípios dogmáticos e usos administrativos”, aplicados equitativamente nas decisões, tendo-se em conta a necessidade proposta, e modificados à luz de novas circunstâncias<sup>4546(f)</sup>. Não havia nem um rigor legalista, nem uma fossilização do costume.

As condições de aplicação do Direito não eram iguais para toda a Monarquia. Havia áreas centrais e periféricas, com distinta hierarquia política, composição social e atividade econômica, nas quais eram também variáveis a presença e o influxo dos juristas e de sua cultura letrada. Para Margadant, nas regiões periféricas do México até bem começado o século XIX, o Direito esteve baseado nos costumes locais, ainda que o Direito escrito fosse considerado – quando chegavam a conhecê-lo – como um guia importante que convinha seguir, a menos que existissem fortes razões em

41 GELLA ITURRIAGA, José. *Refranero jurídico español*. Madrid: Trivium, 1987. p. 95.

42 <sup>(e)</sup> Nota de tradução: no original – “Todo el mundo es uno, pero en cada parte hay su uso”.

43 TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *Casuismo y sistema: Indagación histórica sobre el espíritu del Derecho indiano*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1992. p. 40-138.

44 GROSSI, Paolo. *El orden jurídico medieval*. Madrid: Marcial Pons, 1996. p. 78.

45 MARGADANT, Guillermo Floris. El agua a la luz del Derecho novohispano. Triunfo de realismo y flexibilidad. *Anuario Mexicano de Historia del Derecho*, v. 1, p. 139-145, 1989.

46 <sup>(f)</sup> Nota de tradução: texto disponível em: < <https://revistas-colaboracion.juridicas.unam.mx/index.php/anuario-mexicano-historia-der/article/view/29399/26522> >. Acesso em: 11 dez. 2023.

contrário<sup>4748(g)</sup>.

A ordem legal escrita se adaptava às diferentes regiões da Monarquia, em contínuos e variados exercícios de flexibilidade, chegando-se a construir, em cada uma delas, expressões peculiares de governo e justiça. Neste aspecto, parece que o costume cumpria um papel vital, seja como norma única, seja acompanhando a lei nas distintas modalidades que serão examinadas mais adiante. Além disso, pode-se observar um jogo convergente entre lei, doutrina, costume e equidade que Charles Cutter colocou em evidência mediante exemplos e reflexões que eram adequados no norte da Nova Espanha<sup>49</sup>. Este é um rico filão para futuros trabalhos de investigação que busquem apreciar a modalidade e a diversidade destes exercícios de flexibilidade em que o costume está incluído.

### 3.2 A ordem local como laboratório consuetudinário

Os costumes se formam e se consolidam melhormente em âmbitos estritos. Ainda que às vezes sejam invocados alguns costumes gerais ou universais, seu molde adequado é a ordem local, mais precisamente dentro de uma cultura urbana. Assim se entendia que cada cidade, província ou diocese deveria ser regida por leis e costumes particulares, ajustados a suas necessidades e peculiaridades.

A visão que Paolo Grossi oferece em relação ao particularismo jurídico medieval nos ajuda no enfoque da questão. Dado que o patrimônio de índole consuetudinária nasce de baixo, é voz intacta do real e conserva uma qualidade autenticamente ordenadora: o Direito “não pode deixar de ter uma dimensão consuetudinária, pois o costume é, por sua própria natureza, a normativa da coisa, isto é, é derivado da coisa”. A extremada fragmentação especial do Direito encontra sua justificação nesta “descontrolada frondosidade consuetudinária”, que expressa sua normativa particular e vai criando uma ordem própria da região, do lugar, da terra, do fundo<sup>50</sup>. Já na Baixa Idade Média, a cidade se converte em “um extraordinário laboratório consuetudinário, atívisimo, eficientíssimo”. O costume urbano é

47 MARGADANT, Guillermo Floris. La consuetudo contra legem en el Derecho indiano a la luz del Ius commune. (Análisis del pensamiento de Francisco Carrasco y Saz, jurista indiano sobre este tema). *Anuario Mexicano de Historia del Derecho*, v. 2, p. 175, 178, 1990.

48 <sup>(g)</sup> Nota de tradução: texto disponível em : < <https://revistas-colaboracion.juridicas.unam.mx/index.php/anuario-mexicano-historia-der/article/view/29431/26554> >. Acesso em: 11 dez. 2023.

49 CUTTER, Charles R. *The Legal Culture of Northern New Spain, 1700-1810*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1995. p. 31 et seq.

50 GROSSI, Paolo. *El orden jurídico medieval*. Madrid: Marcial Pons, 1996. p. 109-110.

mais que um instrumento para regular as relações jurídicas: é também um instrumento político que demarca a relativa autonomia dentro da estrutura imperial e as tentativas de consolidar o patrimônio consuetudinário em redações escritas, que constituirão a densa trama do *ius proprium*. Vai-se concedendo cada vez mais espaço ao costume na obra dos glosadores tardios<sup>51</sup>.

Na mesma direção encontramos Arón Guriévich, que segue a marca desta questão a partir de uma visão sociocultural. O autor observa que o costume dominava toda a vida local, chegando a ser distinto, até mesmo, em povoações vizinhas; e ia mudando gradualmente – mantendo às vezes o aspecto de invariabilidade – enquanto se adequava às novas exigências ou necessidades. Face a essa plasticidade do costume, situa-se a imutabilidade da lei, que conduzia a um certo isolamento dos que a criaram, convertendo-se em monopólio exclusivo dos poderes, e não da sociedade<sup>52</sup>.

Estas noções não podem ser trasladadas inteiramente a um tempo e lugar distintos, como é o Novo Mundo a partir do século XVI, mas oferecem uma interessante possibilidade de aproximação metodológica a uma situação que é sempre difícil de captar. A cidade como “laboratório consuetudinário” não encontra, porventura, semelhanças nas urbes americanas da Idade Moderna? Não seriam, aqueles glosadores, os que transmitem normas e critérios? Certas manifestações de fragmentação consuetudinária não são parecidas?

Nas Índias, o costume mostra também seu enraizamento local. Era-lhe aplicável o dito de Cervantes: “em cada terra, seu costume; cumpramos o próprio desta”<sup>5354(h)</sup>. Em nossos estudos anteriores, destacamos estas características com diversos testemunhos e exemplos<sup>55</sup> – não cabendo

51 *Ibid.*, p. 185, 186, 192.

52 GURIÉVICH, Arón. *Las categorías de la cultura medieval*. Madrid: Taurus Ediciones, 1990. p. 210-212.

53 CERVANTES, Miguel de. Rinconete y Cortadillo. In: CERVANTES, Miguel de. *Novelas ejemplares*. [S. l.]: Thomas Nelson, [201?]. p. 123.

54 <sup>(h)</sup> Nota de tradução: no original – “en cada tierra su uso, guardemos nosotros el de ésta”.

55 Faço referências aos seguintes textos: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. La costumbre como fuente del derecho indiano en los siglos XVI y XVII. Estudio a través de los Cabildos del Río de la Plata, Cuyo y Tucumán. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre: Estudios sobre el Derecho Consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2001. p. 182-187 [2ª Parte, I]; TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. La costumbre en el siglo XVIII: doctrina jurídica y praxis rioplatense a través de los cabildos. In: TAU ANZOÁTEGUI, V. *El poder de la costumbre*. cit. p. 261-265 [2ª Parte, I]; TAU ANZOÁTEGUI, V. Elementos consuetudinarios en la *Política indiana* de Solórzano. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre*. cit. p. 328-330 [seção VI, 1]; TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. La costumbre jurídica en la América española (siglos XVI-XVIII). In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *op. cit.* p. 130-134, 148-153 [seções V, 7; VIII, *in fine*].

aqui reiteração disso, como tampouco extensão com novas comprovações. Nesse momento, gostaria de mostrar como esse elemento consuetudinário se apresenta nas situações conflitivas locais, quando as partes envolvidas acudiam à Coroa em defesa dos interesses controvertidos. Nessas ocasiões, percebe-se com frequência que a Coroa encontra no costume um instrumento idôneo para manter ou reestabelecer a paz social, e para buscar a harmonia na relação entre as partes conflitantes, sejam essas particulares, corporações, autoridades ou órgãos de governo. O recurso ao costume se faz mediante o entendimento que este é um bem apreciado pela comunidade e privativo desta mesma comunidade, sendo inclusive alheio ao conhecimento da Coroa. E o comum seria que, nessas situações, as respostas do rei fossem favoráveis a que se mantivesse o costume observado até aquele momento, em uma clara referência a uma ordem conhecida e apreciada pela comunidade local.

Quando o próprio costume é matéria de discussão, é comum que a Coroa requeira mais informações; todavia, insta a que se guarde o costume existente como sinal da confiança que o rei tinha neste como instrumento de manutenção da ordem nas terras distantes. Esta referência ao costume, que por vezes pode parecer uma fórmula de rotina nos documentos reais, retira todo seu valor sociojurídico da percepção da Coroa de que a harmonia social poderia resultar alterada, vindo a cuidar, portanto, das formas de mantê-la. Entre outros exemplos, assim foi o ocorrido em 1639, diante de uma pretensão da igreja metropolitana de La Plata em cobrar os dízi-mos das moagens, bem como dos legumes e de outras sementes. A Coroa percebe que é um assunto delicado, e nesta matéria o costume tinha papel decisivo. Por este motivo, manda ao vice-rei do Peru que envie relação sobre qual costume se observa no pagamento de ditos frutos da terra, e pergunta que inconvenientes resultariam se fosse disposto que a *Audiencia* viesse a conhecer e determinar as causas e demandas<sup>5657(i)</sup>. A cautela é enorme: busca-se saber qual era a norma consuetudinária e conhecer seguramente as possibilidades de a *Audiencia* poder dar uma solução harmônica e aceitável para a comunidade e as autoridades eclesiásticas.

### 3.3 Um mosaico consuetudinário

Outro caso nos ajuda a fixar tais conceitos, caso muito representativo, em nossa opinião, do modo de pensar o fenômeno consuetudinário

---

56 Real Cédula de 3 de noviembre de 1639 (C. Ch., IV, 4500 e 4501).

57 <sup>(i)</sup> Nota de tradução: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, *Libros registros cedularios de Charcas (1563-1717)*. Catálogo, 5 v. Buenos Aires, 1992-1999.

debatido nas altas esferas do poder central. Trata-se da proposta feita, em 1777, pelo *oidor* José Antonio de Urizar, da *Audiencia* de Santo Domingo, encarregado do juizado do tributo da *media anata*. Em tempos de urgências fiscais, quando os requerimentos se dirigiam a todos os rincões da Monarquia, Urizar propôs que o uso do título “*Don*” fosse submetido a um regime que proporcionasse ingressos para a Coroa, através do pagamento da *media anata*. Tal tratamento ficava proibido a quem não o adquirisse por esta via, ressalvados os casos dos que ocupavam ofícios hierárquicos nos principais *cabildos* eclesiásticos e seculares, e os sacerdotes que eram párocos [*curas párrocos*]. As *Audiencias* deveriam providenciar uma matrícula de todos os sujeitos que poderiam usar tal título, segundo os requisitos e trâmites estabelecidos na proposta.

O secretário José de Gálvez remeteu o assunto à *Cámara de Indias*, onde se iniciavam as diligências habituais dos expedientes, com pareceres da *Contaduría General* e do *fiscal*, isso antes da deliberação e consulta da Câmara. A Contadoria se absteve de opinar, porque, ainda que admitisse que a proposta poderia significar “um substantivo ingresso” para o fisco [a *Real Hacienda*], a delicada natureza do assunto “exigia a mais séria atenção”, não se dando por idônea para emitir juízo nos entremeios do tema. Em contrapartida, o parecer do *fiscal* é peça determinante do resultado do trâmite. Sustentou que “o *costume* é o que deve servir de regra para sua decisão”, e que neste “há notável variedade, não somente de reino a reino, mas também entre províncias sob o mesmo domínio, e notadamente na Espanha”. Este mosaico consuetudinário – que se impunha como regra – merecia tal apreço do *fiscal* que considerava que “alterar este *uso* pode trazer consequências tão perniciosas que não seja de proveito algum a utilidade” buscada com o pretense recurso fazendário. Ao examinar a situação nos distintos reinos da Monarquia, advertia que em Castela e nas Índias “pratica-se titular-se ‘*Don*’ com muita frequência” – coincidindo com Urizar nesta constatação – de modo tal que “estando já tão estabelecido aqui o *uso* ou método, bem como nas Índias, poder-se-ia causar um grande transtorno e prejuízo alterar-se esta *prática*, não existindo, como não existe, lei que o proíba”. Em outras palavras, uma lei proibitiva ou reguladora sobre a matéria seria muito pouco conveniente e o melhor seria manter o mosaico consuetudinário existente. Não é nada frequente encontrar estas ideias nas penas dos fiscais setecentistas do Conselho, que comumente aparecem muito cingidos aos padrões legais. Está claro que, nesta ocasião, a ausência de lei proibitiva o liberava de tal sujeição.

A Câmara, em julho de 1779, adotou esta ideia do *fiscal*, de tal modo que resolveu incluir a parte pertinente do texto no próprio parecer ao rei, porque – diz – ali são expressos “com razões e autoridades convincentes”

(com duas citações da obra “*Política indiana*” de Solórzano) os inconvenientes que a proposta do *oidor* Urizar oferece. Admitir tal proposta, para a Câmara, “seria perturbar a boa ordem que deve haver entre os particulares, causando dissensões e conflitos prejudiciais ao Estado, cuja principal máxima é conservar entre seus indivíduos a boa harmonia que é a origem da tranquilidade pública”. Aconselhou, portanto, o rechaço da proposta, e o rei, convergente, assentiu “como parece”<sup>58</sup>.

O costume, o uso ou a prática – os três vocábulos são utilizados na trama consuetudinária do discurso – desempenham um papel central e decisivo, neste caso em ausência de lei, embora se rechaçasse toda pretensão de estabelecimento de regras proibitivas ou reguladoras, deixando-se que o costume seguisse ocupando seu espaço num contexto social caracterizado pela diversidade, em que seria impossível e inconveniente uma uniformização. Esta solução se manifesta nas instâncias mais elevadas do poder central com o consenso de seus principais agentes, e isto precisamente numa época em que o discurso político teórico se radicalizava tanto em enaltecer uma absoluta potestade normativa do rei quanto em buscar a uniformidade legislativa. De outra parte, nesse documento brilha uma solução na qual seus autores depositam toda sua confiança não numa hipotética regulação legal, mas na manutenção de um regime de regras consuetudinárias de “notável variedade”, segundo os reinos e províncias. Era isto mesmo que assegurava a paz e harmonia de uma Monarquia tão vasta e complexa como a espanhola. O caso apontado, para além de suas próprias circunstâncias, permite que se vislumbre toda uma mentalidade enraizada que servia para dar subsídios de argumentação consuetudinária às respostas emitidas da própria cúspide do poder. Não obstante, isto não significa que tal fosse a única alternativa existente, pois – insistimos – o Direito se apresentava imerso na realidade, e esta, com sua variedade infinita, conduzia a uma constante acomodação das soluções jurídicas.

### 3.4 Costumes populares

Podem-se distinguir vários estratos dentro do costume local. Serão sempre de difícil apreensão. Quando este se desenvolve em certos níveis altos ou médios de uma cidade, seus rastros comumente são encontráveis em diversas peças documentais. Dá-se uma constância da escrita mais ou menos direta, inclusive com a intervenção de letrados. Em grau menor isto

---

58 KONETZKE, Richard. *Colección de documentos para la historia de la formación social de Hispanoamérica, 1493-1810*. v. 3. Madrid: C.S.I.C., 1953-1962 [1975]. p. 454-459 [III, 1º]. Agradeço a indicação do dado feita pelo Dr. Eduardo Martíre.

também é visível no mundo rural, onde uma intensa regulamentação se exterioriza, a qual, além de normas gerais, compõe-se de uma nutrida quantidade de preceitos particulares, recolhidos sobretudo em *bandos*<sup>59(i)</sup>. Assim, com referência ao Rio da Prata, Carlos Storni destacou os conflitos e demarcações de terras destinadas à agricultura e à pecuária em um embate secular entre *chacareros* e *estancieros*<sup>60</sup>. Cabe que se pergunte em que medida esta regulamentação legal esconde uma trama consuetudinária, sendo notório que é exatamente isso que ocorre nas variadas atividades da agropecuária<sup>61</sup>.

É muito mais difícil recuperar aquelas formas consuetudinárias que escapam a esta esfera mais definida da vida jurídica. Tais são os denominados costumes populares, que talvez se reflitam melhor no âmbito rural, através de protagonistas nos setores mais pobres e marginalizados de uma comunidade. Lá, o costume atua dentro de um contexto de normas e tolerâncias sociais, em que, frequentemente, a subsistência dessas pessoas está em jogo. O historiador inglês Thompson, num enfoque social, penetrou bem neste problema utilizando como campo de análise o costume agrário inglês. Definiu este como “um entorno vívido que abrange práticas, expectativas herdadas, regras que determinam os limites dos usos ao mesmo tempo que revelam possibilidades, normas e sanções, tanto da lei como das pressões da vizinhança”. Tratava-se de uma economia de subsistência para os pobres, dentro de um mundo natural que não estava excessivamente restringido pela apropriação privada absoluta que chegaria com os tempos mais modernos. Os usos mudavam de um lugar a outro segundo fatores socioeconômicos, culturais e até políticos, não deixando de mostrar sua face conflitiva. Por esse meio, o homem comum desfrutava da possibilidade de caçar animais, pescar, acessar os campos sazonalmente, aproveitar os montes, pastos e pedreiras com finalidades extrativas<sup>62</sup>.

59 <sup>(i)</sup> Nota de tradução: “*bandos de buen gobierno*” são documentos emitidos pelos governantes da América colonial para a regulamentação do convívio em vários âmbitos (jogos, festas, pesos e medidas, preços de itens, crimes etc.) com força executiva de decretos para público conhecimento.

60 STORNI, Carlos M. Una relación conflictiva: chacareros-estancieros. In: STORNI, Carlos M. *Investigaciones sobre Historia del Derecho rural argentino: españoles, criollos, indios y gauderios en la llanura pampeana*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1997. p. 401 et seq.

61 STORNI, Carlos Mario. La costumbre en el derecho agrario. In: STORNI, Carlos M. *Investigaciones sobre Historia del Derecho rural argentino*, cit. p. 271; PUGLIESE LA VALLE, María Rosa, Las fuentes del Derecho a través de los expedientes judiciales en el virreinato del Río de la Plata. In: CONGRESO DEL INSTITUTO INTERNACIONAL DE HISTORIA DEL DERECHO INDIANO, 11., 1995, Buenos Aires. *Actas y Estudios [...]*. v. 1. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1997. p. 162-163.

62 THOMPSON, E. P. *Costumbres en común*. Barcelona: Crítica, 1995. p. 122-127.

Este modelo metodológico de Thompson pode servir de estímulo para se transplantar à América espanhola uma indagação análoga. Trata-se de um costume situado na área de fricção entre a lei, o poder político e a prática agrária local, e mais particularmente entre o proprietário ou possuidor e as pessoas comuns. Para a América hispânica e especialmente o Rio da Prata, Mariluz Urquijo, por meio de estudo pioneiro, demonstrou a evolução variada e ziguezagueante quanto ao aproveitamento comunitário de montes, pastos e dos restolhos uma vez realizada a colheita, ponto em que os usos e costumes aparecem de modo explícito, embora mais frequentemente se escondam por meio de leis, *bandos* e resoluções<sup>63</sup>.

Neste contexto, não deve surpreender que, em vez de um costume reluzente, só possamos detectar um fundamento consuetudinário que se esconde num texto legal ou em um discurso jurídico. Permito-me introduzir como exemplo um documento interessante do plano local. No *bando de buen gobierno* do governador intendente de Salta del Tucumán, don Rafael de la Luz, de 1806, há um preceito sobre os direitos do “público” – o homem comum do povo – de prover-se da madeira, ramos, lenha, pedra, lajes e peixes que necessite, acessando para tanto os montes, pedreiras, rios ou mananciais, situados dentro de *estancias* ou *chacras*. O costume não é mencionado aqui, e todas as referências se dirigem a providências do governo local em diferentes tempos, e ainda a declarações superiores – sem nenhuma especificação – de cujo cumprimento, se diz, os donos dessas propriedades se esquivaram. Por outro lado, o texto escorre um fundamento consuetudinário baseado na “necessidade”. No entanto, nesta ocasião o preceito incorpora uma argumentação jurídica para apoiar esse direito, já que alega que nas mercês reais os terrenos foram concedidos em usufruto e não em domínio absoluto, o qual não poderia ser outorgado “com prejuízo do Senhorio real e do interesse público”, e os sucessivos possuidores não puderam adquirir título melhor que o primeiro. Também invoca a falta de montes próprios ou comuns que pertencessem à cidade. O *bando* revela a existência de um certo clima conflitivo, dada a negativa dos donos em possibilitar o acesso a suas posses, alegando danos provocados por pessoas comuns. Isto é o que precisamente levou o governador-intendente a estabelecer certa limitação ao uso indiscriminado, regulamentando esse antigo direito do comum. Daí que estabelecesse que aquele que quisesse se prover “destes urgentes artigos” deveria avisar ao dono e entrar e sair pela porta caso o terreno estivesse cercado, sem causar dano algum, ficando reservadas para o dono as duas

---

63 MARILUZ URQUIJO, José María. La comunidad de montes y pastos en el Derecho indiano. In: MARILUZ URQUIJO, José María. *El régimen de la tierra en el Derecho indiano*. 2ª ed. Buenos Aires: Perrot, 1978. p. 97-137.

quadras do monte mais próximo da casa de habitação, quanto à provisão de madeira, ramos e lenha. Estabeleceram-se multas e castigos para os que, deste ou daquele lado, alterassem esta harmonia<sup>64</sup>. Este preceito surge em um contexto em que os direitos comunitários à propriedade decaíam e os terrenos ou propriedades cercadas passaram a aparecer mais frequentemente, como exteriorização desse domínio absoluto do dono. Não obstante, aqui se impõe a necessidade popular de obtenção dos “urgentes artigos” para a subsistência cotidiana. Parece-me que este texto é um dos que permite abrir uma linha de indagação sobre o costume dentro desta economia de subsistência das pessoas comuns.

#### 4 O COSTUME E A LEI: O JOGO DOS ESPELHOS

A relação entre lei e costume pode ser contemplada de distintos ângulos, segundo os propósitos buscados e a própria posição do observador. De qualquer modo, parece que há um consenso no sentido de que a lei e o costume só podem ser percebidos de modo íntegro quando considerados de forma relacionada, tal como o demonstram os exercícios intelectuais atuais ou as propostas de se mostrar uma história paralela de ambos. Entre essas duas ordens de regras – diz Haggemacher – há, simultaneamente, uma relação de complementação e conflito, o que implicaria, sobretudo, uma função de equivalência. Quanto à sua atuação geral, estão ambas as ordens no mesmo plano, e cada uma contribui a seu modo na formação do Direito objetivo. O costume é modo de produção de regras comparáveis à legislação<sup>65</sup>, cuja força e vigência dependem tanto da evolução histórica quanto dos diversos ordenamentos existentes no mundo<sup>66</sup>.

As considerações de Paolo Grossi sobre a ordem medieval lançam luz nesse processo de aproximação ao tema. Este autor sustenta que entre *lex* e *consuetudo* não existia outrora “esse fosso conceitual e formal que o voluntarismo moderno levantou entre ambos; a *consuetudo* é uma *lex* em potência, e a *lex* é um costume certificado e sistematizado; uma e outra em contínua osmose”. Enquanto a tendência natural do costume é a de se converter em *lex* – agrega – a da *lex* é a de flexibilizar-se e se modificar, aparecendo “sempre propensa a novos movimentos consuetudinários, em

64 TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. El auto de buen gobierno de 1806 del Gobernador Intendente don Rafael de la Luz. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *La ley en América hispana: del Descubrimiento a la Emancipación*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1992. p. 407-430.

65 HAGGENMACHER, Peter. Coutume. *Archives de Philosophie du Droit*, Paris, t. 35, p. 27-28, 1990.

66 Sobre isso, ver: BOBBIO, Norberto. Consuetudine: Teoria generale. In: ENCICLOPEDIA del Diritto. v. 4. Milano: Giuffrè, 1961. p. 436 et seq.

uma mudança permanente que garante o devir harmônico do Direito como vestimenta do social”. Percebe-se isso tanto quando o monarca acolhia a regra consuetudinária no texto legislativo, ainda que não compartilhasse seu conteúdo, como quando o jurisconsulto admitia o desuso da norma régia<sup>67</sup>. O Direito consuetudinário não era, portanto, “um ordenamento de qualidade inferior”, mas um modo de ser do jurídico, que tinha uma dignidade absolutamente parecida ao outro modo de ser, encarnado no *ius scriptum*<sup>68</sup>. Em consonância com esta opinião, Jesús Vallejo resgata, dentro de uma jurisprudência polêmica, uma equiparação, no substancial, entre lei e costume, ainda que resultasse difícil constatá-la expressamente<sup>69</sup>. Equiparação ou osmose não significa que lei e costume se confundam. Deste modo, cabe destacar que o costume aparece distinto da lei e não se converte necessariamente nesta como um modo de afirmar sua força<sup>70</sup>, o que pode verificar-se tanto nos exemplos antigos como nos modernos. Essa questão é, precisamente, de muito difícil compreensão por parte do jurista atual, que só vê a força vinculante de um preceito no texto legal.

Estas considerações aconselham que se observe essa relação com uma liberdade maior que aquela derivada de definições e classificações estreitas. Assim, a visão de lei e costume como duas fontes formais distintas, ainda que possa oferecer esclarecimentos atraentes, não deixa de ser um esforço de índole dogmática, uma proposta que tem seus limites. O costume está imerso num movimento múltiplo, esquivo a esquemas e precisões de ordem racional, e somente é possível apreendê-lo no dinamismo da vida social de cada comunidade. Não seria errado representá-lo como um jogo de espelhos em movimento que refletem diferentes rostos e posturas, engrandecendo, apequenando ou distorcendo as imagens segundo seja o seu posicionamento. Se, por um lado, podemos nos aproximar de uma imagem mais integral, talvez mais fiel do costume, por outro nos afastamos de uma mais ordenada e uniforme.

Diante da ideia estereotipada de um costume imóvel, estável, expresso numa ordem tradicional, rotineira, oposta a todas as mudanças – ideia, em boa parte, criada pelo racionalismo – pode-se contrapor um costume em movimento, fundido na realidade cotidiana, que se transforma e é portadora de tendências renovadoras. Mais que aceitar de pleno uma ou outra visão, é necessário um constante exercício de contraposição e integração.

67 GROSSI, Paolo. *El orden jurídico medieval*. Madrid: Marcial Pons, 1996. p. 103-105.

68 *Ibid.* p. 187.

69 VALLEJO, Jesús. *Ruda equidad, ley consumada*: Concepción de la potestad normativa (1250-1350). Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1992. p. 281 et seq.; p. 371 et seq.

70 BOBBIO, Norberto. *Consuetudine: Teoria generale*. In: ENCICLOPEDIA del Diritto. v. 4. Milano: Giuffrè, 1961. p. 437.

É isto que leva a se considerar como insatisfatórias até mesmo classificações antigas, como a clássica do costume “*praeter legem*”, “*secundum legem*”, e “*contra legem*”, ao menos para serem adotadas como esquema historiográfico. Se bem que, de fato, neste esquema pode ser encontrada a maior parte das possibilidades existentes numa relação lei-costume, não deixa de ser um fechamento feito dentro de parâmetros legais, sobretudo quando se refere somente à lei do príncipe, uma das categorias legais. O fenômeno consuetudinário sobrepassa essa classificação e, ainda que possa constituir um instrumento aproximativo para o conhecimento do costume – sobretudo por sua antiga utilização – não é inteiramente abarcadora de todas as conexões e tem o perigo de mostrar facetas deformadas dessa relação. Quando Bobbio encontra a lei e o costume como “dois momentos dialéticos do fenômeno complexo da produção jurídica”<sup>71</sup>, antes que diversos canais de formação do Direito; ou quando Grossi intui o costume como fenômeno de fundamento [*trasfondo*] jurídico – ambos estão, a meu ver, expressando essa mesma sensação de fracasso ante toda pretensão racional em apreender e submeter o costume a uma delimitação dogmática. Assim, o costume aparece, no dizer de Grossi, com múltiplas capacidades para incidir na ordem jurídica, o que já expressava o glosador Azzo ao sustentar que ele construía, interpretava e modificava o Direito, inclusive caso se tratasse de uma *lex romana*<sup>72</sup>.

Uma abundante e variada quantidade de brocados que se estendem pelos séculos seguintes demonstra a inserção desta ideia em amplos setores hispânicos. Tenhamos aqui algumas amostras: “os costumes fazem leis”, “o costume é o melhor intérprete da lei”, “os costumes completam as leis”, “os costumes derogam as leis”, “as leis são escravas do costume”<sup>7374(k)</sup>. No arcabouço desse conjunto de brocados, estas e outras expressões convivem, é claro, com algumas que lhes são contraditórias, e mesmo assim aquelas se prestam a mais de uma interpretação ou adequação às circunstâncias, mas

71 BOBBIO, Norberto. *Consuetudine: Teoria generale*. In: ENCICLOPEDIA del Diritto. v. 4. Milano: Giuffrè, 1961. p. 442.

72 GROSSI, Paolo. *El orden jurídico medieval*. Madrid: Marcial Pons, 1996. p. 189-190. Por sua vez, Gaudemet sustenta que a distinção entre “*secundum*”, “*praeter*” e “*contra legem*”, ainda que conhecida na doutrina clássica, adquire com Francisco Suárez e expositores seguintes o caráter de marco que determina o papel do costume e conduz ao conceito de costume controlado (GAUDEMET, Jean. *La coutume en droit canonique*. In : LA COUTUME. Recueils de la Société Jean Bodin pour l'histoire comparative des institutions. T. LII. Bruxelles : De Boeck-Wesmael, 1989-1990. p. 57).

73 GELLA ITURRIAGA, José. *Refranero jurídico español*. Madrid: Trivium, 1987. p. 93-94.

74 <sup>(k)</sup> Nota de tradução: no original – “*costumbres hacen leyes*”, “*la costumbre es el mejor intérprete de la ley*”, “*costumbres completan leyes*”, “*costumbres derogan leyes*”, “*las leyes son esclavas de la costumbre*”.

somente sua circulação evidencia a difusão e penetração de uma linguagem consuetudinária, em nada submissa ao império legal, e muito menos a um critério racional rigoroso.

Nesse sentido expressado, propomo-nos a oferecer alguns exemplos e casos que podem mostrar essas múltiplas possibilidades de observação desta relação lei-costume, na qual, ainda que muitas vezes exista um conflito aberto entre ambas, é mais frequente perceber uma trama menos visível na prática cotidiana do Direito. Outros muitos exemplos podem ser encontrados em anteriores trabalhos nossos sobre o tema, agora reproduzidos nesta coletânea<sup>75(1)</sup>, os quais, naquelas ocasiões, não foram suficientemente destacados para fins de apontar na direção que agora nos interessa oferecer ao leitor. Uma leitura dos estudos IV e V, à luz destas novas considerações, pode sustentar mais firmemente a linha dessa exposição<sup>76(m)</sup>.

#### 4.1 Conflitos entre leis novas e práticas observadas

Um episódio ocorrido em Lima em 1685, quando chegavam à capital do Vice-Reinado os primeiros exemplares da *Recopilación de Leyes de Indias* de 1680, permite articular esta questão através de uma exposição geral. Do expediente onde constam estes dados ocupei-me em outro trabalho<sup>77</sup>. Agora trazemos à colação somente o que estaria ligado aos fins que aqui nos interessam.

O vice-rei Duque de la Palata era, ninguém menos, quem tomava ciência do problema e o transmitia ao próprio rei. Tratava-se do desconcerto que muitas das leis contidas na flamante *Recopilación* provocavam, alterando a prática [anterior] diferente introduzida com o tempo e com “observância qualificada pelos Tribunais”. A opinião dos letrados e juizes estava dividida entre os partidários da nova lei “escrita e tão moderna”, e os que se inclinavam pela prática observada até então na jurisdição em Lima. Esta dualidade de critérios não se resolve com a imposição da lei nova e o deslocamento da prática existente – como teria sido segundo uma aplicação do

---

75 <sup>(1)</sup> *Nota de tradução*: o autor aqui se refere ao conjunto da obra em que o presente texto em sua versão original foi publicado – TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre*: Estudios sobre el derecho consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2001.

76 <sup>(m)</sup> *Nota de tradução*: São os capítulos IV (*O costume como fonte do direito ‘indiano’ nos séculos XVI e XVII*) e V (*O costume no século XVIII*) do livro original em espanhol, já mencionado anteriormente.

77 TAU ANZOÁTEGUI, V. La Recopilación de 1680: dificultades para su aplicación. In: TAU ANZOÁTEGUI, V. *La ley en América hispana*: del Descubrimiento a la Emancipación. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1992. p. 235-248.

modelo legalista moderno –; mas sim se dá pela composição de ambas as partes num nível de equiparação. O vice-rei sustenta que a observância dessas leis era difícil “pela diversa prática que se tem tanto nos Tribunais, como no Governo”, sendo, portanto, necessário “atentar a essas contradições para que sua Majestade as declare e as componha com lei nova nos pontos que parecer convir”. Buscava-se uma solução integrada de leis e práticas que desembocasse numa “declaração” do rei.

Quando o *fiscal do Consejo de Indias*, Francisco Trellez, apresenta seu parecer no expediente, apoia a proposta do Duque, e reconhece, entre os defeitos que encontra na *Recopilación*, “as muitas leis que estão sem uso”. O caso ficou truncado, sem alcançar resolução do Conselho, ou do rei. Ainda assim, em razão dos protagonistas que atuam entorno ao caso, pode-se dizer que é bem revelador de um modo de sentir admitido nos altos níveis do governo *indiano*. De uma parte, o reconhecimento desde o vice-rei de uma ordem local, de uma prática jurídica, que pode sustentar sua diferença ante as novas leis em alguns, ou muitos, pontos. De outra, a admissão que existem muitas leis que são sem uso. Ou seja, emerge naturalmente o reconhecimento de um âmbito consuetudinário que opera com força não-inferior ao mundo das leis, e que deve ser considerado cuidadosamente, por constituir um setor importante da ordem jurídica viva.

Este documento ilumina somente um episódio, mas, em nossa opinião, tem peso para sustentar a tese que estamos alinhavando, e faz surgir algumas questões impossíveis de serem resolvidas agora. Dado que a questão exposta era revestida de aparente gravidade, e não foi expressamente solucionada, cabe perguntar-se: Como as soluções jurídicas foram arbitradas no futuro? A lei nova ou a prática existente triunfou? Houve um processo de convergência, talvez conduzido pela própria prática, na falta da buscada declaração do rei? Se tivermos em conta o observado em outros lugares e situações, não é temerário supor que as soluções não definiram estas possibilidades alternativas em absoluto, mas, mais propriamente, se apoiaram em uma e em outra segundo os casos, ou também buscaram afirmar uma trama entre ambas. De outra parte, pode-se apontar que os rigorosos preceitos que encabeçavam a *Recopilación*, dando força de lei às normas ali contidas, não puderam abater as práticas, usos e costumes locais, tanto no significado destes para efeitos de gerar normas novas, como para produzir o desuso daqueles textos escritos.

#### 4.2 O costume diante de uma lei compilada contrária

Convém dar um passo além nesta indagação e propor que se observe o que ocorria com o texto de uma lei que fosse incorporado a uma

compilação oficial, seja de Castela ou das Índias. Até onde chega a força do costume? Poderia o costume derrogar esta lei?

Há um caso que parece esclarecedor. Ocupei-me deste mesmo num texto anterior<sup>78</sup>, e é necessário voltar a considerá-lo desde o ponto de vista que agora interessa afirmar. Ocorreu no final do século XVIII – época em que a relação lei-costume parecia fortemente tendente, ao menos na teoria, em favor da lei – e participam em seu deslinde os mais altos organismos do governo e da justiça nas Índias. Não interessa destacar somente a resolução final, mas também atentar às distintas possibilidades que foram se insinuando através do trâmite processual. E a impressão que a leitura dos documentos nos transmite é clara: o costume joga estando lado a lado com a lei – não há subordinação alguma, e a inclinação em favor do costume se torna patente quando a outra alternativa é a aplicação rigorosa de um preceito legal não utilizado.

As alternativas deste caso se desenvolvem principalmente em torno de uma lei das Índias de 1609 (*Recopilación de Leyes de los reinos de las Indias*, 1680, IX, XLVI, 72) que proibia mercadores de fazer escrituras de empréstimo de dinheiro quando a operação fosse de venda de mercadorias, sob pena de perda da quantidade em questão. Também estavam em apoio disso uma lei castelhana (*Nueva Recopilación de Leyes del reino de Castilla*, 1567, V, XI, 4) e, sobretudo, uma última Cédula Real de 16 de setembro de 1784 (incorporada na *Novísima Recopilación de Leyes de España*, 1805, X, VIII, 3). O aparato legal era, portanto, uniforme e contundente quanto à proibição, sendo mais antigo nas Índias que em Castela.

Na execução judicial que Pablo Beruti promoveu contra Inocencio Agrelo e José Vidal por cobrança de pesos, descobriu-se que a dívida escriturada não provinha de um empréstimo, embora se alegasse isso, e sim da venda de mercadorias; então, a *Audiencia* de Buenos Aires, invocando os preceitos legais mencionados, resolve aplicar a quantia em tela à *Real Cámara*. Recorre Beruti da sentença, e, com o auxílio de vários documentos, expõe que “o costume na América entendia sem uso e exercício” as leis proibitivas; que a *Audiencia* de Charcas havia autorizada tais escrituras e revalidado a prática nas cidades sob sua jurisdição; e que, por conseguinte, “o costume imemorial o liberta da pena de *comiso* [confisco]”. Parece que o recurso de Beruti tomou de surpresa os *oidores* de Buenos Aires, que integravam um novo tribunal e eram recém-chegados de terras peninsulares. Percebem,

---

78 TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. Consideraciones sobre la aplicación de la Recopilación de 1680. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *La ley en América hispana: del Descubrimiento a la Emancipación*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1992. p. 221-223. Documentação: *Archivo General de Indias*, Buenos Aires, 294.

então, que o próprio *Consejo de Castilla* não invalidava nem tratava dos contratos anteriores à disposição castelhana de 1784 – o que parecia lógico para aquele reino – e confessam estar batalhando entre aquelas considerações e o espírito, letra e justificação do que era ordenado na legislação, para encontrar finalmente uma via, sem revogar o *auto* baixado, para levar o caso ao rei, informando-lhe da situação ocorrida. Expressam que seria útil que mandasse “observar com toda escrupulosidade” a lei *indiana* citada, mas que a mesma não poderia ser aplicada com total rigor neste litígio, dado que não houve “malícia de direito” nos sujeitos envolvidos. O ano 1790 passa. A *Audiencia* então publica estas considerações, que não são desperdiçadas – admitindo que, ainda que por erro, a observância da lei estava em suspenso. E continua dizendo que “sendo o fundamento de toda lei a justiça e a equidade, todo que se opõe à lei deveria se presumir iníquo, ou ao menos irrazoável; mas, na verdade, nem todo que se opõe à lei deve, imediatamente e sem posterior exame, reputar-se injusto”. O delicioso discorrer dos *oidores* não termina aí: “é comumente recebido, sem embargo de várias decisões que parecem resisti-lo, que se possa introduzir *costume* contra a própria lei, pois as circunstâncias do tempo podem variar, fazendo o que hoje seria razoável, que amanhã não o seja; e refletindo sobre os modos de se introduzir o *costume*, inclinando-se esta *Audiencia* ao de proceder com sinceridade no trato com causas urgentes, que não existiam, ou não se tinham presentes no tempo da lei, consultamos à suprema Potestade para o remédio e resolução”, invocando para isso as antigas leis de Alcalá e Toro que previam recurso ao rei diante de qualquer dúvida na interpretação das leis. O tom do discurso da *Audiencia* é cauteloso, medindo as consequências que sua inclinação em favor de uma ou da outra solução poderia provocar. Longe de proclamar uma hegemonia absoluta da lei – ideia que circulava então em letra impressa – a *Audiencia* busca aproximar-se de uma postura de equilíbrio mediante afirmações, contrastadas com ressalvas oportunas, que enaltecem tanto a lei como o costume num plano de complementariedade recíproca. Todavia, não decide dar a solução que parece inclinada a tomar, e prefere a via da consulta ao rei. Sua posição diante do trono parece protegida por mostrar-se partidária de que se observe, no futuro, a lei *indiana* existente.

A atitude nas duas *Audiencias* referidas nesta questão é diversa. A de Charcas, de vasta tradição judicial, e composta por *oidores criollos* e peninsulares enraizados, convalidou o costume. A de Buenos Aires, novíssima e integrada por letrados diretamente oriundos da Espanha, somente advertiu do erro em que se incorrera quando Beruti apresentou o recurso de súplica. A atitude de Charcas coincide com a consolidação de uma ordem *criolla*, mais propensa a admitir o costume local. Já a de Buenos Aires pare-

ce evoluir de um rigor inicial (seria produto, talvez, do desconhecimento?) para um certo equilíbrio que transmite a consulta ao rei, porventura temerosa de dar uma resolução discrepante do pensamento das altas esferas do poder.

O parecer do fiscal é o que abre as ações no *Consejo de Indias*. Apesar de aceitar que as partes pudessem ter atuado de boa-fé, e que a escritura fora outorgada segundo a “prática comum” autorizada pela *Audiencia* de Charcas, opina que caberia impor o texto categórico da lei e manter a pena de *comiso* [confisco], sem que para isso obstasse o uso ou o costume que se alegava. Quanto ao primeiro, dizia que todas as leis do reino deveriam ser observadas literalmente, sem se admitir a escusa do não-uso, segundo disposições reiteradas que encontravam sua última e terminativa confirmação na Real Cédula de 12 de junho de 1714, dada no âmbito castelhano. Com relação ao segundo, sustenta que no costume alegado não se cumpriam os requisitos exigidos de duas sentenças em juízo e do consentimento do legislador. Desta forma, “em termos de justiça”, a primeira sentença da *Audiencia* de Buenos Aires era correta e cabia destinar o dinheiro em questão à Câmara Real. Restava somente em aberto – a seu juízo – a via para que o rei, “usando de sua soberana potestade real”, pudesse dispensar a pena imposta pela lei, atendendo às considerações formuladas pela *Audiencia* de Buenos Aires. Todavia, neste caso, convinha emitir nova Cédula encarregando observância estrita [*puntual*] da lei citada. O fiscal, seguindo o critério imperante entre os que exercem esse ofício nesse século, opera em termos quase exclusivamente legais, pois considera que na lei reside a rigorosa justiça, e exclui toda possibilidade de dar margem ao não-uso, neste caso também rejeitando o costume.

Ao considerar o assunto, a segunda sala do Conselho das Índias mostra uma postura mais matizada e, com um critério amplo, “atentadas todas as circunstâncias deste caso”, resolve que se devolvam as quantidades sequestradas a quem coubessem, segundo disposição da *Audiencia*; e, quanto a nova Cédula pedida pelo fiscal, determina que isso passasse por resolução do Conselho pleno. Meses depois, este dispôs pedir informações aos tribunais de Charcas e Buenos Aires sobre “o motivo de não estar em observância em seus respectivos distritos” a lei *indiana* motivadora desta questão.

Buenos Aires responde dez anos depois, Charcas nunca o fez. O Conselho não voltou a se ocupar do assunto. Em sua resposta, a *Audiencia* de Buenos Aires trouxe como elemento novo a opinião emitida pelo Consulado local, a qual fez constar que “a prática de se outorgar escrituras em negócios mercantis no modo e forma do caso de Beruti trazia sua origem da prática

observada nas principais praças comerciais, e especialmente na de Cádiz”, onde os comerciantes de cidade adquiriram seus conhecimentos, e também “o método que nela é habitual, ignorando as disposições das Leis Municipais”. Ao transmitir este informe, a *Audiencia* insistiu na importância de se observar a lei.

O caso exposto não é de menor relevância e contém muitas chaves. As leis proibitivas eram claras e contundentes. À lei *indiana* antiga se somava a mais recente castelhana. Frente a esta se alegava um costume que se supunha americano, convalidado por uma *Audiencia*, que joga um papel decisivo na solução do caso, resolvido conforme o costume, e não de acordo com as leis. É muito sugestivo que, quanto à aplicação futura da lei a outros casos eventuais, o Conselho se mostre remisso em insistir no cumprimento das leis proibitivas, preferindo averiguar os motivos pelos quais não se observava tal lei nos distritos de Charcas e Buenos Aires, terminando por não modificar uma situação, em que o costume se mostra triunfante. Passaram-se muitos anos até que chegasse a resposta de Buenos Aires, e esta revelou que a origem do costume estava em Cádiz, de onde ao menos os comerciantes de Buenos Aires teriam incorporado. Assim, o costume difundido por distintos setores do mundo hispânico reinava sem opositores aparentes.

Este não é um caso excepcional. Há outros de índole igual<sup>79</sup>, e sobretudo expressões muito claras em favor da proeminência do costume local sobre a lei compilada nos debates nos *cabildos*, que não deixam dúvida sobre o sentir geral nesta matéria<sup>80</sup>. Este sentir naturalmente se apoia nas doutrinas que alguns juristas desenvolveram, como Francisco Carrasco del Saz, que, no século XVII, defendia a tese que um costume poderia ir contra disposições das *Partidas* ou da *Nueva Recopilación*, chegando a interpretar restritivamente uma pragmática de 1611<sup>81</sup>.

Aqui vale inserir outro testemunho de época tardia que converge com esta proeminência do costume e mostra essa maior exuberância com que a florava nas Índias. Quando o governador intendente de Potosí, *don* Francisco de Paula Sanz, visita as famosas minas de uma jurisdição, em 1790, escreve: “Com muito pouco tempo de observação, comecei a reconhecer que a economia que havia regido até agora o manejo das minas era

79 TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. Consideraciones sobre la aplicación de la Recopilación de 1680. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *La ley en América hispana: del Descubrimiento a la Emancipación*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1992. p. 210-212.

80 *Ibid.* p. 224-231.

81 MARGADANT, Guillermo Floris. La consuetudo contra legem en el Derecho indiano a la luz del *Ius commune*. (Análisis del pensamiento de Francisco Carrasco y Saz, jurista indiano sobre este tema). *Anuario Mexicano de Historia del Derecho*, v. 2, p. 180-181, 185-186, 1990.

inteiramente primitiva, e que a *prática* já havia tomado uma força tão poderosa que, fazendo concorrência com as *Reales Ordenanzas*, acreditava-se que o *uso* era de maior valor que o Direito<sup>82</sup>. O testemunho tem fulgor próprio e quase não necessita de comentários. O tom é de surpresa diante de uma situação inesperada, e de crítica diante da forma atrasada da exploração. Subjacente a esta impressão negativa, está a expressão que convém destacar: a crença generalizada de atribuir maior valor ao uso, prática, costume, que as às *reales ordenanzas*, que seriam, propriamente, o direito. Sanz, como governante ilustrado, não parecia estar de acordo com a situação e a crença descritas<sup>83</sup>. A oposição apresentada entre uso e Direito parece ter um certo sabor modernizante. Enquanto as *reales ordenanzas* são o Direito, o direito escrito, a prática ou uso parecem como externos ao próprio Direito. Neste registro literário, reflete-se uma mentalidade positivista em germen.

Uma densa trama consuetudinária vai se configurando a partir de distintas áreas, tecida de variadas experiências, exigindo relevância própria para que se alcance uma equiparação com a lei, sem que necessariamente apareça em confronto com esta, ou em permanente oposição de interesses.

### 4.3 O costume ou o uso dando força à lei

Em feliz expressão, Bobbio disse que “o costume, mais que interpretar a lei, mantém-na em vida”<sup>84</sup>; ou seja, a lei necessita do costume para alcançar a plenitude de sua força vinculante. Esta é uma questão os historiadores não têm em conta de forma habitual, seguramente porque a teoria moderna da lei rechaça essa possibilidade. Em contrapartida, os juristas de épocas anteriores tinham aí uma viva e constante preocupação. O “não-uso” ou “desuso” da lei *indiana* aparece com frequência nos documentos *indianos* e não somente naqueles em que se debatem casos pontuais e conflitivos.

Quando, em “*Casuísmo e sistema*”<sup>85</sup>, ocupei-me da interpretação e da aplicação das leis dentro de uma ordem casuísta, o “não-uso” da lei é um interessante recurso para compreender esse tipo de ordem. Agora, a partir

---

82 *Real Academia de la Historia*. Biblioteca (Coleção Mata Linares). Madrid, 10, 132.

83 Outras expressões no mesmo sentido: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. La costumbre en el siglo XVIII: doctrina jurídica y praxis rioplatense a través de los cabildos. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre*: Estudios sobre el Derecho Consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2001. p. 255-257 [1ª Parte, III, 1].

84 BOBBIO, Norberto. Consuetudine: Teoria generale. In: ENCICLOPEDIA del Diritto. v. 4. Milano: Giuffrè, 1961. p. 442.

85 TAU ANZOÁTEGUI, Víctor, *Casuísmo y sistema*: Indagación histórica sobre el espíritu del Derecho indiano. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1992. p. 527-529.

de outro ponto de vista, a mesma ideia reaparece para mostrar a exigência de que as leis, para serem consideradas vigentes, deveriam estar em uso. Existem dois brocardos que concorrem em favor dessa afirmação. O mais conhecido é: “O costume é o melhor intérprete da lei”, que parece alcançar seu sentido principal nesse contexto. O outro: “As leis são escravas do costume”<sup>86</sup>, talvez menos difundido, reforça com maior vigor esse sentido da participação consuetudinária no exercício da lei.

Que este fosse o modo de pensar de juristas e ministros da época podemos constatá-lo em variados testemunhos, particularmente do século XVII. Recordar que *don Antonio* de León havia estabelecido como pauta de seu trabalho compilador não incluir “as leis que não estão em uso” tem seu peso próprio, ainda que reconhecesse a dificuldade de estabelecê-lo em cada uma das *audiencias indianas*. Nem León foi inovador na matéria, nem tal pauta foi esquecida por aqueles que aplicaram a *Recopilación*<sup>87</sup>. Consoantes com tal critério, dois importantes vice-reis do Peru deste mesmo século aconselhavam a seus sucessores que tivessem mais em conta o “uso” da lei que o seu próprio texto<sup>88</sup>. Neste entorno se pode entender que Ferrer de Valdecebro – fino escritor político do Barroco – viesse a dizer que as melhores leis eram “as que recebem o costume e o uso”, porque “são filhas da experiência e da prudência”, chegando inclusive a que se as considere como no nível de “leis naturais”<sup>89 90(n)</sup>.

Alguns exemplos reforçam mais o exposto, desde outro ângulo de visão. Numa cédula de 1627 se ordenou à *Audiencia* de Charcas que indicasse as causas pelas quais o presidente e o *oidor* mais antigo não observassem o costume de levar o pendão e o estandarte na procissão de Corpus Christi,

86 GELLA ITURRIAGA, José. *Refranero jurídico español*. Madrid: Trivium, 1987. p. 93-94.

87 TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. Consideraciones sobre la aplicación de la Recopilación de 1680. *Revista de Historia del Derecho*, Buenos Aires, n. 8, p. 213-216, 1980.

88 TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *Casuismo y sistema*: Indagación histórica sobre el espíritu del Derecho indiano. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1992. p. 527-528.

89 FERRER DE VALDECEBRO, Andrés. *El superior*: política para todo linaje de prelados. Alcalá de Henares: Juan Valdés, 1663. p. s/n. [seção “Argumentos y apología”].

90 <sup>(n)</sup> *Nota de tradução*: esta nota de rodapé 89 somente está presente na versão impressa do livro de 2001, e não na versão digital de 2000 – que foi mencionada nas primeiras notas desta tradução – assim como esta última frase do parágrafo do corpo do texto que fala de Ferrer de Valdecebro. Por outro lado, ao consultar-se a edição deste mesmo autor, mas de 1664 [justamente a que tivemos o acesso, os tradutores], é possível reconstituir todo o período: “Las que tiene recibidas la costumbre, y el uso, son las mejores, porq. son hijas de la experiencia, y la prudencia. La costumbre es otra naturaleza, con que la ley de costumbre será como Ley natural, y la deformidad que fuera romper los fueros de la Ley natural, lo será siempre quebrantar las del uso, y costumbre en los gobiernos” (FERRER DE VALDECEBRO, Andrés. *op. cit.* ed. 1664. p. s/n.).

conforme o disposto na ordenação do vice-rei Toledo<sup>91</sup>. Aqui estava em jogo o cumprimento de um costume sustentado em um preceito escrito, mas o requerimento real fazia referência ao primeiro. Em vez de impulsionar para a execução de uma disposição legal, indagava os motivos de não se guardar o costume. A formalidade dada a este comando é por si indicativa quanto à escala normativa que se tinha em conta. Desenvolver um costume a partir de um preceito legal – convém esclarecer – é uma técnica usada por relevantes juristas<sup>92</sup>. Sem fugir do exemplo que estamos acompanhando, cabe acrescentar que, na disposição final do despacho, ordena-se que enquanto se faça referência à informação requisitada, que se siga observando o costume guardado até o momento. Este novo recurso ao costume [*apelación consuetudinaria*] tem um significado adicional que já destacamos em páginas anteriores: a confiança das autoridades reais no costume como um meio para se manter a harmonia numa situação local conflitiva.

A preferência da Coroa por invocar o costume e não a lei anterior também se evidenciou quando, em 1621, foi ordenado ao vice-rei e à *Audiencia* de Lima que observassem o poder do *cabildo* da cidade de nomear anualmente um *regidor* como juiz de águas e de eleger *alcaldes de hermandad*. O *cabildo* possuía essa faculdade por costume, que o vice-rei anterior não havia conhecido, mas a origem da mesma remontava a uma concessão do vice-rei de 1556, que acaba confirmada pelo rei<sup>93</sup>. Contudo, o que reluz neste episódio é o costume, e não o antigo *mandato* real. Esta mesma situação se repete em relação à faculdade deste mesmo *cabildo* de conhecer as apelações de assuntos de menor quantia em sentenças ditadas pelos fiéis executores<sup>94</sup>.

O fio condutor destes exemplos leva à busca da marca consuetudinária no relativo à execução das leis, sob o entendimento de que sem o costume não era possível a existência da norma viva.

#### 4.4 A força do costume canônico

Uma das obras mais salientes da literatura jurídica *indiana*, o “*Gobierno eclesiástico pacífico*” do bispo Gaspar de Villarroel, de meados do século

91 Real Cédula de 2 de mayo de 1627 (C. Ch., IV, 4222). [ver nota de tradução “i” acima].

92 Veja-se uma interessante perspectiva de Solórzano em: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. La costumbre jurídica en la América española (siglos XVI-XVIII). In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre*: Estudios sobre el Derecho Consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2001. p. 119 [seção V, 1, nota 79].

93 Real Cédula de 22 de noviembre de 1621 (*Archivo General de Indias* [AGI, Sevilla], Lima, 583, Libro 17, 291 v. -292v.).

94 Real Cédula de 22 de noviembre de 1621 (AGI, Lima, 583, Libro 17, 294 v. -295).

XVII, oferece um exemplo de argumentação consuetudinária, ampla e prolixa, para embasar um discurso jurídico em favor de um costume antigo, cuja vigência se põe em dúvida ante um novo preceito legal. Como veremos, é valioso pelo conjunto de razões e citações que fortalecem o texto<sup>95</sup>.

O caso tratado é a proibição canônica geral de comer ovos e laticínios nos dias de Quaresma. Este preceito, por costume antigo, não se cumpria nas Índias desde a época do Descobrimento. Uma Bula da lavra de Urbano VIII veio, nos dias de Villarroel, a semear a dúvida sobre eventual ab-rogação do costume existente. Entre uma bula – que não é lei, mas privilégio – e um costume, o bispo se inclina claramente em favor deste último por considerar que, sendo um costume assentado, não poderia ser derogado por um privilégio. Para isso, formulou uma extensa argumentação, plena de opiniões e textos que davam “autoridade” a seu discurso, estruturado em onze *pressupostos* e três *conclusões*, que convém seguir em seus enunciados principais.

O primeiro era o fato. Considerava como muito credível que desde os primeiros tempos existira esse costume nas Índias, dado que os “mantimentos eram precários”, os primeiros conquistadores eram soldados mais valentes que letrados, e as Índias ardiam em guerras. Se esse costume de se comer, na Quaresma, manjares proibidos, começou por soldados e gente ignorante, houve também entre eles nobres e muitos entendidos, prologando-se depois entre os religiosos e letrados, que, ao atentarem que faltava o necessário para a prática do jejum, levaram adiante a prática iniciada com expresso consentimento de todos. Seus próprios escrúpulos, quando chegou como bispo em Santiago do Chile, serviam a Villarroel para afiançar o discurso. Foi ali que percebeu a impossibilidade de se cumprir com o preceito canônico: “em minha casa se cozinha em tempos quaresmais com azeite; mas em terra tão pobre, onde azeite vale tanto dinheiro, quem poderia custeá-lo, senão um bispo?”, se interrogava. E confessa, então, ter cedido em seu propósito de reformar este costume na sua jurisdição. O costume não era, portanto, um capricho, mas filho da necessidade: eis o primeiro ponto em favor de sua admissão.

Além disso, tinha mais de cem anos de vigência, diante dos quarenta exigidos pelos doutores, fundamentando-se no que fora afirmado por um autor e em outros cálculos. Para Villarroel, era ponto claro entre os doutores que o costume tinha força de derogar a lei. Ainda que seja esta geral para toda a Igreja, pode prevalecer contra essa lei o costume de uma província, ainda quando nas demais esta lei seja cumprida. Exige-se que seja um

95 VILLARROEL, Gaspar de. *Gobierno eclesiástico pacífico: concordia y unión de los dos cuchillos, Pontificio y Regio...* Madrid: [s. n.], [1656?]. p. 273-285 [Parte I, q. 3, art. II].

costume racional, não oposto à lei divina ou natural, e introduzido por atos voluntários, sem ser proveniente de ignorância ou erro, não sendo requisito a existência prévia de atos judiciais em seu favor, nem que o príncipe tenha notícia dele. Tudo isso vem apresentado, argumentado e apoiado por uma doutrina frequentemente controvertida, da qual Villarroel comumente extrai as opiniões mais favoráveis ao livre desenvolvimento do costume, quase sempre apoiado por autoridades reconhecidas, entres as quais se destaca o padre Francisco Suárez.

Ao examinar a bula de Urbano VIII sustenta que não é lei pontificia, mas sim um privilégio para certas pessoas, que inclui prelados e clérigos seculares das províncias do Peru e Terra Firme, e não os religiosos regulares. O costume, firme e legítimo, não seria derogável por privilégio, nem prejudicado por esta bula. Um costume “tão antigo e assentado”, como este aqui descrito, não pode ser ab-rogado sem lei expressa do superior.

Em suas *conclusões*, Villarroel retoma as ideias e opiniões dispostas nas extensas páginas anteriores, e oferece, com nova ênfase, uma doutrina que não deixa margem alguma de dúvida. Sustenta que o costume, introduzido nas Índias, de comer laticínios, ovos e manteiga de porco nos dias da Quaresma “foi poderoso para ab-rogar a lei eclesiástica da proibição”. Neste costume concorrem os requisitos exigidos pelos “Direitos e os Doutores”, isto é, que seja racional e que esteja prescrito, sendo necessário – o que era notório, existindo também o consentimento comum, sem erro ou ignorância – que seria o mesmo que o tácito consentimento do Papa.

Por consequência, os religiosos, clérigos e bispos das Índias que “comeram, na Quaresma, ovos, laticínios e manteiga, apesar de não serem os privilegiados na Bula de Cruzada, não pecaram mortalmente. Disto foram escusados pelo *costume*”. Ainda agrega como outra *conclusão* que “os que comeram e comem os referidos manjares, ainda depois do novo privilégio, sem tomar conhecimento da bula em que se lhes concede o privilégio, não pecam mortalmente”. No parágrafo final, Villarroel reforça essa postura ao expressar que, ainda que alguns bispos – entre eles, o próprio Villarroel – receberam e leram a bula, nem por isso o costume fica ab-rogado, pois, sendo honesto e prescrito pelo “comum consentimento de reinos tão dilatados, não o podem ab-rogar tampouco”. Assim, aquele que uso o privilégio numa predicação, pode não o usar em outra, pois dos privilégios pessoais se goza ou se renuncia quando se quiser.

O exemplo, na pena de um bispo letrado, publicado numa obra jurisprudencial de ampla difusão e de autoridade notória, mostra o costume com força tal que derroga uma proibição e faz frente a uma bula papal. No discurso jurídico que serve de fundamentação do costume, há um

desencadeamento de opiniões e autores que coloca seus resultados para muito além do assunto concreto debatido, constituindo o núcleo de uma doutrina extensível a outros casos e situações eventuais. Traduz-se em suas páginas uma valoração própria da situação *indiana*, e sobressaem-se o valor da experiência jurídica e as necessidades que surgem da vida cotidiana. Villarroel se encarrega de recriar as origens deste costume e o consenso que foi adquirindo tanto entre a gente comum como entre nobres, religiosos e letrados. Deu-se, desse modo, força e continuidade a um costume que começou de maneira rudimentar<sup>96 97(o)</sup>.

Outro caso, narrado pelo mesmo autor, apresenta o costume mostrando as possibilidades de sua utilização no jogo entre os poderes. Trata-se da formalidade de incensar o governador em alguns atos religiosos. Enquanto o cerimonial dos bispos permitia esta prática, alguns bispos haviam suprimido tal ato, entre os quais estava o predecessor de Villarroel na diocese de Santiago. Uma Real Cédula de 1618 intimou tal prelado a fazê-lo, salvo se houvesse costume em contrário. O bispo, sem ser lerdo ou preguiçoso, produziu informação sobre a existência do costume de não se incensar o governador e mandou que assim se praticasse. Morto o prelado, voltou-se a tratar do assunto, e, com a sede vacante, os votos ficaram empatados, e a questão sem decisão, até que Villarroel tomou posse da diocese e dispôs o reestabelecimento do incenso<sup>98</sup>.

Não se pode supor que tenha sido uma questão em abstrato. Em seu entorno, acumulam-se relações de poder, interesses e conflitos pessoais. As razões utilizadas por cada envolvido não são conhecidas por nós, mas é altamente provável que foram decisivas nas variações que este caso foi sofrendo pelo tempo. Pode-se crer que a decisão do bispo Villarroel veio a reestabelecer um critério que se ajustava a certas normas correntes nessa matéria. O que cabe ressaltar, como apontamento final, é a força com que opera o costume neste caso, permitindo a alteração de uma importante regra de cerimonial.

---

96 A força deste costume fica patente um século depois, quando a questão volta a ser suscitada com alcance geral, precisamente pela preocupação da Coroa ante a escassa arrecadação resultante da Bula da Santa Cruzada. Da consulta que se faz em 1763 aos Prelados das Índias, surge a situação de que a imensa maioria dos arcebispos e bispos asseguram a vigência de dito costume em suas respectivas jurisdições, assim como a racionalidade e legitimidade da mesma (*Archivo General de Indias* [AGI, Sevilla], Indiferente 2994).

97 <sup>(o)</sup> Nota de tradução: esta nota de rodapé 96 somente está presente na versão impressa do livro de 2001, e não na digital de 2000, mencionada nas primeiras notas desta versão traduzida.

98 VILLARROEL, Gaspar de. *Gobierno eclesiástico pacífico: concordia y unión de los dos cuchillos*, Pontificio y Regio... Madrid: [s. n.], [1656?]. [II, XII, VI, 17].

## 5 OS USOS E COSTUMES INDÍGENAS

O campo consuetudinário se abre de maneira ampla quando abordamos os denominados “direitos indígenas”, dada a variedade de formas jurídicas, a complexidade de sua trama e as dificuldades apresentadas por este estudo. O próprio vocábulo *costume* adquire, aqui, um matiz distinto, pois é usado num processo de refração conceitual do pensamento europeu. O costume é a voz com que os hispânicos designam a organização dos *naturales* por mera aplicação das noções conhecidas no Direito comum, mas é também a voz que seria imposta definitivamente para a sua denominação, ainda em nossos dias, tal como vimos em estudo anterior<sup>99(p)</sup>. Aqui é onde, mais que um “fundamento” [*trasfondo*] consuetudinário, haveria uma “aparência” consuetudinária que, em boa parte, integra-se à cultura jurídica de procedência europeia.

Um estudioso [Jorge Alberto González Galván] define o direito consuetudinário indígena como “a manifestação da intuição de uma ordem social fundamentada em regras não-escritas concebidas em conexão com as forças da natureza e transmitidas, reproduzidas e ab-rogadas de maneira essencialmente oral”, ainda que nos povos da Mesoamérica pré-hispânica estivessem representadas em escrituras pictográficas<sup>100</sup>.

São regimes jurídicos que têm sua peculiaridade, alheia às definições, estruturas e categorias conceituais do Direito de procedência europeia, ainda que faça as suas vezes na organização dos povos aborígenes. É uma ordem estritamente conectada e justaposta – com crenças religiosas, mitos e tradições – e que organiza a vida social e familiar, o exercício da autoridade, o uso da terra etc., e que não se concebe como estrutura intelectual separada dessa vida, ainda que existam “uma concepção e práticas da ordem comunitária”<sup>101</sup> que permanecem ocultas e cuja redescoberta é necessária. É onde, precisamente, o fenômeno consuetudinário reluz com força

---

99 <sup>(p)</sup> *Nota de tradução*: o texto que o autor comenta aqui seria o de título “O costume entre a dogmática jurídica e a história”, texto imediatamente anterior na sequência de capítulos da mesma publicação original em espanhol, cuja tradução ao português está no prelo, sob nossa responsabilidade: TAU ANZOÁTEGUI, V. *La costumbre entre la dogmática jurídica y la historia*. In: TAU ANZOÁTEGUI, V. *El poder de la costumbre: Estudios sobre el Derecho Consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2001. p. 17-39.

100 GONZÁLEZ GALVÁN, Jorge Alberto. *El derecho consuetudinario indígena em México*. In: JORNADAS LASCACIANAS. COSMOVISIÓN Y PRÁCTICAS JURÍDICAS DE LOS PUEBLOS INDIOS, 4., 1994, México. *Actas* [...]. México: UNAM, 1994. p. 74-75.

101 GONZÁLEZ GALVÁN, Jorge Alberto. *El derecho consuetudinario indígena em México*. In: JORNADAS LASCACIANAS. COSMOVISIÓN Y PRÁCTICAS JURÍDICAS DE LOS PUEBLOS INDIOS, 4., 1994, México. *Actas* [...]. Org. José Emilio Rolando Ordóñez Cifuentes. México: UNAM, 1994. p. 74.

sem igual e incomparável com os outros componentes do Direito *indiano*. Um Direito apegado às coisas, à terra, mais próximo do que, *mutatis mutandis*, Grossi visualiza no medievo europeu.

O componente consuetudinário dos direitos indígenas é objeto de enfoque multidisciplinar, de pontos de vista discordantes, de interesses políticos e ideológicos e de permanentes justaposições com o Direito positivo, primeiramente o da Monarquia espanhola e depois o dos Estados nacionais. Mesmo quando desde cedo se tenha produzido um processo de “mestiçagem jurídica” – ao serem incorporados instituições e estilos de procedência europeia – também se mantiveram alguns usos e costumes anteriores em estado de maior pureza, embora submetidos sempre a uma constante evolução e transformação. Nestas condições, até agora foram realizados poucos estudos esclarecedores<sup>102</sup>; alguns ajudam a aprofundar o tema<sup>103</sup>, que exige o inteligente trabalho de cooperação com antropólogos e etnohistoriadores.

Dentro da pluralidade de ordens jurídicas aborígenes, o grupo mais importante se integra à Monarquia espanhola, ainda que permaneça regendo-se por seus usos e costumes. Outras comunidades coexistem em vida paralela ou à margem do Direito hispânico. Em ambos os casos, o costume é observado como o núcleo – ou a totalidade – desses ordenamentos: são direitos inteiramente consuetudinários e, neste sentido, diferenciam-se dos que chegaram à América por via do transplante jurídico castelhano.

Que os espanhóis tenham captado a essência consuetudinária nesses direitos pressupõe uma mentalidade aberta. Vale recordar a *Ordenanza 15 de Poblaciones* de Felipe II: “Aqueles que forem a descobrimentos por mar e terra busquem levar alguns índios e intérpretes das partes onde fossem mais pertinentes, dando-lhes todo bom tratamento, e através deles falem e tratem com os da Terra, *procurando entender seus costumes, qualidades, e formas de viver*, bem como os da comarca, informando-se da religião que têm, quais Ídolos adoram, e com quais sacrifícios e modos de culto; se há entre eles alguma doutrina ou gênero de letras; como se regem e governam, se têm Reis

102 Para uma exposição da questão a partir da História do direito indiano: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *Nuevos horizontes en el estudio histórico del Derecho indiano*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1997. p. 97-106.

103 Por exemplo, Cordero de Avendaño [CORDERO DE AVENDAÑO DE DURAN, Carmen. El derecho consuetudinario indígena. In: JORNADAS LASCACIANAS. COSMOVISIÓN Y PRÁCTICAS JURÍDICAS DE LOS PUEBLOS INDIOS, 4., 1994, México. *Actas* [...]. Org. José Emilio Rolando Ordóñez Cifuentes. México: UNAM, 1994. p. 33-43] e González Galván (este último com boa bibliografia) [GONZÁLEZ GALVÁN, Jorge Alberto. El derecho consuetudinario indígena en México. In: JORNADAS LASCACIANAS. COSMOVISIÓN Y PRÁCTICAS JURÍDICAS DE LOS PUEBLOS INDIOS. cit. p. 73-94].

e se tais o são por eleição, ou por direito de sangue; ou se observam uma forma de República, ou linhagens; que rendas ou tributos dão, ou pagam, e de que maneira e a quais pessoas; quais são as coisas que eles mais valorizam e quais que, tendo por estimadas, trazem de outras partes ou têm na Terra...”. Deste trecho pode ser coletada, em primeiro lugar, a preocupação da Coroa em conhecer as normas que regiam essas comunidades. O propósito era, por certo, ambicioso, e muito difícil de satisfazer com a profundidade e variedade requeridas. Não se aludia à existência de preceitos escritos, mas se tratava de procurar “entender seus costumes, qualidades e formas de vida”. A questão era conhecer como viviam, como eram governados, que relação havia entre governantes e governados, quais eram suas inclinações e qualidade de vida; qual seu contato e comércio com os povos da comarca; como era o meio natural, vegetal e animal, quais suas riquezas em metais e pedras preciosas. O texto transcrito se assenta numa experiência de várias décadas e se converte em um dos mais representativos da política adotada pela Coroa nesta matéria. De textura sociojurídica e de trama aberta, o costume parecia ostentar um papel diretivo. Sua posterior incorporação à *Recopilación* de 1680 (IV, I, 9) assegura essa representatividade. Por sua vez, esta política conduz à produção de volumosa informação que, ao menos parcialmente, atende a esse ânimo inquisitivo, levando a que os usos e costumes indígenas sejam incorporados formalmente no orbe *indiano*<sup>104</sup>.

## 6 UM ESPAÇO INTELECTUAL PARA O COSTUME

A busca e o enquadramento de determinadas normas concretas que possam ser catalogadas como costume, e sua relação com a lei e a jurisprudência dos autores ou dos juízes, é um exercício positivista, que resulta útil para uma avaliação inicial sobre o papel desempenhado pelo costume em uma determinada ordem jurídica. Em todo caso, satisfaz a curiosidade constatar, comparativamente com o Direito atual, a maior utilização desse modo de criação do Direito.

É necessário, porém, a nosso juízo, olhar para mais longe nesse imenso conjunto de dados que podemos acumular seguindo este método, para chegar a desvelar esse “fundamento [*trasfondo*] consuetudinário” que

---

104 Sobre isso, neste mesmo volume [n.t.: a versão original do livro, em espanhol]: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. La costumbre jurídica en la América española (siglos XVI-XVIII). In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre*: Estudios sobre el Derecho Consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2001. p. 134-143 [seção VI]; TAU ANZOÁTEGUI, V. Elementos consuetudinarios en la *Política indiana* de Solórzano. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre*. cit. p. 330-336 [seção VI, 2].

nos empenhamos em mostrar, com exemplos e casos, nestas páginas. Estamos muito longe de crer que o costume esteja presente em todas as soluções jurídicas, mas, sim, consideramos que ele apareça de modo visível ou oculto em um número considerável de situações, favorecido por uma ordem jurídica muito intrincada onde reinava a variedade, o casuismo e a flexibilidade. O jurista *indiano* praticava uma operação intelectual distinta da que usa o contemporâneo. Construía seu discurso considerando, em primeiro lugar, a situação concreta, os fatos tais como se apresentavam, e buscava apoio em normas de tipo distinto – umas pertencentes ao Direito positivo, outras a ordenamentos superiores – em que se deveria fazer uma combinação e compor, segundo fossem aplicáveis ao caso. Essas normas – em especial as leis – apareciam como “elementos porosos ou multiformes, de textura plástica”, que se modelavam através da interpretação<sup>105</sup>. Nestas circunstâncias, o costume favorecia a transformação e a adaptação das normas às exigências de cada momento, impedindo-se que viesse a ocorrer uma cristalização. O costume também apoiava a vigência de certas disposições legais que continuavam regendo, em que pese seu texto escrito estivesse extraviado ou definitivamente desaparecido. Nestes casos, o preceito era invocado e transmitido, às vezes pela menção da lei, outras pela menção do costume. Não deve causar estranheza que, como em toda transmissão oral, se perdesse a fidelidade ao texto primitivo em favor de um ajuste às necessidades dos tempos ou aos interesses dos alegantes.

Através deste estudo, foram expostas várias questões que fazem refletir sobre a existência desse “fundamento consuetudinário” [*trasfondo consuetudinario*], que ostenta a deliciosa imprecisão do modo de pensar problemático. Se bem que tendo firme ancoragem em uma investigação erudita – com alguns dados certos e outros esquivos – ainda requer exames atentos. Em síntese, exige um espaço historiograficamente criativo.

## REFERÊNCIAS

- ALTAMIRA, Rafael. La costumbre en la historia del Derecho español. In: ALTAMIRA, Rafael. *Historia del Derecho español, cuestiones preliminares*. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1903. p. 81-99.
- BOBBIO, Norberto. Consuetudine: Teoria generale. In: ENCICLOPEDIA del Diritto. v. 4. Milano: Giuffrè, 1961. p. 426-443.
- BRAVO LIRA, Bernardino. Vigencia de las Siete Partidas en Chile. In: BRA-

105 Esta última ideia em: TRAZEGNIES, Fernando de. *Ciriaco de Urtecho: Litigante por amor. Reflexiones sobre la polivalencia táctica del razonamiento jurídico*. 3ª ed. Lima: [s. n.], 1995. p. 201-202.

- VO LIRA, Bernardino. *Derecho común y Derecho propio en el Nuevo Mundo*. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 1989. p. 89-145.
- CERVANTES, Miguel de. Rinconete y Cortadillo. In: CERVANTES, Miguel de. *Novelas ejemplares*. [S. l.]: Thomas Nelson, [201?]. p. 109-160.
- COMBACAU, Jean. La coutume. Ouverte: de la régularité à la règle. *Droits: Revue française de théorie juridique*, Paris, n. 3, p. 03-10, 1986.
- CORDERO DE AVENDAÑO DE DURAN, Carmen. El derecho consuetudinario indígena. In: JORNADAS LASCACIANAS. COSMOVISIÓN Y PRÁCTICAS JURÍDICAS DE LOS PUEBLOS INDIOS, 4., 1994, México. *Actas [...]*. Org. José Emilio Rolando Ordóñez Cifuentes. México: UNAM, 1994. p. 33-43.
- COSTA, Joaquín. *La vida del Derecho: Ensayo sobre el derecho consuetudinario*. Buenos Aires: Heliasta, 1976 [1876]. (Coleção *Los Grandes Maestros del Derecho*, v. 3).
- CUCCHI, Silvina; MORIN, Alejandro. El tratamiento de la costumbre en la Primera Partida de Alfonso el Sabio. *Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna*, Buenos Aires, v. 30, p. 107-121, 1997. [Disponível em: < <http://repositorio.filo.uba.ar/handle/filodigital/16734> >. Acesso em: 11 dez. 2023].
- CUTTER, Charles R. *The Legal Culture of Northern New Spain, 1700-1810*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1995.
- DIEZ-PICAZO, Luis. *Experiencias jurídicas y teoría del Derecho*. 3ª ed. Barcelona: Ariel, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *Vigilar y castigar: Nacimiento de la prisión*. Buenos Aires: [s. n.], 1989.
- GACTO, Enrique. La costumbre en el Derecho de la Inquisición. In: IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino (ed.). *El dret comú i Catalunya*. Barcelona: Fundació Noguera, 1995. p. 215-262.
- GAUDEMET, Jean. La coutume en droit canonique. In : LA COUTUME. Recueils de la Société Jean Bodin pour l'histoire comparative des institutions. T. LII. Bruxelles : De Boeck-Wesmael, 1989-1990. p. 41-61.
- GELLA ITURRIAGA, José. *Refranero jurídico español*. Madrid: Trivium, 1987.
- GIBERT SÁNCHEZ DE LA VEGA, Rafael. Costumbre a partir de las Partidas. *Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad Complutense*, Madrid, n. 9, Madrid, p. 35-68, 1985.
- GONZÁLEZ ALONSO, Benjamín. De Briviesca a Olmedo (algunas reflexiones sobre el ejercicio de la potestad legislativa en la Castilla bajomedieval). In: IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino (ed.). *El dret comú i Catalunya*.

- Barcelona: Fundación Noguera, 1995. p. 43-74.
- GONZÁLEZ GALVÁN, Jorge Alberto. El derecho consuetudinario indígena en México. In: JORNADAS LASCACIANAS. COSMOVISIÓN Y PRÁCTICAS JURÍDICAS DE LOS PUEBLOS INDIOS, 4., 1994, México. *Actas [...]*. Org. José Emilio Rolando Ordóñez Cifuentes. México: UNAM, 1994. p. 73-94.
- GROSSI, Paolo. *El orden jurídico medieval*. Madrid: Marcial Pons, 1996.
- GURIÉVICH, Arón. *Las categorías de la cultura medieval*. Madrid: Taurus Ediciones, 1990.
- HAGGENMACHER, Peter. Coutume. *Archives de Philosophie du Droit*, Paris, t. 35, p. 27-41, 1990.
- IGLESIA FERREIROS, Aquilino. (ed.). *El dret comú i Catalunya*. Barcelona: Fundación Noguera, 1995.
- KONETZKE, Richard. *Colección de documentos para la historia de la formación social de Hispanoamérica, 1493-1810*. v. 3. Madrid: C.S.I.C., [1975] 1953-1962.
- MARAVALL, José Antonio. *La cultura del Barroco*. Barcelona: Planeta Pub Corp, 1980.
- MARGADANT, Guillermo Floris. El agua a la luz del Derecho novohispano. Triunfo de realismo y flexibilidad. *Anuario Mexicano de Historia del Derecho*, Ciudad de México, v. 1, p. 113-146, 1989. [Disponível em: < <https://revistas-colaboracion.juridicas.unam.mx/index.php/anuario-mexicano-historia-der/article/view/29399/26522> >. Acesso em: 11 dez. 2023].
- MARGADANT, Guillermo Floris. La consuetudo contra legem en el Derecho indiano a la luz del Ius commune. (Análisis del pensamiento de Francisco Carrasco y Saz, jurista indiano sobre este tema), *Anuario Mexicano de Historia del Derecho*, Ciudad de México, v. 2, p. 169-188, 1990. [Disponível em: < <https://revistas-colaboracion.juridicas.unam.mx/index.php/anuario-mexicano-historia-der/article/view/29431/26554> >. Acesso em: 11 dez. 2023].
- MARILUZ URQUIJO, José María. La comunidad de montes y pastos en el Derecho indiano. In: MARILUZ URQUIJO, José María. *El régimen de la tierra en el Derecho indiano*. 2ª ed. Buenos Aires: Perrot, 1978. p. 97-137.
- PACHECO, Francisco L. Ley, costumbre y uso en la experiencia jurídica peninsular bajomedieval y moderna. In: IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino (ed.). *El dret comú i Catalunya*. Barcelona: Fundación Noguera, 1995. p. 75-146.
- PUGLIESE LA VALLE, María Rosa, Las fuentes del Derecho a través de los expedientes judiciales en el virreinato del Río de la Plata. In: CONGRE-

- SO DEL INSTITUTO INTERNACIONAL DE HISTORIA DEL DERECHO INDIANO, II., 1995, Buenos Aires. *Actas y Estudios [...]*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1997, v. 1, p. 135-182.
- STORNI, Carlos Mario. Notas acerca de la costumbre en el derecho agrario. *Revista de Historia del Derecho*, n. 14, p. 499-526, 1986.
- STORNI, Carlos Mario. Una relación conflictiva: chacareros-estancieros. In: STORNI, Carlos Mario. *Investigaciones sobre Historia del Derecho rural argentino: españoles, criollos, indios y gauderios en la llanura pampeana*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1997. p. 401-422.
- TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. Consideraciones sobre la aplicación de la Recopilación de 1680. *Revista de Historia del Derecho*, Buenos Aires, n. 8, p. 213-216, 1980.
- TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *Casuismo y sistema: Indagación histórica sobre el espíritu del Derecho indiano*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1992.
- TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. El auto de buen gobierno de 1806 del Gobernador Intendente don Rafael de la Luz. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *La ley en América hispana: del Descubrimiento a la Emancipación*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1992. p. 407-430.
- TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. Elementos consuetudinarios en la *Política india* de Solórzano. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre: Estudios sobre el Derecho Consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2001. p. 307-340.
- TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. La costumbre como fuente del derecho indiano en los siglos XVI y XVII. Estudio a través de los cabildos del Río de la Plata, Cuyo y Tucumán. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre: Estudios sobre el Derecho Consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2001. p. 157-233.
- TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. La costumbre en el siglo XVIII. Doctrina jurídica y praxis rioplatense a través de los cabildos. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre: Estudios sobre el Derecho Consuetudinario em América hispana hasta la Emancipación*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2001. p. 235-305.
- TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. La costumbre entre la dogmática jurídica y la

- historia. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre: Estudios sobre el Derecho Consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2001. p. 17-39.
- TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. La costumbre jurídica en la América española (siglos XVI-XVIII). In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *El poder de la costumbre: Estudios sobre el Derecho Consuetudinario en América hispana hasta la Emancipación*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2001. p. 83-156.
- TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. La Recopilación de 1680: dificultades para su aplicación. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *La ley en América hispana: del Descubrimiento a la Emancipación*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1992b. p. 235-248.
- TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. La variedad indiana, una clave de la concepción jurídica de Juan de Solórzano. In: CONGRESO DE ACADEMIAS IBEROAMERICANAS DE LA HISTORIA, 2., 1992. Madrid: Real Academia de la Historia, 1993. p. 475-488.
- TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *Nuevos horizontes en el estudio histórico del Derecho indiano*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1997.
- TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. Ordenes normativos y prácticas socio-jurídicas: la justicia. In: ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA. t. 2. *Nueva Historia de la Nación Argentina*. Buenos Aires: [s. n.], 1999. p. 283-316.
- THOMPSON, E. P. *Costumbres en común*. Barcelona: Crítica, 1995. p. 122-127.
- TRAZEGNIES, Fernando de. *Ciriaco de Urtecho: Litigante por amor. Reflexiones sobre la polivalencia táctica del razonamiento jurídico*. 3ª ed. Lima: [s. n.], 1995.
- VALLEJO, Jesús. *Ruda equidad, ley consumada: Concepción de la potestad normativa (1250-1350)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1992.
- VILLARROEL, Gaspar de. *Gobierno eclesiástico pacífico: concordia y unión de los dos cuchillos, Pontificio y Regio...* Madrid: [s. n.], [1656?].





# PROJETOS

O Ministério da Cultura e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, por meio da Lei de Incentivo à Cultura, com o copatrocínio de Santander Brasil e os patrocínios de Gerdau e Bannrisul Pagamentos/Vero, apresentam o projeto: Implantação do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio do Palácio Piratini - PRONAC 185355



Lei de Incentivo à Cultura  
Lei Rouanet

copatrocínio



patrocínio



realização



PALÁCIO  
PIRATINI



MINISTÉRIO DA  
CULTURA



Confira o release do projeto no site do IHGRGS:  
[www.ihgrgs.org.br](http://www.ihgrgs.org.br)